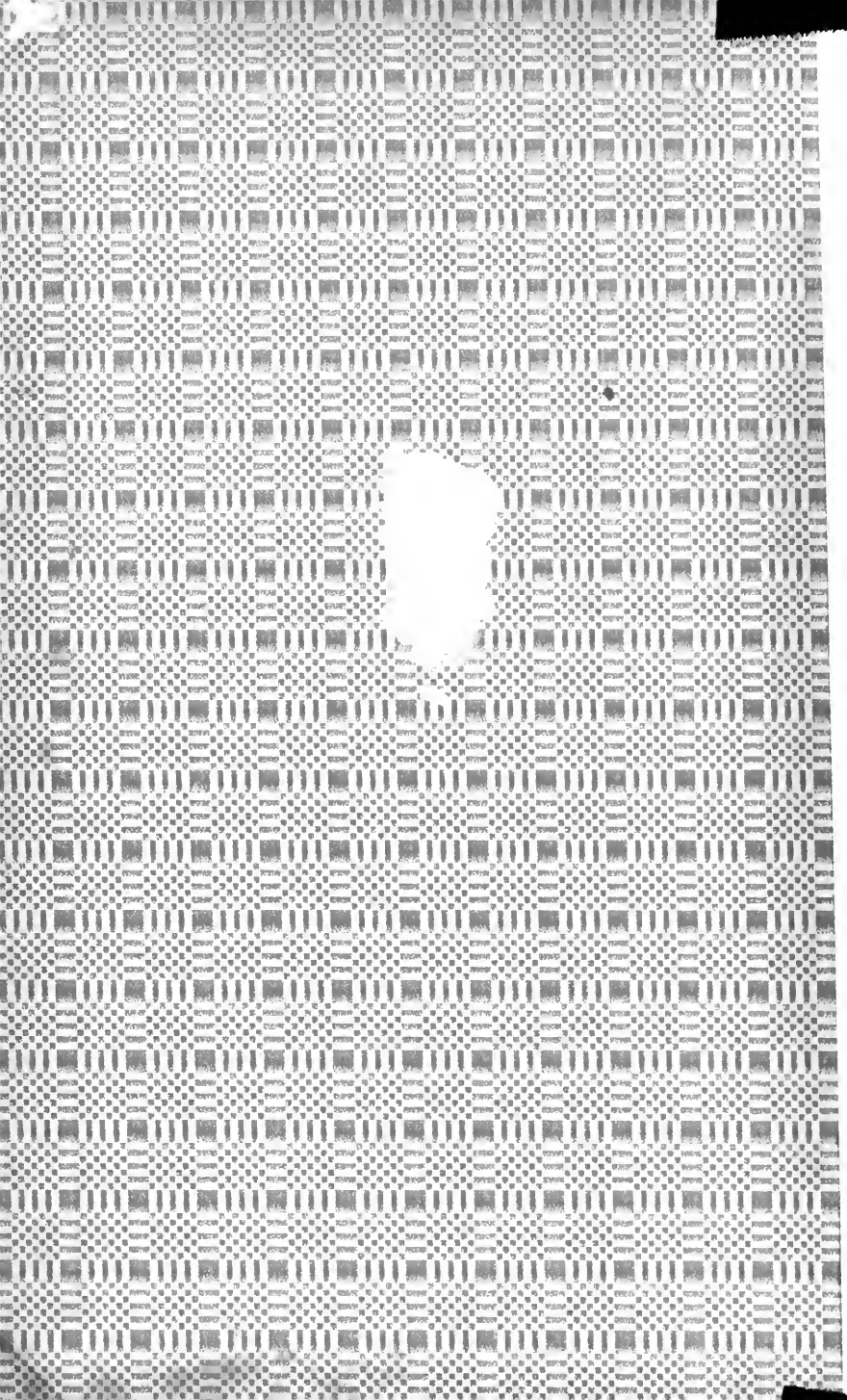
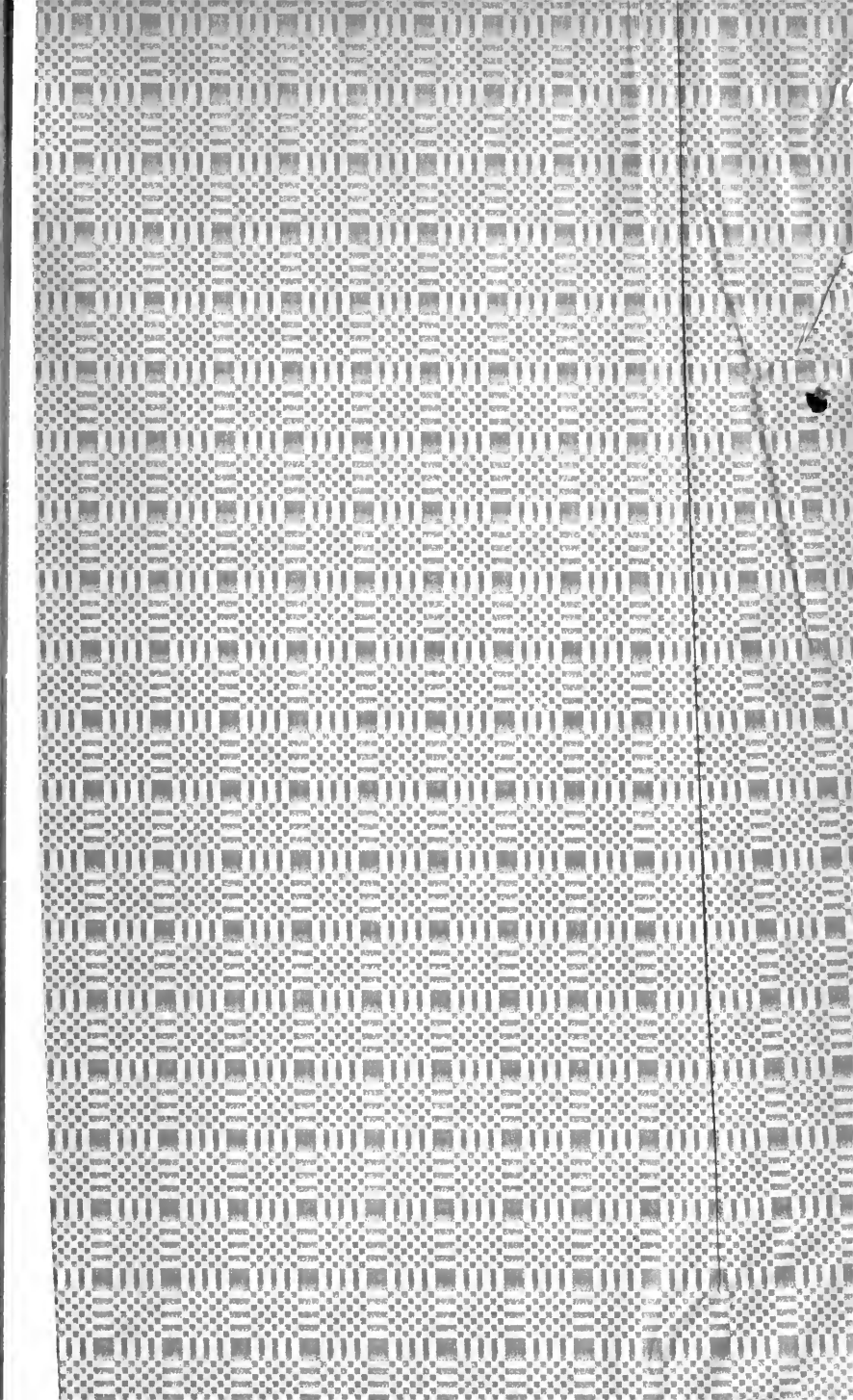
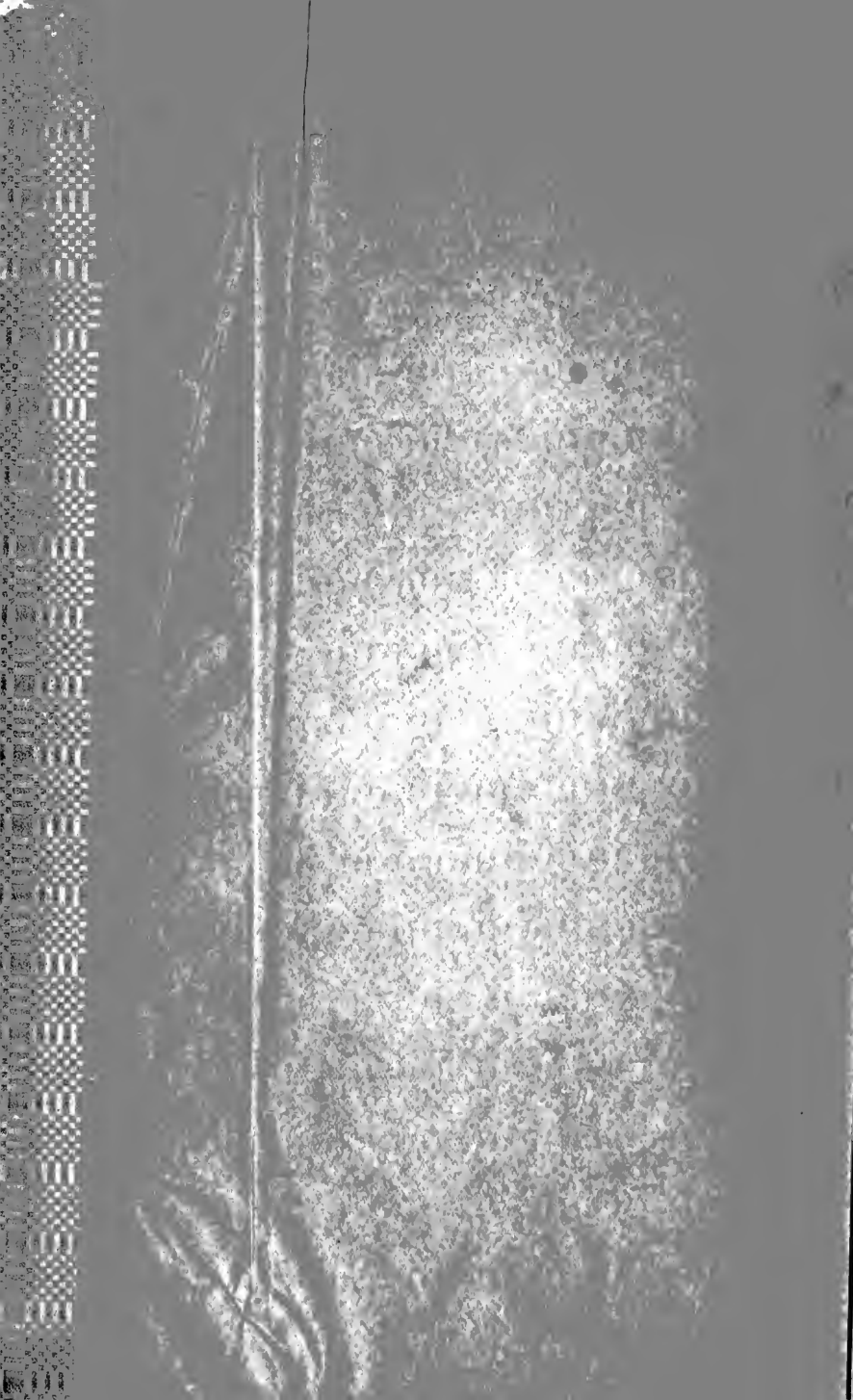




3 1761 07136194 3









Instituto de Estudos
históricos e filosóficos

DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS



BRÁS GARCIA
MASCARENHAS

ESTUDO DE INVESTIGAÇÃO
HISTÓRICA



COIMBRA

IMPRESA DA UNIVERSIDADE

M · DCCCC · XXII



O presente estudo de investigação histórica faz parte da série de trabalhos do *Instituto de Estudos Históricos e Filosóficos* da Faculdade de Letras de Coimbra. Saiu em edição provisória, fraccionado em artigos, na *Revista da Universidade de Coimbra*, volumes I, II e VIII.



PRIMEIRA PARTE

Estudo de investigação histórica

PELO

Prof. Dr. António de Vasconcelos

Sofreo emulações, calamidades,
Exprimentou trabalhos, & perigos,
Que quem não exprimenta adversidades,
Não sabe pelejar contra inimigos:
Tolerando, & compondo inimizades.
Sempre servindo, & adquirindo amigos,
Fabricou sua fortuna altiva, & rica,
Que tambem a fortuna se fabrica.

BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS, *Viriato*
Trágico, VIII, 5.

ADVERTÊNCIA

Por brevidade, usar-se há nas notas a seguinte maneira de citar:

A. U. — *Arquivo da Universidade.*

C. C. — *Cartório do Cabido* de Coimbra.

C. E. — *Câmara Eclesiástica* de Coimbra.

C. S. — *Cartório do Seminário* de Coimbra.

T. T. — *Torre do Tombo* (Arquivo Nacional da).

V. T. — *Viriato Trágico*, poema de Brás Garcia

Família de Marcos Garcia, de Avô

A nobre e antiga vila de Avô era no século XVI uma bela povoação minúscula, amorosamente recostada entre os rios Alva e Moura, que dos dois lados formavam em volta dela uma linha de respeito, e vinham juntar-se a seus pés, onde depunham, como que em homenagem à sua suserana, o precioso tributo das cristalinas águas no formosíssimo lago denominado *o Pégo*.

O corpo donairoso da gentil princesa serrana reclinava-se graciosamente pela encosta da *Couraça*, e a cabeça, apoiada com elegância senhoril na colina do *Outeiro*, era coroada pelo diadema três vezes secular do forte castelo, recortado de ameias, edificação do rei lavrador.

Da outra banda do rio Alva, na encosta ligada à vila por antiga ponte, surgia majestosa, na sua esbelta linha gótica, a paroquial igreja de Nossa Senhora da Assunção, dominando as poucas e modestas habitações, que abaixo do adro se iam construindo a descer para a ponte.

Para lá do Moura, mais conhecido hoje pela denominação de *ribeira de Pomares*, não havia sequer vestígio de casas; nem ainda se tinha lançado a ponte, que no século imediato veio ligar esta margem com a povoação.

*

Quem, nos fins do referido século XVI, vindo de Vila-Cova para Avô, chegasse à margem esquerda do rio Moura, no sítio onde êle vasa as suas águas no Pégo, misturando-as com as do Alva, e olhasse em frente, via na outra margem do rio uma casa de modestas dimensões, mas de aspecto afidalgado. Era uma bela habitação, com

as suas portas e janelas manuelinas, que parecia ter sido construída ali, à entrada da vila, para a proteger contra qualquer incursão que o inimigo, vadeando a ribeira, tentasse fazer por esta banda; ou, melhor, dava ares de um vasto mirante senhoril, erguido naquele sitio para sentimental castelã ver deslizar, por entre a verdura das árvores, as mansas águas dos dois rios, que a seus pés se juntavam e confundiam no poético e formoso lago¹.

Esta casa era residência dum ramo da família dos *Garcias de Mascarenhas*, descendentes, ao que se diz, dum fidalgo espanhol, Marcos Garcia de Mascarenhas, filho do duque de Burgos, que no século xv emigrara para Portugal, casando em Valezim com a filha de Martim Anes, pessoa principal da terra. É o que afirmam os genealogistas, sempre atreitos a adoptar e concertar lendas, e a fantasiar origens heroicas às famílias cujas ascendências traçam, por vezes bem caprichosamente. E aqui temos um dos casos em que a fantasia devaneou em liberdade pelo mundo das quimeras.

Nunca em Espanha houve o titulo de *duque de Burgos*²; e sempre em Portugal houve *Garcias* desde tempos anteriores à fundação da nossa nacionalidade, não sendo menos certo que os *Mascarenhas* também vivem entre nós desde longa data. Documentos medievais dão-nos conta de que, na própria região onde no século xv residiam os *Garcias de Mascarenhas*, havia já, antes do meado do século xiii, pessoas, umas de nome outras de apelido Garcia; e sabemos que o que principiou por ser nome próprio passou a patronimico, e por fim a simples apelido de família³. ; Quem nos diz que não possa alguma

¹ Encontra-se referência a esta casa no *Viriato Trágico*, cant. xv, est. 29, e acha-se descrita com os outros bens da família do poeta na escritura de instituição de vínculo feita pelas suas duas únicas irmãs, que restavam, a 27 jan. 1681 (Doc. CVII). Ainda hoje existe, em posse de descendentes directos de Brás Garcia; mas só uma parte da casa actual remonta aos princípios do século xvi, achando-se o resto do edificio alterado por modificações, reedificações e acrescentamentos feitos nos séculos seguintes.

² Foi este ponto bem liquidado pelo sr. VISCONDE DE SANCHES DE FRIAS, como elle nos expõe no seu interessante livro — *O Poeta Garcia*, pag. 16 e ss.

³ Quando em 1258, por ordem de D. Afonso III, se realizaram nas terras de Seia as *Inquirições gerais*, cujos registos estão archivados na Torre do Tombo, residia em Lagares um D. Garcia, oriundo de Folhadosa, onde tinha familia, representada por seu irmão D. Mendo. Coevos d'este havia em Lagos um Pedro Garcia, em Vila-Pouca D. Garcia, e em Avô Garcia Peres, que figuram como testemunhas nestas Inquirições. Também nos aparece mencionado como senhor de Várzea de



BRAZÃO D'ARMAS DA FAMÍLIA
DOS GARÇAS E MASARENHAS
E FOLHADOSA

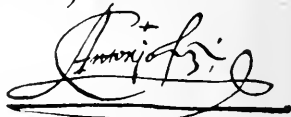
dessas pessoas ser ascendente dos que mais tarde foram conhecidos pelos *Garcias de Mascarenhas*?

Um filho do mencionado Marcos Garcia, de nome idêntico ao do pai, casou em Folhadosa com Brites ou Briatiz Marques, senhora de grossa fortuna, de quem teve bastantes filhos, que, espalhando-se por várias terras da Beira, aí se matrimoniaram e proliferaram largamente.

Ana Marques, um dos rebentos deste casal, contraiu matrimónio na Bobadela com António Alves de Abranches, havendo numerosa descendência, principalmente feminina, que muito concorreu, por seus

Deo de 1564. Cum baptiz.

Em hos dezafek dias do mes de novembro
 baptizet marcos fo antonjo aluiz ede sua
 mulher ana marquez foy pad ringo gague
 fo mud ringo fereira adelaubeiro apose
 tado p mactud efig. todos m^{es} nesto vito



Assento do baptismo de Marcos Garcia, pai de Brás.

casamentos em diversas terras, para a larga difusão em múltiplos ramos da árvore genealógica dos *Garcias de Mascarenhas*¹.

Candosa, em época mais remota, um Garcia Mendes, que doou esta herdade, pertencente à paróquia de Covas, a alguns parentes pobres, que tinha, os quais depois a venderam ao bispo de Coimbra, que a anexou à sua vila de Candosa, tudo isto em tempo anterior às referidas Inquirições do meado do século XIII, as quais nos dão conta desses contratos. Pertencia nessa época o senhorio do lugar de Santa-Comba-a-par-de-Seia a duas irmãs, Elvira Garcia e Sancha Garcia, que o haviam herdado de seus ascendentes paternos.

¹ Vid. *Notas genealógicas*, em Apênd. ao presente volume, notas I, II e III.

Entre os filhos de Ana Marques figura um, em quem reviveu o nome de Marcos, que já pertencera a seu avô e bisavô.

Nascido em meado de novembro de 1564 ¹, êste Marcos Garcia saiu da casa paterna antes de perfazer os 27 anos de idade, para casar na vila de Avô com Helena Madeira, senhora que então contava 23 anos incompletos, pois nascera em setembro de 1568 ². Realizou-se o casamento na igreja paroquial de Avô numa segunda feira, 19 de agosto de 1591 ³.

*

¿ De que estirpe descenderia esta dama avoense, na qual veio enxertar-se uma vergôntea da nobre família dos Garcias de Mascarenhas?

O sr. Visconde de Sanches de Frias, que muito se esforçou por tecer a genealogia desta gente, e que tem o mérito de haver sido o primeiro a levantar o veo que encobria a história desta família, apenas refere que era *filha de Francisco Annes e de sua mulher Maria Madeira* ⁴; mas nisto foi menos bem informado. Existe o assento de baptismo desta senhora no registo paroquial de Avô relativo ao ano de 1568, onde se diz ter sido baptizada a 26 de setembro *ilena f.ª de Simão gracia* ⁵. ¿ Será porê m demonstrável a identidade desta

feira de 1568

*no dia 26 de setembro baptizei a ilena f.ª de simão gracia
e sua mulher fusão podrimhos a 26 de janeiro em conjuges
e a mulher de simão opress. m.ª matto vila*

Assento do baptismo de Helena Madeira, mãe do poeta.

Helena com a que foi mulher de Marcos Garcia? ¿ Quem nos diz que Helena filha de Simão Garcia e Helena mulher de Marcos Garcia sejam uma e a mesma pessoa, e não duas distintas, embora conterrâneas, coevas e homónimas?

Haveria um meio de tirar isto a limpo: recorrer ao registo do casamento de Marcos e Helena, pois nos assentos matrimoniais costumavam descrever-se as filiações dos cônjuges; é certo porê m que a folha

¹ Vid. *Documentos*, em Apênd. ao presente volume, doc. II.

² Doc. IV. — ³ Doc. VII. — ⁴ Op. cit. pag. 23. — ⁵ Doc. IV.

do livro de registo, onde se encontra exarado êste assento, foi dilacerada exactamente no ponto em que principiava a ser descrita a filiação de Helena Madeira, e o resto do assento passava para a folha immediata, que lá se não encontra! Mas nem por isso ficamos privados de apurar a verdade.

Encontrei na Câmara Eclesiástica de Coimbra um requerimento, feito em novembro de 1621, em que Manuel Garcia, filho dos mencionados cônjuges, requere admissão aos três últimos graus de ordens menores e à sagrada ordem do subdiaconado, e no qual *declara q̄ os auos da parte de seu pai forão Ant.º al: e ana març: m.ºrs na uilla de bobadella e da mai Simão guarcia e varonica nunes m.ºrs em Auo*¹. Foi êste documento que me forneceu o fio de Ariadne, para descobrir a saída do misterioso labirinto genealógico. Depois fui encontrando sucessivamente novos documentos confirmatórios: um alvará régio, datado de 4 de setembro de 1595, cujo registo existe na Torre do Tombo, em que se refere expressamente que Simão Garcia era sogro de Marcos Garcia²; e vários depoimentos de testemunhas em processos de inquirição *de genere*, arquivados na Câmara Eclesiástica de Coimbra³.

Do Anno de 1591.

*Por do anno de 1591 recebi em Ant.º diaz 21.º a Marcos gracia
filho de Ant.º Caluz e de sua mother Anna m.ºrguez sa de Freitas
m.º na bobadella com Helena m.ºra filha de*

¹ Doc. XXIV. — ² Doc. X.

³ No processo de inquirição *de genere, uita et moribus*, que se fez em Avô no ano de 1621 para a ordenação de menores do mencionado Manuel Garcia, a testemunha Gaspar de Paiva depôs *q̄ nui bem conhecera a Simão gracia e a Varonica nuiz auos do dito ordenante* (sc. ordinando) *por parte de sua mai naturais e moradores q̄ forão nesta dita villa de auo*. O mesmo disseram as testemunhas Gaspar Dias e Diogo Alves. Simão de Freitas declarou *q̄ bem conhecera a Simão gracia auo q̄ foi do dito ordenante por parte de sua mai mas q̄ a varonica nuiz tambem sua auo pella mesma parte elle a não conhecera de vista, mas q̄ sempre ouuira q̄ os sobreditos forão auos do dito ordenante m.ºl gracia*. — Semelhantes depoimentos se encontram nos processos de inquirição que correram em Avô em 1622 e 1626, para Manuel Garcia ser admitido às ordens de subdiácono e de presbítero, e bem assim

*de sua mulher Varoniqua Nunes ia de Avô n.º em e Bada
 Villa de Avô. foras e op. p.º Christãos Coli. e Diogo ou Gene
 fidiado e n.º de Avô e op. p.º Nunes com o a Bendeguer, exp.º
 benendo Caravello cura em Dilla pinguu. e outuy m.º*

Ant.º Diariz;

Assento do casamento de Marcos Garcia com Helena Madeira.

Por fim, e depois de escrito êste capítulo, deparou-se-me casualmente no Cartório do Seminário desta cidade o final do assento de casamento de Helena Madeira, onde ainda se lê o nome de sua mãe *Varoniqua Nunes*¹. Foi esta a prova real; entretanto, se não estivesse já descoberto que Verónica Nunes fôra a mulher de Simão Garcia, não poderia saber-se que êste retalho isolado, escrito numa folha deslocada, pertencia ao assento do casamento de Helena Madeira.

Não resta pois dúvida. As informações, a que o sr. Visconde de Sanches de Frias se encostou, eram inexactas. Helena Madeira, com quem Marcos Garcia se recebeu, era da familia dos Garcias de Avô. Ignoro se esta gente era aparentada com os Garcias de Mascarenhas. Tudo me leva a supor bastante provável que sim.

Simão Garcia era pessoa muito considerada na vila e seu termo, onde desempenhava, desde 1557, as funções de escrivão das cisas gerais e dos panos², exercendo cumulativamente, com expressa auto-

no que foi organizado em 1627 para a admissão à ordem de subdiácono de Pantaleão Garcia, irmão daquele, e no de 1635 para Francisco Garcia, irmão mais novo dos supraditos, receber prima tonsura e ordens menores. — Também se lê em um atestado, passado a 15 de setembro de 1625 pelo P.º Inácio Rodrigues, cura da igreja de Avô, a favor do referido Pantaleão Garcia, a declaração de que *hé filho legítimo de marcos gr.º & de sua mulher Ilena matr.ª m.ºrs nesta dita villa & o Avo... pai de seu pai se chamava Ant.º Aliz e sua Avô mulher de Ant.º Aliz se chamava Ana marques naturais da villa da Bobadella: da parte de sua mai forão seus Auos Simão gra e sua mulher Varonica Nunes m.ºrs nesta Villa de Avo: & digo & dou minha fé que assi hũs como os outros sempre forão e são Christãos velhos dos melhores da terra, e nũqua ouue nelles raça algũa de algũa Infecta nação.*

¹ Doc. VII.

² O officio de escrivão das cisas gerais do couto de Avô era exercido em 1492 por João Rodrigues, que neste ano o renunciou, sendo nele provido Francisco Anes, escudeiro do Conde de Penela, por C. R. de 9 jul. 1492 (T. T. — *Chancelaria de D. João II*, l. vi, fl. 1 v.º). A C. R. de 30 out. 1522 confirmou aquela

rização régia, a indústria de fabricação de tecidos ¹. Mais tarde, em 1595, resignou o officio de escrivão, em que foi provido seu genro Marcos Garcia ², reservando para si o de tabelião do público e judicial, que já vinha exercendo ultimamente ³.

Sua mulher Verónica Nunes era natural de Avô, da família mais distinta da terra, a dos *Madeiras Arrais*, descendentes de Henrique Madeira Arrais, fidalgo-cavaleiro da casa del-rei D. João II e escudeiro da rainha D. Leonor, pela prole havida de sua primeira mulher Leonor Fernandes, que os genealogistas dizem ser afilhada e dama da dita rainha ⁴. O apelido *Nunes* da mulher de Simão Garcia, que se repete em alguns descendentes, e o apelido *Monteiro*, que nos

nomeação (Ibid. — *Chancel. de D. João III*, l. XLVI, fl. 211); e por C. R. de 2 nov. 1529 foi o mesmo Francisco Anes, que então já tinha o fôro de escudeiro da casa real, confirmado *escrivão das sisas de Avô e S. Sebastião*, e nomeado escrivão *dos pamos* (Ibid. — *Chancel. de D. João III*, l. XLII, fl. 18). Por C. R. de 3 jul. 1539 foi provido nestes officios Fernão Gonçalves, morador em Oliveira do Hospital, pela renúncia de Francisco Anes, seu sogro, apresentada por seu procurador Fr. Bernaldim Machado (Ibid. — *Chancel. de D. João III*, l. XXVI, fl. 154). Vindo mais tarde o Fernão Gonçalves a renunciar também, foi então nomeado Simão Garcia por C. R. de D. João III, datada de 7 jan. 1557 (Doc. I).

¹ Doc. V. — ² Doc. X.

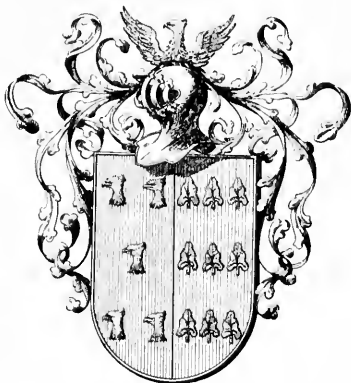
³ Consta de vários assentos de baptismos, em que figura como padrinho, e de casamentos, em que serviu de testemunha; o primeiro, em que aparece designado como tabelião, é o de um casamento realizado a 5 set. 1593; e o mesmo se repete nos assentos de casamentos que se fizeram a 7 out. e 16 nov. 1603, etc. Sua mulher também é apontada como madrinha em muitos baptismos, indicando-se apenas que foi *madrinha a molher de Simão graça*, sem contude se exprimir o nome.

⁴ *Notas genealógicas*, II, 1, 11c, 11c; — *Esquemas genealógicos*, em Apênd. a êste volume, esq. II. — A aludida asserção dos genealogistas é inteiramente incorrecta. Leonor Fernandes não foi o que elles fantasiaram; provinha de origem humilde, e até houve rumor de trazer nas veias sangue mourisco, ou *de infecta nação*, o que naqueles tempos era defeito grave, e cheio de perigos. Provou-se judicialmente que era infundada tal fama; a humildade porêem de origem é que ficou bem evidente. Consta do processo de habilitação para familiar do Santo Officio de António Madeira, neto dos referidos Henrique Madeira Arrais e Leonor Fernandes (processo que andou correndo em 1592, e se acha arquivado na Torre do Tombo), que a Leonor Fernandes era simplesmente criada duma colação de D. João II, tendo a desdita de ser acompanhada da fama referida. Apesar da sua ligação matrimonial com Henrique Madeira Arrais, pessoa de qualidade e de grande representação e prestigio, fidalgo muito considerado e respeitado, o vulgo não deixava de à bôca-pequena tesourar a reputação de Leonor, que era, segundo se dizia, oriunda das bandas de Tomar, e a quem davam a alcunha pouco amável de *Regateira* (Vid. doc. XCVI).

aparece usado por alguns seus sobrinhos e netos, pertenciam ao ramo da família Madeira Arrais que provinha de Jácome Madeira e de sua mulher Maria Gomes, no qual se nos deparam com freqüência tais apelidos ⁴.

*

Vários filhos tivera Simão Garcia: — a) Ana Nunes, que supponho ser a primogénita, casada a 28 de julho de 1577 com Pedro Fernandes, de Anceriz, e — b) Isabel Madeira, que deve ter sido a immediata, as quais nasceram e foram baptizadas quando ainda não se fazia o registo paroquial em Avó; seguiu-se — c) uma menina, a quem no dia 26 set. 1568 foi no batismo dado o nome de Helena, e que veiu a casar com Marcos Garcia, de quem nos temos occupado; depois nasceu — d) Filipe Madeira, baptizado a 16 jan. 1571, que succedeu a seu pai no tabelionato ²; — e) António Garcia, baptizado a 25 out. 1572; e — f) Maria Nunes a 2 dez. 1574 ³. Encontramos ainda referências a — g) um outro filho de Simão Garcia, de nome Gaspar Garcia, cujo baptismo se fez a 6 nov. 1578 ⁴; mas, embora no respectivo assento se não diga o nome da mãe do neófito, consta-nos do assento do casamento, que veiu a contrair a 30 de dezembro de 1597, sendo ratificado e abençoado a 7 de janeiro de 1598, que sua mãe se chamava Joana Pegada ⁵. Verónica Nunes havia falecido, e o viúvo passára a segundas núpcias com esta senhora, que veiu a falecer em 1596



Brasão de armas dos Madeiras Arrais.

¹ Vid. *Esquemas genealóg.* I e II.

² A êle se fazem referências nos docs. XII, XVII, XIX, XXII, e em vários outros assentos do registo paroquial de Avó.

³ C. S. — *Registo paraq. de Avó*, l. 1, cad. 2.^o, fl. 10 v.^o, 13, 15 v.^o, e 24.

⁴ *Ibid.* cad. 3.^o, fl. 21 v.^o. — ⁵ Doc. XIII.

ou 1597¹, sobrevivendo-lhe alguns anos seu marido, segunda vez viúvo.

Do conceito e estimação que publicamente se fazia das duas famílias, agora enlaçadas pelo casamento de Marcos e Helena, são eco os depoimentos das testemunhas que foram inquiridas nos processos *de genere, uita et moribus* que se organizaram para as ordenações dos filhos de Marcos Garcia. Para não estar a transcrever tudo, o que muito alongaria sem grande vantagem êste estudo, limitar-me hei a referir que, falando dos pais e dos avós paternos e maternos dos ordinandos, declararam as ditas testemunhas que êles foram e eram *muito principais assi na villa da Bobadella como nesta villa de Avó, donde eram naturais hús e outros, e como tais sempre forão tidos e avidos*², *governando a terra e servindo os officios mais honrados della*³.

*

Como deixámos dito, Marcos Garcia habitava nos fins do século XVI a casa de ares afidalgados sita junto do Pégo, cuja construção remontava aos primeiros anos dêste século.

A bênção nupcial, que a êle e a sua mulher fôra lançada pelo bom do vigário, o licenciado António Dias, recebeu a ratificação divina, pois o *Crescite et multiplicamini* genésíaco houve larga repercussão neste enlace. Ainda não eram completados dez meses depois do casamento, e já abria os olhos à luz do sol uma sãdia menina.

Depois, com intervalos de dois anos quasi sempre incompletos, foram nascendo novos filhos, até ao décimo. Houve então uma pausa ou repouso de três anos e meio, e por fim nasce o último dos rebentos dêste casal, perfazendo o número de onze filhos, que nos diversos ramos da família dos Garcias de Mascarenhas, e através das gerações até à actualidade, se repete com frequência e persistência que causam admiração, constituindo uma notável característica desta família.

¹ A 10 fev. 1596 ainda era madrinha no baptismo de Brás, neto de seu marido (doc. XI); no assento do casamento de seu filho Gaspar Garcia, a 7 jan. 1598, é declarada *ia defunta* (doc. XIII).

² Depoimento para a ordenação de menores, feito pela testemunha Gaspar Dias da Costa, padrinho do poeta.

³ Depoimento de Diogo Alves no mesmo processo.

PRÓLOGO

¿ Quem haverá por aí que não tenha lido nos compêndios de literatura portugueza, para uso das escolas secundárias, o nome do poeta BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS, e a indicação do seu poema heroico Viriato Trágico? Mas a obra é de poucos conhecida, e o autor só através da lenda, que bem cedo o envolveu, é que tem sido escassamente visto. Entretanto bem dignos são de um estudo sério, tanto o poema como o poeta.

Notícias biográficas autênticas de Brás Garcia poucas possuíamos, e limitaram-se, quasi exclusivamente, às contidas nas sete páginas incompletas, que a elle consagrou o seu afim Bento Madeira de Castro, as quais saíram estampadas à frente da primeira edição do Viriato Trágico. O que se lhe tem acrescentado até à actualidade, é pouco mais de nada; derancios de fantasia, em que não entra a minima parcela de investigação original. Pede a justiça que se aponte uma excepção honrosa: o sr. Visconde de Sanches de Frias trabalhou com dedicação e boa vontade, que merecem louvor, na investigação especialmente de dados genealógicos, para ilustrar, num Estudo prévio, o seu drama O poeta Garcia. Teremos ocasião, no decorrer do nosso trabalho, de fazer referências criticas ao estudo do illustre titular, que tem o mérito de nele se encontrarem as primeiras noticias impressas sobre a ascendência e descendência do poeta de Aró, pois nada a tal respeito era sabido senão que seu Pay se chamava Marcos Garcia, & sua Mãe Ilena Madeyra, gente nobre, & da principal da terra; indicação dada pelo prefaciador e primeiro editor do Viriato Trágico.

Apresentamos hoje ao público ilustrado um modesto estudo original, biografando Brás Garcia de Mascarenhas. É todo elaborado sobre fontes seguras e autênticas, que escriptulosamente citamos, ou que re-produzimos em apêndice, de forma que qualquer leitor possa facilmente verificar a exactidão, e aquilatar a legitimidade das nossas afirmações e conclusões. Seguem-se umas Notas e uns Esquemas, em que se esboçam as árvores genealógicas dos Garcias de Mascarenhas e dos Madeiras Arrais, ascendentes paternos e maternos do nosso biografado, assim como a de sua mulher, e ainda a de toda a sua descendência directa até ao presente.

Não temos a presunção estulta de dizer a última palavra sobre o assunto; temos sim o desejo de produzir um trabalho sério e honesto, que algumas canseiras nos tem custado.

Tributamos o nosso reconhecimento a todas as pessoas que nos auxiliaram, facilitando-nos a busca e estudo das fontes nos arquivos e bibliotecas por onde andámos em pesquisas longas e minuciosas. Em especial nos cativaram com seus obséquios, na Torre do Tombo, o sr. Pedro Augusto de S. Bartolomeu de Azevedo, procurando e investigando diplômas para enriquecer este nosso estudo, e o sr. General Jacinto Inácio de Brito Rebelo, que levou a sua amabilidade ao ponto de espontaneamente nos ceder apontamentos e cópias de documentos de valor, que naquele arquivo colheira para uma publicação que projectava, e da qual desistiu em proveito desta.

O sr. Dr. Carlos de Mesquita, nosso distinto colega no professorado da Faculdade de Letras desta Universidade, incumbiu-se de elaborar um estudo crítico-literário sobre o único poema que nos resta de Brás Garcia de Mascarenhas; essa parte segunda do presente volume acrescentará muito o interesse da primeira, e dará particular brilho ao nosso modesto esboço biográfico.

Coimbra, 3 de fevereiro de 1912.

A. DE VASCONCELOS.

Façamos a relação dos onze filhos de Marcos Garcia, indicando a data do baptismo de cada um.

- 1.º — Feliciano Monteiro, 11 junho 1592 ¹;
- 2.º — Manuel Garcia, 10 fevereiro 1594 ²;
- 3.º — Brás Garcia de Mascarenhas, 10 fevereiro 1596 ³;
- 4.º — Verónica Nunes, 6 dezembro 1597 ⁴;
- 5.º — Maria Garcia, 21 dezembro 1599 ⁵;
- 6.º — Pantaleão Garcia, 5 agosto 1601 ⁶;
- 7.º — Ana Monteiro, 15 setembro 1603 ⁷;
- 8.º — Isabel Garcia, 6 março 1605 ⁸;
- 9.º — Matias Garcia, 3 março 1607 ⁹;
- 10.º — Antónia Garcia, 2 novembro 1608 ¹⁰;
- 11.º — Francisco Garcia, 9 março 1612 ¹¹.

E aqui findou a série ¹². Helena Madeira ia fazer 45 anos, quando a fecundidade, que tão generosa havia sido até ali, dela se despediu com êste último filho.

¹ Doc. VIII. — ² Doc. IX. — ³ Doc. XI. — ⁴ Doc. XII. — ⁵ Doc. XIV. — ⁶ Doc. XV.

⁷ Doc. XVI. — ⁸ Doc. XVII. — ⁹ Doc. XVIII. — ¹⁰ Doc. XIX. — ¹¹ Doc. XX.

¹² Em face desta relação, organizada sobre os documentos alegados, deve ser corrigida a que se encontra nas páginas 23 e 24 da cit. obra do sr. Visconde de Sanches de Frias. No 8.º lugar da série dos filhos de Marcos Garcia tem de ser substituído o nome de *Marcos* pelo de *Isabel*; e no 11.º lugar, onde está *Isabel*, deve inscrever-se *Francisco*. — Marcos Garcia, de Avô, a nenhum dos filhos deu o seu próprio nome. O engano dos genealogistas proveiu naturalmente de confusão com um qualquer dos vários Marcos Garcias que nesta época havia disseminados por diversas terras da região, todos descendentes do Marcos Garcia de Mascarenhas, de Folhadosa; talvez com um Marcos Garcia, filho de outro do mesmo nome, o qual residia em Torrosêlo, e veio à Universidade de Coimbra freqüentar a faculdade de Cânones. Realizou a sua primeira matrícula a 1 out. 1642 (A. U. — *Matriculas*, vol. 9, l. 2.º, fl. 48), fez exame de bacharel a 22 jul. 1647 (Ibid. — *Autos e graus*, vol. 33, l. 3.º, fl. 57 v.º), e formatura, sendo já padre, a 29 jul. 1649 (Ibid. — *Autos e graus*, vol. 34, l. 2.º, fl. 50 v.º). Do Francisco nenhuma notícia teve o ilustrado autor.

II

Nascimento, infância e juventude de Brás Garcia de Mascarenhas

Estamos no princípio do ano de 1596.

A morada de Marcos Garcia, a que já nos referimos,

Aquella casa que, por mais vizinha,
Fortaleza parece desta ponte ¹,
Ou dos rios que os pés beijam rainha ²,

ia vendo aumentar o numero dos seus habitantes.

Já eram nascidas duas crianças de sexos diferentes, Feliciana que então contava três anos e meio, e Manuel que ia fazer dois; e esperava-se a todos os instantes o nascimento duma terceira.

Havia estado de luto a família no ano anterior pelo falecimento do velho Marcos, patriarca dos Garcias de Mascarenhas, já a êsse tempo tão largamente difundidos. Morrera em Folhadosa ultra-centenário a 20 de abril de 1594; o seu cadáver lá jazia na paz do túmulo ao lado do de sua mulher, a meio da capela-mor da pequena igreja da freguesia, onde, apesar da posterior reedificação do templo, ainda permanecem as suas sepulturas com as campas salientando-se acima do nivel do pavimento.

Estava prestes a amanhecer o dia de sábado, 3 de fevereiro. Haviam dado há pouco cinco horas. No campanário da igreja parochial de Nossa Senhora da Assunção de Avô os sinos acabavam de anunciar com triplices badaladas o comêço da aurora, convidando os fiéis a erguerem o pensamento ao céu antes de principiarem o labutar

¹ A ponte sôbre o Moura, que foi mandada construir pelo poeta depois do seu regresso do Brasil, como logo referiremos.

² *Viriato Trágico*, xv, 29.

quotidiano, saudando a *Estrela matutina* da nossa Redenção, e faziam agora ouvir em ondas sonoras, que se expandiam pelos vales e subiam pelas encostas, um alegre repique chamando os clérigos da colegiada e os numerosos devotos da vila e das quintas a acudir à recitação das Matinas da festa do glorioso mártir S. Brás, que neste dia se celebrava.

Foi então que

Ali, quando se vinha no horizonte
Rindo a Aurora, chorando ao mundo vinha ¹

um menino, que era o terceiro dos filhos de Marcos Garcia.

Nascido na abastança de seus pais, cercado da consideração e prestígio de que sua familia gozava, nenhum harúspice, áugur ou hariolo, nenhuma pitonissa ou sibila seria acreditada, se porventura junto daquelle berço vaticinasse o sem número de trabalhos, sofrimentos e desditas de toda a ordem, que o recém-nascido estava destinado a suportar através duma vida não muito longa, mas agitadíssima e toda semeada de contra-tempos, dores e infelicidades.

Segundo o costume da época, foi o menino baptizado ao oitavo dia, no sábadó 10 de fevereço, sendo-lhe dado o nome de Brás, não por-

Do Anno de 96.

.....

Aos dez de fev. de 1896. O sr. Visconde de Sanches de Frias, pai do Sr. Brás Garcia de Mascarenhas, filho do Sr. Marcos Garcia e da Sr. Maria de S. Brás, fado n.º 10 de fev. de 1896. e madrinha Sr.ª D.ª D.ª S.ª. Assento de baptismo de Brás Garcia de Mascarenhas.

Assento de baptismo de Brás Garcia de Mascarenhas.

que S. Brás fosse invocado como padrinho no baptismo², mas por ter nascido no dia em que se festeja aquelle santo, havendo-se dado além disso a coincidência de dois anos antes, no mesmo dia e á

¹ V. T. xv, 29.

² Como inadvertidamente escreveu o sr. Visconde de Sanches de Frias, contra o que diz o respectivo assento de baptismo (Op. cit., p. 57, nota).

mesma hora, ter nascido seu irmão Manuel. Esta circunstância, bem pouco vulgar, foi considerada aviso do céu; tomou-se por isso o santo Bispo para especial patrono da família, e deu-se ao neófito o seu nome, que depois, no suceder das gerações, repetidas vezes havia de ser posto aos descendentes desta criança. É o próprio poeta, que expressamente no-lo diz :

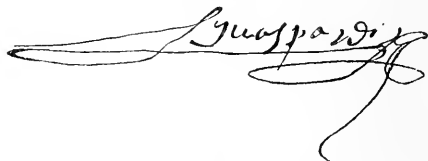
Dous annos antes (o contalo espanta)
 Tres do segundo mes, dia do Prelado
 Sancto e nosso advogado da garganta
 (Mal de que fuy grão tempo atribulado),
 Nasceo outro Irmão meu, a quem por sancta
 Devação foy na Pia o nome dado,
 Que na circuncisão se deu primeyro
 A quem nos redemio do cativeyro ¹.

No mesmo dia, & na mesma hora,
 Que elle nasceo, nasci pera me darem
 Do Sancto o nome, que ignorancia fora,
 Ao que elle advertio, não repararem.

..... ².

Foi padrinho Gaspar Dias ³, uma das pessoas mais consideradas

Assinatura de Gaspar Dias da Costa.



da vila, que então contava 41 anos, ao qual encontro repetidas alu-

¹ Estes dois versos representam um equívoco do poeta. Ao Redentor foi na circuncisão dado o nome de *Jesus*, e não o de *Manuel*, como ôle supôs. Este equívoco resultou certamente de ser conhecido do poeta o vaticínio de Isaias vii, 14: — *Ecce uirgo concipiet et pariet filium, et uocabitur nomen eius Emmanuel*; o EMMANUEL, isto é, o DEUS-COM-NOSCO, cuja acção salvifica o mesmo Isaias refere logo no cap. seguinte. S. Mateus, no seu Evangelho i, 21 e 23, explica o nome, que lhe foi dado, de JESUS, isto é, SALVADOR, que bem lhe quadrava pela missão com que veiu à terra, bem como o de EMMANUEL, que lhe attribuiu Isaias, reportando-se à sua dupla natureza, divina e humana. É porê m incontestável que na circuncisão não lhe foi imposto o nome de Manuel, mas de Jesus (LUC II, 21).

² V. T. xv, 30 e 31. — ³ *Notas genealóg.*, III, II.

sões até à idade de 70 anos; com uma sua neta veio a casar, 49 anos decorridos, êste mesmo Brás, seu afillhado. Serviu de madrinha Joana Pegada, segunda mulher de Simão Garcia, avô materno do neófito ¹.

*

Suaves e bonançosos decorreram os anos da infância de Brás, amado e estremeado por seus pais, querido dos irmãos, estimado dos patricios; estes os únicos dias verdadeiramente felizes da sua vida, de que sempre conservou, até à morte, saudosíssima recordação. Êle mesmo no-lo diz:

O descanso, que não conheço agora,
Então passou por mim, sem mo mostrarem,
Que nenhum ha no mundo tão perfeito
Como o gozado no materno peito ².

*

A adolescência também foi passada por Avô e seus contornos. Aqui principiou a estudar a lingua latina em companhia de seu irmão mais velho, Manuel, juntando-se-lhes pouco depois o Pantaleão ³.

Em Avô, como em quasi todas as terras de alguma importância, embora pequena, havia então pessoas ilustradas, que ministravam o ensino do latim e dos principios de lógica e de retórica a quem desejava seguir alguma carreira literária. Muitos se aproveitavam desta facilidade, vindo depois a Coimbra ou a Évora receber os últimos retoques de preparação e fazer os seus exames, com cuja certidão requeriam a primeira matrícula em qualquer das faculdades existentes em uma ou outra Universidade. Os que se destinavam à vida eclesiástica, sem o apanágio dos graus académicos, também geralmente encontravam nos seus próprios arceprestados, ou nos vizinhos, padres sabedores, que os iniciavam nos intrincados meandros da dogmática e da casuística, habilitando-os para irem à sede do seu bispado completar rapidamente a habilitação e requerer admissão a ordens, sujeitando-se aos respectivos exames, que eram feitos perante examinadores episcopais.

¹ Doc. XI. — ² V. T., xv, 31.

³ BENTO MADEYRA DE CASTRO, *Breve resumo da vida de Bras Garcia Masca renhas*, no principio da 1.^a ed. do *Viriato Tragico* (Doc. CXII).

Entre as pessoas ilustradas, que nesta época residiam em Avô, especializemos o licenciado António Dias, vigário da paróquia, que abençoara o casamento dos pais de Brás, e baptizara quasi todos os irmãos deste. Era um sacerdote ilustrado, e tinha perfeito conhecimento da lingua latina, que elle usava, escrevendo com facilidade prosa e verso¹. ¿Seria este o mestre dos filhos de Marcos Garcia?

¹ É uma individualidade interessante este padre beirão, digno pastor dum rebanho distinto e fidalgo, como era o avoense. — Formara-se em Cânones em Coimbra, onde a sua mocidade viva se não empregou exclusivamente no estudo das letras, humanidades e sciências jurídicas, mas também se agitou em aventuras amorosas, de que lhe proveiu uma filha, que lhe foi dada por uma guapa moça solteira, de nome Silvestra Nunes. Quando regressou a Avô com os seus pergaminhos literários, disse adeus ás verduras de rapaz, e deixou em Coimbra a companheira da sua juventude; mas trouxe consigo, como bom pai, a filha, a quem deu o seu próprio apelido, ficando a chamar-se Maria Dias. Foi viver para a companhia de dois irmãos que tinha, o P.^o João Dias, que ao tempo era vigário de Avô, e Mateus Dias, casado com Isabel Fernandes.

De volta de Coimbra, o licenciado António Dias principiou a coadjuvar o irmão mais velho na parochialidade de Avô, em meado do ano de 1582. Succedeu-lhe pouco depois no beneficio, começando a figurar como vigário no principio de 1587, e conservando-se na efectividade parochial até ao outono de 1617. Depois vai pouco a pouco abandonando o serviço, que passa a ser desempenhado por curas, aparecendo elle apenas uma ou outra vez, muito raras, a administrar os sacramentos, até 1622; deste ano em diante não mais o encontramos a exercer funções parochiais, assistindo porém algumas vezes, como testemunha, a casamentos, até 1633, indicando-se sempre nos respectivos assentos a sua categoria de vigário de Avô.

A cultura clássica do licenciado António Dias, e ao mesmo tempo o seu génio faceto, revelam-se no seguinte episódio. No ano de 1595 não houve em Avô nem casamento algum, nem nascimento ilegitimo; e dera-se a coincidência de ser fraca a vindima de 1594. O vigário, querendo dar ao visitador episcopal, quando viesse inspecionar a freguesia, explicação do facto insólito de ninguém se matrimoniar durante o ano todo, escreveu e firmou com a sua assinatura no livro do registro dos casamentos, em seguida ao enunciado do ano, dois belos dísticos elegiacos, assim:

Do anno de 95

Non fuit hoc quinto uxorem qui duceret anno,

Nec qui femineas tangere uellet apes.

Ne mirere tamen tu, qui uisitaueris: alma

Namque deest. Baccho deficiente, Venus.

Antonio Dias.

A 4 de julho de 1605 casou elle a sua filha Maria Dias com Manuel Afonso, filho de Pedro Afonso e Ana Fernandes.

Não o sei, mas o que posso asseverar como certo é que Brás Garcia estudou com os irmãos na vila de Avô, e que nunca veio para Coimbra continuar esses estudos.

É um ponto historicamente averiguado; qualquer opinião que apareça em contrário, tem de ser posta de parte.

Foi Camilo Castelo Branco, logo no principio do seu belo romance *Luta de gigantes*, que, levado pela sua fantasia, e sem se preocupar com a realidade histórica, nos descreveu o poeta a cursar a Universidade em 1619, tendo por condiscípulo e amigo íntimo o fidalgo lisboeta Diogo Cesar de Meneses, cuja amizade, segundo êle conta, veio a ter uma acção muito importante e decisiva em toda a vida do poeta, desde a hipotética briga, de que resultou a prisão e homizio, até ao último período da existência do nosso heroi.

O sr. Visconde de Sanches de Frias caminha no encalce do grande romancista.

Mas a verdade histórica é muito diversa disso que foi romantizado por Camilo.

Antes de aparecer a *Luta de gigantes*, os biógrafos de Brás Garcia referiam que o poeta fôra a Coimbra acidentalmente, para assistir a umas festas, sendo ali preso após uma aventura amorosa. Nenhum se lembrou de dizer que êle residisse então na cidade do

Teve oito sobrinhos, filhos do irmão Mateus, os quais mencionamos por sua ordem:

- 1.º — L.º P.º António Dias, que já estava ordenado em 1611;
- 2.º — Miguel Nunes de Matos, c. a 8 fev. 1629 c. Maria de Cáceres, viuva de Francisco Cardoso, tabelião, morador na Bobadela, a qual era filha de Pedro Tomás e Maria de Cáceres, e houve daquele matrimónio um filho, Pedro Tomás, que recebeu ordens menores em 1648;
- 3.º — Pedro de Matos, b. 8 ag. 1589, c. c. Maria Gomes;
- 4.º — Maria Fernandes, b. 19 set. 1591;
- 5.º — P.º Roque Dias de Matos, b. 4 mar. 1594, ordenou-se em 1618-1619, principiando no meado dêste ano a fazer o serviço paroquial de Avô, na qualidade de cura, mas desde 1636 em deante assinou-se vigário;
- 6.º — João Dias, b. 10 jan. 1596, c. c. Águeda Marques, de quem teve António Dias, que em 1640 se ordenou de menores, contando então 23 anos de idade;
- 7.º — Simão Ferrão, b. 28 out. 1598, c. c. Maria de Figueiredo, filha de Gaspar Fernandes e Maria de Figueiredo, e teve o P.º Gaspar Dias de Matos, b. 18 jan. 1630, cuja ordenação principiou em 1648, o qual assumiu interinamente a paroquialidade de Avô a 5 de agosto de 1660, quando o cura P.º Gaspar Nunes assassinou, em plena praça da vila, ao L.º P.º Matias da Silva, cura de Aldeia das Dez;
- 8.º — Francisco Dias, gémeo com o antecedente..

Mondego frequentando a Universidade. Apenas Costa e Silva ¹, depois de afirmar que Brás *adquirio na sua mesma patria a instrucção primaria, e o conhecimento da lingua Latina*, refere que *passou depois a Coimbra, onde se fez mui notavel pelo talento de improvisar, que então andava muito em moda*; e adopta a opinião, que encontrou consignada em umas notas manuscritas anónimas, de *que Garcia Mascarenhas se matriculara nos estudos preparatorios para o curso da Jurisprudencia*.

Vamos por partes.

*

Brás Garcia nunca frequentou a Universidade de Coimbra. Percorri com minucioso cuidado tanto os livros de matrícula como os de provas de curso de todas as faculdades académicas, desde 1610 em diante, e posso assim, com inteiro conhecimento de causa, fazer esta afirmação.

Do mesmo modo afirmo que Diogo Cesar de Meneses também jãmais frequentou as escolas universitárias. Nem era verosímil que fosse condiscípulo e confidente de Brás, pois havia entre elles notável desproporção de idade; no ano de 1619, a que são por Camilo reportados os acontecimentos por que abre o seu romance, Brás contava 23 anos, enquanto Diogo tinha apenas 14. Dois anos depois, contando 16 de idade, fazia êste a sua profissão religiosa no convento de S. Francisco de Estremôs a 15 de dezembro de 1621, e mais tarde seguia a fazer os seus estudos no convento do Varatojo ². É portanto puro romance tudo o que a êste respeito escreveu o grande literato.

*

Mas não é só isto.

A opinião de Costa e Silva é também destituída de fundamento. Brás Garcia nunca andou a frequentar os estudos preparatórios em Coimbra. Não há nenhuma indicação disso, nem no poema, onde êle próprio historia a sua vida, nem nos biógrafos que escreveram em tempos mais próximos do poeta, e que por isso melhor poderiam recolher a tradição; antes, pelo contrário, várias referências achamos, que desmentem essa opinião infundada.

¹ JOSÉ MARIA DA COSTA E SILVA, *Ensaio biographico-critico sobre os melhores poetas portuguezes*, t. VII, l. xv, p. 152.

² DIOGO BARBOSA MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, t. I, p. 644.

O poeta diz claramente que se criou pelos encantadores sitios dos vales do Alva e do Moura, cuja amenidade e beleza canta; que ali, à medida que ia crescendo em idade, mais desprezo ia sentindo pelos *patrios regalos*, mais em desejos de ver o mundo ardia, e mais aborrecidas se lhe tornavam as letras, a que quatro irmãos se deram; que, deixando definitivamente a carreira das letras pelas armas seguir, entrado na adolescência aprende o jôgo da espada, a equitação, e se entrega inteiramente aos divertimentos, à poesia, ao amor; que, finalmente, indo um dia a Coimbra a ver uma festa, lá foi preso, e daqui resultaram os grandes trabalhos e desditas da sua vida ¹. Não resulta desta narrativa auto-biográfica a quasi evidência de que Brás Garcia jãmais residiu em Coimbra a frequenter os estudos?

Madeira de Castro no *Breve resumo da vida de Bras Garcia*, que antecede a 1.^a edição do *Viriato Trágico*, deu a entender claramente o mesmo, quando escreveu, na própria vila de Avô, alguns anos decorridos sobre a morte do poeta: — *Passada a infância, & puerícia, em companhia de outros seus Irmãos, que estudarão, tomou algũas noticias da lingua Latina, que ao depois soube com perfeição por sua muyta, & natural curiosidade, & prompto eugenho, que certo foi muyto particular, & pera tudo universal. Vindo a Coimbra assistir a hũas festas, etc.*².

Quasi meio século mais tarde Barbosa Machado, na sua *Bibliotheca Lusitana*³, disse ainda mais terminantemente: — *Depois de estudar nella (na vila de Avô, sua pátria) a lingua Latina, passou a Coimbra movido de ver humas festas que nesta Cidade se celebravão, etc.*

*

Fica pois assente que Brás Garcia de Mascarenhas não residiu em Coimbra *causa studii* tempo algum.

A adolescência passou-a êle habitualmente em Avô, divertindo-se pelos férteis e amenos vales do Alva e de Pomares, e pelos montes que os confinam, sitios estes cujas belezas tanto o impressionaram, e sem dũvida muito concorreram para lhe despertarem o estro poético, e para fazerem dele o grande observador da natureza, o grande admirador do belo, que se nos revela em todas as páginas do seu poema.

¹ V. T. xv, 32 a 39. — ² Doc. CXII. — ³ Tom. I, p. 545.

São várias as referências que a Avô, aos seus vales e aos seus rios, Brás consagrou no *Viriato Tragico*, sempre cheio de admiração, e acusando, ainda na idade madura, o entusiasmo juvenil despertado pelas impressões recebidas em tempos havia muito decorridos, quando por aqui estudava e se divertia. As recordações dêsses dias felizes surgiam-lhe bem mais saudosas, bem mais sentidas, depois que recebeu o desengano cruel de observar de perto a vida artificiosa e fermentada da côrte, primeiro em Madrid e mais tarde em Lisboa; depois de ter percorrido muitas terras em peregrinações aventureiras, e de ter experimentado e sofrido ingratidões, perversidades, desgostos e trabalhos sem número.

; Com que amor nos fala o poeta do seu querido rio, e do sítio em que se lhe junta o Moura, hoje ribeira de Pomares, em cuja confluência está situada a vila de Avô!

Da altiva Estrella nasce altivo Infante,
 Meu patrio Alva, corno de Amalthéa,
 Que em pomos, & pescados abundante
 Mais copia cria, do que tem de area:
 Em partes mudo, em partes retumbante
 De Vila em Vila placido passeia,
 Que todas nelle tem soberbas pontes,
 Pera quando soberbo investe os montes.

Com duas, & hum Castello, a qual mais forte,
 A cara Patria minha, aonde abraça
 O trutifero Moura, umbrosa Corte
 De Flora, & Diana, lhe acrescenta a graça.
 Serpejando tal vez ao Sul, & ao Norte
 Tres legoas ao Poente à vista passa
 De Arganil, celeberrimo Condado
 Que só mereceo ter Conde mitrado ¹.

Acrescentando em outra parte mais êste elogio à sua querida vila natalicia:

Os bosques, em que está, vê deleytosos
 A Ceres loura, & a Flora jardineyra
 Vê nascer entre os Rios caudalosos
 Nobre Villa em península guerreyra,

¹ V. T. iv, 90 e 91.

Que com tres edificios sumptuosos,
 Ponte, Castello, Igreja, honrando a Beyra
 Ennobrece Diniz, segundo Brigo ¹,
 Novo Restaurador do Reyno antigo ².

Noutra passagem celebra o formosissimo lago chamado o *Pégo*, onde se confundem as águas do Alva e do Moura :

Bem donde o Alva cristalino abraça
 O pomífero Moura, que correndo
 Pobre de cabedal, rico de graça,
 Censo eterno lhe está sempre offrecendo ;
 De claras agoas larga, & bella praça
 Entre asperas montanhas se está vendo,
 Amphiteatro de plantas, que autorizão
 O grã lago, em que sempre se narcisão ³.

E deixa transparecer toda a saúde que lhe vai na alma, quando escreve :

Crieyme nestes vales deleytosos,
 Refrigerio de calidos Estios,
 Quente abrigo de Invernos rigorosos,
 Labyrintho de Flores, & de Rios ;

¹ Brigo, rei fabuloso da península hispânica, imaginado pelos fantasiosos inventores de etimologias, para explicarem o étimo de *Briga*, que se encontra muito freqüentemente no onomástico toponímico lusitano, e que não passa duma palavra celta. Laymundo, Vaseo, Beroso e vários outros inventores eméritos, seguidos pelo nosso Fr. Bernardo de Brito, imaginaram o tal rei Brigo (cujo reinado fixaram no ano 400 depois do dilúvio, 2056 da criação do mundo, 1906 antes de Christo) fundador de muitas dessas cidades e povoações, que no seu nome conservaram dele a memória. *O principal intento deste inclito Rey, diz Brito, foy ampliar, & engrandecer seu Reyno, com muitas pouoações & cidades que nelle fundou; conduzindo os homens que morauão em choças, & lugares desertos, a hum modo & figura de Republica muy concertada, de tal maneira, que Espanha ficou em seu tempo, outra muito diferente do que antes for.a. E tanto a engrandeceo com edificios, que delle... se chamarão em Espanha as fortalezas & cidades Brigas... principalmente em nossa Lusytania, onde a memoria deste Rey foy mais celebrada, porque a todos os pousos se fundauão nouamente, lhe dauão o nome de Briga... Conclue pois Laymundo com dizer, que neste Rey & sua prospera ventura, começaram as gêtes de Lusytania & das mais partes de Espanha, a leuantar cabeça, & deixar o modo de viuer barbaro, q̄ antes tinhão, gouernandosse com hũ modo pollitico, & conuersuel, de tal sorte que se pode com razão affirmar, ser este hũ segundo fundador de Espanha (Monarchia Lusytana, part. I, l. 1, cap. vi).* Com esta explicação, é clara a referênciã do poeta.

² V. T. xv, 24. — ³ Ibid. xiv, 104.

De peyxe, caça, & frutos abundosos,
 De primor checos, de ambição vazios,
 Que ambições, & privanças, que namorão,
 Fogem dos vales, & nas cortes morão ¹.

São estes sitios deliciosos, onde passou os melhores dias da juventude, que constituem o seu sonho querido durante a longa ausência forçada, a que se vê condenado; e, apenas o ensejo se lhe oferece, para elles corre,

Porque assim como a agulha busca o Norte,
 Busca a Patria, o que della vive absente ².

Por fim, quando, já cansado de tanto labutar, procura um pouco de sossêgo e quietação para a última quadra da vida, é a esta abençoada região, onde brincara na infância, que vem pedir a almejada tranquillidade, dizendo então, ainda cheio de recordações saudosas de época distante:

Retiro-me a estes valles, a estas fontes,
 A estes frescos jardins, & patrios Rios,

 Contento destes ares, & horizontes ³.

*

Cêdo principiou Brás Garcia a manifestar génio aventureiro e irrequieto.

Em breve aborrece as letras, a que seu pai o desejava dedicar, e abandona os estudos, nos quais seus irmãos Manuel e Pantaleão continuam a fazer progressos, avançando na carreira, que mais tarde é também seguida pelos outros dois irmãos, Matias e Francisco.

Entrega-se então à aprendizagem da esgrima, e antes de pouco o jôgo das armas não tem para elle segredos; apaixonou-se pela equitação, e torna-se um cavaleiro distinto; a música e a dança também nele teem um cultor apaixonado. Com todos estes predicados, com um génio folgazão, generoso, dado a aventuras, e ao mesmo tempo altaneiro e brigão, com um temperamento sangüíneo, apaixonado, romântico, faça-se idéia de qual seria a vida dêste joven fidalgo, cheio de talento, de vivacidade e de vigor, percorrendo a Beira em viagens

¹ V. T. xv, 32. — ² Ibid., 60. — ³ Ibid., 104.

constantes à busca de festas e divertimentos, que a todos alegrava com seu espirito e graça.

Galã atrevido e incorrigível, não perdia ocasião de dirigir os seus requebros a qualquer dama formosa, que se lhe deparasse; e assim ia entretendo em alegre estúrdia a sua *louca ociosidade*, como êle mesmo diz. Madeira de Castro, publicando a biografia do poeta 43 anos depois de êste haver falecido, afirma que em Avô *ainda não esquecerão suas juvenilidades* ¹.

Esta vida desregrada devia desgostar profundamente Marcos Garcia, homem grave e sério, que depois de ter procurado atraír o filho desassisado, cercando-o de carinhos e *pátrios regalos*, que êle *desprezava*, se viu na dura necessidade de se resignar a abandoná-lo à sua sina.

No meio dêstes desregramentos, em que o poeta dissolutamente se deixou absorver, e apesar da robustez de sua compleição, um achaque o torturava freqüentes vezes, obrigando-o a cuidados e resguardos: sofria muito da garganta, o que o levava a desconfiar um pouco da protecção do Santo, em cujo dia nascera, e cujo nome lhe fôra dado. Mas com a idade foi-se atenuando o mal, até completamente desaparecer ².

*

Um dia succedeu o que era de esperar. Brás Garcia gostava muito de brincar com o fogo; ¿ que admira que fosse vítima de um incêndio? Namorador de profissão, chega o momento em que se sente preso dos feitiços duma formosa mulher, e desde essa hora começa para êle a via dolorosa das desditas.

Ignora-se quem e donde seria esta dama, que assim cativou o galã temível; certamente era da Beira. talvez mesmo de Avô ou cercanias. Não é lícito conjecturar que fosse D. Maria da Costa, filha do capitão-mor de Avô, João Manuel da Fonseca, a qual mais tarde veio a ser sua legitima espôsa; nesse tempo ainda sequer não tinha nascido ³.

Por uma série de circunstâncias e coincidências, que bem estranhas seriam se se considerassem meramente casuais, sou tentado a aventar a hipótese, embora não possa sustentá-la como facto histórico

¹ *Breve resumo* etc., no princípio da 1.^a ed. do V. T. (Vid. doc. CXII).

² V. T. xv, 30. — ³ Doc. XXIII.

à falta de prova suficiente, que a grande paixão de Brás teria por objecto uma filha do capitão-mor de Avô, Gaspar Dias da Costa, antecessor no cargo e sogro do referido João Manuel da Fonseca.

D. Cecília Madeira da Costa se chamava essa menina, e era quatro anos mais nova do que o poeta, pois nascera no princípio de maio de 1600, sendo baptizada a 11 do dito mês ¹.

Anno de 1618.

^{mãe}
 Nos deztois dias do mes de abril da mesma era feudo em
 o padre Jimão de Almeida nesta paróchia de Nossa Senhora da
 Conceição com omissão e consentimento do padre Joam
 muyrão de Azevedo a maria filha de Joam
 e de maria madre da Costa foy baptizada
 Bernardo Lavaredo com o nome de Cecília
 madre de João filha de Gaspar Dias e por foy
 passar na subada foy fey termo do officio
 Simão de

Assento de baptismo de D. Maria da Costa mulher de Brás

Herdeira da rara e afamada beleza e encantos de espirito de Susana Manuel, sua mãe, e de parte da grossa fortuna de seu pai; apelidado de *honrado e rico-homem* em vários documentos da época, descendente de nobilíssimas estirpes tanto pela linha paterna como pela materna; possuidora dum nome dos mais illustres de toda a Beira, esmaltado por tradições de família gloriosas: não admira que em volta desta joven se formasse uma côrte de apaixonados e pretendentes.

¿Seria ella realmente a amada do nosso Brás Garcia? Suponho que sim, e a esta hipótese terei occasião de voltar a referir-me várias vezes. Fosse porém D. Cecília, ou fosse outra, formosa devia ella de ser, pois se deduz das estâncias do *Viriato Trágico* não só que a paixão do poeta foi profunda e enorme, senão também que seme-

¹ Vid. *Notas genealóg.* III, II, 6.

lhantes paixões despertou a mesma dama em outros rivais. O que é certo é que exerceu sobre êle e sobre a sua vida uma influência decisiva.

Foi então que principiou a fazer versos, cantando o objecto dos seus amores, em volta do qual ficou de ora avante gravitando, como a fascinada borboleta à roda da luz. ; Que pênna terem-se perdido estas primeiras composições, assim como todas as líricas do nosso poeta, que tam interessantes seriam para o estudo psicológico de Brás!

Não ha desgosto que não lhe advenha dêstes amores: *ciumes* de rivais, *desafios e brigas* em que é ferido, *resistências e transe*s que nos são desconhecidos, intempéries de *vento, chuva, calma e neve*; a tudo isto o poeta se sujeita, *tudo sofre* pela sua paixão, e *nada sente*.

É interessante a narração auto-biográfica dêste período da juventude, que encontramos enquadrada no canto xv do *Viriato Trágico*¹.

Porém como estes bens não conhecia,
Nem os futuros males receava,
Quanto já na puerícia mais crescia,
Mais os patrios regalos desprezava.
Em desejos de ver o mundo ardia,
Estreyta a Patria o coração achava,
E as Letras, a que quatro Irmãos se derão,
Pellas Armas seguir, me aborrecerão.

Entro na adolescencia, ponho espada,
E della aprendo huma, & outra regra,
Ramo não fica, em que não vá provada,
Nem cabello, em que não me dem com a negra.
O tanger, & dançar muyto me agrada,
Mais o cavallo brincador me alegra:
De festa em festa ao nescio encaretado
Aquí senhor me finjo, alí criado.

Porque a toda a janela de cortina
O Picaro² disfarce reconhece,
Que onde brilha a belleza peregrina,
Sobe o sotaque³ a ver se o favor dece.
Qual cala, qual responde, qual se inclina,
Qual favorece, qual desfavorece,
Selada⁴ feyta de confiança honesta,
Festa, que todos tem por melhor festa.

¹ Estt. 33-38. — ² Travêssos, malicioso, astuto. — ³ Dito picante, espirituoso.

⁴ *Salada* (mod. *salgadhada*): — mistura de cousas em confusão. Também costumavam assim denominar-se certas composições poéticas, em que entravam versos de vários géneros e metros.

Amor, que em noviciado entretivera
Até ali minha louca ociosidade,
Tratou de siso, como se o tivera,
De me opprimir de todo a liberdade.
As Musas que emté antão, ¹ não conhecera,
Achando em seu calor facilidade,
Cantando espalhão queyxas, & louvores,
Que Amor sem versos, hé jardim sem flores.

O mais inhabil, & grosseyro Amante,
Se não faz versos, os alheos canta,
Passarinho não há, que os seus não cante,
Porque seu metro tem, sua garganta.
Responde a féra à rude consõante
Da que bramindo absente a voz levanta;
A tudo o que ama infeyta esta harmonia,
Porque hé gala do Amor a Poesia.

Este Tyranno intrinseco me deve,
Quantas desditas tenho padecidas,
Que em tantas me enredou em tempo breve,
Que o não há, pera serem referidas.
Ciumes, vento, chuva, calma, neve,
Desafios, payxões, brigas, feridas,
Resistencias, & transes, que não pinto,
Tudo por elle passo, & nada sinto.

¹ *Até então*. Formas antiquadas na linguagem literária, mas que se conservam ainda na popular.

Prisão e fuga do poeta

Em 1616 achava-se completa a família de Marcos Garcia.

Brás continuava na sua vida airada; agora, todo absorvido pela sua grande paixão, raras vezes parava em casa, e era o constante desgosto que punha os pais e irmãos, e os trazia em continuo sobresalto.

O Manuel, com os seus 22 anos feitos, admiravelmente familiarizado com os clássicos latinos, conhecia todos os segredos da lógica desvendados por Aristóteles, e todos os artificios da retórica por Quintiliano formulados.

Era um rapaz de estatura regular, bem feito de corpo, de rosto claro, testa ampla e majestosa; quando se ria ou falava, apareciam duas belas fileiras de dentes muito alvos. Não tinha inimigos. De inteligência viva e culta, de ânimo varonil e generoso, de seriedade e ponderação muito raras naquela idade, de comportamento exemplaríssimo, êste mancebo atraía a estima, a admiração, o respeito de quantos o conheciam ¹.

Como tencionava dedicar-se ao estado eclesiástico, fôra adscrito ao serviço da igreja parochial de Avô; trajava por isso clericalmente, embora ainda fosse leigo ². Todos os dias subia várias vezes à

¹ Estes predicados físicos e morais de Manuel Garcia e de seu irmão Pantaleão encontram-se referidos nos processos que se organizaram para a sua admissão aos diversos graus de ordens, os quais se encontram arquivados na Câmara Eclesiástica de Coimbra. Dêstes processos, e de outros relativos a descendentes de Marcos Garcia, copiei alguns documentos, que vão adiante publicados. Quanto a Manuel Garcia, veja-se o doc. XXVI.

² Quando recebeu prima tonsura e o grau de ostiário, a 18 fevereiro 1617, declarou-se, na inscrição dos ordinandos então feita, que estava *adscripto ao serviço da dita igr.ª [de nossa S.ª da Conceição da villa de auoo; aliás de N. S.ª da Assunção].* (C. C. — *I.º para matricula de ordens em 1617-1619*, fl. 4 v.º e 23).

igreja, ao toque dos sinos, para acolitar os clérigos da colegiada de Nossa Senhora da Assunção, tanto na recitação do officio divino, como na celebração das missas e restantes actos litúrgicos ¹.

Preparava-se para no próximo outubro vir fazer o seu exame de sufficiência no Real Colégio das Artes de Coimbra, que o habilitaria à matrícula no primeiro anno universitário.

Èle mesmo auxiliava nos estudos o irmão Pantaleão, rapaz de 15 anos, alto, de rosto comprido, um pouco aguçado no queixo, ainda sem sinais de barba. Não era tão claro como o Manuel, tinha as faces rosadas, olhos garços suaves e formosos, dentes alvos, mãos compridas de talhe aristocrático, falas brandas e insinuantes. Para completar o retrato diremos que era muito sossegado, pacífico, piedoso, assíduo frequentador dos actos religiosos; assim mais parecia uma donzela recatada, do que um rapaz da sua idade. Tinha entretanto notável agudeza de intelligência, e era muito estimado e querido em Avô ².

Com os seus nove anos, o Matias apenas então começaria os longos e laboriosos exercícos de soletração, mas já mostrava uma vivacidade e irrequietismo, que preocupava bastante o pai, fazendo-o recear que estivesse ali em preparação um segundo Brás ³.

O Francisco não passava de uma criancinha de 4 anos, o mais novo do rancho, muito amimado pela mãe, que nele se revia, amando-o extremosamente como último dos seus filhos.

Eis a situação em que se achavam neste anno de 1616 os quatro irmãos de Brás Garcia de Mascarenhas. Camilo Castelo Branco apresenta-os aos seus leitores como sendo, três anos depois dêste a que nos reportamos, *quatro padres* valentões e violentos, *que já se haviam* formado em direito canónico ⁴!

¡Tanto pode a imaginação fecundíssima dum grande romancista !!

*

Mas entrando em casa de Marcos Garcia, e travando conhecimento com os rapazes da familia, não deixemos de procurar ver tam-

¹ Doc. XXVI. — ² Doc. XXVII e notas respectivas.

³ O character e génio de Matias Garcia deduz-se da leitura dum processo arquivado na Câmara Eclesiástica de Coimbra, do qual extratámos algumas peças, que publicamos entre os documentos com o número de ordem LXXXV. Veja-se também o doc. XCVIII.

⁴ *Luta de gigantes*, introdução.

bem as irmãs. É um pouco mais difícil, pelo grande recato de que na provincia se cercavam as donzelas de fina educação.

A mais velha, Feliciania, era então uma senhora de 24 anos; auxiliava sua mãe na direcção dos labôres domésticos, e adestrava-se para ser em breve uma boa dona de casa. Fôra ha pouco pedida em casamento para Sebastião Gomes, mancebo considerado da vila de Anadia, que herdara de seu pai, com um nome honrado, uma boa fortuna ¹.

Verónica e Maria, na viçosa idade de 20 anos uma, outra de 18, entreter-se hiam, como abelhas diligentes, nas lides familiares, e já bordando, já costurando, preparariam o enxoval de sua irmã, que devia de ser importante, como exigia a prosápia fidalga e situação de sua familia, e a larga abundância e consideração em que vivia a familia do noivo. Nas horas de descanso, encostadas ao peitoril ou à grade de uma das janelas, que ainda hoje existem, sôbre o Pêgo, vendo correr mansamente a água por entre as árvores que revestiam as margens, e ouvindo o mavioso canto dos roxinois e das tutinegras, ou sentadas no estreito jardim, que mediava entre a casa e o poético lago, recreando a vista no belo quadro que as cercava e aspirando o inebriante aroma das flores, ¿ quantos sonhos de felicidade não architectariam elas, a pensarem no próximo casamento da irmã? ¿ Se o mundo é assim, todo cheio de illusões!...

Bastante mais novas, Ana e Isabel iam sendo educadas com a aquisição das prendas que então se exigiam na provincia em damas de igual estirpe, entre as quais se não contava a de saber escrever; e Antónia, que no próximo novembro completaria os 8 anos, outra cousa não podia fazer senão brincar com o irmãozito mais novo, e cuidar das suas bonecas.

*

No meado de outubro dêste ano partiu para Coimbra Manuel Garcia, para começar o seu curso universitário em uma das faculdades jurídicas, provávelmente na de Cânones. Era comum o primeiro ano dos dois cursos, de Cânones e de Leis; só do segundo em deante é que se distinguiam.

Como não era bacharel em Artes, nem tinha jámais frequentado os cursos desta faculdade, fez no *Colégio* ou *Escolas menores*, então

¹ Docc. XXII e CVII.

confiadas aos padres da Companhia, o exame de habilitação, que tinha por fim principalmente averiguar se o candidato estava corrente no uso e intelligência da língua latina, pois nas aulas universitárias era exclusivamente esta língua a usada nas prelecções, interrogatórios e respostas, sob pênna de cem réis de multa, que qualquer lente transgressor teria de pagar¹.

Com a certidão, passada pelo padre principal, de como foi examinado, e achado sufficiente pera poder ouvir direito², veiu em pessoa, e cõ habito de estudante³, apresentar-se no dia 21 de outubro ao secretário da Universidade na sala do Conselho, para realizar a sua matricula⁴.

Já era passada a primeira metade de outubro, pelo que teve previamente de declarar, sob juramento, qual o dia em que havia chegado a Coimbra; e como desde então não eram ainda decorridos os quinze dias de tolerância, o secretário, recebido o juramento dos estatutos⁵, lavrou o termo de matricula no curso de *Instituta* (1.º ano

¹ *Estatutos da Universidade de Coimbra: Confirmados por el Rei Dom Philippe primeiro deste nome, nosso Senhor: Em o anno de 1591*, l. III, tit. xi, §§ 10 e 11.

² *Ibid.* tit. 1, § 2.

³ O trage académico era bastante diferente do que veiu a ser usado desde o século xviii em diante; e, embora houvesse prescrições regulamentares, é certo que, tanto no corte como na escolha das fazendas, o arbitrio dos rapazes tinha ensanchas para variar, e para introduzir modas. Havia entretanto limites e restrições, em virtude das quais lhes era prohibido o uso de sedas, a não ser nos forros dos *chapeus* e *barretes*, *collares dos manteos*, e *guarnições de sotainas por dentro*; também não podiam usar em nenhum vestido externo as côres amarela, vermelha, encarnada, verde e alaranjada, e na cabeça não lhes era licito trazer *barretes* que não fossem *redondos* ou *de cantos*, sendo-lhes interdito o uso de *carapuças* a não ser que andassem de luto, se fôsem pessoas que por lei o pudessem usar, e durante o tempo estritamente limitado; nem tinham faculdade para trazerem *abanos* nas camisas, *senão collares chãos sem feitto de rendas, nem bicos, nem transinhas, nem outras guarnições semelhantes*. As *capas de capello cerrado* eram prohibidas, devendo os estudantes trazer *manteos de collar, ou de capellos abertos*; e interdição absoluta havia de usar vestes com *golpes ou entretalhos que se veião, e botas ou çapatos com piques, golpes, botões ou fitas*. — O vestuário dos estudantes da Universidade de Coimbra nesta época encontra-se ordenado nos citados *Estatutos de 1591*, l. III, tit. iii. Pelos referidos estatutos filipinos fôra revogada a *Ordenança para os estudantes da Universidade de Coimbra* de 31 de janeiro de 1539, que por lapso, um pouco indesculpável, Camilo Castelo Branco supôs ainda em vigor na época de que nos occupamos. (Vid. *Luta de gigantes*, introdução).

⁴ Doc. XXI.

⁵ Eis a fórmula: — *Eu F. juro a estes sanctos Euangelhos, que serei obediente ao Rector desta Vniuersidade, & a seus successores, in licitis & honestis, & nos ne-*

jurídico), e arrecadou os dez réis que lhe pertenciam de emolumento ¹. Desde então ficou Manuel Garcia pertencendo ao foro privativo da Universidade, e frequentou com regularidade as aulas até ao fim de maio de 1617².

No sábado das tēporas da cinza, a 18 de fevereiro dēste ano, fez o seu ingresso no estado clerical, recebendo *prima tonsura* e o *ostiarado*, primeiro grau das ordens menores, das mãos do bispo-conde D. Afonso Furtado de Mendonça, na capela-mor de S. João de Almedina.

Suponho que durante êste ano lectivo teve na sua companhia o irmão Pantaleão. Embora pudesse continuar na Beira os seus estudos para o estado eclesiástico, a presença em Coimbra do irmão mais velho, que neles o costumava dirigir e auxiliar, deve ter determinado a sua vinda. Os processos de inquirição e as informações paroquiais *de genere, uita et moribus* para a recepção successiva dos diversos graus de ordem, dão-no como tendo residido permanentemente em Avô; sómente na informação escrita pelo padre cura Inácio Rodrigues, a 7 de setembro de 1627, quando corria o processo para a sua ordenação de diácono, é que se lê uma restrição: — *não resedio fora desta rilla tempo algũ senão quãdo estudou nessa Cidade* ³. Parece tratar-se de um facto que, por ter curta duração e por ser passado ha muito tempo, estava esquecido, e por isso não fôra consignado nem nos depoimentos das testemunhas, nem nas três informações successivas, dadas anteriormente a esta nos anos de 1625 e 1626 pelo mesmo padre Inácio Rodrigues, aparecendo apenas nesta informação porque, ao fazê-la, o padre cura se lembrou casualmente daquele facto.

Creio pois que a residência de Pantaleão Garcia em Coimbra *causa studii* coincidiu com a de seu irmão Manuel, não excedendo o tempo de um ano lectivo, como se vai ver.

*

Posto ponto nas aulas no último de maio de 1617, veio Manuel Garcia em um dos primeiros dias de junho perante o lente doutor

gocios, & cousas da Vniuersidade darei conselho fiel, ajuda, & fauor: & contra ella, ou seus estatutos nunca aconselharei nem ajudarei pessoa algũa, sem primeiro lhe pedir pera isso licença, & todas as vezes que me mandar chamar irei em quanto na dita Vniuersidade estiuer. (Estat. cit. l. III, tit. II).

¹ Ibid. tit. 1. — ² Doc. XXI. — ³ Cf. doc. XXVII, nota 2.

António Lourenço, que representava o reitor D. João Coutinho, achando-se também presente o secretário da Universidade, a fim de provar o seu curso ¹. Exibiu um certificado, pelo qual mostrou que, *alem da obrigação da Paschoa da Resurreição, se confessara tres vezes no anno, comuem a saber, pellas festas de todos os sanctos, Natal, & Pentecoste* ²; com os depoimentos de dois condiscipulos, devidamente ajuramentados aos santos Evangelhos, provou que frequentara as aulas durante 8 meses menos 20 dias ³, e que possuía *seus proprios* todos os livros de texto da sua faculdade ⁴.

O curso precisava de ser, pelo menos, de oito meses completos, sem o que não podia em outubro matricular-se no imediato ⁵; entretanto ao estudante que provasse ter frequentado mais de seis meses, valorizava-se essa frequência, e permitia-se-lhe perfazer o restante até completar os oito meses, frequentando no principio do ano seguinte as mesmas cadeiras durante o número de dias para isso necessário ⁶; e ainda se lhe facilitava mais o complemento do curso, levando em conta para êste efeito a assistência aos actos públicos dos bacharéis da mesma faculdade, que se faziam em junho e julho. Era dêste último meio que geralmente se utilizavam os alunos. Em qualquer dêstes casos provavam também testemunhalmente a frequência suplementar, lavrando-se o termo respectivo no livro de provas de curso.

Manuel Garcia porêem prova a sua frequência até ao último de maio, e, deixando o seu curso de Instituta incompleto, ou pelo menos sem voltar em julho a provar que o completara com a assistência aos actos dos bacharéis, desaparece da Universidade, para não mais se lhe tornar a fazer referência ou alusão alguma nos registos académicos!

*

Demorei-me propositadamente neste ponto porque, embora à primeira vista nenhuma relação pareça ter com a biografia de Brás Garcia, tem-na contudo, e grande. Para a tão obscura cronologia da vida do nosso poeta é de interesse bem saliente o facto, que deixamos averiguado: seus irmãos Manuel e Pantaleão só residiram em Coímbra no ano lectivo de 1616 a 1617.

Realmente a tradição, consignada pelos escritores, envolve os irmãos como cúmplices na aventura extraordinária e memorável da

¹ *Estat. cit.*, I. III, tit. 1, §§ 4 e 8; cf. doc. XXI. — ² *Ibid.* tit. III. — ³ Doc. XXI.

⁴ *Estat. l. cit.*, tit. XLII, § 2. — ⁵ *Ibid.* tit. XLII. — ⁶ *Ibid.* tit. 1, § 9 e 10.

fuga do poeta, depois de uma prisão mais ou menos demorada na cadeia da Portagem; o que, pelas circunstâncias que a revestiram, supõe que êles residiam então nesta cidade. Pequenos incidentes nos são revelados pelos documentos, que mais veem confirmar esta suposição.

Narremos agora os factos, que assim teem de ser fixados no mencionado ano lectivo.

*

Nas excursões frequentes, em que o nosso poeta andava, um dia aparece em Coimbra. O motivo determinante desta vinda foram umas festas extraordinárias, que então aqui se fizeram: talvez as festas, acompanhadas de grandes manifestações de público regozijo, realizadas por ocasião da entrada solene do novo bispo-conde D. Afonso Furtado de Mendonça, em novembro de 1616.

Era em Coimbra muito conhecido êste prelado, gozando de grandes simpatias, desde o tempo em que, na qualidade de reitor, governara as escolas universitárias de 1597 a 1605.

Dizem os biógrafos do poeta, principiando pelo seu parente por afinidade, e quasi coevo, Bento Madeira de Castro, que essas festas tiveram a sua sede, ou o seu principal núcleo, *no terreiro de Sãosam*, actual praça Oito de Maio; e realmente não admira que se notabilizassem em especial as demonstrações de júbilo realizadas em honra de D. Afonso Furtado pelos cônegos crúzios, no largo em frente do seu convento e igreja. São bem conhecidas as relações íntimas, tanto particulares como officiais, que havia entre a Universidade e aquele mosteiro, para não se poder estranhar que o prior-geral, que ao tempo era D. Jerónimo da Cruz, se esmerasse em fazer realçar e sobresair o esplendor das festas consagradas pelo seu convento ao virtuoso bispo, ao lado do qual durante anos se sentaram os prelados crúzios em todas as solenidades académicas, na sua categoria de cancelários da Universidade.

Brás, com o génio que a natureza lhe dera, não podia ser simples espectador pacato, ver e admirar boquiaberto, como provinciano ingénuo e pacífico, as festas esplendentes. A breve trecho deu que falar de si, sendo preso e conduzido à cadeia civil da Portagem.

¿Que teria êle feito para isso? Não o sei, mas certamente foi cousa muito grave.

¿Seria que, ao passar por qualquer das tortuosas ruas da lusa

Atenas, visse à janela alguma formosa e recatada filha do Mondego,
e desde logo pusesse em execução a sua arriscada teoria,

Que onde brilha a belleza peregrina,
Sobe o sotaque a ver se o favor desce ¹,

mas em vez de favor visse descer, em defesa da bela, um irmão ou
um marido que, tentando castigar o atrevimento, fosse gravemente
ferido, ou talvez morto, pelo temível espadachim?

¿Seria que, levado pelas suas tendências aventureiras, se introme-
tesse ousadamente, mais do que a prudência aconselhava, nos diver-
timentos e folgares do povo, êle que se gabava de que

De festa em festa ao nescio encaretado,
Aqui senhor me finjo, ali criado ²,

e desta forma provocasse alguma desordem grave e sangrenta, sendo
surpreendido em flagrante delito?

¿Seria que, juntando-se com alguns estudantes beirões, seus conhe-
cidos ou parentes, êle, que era por índole folgazão incorrigível, e
confessava

O tanger e dançar muyto me agrada ³,

fosse de noite, numa dessas estúrdias coimbrãs, em toques e descan-
tes, e encontrando-se com a ronda, ao ouvir qualquer admoestação,
desembainhasse a espada, e desatasse a acutilar os representantes da
autoridade?

Tudo podia ser, e não nos resta meio de precisar o facto, de certo
gravissimo (*muy grave caso* lhe chama o poeta ⁴), que originou a
prisão; sabemos apenas que Brás, ao ser preso, estava cheio de grande
contentamento, que logo se dissipou *a sopro de malsim*.

O poeta conta esta aventura na estância seguinte ⁵:

Lá, donde com mais placida corrente
O sereno Muliades ⁶ caminha,
Espelho dando à fabrica eminente
Do Arriano Ataces, & Christã Raynha ⁷,

¹ V. T. xv, 35. — ² Ibid., 34. — ³ Ibid. — ⁴ Ibid., 40. — ⁵ Ibid., 39.

⁶ *Mondego*, o rio que banha Coimbra.

⁷ Ataces, ariano de religião, rei dos alanos, casado com Cindasunda, católica, filha de Hermenerico, rei dos suevos, foi, segundo a lenda, quem fundou a nova cidade de Coimbra junto ao Mondego, no local onde hoje se encontra, dando-lhe

Fuy a ver, mais incauto que prudente,
 Hũa festa, que foy tragedia minha,
 Que a sopro de malsim preso experimento,
 Que leva um sopro o mór contentamento.

*

A prisão foi longa; *dilatada* lhe chama o poeta, *de alguns meses* acrescenta o seu primeiro biógrafo.

Viu-se então abandonado de quási todos, ainda mesmo dos parentes e amigos, que prudentemente evitaram comprometer-se protegendo-o. Os inimigos, êsses sim, apareceram para mais agravarem a melindrosa situação do criminoso, acusando-o prováavelmente do seu mau comportamento anterior, das brigas e rixas sangrentas que provocara, e em que era useiro e vezeiro.

O caso pois ia-se tornando cada vez mais complicado. Só havia que apelar para a fuga. Mas ¿ como? A prisão era forte e bem vigiada; coadjuvação de fora pouca ou nenhuma podia esperar. Seu pai, enfadado e aborrecido de tantos desatinos, lá estava em Avô, aguardando os acontecimentos, sem nada poder fazer em beneficio do filho. O irmão Manuel alguma cousa desejaria tentar, mas ¿ o que? Naturalmente pacífico, sem o talento inventivo de expedientes rápidos e decisivos, que abundava no irmão, ia também esperando cheio de desalento.

Entretanto a justiça, nas suas morosidades habituais, lá ia arrastadamente instruindo o processo, com largos compassos de espera.

Assim se mantiveram as cousas até ao verão.

*

Era uma terça feira, 4 do mês de julho; um dêsses dias de *sol ardente*¹, sem a mais leve aragem que mitigasse o calor insuportável, não raros na cidade de Coimbra, nos meses de julho e agosto.

Na cadeia da Portagem reinava sossêgo completo.

Os homens da guarda, deitados nas tarimas, tomavam a sesta na

por armas a figura da própria esposa, ladeada por um leão e um dragão, simbolizando o marido e o pai. A invenção de tal fantasia, a que alude o poeta nestes versos, pertence toda inteira a fr. Bernardo de Brito, que a vulgarizou na *Monarch. Lusyt.*, parte 2.ª, l. 6, cap. 3.

¹ V. T. xv, 42.

mais perfeita e descuidada confiança. E, realmente, ¿ que podiam êles recear? A cadeia era segura e bem guardada, com as suas duplas grades de ferro nas janelas, e as portas fortissimamente chapeadas; o carcereiro, de mólho de chaves pendente ao lado direito do cinturão, do lado esquerdo a espada, em cujo manejo estava bem adestrado, dava garantia mais que suficiente de segurança e boa ordem.

Cá fora havia, é verdade, movimento desusado, mas ¿ que importava isso? Celebrava-se nesse dia a festa da protectora de Coimbra, a popular *Rainha Santa*, cujo culto antigo havia tomado grande incremento desde que, cinco anos antes, corraera nesta cidade o processo para a sua canonização, no qual foram chamadas a depor perante os juizes apostólicos, na igreja de S. João de Almedina, testemunhas de toda a diocese e ainda de fora, e se corroboraram judicialmente milagres, que impressionavam a imaginação, e cuja fama havia muito que andava na bôca do povo. Concorrera bastante para esta exaltação recente da devoção popular o facto, que logo se divulgou, de se ter encontrado inteiro o corpo da virtuosa espôsa de D. Dinis, quando a 26 de março de 1612 os mesmos juizes apostólicos mandaram proceder, na sua presença e na de alguns peritos, procuradores, notário e testemunhas, à abertura do túmulo.

A festa, que anualmente se fazia com procissão solene, pelo menos desde 1560, passou a ser mais largamente concorrida de devotos das aldeias, a *rústica plebe*¹ que, cheia de devoção e curiosidade, aguardava a hora de sair a procissão, e estacionava em grupos onde quer que houvesse uma sombra².

Decorriam as horas de maior calor.

Eis que aparecem à porta da cadeia uns criados de Manuel Gar-

¹ V. T. xv, 42.

² Havia nesta época em Coimbra grande entusiasmo em realizar com esplendor as festas da Rainha Santa Isabel. Temos disso vários vestígios, um dos quais está na acta duma sessão da mesa da Misericórdia desta cidade, realizada a 3 de julho de 1614 sob a presidência do bispo-conde, o magnânimo e faustoso D. Afonso de Castelo Branco, acta esta que se encontra no Cartório daquela corporação, exarada no l. 2.º dos *Assentos e acordos* (1614-1629), fl. 1. Tinham-se mandado chamar à presença da mesa, a fim de prestarem o costumado juramento, dois irmãos que ultimamente haviam sido eleitos mesários. Um deles, *R.º dalbuquerque*, não compareceu, enviando recado a dizer que não podia ir, *por andar ocupado com as festas da R.ª S.ª*. — De tudo isto se encontram notícias minuciosas e circunstanciadas na minha obra em 2 volumes intitulada — *Evolução do culto de Dona Isabel de Aragão, esposa do rei lavrador, Dom Dinis de Portugal (a Rainha Santa)*. — Coimbra 1894.

cia, portadores de um grande presente para o preso, nada estranhável neste dia de festa. Deviam ser conhecidos do carcereiro, e não era certamente a primeira vez que ali iam, como portadores de encomendas ou recados.

O carcereiro não os deixaria entrar, sem primeiramente ser verificada a perfeita inofensividade do presente e dos portadores. Tudo estava regular. Era autêntico o presente, os portadores pacíficos e desarmados. O cêrbero vigilante puxou do seu molho de chaves, abriu a primeira porta, cometeu a indesculpável imprudência de a deixar aberta, seguiu o corredor acompanhado dos criados, e foi abrir a porta da enxovia onde Brás se encontrava.

Num relancear de olhos, com aquela agudeza de vista que o distinguia, o preso notou a imprudência, que depois chamou *alheyo erro*¹, cometida pelo carcereiro. A rapidez assombrosa com que, aproveitando qualquer circunstância fortuita, traçava um plano, e a prontidão com que, sem se deter um momento em leve hesitação, o executava, eram qualidades admiráveis que possuía, e de que tantas vezes deu provas durante toda a sua vida. Desta vez manifestou bem claramente estes dotes extraordinários.

Ver a porta aberta, cair como um raio sôbre o pobre carcereiro sem lhe dar tempo para nada, arrancar-lhe a espada da bainha, e prostrá-lo com uma formidável cutilada, foi tudo obra dum momento.

De espada em punho corre sôbre a porta; o pessoal da guarda, surpreendido num primeiro momento de indecisão, pretende embargar-lhe o passo. Mas era tarde: o preso, galgando de dois pulos o átrio, transpunha a porta da rua.

*

Para compreendermos a narrativa da fuga audaciosa de Brás Garcia, precisamos de reconstituir primeiro a topografia do largo da Portagem e suas vizinhanças. Na planta aqui reproduzida encontra-se perfeitamente determinado o sitio onde se erguia a cadeia da Portagem. Ainda hoje temos um ponto de referência, que serve admiravelmente para, à face da planta, se determinar com precisão êsse local: é a tôrre da antiga cidade, cujo ângulo vemos a salientar-se no edificio em ruínas do velho colégio da Estrela, quando o observamos da Avenida de Emídio Navarro, nas proximidades da ponte.

¹ V. T. xv, 41.

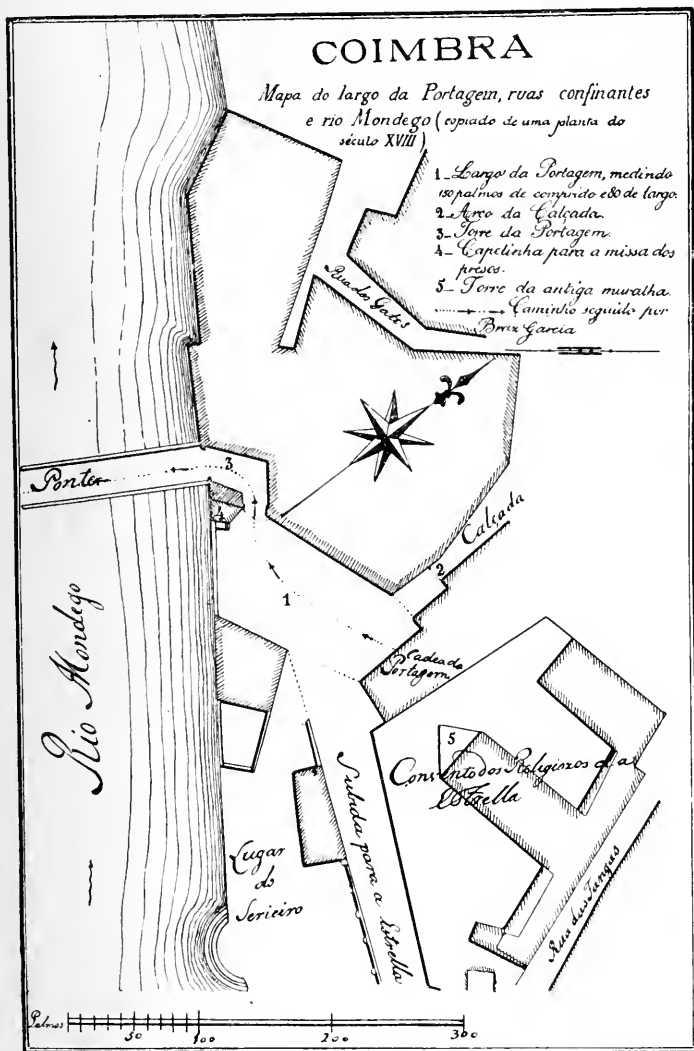
A cadeia ficava no sítio onde hoje se encontram as duas primeiras casas de habitação do largo, junto ao princípio da subida para a Estrela.

Na vista panorâmica de Coimbra, que também adiante (pág. 49) publicamos pelo seu valor documental, lá se descobre uma parte do edificio da cadeia. Emerge por trás de um torreão, pertencente às casas do lado fronteiro do largo, mostrando no 1.º andar quatro das suas janelas, e no 2.º duas de frente e uma de tópo. O largo, de forma bastante irregular, e acanhado, abria-se, na sua maior extensão, de E.-N.-E. a O.-S.-O. em direcção ao rio, e media cêrca de 33^m de comprimento por 17 de largura.

Ao lado da cadeia rasgava-se um arco, que dava ingresso à rua da Calçada, hoje de Ferreira Borges, a qual portanto se prolongava para esta banda bem mais de que actualmente, indo abrir-se nela a rua dos Gatos, de que ao presente resta apenas uma parte. O lado do largo, compreendido entre o princípio da rua da Calçada e a passagem para a ponte, era constituído por casas particulares, que ininterruptamente se enfileiravam, sem deixarem saída alguma, até irem topar na tórre, que se erguia na extremidade da ponte.

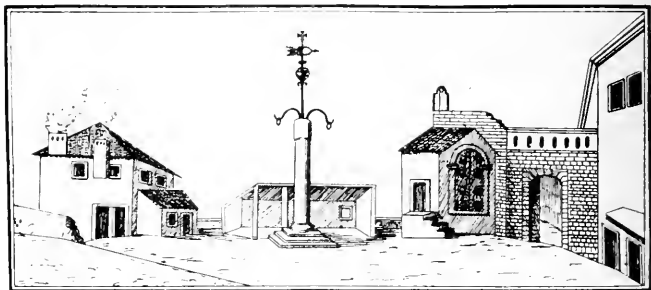
Caminhando da cadeia para o rio, poucos passos andados, encontrava-se o comêço da rampa que dava acesso, como hoje, à rua da Alegria e à Estrela, onde então havia uns arcos romanos, e onde ficava a porta de Belcouce, para lá da qual se estava dentro da cidade alta, que era toda cingida de muralhas; nestas se abriam, a dar comunicação para o exterior, além da de Belcouce, mais quatro portas: a da Traição, do Castelo, de S.^{to} Agostinho ou do Collégio Novo, e de Almedina. Continuando a avançar no largo da Portagem em direcção ao rio, logo adiante do comêço da rampa da Estrela, deparavam-se-nos umas casas, e, contornando estas, ficava livre a margem do Mondego para montante, onde se encontrava, um pouco acima, o *lugar* ou *cais do Cerieiro*. Ali uma larga escada dava descida para o rio.

Resta falar do lado do largo contiguo ao Mondego, que então corria bem mais próximo da cidade do que hoje. Nesse lado havia um coberto voltado para o terreiro, onde se pagavam os direitos *de portagem* e *de passagem* pelas fazendas que por esta banda entravam na cidade, quer destinadas à venda, quer em simples trânsito; foi esta cobrança que deu o nome *da Portagem* ao lugar. Em frente dêsse coberto ou telheiro erguia-se o pelourinho, que em 1611 tinha sido mudado da praça de S. Bartolomeu para aqui; e mais abaixo, encostada à tórre da ponte, havia uma capelinha minúscula, com



Planta do largo da Portagem e suas vizinhanças, com indicação da cadeia e do caminho seguido por Bras, quando se evadiu

entrada lateral, a que dava acesso uma escada exterior de pedra, de quatro degraus, e cuja frente era rasgada por amplo arco, que deixava a descoberto todo o interior do edículo. Era aqui que se celebrava missa todos os domingos e dias santificados, para os presos cumprirem o preceito eclesiástico, assistindo a ela através das grades da cadeia, situada no lado oposto do pequeno terreiro. Ainda hoje existe em Coimbra um edículo do mesmo tipo; está encostado á igreja de S. João de Almedina, e servia para se dizer missa aos presos do aljube, que ficava fronteiro.

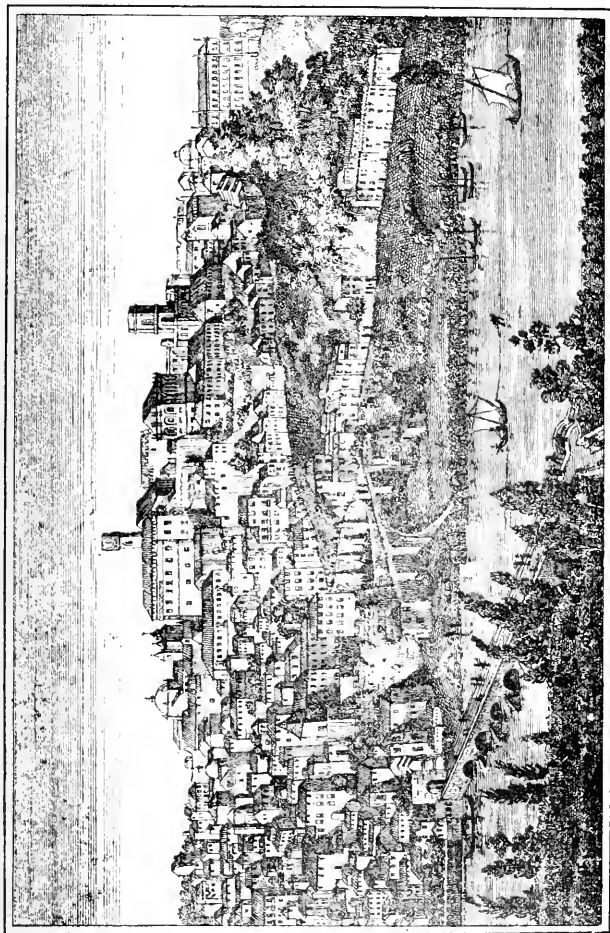


Lado S.-O do largo da Portagem, que ficava fronteiro às janelas da cadeia

Para completar o conhecimento do largo da Portagem, precisamos ainda de falar da tôrre, a que ficava encostada a capelinha, com a qual formava o ângulo O. do largo. Era uma construção forte e elevada, de forma quadrangular, a mais comum nestes edificios destinados à defesa das entradas dos lugares fortificados. Constituia a unica passagem da ponte para a cidade, e era conhecida pela denominação de *porta da Portagem*. Os lados N.-E. e N.-O. não tinham abertura; mas a parede S.-O., que se defrontava com a ponte, e a S.-E., que faceava com o largo, eram abertas em arco, dando acesso às pessoas que da outra banda do Mondego se dirigiam a Coimbra.

Sôbre o fecho do arco que olhava para a ponte havia uma aparatosa lápide, com 1^m,84 de alto por 1^m,65 de largo, ricamente esculpida em estilo manuelino. Representava Nossa Senhora, assentada, com o Menino ao colo, e ladeada por dois escudos com as armas portuguesas, tendo aos pés uma inscrição em caracteres góticos comemorativa da reconstrução da ponte e do acrescentamento da tôrre, no reinado de D. Manuel.

Em 1646 a Câmara municipal, em cumprimento de ordens supe-



CIDADE DE COIMBRA.

Panorama de Coimbra, desenhado do natural antes de 1837. Nêle se vê a antiga ponte sôbre o Mondego, a torre com o arco e a cadeia da Portagem

riores, colocou outra lápide por baixo daquela, a comemorar a aclamação da Virgem por padroeira do reino, e o juramento da sua Conceição Imaculada.

No interior da tórre, na parede fronteira a êste arco, a altura conveniente para ser visto por quem viesse caminhando pela ponte em direcção á cidade, havia um nicho, no qual destacava uma imagem de S.^{to} Agostinho ¹.

Conhecido o local, descrevamos agora a fuga.

¹ Tanto a planta do largo da Portagem e suas vizinhanças, como a vista dum dos lados do mesmo largo, que aqui se publicam (pp. 47 e 48), são copiadas de desenhos officiaes e autênticos do século xviii, ainda inéditos, pertencentes ao Sr. Dr. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, e actualmente depositados no Museu do Instituto; advertindo porém que a grimpada do pelourinho é desenhada do natural, pois está guardada no mesmo Museu. A tórre apresenta o arco que olhava para o largo, mas já não aparece íntegra. Tinha sido demolida, provavelmente na primeira metade do século xviii, a parte superior, e a familia dos Abreus, de Ponte do Lima, a quem pertencia a casa próxima, estabeleceu (ignoro com que bulas) comunicação de sua casa para a tórre, onde construiu uns alegretes, transformando-a assim em mirante de recreio.

Vista do lado da ponte, também se encontra figurada a tórre, mostrando o outro arco, no panorama da cidade, que juntamos igualmente (pag. 49), e que foi desenhado do natural antes de 1837, embora só fosse publicado em agosto de 1839 no *Universo pitoresco*, n.º 8, ad pag. 113. Estes três documentos gráficos são interessantes, e completam-se.

Em 1875 a Câmara municipal mandou arrasar esta velharia, para dar entrada franca e ampla da ponte para a cidade. Dos quatro muros da tórre apenas ficou subsistindo aquele onde estava o nicho de S.^{to} Agostinho; mas a vereação reformadora, apeando a imagem do Santo e arrancando o nicho, teve a feliz ideia de embeber no lugar dêste o padrão manuelino e a lápide da Conceição, que até então haviam estado sôbre o arco fronteiro, que acabava de ser demolido; e desta sorte se salvaram aqueles monumentos. Ali os conheci eu, em frente da antiga ponte, naquela mesma parede da velha tórre, ora mascarada à moderna com rebôco, e pintada de amarelo, sôbre a qual fôra arranjado um nôvo mirante, donde surgia solitário, apontando o céu, um formoso cipreste.

Estas noticias relativas à tórre da Portagem são colhidas em um interessante artigo, escrito por pessoa que ainda a conheceu de pé, e publicado no *O Instituto*, vol. I, nn. 22 e 24 (15 fev. e 15 mar. 1853), pp. 358 e 392 da 1.ª ed., ou 233 e 255 da 2.ª.

Quando em 1873 a Câmara municipal mandou fazer umas demolições para ampliação do largo da Portagem, foi o padrão apeado a 14 de outubro, e recolhido no edificio dos paços do concelho, donde, a pedido do *Instituto de Coimbra*, veiu para o seu Museu a 24 fevereiro 1874. Ali se encontra na 4.ª sala, junto à inscrição comemorativa do juramento da Conceição. (Vid. *Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archcologia do Instituto de Coimbra*, pp. 25 e ss. e 30).

*

Acordados do assombro causado pela inesperada evasão, os soldados da guarda correm após o fugitivo, numa gritaria desordenada, ensurdecadora, a ver se interessam a populaça, e se, com o auxílio dela, o conseguem recapturar. De todos os lados acode gente, os pacatos e devotosromeiros, a *rística plebe*, que não se atreve a embargar o passo a Brás, porque a espada do carcereiro, vibrada por mão de mestre, rodopiava com presteza, e abria caminho com impetuosidade irresistível; por isso limitam-se a correr atrás dele de mistura com os soldados, berrando e gritando num *horror confuso*.

Talvez o evadido quisesse passar o arco da Calçada, para depois, tomando à esquerda, se escapulir pela tortuosa e estreita rua dos Gatos, desnortheastando os perseguidores no labirinto das vielas da cidade baixa; mas, se era este o seu plano, como parece mais natural, teve de o abandonar, porque a massa de populares era densa na estreita embocadura da Calçada, tornando impossível por ali a fuga. Voltando por isso as costas ao arco, investe pelo largo da Portagem, em direcção à tôrre.

Se do largo voltasse à esquerda, abriam-se-lhe duas saídas.

Uma era a da rampa que subia à Estrela, podendo, ou descer a rua da Alegria e afastar-se de Coimbra pela estrada da Arregaça, ou chegar à porta de Belcouce e entrar na cidade alta. A primeira solução mal podia ser adoptada, porque não conhecendo Brás os arrabaldes de Coimbra, talvez nem mesmo soubesse desta saída; a segunda não lhe convinha, porque difficilmente evitaria ser outra vez capturado antes de poucas horas, a não ser que se refugiasse em alguma igreja ou em alguma das numerosíssimas casas religiosas, que haviam na cidade alta, onde ficasse protegido pelo direito inviolável do asilo eclesiástico: o que não era uma solução, mas um simples adiamento, pois não podia lá conservar-se indefinidamente, e seria sem dúvida prêso quando saísse.

Outra saída havia, e por ela novo meio tinha ainda de se evadir: tomar à esquerda junto do rio, ao lugar do Cerieiro, donde tinha acesso immediato às insuas marginaes do Mondego. Mas subsistia a razão de não conhecer o terreno, por isso nem sequer cogitou de experimentar fortuna por este lado.

Um caminho único via aberto deante de si, e esse estaria mais desimpedido a tal hora de calor, porque desprovido de sombras, não

convidava os romeiros a estacionarem: era o da ponte, que nas longas horas de nostalgia êle costumava contemplar através das grades da prisão, com a mente povoada de sonhos de liberdade.

A esperança da evasão por aqui era bem pequena, mas não havia que hesitar;

E como hê na occasião mais apertada
A desesperação muy atrevida¹,

Brás fecha os olhos ao perigo, e rompe para a frente.

;*Acudam, agarrem, prendam!* era o que se ouvia a todos os momentos.

Em correria doida, vertiginosa, qual matilha de cães em perseguição da lebre, os soldados e os populares vão acoessando o foragido pelo largo da Portagem, voltam à direita, enfiam pela passagem da tôrre, e enveredam pela ponte fora.

Sempre fugindo, com a cabeça descoberta, Brás continua a brandir a espada scintilante aos raios do sol. Mas, por mais robusto que fosse, esta caçada extraordinária, quasi fantástica, não se podia prolongar. O cansaço invadia-o a olhos vistos. A corrida começava a afrouxar; a espada ia deixando de brandir, e abaixava-se pouco a pouco. Sem dúbida alguma, não tarda a ser agarrado pela gente que se acumula acolá, junto do antigo mosteiro de Santa Clara, donde está para sair a procissão, e em breve a audácia de tal fuga será duramente expiada.

Quando porêem menos se esperava, dá-se uma mudança de scena surpreendente. No sitio conhecido pela denominação de *Entre-pontes*, na borda duma das férteis insuas que se estendiam na margem do rio a montante e a juzante, uma égua, pertencente talvez a um romeiro, entretinha-se a tosar tranqüilamente alguma erva que lá havia. Brás Garcia vê-a, sem demora nem hesitação desce a rampa que do *O* da ponte dá serventia para a insua, corre para a égua, de um pulo salta-lhe para cima, e martela-lhe com os calcanhares as ilhargas, ou espicaça-a com a ponta da espada. O animal obedece ao incitamento, e aos olhos dos perseguidores, suspensos e boquiabertos, lá abala em corrida desenfreada, desaparecendo rapidamente, ou para a banda da rua das Parreiras, por trás da capela de Santa Isabel, resto único do velho paço da Rainha Santa, metendo-se logo pela estrada da Copeira, ou então, se a égua andava na

¹ V. T. xv, 41.

insua a juzante da ponte, correndo para ocidente, e vindo saltar à estrada do Almegue, donde seguiria êste caminho à vista da cidade, ou, mais provavelmente, donde se desviaria pelo caminho da Póvoa e da quinta do Bispo, ocultando-se assim dos olhares dos perseguidores ¹.

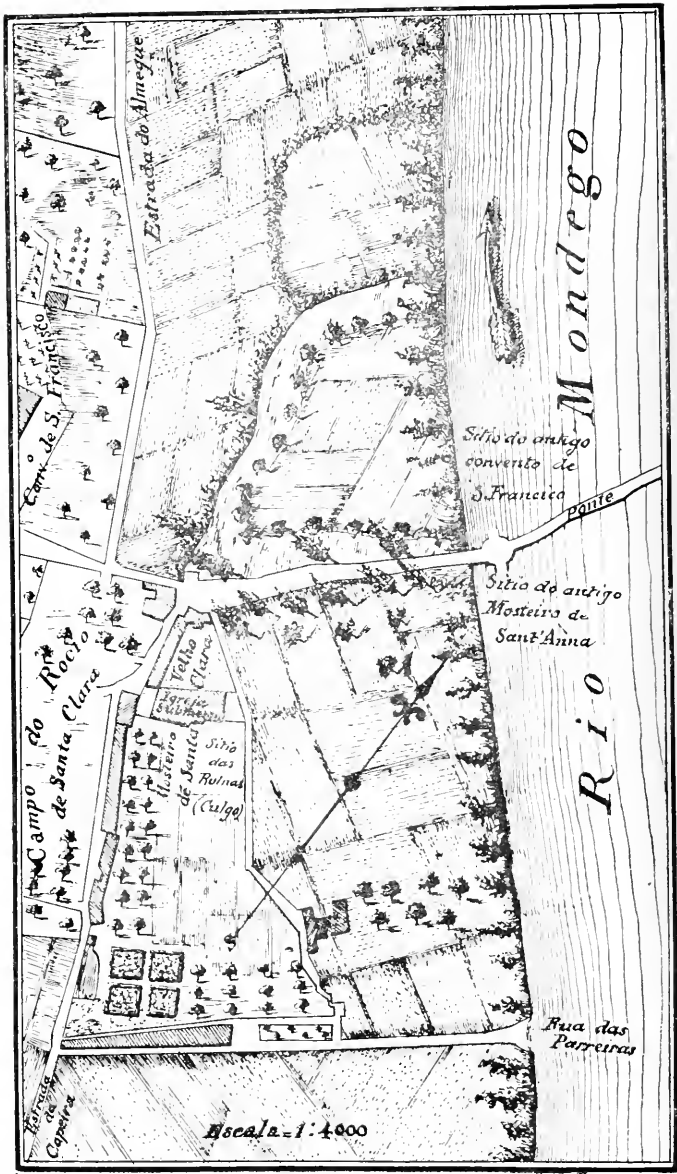
Esta fuga épica é em resumo, mas com clareza, contada pelo poeta no canto xv do *Viriato Tragico*, dedicando palavras de elogioso reconhecimento ao ágil e dócil animal, a quem ficou devendo a liberdade, e, quiçás, até a vida.

Quem por muy grave caso não foy preso,
 Não diga que passou tormento grave,
 Que com a liberdade hé todo o peso
 Calamitoso, de levar suave;
 Logo hum preso hê tratado com desprezo,
 Inimigo não ha que não o aggrave;
 Deyxado hê de Parentes, & de Amigos,
 Muytos nos bens, & poucos nos perigos.

Bem tenho à minha custa experimentado
 Verdade, que hê de tantos tão sabida,
 Pois quanto era a prisão mais dilatada,
 Achava mais difficil a sahida;
 E como hê na occasião mais apertada
 A desesperação muy atrevida,
 Com celebrado ardil, & alheyo erro,
 Rota a masmorra, abre caminho o ferro.

¹ Na página seguinte vê-se uma planta topográfica, na qual se acham bem indicadas a ponte com o seu *O* e as respectivas rampas, assim como as insuas do lado de lá do Mondego, por onde Brás Garcia se evadiu, a cavalo na égua. Esta planta foi levantada e desenhada em 1845 por Isidoro Emilio Baptista, estudante das faculdades de Medicina e Filosofia. Pertence hoje à Câmara municipal, sendo de lamentar o estado de ruína em que se encontra êste precioso documento. Quando foi desenhada, já o rio tinha alargado consideravelmente o leito, apossando-se do terreno em que existiram, em tempos anteriores, os conventos de Sant'Ana e S. Francisco. No estado em que então se achava, e em que eu ainda conheci êste lugar, descia-se do *O* da ponte pelas rampas para o areal; nos tempos porêm em que se deram os acontecimentos que narramos, davam aquelas rampas serventia para as insuas, onde assentavam as ruínas dos antigos conventos de Sant'Ana a montante da ponte, de S. Francisco a juzante.

Hoje é impossível determinar por qual das duas insuas fugiu Brás.



terraz ego.

Cerrallo a vozes Némessís¹ procura,
 Rústica plebe a seu favor se emprega;
 Mas quem deliberado se aventura,
 Não teme a quem sobresaltado chega.
 O perigo, em que a morte se afigura
 A quem a solícita, espanta, & cega,
 E por horror confuso, & sol ardente,
 Bem como à lebre os cães, me segue a gente.

A mais distancia do que o caso pede,
 Hũa filha do vento² hum prado tosa,
 Que, se hé bruta, piedosa me concede
 A madeixa da Calva melindrosa³.
 Esta daquella inextricavel rede
 Me livra tão leal, quanto animosa,
 Pois sem fazer nos maos encontros falta,
 Quanto alcança com os braços⁴, & os pés salta⁵.

¹ *Némessís*, entidade mitológica, filha de Júpiter e da Necessidade, deusa da vingança, que tinha por missão castigar os crimes.

² Imaginavam os antigos que as éguas podiam ser fecundadas pelo vento, e que os produtos desta fecundação saíam sempre levíssimos e muito ágeis. — *Varrão* dá como cousa freqüente esta fecundação aérea das éguas lusitanas, acrescentando: *sed ex his equis qui nati pulli, non plus triennium uiuunt.* (*De re rustica*, l. II, c. 1). Esta *filha do vento*, a que o poeta se refere, era pois uma égua muito ágil.

³ A *Calva melindrosa* é a Ocasião, divindade mitológica, que na cabeça calva tem uma simples madeixa de cabelos, única parte por onde pode ser agarrada ao passar. Dela se ocupa o canto 1 do *Viriato Tragico*. Foi surpreendida por Viriato esta deusa, cujo rosto é *mais fermoso que o Sol*, no momento em que,

..... como Calvo nobre,
 Com artificio seu defeyto incobre.

Intonsa, & calva a instantes parecia,
 Mas singular madeixa artificiado,
 Aureo monho fazia, & desfazia,
 Estendendo-a tal vez, tal encrespando:
 A cornucopia a hum lado lhe pendia,
 Péla de mão em mão lhe anda saltando,
 Asa em cada cothurno está brandindo,
 Indicio de que sempre anda fugindo.

(*V. T.* 1, 39 e 40).

Foi esta madeixa da *Calva melindrosa*, ou da Occasião, que a égua proporcionou a Brás em momento tam afflitivo, deixando-se montar, e fugindo velozmente, até pôr a salvo o seu cavaleiro.

⁴ A 1.^a edição do *V. T.* traz *beyços*; a 2.^a modificou a ortografia, e pôs *beijos*. Mas não faz sentido. O manuscrito original deveria ter *braços*.

⁵ Estt. 40-43.

*

O que deixo dito a respeito da prisão e fuga de Brás Garcia é, como acaba de se ver, calcado sôbre a narração feita pelo próprio poeta. Não podia pois encontrar fonte mais autorizada.

Os biógrafos do nosso heroi poucas cousas aproveitáveis acrescentam; o que dizem a mais, tem quasi tudo um pronunciado cunho de fantasia.

Bento Madeira de Castro, o mais antigo de todos, fornece-nos apenas uma nota interessante, dizendo qual foi o *celebrado ardil* de que nos fala Brás, e que lhe forneceu a occasião para a fuga. Transcrevamos: — *Vindo a Coimbra assistir a hũas festas celebradas no terrejro de Sãosam, por correspôdencias com hũa Dalila perdeu a liberdade sendo prezo na cadea da Portagem, da qual depois de algũs mezes de prisão ao recolher de hũ grande, & industrioso presente se escapou entre muyta gente deixando mal ferido o Carcereiro; & bem montado na Ponte, etc.*

Julgo veridica esta noticia das circunstâncias da fuga. O facto deu muito que falar, foi muito *celebrado*, como o poeta escreveu, e Madeira de Castro devia ter conhecimento certo dele.

Já o mesmo não digo da referênciã vaga que faz à causa determinante da prisão, e que bem pode ser colhida na lenda, que cedo envolveu o poeta-galã.

*

No prefácio à 2.^a edição do *Viriato Tragico*, o editor Dr. Albino de Abranches Freire de Figueiredo acrescenta a noticia de que o presente foi enviado pelos irmãos, que êle supunha alunos da Universidade. Eis as suas palavras: — *Sens irmãos, que então frequentavam a universidade, fingiram um grande presente para o preso. Ao abrir-se a porta para entrar o presente, sahiu o preso, á força, deixando o carcereiro perigosamente ferido, montou em uma cavalga-dura que estava para isso preparada na ponte, e pôde assim evadir-se á multidão que o seguia*¹.

Encontram-se aqui duas circunstâncias novas: — 1.^a Os irmãos residentes em Coimbra (já sabemos que eram dois, mas só o Manuel

¹ Ibid. pag. viii. (Vid. doc. CXVIII).

frequentava a Universidade) foram os autores do presente, que abriu a porta da cadeia a Brás; — 2.^a A água em que este montou, para fugir aos perseguidores, *estava para isso preparada na ponte.*

Suspendamos a narração para criticarmos um pouco.

*

É perfeitamente verosímil, provável até, que achando-se em Coimbra dois irmãos do preso, e estando este gravemente comprometido, e ameaçado de sofrer pena mui pesada, o que só pela fuga se podia evitar, êsses irmãos lhe procurassem proporcionar os meios ou a ocasião para se evadir. Além disso, o presente, vindo em nome da familia, num dia de festa, causaria menos estranheza e despertaria menores suspeitas, do que se fosse enviado por estranhos.

Mas não temos sómente cálculos de probabilidades, hipóteses mais ou menos plausíveis, a fundamentarem a nossa narrativa. Ha factos ponderosos que nela encontram a única explicação razoável.

Como vimos ha pouco, Manuel Garcia frequentou a Universidade neste ano lectivo. Nos primeiros dias de junho provou o seu curso, e apurou-se que lhe faltavam apenas vinte dias de frequência para ter o ano vencido. Esta frequência complementar fazia-a facilmente assistindo aos actos dos bachareis nos meses de junho e julho, apresentando-se em seguida a aduzir a sua prova testemunhal. Era assim que se costumava fazer, e foi assim que nesse mesmo ano fez, entre outros, o seu condiscipulo Sebastião Cesar de Meneses ¹, a quem

¹ *Sebastião Cesar de l.x.^a — prouou cursar de tres de nouembro de 616 até o fim de maio de 617. 4 de instituta t.^{as} miguel pinheiro e D.^o nunes Rui dalbuquerque fiç.* — (aa.) *D.^{or} Ant.^o L.^{co} — Miguel Pnr.^o d Barros — Diogo Nuñez.* (A. U. — *Provas de curso*, vol. 11, l. 1.^o, fl. 198).

Sebastião Sezar de l.x.^a — prouou cursar de tres de Nouembro de 616. te o fim de junho de 617. as 4.^o lições de Instituta e bb. (bachareis.) t.^{as} Bor da guerra e amaro de meirelles. Eu sobre dito o escreui. — (aa.) *D.^{or} Lejva — B.^{or} Da Guerra — Amaro de meirelles.* (Ibid. fl. 195 v.^o).

Enquanto Manuel Garcia cortava e abandonava a sua carreira académica, Sebastião Cesar de Meneses continuava o seu curso na faculdade de Cânones, como porcionista do colégio de S. Paulo, matriculando-se no principio de cada ano e provando a frequência no fim, sendo a última prova feita a 26 de junho de 1623 (A. U., *Provas de curso*, vol. 11, l. 2.^o, fl. 224 v.^o e 226 v.^o; *ibid.* fl. 231 v.^o; vol. 12, l. 1.^o, fl. 228; *ibid.* l. 2.^o, fl. 227 v.^o e 230; vol. 13, l. 1.^o, fl. 220 v.^o; vol. 14, l. 2.^o, fl. 183 v.^o). — Recebeu o grau de bacharel a 14 junho 1623, tendo antes assinado termo de desistência de antiguidade ou prioridade no grau (A. U. — *Autos e graus*,

Camilo Castelo Branco distribue um papel importante no seu romance *Luta de gigantes*.

Pois Manuel Garcia tal não faz. ; Não vem em julho provar que completara nos exames dos bachareis os dias de frequência que lhe restavam para vencer o ano, e desaparece da Universidade para não mais figurar em nenhum dos seus registos!

eu o Dr. Manoel Garcia

Encontramo-lo mais tarde, é verdade, condecorado com o título de doutor¹, que êle mesmo se atribue²; o que nos mostra que realmente recebera a laurea doutoral. Mas ; onde? Na Universidade de Coimbra não, pois aqui não mais voltou a freqüentar, nem fez acto algum. Suponho que, saído do reino, se iria habilitar e requerer os graus académicos a alguma Universidade estrangeira, o que era freqüente nesse tempo, e ainda em tempos posteriores³. Não encontro outra hipótese verosímil, para explicar o caso.

vol. 26, l. 3.º, fl. 53 e 53 v.º). — Fez a sua formatura a 28 junho 1625 (Ibid. vol. 27, l. 3.º, fl. 61); o acto de repetição a 29 maio 1626 (Ibid. vol. 28, l. 1.º, fl. 52 v.º); e o exame privado, recebendo em seguida o grau de licenciado a 27 junho 1626 (Ibid. fl. 61). — Finalmente doutorou-se a 12 junho 1628 (Ibid. l. 3.º, fl. 60 v.º).

¹ Vid., ex. gr., os docc. LXII, LXXXVI, e XCIV.

² No assento dum casamento efectuado em Travanca de Farinha Podre a 11 agosto 1654, quando era prior o padre Pantaleão Garcia, que neste acto foi substituído por seu irmão Manuel, que já anteriormente ali havia sido pároco, êste escreveu, de seu próprio punho, o seguinte: — *eu o Dr. Manoel Garcia prior q̄ fui desta ig.ª* — (C. S. — *Registo paroquial de Travanca de Farinha Podre*, l. 1, cad. 3.º, fl. 39 v.º). — O *fac-simile* de assinatura do Dr. Manuel Garcia, que acima se reproduz, é extraído dêste assento.

³ Entre as cartas doutorais, que tenho visto, passadas a portuguezes por Universidades estrangeiras nos séculos xvii e xviii, seja-me lícito especializar uma, muito interessante, que existe em meu poder, passada em data de 19 de maio de 1794, pela Universidade italiana de Macerata, ao presbítero Estanislau da Costa Coelho, de Folques, filho de meu 4.º avô materno, o Dr. Simão Martins da Costa Coelho, ouvidor em Arganil; nela se encontram minuciosamente descritas as provas dadas em exame público, a cerimónia aparatosa e solene em que foi ao candidato conferido o doutorado *in utroque Jure*, bem como o título de conde palatino, e o grau de cavaleiro da *Milicia dourada*, recebendo a investidura das respectivas insignias: — os livros simbólicos de um e outro Direito, o anel, o colar de ouro, o barrete significativo da coroa doutoral, a espada e o elmo. No alto da primeira página desta carta encontra-se iluminado o brasão de armas concedido ao novo doutor: — Em campo azul um penhasco (?) de sua côr em contrachefe, com um

Além disso, Manuel Garcia recebeu, como fica dito, prima tonsura e o primeiro dos graus de ordens menores a 18 de fevereiro dèste



Primeira pagina de uma carta doutoral passada por Universidade estrangeira

ano; depois suspende durante quasi cinco anos a sua ordenação, e só a 17 de dezembro de 1621, na sexta feira das tẽmporas de santa

coelho de prata arrumado a êle, de pé, do lado sinistro; uma costela do mesmo metal em abismo, posta em faixa, um pouco inclinada no sentido da contrabanda, e duas estrelas de ouro de seis pontas em chefe. Coroa de ouro de nobreza. — Parte destas figuras heráldicas foram tomadas do respectivo brasão da familia.

Luzia, é que aparece no oratório do paço episcopal de Coimbra, a receber os três restantes graus de menores, que lhe são conferidos pelo bispo da China D. Fr. João da Piedade, governador do bispado de Coimbra no impedimento do bispo-conde D. Martim Afonso Mexia ¹.

Tudo isto conspira para nos mostrar Manuel Garcia implicado no caso da fuga de seu irmão, vendo-se obrigado em princípio de julho de 1617 a abandonar a formatura e ordenação, e a homiziar-se durante alguns anos.

Foi por isso, certamente, que não assistiu ao casamento de sua irmã Feliciania, realizado na igreja paroquial de Avô a 21 de agosto dêste ano; o seu nome não aparece no respectivo assento, onde se relacionaram os principais assistentes ².

Podemos pois assentar, como facto averiguado, que foi no verão dêste ano de 1617 que se realizou a evasão de Brás Garcia. A fixação do dia 4 de julho resulta das circunstâncias apontadas pelo poeta. Havia aglomeração de *rústica plebe* ou de populares, nas proximidades da cadeia, àquela hora de *sol ardente*, os quais puderam rapidamente acorrer aos gritos da guarda, auxiliaram esta na tentativa de cercar o fugitivo ou de *cerrá-lo*, e, não o conseguindo, porque êle pelo meio da multidão *abriu caminho a ferro*, correram atrás do mesmo com *horror confuso*, acossando-o *bem como à lebre os cães*. Depois de montado na égua, que *tosava um prado* na ponte (como esclarece Madeira de Castro), isto é, junto da continuação da ponte, que além do rio se prolongava até às proximidades do velho mosteiro clarista por entre férteis terrenos para os quais se descia por duas suaves rampas, no sitio chamado o *O da ponte*, ainda o foragido venceu uma dificuldade, tendo a *leal e animosa* égua de o livrar de uma *inextricável rede*, que não podia ser formada senão por novo ajuntamento de pessoas que se encontravam para lá da ponte, quando era perseguido pelos que lhe tomavam a reta-guarda. Só na festa da Rainha Santa, que se celebrava no referido dia na igreja do convento antigo de

¹ C. C. — *Ordens geraes que o Ill.^{mo} S.^{or} Dom frey João da Piedade Bispo da China do Cons.^o de sua Mag.^{de} & Governador deste Bispado de Coimbra celebrou de Commissão do Ill.^{mo} Sñor Dom Martin A.^o Mexia Bispo Conde em as temporas de S.ta Luzia em esta Cid.^e de Coimbra*, fl. 22 v.^o, 28 v.^o e 34 v.^o — Note-se que no primeiro dêstes lugares está o nome *Manoel Garcia* bem indicado na relação dos que receberam o grau de leitores; mas no segundo e terceiro, nas relações dos exorcistas e dos acólitos, vem por engano *Manoel Garçes*.

² Doc. XXII.

Santa Clara, estendendo-se a procissão até à cidade, é que podia realizar-se êste conjunto de circunstâncias, indicadas pelo próprio Brás Garcia na sua narração.

*

Afigura-se-me que o papel representado por Manuel Garcia na fuga de seu irmão não foi além de lhe proporcionar a ocasião ou ensejo de sair da cadeia. Se mais alguma cousa preparara, as circunstâncias de momento tudo inutilizaram.

Talvez outros *ardis* já tivessem sido empregados, e só êste desse o resultado apetecido. Agora Brás pôde aproveitar o ensejo, e sair; mas, uma vez cá fóra, falhou qualquer plano, que porventura estivesse combinado.

Pensariam ? quem sabe ? que o fugitivo melhor pudesse escapar-se por entre os ranchos dos populares, e enveredar pelas vielas tortuosas da cidade baixa, e em qualquer delas teriam disposto as cousas para êle se ocultar, a fim de mais tarde sair da cidade despercebidamente; mas, se assim foi, certamente não pôde escapular-se por êste lado, em virtude de lhe ser o passo embargado pela gente do povo, a *rústica plebe*, que da rúa da Calçada acorreu logo à gritaria da guarda. Em tal hipótese o poeta, vendo que o plano falhava, e tendo ante si iminente *o perigo em que a morte se afigura*, lançou mão do único expediente que se lhe proporcionava, correndo para a ponte, por onde lhe pareceu ter a saída mais livre, segundo a descrição que deixamos feita.

A égua, em que montou para escapar à perseguição, não estava propriamente na ponte, mas a *mais distância que o caso pedia*, e andava pastando, ou, como diz o poeta, *tosando um Prado*. Leia-se a estância 43 do canto xv, acima transcrita, e concluir-se há, sem a mais leve sombra de dúvida, que êste encontro da égua foi perfeitamente casual. Não estava ali *preparada* para facilitar a fuga, mas é certo que foi a salvação providencial do fugitivo.

*

Não me imponho o encargo de aqui inventariar as diversas narrativas fantasiosas dêstes acontecimentos, que se lêem nos autores. Nenhum proveito daí resultaria. Limitar-me hei a fazer umas leves observações ao que dizem Costa e Silva no seu *Eusaio biografico-critico*, e Camilo na *Luta de gigantes*.

Acho extraordinária a crítica de Costa e Silva, que, reputando *pouco verosímil* a notícia, dada por Madeira de Castro, escritor quasi contemporâneo do poeta e seu parente, de que êste aproveitara a ocasião da entrada dum presente para fugir, acha contudo aceitável a hipótese, aventada por um anónimo inteiramente desconhecido, de que o *celebrado ardil*, referido no *Viriato Tragico*, consistiu em o poeta se evadir *minando profundamente a terra, e passando por baixo dos alicerces da cadeia* ¹!

Dispensar-me de quaisquer comentários.

O que se lê na introdução da *Luta de Gigantes* é romance, e puro romance. Brás Garcia, numa pendência nocturna, fere gravemente D. António de Mascarenhas, por vingar o seu amigo Diogo Cesar de Meneses, ao tempo em que todos três eram estudantes da Universidade. Brás é preso e metido na cadeia civil da Portagem ². *Marcos Garcia, e quatro filhos clérigos, que já se haviam formado em direito canonico*, acodem a Coimbra. Decorridos sete dias depois da prisão, *à meia noute em ponto*, Diogo Cesar, à frente de três criados seus e três de Brás, e auxiliado pelos *quatro clérigos, filhos de Marcos Garcia, e mais quatro alentados serranos da Estrela*, assaltam a cadeia, desarmam a guarda, forçam o carcereiro a abrir as portas, e libertam o preso. Junto à Quinta do Pombal, hoje chamada Quinta das Lágrimas, estavam *dois creados, armados até aos dentes*, com três cavalos pelas rédeas. Montaram amo e criados, e partiram, enquanto os quatro clérigos, indo a um casal situado no *Vale do Inferno, no lugar chamado ainda hoje Monte da Esperança, montaram sobre ligeiras eguas, e, por atalhos, foram juntar-se ao irmão*.

¹ Op. cit. t. VII, p. 153.

² Isto não passa de um êrro histórico. Se Brás fosse estudante, e desse motivo a ser preso, não iria para a cadeia civil da Portagem, mas para a privativa da Universidade. Gosaria o privilégio, então procurado com grande empenho, e altamente apreciado, do *foro académico*, que se estendia a todas as pessoas (lentes, estudantes e officiais) da Universidade, aos seus domésticos, e ainda a outros privilegiados, os quais estavam sujeitos exclusivamente à jurisdição do Conservador, perante cujo tribunal corriam todos os processos em que êles fossem autores ou reus. Sómente em casos excepcionais, e *por algũa justa causa*, é que as autoridades universitárias podiam *mandar prender no Castello, & mais prisões da Cidade*; isto succedia, por exemplo, quando prendiam alguma mulher, a qual tinha de ser logo remetida para as cadeias civis, e não para a da Universidade, porque o Estatuto prescrevia: — *não poderá nella ser preza molher algũa, posto que goze dos privilegios da Universidade*. (Vid. *Estatutos da Univ. cit.*, l. II, titt. xxvii e lxxx).

Tudo isto é parto fantástico da fecundíssima imaginação de Camilo, que, diga-se de passagem, jamais teve a pretensão de o inculcar e fazer passar por história.

Confira-se o que se lê na *Luta de gigantes* com o que narra o poeta nas estâncias auto-biográficas acima transcritas, e com o que revelam os documentos a que temos aludido, e verificar-se há sem dificuldade que a narração, de que vimos falando, é inteiramente alheia à realidade histórica.

Homizio e regresso à pátria

No capítulo precedente deixámos o poeta, com a cabeça descoberta, cavalgando uma égua, a fugir aos seus perseguidores, sem plano, sem destino certo, deparando-se-lhe a cada passo perigos e obstáculos, que o ágil e inteligente animal ia vencendo.

Todos os escritores, que até hoje se teem ocupado da biografia de Brás, supõem que êste, apenas escapado das garras da justiça, tratara de passar a fronteira, e fôra viver para Madrid.

Não é exacto. Para nos convencermos disto basta ler as estâncias 44 e 45 do canto xv do *Viriato Trágico*.

Temor, & amor luctando vão comigo
 Por donde quer que vou; aconselhando
 O temor, que me aparte do perigo,
 Amor, que me detenha perigando.
 Reprovo o cauto lynce, o cego sigo,
 Por elle a vida, & credito arriscando,
 Que quando Amor seus gostos solicita,
 Dificuldades grandes facilita.

Cansado em fim do vil encantamento,
 Que o corpo debilita, a honra acanha,
 Me transfiro apesar do amante intento
 Á Corte do feliz Numa de Hespanha;
 No tempo, quando em seu mayor augmento
 Gozando a paz, que os vicios acompanha,
 Parecia nos faustos & grandezas,
 O centro das delicias e riquezas.

A verdade histórica transparece claramente dêstes versos. O poeta, apenas se encontrou livre, correu logo para os sítios onde residia a

mulher que amava, e que já tanto o fizera sofrer; atraído por ela, como a borboleta pela luz, não se afastou dessa região por largo tempo.

Apertava-o a perseguição, os perigos aumentavam, mas êle, cercando os ouvidos à voz da prudência, lá continuava, já escondido, já a monte, realizando as suas entrevistas amorosas no meio de grandes riscos e trabalhos, e superando graves deficiências.

Estas peripécias amorosas da mocidade ainda eram recordadas pelo nosso poeta quando, já em idade madura, descrevia e apreciava os amores dos outros, mostrando-se bem conhecedor dessa metafísica da paixão, das loucuras a que o amor obriga, e da técnica do namoro. Veja-se, v. gr., a descrição bastante longa e fastidiosa, entretecida de transcrições de outros poetas, que ele faz no cap. XII, est. 41 e seguintes, das tristezas, agonias, irresoluções dos namorados, quando são forçados a separar-se.

No canto XIII, est. 72, insere êle um quadrozinho de dois amantes, que, vendo-se a distância, se correspondem por meio de sinais:

Posto que a penha, & muros mais distantes
Os tem, do que quiserão, se conhecem,
Que são todos os olhos dos amantes
Lynces em penetrar o que appetecem.
Feytas lingoas as mãos dos palpitantes
Corações, dão sinal do que padecem,
Pagês suspiros pellos ares danção,
Vão huns, vem outros, de ir, & vir não cansão.

É cheia de observação e de naturalidade a descrição, que noutra lugar faz, duma donzela recebendo a carta do seu namorado, que lhe é entregue por um portador; e ela

.....
Despede-o brevemente, porque a pica
Qualquer instante, que dilata o lela;
Tanto que volve as costas, & só fica,
Beyja a carta, & começa de rompela:
Guardando o sobrescrito, a folha abria
Etc.....¹.

Brás Garcia era, sem dúvida, mestre consumado na matéria.

¹ V. T. XVIII, 96.

*

Não faltavam ao nosso poeta por toda esta região casas de parentes que o acoutassem. Na Bobadela teria êle um dos pousos favo-

*Antonio aluz faleceu em 1595 . 21 dias de seu.
de .93 . anos fez festa^{ta} em q^a ordenou por fes-
tamẽte seu f^o fe^o mãiz^z :*

Assento de óbito de António Alves de Abranches, Avô paterno de Brás.

ritos, na casa onde nascêra seu pai, e onde ainda vivia sua avó paterna¹, já muito velhinha, em companhia de uma filha de nome Isabel An-

*Aos clevois dias do mes de Abril de 1595 anno Falle
ceo de fãsta p^{re}sentẽ v^{ida} Anna marques m^ora
fui de Antonio aluz. com o Javrazmẽto da extrema
vãcaõ sou m^o q^o os outros se lhe regalãta por ser m^ora
Vella Clavear de Entendim^{to} fez m^ora da Escriã
torrada dentro de parq^{ua} por perda de f^o e de d^omes
tra ut sup^{ra} q^o fãlãta //*

Assento de óbito de Ana Marques, avó paterna do poeta.

tunes e dos netos filhos desta, com os quais se juntavam os de outra sua filha, Maria Garcia, ali falecida em 1595. O avô paterno,

¹ É extraordinário o facto de o vigário de Avô, licenciado António Dias, ao lavrar em 1591 o assento do casamento de Marcos Garcia, fazer a declaração de que sua mãe já era falecida, quando é certo que ela vivia ainda 27 anos depois, deparando-se nos, em os livros da Bobadela, o registo do seu óbito, ocorrido em 1619! Em que estaria pensando o bom do vigário, quando escrevia inadvertidamente no referido assento de casamento: — Marcos gracia filho de Ant.^o aluz e de sua molher Anna marques iã defunta m.^ors na bobadela? (Vid. doc. VII).

António Alves de Abranches, não chegára êle a conhecer, pois falecera na Bobadela a 21 de fevereiro de 1593; a avó Ana Marques, avançada em decrepitude, infantilizara-se, e Brás tinha-lhe grande afeição, brincando com ela, como se fossem duas crianças.

Foi exactamente quando o poeta por aqui andava homiziado, que faleceu a avó a 18 de abril de 1619, o que lhe causaria grande desgosto.

Calculo que esta vida *de vil encantamento, que o corpo debilita, a honra acanha*, duraria dois anos, ou pouco mais.

*

Por fim, no declinar já do ano de 1619, Brás Garcia, revestindo-se de coragem, corta os leames amorosos que o prendiam, e parte para Madrid, onde reside um ano.

As impressões que lhe deixou esta residência na séde da côrte hispânica foram muito desagradáveis. Acham-se consignadas nas seguintes estâncias do mencionado canto xv:

Considerey, que a força da ventura
Sem forças de que tal se imaginara,
Aquela Babilonia mal segura,
De universais cahidas levantara,
Pera quotidiana sepultura
Das illustres Nações, que sujeytara,
Porque os thronos reays são fabricados
Sobre os ossos dos mal afortunados.

Hé mar a Corte, & rios os senhores,
Que entrando nella, como nelle os rios,
Os que se tem cá fóra por mayores,
Perdem lá dentro a furia, nome, & brios:
Sem lhe os pulsos tomar, julguey das cores,
Que huns padeciaõ febres, & outros frios,
Que esta ansia de privar hé divulgada
Maleyta, bem prevista, & mal curada.

Madrid, dizem, que estriba em fogo, & agoa,
Deve ser por rhetoricas figuras,
Que geral pranto, & ambiciosa fragoa
Formão do vasto corpo as bases duras.
Hum anno inteyro vi, com grande magoa,
Venturas de huns, & de outros desventuras,
Estas cahindo nos indignos dellas,
E os dellas dignos alcançando aquellas.

Vi os aduladores, muy possantes,
 O merito muy fraco, & desvalido,
 Com mão partido os pobres negociantes,
 E os ricos todos com muy bom partido;
 E, achando-me formiga entre elefantes,
 Por não servir, depois de ser servido,
 Deyxada a Corte, por abismo cego,
 Enfadado da terra ao mar me entrego¹.

Deduz-se desta última estância, que o poeta não viveu na capital hispânica em meio da abundância; antes pelo contrário deixa transparecer que sofreu privações, e que, acochado por elas, *por não servir depois de ser servido*, resolveu partir ao fim de um ano de residência em Madrid. Bento Madeira de Castro diz claramente que ele saiu de Madrid *enfadado já da estância, ou a instância da bolsa*².

Dirige-se, cheio de aborrecimento, para o sul da península. Chegado ao litoral da actual província de Sevilha, embarca e, diz êle, *enfadado da terra ao mar me entrego*.

*

Ia já correndo o ano de 1621, quando Brás Garcia embarcou em um patacho espanhol.

¿Em que pôrto e com que destino?

Quanto ao pôrto de embarque, apenas sabemos que foi na Turde-tânia. O litoral da região, que no tempo dos romanos tinha êste nome, abrangia quasi todo o da actual província de Sevilha, e uma parte da de Granada, desde Huelva até Málaga.

O destino que levava não o sei eu, mas pode conjecturar-se, notando que o barco foi costeando até dobrar o *sacro promontório*, hoje cabo de S. Vicente. Deverá pois ter embarcado em um dos portos do golfo de Cádiz, provavelmente no próprio pôrto dêste nome, como afirma Costa e Silva³, ou talvez em Sanlúcar, na embocadura do Guadalquivir; dirigia-se certamente à costa ocidental portuguesa, verosimilmente a Lisboa, como assevera Madeira de Castro⁴, ou talvez ao Porto, onde realmente mais tarde desembarcou. Deprehende-se disto que Brás Garcia tentava regressar clandestinamente à sua pátria, evitando o perigo de ser descoberto e preso, se viesse directamente por terra, e tentasse passar a fronteira.

¹ Estt. 46-49. — ² Doc. CXII. — ³ Loc. cit., pag. 154. — ⁴ Loc. cit.

O princípio da viagem ia decorrendo sem incidentes; mas ao dobrar o cabo de S. Vicente foi o patacho avistado por um navio turco ou mourisco, que por ali pairava em exercício de pirataria. Vê-lo, e cair sobre êle, foi obra rápida. Abordado o patacho, trava-se sobre o convés luta sangrenta muito desigual. Os cristãos vendem bem cara a sua vida batendo-se com desespêro, por acharem preferível morte honrada a infame cativo.

; Tudo perdido!

Já o convés se achava coberto de sangue e de corpos mutilados, quando surge por barlavento uma poderosa fragata. Apenas a avistam, os mouros desaferram rapidamente, e põem-se em fuga; mas o vaso, cujo aparecimento viera em ocasião tão oportuna, em vez de os perseguir, dirige-se ao patacho, aborda-o *com capa de amizade*, apropria-se da carga e dos poucos que ainda restavam vivos, entre os quais se contava o nosso poeta e o piloto, e, abandonado o barco, continua a sua derrota, levando a fazenda.

A fragata era holandesa, e êste fato nos fornece um elemento cronológico; não sucedia isto antes da primavera de 1621, porque só então terminou a trégua de doze anos ajustada entre a Espanha e os Países-baixos, pelo tratado de Antuérpia, assinado a 9 de abril de 1609.

Arrecadada a presa, os prisioneiros de nada serviam aos holandeses; a sua conservação a bordo era um onus inútil. Retiveram o piloto, que lhes convinha por conhecer estes mares, e alijando os restantes, quasi nus, para um batedor velho e roto, abandonaram-nos à sorte.

O nosso poeta com os seus companheiros de infortúnio desembarcaram em estado miserável na costa próxima.

*

; Será possível determinar qual a costa onde se realizou êste desembarque de Brás Garcia?

Foi *em hũa praia de Italia*, diz Madeira de Castro¹. Barbosa Machado reproduz, quasi textualmente, o que escreveu o primeiro dos biógrafos do poeta aventureiro². Este episódio biográfico é omitido inteiramente por Albino de Figueiredo; Costa e Silva porém narra-o, acabando por dizer que os holandeses *foram lançar* o poeta

¹ Loc. cit. — ² *Bibliot. Lusit.* t. I. p. 545.

em um porto cujo nome se não especifica¹. A seu turno Camilo Castello Branco² dá quinau a Costa e Silva, replicando-lhe: — *Está especificado pelo próprio poeta no seguinte verso: — «Sobre a túrdula praia em batél roto»*. . . — *No adjectivo túrdula se especifica a província bética ou andaluza. — Enquanto aos passageiros, que ainda viviam, o corsário mandou-os lançar nas praias de Sevilha.*

Critiquemos agora um pouco.

Custa a acreditar que Madeira de Castro e Barbosa Machado viessem tão levemente dizer que o poeta desembarcou em Itália, quando elle mesmo afirma que foi alijado *sobre a túrdula praia*, o que localiza este facto, sem sombra de dúvida, na península hispânica; mas também temos de reconhecer que Camilo foi muito infeliz em colocar essa praia *na província bética ou andaluza*, e ainda mais em determinar *as praias de Sevilha*.

Os túrdulos occupavam na Bética uma região, que tinha por centro *Córdoba*, e não atingia o litoral, pois confinavam a S. com os bástulos, dos quais eram separados pelas serras hoje conhecidas pelos nomes de Nevada e Tejada, a S.-O. com os turdetanos, a N. com os oretanos, e a E. com os bastetanos. Não tem pois applicação a este território, isolado do litoral, a expressão *túrdula praia*.

Havia porêem uns outros túrdulos, os *turduli veteres* de Plinio³, assim chamados por serem a origem dos túrdulos da Bética, e que eram representados por uma gente que residia a sul do rio *Durius*, o actual Douro. A estes é que se referia o poeta.

Devemos porêem notar, que na determinação do território occupado pelos túrdulos, como no mais que dizia respeito à geografia da parte da península, onde se desenvolve a acção do *Viriato Trágico*, Brás Garcia em quasi tudo seguia respeitosa e o que se lê na *Geografia antiga da Lusitania composta por Frey Bernardo de Brito*. Era grande a confiança que o poeta beirão depositava no frade cisterciense, collocando-o ao lado de fr. António Brandão e fr. Francisco Brandão, na galeria limitadissima dos beneméritos, que se occupavam em descobrir com honra e sciência as antiguidades de Portugal.

Registemos o que a tal respeito pensava Brás Garcia.

Mas investigue-as⁴ sempre o curioso,
Que Portugal, por falta dos passados,
He todo hum cemiterio respeitoso

¹ Loc. cit. — ² *Luta de Gigantes*, mihi p. 25, nota 2 e texto.

³ *Hist. natural*. l. IV, cap. xx. — ⁴ As tradições antigas.

De valerosos feytos sepultados;
De entre os golfos de Lethes procelloso
Salvando a muytos, vão poucos honrados,
Que a hũ Britto, & dous Brandoës, unicos scientes,
Devem muyto os antigos, & os presentes.

Quem lhes poem objeçoës por ver manchadas
Suas obras, muyto mais os acredita:
Tais as do Britto, quando censuradas,
Ficarão com mais credito, & mais dita;
E tais, se algum quizer ver apagadas
As dos claros Brandoës, os espevita;
Que as Côrtes de Lamego nos declarão
Quanto importa o que ambos trabalharão ¹.

; Santa ingenuidade esta, que equipara em boa-fé o falsário emé-
rito aos dois honestos e conscienciosos investigadores!

Ora fr. Bernardo de Brito, tão considerado e seguido pelo poéta,
estendia a região dos túrdulos para S. até ao Tejo ².

O próprio Brás Garcia expressamente declara onde é que supunha
terem habitado os *túrdulos antigos*, e assim temos a interpretação au-
têntica da expressão *túrdula praia*. Vejamos:

Fôra nosso Viriato aqui chamado ³
Dos Turdulos antigos, que habitavão
O que hoje Estremadura he nomeado,
Que em Collimbriga a Cortes se ajuntavão.
Se do seculo de ouro, já estragado,

¹ V. T. v, 40 e 41.

² «Passado o rio Tejo, começava a Comarca dos Turdulos antigos, & se estendia té o Douro, como allem de Plínio (Plin. l. 4. ca. 20), escreue Pomponio Mella, forão estes Turdulos origem, & principio de todos os mais Turdulos, que viuão em Andaluzia, & dos Turdetanos do Algarue, & todos os mais, que tinham este nome, por cujo respeyto se lhe deu nome de Antigos. Era esta gente muy bem entendida, & tinha, como diz Strabo (Strab. l. 3.), leys, por onde se governava, escriptas em verso de tempos antiquissimos: tinham entre si muy grandes cidades, quais erão Vllisippo, ou Faelicitas Iullia, que he Lisboa, Scalabis, ou Iullium Presidium, que he a villa de Santarem Pello sertão contra o Leuante, confinavão estes Turdulos, com os Herminios, habitadores da serra da Estrella: do Norte, com a corrente do rio Douro, do Meo dia, com o Tejo, do Poente co mar Oceanos». (*Geographia antiga da Lvsytania, composta por FREY BERNARDO DE BRITO, cap. III, fl. 7 v.º*).

³ A Collimbriga. É o *oppidum* romano *Conimbriga*, cujas muralhas e aqueduto ainda hoje são bem visíveis junto de Condeixa-a-Velha, cêrca de 16 quilômetros a Sul da actual cidade de Coimbra.

E das leys de Tubal se conservavão
 Inda algumas reliquias, nestes era,
 Que em metro tinhaõ leys, que elle lhes dera.

Seus ascendentes, que erão bons guerreyros,
 A terra da Transcudana conquistarão;
 Entre as serras da Estrella, & de Besteyros,
 Tambem algumas terras povoarão.
¹.

Conclue-se pois que a *túrdula praia*, onde Brás desembarcou semi-nu, miserável, certamente ferido, foi qualquer ponto do litoral português da provincia da Estremadura, hoje impossível de determinar.

Algum tempo descansaria o poeta, a tratar das feridas resultantes do combate com os turcos, e a reparar as fôrças; mas, apenas se lhe oferece oportunidade, embarca novamente. Dois menses decorridos depois do seu primeiro embarque ao Sul de Espanha, entrava a barra do Douro, e saltava em terra na cidade do Porto.

*

Estas aventuras são contadas pelo poeta no canto xv, nas estâncias seguintes:

Da Turdetania apenas me sahia,
 Dobrando o sacro Promontorio, quando
 De meyas Luas abordado via
 O patacho, & conflicto miserando:
 De corpos destroçados se cobria
 O convés, em que o sangue anda nadando,
 Que antes se escolhe em tranze tão guerreyro
 Morte honrada, que infame cativeyro.

Eis que por balravento em popa assoma
 Tão alterosa não, que em hum momento
 Desaferrando as Luas de Mafoma
 Partem voando a seu patrio assento:
 Deyxa os Turcos fugir, & os Christãos toma
 O soccorro do Herege fraudulento,
 Que abordando com capa de amizade,
 Prende a fazenda, & solta a liberdade.

¹ V. T. v, 18 e 19.

Sobre a Turdula praya em batel roto
 Os poucos vivos quasi nús alija,
 E com o Pirata só fica o Piloto,
 Pera que a costa mais perito afflija.
 Eu em vez de fazer solene voto
 De mais não contrastar fera tão rija,
 Como agoa salsa, tão voraz, & tanta,
 Que espanta o vela, & o passala espanta.

Sobre a primeyra quèda, torno à luta,
 Sem me turbar de tão funesto agouro,
 Porque com pertinacia resoluta
 Dentro em dous meses desemboco o Douro.

Narram os escritores que Brás Garcia, durante êste primeiro período do seu exilio, viajou muito por várias nações europeias, pela Itália, França, Flandres, e Espanha, adquirindo nestas viagens, com a sua natural agudeza e talento, conhecimentos muito variados.

Creio haver nisto exagêro.

Que viajou pela Espanha, temo-lo nós visto; mas, que passasse além dos Pyreneus, não me parece crível, não só por não encontrarmos no seu poema, todo semeado de dados auto-biográficos, vestígio algum de tais viagens, mas principalmente porque, na successão cronológica dos acontecimentos, não vemos restar tempo em que elas se realizassem.

Parece-me pois que devem relegar-se tais narrativas para o domínio fantasioso das lendas.

*

Desembarcado no Pôrto, Brás aproveitou a primeira oportunidade para ir apagar saúdades à Beira, onde tinha a família e os antigos amores, dos quais estava longe de se ver curado².

A sua estada em Portugal era cuidadosamente oculta e clandestina, porque sôbre êle continuava pesando a responsabilidade do antigo crime, e as justiças, se soubessem da sua presença, esfoçar-se hiam por capturá-lo.

D. Filipe III de Espanha morrera em Madrid a 31 de março dêste ao de 1621, sucedendo-lhe Filipe IV; e diz Camilo Castelo Branco que o novo rei *mandara desfazer os processos instaurados em Coimbra*

¹ Estt. 50-53. — ² Doc. CXII.

contra o poeta, pelo que a vinda dêste a Portugal 'não era já temerária nem perigosa' ¹. Ignoro o fundamento que teria o grande escritor para fazer tal afirmação. Creio que, pelo menos em parte, é mais um produto da sua imaginação, pois o próprio poeta se antecipou a dar-lhe o desmentido, dizendo que só muito mais tarde, residindo no Brasil, fôra avisado de estar convalescido enquanto a réo ².

Naturalmente o processo, que Filipe IV mandou desfazer, foi o de cumplicidade na evasão da cadeia da Portagem, em que se achava implicado o irmão Manuel Garcia, e talvez mais alguém. Conjecturo isto por ver êsse ano, no mês de novembro, o dito Manuel Garcia requerer para ser admitido aos três graus de ordens menores, que lhe faltavam, correr o processo sem aparecer impedimento algum, e ser realmente admitido à ordenação em dezembro, o que não podia suceder se estivesse pronunciado. Um ano depois organizou-se novo processo para a sua ordenação de subdiácono, e a êle se encontram juntos os certificados de fôlha corrida passados pelos escrivães de um e outro fôro, donde consta nada haver contra o requerente, o qual recebe o subdiaconado em dezembro de 1622 ³.

Por isso a vesita de Brás Garcia à Beira não podia deixar de ser cercada de misterioso disfarce.

¡Que viva impressão lhe não causaria êste regresso à sua querida pátria, depois de tão atribulada ausência! ¡Com que estremecimentos de alma não desceria êle o velho caminho de Vila-Pouca a Avô, e com que alvoroço não saudaria a sua pequenina vila natal, quando, ao voltar do atalho ⁴, se lhe desvendou súbitamente a gigantesca e for-

¹ Op. cit. mihi p. 24. — ² V. T. xv, 61.

³ C. E. — *Processos para a ordenação de Manuel Garcia.*

⁴ A vista fotográfica de Avô e suas cercanias, que aqui juntamos, é tirada exactamente do ponto, cujo panorama se descreve. Para elucidação do leitor, indicamos por letras e algarismos, na cobertura da estampa, os logares principais que agora vamos apontar.

A) Bairro da Couraça. — B) Bairro do Outeiro. — 1) Casa de Marcos Garcia, onde Bras nasceu. — 2) Terreno fronteiro à casa, além do lago, onde o poeta fez o seu jardim quando regressou do Brasil, ligando-o com a casa por uma ponte. Ainda lá existem dois gigantescos e velhíssimos ciprestes, que a tradição diz plantados por êle. — 3) Antiga casa da Câmara municipal, que hoje serve de escola primaria. Na estampa vê-se apenas a parte superior, que emerge detrás de uma casa particular. — 4) Esplanada onde assentava o castelo. — 5) Igreja matriz de Nossa Senhora da Assunção. — 6) O *Pêgo*, lago actualmente muito assoreado. — 7) Entrada do rio Alva no *Pêgo*. — 8) Entrada do rio Moura, ou Ribeira de Pomares. — 9) Estrada distrital n.º 106, que liga Avô com a estrada nacional n.º 46, pela qual comunica com Vila-Pouca da Beira, Galizes, Oliveira do Hospital, etc. — 10) Caminho

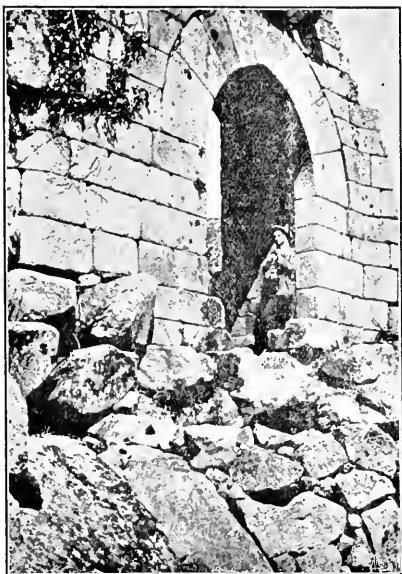




mosíssima concha, cujos contornos e relevos são formados por cordilheiras de colinas e montanhas, e em cujo fundo convergem os rios, Alva e Moura, entre os quais se devisa, qual preciosa pérola implantada no seio da concha-mãe, a pitoresca e sempre ridente povoação de Avô!

Quem seja admirador das belezas naturais, venha em uma clara manhã de primavera a este lugar privilegiado, sito a meio da íngreme vertente sôbre uma prega de terreno, e eu lhe garanto que ficará absorto, horas esquecidas, na contemplação duma paisagem, única no seu género, deliciosa como uma iluminura em *Livro de Horas*, mimosíssima de desenho e de colorido.

Inúmeras montanhas, em disposição caprichosa, ora se dilatam arqueando o seu dorso em corcovas gigantescas e o seu flanco em ondulações suaves, ora emergem soberbas os seus arredondados cabeços por trás das cumeadas das mais



Porta do castelo de Avô.

próximas, tingindo-se de cores diferentes, desde o azul de anil até ao roxo de ametista e às infinitas tonalidades do verde, segundo a relativa distância e as condições da atmosfera, e segundo a natureza do manto vegetal que as cobre, ou dos penhascos que as ouriçam, e cortadas em todas as direcções por alva rede de caminhos e atalhos, que ligam a vila com as povoações e lugares da região: — tudo isto é de

de Aldeia das Dez, onde se ergue a ermida de Nossa Senhora do Mosteiro. — 11) Estrada que dá serventia de Avô para Pomares. — 12) Caminho velho de Pomares. — 13) Caminho de Anceriz. — 14) Caminho velho de Vila-Cova-sob-Avô. — 15) Estrada distrital n.º 106, que põe Avô em comunicação com Vila-Cova, Côja, Arganil, etc.

uma variedade de desenho, de relêvo e de matiz verdadeiramente indescritível e de encantar.

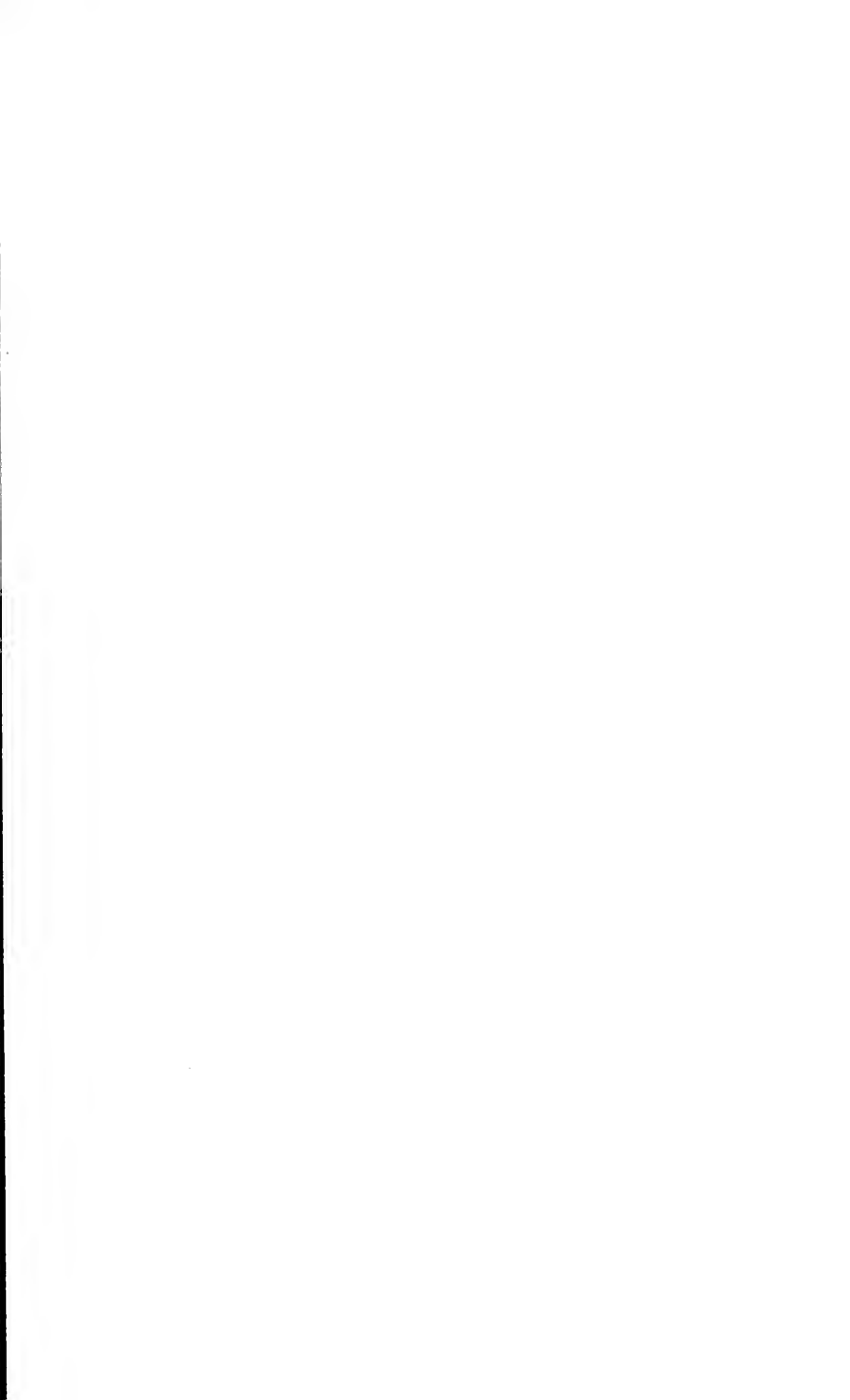
Acolá em frente, a uma légoa de distância, projectando-se sôbre o horizonte surge hirto, selvático, mostrando a cabeça ciclópica e os atléticos ombros por cima das cumeadas, como sendo o bisavô dos restantes montes que o cercam, o giganteo *Colcurinho*, com os seus 1242 metros de altitude, dominando uma larga região, que se dilata para Ocidente até ao mar. A piedade cristã foi colocar lá no cimo do arredondado cabêço uma capelinha, dedicada à Virgem, que a poesia popular se compraz em ver ali, entre o ceu e a terra, medianeira entre Deus e os homens, recebendo as preces e orações dos seus numerosísimos devotos, que em muitas dezenas de légoas de circunferência avistam e veneram a minúscula ermida.

Na bacia de Avô, cuja vista geral se abrange num relancear de olhos daquele magnífico mirante natural, a que nos estávamos reportando, a cultura é variada, e não se limita aos estreitos vales por onde se estendem os leitos dos rios, mas vai trepando pelas encostas, em milhares de pequenos socalcos irregulares, adaptados à natural disposição do terreno, tapizados de diversas côres, conforme a variedade das culturas e a policromia das florescências, formando um mosaico riquíssimo e inigualável.

A beleza deste panorama, que hoje se admira, ainda era muito acrescida no século xvii por grandes e numerosos soutos e carvalhais ¹, que subiam pelas depressões do terreno até quasi ao dorso dos montes, vestindo essas pregas da serrania de betas de verdura viçosa, que na primavera davam grande realce ao manto arroxado da urze florida, principal cobertura que envolve a parte inculta e mais alta das encostas.

Lá ao fundo da bacia vê-se alvejar o Pêgo, lago de configuração esbelta bastante irregular, alongando-se na sua maior extensão de N. a S., alimentado pelas águas do Alva e do Moura, e cercado de exuberante vegetação, que lhe dá um tom de frescura e vida impressionante. Na parte mais larga do Pêgo, entre a bôca de entrada do Alva e a de saída das águas do lago, surge a ilhota do *Picôto*, um rochedo granítico que ali aflora, sôbre o qual a poesia cristã erigiu no século xvii uma pequenina capela dedicada ao popular taumaturgo português, à qual davam acesso alguns barquinhos, que freqüentes vezes singravam as aguas do lago, já em diversões de regalo, já em

¹ Vid. doc. CVII.





vesitas de devoção. A imaginação popular consagrando ali, naquele sítio, o piedoso monumento, esperaria em sua candura poética, a repetição do milagre legendário; aguardaria que alguma vez, numa dessas belas manhãs de verão, o popular santo, descendo do seu altar e aparecendo à porta da capelinha, com um gesto chamasse das profundezas do *Pégo* as turmas aquáticas, e então prégasse aos peixes um daqueles encantadores sermões, que em Itália arrastavam após do extraordinário orador as multidões, sempre sequiosas de o ouvir! Infelizmente as areias e cascalho que o Moura para aqui tem arrastado, e que hoje quasi que obstruem o lago, prejudicam bastante a sua beleza natural, não podendo já dizer-se dêle, a não ser em época de enchentes, o que o poeta na segunda metade do século XVII escreveu:

De claras agoas larga, & bella praça
Entre asperas montanhas se está vendo,
Amphiteatro de plantas, que autorizão
O grã lago, em que SEMPRE se narcizão ¹.

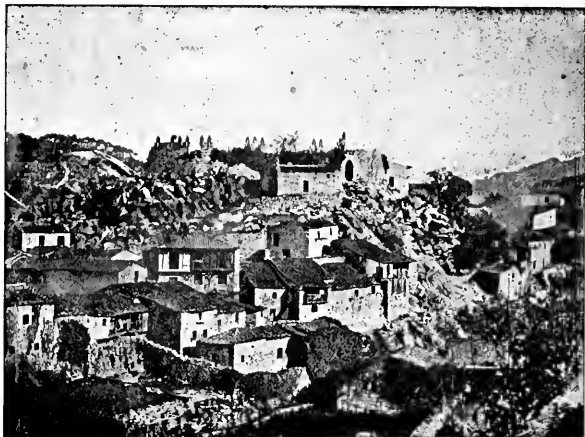
Dividindo as bacias dos dois rios estende-se um como promontório de S.-E. a N.-O, que vem fenecer junto do lago. É aqui, no bico deste promontório, que assenta a nobre e antiquíssima vila de Avô, com a casaria mezquinha e pobre, mas pitoresca no seu agrupamento, a trepar pela riba, disposta como que em trono de forma semicircular, até ao cabeço, onde se erguia arrogante o castelo medieval, de que hoje apenas resta a porta de entrada, bem como as ruínas duma capela de S. Miguel, que a êle se encostava ². Ha depois

¹ V. T. XIV, 104.

² Junta-se aqui uma vista de Avô, tirada de O.-S.-O., da margem esquerda da ribeira de Pomares ou rio Moura, próximo do ponto em que as suas águas entram no *Pégo*.

Vão indicados por letras ou algarismos, na cobertura da estampa, os logares seguintes: — A) Bairro da Couraça; — B) Bairro do Outeiro; — 1) Casa de Marcos Garcia; — 2) O *Pégo*; — 3) Terreiro onde Bras Garcia, na volta do Brasil, fez o seu jardim, do qual restam dois ciprestes; — 4) Ponte recentemente construída sobre o Moura, dando passagem à estrada distrital n.º 106, e pondo Avô em comunicação com Vila-Cova, Côja, Arganil, etc.; — 5) Antiga casa da Câmara, vista de lado; — 6-6) Estrada de serventia de Pomares; — 7) Casa dos Soares de Albergaria, representantes da familia dos Madeiras Arrais de Avô; — 8-8-8) Estrada distrital n.º 106 dando comunicação para a nacional n.º 46, que põe Avô em comunicação com Vila-Pouca, Galizes, etc.; — 9) Casa dos Figueiredos, representantes também da antiga familia dos Madeiras Arrais; — 10) Ponte antiga sobre o Alva; — 11) Esplanada onde assentava o castelo; — 12) Capela de Nossa Senhora do Mosteiro; — 13) Igreja matriz.

uma depressão de terreno ou garganta, donde recomeça a erguer-se o monte, povoado por outro grupo de casas, que se alteia um pouco mais. O primeiro bairro, o da *Couraça*, representa o burgo antigo, que ali se implantara abrigado e protegido pelo castelo senhorial dos bispos de Coimbra, seus alcaides-móres; o segundo, chamado do *Outeiro*, foi resultado dum desenvolvimento moderno do primeiro bairro, quando o aumento da população obrigou a ampliar o antigo povoado.



Ruínas do castelo de Avô em 1871

Fronteira ao castelo, no monte que se ergue da outra banda do Alva, está situada a igreja matriz de Nossa Senhora da Assunção, construção do século XVIII, assentando no próprio lugar em que havia a antiga igreja colegial e paroquial da mesma invocação, a qual remontava ao século XIV.

A mencionada disposição da vila, assim apinhada entre dois vales que a ladeiam, ridentes e fertilíssimos, regados por dois pitorescos rios marginados de árvores que os sombreiam, tendo atrás de si a montanha agreste, rude, inculta, e na sua frente o poético lago, donde se escôam as águas por outro vale, não menos fértil do que os dois, mas de aspecto bastante diverso, é uma disposição privilegiada, formosíssima, incomparável de mimo.

Aqui recostado, o velho mas sempre rejuvenescido Avô, no meio dos

... valles que a seus pés se estendem,
Veygas abração, & montanhas fendem¹,

merece que lhe sejam dirigidos os versos do Mantuano:

Fortunate senex ! hic inter flumina nota
Et fontis sacros frigus captabis opacum².

Observador, e apreciador da natureza, admirador do belo, Brás



O que resta do castelo de Avô na actualidade.

Garcia, ao ver agora nòvamente a sua querida e sempre amada pátria, depois de tão acidentada ausência e de viagens por tão variadas terras, sentiria aumentar consideravelmente a antiga admiração pelas suas excepcionais belezas, admiração que várias vezes expandiu em versos, alguns dos quais chegaram até nós no seu poema.

*

Durante a sua estada clandestina em Avô, Brás notaria, segundo creio, que a abundância, em que noutros tempos vivera seu pai e fa-

¹ V. T. XIV, 103. — ² VERGIL. *Bucolica*, Ecl. 1, 51-52.

mília, havia diminuído bastante; as despesas avultadas a que se vira forçado, muitas delas motivadas pelo próprio poeta com as suas aventuras, prisão e homizio, deviam ter feito notável rombo na casa, e assim não admira encontrarem-se mais tarde referências a dívidas, contraídas por Marcos Garcia ¹.

Este facto, e não menos o aborrecimento de ter de viver escondido e em continuos sobresaltos, devem ter sido importantes factores para determinarem Brás a abandonar a pátria e a passar-se ao Brasil.

Também é certo que o génio aventureiro e irrequieto do nosso poeta não se curára com os trabalhos e com as calamidades sofridas; não admira portanto que esse génio o levasse a intentar passar-se a novas terras, cujas riquezas nesse tempo seduziam tanta gente.

Suponho porém que outro motivo muito diverso contribuiria para esta resolução mais do que os indicados.

D. Maria Madeira da Costa, irmã mais velha de D. Cecília, que, segundo parece, era a namorada de Brás, havia casado por cêrca do ano de 1617 com João Manuel da Fonseca, rico proprietário de Anceriz, que veio viver para Avô, onde mais tarde assumiu, por morte de seu sogro, o cargo e honras de capitão-mór. Tinha êle um irmão de nome Aleixo Afonso, compartilhante da importante casa de seus pais Manuel Dias e Maria Afonso. Conveniências económicas de família aconselhavam o casamento do irmão de João Manuel com a irmã de D. Maria Madeira; ficariam assim unidas na mesma família propriedades que, divididas, perderiam muito do seu valor; e, enquanto em Avô João Manuel administrava os bens da mulher e da cunhada, seu irmão Aleixo, em Anceriz, administraria os bens próprios e os do irmão.

Mas opunha-se a este projecto a paixão de Brás Garcia, certamente correspondida por D. Cecília; e é contra estes amores que D. Maria Madeira, a principal interessada naquele casamento, dirigiu as suas batarias. Encontro mais tarde vestígios evidentes de antipatia mal disfarçada entre D. Maria e Brás, como a seu tempo veremos, e tais sentimentos de aversão devem ter as suas raízes nesta época.

É fácil conjecturar quais os argumentos com que D. Maria Madeira procuraria arrancar do coração da irmã a paixão, que se lhe afigurava funesta. O homizio prolongado do poeta favorecera consideravelmente aquella empresa, e quando Brás, depois de tantos trabalhos e aventuras dolorosas, conseguiu regressar, embora clandestinamente, à

¹ Doc. CVII.

sua nunca esquecida vila de Avô, uma nova terrível o esperava ali. D. Cecília renunciara aos seus antigos amores, e consentira em se unir matrimonialmente a seu cunhado. O casamento estava tratado, e em breve se ia realizar.

Este golpe foi decisivo.

O poeta vê todos os seus sonhos de amor desfeitos, perdidas as esperanças tão queridas e tão fagueiras, que até ali o animaram e lhe incutiram coragem para arrostar com os perigos e trabalhos. Guardaria ainda remeniscências dolorosas dêsse golpe terrível, quando muito mais tarde escrevia :

.....
 Que algozes são da vida as esperanças.

Estas que do Céu forão degradadas,
 E depois nunca nelle consentidas,
 As almas tem na terra avassaladas,
 E mais no Inferno, que no Céu metidas.
 Ó inimigas sempre desejadas,
 Se quando vós ganhais, ficais perdidas,
 Que muyto he, que venhais tão vagarosas,
 Se em mofinas paraís as mais ditosas !¹.

Descreu então do amor e dos seus attractivos :

.....
 Que o premio, que se tira dos amores,
 São penas dos desdens, dos bens lembranças :
 Quanto suas firmezas são mayores,
 Mayores vem a ser suas mudanças,
 Que tarde, ou cedo, de amorosas fragoas
 Não ficão senão lagrimas, & magoas².

Nem admitia que houvesse homem tão infeliz e desgraçado como elle :

Mandas-me que te cante minha vida,
 Melhor fora mandares-me choral,
 Que vida em tantos males repartida
 Melhor fora choral, que cantala ;
 Sempre hé sospeyto de affeyção fingida,
 Quem de seus proprios bens, ou males fala,
 Mas sendo os meus notorios, & imperfeytos,
 Serão mais reprehendidos, que sospeytos.

¹ V. T. IV, 75-76. — ² Ibid. VIII, 138.

Porem se allivio dão desditas ditas,
 Mal podem por contalas reprehendelas,
 Que homem nenhum cahio em mais desditas,
 Nem teve mayor dita em se erguer dellas.
 Se te ouver de contar perdas, & ditas,
 Tempo não averá pera dizelas,
 Pintor serey, que honrando a sutil arte,
 Dá indício do todo pella parte ¹.

O estro poético sofre-lhe então um abalo enorme. Até este momento cantara os seus amores, as suas saúdades, as suas esperanças, e, ainda em meio dos trabalhos e dores que o oprimiam, a ridente visão, nunca desvanecida, dum futuro feliz, inspirava-lhe cantares apaixonados, alegres ou saúdosos, mas não plangentes; agora o desespero invade-o, aniquila-o, e já não ha estímulo sufficiente, que o incite

A cantar, rouco de chorar desditas ².

Chora, sim, e as suas produções poéticas dêsse tempo foram lamentos de alma, queixumes sentidos, endexas repassadas de lágrimas e de tristeza, composições estas que infelizmente não possuimos, pois todas se sumiram na voragem enorme a que só escapou o *Viriato Trágico*; mas a elas se refere o poeta, muitos anos decorridos, na invocação que faz à Musa, ao principiar o seu poema épico:

E tu, filha do Alva cristalino,
 Minha mais natural, que culta Musa,
 Em cujas prayas o senil ³ Menino
 Me ensinou a tocar a cithara lusa;
 Erro da natureza, dom divino,
 Mal repartido à parte, em que não se usa,
 Donde eu sómente dey em tantos males
 Queixas aos montes, lagrymas aos valles ⁴.

A traição, de que foi vítima, se o não levou a odiar as mulheres em geral, a repudiar os seus encantos, dos quais foi sempre admirador entusiástico, levou-o a formar um conceito bem triste da volubidade e inconstância inata dos sentimentos de algumas mulheres, a detestar as baixezas de traição e as habilidades de fingimento, de que são capazes.

Nos vinte cantos do *Viriato Trágico* encontramos, é verdade,

¹ V. T. xv, 27-28. — ² Ibid. i, 2. — ³ Talvez o poeta escrevesse *sutil*.

⁴ V. T. i, 4.

alguns retratos de mulheres dignas e cheias de virtudes primorosas; mas ao lado destas avulta uma formosa Lisbela, cúmulo refalsado e repelente de protérvia e de inconstância ¹.

Dirigindo-se às *gentis donzelas* que lerem o seu poema, desculpa-se de ter agravado o belo sexo com queixas e acusações; e para isto, rememorando velhos desgostos, diz com galanteio gongórico :

Sabey, que não tem culpa a minha pena,
Senão a Musa, que o que escrevo dita,
E à Musa não queyrais ver mayor pena,
Que a que tem de convosco não ter dita.
Desculpa tem quem desfavores pena,
Na queyxa, que com colera tem dita :
Se hê que de vossa graça estou privado,
Minha desgraça esteve em ser privado ².

Mas apesar destas desculpas, que o génio galanteador lhe sugere, é certo que não perde ocasião de tirar a desforra do mal sofrido, publicando a hipocrisia e dissimulação das mulheres,

.....
Pois sintindo huma cousa, outra publicão,
Prazeres buscão, fingem desprazeres;
Astrologas os danos pronosticão,
E letradas dão falsos pareceres :
Bem se vê nas de então, & nas de agora,
Que engana a mulher mais, quando mais chora ³.

Os grandes males, as grandes desgraças e calamidades deste mundo são geralmente devidas à acção nefasta da mulher, podendo até assentar-se como princípio, que jámais houve

Tragedia, em que mulher se não metesse ⁴.

A mulher, para conseguir o casamento, inventa, fantasia, faz

Muralhas de cristal, torres de vento,
Porque não hã mentiras de mais porte,
Que as ditas ao fazer de hum casamento ⁵.

Ela dissimula, atraiçoa, finge paixões, e até

O sangue vende, por comprar marido ⁶.

¹ Vid. *V. T.*, xiii, 66-99; xviii, 72-94. — ² *Ibid.* xii, 2. — ³ *Ibid.* xiii, 82.

⁴ *Ibid.* xx 16. — ⁵ *Ibid.* xx, 27. — ⁶ *Ibid.* xiii, 90.

Quando Brás Garcia pensava e escrevia todas estas cousas, ¿ não teria presente a recordação do terrível golpe, há tantos anos vibrado pela gentil mão da sua namorada? Certamente.

*

Destruidos os sonhos mais queridos, que até então lhe haviam dado coragem e força para suportar as adversidades, vendo a sua vida despedaçada, todas as esperanças perdidas, considerando-se já *sem cura enquanto amante*¹, toma uma resolução heroica: fugir não só da região onde nascera, mas do próprio continente, onde tais desenganos sofreu, interpondo o oceano entre si e a mulher, que assim lhe faltou à fé jurada.

Brás deixa Avô, onde não quer ver a sua antiga namorada unida a outro homem, e regressa ao Pôrto, levando como companheiro um primo que tinha, chamado Luis de Figueiredo, filho de seu tio materno Felipe Madeira, rapaz de 18 para 19 anos, fogoso e aventureiro, que não mais o largou na maior parte do tempo que durou a sua ausência em terras de além-mar². A êle voltaremos a referir-nos em breve.

No Porto Bras Garcia prepara-se com algumas noções da arte náutica, que lhe foram fornecidas por simples marujos, segundo êle próprio diz:

Brevemente me ensina gente bruta
A sciencia que apura a fome de ouro,
Porque o sutil me alegre, & maravilha
Do astrolábio, da carta, & balestilha³.

Depois, correndo já o ano de 1623⁴, toma lugar em um barco, que fazia viagem para o novo-mundo, e foge da pátria com o coração retalhado por cruéis desenganos.

Poucos meses decorridos, em uma quarta feira, 16 de agosto do

¹ V. T. xv, 61.—² *Notas geneal.* II, iuc, 4.—³ V. T. xv, 53.

⁴ Temos elementos suficientes para determinar êste ano. Brás regressou do Brasil, como logo veremos, em 1632, encontrando-se já em Avô no mês de novembro. Referindo êste regresso, escreveu ele:

Sôbre nove anos de importuna ausencia
Torno a gosar da Patria desejada (xv, 62),

o que nos faz ver que o poeta deixara a sua pátria em 1623. Deve ter embarcado antes do meado dêste ano, aliás não haveria tempo para atravessar o Atlântico com defículdades, e passar no Brasil tudo o que refere nas estâncias 54 a 56, até à tomada da Baía pelos holandêses, realizada em maio de 1624.

referido ano, celebrava-se na igreja de Avô, com grande aparato, o casamento de D. Cecília Madeira com Aleixo da Fonseca ¹, partindo os noivos em sêguida para Anceriz, onde ficaram a residir.

*

Muito acidentada, e cheia de contratempos, correu para o poeta a travessia do Atlântico. Calmarias, tempestades, ataques de cor-sários, tudo isto experimentou, tendo por vezes em iminente risco a vida.

Por fim avista-se terra a poente. A princípio desenha-se a linha ondulada dos montes, recortando-se indecisos no horizonte; depois vão-se avolumando pouco a pouco, até que se devisa a casaria duma grande cidade, coroada e cingida por numerosos fortes, tórres e castelos, esmaltada aqui e acolá de verduras, donde se erguem, majestosos e triunfais, os penachos abertos de gigantescas palmeiras.

A sul expande-se uma formosíssima baía, que, tendo três léguas de bôca, se dilata e amplifica pelas terras dentro, a ponto de medir cêrca de trinta e seis léguas de circunferência, recebendo o tributo de seis rios, que nela vêm desaguar.

É a Baía de Todos-os-Santos, com a sua bela cidade de S. Salvador, capital que então era do Brasil, e grande empório industrial e de exportação.

Foi aqui que aportou Brás Garcia, ao chegar às terras de Santa Cruz, ficando deslumbrado com as condições naturais de beleza e de riqueza, dêste mundo privilegiado.

Ia para negociar, e aquêle meio, com as variadíssimas e muito abundantes produções que oferecia à exploração comercial, era magnífico para tentar fortuna; mas o seu espírito ansioso de grandes comoções, curioso de ver e observar estes países tão cheios de atráctivos e novidades, impelia-o a percorrer novas terras. Empreende desde logo uma viagem costeira, que de pôrto em pôrto lhe deixe observar e estudar as diversas regiões e feitorias principais do litoral brasileiro, antes de assentar definitivamente o seu plano e a sua residência.

Nesta viagem de reconhecimento sofre um *naufrágio lastimoso*, em que perecem quási todos os seus companheiros. Por fim aporta a Pernambuco, então no auge da opulência e esplendor. Ali encon-

¹ C. S. — *Registo paroq. de Avô*, l. 1, cad. 1., fl. 8.

tra e admira as florestas de mais preciosas madeiras do novo mundo, os montes de mais variada e abundante caça, o mar e rios de mais excelente peixe e marisco, os jardins de mais belas flores, os campos de mais luxuriante vegetação e formoso gado, as árvores e plantas, tanto cultivadas como silvestres, de mais saborosos frutos, as fábricas do mais fino e estimado açúcar.

A vila de Olinda, capital desta província, era uma das mais formosas povoações de todo o Brasil, residência preferida de numerosas famílias da principal nobreza.

Cativado da ostentosa opulência, grande comércio e beleza extraordinária dêste país, Brás Garcia aqui se estabelece finalmente.

Tudo isto nos é contado pelo poeta nas estâncias seguintes:

Apezar de tormentas, calmarias,
Cossarios, & afflições de sangue, & morte,
Entrei pella raynha das Bahias,
Celebrado theatro de Mavorte.
Desta cidade illustre em bizzarrias,
Da nova Lusitania nova corte,
Julguey, que era o Brasil jardim sem muro,
Thesouro rico, porèm mal seguro.

A idade de ouro inda então lembrava,
E a de prata, que nelle florescia,
Já com intercadencias vacillava,
Porque perto a de ferro trasluzia.
Se a muyta gente pobre levantava,
Tambem a muyta rica empobrecia,
Que hê mal segura em quem compra, & vende
Toda a riqueza, que do mar depende.

Navegando sua costa deseioso
De saber estranhezas não sabidas,
Naufragio padeci tão lastimoso,
Que entre muytos salvamos poucas vidas.
Escarmentado mais, que curioso,
Tendo as colonias já reconhecidas,
Na de Olinda parey, tendo a de Olinda
Por mayor, por melhor, & por mais linda ¹.

*

¿ Que fez Brás Garcia durante nove anos que passou na América?
Pouco podemos dizer em resposta a esta pergunta.

¹ V. T. xv, 54-56.

Há dois factos capitais bem provados. Entregou-se ao comércio, e a fortuna foi-lhe próspera; tomou parte na defêsa do Brasil contra os holandêses invasores, combatendo com valentia, e alcançando o pôsto de alferes.

Bento Madeira de Castro¹ dá-nos conta deste segundo, omitindo cuidadosamente o primeiro. Daquêle resultava honra e glória; êste era demasiado grosseiro e vulgar, e não dava lustre ou realce à nobrêza da familia. Entretanto um e outro facto são memorados no *Viriato Trágico*, como veremos.

Mas, se da generalidade quisermos passar à especialidade, verificaremos que pouco, muito pouco nos diz o poeta deste período da sua vida, o que contrasta sensivelmente com as notas bastante minuciosas, que deixou, relativamente aos outros períodos. Isto, que à primeira vista causa estranheza, tem bôa explicação, e é o próprio poeta que se encarrega de a dar. Fazendo referênciã à guerra dos holandêses, declara:

.....
 Em varias rimas tenho lamentada
 Esta guerra, que muyto avante chega,
 Calo portanto os mais particulares,
 Que hê dobrar magoas, repetir pezares².

; A que rimas aludem estes versos? Responde Madeira de Castro: — «... sobre tudo suspira nosso affecto por hũ Tomo, que cõpoz quando se voltou do Brasil, intitulado Ausências Brasilicas, pois nesses copiosos cadernos, que durão, nos excita as saudades dos que quási gastou o tempo, & o descuido»³.

Brás Garcia, depois do seu regresso do Brasil, entre numerosas composições poéticas que produziu, cantou em *várias rimas* os successos do Brasil, de que fôra espectador e actor, e entre essas poesias deviam abundar as notas auto-biográficas, que tanto se coadunavam com a sua psicologia. Compôs em especial um grosso volume, constituído por *copiosos cadernos*, a que deu o titulo de *Ausências Basilicas*, em que o referido assunto foi largamente versado. Não era pois razoavel que no seu *Viriato Trágico* estivesse a repetir o que havia anteriormente contado por meúdo.

As poesias avulsas já se tinham em grande parte extraviado quando, quarenta anos decorridos sôbre a morte do poeta, Madeira

¹ Doc. CXII. — ² V. T. xv, 59. — ³ Doc. CXII.

de Castro escreveu o seu resumo biográfico; mas existia ainda o volume das *Ausências Brasilicas*, cuja interessante leitura fazia lamentar a perda das outras. Por fim desaparece êste mesmo livro, e com êle as notícias biográficas, que ali se continham, relativas a este período da ausência de Brás Garcia no Brasil.

Aproveitemos pois avaramente, à falta de outras, as leves e pouquíssimas referências que conseguirmos descobrir e colher.

*

Que o poeta negociou no Brasil, é, como dissemos, facto averiguado e certo.

Saiu de Portugal muito magoado, profundamente ferido na alma; mas êsse estado agudo da paixão, depois de esta passar à fase de mal sem remédio, de doença *sem cura*, como êle se exprimiu ¹, forçosamente havia de se mitigar. A crise, porque foi muito violenta, não podia ser duradoira. Entrada no estado crónico, a paixão já o deixaria pensar a frio sôbre a sua situação, sôbre a situação dos seus; e daí resultou o meter-se a valer em tentar fortuna pelo comércio.

A casa de seu pai era modesta, e a família grande. Além dos rendimentos dos bens patrimoniais seus e de sua mulher, Marcos Garcia auferia os lucros da escrivania das cisas gerais e dos panos ², officio que vinha exercendo desde 1595, mas que pouco rendia; as despêsas entretanto haviam-se avolumado muito, para acudir às desgraças de Brás, e para ocorrer à educação dos outros filhos.

Ora Brás Garcia, como logo veremos, era naturalmente inclinado às ostentações; gostava de viver com brilho, aspirava a cercar a nobreza de sangue do prestígio, que só pode alcançar-se por meio de acções que sobressaíam e se ergam acima da vulgaridade, e além disso com dinheiro, sem o qual todo o brilho é efêmero. Não admitia nobreza pobre, que se rebaixasse a pedir, a viver de empréstimos. Era para êle um axioma

Que a Nobre pobre menos o injuria
Roubar de noyte, que pedir de dia ³;

e como, por educação e por índole, era incapaz de roubar, fez o que

¹ V. T. xv, 61. — ² Doc. X. — ³ V. T. II, 72.

muitos outros nobres fizeram. Condenou-se a viver largos anos longe da pátria,

Que mais penoso hé, mais entristece
O que à vista da Patria se padece ¹,

e por lá se sujeitou a angariar honradamente, com intenso trabalho, alguns bens de fortuna, para depois vir dourar de novo os braços de armas dos seus avós. Lá diz o poeta, referindo-se aos três rios, Mondêgo, Zêzere e Alva: nascidos na serra da Estrêla, é a própria pátria que

A desterro os condena como pobres:
Pobres começo muytos rios nobres.

Degradão-se da pobre natureza,
Por se verem na alheya accrescentados,
Que a mais tem degradados a pobreza,
Do que tem a Iustiça degradados ².

Mas outro incentivo o estimulou ainda a buscar meios de enriquecer.

Avô, a sua vila encantadora, à qual tanto queria, e que agora, vista de tam longe com os olhos da imaginação, através do prisma da saúde, reduplicava de atractivos, tudo o que era devia-o quasi exclusivamente à prodigalidade da natureza, e pouco, muito pouco, à arte. Atenuadas as más impressões com que de lá saíra, agora já antegostava o momento em que, modificadas as circunstâncias, pudesse regressar ao seu país; e começaria a planear melhoramentos, a projectar obras, que mais tarde veiu a realizar, como veremos.

Era pobre a sua pátria, e êle desejava beneficiá-la. Mete por isso ombros à emprêsa de ganhar dinheiro.

Este propósito, este incentivo, não deixou o poeta de o consignar no seu livro, tam recheado de notas auto-biográficas, introduzidas e insinuadas por todas as suas páginas. Fala de si mesmo quando, referindo-se à pátria, *sempre cara e sempre amada*, diz:

Quem longe da em que nasce, vaga, esquivo,
Não hé, porque seu clima o desagrada,
Senão, porque não cabe hum peyto nobre,
De grande coração em Patria pobre ³.

¹ V. T. 1, 104. — ² Ibid. 1, 16-17. — ³ Ibid. IV, 57.

*

Foi em Pernambuco que o nosso poeta assentou a sua residência, segundo vimos. O local não podia ser mais bem escolhido, pois a sua capital Olinda constituia nessa época um importante empório do comércio e indústrias do novo mundo.

Era capitão-mór desta provincia Duarte Coelho de Albuquerque, e governava-a seu irmão Matias de Albuquerque, que havia de ter um papel importante na guerra com os holandeses, e mais tarde nas campanhas da restauração, onde alcançou o titulo de conde de Algrête.

Não sabemos pormenores do género de negócio a que Brás Garcia de Mascarenhas se dedicou, e não vale a pena estar a ventilar hipóteses, quando não há meio de chegar a conclusões seguras. Entregando-se com toda a actividade à sua nova profissão, deve ter estado em vários pontos do Brasil, e talvez até passasse a outras regiões da América do Sul. Somos levados a crer que em qualquer dessas excursões comerciais iria até além do Rio da Prata. É uma suspeita despertada pelo esboço que, a titulo de imagem, em poucos traços, mas esses firmes e precisos, como que fixados em um instante, o poeta nos faz das Pampas, e dos gados que as povôam.

Como em campos larguissimos, & enxutos
 Alem de Buenos Ayres, sempre cheyos
 De vacum bravo, & de cavallos brutos,
 Que não tem donos, nem conhecem freyos;
 Espantão-se da gente, & resolutos
 Huns após de outros fogem sem rodeyos,
 Porque inda que em pedaços os desfação,
 Por donde passou hum, os outros passão ¹.

Com a agudeza de intelligência e sagacidade de que era dotado, trabalhou activamente, tendo sempre em vista

... que era o Brasil jardim sem muro,
 Thesouro rico, porém mal seguro ².

No negócio não basta esperteza e finura; é também necessária fortuna e boa sorte. Se isto succede em geral, mais succedia então no Brasil, quando a travessia do Atlântico era feita em péssimas con-

¹ V. T. vi, 83. — ² Ibid. xv, 54.

dições, lutando com as tempestades, e muito mais com os piratas mouriscos e com os holandeses, que formigavam por esses mares. É assim que o Brasil

Se a muyta gente pobre levantava,
Tambem a muyta rica empobrecia,
Que hê mal segura em quem compra, & vende,
Toda a riqueza, que do mar depende ¹.

Brás Garcia não foi dos perseguidos da sorte. A fortuna auxiliou-o, e quando, ao fim de nove anos, deu por terminada a sua vida comercial, tinha realizado as suas aspirações, que certamente não eram desmedidas. Ele mesmo o diz:

Satisfeyto porem da minha sorte
No Brasil, me parti delle contente ².

*

Não se suponha que a grande actividade do nosso poéta foi na América absorvida toda pelo negócio, a que se consagrou. De modo nenhum.

Mal havia assentado residência em Olinda, ou nas suas cercanias, eis que chega ali a noticia da tomada, pelos holandeses, de S. Salvador da Baía, então capital do Brasil. Pode calcular-se o pânico, que esta nova produziria por todas as provincias.

Era governador geral do Brasil Diôgo de Mendonça Furtado, que, embora fôsse um militar valente e já largamente experimentado na Índia, não poude repelir o inimigo, quando êste, a 9 de maio de 1624, entrou na Baía, apesar da resistência desesperada que lhe opôs com setenta homens, que tantos eram os que tinha de guarnição. Toda a mais gente válida acompanhou a inválida na fuga apavorada, que da cidade fizeram de noite para o interior.

Aprisionado Diôgo de Mendonça, succedia-lhe no governo geral Matias de Albuquerque, que, segundo fica dito, estava governando a capitania de Pernambuco. Tratou-se desde logo de organizar uma defêsa, tanto quanto possivel, séria. Alistaram-se muitos patriotas, entre os quais o próprio bispo de S. Salvador, D. Marcos Teixeira, que na Baía por algum tempo dirigiu pessoalmente a campanha, e nela morreu.

¹ V. T. xv, 55. — ² Ibid. xv, 60.

Os holandeses, uma vez senhores de S. Salvador, infestavam os mares e os portos, surgindo aqui e acolá como aves de rapina a fazerem prêsa, já nos navios carregados de mercadorias, já nas feitorias estabelecidas próximo das costas. Era pois necessário acudir rapidamente aonde o inimigo aparecia, e êsse serviço era feito em grande parte por voluntários, que, deixando os seus negócios, acorriam ao chamamento.

Entre êsses patriotas, que na defêsa da pátria se andaram batendo, conta-se o nosso poeta.

Assim fôram os portugueses entretendo o inimigo, não o deixando descansar nem alargar-se nas suas conquistas, até que chegaram os socorros pedidos, entrando pela Baía em sexta feira santa, 28 de março de 1625, as duas armadas, portugêsa e espanhola, esta comandada por D. Fradique de Toledo Osório, marquês de Valdueza, aquela por D. Manuel de Meneses, contando ambas cêrca de doze mil homens.

Depois de vários ataques, com sorte vária, e dos prejuizos sofridos pelos nossos no ataque dirigido pelo inimigo ao quartel que se estava assentando junto ao convento de S. Bento, renderam-se finalmente os holandeses, ao cabo de um mês de sitio, no dia 1 de maio do ano referido.

Apenas em três lugares do *Viriato Trágico* se encontram referências à guerra com os holandeses.

Ao feito da restauração da Baía faz alusão o poeta, ao demonstrar que a artelharria produz mais barulho do que mortandade:

Mais carrancas nos faz, que bisarrias ¹
 Nos sitios, que com mais credito abraça:
 O da Bahia de vinte & oyto dias
 Por mar, & terra atacada a praça,
 Com sortida a Sam Bento, & baterias,
 Não chegou a custar de toda a massa
 Trezentos homês, nem em tanta prova
 Custou mais que vinte & oyto Vila Nova ².

Lê-se noutro lugar uma referência a maus conselhos, que o poeta *riu* darem traidores ou cobardes *em guerras com Christãos e Lute-*

¹ Fala da artelharria. — ² V. T. iv, 26.

ranos, isto é, na guerra com os hespanhois depois de 1640, e na que tivemos com os holandeses no Brasil. Transcrevamos:

Eu vi alguns Scipiões não Africanos ¹,
 Senão como este, de que vou tratando,
 Que em perigos de honrados Lusitanos,
 Nascendo honrados, se hião deshonrando,
 Em guerras com Christãos, & Luteranos
 Partidos muyto máos aconselhando,
 Por se não arriscarem aos perigos,
 Faltando ao Rey, à Patria, & aos Amigos.

E depois que da morte se escaparão
 Por virtude, & valor de bons guerreyros,
 Tudo o que bem fizerão murmurarão,
 Fingindo-se leoões, sendo cordeyros.
 Etc..... ².

Desta guerra se ocupa rápidamente em três estâncias:

Estando aqui ³, como trovão com rayo,
 Rompe a guerra estragando de repente
 A cabeça do Estado hum mes de Mayo,
 Infeliz ao repouso do Occidente;
 Sobresalto cruel, mortal desmayo,
 Vay perturbando a paz de gente em gente,
 Branca, negra, gentia, moça, & velha
 Toda se espanta, & toda se apparelha.

Começa de ferver em mar, & em terra
 O duro Marte, sem deyxar em quanto
 Do Equinocio ao Tropico se encerra
 Cousa, que não involva em sangue, & pranto:
 Tudo apalpa, & revolve a dura guerra,
 Porque em tudo se oppoem com grave espanto,
 Já sobre as vellas, já sobre as amarras,
 As santas Quinas, às hereges Barras.

Nem porque nossa poderosa armada
 O perdido restaura, o mal socega,

¹ O poeta laborava no equívoco de confundir o consul romano QUINTO SERVILO CECILIANO, que planeou e fez executar a traição ignóbil, de que foi vítima Viriato, com PÚBLIO CORNÉLIO SCIPIÃO EMILIANO, o segundo AFRICANO, a quem atribuiu aquela vileza. Os manes dêste lhe perdõem a involuntária injúria, que tem sido repetida por muita outra gente bôa.

² V. T. XIX, 81-82. — ³ Em Olinda.

Porque sempre hê do Belgico infestada
A costa por que indomito navega.
Em varias rimas tenho lamentada
Esta guerra, que muyto avante chega,
Calo portanto os mais particulares,
Que hê dobrar magoas, repetir pezares ¹.

*

Terminado este paréntese de actividade militar, seguiram-se quasi cinco anos de relativo sossêgo, em que Brás Garcia se poudo entregar com todo o entusiasmo à vida comercial na bela capitania de Pernambuco.

Os holandeses continuavam infestando os mares, e por vezes entravam mesmo em algum porto, a aprisionar barcos com as respectivas carregações; não havia entanto nenhuma tentativa de nova occupação.

Um dia, a 14 de fevereiro de 1630, apparece à vista de Olinda uma armada holandesa composta de setenta velas, conduzindo oito mil homens de guerra.

Matias de Albuquerque não estava desprevenido; mas teve de arcar com a indisciplina, que o ócio sempre causa, e com a imoralidade, que geralmente acompanha a opulência de um povo. E assim foi que, no momento de combater, logo depois do desembarque do inimigo, e quando já alguns estragos haviam sido feitos nas hostes dos holandeses, os pernambucanos fogem espavoridos, deixando caminhar o inimigo sôbre Olinda, que foi entrada a 16 de fevereiro sem grande difficuldade. Estava quasi deserta, porque os moradores a haviam abandonado, retirando-se de noite para o interior, e levando consigo quanto poderam das riquezas accumuladas em suas casas.

Mas não se suponha que o brio e patriotismo portuguezes se haviam extinguido completamente. O triumpho, que os holandeses celebraram com sacrilégios de toda a ordem, não decorreu incruento, porque um punhado de patriotas, soldados uns, outros paisanos, acêsos em raiva e indignação por verem perdida a cidade, travaram luta desesperada no adro da Misericórdia e no convento de S. Francisco, mostrando bravura e valor heroicos, e dizimando à cutilada a mole de inimigos, até serem êles mesmos esmagados quasi todos pelo número excessivo dos contrários. Não ultrapassamos as raias do

¹ V. T. xv, 57-59.

verosimil, se imaginarmos que um destes patriotas aguerridos seria o nosso poeta.

Após Olinda foi tomado o Recife, que lhe fica próximo, depois de vencida a defêsa heroica que os portuguezes, comandados pelo capitão António de Lima, sustentaram no forte de S. Jorge; e só capitulou êste bravo capitão com uns trinta soldados, únicos que tinha consigo, depois de largos dias de peleja, e de serem mortos alguns centos de soldados ao inimigo.

Vendo-se com pouca gente, e aguardando fôrças, que com insistência reclamava da metrópole, Matias de Albuquerque tratou de reduzir o poder dos holandeses cortando-lhes a comunicação por terra entre Olinda e Recife, e não os deixando estender a sua acção para fora destas terras, para o que estabeleceu trincheiras e reductos, guarnecidos de soldados valentes e já experimentados, embora poucos em número. Nestes postos se sustentaram heroicamente os portuguezes, aniquilando as fôrças que os inimigos mandavam para os tomar.

Assim se mantiveram as cousas, até à chegada do refôrço enviado de Portugal.

*

Em toda esta campanha lidou com bravura Brás Garcia de Mascarenhas no posto de alferes ¹.

Não tinha ainda educação militar; mas a vivacidade, energia e grande talento, de que a natureza o dotara, o conhecimento perfeito, que adquirira na juventude, do jôgo de armas, e além disso a experiência da guerra, que lhe deu a campanha da Baía, supriam bem a sciencia teórica militar, que iria aprendendo nos livros.

Assim é que o encontramos mais tarde a preconizar a aprendizagem prática nos campos de batalha, como sendo mais eficaz e indispensavel do que o ensino nas escolas:

.....
 Que ao mais bisonho insina presto a guerra,
 Onde o destro tal vez menos atina,
 Se a victoria a seus emulos se inclina ².

Faz o elogio caloroso da sciencia militar:

A sciencia militar, real sciencia,
 Que por todos os seculos florece,

¹ Doc. CXII. — ² V. T. II, 113.

Se aprende com difficil experiencia,
 E com descuydo facil presto esquece.
¹;

mas é no campo, e não nas escolas platónicas, que ela verdadeiramente se adquire:

.....
 Não se aprende a sciencia meritoria
 De Marte nas Platonicas eschololas,
 Senão no campo, aonde se tem dados
 Muytos quinãos aos mais experimentados².

Tal é a doutrina que põe na bôca de Viriato, ao defrontar-se-lhe o pretor romano, e soerguendo já a pesada maça:

Agora saberás quanto esta pesa,
 Porque defunto insines a letrados,
 Que não está nas Letras a destreza,
 Senão nos braços de armas calejados.
³.

Isto não quer dizer que Brás desprezasse as teorias militares, no que teria dado um triste testemunho de si; mas apenas afirma que mais pode fazer um soldado com experiência de guerra, embora com pouca sciência teórica, do que outro com teoria mas sem experiência alguma.

Ele, que era naturalmente curioso e amigo de saber, retinindo a esta curiosidade natural um talento de compreensão e assimilação muito notavel, não deixaria de se instruir na arte da guerra, lendo com proveito, nas horas vagas, os tratados, que ao tempo havia, da sciência militar. Esse estudo deve ter proseguido mais tarde com superior intensidade, durante a guerra da restauração, quando Brás se viu sobrecarregado com as responsabilidades do comando de uma companhia, e do govêrno de uma praça de armas de grande importancia estratégica.

Revela-se-nos efectivamente, através das páginas do seu poema, como conhecedor da sciência militar, e familiarizado com os livros, que a expunham. Permita-se-nos mais uma transcrição:

Depois de já ficar tranquilla Hespanha,
 Fóra as eschololas della se passarão:
 Italia, França, Flandres, & Alemanha

¹ V. T. IV, 2. — ² Ibid. III, 106. — ³ Ibid. IX, 97.

Pera sua desdita as conservarão;
Os mestres della, que com sciencia estranha
A milicia moderna reformarão,
Pondo-a no estado, em que agora a vemos,
Parece conveniente que apontemos.

Solberigo lhe purga muyto vicio,
Esforçia, & Pecino a fazem clara,
Cordova a insina, ficão no exercicio
Carlo, Alva, Vasto, Fontes, & Pescara;
Parmã, Vandoma, Espinola, & Mauricio
A poem em perfeçãõ polida, & rara,
E em nossos dias, com tremendo susto,
Gustavo o Sueco, & Luiz Justo.

Podera discorrer, bem que insciente,
Pello que cada qual com raro ingenho
Lhe accresco, & apurou até o presente,
Porque presentes seus successos tenho;
Mas por seguir o assumpto brevemente,
Neste particular me não detenho,
De quem capazes são as citras lusas,
Que hé brévia de Armas, a lição das Musas.

Os homens como as plantas se cultivão,
Que incultos os produz a natureza,
Só por armas, & graves sciencias privão,
Sem as quais os deslustra a rustiqueza.
Da pericia as sciencias se derivão,
Que he o valor inutil sem destreza,
Mais util hé, mais val de qualquer sorte
Perito debil, que imperito forte.

Prezem-se os Reys de homens de experiencia,
Que todo o homem, que saber pretende,
Aprende à sua custa a sua sciencia,
E esta à custa dos Principes se aprende.
Hè toda a militar intelligencia
Fazenda, que aos Reys cara se vende,
Que logo perdem todos seus estados,
Em chegando a perder os bons soldados.

Quanto hoje tem coroa tão prezada,
Tudo deve à Milicia portuguesa:
Mas fique tal materia aqui cortada
Do assumpto do meu canto, que hé Sopresa.
Hé Sopresa hũa industria simulada,

Com que se ganha algũa fortaleza
Tanto a descuydo, ou tanto de repente,
Que se acha presa, quando a empresa sente.

Consiste o bom successo das sopresas
Em presteza, valor, segredo, espias :
Há sempre nellas varias sutilezas,
Pera enganar as rondas, & vigias.
Com petardos, escadas, & estranhezas
De artificios de fogo em nossos dias
Se fazem muytas dignas de memoria ;
E visto o que hé sorpresa, sigo a historia ¹.

*

Tem causado estranheza o facto de não se encontrar o nome de Brás Garcia de Mascarenhas mencionado entre os dos officiaes e soldados, que os governadores do Brasil apontavam como dignos de louvor e de mercês régias pelos seus feitos; e nem um simples registo haver da sua nomeação de alferes.

Para explicarem este silêncio, inventaram os escritores a lenda:— que os inimigos do poeta lá mesmo na América fizeram sentir o seu ódio poderoso, apagando o nome do grande patriota de todos os documentos officiaes, onde deveria aparecer.

A explicação é outra muito differente, e bem natural.

Brás Garcia durante a sua residência no Brasil não passava de um homiziado. Era um criminoso, que para ali fugira às garras da justiça, e por isso precisava de encobrir cautelosamente quem era, e de adoptar um pseudónimo, que ocultasse o seu verdadeiro nome. Com êsse pseudónimo comerciava; com êle se alistou nas fileiras dos voluntários, quando a pátria reclamou os seus serviços na guerra. Distinguindo-se como soldado, foi promovido, ainda com o mesmo pseudónimo, ao posto de alferes pelo capitão da sua companhia, que era a quem pertencia fazer tais nomeações, e passar as respectivas cartas, satisfeita a formalidade da aprovação do governador ².

¿ Como era possível, pois, encontrar-se o nome de Brás Garcia de Mascarenhas nos relatórios dos governadores, ou nos registos e

¹ V. T. iv, 29-35.

² Encontram-se, v. gr., muitos casos dêstes, referidos no maço 2^a, n. 232 das *Consultas do Conselho de Guerra*, na T. T.

noutras quaisquer fontes, oficiais ou particulares, de notícias sôbre a guerra dos holandeses?

Depois de indultado, e provavelmente só depois de ter regressado à pátria, é que se deve ter revelado o segredo, e tornado conhecida a identidade pessoal de Brás Garcia de Mascarenhas e do pseudónimo que o encobriera no Brasil; mas não admira o facto de se não encontrar referência alguma a êste ponto tam importante para a biografia do poeta, quando as suas noticias biográficas tam escassas são.

Um documento devia existir, donde certamente constavam os serviços militares por êle prestados no Brasil: era a consulta fundamentada do Conselho de Guerra, em meado de janeiro de 1641, na qual o nosso Brás foi proposto a el-rei para capitão de infantaria do exército da Beira, que se ia organizar para defesa da pátria ¹.

Infelizmente porém essa consulta não existe no respectivo maço. Extraviou-se, como succedeu a várias outras.

Talvêz ainda um dia venha a fazer-se alguma luz sôbre este periodo tam desconhecido da vida de Brás Garcia. Têm a palavra os nossos ilustradissimos confrades brasileiros.

*

Brás Garcia, nos últimos tempos da sua estada no Brasil, já não tinha por sócio o seu primo Luis de Figueiredo, que o acompanhára de Avô, e com quem desabafava saúdades. Havia regressado a Portugal em 1628 ².

Naturalmente o nosso homiziado encarregá-lo hia na despedida de lhe enviar informações do que se passasse pela Beira, e em especial por Avô, e depois, de longe em longe e com os necessários recatos, receberia dêle notícias, que mais lhe viriam avivar as saúdades. ; Como não lamentaria o poeta a situação em que o antigo crime o colocara, de não poder também voltar a Portugal!

Um belo dia recebe o nosso exilado uma carta, em que é avisado

¹ Existe, por exemplo, a consulta de 21 fev. 1641, em que são propostos os capitães para irem levantar gente na comarca de Torres Vedras. Cada nome proposto é acompanhado da enumeração dos titulos que recomendam a sua escolha, e alguns dêles são encarecidos por terem já militado no Brasil, com indicação dos serviços lá prestados, e dos trabalhos lá sofridos em defêsa da pátria (T. T. — *Consultas do Conselho de Guerra*, 1641, março 1. n. 53).

² *Notas geneal.* II, III c, 4.

de que já podia regressar à patria sem receio, porque o seu antigo crime fôra indultado. Assim estava *convalescido enquanto a reu*¹.

É verdade que a mais importante doença que o fizera afastar de Portugal fôra a sua paixão, que não tinha remédio; mas nove anos de ausência, de trabalhos, de distracções, haviam produzido o seu natural efeito. Continuava, é verdade, *sem cura enquanto amante*²; passada porê m do estado agudo ao crónico, a moléstia do coração atenuára-se, e agora já não era óbice que o inibisse de regressar à velha Europa.

Solicitavam-no as saúda des da Pátria, dessa entidade idealizada, quási mística, cheia de seduções, que êle via sorrir-lhe de longe e chamá-lo nas longas horas de nostalgia, que se intercalavam no seu labutar quotidiano.

¡ A Patria! . . . ¡ E quem mais do que êle amava a sua imagem longínqua, quem mais do que êle sentia a acção dos seus atractivos irresistíveis, que o faziam sonhar a cada instante com a hora em que a ela regressaria, em que beijaria amorosamente o seu solo bemdito!

Ouçamos da própria boca do poéta a descrição comovida e recheada de imagens, do que é o amor da pátria:

Amor universal, doce attractivo,
 Empenho natural, divida honrada
 Sempre foy, será sempre este incentivo
 Da Patria sempre cara, & sempre amada.
 Quem longe da em que nasce, vaga, esquivo,
 Não hé, porque seu clima o desagrada,
 Senão, porque não cabe hum peyto nobre,
 De grande coração, em Patria pobre.

Tudo a seu natural sempre obedece,
 Se attentamente bem se considera:
 Do alto a pedra pera o centro de ce,
 Do bayxo o fogo sóbe á sua esfera.
 Todo o rio o mar patrio reconhece,
 Todo o peyxe descansa onde se gera,
 As feras buscão, buscão passarinhos,
 Os patrios bosques, ou os patrios ninhos.

Habita aonde teve o nascimento
 A ave nocturna em lobrega devesa,
 Torna a formiga ao patrio alojamento
 Com muyto mayor peso, do que pèsa;

¹ V. T. xv, 61. — ² Ibid.

Com pedrinhas a abelha, por que o vento
 A não desvie, volve com presteza
 A casa, aonde sua industria pasce:
 Tudo se volve á patria aonde nasce.

Não tem cafre tão bruto a Cafraria,
 Nem gentio tam barbaro o Poente,
 Nem salvagẽ tão fero a Scythia fria,
 Nem indio tão covarde o molle Oriente,
 Que do ninho paterno, em quẽ vivia,
 Saudades não sinta, estando absente;
 Que hé alvo a Patria, a que nunca errão
 Os suspiros de quantos se desterrão.

A defendela o corpo se provoca
 Por ser o ar primeyro, que respira,
 Primeyra cousa, que em nascendo toca,
 Primeyra luz, que abrindo os olhos vira.
 Se a arvore gentil, que se derroca,
 Perdendo o natural geme, & suspira,
 A do revez, que a tudo senhorea,
 Como não generá em terra alhea!

Bem a Justiça na rezão fundada
 Pena pos de desterro ao delinquente,
 Porque o da Patria sempre desejada
 Hé grã castigo de quem vive absente.
 Quem a troco de vela restaurada
 Por ella morre, vive eternamente;
 Ou quem, por defendela do inimigo,
 A vida pos em publico perigo ¹.

Brás Garcia resolve partir o mais brevemente que ser possa. Trata desde logo de pôr em ordem os seus negócios, e, na liquidação a que procede, fica *satisfeito de sua sorte no Brasil*, onde conseguira arranjar uma fortuna, embora modesta como as suas aspirações. Sem mais dilação embarca por meados do ano de 1632, e parte *contente* para a Europa.

*

Três meses durou a travessia do Atlântico; três longos meses, cheios de contratempos e de tormentas, a que o poeta faz alusão. Ao cabo dêsse tempo o navio em que fazia viagem, desviado pela

¹ V. T. IV, 57-62.

tempestade da direcção desejada, que o devia levar a Lisbôa ou ao Porto, passara a Norte do cabo Finisterra, e por pouco não é arrastado ao golfo de Biscaia. Consegue aportar ao Ferrol, onde Brás Garcia pisa enfim terra da nossa península.



Pelourinho e casa da Câmara de Avô.

Não se demora em curiosas excursões. Tinha pressa de beijar a mão a seu velho pai e a sua affectuosa mãe, de abraçar os irmãos e os amigos; anseava por ver novamente a sua pátria saudosíssima. Para lá se dirige pois, e em Avô o encontramos já a figurar num acto público a 21 de novembro de 1632 ¹.

O regresso do Brasil é memorado pelo poéta nos seguintes versos :

Satisfeyto porem de minha sorte
 No Brasil, me parti delle contente,
 Porque assim como a agulha busca o Norte,
 Busca a Patria, o que della vive absente.
 Adherencia não há, que mais importe,
 Que a de hũa larga ausencia a hum delinquente,
 Porque sempre há de ser esta enfadonha
 De réos triaga, & de amor peçonha.

¹ Doc. XXIX.

Avisado de estar convalecido
Emquanto a réo, sem cura enquanto amante,
Tres meses naveguey, já conhecido
Por mal afortunado navegante;
De esquadroẽs, & tormentas perseguido
Derrotado a Ferrol, bem que distante
Porto, do que buscava meu desejo,
Apostata do mar a terra bejo.

Sobre nove annos de importuna ausencia
Torno a gosar da Patria desejada,
Como quem sobre larga penitencia
Se absolve da censura reservada.

.....¹.

¹ V. T. xv, 60-62.

O poeta-fidalgo de Avô

Entrava o outono de 1632, quando reapareceu na Beira, de regresso do Brasil, o nosso aventureiro poeta.

Tantos anos decorridos sem dele haver a mais leve notícia faziam crer que houvesse morrido obscuramente em qualquer parte do mundo. Depois da suposição da sua morte, era natural o esquecimento, registado por Bento Madeira de Castro nestas palavras: — «*voltou à Patria, aonde já era esquecido*»¹.

Facilmente se conjectura o alvoroço que despertaria êste regresso num meio pequenissimo como era Avô; um acontecimento que daria brado. As rapaziadas de Brás Garcia, envoltas em legendários por-menores e hiperbolizadas largamente, e bem assim as românticas aventuras de suas viagens, passariam a ser objecto dos contos e narrativas, em que a fantasia popular teria grande quinhão.

Com as suas tendências faustosas, o nosso poeta apresentar-se hia na sua terra natal de forma a fazer sentir que a sorte lhe correra por lá propicia, e que vinha resolvido a viver na abundância que os meios de fortuna lhe proporcionavam, e cercado do brilho a que a nobreza lhe dava jus. Montava um belo cavallo por êle escolhido com a grande pericia e gôsto que possuia²; talvez um dêesses de que nos deixou magnificos retratos no seu poema. Vejamos um ao acaso:

Era o cavallo de duas cores bellas,
Branca, & negra, apartadas sem mistura;
Negro no cabo, comas, & canellas,
E no mais, branco, como a neve pura;

¹ Doc. CXII.

² Quando mais amadurecido na idade, ainda êle rememora os tempos idos, e confessa o seu fraco pela equitação, dizendo que, no meio das distracções e desportos a que se entrega, nada o compraz tanto como montar um cavallo folgazão:

Mais o cavallo brincador me alegre (V. T. xv, 34).

Scintilhavaõ-lhe os olhos, como estrellas,
 Escarvava, & soprava com bravura,
 Junto de mãos, de pés arregaçado,
 Filho he do Tejo, chama-se Argentado ¹.

Eis a estampa; quanto a qualidades, quem sabe se teria estas:

Soprando aqui, & ali fogo evapõra,
 Com hũa, & outra maõ bate na silha,
 Com tanta força as desce, que sonora
 Cayxa parece a terra, quando a trilha;
 De guerra amigo, odioso de demora,
 Sõmente ao freyo a soberba humilha:
 Quanto mais corre, tanto mais se inflãma,
 Volta como Nebli, Nebli se chama ².

Quando êle, nos primeiros tempos após o regresso, acompanhado de um ou mais criados, ou de algum escravo preto que trouxera do Brasil³, passava a cavallo pelos caminhos que irradiavam de Avô pelos vales e pelas encostas, os pobres trabalhadores, gente humilde e rústica, quedavam-se boquiabertos, apontando para êle como para um objecto raro e precioso. É muito provável que no quadro, tão cheio de expressão e de naturalidade, que no canto xi o poeta esboça, do recebimento feito pelos pastores da serra da Estrela a Viriato, que regressava cheio de glória da campanha contra os romanos, haja traços, colhidos do natural, da admiração humilde dos seus patricios, quando rico voltara do Brasil. Parece que estamos a ver retratada num instantâneo, em um domingo depois da missa de terça, a turba dos pobres vilões de Avô, acotovelando-se em silêncio e contemplando-o, na sua admiração acanhada e submissa, quando êle passava:

Pellos altos penhascos dividida
 Com mudo, & vergonhoso acatamento,
 Encolhida entre os rusticos penedos,
 Seu Pastor sinalavão com os dedos ⁴.

E era isto que Brás Garcia muito apreciava: ser admirado, respeitado e querido por grandes e por pequenos. A psicologia do nosso poeta era simples e sem refulhos. Gostava de figurar, de viver com brilho e ter prestígio entre os seus patricios, não para os deslumbrar, e muito menos para os vexar ou oprimir, mas para exal-

¹ V. T. xi, 121. — ² V. T. xi, 111.

³ O registo paroquial de Avô acusa, dezasseis anos decorridos, a existência de *huã pretta cativa de bras Garcia Mas nomine Isabel* (Doc. LXXX). — ⁴ V. T. xi, 15.

çar, um pouco vaidosamente é verdade, a sua nobreza e a sua superioridade intelectual e moral aos olhos dos seus admiradores, para em seguida os honrar e proteger com dedicação, e lhes dispensar favores e serviços. Tinha consciência do seu alto valor, e estimava que os outros lho reconhecessem. Amava a ordem, a disciplina, a justiça, e em pontos desta natureza era intransigente; mas preferia captar pelo coração os seus subordinados, a fazer-lhes sentir o pêso da autoridade.

Tal era o feitio moral do nosso poeta, como êle deixa transparecer a cada passo nas páginas do *Viriato Trágico*; a tal feitio são devidos muitos dos desgostos e contrariedades que sofreu desde o seu regresso do Brasil.

*

A casa paterna, para onde Brás Garcia veio residir, ainda era a mesma em que nascera, e a que alude no seu poema ¹. Lá continuava ela a mirar-se na superfície reflectora do Pégo, no sitio onde suavemente deslizam as águas do Moura, que pouco adiante se encontram, em pleno lago, com as do Alva ².

¹ Já a ela fizemos referência a pp. 9, 18 e 37.

² Em face da descrição, que aqui fazemos, da casa de Marcos Garcia, talvez que alguém lance um olhar de desprezo e compaixão para essa morada, reputando-a casebre mesquinho, indigno de ser habitado por familia nòbre e com meios de fortuna. A êsse alguém devemos dizer que em Portugal, assim como em toda a península, nos séculos xv e xvi, toda a gente, ainda mesmo a mais abonada e distinta, se contentava com viver em casas pobríssimas e ultra-mesquinhas, ao lado das quais a dos Garcias de Avô, construída nos princípios do século xvi, pode considerar-se um palácio sumptuoso.

Lá dizia o bom do Gu. VICENTE na sua *Exortação da guerra*, estigmatizando, como impróprio de portugueses, o luxo nas habitações, que principiava a introduzir-se na capital:

Oh! deixai de edificar
Tantas camaras dobradas,
Mui pintadas e doiradas,
Que e gastar sem prestar.
Alabardas, alabardas!
Espingardas, espingardas!
Não queirais ser Genoêses,
Se não muito Portuguêses,
E morar em casas pardas.

No meado do século xvii escrevia D. FRANCISCO MANUEL DE MELO:

— «Tem se hoje por grandeza lavar quartos, e aposentos á parte, conserva-se por toda a vida assim entre os casados... Perguntem-se neste caso as pa-

É tempo de darmos uma rápida notícia desta casa, que para nós tem particular interesse, por lá ter nascido o poeta, lá ter vivido bastantes anos e escrito o seu poema, lá ter finalizado os seus dias.

redes das casas mais antigas; que pois as paredes fallão, ellas dirão os costumes dos passados. Vê-se no seu modo de edificar, que donde hoje não cabe hum pobre escudeiro, antes cabia hum senhor grande. Eu não sou tão amartelado da antiguidade, que cégamente siga seus costumes, mas parecia-me bem aquella singeleza...» (*Carta de guia de casados*, ed. Lisboa — 1827, p. 35).

O que era a casa de habitação antiga em Portugal, di-lo o sr. A. DE SORSA SILVA COSTA LOBO no seu magnifico livro *História da sociedade em Portugal no século xv*:

— «Lancemos agora a vista por essas povoações, onde se concentrava a vida social nos ultimos annos do seculo xv.

«As cidades, villas e aldeias, então existentes, persistem em nossos dias. Em algumas tem variado a sua importancia relativa, mas, na maioria, conserva-se a mesma. Tambem ha ainda hoje em Portugal muitas povoações, que recordam, mais ou menos, as feições do passado: — as muralhas cercando as habitações, amontoadas em estreitas e tortuosas ruas, e, no topo do monte, a alcaçova com a sua torre de menagem: sob protecção d'esta, a cathedral, ou a igreja matriz, e não longe os paços do concelho, em frente dos quaes se levanta o pelourinho, symbolo e instrumento da justiça. Mas, ainda mesmo nessas terras, onde menos se ha feito sentir a sua influencia, tem o decurso dos tempos operado grandes transformações.

«A casa feita de pedra é sobretudo indigena dos paizes românicos (*Das Steinbau hat seine Heimath vornehmlich in den romanischen Laendern*, Springer, *Kunstgeschichte*, «Mittelalter»); nos paizes do norte predominava a madeira nas construcções. Todavia sabemos que, tanto em Portugal como em Hespanha, a madeira se usava largamente. Eannes de Azurara (*Chronica da Gama*, c. 2), memorando os beneficios auferidos por Portugal das descobertas do Infante D. Henrique, conta entre ellas que, com as madeiras importadas das ilhas, se elevaram as casas a grande altura. Nas côrtes de 1459, Lamego aggravava-se do fallecido Conde Vasco Fernandes, que fizera grandes estragos no castello da cidade, incendiando casas, a ponte, a cerca, os paços do concelho, e muita madeira que ahí havia, e de que a sua viuva queimára o resto. Os estragos eram superiores a cem mil reaes (*Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 36, fl. 194). Evidentemente todas essas edificações eram, pelo menos na maxima parte, de taboado. Em 1474 D. Affonso V mandou desfazer em Lisboa balcões, sacadas, arcos, e tudo o que pudesse embaraçar a servidão publica e a passagem da procissão do Corpo de Deus, bem como, pela mesma razão, derrubar certas propriedades (Lei de 12 de setembro de 1474 em J. P. RIBEIRO, *Adittamentos á Synopsis Chronologica*); o que tudo é indubitavel havia de ser de madeira. De uma carta regia de D. Manuel de 1515 sabemos, que em duas ruas principaes do Porto as casas eram do mesmo material. Os moradores das ruas da Ourivesaria e Banhos, incommodados por quatro ou cinco tanoeiros, que, para darem o conveniente feitio ás suas aduellas, accendiam ahí grandes fogueiras, soccorreram-se á Camara, a qual assignou aos tanoeiros um terreiro da cidade para aquelle fim; e, para maior segurança, requereram, em seguida, ao rei, que confirmasse a decisão municipal, allegando serem as ruas estreitas,

Construção ligeira, feita quasi toda de pequenas pedras acamadas e sobrepostas, sem cal que as cimente, ; é extraordinário como ainda

que o fumo lhes estragava as moradas, as quaes tambem corriam grande perigo *por serem de taboado*. O rei deferiu (*Alem Douro*, l. 5, fl. 25). O proprio tecto do cruzeiro da Sé da mesma cidade era de madeira, e não foi tornado em abobada de pedraria senão no terceiro quartel do seculo XVI pelo bispo D. Rodrigo Pinheiro. (D. RODRIGO DA CUNHA, *Catálogo dos Bispos do Porto*, parte II, c. 36).

«Uma grande parte das habitações do paiz, e até de Lisboa, eram construcções de adobes.—*Os christãos de Lisboa e de Portugal, assim como os da Galliza, empregam, segundo o estylo dos infieis, muito o barro nas suas edificações* (*Viages de Extrangeros por España y Portugal en los siglos xv, xvi y xvii*, traducidos por F. R., *Collección de Javier de Liske*, Madrid, 1878. Nicolas de Popielovo, em 1841).—O mesmo acontecia em todo o resto da Hespanha.

«Na *Chorographia* da viagem, que Gaspar Barreiros fez em 1536 de Badajoz a Milão, encontram-se muitas observações sobre as cidades estrangeiras, das quaes, por comparação, se pôde concluir para o que existia em Portugal (GASPAR BARREIROS, *Chorographia*, Coimbra, 1561). Madrid, segundo a relação do viajante, é a metade de Lisboa; as casas são ali pela maior parte de taipa; de taipa são tambem as muralhas, com alicerces de pedernal. Saragoça tem boas casas de tijollo; as muralhas são de taipa. Barcelona contém boas casas de pedra e cal, publicas e particulares: essas, que são de pedra, são as melhores que cidade alguma tenha em Hespanha. Só quando elle entrou no Languedoc, é que encontrou casas particulares de cantaria lavrada.—*Na architectura das casas Barcelona não tem vantagem a Montpellier, as quaes são de cantaria lavrada com janellas e vidraças, que por a mór parte d'esta terra de Languedoc se costumam*. (Fl. 169). *Avignon tem muito boas casas de cantaria lavrada, com janellas de vidraças, que muito costumam em toda esta terra*. (Fl. 174). Evidentemente, pela maravilha que lhe causam, as janellas com vidraças eram muito raras em Portugal: nem eram communs no resto da Europa, porque Aeneas Silvius apresenta a sua frequencia como uma amostra da magnificencia de Vienna de Austria (*De moribus Germanorum* em HALLAM, *Europe in the Middle Ages*, c. 9, parte II).—*Carpentras tem boas casas de pedra e cal*. (Fl. 177).—Tambem esta insistencia sobre a particularidade de casas de pedra e cal dá a entender, que não eram ellas, ainda no reinado de D. João III, abundantes no nosso paiz. Não o eram com certeza no seculo XV, a julgar por um artigo dos capitulos especiaes de Castello Rodrigo nas côrtes de 1447. Esta villa—dizia o procurador do concelho—, é fundada em serra, onde não ha senão seixo puro, muito mau de assentar, mesmo de alvenaria com cal e argamassa: agora caíram duas quadrellas da muralha, por serem feitas com pedra e barro, porque, se fossem de argamassa, duraram para sempre como as outras (*Beira*, liv. II, fl. 126). Quando nas muralhas de um baluarte da fronteira se economisava a argamassa, não é de crer que o seu emprego fosse mais usual. As demais comparações de Gaspar Barreiros sobre estalagens, e commodidades da vida, são relativamente identicas ás que faria o viajante hodierno. Portugal e Hespanha têm, neste particular, guardado desde então até hoje a mesma atrazada distancia dos outros paizes da Europa.

«A construcção de taipa, quer dizer, de barro amassado e seixo entre taboados, é um genero usado na Peninsula desde o tempo dos romanos (PLINIO,

se mantem de pé aquelas paredes, resistindo ao perpassar de quatro séculos!

Tem uma parte, que podemos chamar a casa nobre, a qual por fora, não obstante a descrita ligeireza de construção, é assaz esmerada nas cantarias das janelas e das portas, em estilo manuelino, de aparelho liso e simples como a dureza e aspereza do granito exigiam; por dentro revela não menos cuidado nos tectos e portas de velho castanho, com os seus severos almofadados. O resto da habitação é vulgar e incaracterístico.

Todo o prédio está dividido em dois pisos: um inferior com quar- tos e lojas de arrecadação, e um andar alto, que é o principal.

A porta de entrada do andar nobre era rasgada na fachada meridional; dava-lhe acesso uma escadaria exterior de pedra, com corrimão de ferro sustentado por balaústres do mesmo metal, e tendo ao cimo um singelo alpendre, cujo entablamento se apoiava sobre duas mísulas e duas colunas da ordem dórica, *si rite recorder*. Ainda conheci êste lindo exemplar de alpendre de entrada, que, por sinal, ao tempo em que eu o vi pela última vez, estava engalanado pelas parras e cachos duma videira, que, trepando esguia e rugosa lá do fundo, vinha firmar-se com as suas vides e gavinhas nos ferros e pedras do alpendre, e enfeitá-lo com a pompa dos seus festões.

liv. xxxv, cap. xiv, citado por Trígoso, «Memoria sobre os terrenos abertos», nas *Memorias economicas da Academia*, tomo v): e tambem os sarracenos construíam assim as suas habitações («Por serem os edificios (de Silves), segundo o systema de construção arabe, feitos pela maior parte de taipa ou formigão, e cobertos de eirados de ladrilho». HERCULANO, *Historia de Portugal*, liv. III). Quem não conhece aquella *casa e torre* do Senhor de Basto, celebradas por Sá de Miranda em uma das suas cartas:

Nessa hora os olhos ergui
À casa antiga e á torre...

(Carta 2.^a, a Antonio Pereira, Senhor de Basto).

Essa antiga casa e torre eram construcções de taipa, segundo prosaicamente nos informa o coetâneo Recenseamento do Minho de 1527. — *Cabeceiras de Basto*, lê-se ahí, *não tem villa, nem castello, salvo as casas de taipa delle Antonio Pereira, fortes com muro e torre* (Archivo Nacional, cit. *Recenseamento do Minho*).

«Não há comarca no reino, em que haja tantas casas de fidalgos, como no Minho:— assim se expressava a cidade do Porto nas cartas de Santarem de 1430 (J. P. RIBEIRO, *Memoria sobre os foraes*, doc. 25). Esses solares da fidalguia do Minho, hem como da Beira e de Trás-os-Montes, haviam de ser modestas habitações, construidas pelo mesmo systema: alguns, de que havia memoria e vestígios no século XVII, eram humildes choças de lavradores (VILLASBOAS SAMPAYO, *Nobiliarchia portu-guesa*, cap. xvi).

(*Op. cit.*, cap. II, pp. 101-106).

O actual proprietário, 6.º neto de Brás Garcia de Mascarenhas, teve o mau sestro de desmanchar há anos esta bela entrada da sua casa avoenga, para lhe fazer um acrescentamento, e obrigá-la assim a vir facear com a estrada de recente construção, que lhe passava a poucos metros de distância). ; Uma idéa desastradíssima!!

Em virtude desta ampliação, a antiga porta principal de entrada,



Porta principal da casa de Marcos Garcia

que abria sôbre o alpendre, passou à categoria de porta interior; continua porém em excelente estado de conservação.

Transpondo esta entrada, achamo-nos em um corredor encostado à parede da mesma fachada sul, e paralelo ao eixo do edificio. No tôpo do corredor, à direita de quem entra, encontra-se uma porta que abre para a sala nobre; seguindo o corredor, para a esquerda, deparam-se-nos successivamente as portas dos compartimentos internos da casa. Deixemos estes, que nada tem que nos interesse, e entremos na sala.

Esta é rectangular, quasi quadrada. O lado oriental fica limitado em

toda a sua extensão pela parede que constitue o tôpo do edificio, onde se rasga uma janela de vêrga levemente arqueada, que na gravura adeante reproduzida se vê à esquerda, junto do cunhal. Na mesma fachada há outra janela, para lá da sala, com as cantarias a salientar-se do plano da parede; essa janela, com a porta que lhe fica por baixo, pertencem já à nova construção do infeliz acrescentamento.

E iluminado o lado setentrional da sala pela primeira janela que se vê na fachada mais extensa da gravura, partindo do cunhal para a direita.

A nova construção não permitiria hoje dar luz à sala do lado S.; antigamente podia ter aqui uma janela, que abrisse ao lado do alpendre, a pequena distância dêste. Parece-me entretanto que nunca a teve.

No lado ocidental da sala, que é formado por um tabique ou taipa, rasgam-se duas portas, junto das duas extremidades: uma, a



Casa de Marcos Garcia vista de N.-E.

que já fiz referência, dá para o corredor de entrada, a outra para um pequeno escritório, que era o quarto principal da casa, a que pertence a janela rasgada, de parapeito e balaústres de ferro, que se vê na estampa.

A par desta notam-se mais duas janelas, incaracterísticas, que dão para quartos muito modestos. Ainda se observam na gravura outras duas janelas abertas nesta fachada, e que iluminam o andar inferior. Na que fica debaixo da janela da sala há no peitoril, a salientar-se, um escudo de armas, onde porêem se não divisam nenhuma figuras heráldicas, ou porque, tendo pouco relêvo, o tempo as gastou, ou, mais provávelmente, porque não chegaram a ser esculpidas no duro e áspero granito, por incapacidade do pedreiro.

Voltando ao interior da casa, temos de referir que tanto a sala nobre como o escritório contíguo ainda hoje se encontram com os mes-

mos tectos de castanho, que tinham quando Brás Garcia aqui viveu. É digno de nota o tecto da sala: começa por um plano horizontal, rectangular como a respectiva planta; dali se ergue em cúpula de base octogonal, tendo grossas molduras a cobrir as intersecções dos planos, e em remate, ao meio, um florão. A grade, que serve de peitoril à janela do escritório, é de ferro forjado, remontando ao século XVI: balaústres cylindricos, lisos, com um relêvo anular a meio e outro em cada extremidade, sendo a chapa do parapeito ornada superiormente com traços em forma de espinha, abertos à talhadeira.

A mobília da sala é antiga, mas em péssimo estado de conservação. Grandes cadeiras de espalda e braços, singelas e hirtas, de madeira de carvalho, com assentos toscos de pinho a substituírem os antigos de estôfo; e um bufete de castanho, muito estragado, de pernas e travessas torneadas, tipo século XVII, que bem pode ser a mesa onde o nosso poeta escreveu o seu *Viriato Trágico*.

E nada mais resta digno de menção.

Prolonga-se a casa bastante para occidente, além da parte representada na gravura da página fronteira; mas o resto, que é quasi outro tanto, resulta de restaurações e amplificações feitas em tempos subseqüentes. A parte descrita é que constituiria a primitiva casa, que pertenceu a Simão Garcia e Verónica Nunes, avós maternos do poeta, herdada dos ascendentes desta. Crescendo depois a família, em tempo de Marcos Garcia, e provavelmente já a expensas de Brás, seria então ampliada para occidente, rasgando-se na parede mestra, no tópo occidental do corredor, a porta que ainda hoje lá se vê, a comunicar a parte antiga com o acrescentamento, que supponho ser do século XVII.

*

Tem-se dito que a casa de Marcos Garcia, onde Brás nasceu e viveu, era outra, que ficava pouco distante desta, mais próxima da actual ponte de S.^{to} António, e que foi demolida há anos, ao construir-se a estrada distrital n.^o 106.

Puro engano, que passamos a explicar.

Sabia-se, pelas tradições e documentos de família, que a casa, que deixamos descrita, fôra edificada por Henrique Madeira Arrais; mas, como nem sequer se suspeitava de que a mãe do nosso poeta fôsse descendente, e por tanto pudesse ser herdeira mediata daquele fidalgo, procurou-se modernamente explicação para o facto de andar esta propriedade na posse dos descendentes de Brás Garcia, e imaginou-se

que foi D. Maria de Mesquita da Costa, casada com Brás Garcia de Mascarenhas, bisneto do poeta, quem a trouxe, no segundo quartel do século XVIII, para o domínio dos Garcias de Mascarenhas de Avô, ficando desde então na descendência d'este casal. Ora é de notar que D. Maria de Mesquita da Costa descende, é verdade, de Henrique Madeira Arrais, mas exactamente pelo mesmo ramo genealógico a que pertencia o poeta. Felipe Madeira, terceiro avô de D. Maria de Mesquita, era irmão de Helena Madeira, mãe de Brás Garcia, sendo ambos bisnetos de Henrique Madeira Arrais¹.

Contra essa explicação artificiosa está a verdade, documentada e indiscutível. Não resta dúvida de que a casa residência dos Garcias de Mascarenhas de Avô, descendentes de Marcos Garcia, foi sempre a que deixo descrita. Ficou propriedade comum e indivisa dos filhos de Marcos, com exclusão da Feliciano e do Francisco; ali nasceram elles, lá viveram e morreram quasi todos. Em 1681 já não restavam dos irmãos senão duas velhinhas, Isabel e Antónia, que compartilhavam esta propriedade com os únicos dois sobrinhos, que de seus irmãos Brás e Matias lhes restavam: D. Quitéria, filha do primeiro, casada com Manuel, filho do segundo. Por escritura de 27 de janeiro d'este ano² foi esse prédio, onde viviam, vinculado com vários outros, para serem administrados *in perpetuum* pelos ditos seus sobrinhos e pela sua descendência directa, legitima, masculina; e esse vínculo subsistiu até há poucos anos, sendo ainda administrado por Tomás Garcia de Mascarenhas, quinto neto de D. Quitéria, falecido em 1895, de quem herdaram seus filhos a casa com os restantes bens até então vinculados.

Pelo contrario, a casa que ultimamente se apontava como tendo sido a residência de Brás Garcia, se porventura alguma vez pertenceu a esta familia, o que ignoro, não é a descrita na instituição do vínculo, nem jamais fez parte dele, andando na posse de estranhos.

Também concorreu notavelmente para se supor que esta ultima era a residência de Marcos Garcia, o facto de Brás dizer que nascera em

Aquella casa, que por mais vizinha,
Fortaleza parece desta ponte³;

ora a casa que ficava mais próxima, quasi fronteira, à ponte sobre o Moura, era esta. Daqui se concluiu que a ella se referia o poeta.

¹ Not. geneal. II, III c 3 e 4; — Esq. geneal. II, D e D a. — ² Doc. CVII.

³ V. T. xv, 29.

Ignorava-se porém que tal casa, construção do século XVIII, ou, quando muito, dos fins do século XVII, não existia quando o poeta escreveu, e que por isso a que deixou descrita era então a mais próxima da ponte, da qual distava apenas cousa de poucos passos.

*

No seu regresso à pátria, Brás encontrou na mesma a casa onde nascera e onde passara a infância e a juventude; modificações porém

Assinaturas de Marcos Garcia: a primeira ¹ feita quando tinha 61 anos.
a segunda ² quando ia nos 84.

notáveis se haviam dado na família, desde que ele deixara de viver no seu seio.

Teve a felicidade de ainda poder abraçar seus pais, que o receberiam com grande expansão de affecto. Marcos Garcia, apesar dos seus 68 anos, conservava-se vigoroso, prometendo larga vida. Helena Madeira, com 64, gastara-se muito nos trabalhos de procriar onze filhos, em cuja robustez sãdia ella se remirava com orgulho; mas já pouco tempo teve para gosar a companhia e carinhos do filho pródigo regressado à casa paterna, pois que pouco mais de dois anos depois do regresso era ella falecida ³.

¹ No processo para ordenação de menores de João Madeira da Costa, filho de Gaspar Dias da Costa, em que depôs como testemunha a 11 set. 1625 (C. E.).

² Em outro processo para ordenação de menores de Gaspar Dias de Matos (vid. p. 25, nota) a 16 fev. 1648 (C. E.).

³ No *Registo parochial de Avô* não existe o assento de óbito de Helena Madeira; mas nem por isso estamos inibidos de saber a época aproximadamente em que faleceu. Temos na C. E. os processos para a promoção dos irmãos de Brás nos successivos graus de ordens, processos esses que foram correndo desde 1622 em diante, em anos consecutivos: e neles se encontram, já nos atestados dos párocos de Avô, já nos depoimentos das testemunhas, referências aos pais de Brás, que são dados como vivos e residentes naquella vila. O primeiro documento, que se me depara, em que encontro a declaração de que Helena Madeira havia falecido,

A irmã mais velha do poeta, a Feliciano, lá estava em Anadia labutando no govêrno da casa, e tratando da criação e educação de seis filhos que Deus lhe dera, o mais velho dos quais, o João, já fizera em julho passado quatorze anos, e o mais nôvo completara em março doisl¹.

Mais novas do que Brás, as outras cinco irmãs conservavam-se solteiras, e nesse estado permaneceram durante toda a vida.

Deixara de residir em Avô o doutor Manuel Garcia. Continuando a sua ordenação, que já fôra iniciada antes da partida do poeta, obteve um bem modesto benefício eclesiástico sendo apenas subdiácono: o de ecónomo da igreja paroquial e colegiada da vila de Avô². Mas, ordenado presbítero na quaresma de 1626³, conseguiu, decorridos quatro anos, o rendoso priorado de Santiago de Travanca-de-Farinha-Pôdre, no bispado de Coimbra⁵, de que tomou posse na entrada do outono de 1630⁶. Lá estava pois pastoreando aquele rebanho, e concomitantemente usufruindo as boas propriedades do passal, e recolhendo os dizimos e beneses que por uso da igreja pertenciam ao pároco⁷. Muito querido



Assinatura do Dr. Manuel Garcia⁴

é um requerimento de seu filho mais nôvo, Francisco Garcia, a pedir a instauração do processo eclesiástico para a sua ordenação de menores. Não tem data, mas o mandado aos escrivães do juízo eclesiástico nele exarado traz a data de 3 de fevereiro de 1635. A mesma declaração de que sua mãe era já falecida faz Francisco Garcia no requerimento a pedir folha corrida em Avô; embora não seja datado, traz as declarações dos escrivães com data de 22 do mesmo mês de fevereiro.

¹ *Not. geneal.* I, IV c^o 1.

² Consta do processo para a sua ordenação de diácono, arquivado na C. E.

³ Manuel Garcia, segundo já dissemos (pp. 39, 59 e 74), havia recebido a prima tonsura e o primeiro grau de menores quando estudava em Coimbra, a 18 fev. 1617 e os três restantes graus a 17 dez. 1621. Depois proseguiu regularmente a ordenação, recebendo a ordem de subdiácono no sábado das tēmporas de S.^{ta} Luzia a 17 dez. 1622, de diácono em iguais tēmporas a 21 dez. 1624, e de presbítero na quaresma de 1626.

⁴ E não de S. Salvador-de-Travanca, no bispado de Viseu, como fantasiou Camilo na *Luta de gigantes*, ed. cit., p. 28, e respectiva nota 2.

⁵ Doc. XXVIII.

⁶ No Registo paroquial de Travanca-de-Farinha-Pôdre, *passim*. (C. S.). Outra assinatura do mesmo, com o título de Dr., deixamos publicada na p. 58.

⁷ Todos os escritores referem que eram importantes as rendas dêste benefício eclesiástico, o qual é pelo poeta classificado com o epíteto de *possessão rendosa* (V. T. xv, 67). Nos tempos modernos é pouco mais do que miserável, mas anteriormente à abolição dos dizimos e primícias tinha realmente valor, numa região onde as igrejas eram em geral pobríssimas. Veja-se a tal respeito o doc. CXIV.

e muito respeitado por suas virtudes, letras e gravidade, era um título de honra e glória para seus pais e irmãos.

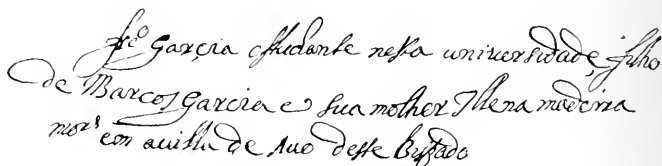
Cortada pela cumplicidade na fuga de Brás a carreira universitária de Manuel Garcia em 1617¹, o irmão Pantaleão, que provavelmente aspirava também a frequentar a Universidade, abandonou Coimbra, mas continuou os seus estudos em Avô, verosimilmente dirigido pelo licenciado António Dias, pessoa já nossa conhecida. Assim conseguiu fazer os exames para ordens, e realizar a sua ordenação, alcançando o sacerdócio na quaresma de 1628². No principio do outono de 1630 ausentou-se de Avô por pouco tempo para ir tomar conta da paróquia de Travanca, em substituição do irmão Manuel, que só em novembro entrou no exercício do seu priorado. Mas foi breve o período immediato em que o padre Pantaleão se achou desocupado; pelo S. João de 1631 obtinha a nomeação de cura de Almassa, também no bispado de Coimbra, onde se conservava à chegada do poeta.



Assinatura de P.º Pantaleão Garcia²



Assinatura do P.º Matias Garcia⁴.



João Garcia offidante nesta unicorsidade filho
de Marcos Garcia e sua mother Theresa medeira
moço em auidha de Avô deste bispado

Autógrafo de Francisco Garcia⁵.

O Matias e o Francisco continuavam a residir em Avô, onde iam fazendo os seus estudos preparatórios, distanceando-se muito um do

¹ Vid. p. 57 e ss.

² No Reg. Paroq. de Travanca-de-Farinha-Podre e no de Almassa. *passim* (C. S.).

³ A ordenação de Pantaleão Garcia correu mais precipitadamente do que a do irmão Manoel. Recebeu prima tonsura e menores em 1625 e 1626. Depois, obtido um breve de dispensa dos interstícios canónicos, foi na quaresma de 1627 ordenado de subdiácono, e nas immediatas tēporas de S. Mateus, a 18 set. do mesmo ano, de diácono; na quaresma de 1628 recebia o presbiterado.

⁴ No Reg. paroq. de Anceriz, *passim* (C. S.).

⁵ É o começo de um requerimento, todo autógrafo, dirigido ao conservador da Universidade, pedindo-lhe que mande aos escrivães do seu juízo passar certidão

outro nos génios. Aquele era vivo, irrequieto, pouco dócil, um tanto provocador; êste, pacífico, bondoso, sossegado, mas de inteligência lúcida e perspicaz.

Deve ter cativado de modo especial as simpatias de Brás Garcia êste irmão mais nôvo, o Francisco, pelas suas excellentes qualidades de coração, pela sua afabilidade e doçura de trato. Deixara-o criança, e agora vinha-o encontrar um belo rapaz de 20 anos, alto, gentil, de faces rosadas, ainda imberbe, olhos vivos e brilhantes, mas de ordinário modestamente baixos. Tinha um leve defeito no falar, era um tanto cicioso. Amigo da igreja e das suas solenidades, a piedade dêste moço, a sua virtude e bons costumes, apontavam-se como exemplo. Muito recatado, evitando o bolicio e as festas mundanas, revelava tendências para a vida retirada e contemplativa dos claustros e ascetérios¹.

Tanto o Matias como o Francisco destinavam-se ao estado clerical.

*

Avô que, segundo nós vimos, era um vila minúscula, de população muito pequena, abrigava no seu seio um número considerável de famílias, quasi todas aparentadas, que forneciam a Brás uma sociedade relativamente selecta e educada, embora não fosse de elevado nível intellectual. Causa até admiração como em tam acanhado espaço houve naquele tempo tantas pessoas com cultura maior ou menor, que estavam longe de ser analfabetas. Percorrem-se os diversos processos, relativos a pessoas daquela vila, que nos restam nos arquivos eclesiásticos, e pasmamos de encontrar tam grande número de testemunhas a firmarem com a assinatura autógrafa de seus nomes os respectivos depoimentos. A acção benéfica do padre humanista o licenciado António Dias² durante largos anos deve ter concorrido poderosamente para êste resultado.

de fôlha corrida, para a sua ordenação de menores. Não é datado, mas o despacho do conservador tem a data de 20 fev. 1635. Anda junto ao processo da sua habilitação para ordens. (C.E.). — Note-se que Francisco Garcia não era propriamente estudante da Universidade, de cujos livros de matricula não consta o seu nome. Era-o do Colégio das Artes ou *Escolas menores*, nominalmente parte integrante da Universidade.

¹ Docc. XXXII e XCVI.

² Veja-se o que fica dito deste interessante padre beirão na p. 24 e respectiva nota.

Procuremos pôr-nos em contacto com essa sociedade, que Brás Garcia veio encontrar na sua pátria, no meio da qual viveu, e onde se passaram os acontecimentos que serão objecto dêste capítulo.

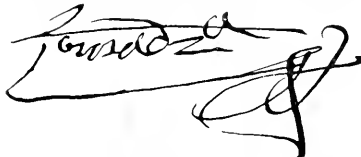
Começemos pelos parentes.

Da *familia paterna* do nosso poeta só habitava em Avô sua tia Joana Garcia Antunes¹. Fôra para aquella vila ao mesmo tempo que o irmão Marcos, pai de Brás, casando com um irmão de Helena Madeira, noiva dêste, e fazendo se ambas as bodas em dois dias consecutivos, pois ella casou a 18 e elle a 19 de agosto de 1591.



Assinatura de Henrique Madeira².

Ignoro se o marido de Joana, que se chamava João Madeira, ainda era vivo em 1632, mas não há dúvida que ella residia então na vila com seus filhos e filhas.



Assinatura de João Madeira³, a quem se faz referência na pag. seguinte.

Quanto à *familia materna*, a dos Madeiras Arrais, vários eram os ramos que em Avô a representavam.

Brás Garcia ainda veio encontrar vivos dois velhinhos, irmãos mais novos de sua avô materna Verónica Nunes. Chamavam-se Henrique Madeira⁴, pessoa de grande consideração, que servira os principais cargos da vila, e o padre Simão Ma-

¹ *Not. general.* I, m c 9; — *Esq. general.* I.

² Testemunha na escritura de património para a ordenação de Manuel João, de Avô, em 1606 (C.E.).

³ Em um despacho que lavrou como juiz ordinário de Avô, a 22 fev. 1635, mandando passar certidão de fôlha corrida a Francisco Garcia. Este documento encontra-se no processo para a ordenação do irmão mais novo de Brás (C.E.).

⁴ *Not. general.* II, u c 5; — *Esq. general.* II.

deira ¹, capelão da ermida de Nossa Senhora do Mosteiro, um pouco afastada da povoação, o qual nos aparece a cada passo, até 1641, designado nos documentos pelo nome de *ermitão*.

Da mesma geração, e primos coirmãos destes, eram outros dois velhos: João Madeira ², que um pouco mais tarde, em 1635, exerceu as funções de juiz ordinário da vila e seu termo, e que ainda em 1647, tendo noventa anos de idade, depôs como testemunha e assinou o seu depoimento em um processo *de genere*; e seu irmão, o padre Simão Madeira ³, beneficiado da collegiada de Nossa Senhora da Assunção de Avô, ao qual encontro referências até 1633.



Assinatura do P.^e Simão Madeira, beneficiado ⁴.

Pertencentes à geração imediata, conhecemos vários parentes, que nessa ocasião residiam em Avô. Mencionêmo-los.

Gaspar Garcia ⁵, irmão germano da mãe de Brás, o qual em 1597

¹ *Not. geneal.* II, n. c 7; — *Esq. geneal.* II.

² *Not. geneal.* II, n. a 3; — *Esq. geneal.* II.

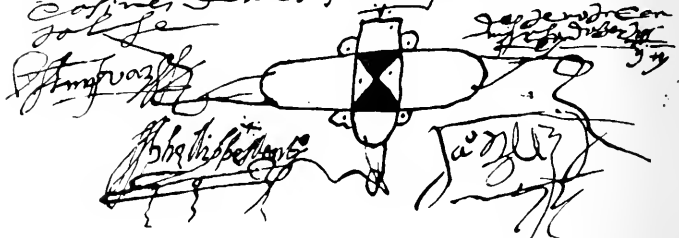
³ *Not. geneal.* II, n. a 4; — *Esq. geneal.* II. — Poderá alguêem supôr que é devido a equívoco o mencionarem-se aqui dois sacerdotes conterrâneos, coevos, e homónimos, o padre Simão Madeira, ermitão, e o padre Simão Madeira, beneficiado. Não é assim. São dois clérigos distintos, mas parentes, como pode verificar-se nas *Notas genealógicas*, locc. citt. E se alguma dúvida subsistisse, ela desapareceria em face do assento de casamento de Francisco Dias da Costa com Maria de Mesquita, a quem adeante me refiro, realizado em Avô a 30 out. 1623. Neste assento figura como dando as bençãos nupciais o padre Simão Madeira ermitão de N. Senhora do Mosteiro, e na lista das testemunhas que assistiram ao acto encontra-se o padre Simão Madeira beneficiado, e um leigo também chamado Simão Madeira, que provávelmente é o Simão Madeira da Costa, irmão do nubente. No assento de outro casamento, a 9 fev. 1625, mencionam-se como testemunhas os dois padres homónimos. Também encontramos nos primeiros anos do século XVII a parochiar S. Sebastião da Feira, vila limitrofe de Avô, um prior chamado Simão Madeira; mas certamente não era nenhum dos dois mencionados, os quais, como vimos, ocupavam mais tarde logares bastante modestos; e não era verosímil que, para os servir, algum deles abandonasse o priorado da Feira, que era muito honroso e bastante pingüe.

⁴ Escrivão no processo para a ordenação de menores de António Simões, estudante canonista, o qual processo correu em Avô, a 8 dez. 1620. (C.E.).

⁵ *Not. geneal.* II, m. c ad fin.

casára muito romanescamente com D. Maria Manuela, oriunda de Buarcos, era chefe dest'outra familia, com a qual intimamente conviveria o poeta. Tinha o casal um filho e quatro filhas, uma das quais, de nome Isabel Garcia, poucos meses antes do regresso de Brás,

O pido a mi Jan que de souge
 de flar a dize pofa e de a tom offa
 poci si qua de Jan em fad. igoval
 pua e de pofa de de wto de de pofa de
 lto e Felipe e de a gung offe pofa
 al no dize viloc no i fando gubae
 senj ger no pofa dize senfor ofe e de pofa
 co de wto de de pofa de pofa de pofa de
 Capinej de m e sinal pofa de so fofa
 gubae



Final dum instrumento de posse lavrado pelo tabelião de Avô Felipe Madeira¹.

contraíra matrimónio em Avô com António Madeira², de alcunha «o Mata³», de quem houve geração.

¹ Posse do património para a ordenação de Miguel Fernandes, a 3 dez. 1605. (C.E.). — Como testemunha, também firma este documento um outro parente de Bras, Felipe Monteiro, de quem falamos na pag. seguinte.

² *Not. geneal.* II, m c ad fin.

³ O uso das alcunhas era freqüentíssimo, sem que envolvesse sentido deprimente ou ofensivo. Era o meio de distinguir uns dos outros vários individuos que usavam o mesmo nome, o que se dava freqüentemente em terras onde havia muitas familias aparentadas, e era moda não se usar mais de um apelido. Quando êsses individuos homónimos eram pai e filho, geralmente distinguiam-se acrescentando-lhes ao apelido as designações «o Velho» e «o Moço»; quando porém não eram, apunham-se-lhes alcunhas alusivas ao sítio onde moravam, à terra donde eram oriundos, a qualquer feição ou sinal fisionómico, ou a alguma outra particularidade pessoal, etc., e essas alcunhas entravam no tratamento usual, como se fossem realmente apelidos.

Outro irmão de Helena Madeira, o tio João Madeira, era casado com Joana Garcia Antunes, irmã de Marcos, e já a êles fizemos referência.

Era irmão dêstes dois tios maternos Filipe Madeira ¹, que Brás Garcia, ao partir para o Brasil, deixára vivo, exercendo o seu cargo de tabelião do público e judicial. Falecera poucos anos depois, em 1623; mas a familia estava representada em Avô pela viúva, Eufémia Pais de Mesquita, oriunda de estirpe nobre de Viseu, e por vários filhos e uma filha que lhe ficaram. Um deles, o primo Luis de Figueiredo, acompanhára o poeta na sua ida para o Brasil, e mourejava por lá com êle durante anos de exilio, regressando à pátria em 1628, como fica dito no capitulo antecedente. Brás, ao chegar a Avô, encontrou-o já casado, e bailando nos braços o seu primeiro filho, o Manuelzito, criança de perto de um ano. — Maria de Mesquita, irmã de Luis de Figueiredo, a gentil priminha que o poeta deixara adolescente de doze anos, casara quatro anos depois com o seu parente Francisco Dias da Costa ², irmão da nossa já muito conhecida D. Maria Madeira da Costa. Enviuvou cêdo, e em seguida, tendo 21 para 22 anos, casou em segundas núpcias com João Gomes Botelho, cavalheiro de boa familia do Couto de Vacariça, o qual veio residir para casa de sua mulher. Das duas filhas que a esta ficaram do primeiro matrimónio, e dos oito que teve do segundo, proveio larga descendência, que se enlaçou com muitas familias nobres do país, especialmente da provincia da Beira, dando origem a alguns varões notáveis, de que reza a história. À chegada do nosso poeta havia na casa três meninas: Susana e Águeda filhas do primeiro marido, e Maria do segundo.

Assinatura de João Gomes Botelho ³.

Parente um pouco mais afastado, mas da mesma geração, era Felipe Monteiro ⁴, casado com Águeda Nunes. Esta familia vivia bem, era considerada na terra, e não deixaria de manter relações de familiaridade com o

¹ *Not. geneal.* II, m c 4, e iv c''; — *Esq. geneal.* II, b.

² *Not. geneal.* III, n 5; — *Esq. geneal.* II a.

³ Testemunha, com cêrca de 80 anos, no processo para a ordenação de menores de Pedro Francisco de Abreu, em Avô a 20 fev. 1660 (C.E.).

⁴ *Not. geneal.* II, m b 4; — *Esq. geneal.* II, c.

poeta. Tinha êste Felipe Monteiro uma irmã, chamada Maria Jácome¹, que de seu marido António Simões houvera duas filhas: uma, Isabel Nunes de Mendonça², era ao tempo viúva de Simão Madeira da Costa, de quem vamos ocupar-nos em breve; a outra, Helena Nunes³, casara havia pouco com o licenciado António Simões, que pela sua cultura literária devia ter particulares afinidades com Brás.

Na presente enumeração deixei propositadamente para o fim a familia de Gaspar Dias da Costa⁴, padrinho de Brás, e que fôra uma das pessoas de mais consideração da vila, onde exerceu as funções

D. Gaspar Dias mercador m. em Sta. Villa de Ave

Comêço dum depoimento de Gaspar Dias da Costa, escrito pelo licenciado António Dias, escrivão no processo⁵.

de capitão-mór. Sôbre ser um rico proprietário, também auferia rendimentos do comércio. À chegada do poeta já ele tinha falecido. Vejamos o que era feito dos seus oito filhos:

— 1.º Manuel Dias da Costa⁶ ainda vivia em 1624 em que aparece o seu nome no registo paroquial de Anceriz, indicado ao lado do de sua irmã D. Maria Madeira, como padrinhos dum sobrinho⁷; mas nenhuma outra referência se me deparou a êle, ignorando por isso o destino que teve.

— 2.º Gaspar Dias da Costa, o Môço⁸, immediato na idade, casara com Maria Nunes de Abreu, da vizinha freguesia de Vila-Pouca, para onde fôra residir; mas, enviuvando pouco depois, casou em segundas nupcias com Maria Garcia de Sequeira, da Bobadela. De entre os seus numerosos filhos, uma menina chamada Maria Madeira casou em Avô em 1630 com Matias Fernandes, e ali ficou morando.

¹ *Not. geneal.* II, iv b; — *Esq. geneal.* II, c. — ² *Ibid.* — ³ *Ibid.* — ⁴ *Not. geneal.* III, ii; — *Esq. geneal.* II, a.

⁵ Processo de inquirição *de genere, uita et moribus* para a ordenação de António Fernandes, de Avô, a 9 dez. 1624, sendo juiz inquiridor o padre Inácio Rodrigues, e escrivão o vigário licenciado António Dias (C.E.). Sobre a identidade deste Gaspar Dias nenhuma dúvida pode surgir. A idade que declara ter, 70 anos, é aproximadamente a que então tinha Gaspar Dias da Costa, pai de D. Maria Madeira da Costa e padrinho de Brás (vid. *Not. geneal.* III, i), e a assinatura que firma o depoimento é inconfundivelmente a sua, que já publicámos na p. 22.

⁶ *Not. geneal.* III, ii 1; — *Esq. geneal.* II, a.

⁷ Vid. nota 4 à pag. 124. — ⁸ *Not. geneal.* III, ii 2; — *Esq. geneal.* II, a.

— 3.º Seguiu-se na ordem cronológica Simão Madeira da Costa ¹, que foi juiz dos órfãos, e casou com sua prima Isabel Nunes de Mendonça. Já tinha falecido quando Brás regressou, mas vivia em Avô a viúva com seus dois filhos e duas filhas. Uma destas, D. Teodora Madeira da Costa ², casara alguns meses antes, em junho de 1632, tendo apenas quatorze anos, com Antônio da Costa, de Oliveira do Hospital, que viera habitar para casa de sua mulher, e teve larga descendência, na qual se contam homens muito notáveis na magistratura judicial do continente e do ultramar, e nos altos cargos da igreja; de um dos ramos desta família proveem os da casa das Obras, de Seia. A filha mais nova, D. Maria Jácome de Mendonça ³, era ao tempo uma criança, que ainda não atingira os dez anos; e veio mais tarde a ser causa ocasional de gravísimos desgostos para Brás Garcia, pelo casamento que êste lhe arranjou, e de que provieram grossas desavenças, como a seu tempo veremos.

Assinatura de Simão Madeira da Costa³.

— 4.º A nossa conhecida D. Maria Madeira da Costa ⁴ lá vivia na casa de seus pais, em companhia de seu marido João Manuel da Fonseca, tendo consigo cinco filhos, quatro meninas e um rapaz. Já lhe tinha falecido uma criança, mas em compensação ainda viriam mais duas, uma de cada sexo, completar a família. A mais velha do rancho era ao tempo uma formosa joven loura de 14 anos, D. Maria da Costa, que estava destinada a desempenhar um papel importante na vida do poeta.

Assinatura de João Manuel da Fonseca⁶.

¹ Ibid. — *Not. geneal.* III, n 3, e m a; — II, iv b 5; — *Esq. geneal.* II, a e c.

² *Not. geneal.* III, m a 2; — *Esq. geneal.* II, a.

³ Testemunha no processo para a ordenação de presbítero de Roque Dias de Matos, a 18 fev. 1619, processo que correu na ermida de Santo Antão, no adro da igreja paroquial de Avô (C.E.).

⁴ *Not. geneal.* III, m a 4; — *Esq. geneal.* II, a.

⁵ *Not. geneal.* III, n 4, e m b; — *Esq. geneal.* II, a.

⁶ Em um despacho que lavrou como juiz ordinário de Avô, mandando passar certidão de fôlha corrida para a ordenação de menores de Antônio Rodrigues, a 6 dez. 1650.

— 5.º Vinha em seguida Francisco Dias da Costa¹, que, depois de pouco tempo casado com a prima D. Maria de Mesquita, falecera, deixando-lhe duas filhas, como acima fica dito.

6.º D. Cecília Madeira da Costa², a antiga namorada de Brás,

Assinatura de Francisco Dias da Costa³.

vivia com seu marido em Anceriz, já sobre-carregada com quatro filhos; e ainda tinha apenas meio percorrida a estrada da maternidade. Parece que viviam

felizes e satisfeitos, bendizendo a sua união, e assim se explica o escolherem para madrinha de quasi todos os filhos a irmã e cunhada D. Maria Madeira da Costa, que fôra a sua casamenteira⁴.

— 7.º António Madeira da Costa⁵ casara em Vila-Cova-sob-Avô com sua segunda prima D. Maria de Brito Barreto. Residia em Pomares administrando o vínculo que herdara de seu pai, e havia de

¹ *Not. geneal.* III, n 5; — II, m c 4, e iv c''; — *Esq. geneal.* II, A.

² *Not. geneal.* III, n 6; — *Esq. geneal.* II, A.

³ Na certidão de folha corrida que passou, na sua qualidade de tabelião do público e judicial de Avô, a 7 set. 1625, para a ordenação de menores de Pantaleão Garcia.

⁴ Eis a nota completa dos filhos de Cecília Madeira da Costa, de Avô, c. c. Aleixo Afonso, de Anceriz, colhida do *Registo paroquial* desta última freguesia:

— a) Manuel, baptizado a 15 set. 1624, sendo padrinhos Manuel Dias e D. Maria Madeira, tios do baptizado;

— b) Gaspar, b. 29 out. 1626, padrinhos ?;

— c) Maria, b. 6 fev. 1629, padrinhos António Nunes e D. Maria Madeira;

— d) Isabel, b. 27 abr. 1631, padrinhos António Nunes e a mulher de Gaspar Dias de Vila-Pouca (êste era tio materno do neófito, e a madrinha chamava-se Maria Nunes de Abreu, como se diz na página 122);

— e) Bento, b. 17 mar. 1635, padrinhos Manuel Nunes prior de Vila-Cova, e D. Maria Madeira.

— f) Felipe, b. 7 mai. 1637, padrinhos Gaspar Dias e D. Maria Madeira, tios do baptizado;

— g) Aleixo, b. 6 abr. 1640, padrinhos Marcos de Figueiredo, de Vila-Cova, e D. Maria Madeira;

— h) Ana, b. 19 nov. 1643, padrinhos Manuel Roque e sua mãe Ana Afonso.

⁵ *Not. geneal.* III, n 7, e m c; — II, n a 2; — *Esq. geneal.* II, A e B.

ser mais tarde um dos primeiros bravos que, acudindo ao chamamento de Brás Garcia, correria sob o comando deste a defender a pátria na guerra da restauração. Mas não adiantemos os sucessos. Quando o poeta regressou da América, já tinha um ano o filho único que nasceu dêste casal, e que se chamou Manuel de Brito Barreto, o qual veio a ser capitão-mor de Avô, e tronco duma descendência brilhante. Ao filho mais velho de Manuel de Brito, que se chamou Bento Madeira de Castro, devemos nós o altíssimo serviço de salvar do desaparecimento o único poema que nos resta de Brás Garcia de Mascarenhas, e que êle publicou. Esta descendência enlaçou-se com muitas famílias nobres do país, especialmente da Beira e de Entre-Douro-e-Minho. É hoje representado o seu ramo principal pela senhora D. Maria Manuela de Brito e Castro, marquesa de Pomares, terceira neta de Bento Madeira de Castro ¹, e dama que ocupa lugar mui distinto no nosso meio literário.

— 8.º João Madeira da Costa ², o mais nôvo dos irmãos, apparece-nos a habilitar-se em 1625 para a recepção de ordens menores, mas depois eclipsa-se, e dele não temos mais notícias.

Não estava porém limitada a estes parentes a roda de pessoas com quem Brás Garcia conviveu em Avô. Outras havia em semelhantes condições sociais, que naquele meio pequeno não deixariam de manter relações de intimidade com o poeta.

Em primeiro lugar devo mencionar o velho licenciado António Dias ³, que era sem dúvida a pessoa mais ilustrada da terra, e com quem o nosso poeta, que probabilissimamente havia sido seu discípulo na juventude, se deliciaría em conversas eruditas e literárias sôbre assuntos clássicos e humanistas, tam apreciados de um e de outro. Esta convivência porém não duraria muito; de 1633 em diante não mais apparecem nos registos e processos referências ao velho sacerdote, e em 1636 depara-se-nos o sobrinho, padre Roque Dias de Matos, provido no beneficio do tio, passando de cura a vigário, o que nos faz admitir como provável a hipótese de que o licenciado era falecido neste último ano.

¹ *Not. geneal.* III, III c, e VIII c 2; — *Esq. geneal.* II, B e B a. — ² *Not. geneal.* III, II 8.

³ Dêste eclesiástico ficam publicados alguns autógrafos a pp. 14, 15, 21 e 122.

O sobrinho, seu homónimo, também licenciado, que por vezes o substituiu na administração dos sacramentos e restante serviço paro-



Assinatura de Miguel Nunes de Matos².

quial¹, não vivia já em Avô, ao que parece, porque nenhuns vestígios dele aparecem depois do primeiro quartel do século. Mas em

compensação lá viviam os irmãos dêste, amigos de infância de Brás.

Entre êles especializarei três³, um pouco mais velhos do que o poeta:—Miguel Nunes de Matos,

casado havia três anos, Pedro de Matos, que actualmente exercia o cargo de juiz ordinário da vila e seu termo, e o padre Roque Dias de Matos, a quem acabamos de aludir, todos êles pessoas muito em evi-



Assinatura do P.º Roque Dias de Matos⁴.

dência pelo seu feito prestimoso, e que aparecem a cada passo nos processos e registos da época.

Também se salientava na sociedade avoense Gaspar da Silva, que viera para a vila, havia os seus dez anos pouco mais ou menos, exercer o officio de tabelião do público e judicial, e ali casara a 3 de novembro de 1623.



Assinatura do P.º António Rodrigues⁵.

Ainda viviam o padre António Rodrigues, antigo ecónomo da colegiada de Nossa Senhora da Assunção, e o padre Inácio Rodrigues, que deixara

de ser cura da freguesia; e por lá estavam frequentemente, em casa

¹ O próprio registo paroquial era por êle feito algumas vezes. Sirva de exemplo um assento, que principia assim: — *A 29 de Junho (616) baptizei eu o l.º Antonio diaz cõ l.ª do l.º Ant.º diaz uig.º* etc.

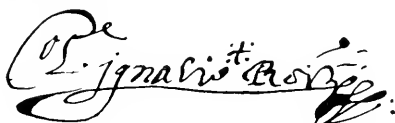
² Testemunha no processo para ordenação de menores de João Madeira, a 29 maio 1648 (C.E.).

³ Veja-se o que fica dito na p. 25, nota.

⁴ Juiz inquiridor no processo de habilitação para menores de António Ribeiro, a 14 jan. 1648 (C.E.).

⁵ Escrivão no processo para ordenação de presbítero de Roque Dias de Matos, a 18 fev. 1619 (C.E.).

de D. Maria Madeira da Costa, os dois padres Caramelos, João e Bernardo, próximos parentes do marido desta dama.

A handwritten signature in black ink, written in a cursive style. The text is "P.º Inácio Rodrigues 1." with a small cross above the 'i' in "Inácio".

Assinatura do P.º Inácio Rodrigues 1.

Aqui temos as pessoas principais que formavam o meio social em

A handwritten signature in black ink, written in a cursive style. The text is "João Caramelo 2." with a small cross above the 'i' in "João".

Assinatura do P.º João Caramelo 2.

que viveu intimamente o nosso poeta depois do seu regresso do Brasil, e no qual se desenrolaram os sucessos que passamos a narrar.

*

Instalado na casa paterna, cercado de abundância, brilho e fausto, não faltaria a Brás Garcia quem procurasse aproximar-se d'ele, quem o lisongeasse e aplaudisse. Que é esta a condição humana,

..... que hé do mundo estilo,
Muytos Amigos nas prosperidades,
Poucos, ou nenhuns nas adversidades 3.

Fôra educado na escola dos trabalhos e contra-tempos, passando largos anos envolto em infelicidades, sobresaltos e desgostos; melhor apreciava por isso agora a tranqüila e plácida felicidade fruída junto de seus pais que muito o amavam, cercado dos irmãos que o estremeciam e de amigos que o admiravam. Sem ter experimentado a

¹ Juíz inquiridor na habilitação para presbítero de António Fernandes, a 8 dez. 1624 (C.E.).

² Testemunha no citado processo para presbítero de Roque Dias de Matos (C.E.).

³ V. T., xi, 116.

adversidade, ninguém é capaz de apreciar devidamente a prosperidade. Ouçâmos o próprio poeta :

Não se pode chamar prosperidade,
A que de antes não hê purificada
No fogo de qualquer adversidade,
Com que fique depois mais realçada ;
Que a cousa, que com mais difficuldade
Foy adquirida, sempre he mais prezada :
Nenhũa muyto facil se sublima,
Que o que pouco custou, pouco se estima ¹.

Agora, depois de tão longa e trabalhosa ausência, tendo regressado à pátria querida, bem podia dizer a seus patricios as palavras que pôs na bôca de Viriato, a falar com os pastores, seus antigos companheiros :

Sabey que não sabeis o bem, que encerra
A vida, que gozais tão repousada :
Não ha repouso fôra desta Serra,
Só nella vive a paz tão desejada ²;

e traduzindo os sentimentos que lhe iam na alma, e aludindo à rapidez e brevidade com que decorrem os dias felizes, podia concluir :

Aqui deyxey descansos, & alegrias,
Aqui os venho buscar por breves dias.

Acompanhay-me na prosperidade,
Em que augmentar a vossos bens prometto,
Que quem nella se esquece da amizade,
Que teve, antes de a ter, não hê discreto ³.

*

Depois de assentar a sua residência em Avô, o poeta não retardaria as visitas aos lugares que frequentara na juventude, às povoações onde viviam parentes e amigos de infância, renovando recordações queridas, e apagando saudades. ; E que diferenças não encontraria êle na situação em que vinha achar alguns dêsses amigos, e até alguns parentes, confrontando-a com a que tinham

¹ V. T. xi, 6. — ² V. T. xi, 18. — ³ V. T. xi, 18-19.

quando os deixara! Nove anos não passam debalde. Alguns que viviam em relativa abundância, estimados e queridos, encontrava-os agora decaídos na pobreza, abandonados e desprezados de quem anteriormente os festejava; outros, que viviam parcamente, haviam sido guindados a esferas superiores, e já se não dignavam de ombrear com quem os estimara e protegêra.

Bem dolorosa impressão devia isto ter causado ao nosso poeta, impressão que se lhe vincou profundamente no espírito generoso e bom; decorridos anos, escrevia êle, tallando certamente carapuças para determinadas cabeças:

Que entre Balaro, & Lusarco avia
Parentesco de que ambos se prezavão,
Que inda então não sabia rico, ou nobre
Desprezar o parente humilde, ou pobre.

O de alguns homens de hoje caprichoso
E nescio presumir, bayxa altiveza
Se lhe póde chamar, que no pomposo
Crescimento, do sangue se despreza.
Homem que te viste hontem vergonhoso,
E que hoje te ves cheyo de riqueza,
Não negues, não, teu sangue, que declaras
Que se o tiveras bom, o não negaras.

Muy bem representais Opositores,
Meritos, submissões, necessidades,
Mas não tendes que ver com Pretensores
De officios, beneficcios, dignidades;
Amigos chamão huns, outros Senhores,
Tudo parentes são, tudo amizades,
Tudo promessas, & encarecimentos,
Que custão pouco muytos complimentsos.

Chegado cada qual ao que deseja,
Se nobre hé, procede como nobre,
Se vil, quem o ajudou mais o não veja,
Que em rico não quer ver quem o vio pobre:
Pobre não hà quem seu parente seja,
Nem se acha Amigo, que à rezão o dobre,
Filho se faz da Lua, & do Sol neto,
Todos são nescios, & elle só discreto ¹.

¹ V. T. VIII, 102-105.

*

A parentela de Brás Garcia já então se tinha alastrado largamente por toda a Beira. Restringindo-nos à família paterna, encontramos parentes próximos dele no próprio vale do Alva, muito a montante de Avô, já próximo do sopé da serra da Estrêla, na vila de Sandomil, onde, além de outros parentes ¹, vivia seu primo Sebastião Garcia, que disfrutava ali um importante vínculo, de que êle era o 1.º administrador ².

Trepando a encosta que a N. fecha a bacia de Avô, lá quasi ao cimo, está Vila-Pouca, onde tinha um viveiro de parentes, prole de Domingas Marques, prima co-irmã de seu pai, os quais começavam então a debandar, levando o sangue dos Garcias de Mascarenhas a várias casas nobres da Beira ³.

Continuando a excursão, e percorrendo toda essa região vastíssima que se estende da serra da Estrêla à do Caramulo, da da Louzã à da Lapa, encontrava ali o poeta bastantes dezenas de parentes, netos e bisnetos de seu bisavô Marcos Garcia, de Folhadosa, espalhados por essas vilas e aldeias fora, por Galizes ⁴, Sinde ⁵, Tábua ⁶ e Barrosa ⁷, por Covas ⁸, Oliveirinha ⁹, Bobadela ¹⁰, Oliveira do Hospital ¹¹, Lageosa ¹² e Lagares ¹³, por Varzea de Meruge ¹⁴, Folhadosa e Torrosêlo, S. Romão ¹⁵, Sameice ¹⁶, Tourais ¹⁷, Pinhanços ¹⁸ e Gouveia ¹⁹.

¹ *Not. geneal.* I, II 6 e 7, — III b 5 e 6; — *Esq. geneal.* I, 8, 9, 15 e 16.

² *Not. geneal.* I, v b'; — *Esq. geneal.* I, c 2.

³ *Not. geneal.* I, III d 3; — *Esq. geneal.* I, 41.

⁴ *Not. geneal.* I, III c 3; — *Esq. geneal.* I, 22.

⁵ *Not. geneal.* I, III c 4, — IV d 4; — *Esq. geneal.* I, 23, — F 5.

⁶ *Not. geneal.* I, IV c' 3; — *Esq. geneal.* I, D 4.

⁷ *Not. geneal.* I, III c 6 e 10, — IV c'; — *Esq. geneal.* I, 25 e 29.

⁸ *Not. geneal.* I, IV d 1; — *Esq. geneal.* I, F 2.

⁹ *Not. geneal.* I, III c 2; — *Esq. geneal.* I, 21.

¹⁰ *Not. geneal.* I, III c 8, — III d; — *Esq. geneal.* I, 7 e 27.

¹¹ *Not. geneal.* I, III b 5; — *Esq. geneal.* I, 36.

¹² *Not. geneal.* I, III b 4; — *Esq. geneal.* I, 14.

¹³ *Not. geneal.* I, v b'; — *Esq. geneal.* I, B 2.

¹⁴ *Not. geneal.* I, III b 7; — *Esq. geneal.* I, 17.

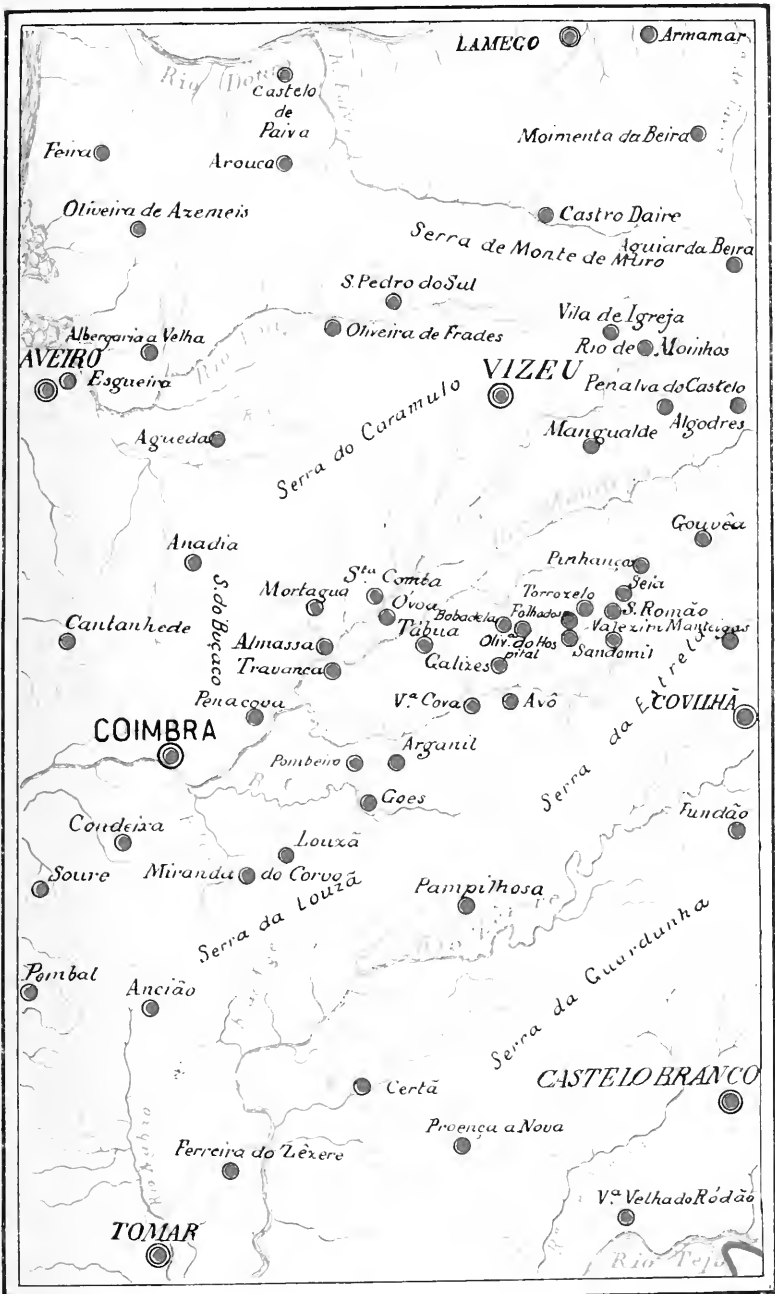
¹⁵ *Not. geneal.* I, III b 8; — *Esq. geneal.* I, 18.

¹⁶ *Not. geneal.* I, IV d; — *Esq. geneal.* I, F 1.

¹⁷ *Not. geneal.* I, v a''''; — *Esq. geneal.* I, A 10.

¹⁸ *Not. geneal.* I, III c 1; — *Esq. geneal.* I, 20.

¹⁹ *Not. geneal.* I, IV b'; — *Esq. geneal.* I, 13.



Escala 1:750.000



Especialmente em Folhadosa e Torrosêlo, onde vivera e morrerá o patriarca desta numerosa família, é que residia agora o principal núcleo dos Garcias de Mascarenhas, como em volta do cepo de vestusta árvore se acostam e florescem em denso viveiro as novas plantas que, filhas daquela, ali se enraizaram.

Lá vivia em Folhadosa, entre outros parentes, António Garcia, filho de Marcos Garcia e de Elena Esteves do Ervedal, e neto do velho Marcos Garcia de Mascarenhas e de Brites Marques. Casara com sua prima Ana Marques, de Torrosêlo, que na época da chegada de Brás já havia tido seis filhos, cinco dos quais eram vivos; e ainda vieram depois aumentar a família mais dois, o Francisco e o Simão. Passando em silêncio os mais velhos, de quem descendem os actuaes representantes de algumas familias distintas da Beira¹, notarei que Francisco Garcia de Mascarenhas, nascido poucos meses depois do regresso de seu primo Brás Garcia, veio a casar aos 45 anos de idade, a 10 de outubro de 1678, com D. Maria Coelho de Sousa, de Seia², e fundou o importante vínculo de Folhadosa, cujos bens hoje pertencem ao senhor António Vieira de Tovar de Magalhães e Albuquerque (Molelos), 6.^o neto por varonia de Francisco Garcia de Mascarenhas, de quem descende também, mas por linha feminina, o compilador destas noticias. O mais novo dos irmãos era o Dr. Simão Garcia de Mascarenhas, que foi casar a Tourais com D. Catarina Garcia; dêste casal descendem os Albuquerques das casas do Barril, de Freinêda, do Arco (Viseu) e das Obras (Seia), etc.³.

Em Torrosêlo avultava a familia de Brites Marques, tia-avó de Brás Garcia, que ali casara com Domingos Afonso, e procreara numerosa prole, da qual ainda viviam em Torrosêlo, com as suas respectivas familias, João Marques, cuja filha Ana casou em Folhadosa com António Garcia de quem acabamos de falar, e António Marques, que contrairá matrimónio com uma parenta de Folhadosa. As filhas de Brites Marques, essas já haviam abalado para diversas terras a constituir novas familias: Isabel Garcia para Gouveia, Clara Garcia para a Lageosa, Catarina João e Maria João para Sandomil,

¹ *Not. geneal.* I, iv a—v a' a x a'—v a''—vi a'', a xii a'',—vi a''_u, a xii a''_u;—*Esq. geneal.* I, a, aa, e aa'.

² **C. S.**—*Registo paroquial de Seia*, l. 1, cad. 3, fl. 70 v.^o.

³ *Not. geneal.* I, iv a 8—v a'''—vi a''', a xi a''',—vi a'''_u, a ix a'''_u;—*Esq. geneal.* I, a, ab (cf. aa).

Ana Garcia para Várzea de Meruge, Francisca Garcia para a Cerdeira, e outra, cujo nome ignoro, para S. Romão¹.

Quando o nosso poeta dirigisse o seu passeio para Ocidente desta região, encontrava em Travanca-de-Farinha-Pôdre, a pouca distância da Foz-Dão, seu irmão o Dr. Manuel Garcia todo entregue aos cuidados de pastorear êsse pequeno rebanho; e, passando em barco para a margem direita do Mondego, encontrava a aldeia de Almassa, onde era cura o padre Pantaleão. Uma vez aqui, não lhe era custoso alongar ainda mais o passeio para Ocidente na direcção do Buçaco, e, derivando dali para Noroeste, ir a Anadia abraçar a irmã Feliciane e amimar-lhe os filhos.

No retôrno podia muito bem seguir por Mortágua a Santa-Comba-Dão, e entrando no Couto-do-Mosteiro visitar sua tia paterna Filipa Garcia, que ali casara²; e depois, passando o rio Dão, não deixaria de ir a Oliveira do Conde conversar com seu primo Manuel da Fonseca da Costa, filho de sua tia paterna Brites Marques, com o qual mantinha relações de estreita amizade, de que mais tarde veio a colher uma prova real, como a seu tempo verêmos.

*

Outro pretexto para excursões a várias localidades da Beira era-lhe fornecido pelas festas e romarias, que se celebravam com frequência por toda esta região, especialmente no estio, e que atraíam de longe numerosos ranchos, cujos costumes, trajos, danças, lendas, falas e cantares muito haviam de chamar a atenção do espirito curioso e observador de Brás Garcia.

Havia então naqueles sitios muitos santuários afamados, onde tais romarias se realizavam. Citarei apenas alguns, ao acaso.

A ermida de Nossa Senhora das Precês, ou do Colcurinho, que no século seguinte passou do alto do monte para o vale de Maceira, que lhe fica no flanco, era bem vezinha de Avô, e chamava concorrência de devotos de mais de dez léguas em redor. A marcar no cabêço do Colcurinho o lugar onde se venerou a Senhora das Precês, há hoje uma capelinha ainda muito vesitada de romeiros, que tem por titular a Virgem com a invocação de Nossa Senhora das Necessidades.

¹ *Not. geneal.* I, iv a 9 — v a''' a x a''' — xi a''' , a xii a''' , — xi a''' ,, a xii a''' ,, ; — *Esq. geneal.* I, A, ac.

² *Not. geneal.* I, iii c 11 ; — *Esq. geneal.* I, 3o.

Junto de Arganil o templo de Nossa Senhora do Montalto fôra construído ou reedificado pouco mais duma dezena de anos antes, e também era já concorrido de muitos milhares de pessoas, por ocasião da festa que ali se celebrava a 8 de setembro.

Mais antiga era ainda a veneração que atraia todos os anos, a 7 de setembro, cardumes de romeiros à igreja do mosteiro de S. Pedro de Folques, onde se dava a beijar um cofre precioso, que continha uma das tibias de S. Goldrofe, antigo prior daquele mosteiro, célebre advogado contra as maleitas.

Grande devoção popular havia também com o santuário de Nossa Senhora da Vera Cruz, de Gouveia, pelas circunstâncias impressionantes que determinaram a sua fundação¹.

Um dos mais afamados e concorridos templos da Beira era o de Nossa Senhora do Monte, próximo de Mangualde, que depois veio a denominar-se do Castelo.

Havia nas proximidades de Viseu alguns santuários com imagens religiosas, que exerciam irresistível atracção sôbre os fiéis achacados que ali vinham buscar cura para os seus males, e sôbre os curados que em dias certos de cada ano acudiam a agradecer as mercês alcançadas. Entre essas imagens, então célebres, mencionarei a de Santo Amaro, no lugar de Bertelhe, freguesia de Cepões, a de Santa Eufêmia, em Vouguinha, freguesia da Cota, e finalmente a de Santa Luzia, sôbre um monte fronteiro à cidade.

E não devemos esquecer a devota e pitoresca ermida de Nossa Senhora da Ribeira, perto de Folhadosa, que ainda hoje, à sombra dos castanheiros, ergue o seu singelo campanário gótico, e convida os fiéis a virêem em penitência mortificar os seus joelhos sôbre o pavimento formado de pequenas pedras ou lascas, naturalmente polidas, apumadas umas junto das outras a formarem desenhos, numa disposição, artística sim, mas torturante para os genuflectentes. Esta capela foi sempre muito venerada pelos povos de perto e de longe,

¹ Alguem israelita da judiaria de Gouveia foi uma noite à igreja de S. Pedro desta vila, e de lá tirou uma devota imagem da Virgem, indo pendurá-la pelo pescoço na fôrça, que ali perto se erguia. Faça-se idéia da comoção e indignação que o sacrilégio provocaria, quando na manhã seguinte, ao levantarem-se os gaudelenses deram com tal espectáculo. Ali mesmo, no local onde estava a fôrça, erigiu-se um templo em honra da Virgem, fabricou-se do pau da fôrça uma cruz que se colocou sôbre o altar-mor, e a própria imagem desacatada foi posta ao pé da cruz, correndo desde logo muitos milhares de peregrinos a render-lhe culto de desagravo e de devoção.

que lá iam todos os anos processionalmente, cantando súplicas litúrgicas.

Do que viu e observou nessas romarias e festividades, simultaneamente religiosas e profanas, piedosas e de diversão, onde se orava e cumpriam votos, onde se corriam touros, onde se bailava e se faziam cavalladas, jogos de canas, simulacros de justas e torneios, deixou-nos Brás Garcia algumas referências e impressões no *Viriato Trágico*.

O poeta fere uma nota de observação moralista:—que as raparigas levianas estão sempre prontas a irem às romarias, fechando os ouvidos aos conselhos da prudência; e as pessoas, a quem toca o guardá-las, teem de as acompanhar, porque lá apparecem sempre admiradores por elas atraídos.

Agradou o conselho; em breves dias
A fazer a jornada se preparão,
Que os conselhos de andar vãs Romarias,
Sempre a loucas bellezas agradarão:
Contradizem-lho os tres por tres mil vias,
Mas nunca do proposito as mudarão:
Com ellas partem pera as defenderem,
Que lá vão barbas onde amores querem ¹.

Ao assistir nos santuários, com espirito observador, à visita dosromeiros e ao cumprimento das suas promessas, impressiona-o o facto de vêr alguns devotos oferecerem junto do altar um delgado pavio, que se não poderia conservar direito se não fôra a cana a que vem amarrado; e reflecte que, ao recorrerem em momento de aflicção à divindade, prometeram certamente oferecer um cirio para o culto, cirio talvez de proporções agigantadas, e depois, passado o perigo, afastada a aflicção, se não se esqueceram totalmente do voto, o veem cumprir ofertando aquele pavio mesquinho, de preço vil, e que para nada serve. Considera porém o facto, apesar de indigno e vergonhoso, muito humano, e como—*homo sum, ideo nihil humanum a me alienum puto*, fala na 1.^a pessoa plural:

O de todos, os que hoje navegamos,
Vergonha! de que pouco nos corremos!
Porque quando em tormentas nos achamos,
Que de cousas contritos prometemos!

¹ V. T. XII, 35.

E apenas sobre a terra hum pé estampamos,
 Quando não lembram votos, que fazemos;
 E se lembrão pagamos, quem tal crera?
 Com candeas de real mastros de cera!¹

Na descrição longa e opulenta das festas pomposíssimas, celebradas por Viriato na serra da Estrela, encontramos alguns traços, embora muito adornados e ampliados pela sua fantasia, do que êle vira em certas romarias.

As iluminações dos arraiais, a música instrumental, os descantes dos ranchos em côros alternados, as danças e evoluções coreográficas por vezes bem complicadas, o provinciano *çapateado*: nada lhe escapou.

Em tanto de mil tochas guarnecido
 O magestoso Circo, parecia
 Mostrar o que o triangulo fingido
 Debuxa natural na fantasia,
 De varios instrumentos o ar ferido
 Suspende com festival harmonia,
 As almas dando regra, & confiança
 A Gymnopódia, que se canta, & dança.

Canta-se a varios côros, que alternados,
 Escutando tal vez, tal respondendo,
 A compasso dos pés bem compassados
 Vão corações fazendo e desfazendo.
 Ja mulheres, & homés baralhados
 Se vem, já divididos vão volvendo,
 Portas de arcos manuais, cerrando, & abrindo,
 Porque huns entrando vão, & outros sahindo.

Brilhão mil luzes pella argentaria
 Das ricas galas, que ao nocturno feytas,
 Faziam parecer a noyte dia,
 Deyxando as almas todas satisfeytas:
 Esta de Portugal propria alegria,
 Que inda se usa em Cidades muy perfeytas,
 Seja, como alguns querem, Espartana,
 Trinta seculos há, que hé Lusitana?

Constituíam então as touradas um número obrigatório de algumas dessas romarias. Até se corriam touros nos adros e em pequenos largos de aldeias e logares insignificantes. Já eram classificadas de bárbaras pelas nações extra-ibéricas tais diversões, a que na penín-

¹ V. T. x, 38. — ² V. T. xi, 44-46.

sula se dava um aprêço grande: e o poeta claramente revela que era um entusiástico *aficionado* por semelhante género de desporte.

Qualquer Nação desta presente idade
 Chama a tal festa tragica alegria:
 Se todas dizem que hé barbaridade,
 Toda Hespanha lho imputa a covardia;
 Que aonde não periga a liberdade,
 Nunca pode luzir a valentia.
 Seja licita cousa, ou não o seja.
 Sempre a festa foy nossa, sua a inveja ¹.

Das touradas deixou-nos Brás Garcia um esboço descriptivo vigoroso, que revela mão de mestre.

Ficava no terreyro sanguinoso
 De peões, & cavallo já desfeytos
 Hum touro fusco, grosso, & temeroso,
 De erguidos cornos, & decididos peytos:
 Soprando a terra escarva pulvoroso
 Desafia bramindo os contrafeytos
 Muros cubertos de turbados vultos,
 A quem palpitaõ corações occultos.

Quando Lusarco já convallecido,
 Entra augmentando os timidos rumores,
 Que sempre Santarem foy aplaudido
 Por pay de filhos grandes toureadores,
 Opprime hum vayo de annos dez fornido,
 E mosqueado de diversas cores,
 Que inda que grave, & lento no passeyo
 Bala às esporas hé, Rêmora ao freyo.

Presto com o esquerdo corno o touro grosso
 Á deryta estribeyra se arremeça;
 Hum garrocho lhe quebra no pesçoço,
 E quebra-lhe o restante na cabeça:
 Escapa, & sóbe às nuvês o alvoroço,
 O metal grita, o rumor não cessa:
 Mas já socega o confuso abalo
 Tornando-se a buscar touro, & cavallo.

Este, como veloz, roda e volteia;
 Como eyxo aquelle vira, & não abala;
 Tornando atraz, escarva, & se embravea,
 Soprando ávante fumo, & fogo exhala.

¹ V. T. xi, 66.

Dispara como setta, & com a mea
 Lua imagina que o cavallo escala;
 Entre ella o ferro tanto se lhe encova,
 Que morto fica, sem que hum passo mova.

Soaõ trombetas, altos vivas soaõ,
 Campinas, & penhascos estremeccem,
 Os animais os bosques despovoão,
 As aves pello ar desaparecem.
¹

Já se não apresenta igualmente entusiasta pelas cavallhadas, torneios e jogos de canas, de que aliás nos deixou boas descrições²; e muito menos sympathizava com o jôgo da barra e com os exercicios de luta, que ao tempo muito se usavam:

Nos dous³ seguintes houve Barra, & Luta,
 Nobre uso antigo, & moderno louco;
 Porque com pouca sciencia, & força muyta
 Muyto do servil tem, do grave pouco.
 Tres rusticos dos Alpes, gente bruta,
 Cada qual de gritar, & gemer rouco,
 Seis premios tirão: só pella defeza
 Se luta, que por premio, he grã vileza⁴.

†

Não eram só as visitas, os passeios e digressões por festas e romarias, que afastavam por vezes o nosso poeta da sua casa e da sua vila de Avô.

Brás Garcia era um apaixonado caçador; e quando se tornava necessário suspender as caçadas por causa da procriação da caça, na primavera e estio, entregava-se então ao passatempo da pesca. É elle mesmo que no-lo diz, falando dos *pátrios rios* Alva e Moura:

Quando vão cheos caço pellos montes,
 E nelles pesco quando vão vasios⁵.

Foi o motivo da caça, além da sua natural curiosidade e da admiração que tinha pelas belezas naturais, que o levou uma ou outra vez a

¹ V. T. xi, 68-72. — ² V. T. xi, 48 e 103-124.

³ Scil. *dias*.

⁴ V. T. xi, 73. — ⁵ V. T. xv, 104.

visitar e percorrer a serra da Estrela, à qual se encontram numerosas referências no *Viriato Trágico*.

Por não alongar indefinidamente as transcrições, é que não copio aqui na íntegra a descrição magistral que nos faz do *Hermínio monte*¹, que elle conhecia muito bem, e cujas belezas analisa por miúdo em vários lugares do poema, revelando-nos por forma iniludível que muitas vezes o palmillhou.

Admirou com sentida comoção as manifestações da majestade grandiosa e próvida da Natureza criadora, que ali se ostenta. Essa admirável

.....
 Natureza, que aos altos foy avara,
 Fecunda os bayxos com favor da Arte,
 Que nos uteis suores não repara;
 A cada lado valles mil reparte,
 Bosques faz dividir, veygas separa,
 Campinas rega, prados, & hortas ata
 Com mil laçadas em grilhões de prata.

Censos, que sempre dão os caudalosos
 Alva, Mondego, & Zézere agradaveis,
 A Ceres por seus frutos abundosos,
 A Baccho por liquores admiraveis,
 A Minerva por oleos numerosos,
 Por bosques a Diana innumeraveis,
 Que tudo são com gloria da inventora,
 De Pomona doceis, sitiais de Flora².

Quedou-se extático de assombro contemplando o gigante granítico, *natural piramide* a que a serra serve de *base simptuosa*, e que é conhecido pela denominação de *cântaro magro*, que erguendo-se sózinho, isolado e abrupto, negro e musgoso, hirto e selvático, lá do fundo da viridente bacia por onde corre o Zêzere, a certa altura alarga e entumescce os flancos sustentando enormes massas de rocha suspensas sôbre o abismo; e depois, estreitando rápidamente, toma a configuração grosseira de um cântaro, cujo gargalo, ficando superior às alturas que cercam este vale, se avista de grande parte da serra, como cabeça de gigante a espreitar-nos³.

Percorreu também a região onde

Esmaltes são da roscida verdura
 Aquellas celeberrimas lagoas,

¹ V. T. 1, 15 e ss. — ² V. T. 1, 22-23. — ³ V. T. 1, 16.

Das quais a principal chamada Escura,
 He clara pellos Sceptros, & Coroas,
 Que a ver tal profundeza, & tanta altura
 Forão, como inda vão graves Pessoas;
 Que maravilhas muyto encarecidas,
 Se não saõ vistas, nunca saõ bem eridas ¹.

Pisou as fôfas alfombras de *servim* nessa *verde praça de um florido prado*, o vasto e fertilissimo *vale do Conde*, que lhe fez lembrar *hum theatro alcatifado*, e

... que he das entranhas penhascosas
 Do Herminio coração no esquerdo lado ².

Trepou às *penhas escabrosas*, conhecidas pela denominação de *penhas douradas*, e abrigou-se nos amplos *fragões*, nessas *galerias cavernosas* que a natureza escavou em abundância nesta região ³.

Em sereno dia andava êle uma vez na serra *caçando feras* (javadros, lobos e raposas), acompanhado de um *guia natural*. Quando menos o cuidava, foi surpreendido por uma trovoadá medonha ⁴. Teve então ensejo de presenciar um espectáculo único, em que o belo horrível chega a atingir as proporções do sublime, qual é o espectáculo de uma trovoadá na serra da Estrela. Ficou assim habilitado a fazer uma notável descrição, com que ornamentou o canto iv do *Viriato Trágico*.

Não resisto à tentação de transcrever êste episódio, que tem a exactidão e naturalidade dum instantâneo :

Já Pheho involto entre ondas Neptuninas
 Perturbados deyxava os Elementos;
 O fero Austro dos Cêos corre as cortinas
 E os faz da pompa lucida avarentos:
 Começão a vir agoas repentinas
 Sobre os hombros das nuvês, & dos ventos,
 Enchem-se os Rios; porque a tudo inundem,
 Campos se alagão, serras se confundem.

A Herminia, mais que todas gigantada,
 E eminente ao perigo, o padecia
 Muyto mais pavoroso, se alentada
 E firme a todo transe se offrecia.
 Dispara nella horrenda trevoadá,
 Afigura-se a todos que se abria,

¹ V. T. I, 18. — ² V. T. II, 42. — ³ Ibid. — ⁴ V. T. IV, 70.

Espessuras se arrancão, feras gemem,
Rebomba o vento, os penhascos tremem.

Alterão-se as lagoas da outra banda,
Tão medonhas, & horríferas bramindo,
Que parece que o mar na serra anda,
Ou que a serra no mar se vay fundindo.
Tudo obedece ao medo, ninguem manda;
Mullas, cavallos, & egoas vão fugindo;
Ajuntão-se as ovelhas, como amigas,
Abrigando os focinhos nas barrigas.

Passa-se a larga noyte, & não entendem,
Quando amanhece, porque os não visitaõ
Mais luzes, que as que o ar em fogo accendem
Dos rayos, que os penhascos precipitaõ.
Todos se estão queyxando, & se suspendem,
Mulheres chorão, camponeses gritão,
Que acaba o mundo; os naturais zombando,
Dizem, que tudo presto irá cessando.

Não se enganarão, que da Astrologia
Rustica hê Mestre, a quem a serra agrava.

..... 1

Por isso razão tinha o nosso poeta para conhecer bem a configuração geral da serra da Estrela e das suas ramificações mais próximas, que êle descreve assim:

O mais corpo da serra, que Alpestrina
Quasi de Leste a Oeste vay correndo,
Athlante se ergue, & Briarès se inclina,
Aqui, & alli os braços estendendo,
Que ameaçando sempre alta ruina
Huns abayxando vay, outros erguendo
A horrendos valles, a escabrosos montes
Providos de animais, prenhes de fontes.

Pellas raizes desta serrania,
Que gyra perto de dous mil estados,
De altos castellos grande copia avia
Em perigos de guerras fabricados,
Que em partes inda mostraõ bizzarria,
Pella mayor estando arruinados,
Ensinando o descuydo, que os enterra,
Que mais muros assola a paz, que a guerra 2.

1 V. T. IV, 66-70. — 2 V. T. I, 20-21.

! Que diria o poeta, se agora cá viesse, e visse o que foi feito de quasi todos esses castelos, especialmente do que se erguia na sua vila natal, e que elle cantou em seus versos como um titulo que muito a nobilitava!

A S.-O. da serra avulta um monte, o Colcurinho,

..... pouco distante
Do Herminio, e pouco menos levantado,
A elle por hum C de serra atado.
Neste, em que a neve dura pouco, ou nada,
Que presto, quando o cobre, o descarrega¹,

tinha Brás Garcia um ponto de referênciã, que lhe marcava, quando percorria a Estrela, o local onde modesta e recatadamente se escondia, como em ninho de verdura e flores, quasi no sopé dêsse monte, a sua minúscula vila de Avô.

Para deixar completo o esbôço da serra, dêsse

..... Herminio duro,
Propugnaculo eterno, & altivo muro²,

ainda falta um traço. Ei-lo:

Sobre esta inacessivel aspreza
Tantas veygas se estendem, tantos prados,
Que mais gado sustentão pello Estio,
Que Ourique, & Alcudea no solsticio frio³.

Mas passado o verão, em o outôno entrando, todos esses gados descem da serra, e o mesmo faz a caça, para evitarem os horrores da estação rigorosa, durante a qual se tornam inabitáveis aquelas paragens. Escutemos a fala que o poeta coloca nos lábios de Viriato:

Vay-nos fugindo o caloroso Estio,
Regalo destas veygas deleytosas,
Em que nos vem buscando o Inverno frio,
Horror destas montanhas escabrosas:
Ao pouco, que inda está verde, & sombrio,
Ameaçã tormentas pavorosas,
Que hê de Inverno este monte em partes calvo,
De nuvês pavelhão, de raios alvo.

Os que por elle o gado apacentamos,
Antes que perca os placidos matizes,

¹ V. T. IV, 41-42. — ² V. T. II, 39. — ³ V. T. I, 17.

Dêcer nossos rebanhos costumamos
 Aos valles, que occulta entre as raizes :
 Nelles, como as perdizes, habitamos,
 Que nos ensinão a viver perdizes,
 Pois de Veram cá vem pastar no trigo,
 E de Inverno là vão buscar abrigo ¹.

Nos passeios que Brás Garcia deu pela Estrela, teve occasião de subir à parte mais alta da serra, à esplanada que assenta a 1993 metros de altitude, onde no século passado se ergueu um grande marco geodésico, chamado a *Torre*. Dali poude admirar o esplêndido e larguíssimo horizonte que se desfruta, e que êle descreve nestes versos :

Estende a vista aos largos orizontes,
 Tão longos, que se vay nelles perdendo ;
 Mares de campos vô, golfos de montes,
 Que as cadeas de agoas vão prendendo :
 De altos a altos dão os olhos pontes
 A varios pensamentos, que correndo
 De huns, & outros âquem, & âlem parecem,
 Porque quanto vem mais, mais desconhecem.

Meya Hespanha dali se descobria,
 Via Reynos, e serras ao Nascente,
 Pera o Sul montes, & planices via,
 E via largos campos ao Poente ;
 E lá detraz de todos conhecia
 O branco freyo, que perpetuamente
 A furia faz parar, onde redondas
 Quebrão do negro mar as brancas ondas ².

Também nos pinta com viveza um romper da manhã na serra, bem diverso do amanhecer nos campos ou nas cidades.

Madrugava a solar Embayxadora
 A borrifar de perolas os pradõs,
 Que o vingador da bella caçadora
 Em grilhões de cristal tivera atados.
 Ri sobre as penhas, sobre as ervas chora,
 Alegra os valles, inquieta os gados,
 Fogem-lhe as sombras, brincaõ-lhe os ribeyros,
 Cantaõ-lhe as aves, baylaõ-lhe os cordeyros ³.

¹ V. T. iv, 38-39. — ² V. T. i, 89, 90. — ³ V. T. iv, 36.

Um pouco depois, tem já mudado o aspecto da paisagem,

..... quando o Sol a ver os prados,
 Que as matutinas lagrimas da Aurora
 Tinhão sobre a verdura aljofarados,
 Estival recreação da tenra flora.

Não lhe passou despercebido o espectáculo majestoso do nascer da lua, com o seu enorme disco, e o aspecto da paisagem da serra iluminada pelo luar, inteiramente diferente do da paisagem diurna :

Como chama de fogo se assomava
 A que mayor parece, quando nace,
 Que do calor estivo, que a afrontava
 Sanguina descobria a branca face.
 A Itellifera pompa rutilava
 No campo azul, que o Rey das feras pasce,
 E se mostrava a Serra agradecida,
 Nua de sombras, & de luz vestida².

No *Viriato Trágico* também se encontram referências numerosas e inconfundíveis a essa extensíssima região da Beira, entre o Caramulo e a Estréla, que êle, segundo vimos, percorreu muitas vezes em todos os sentidos, já a cavallo, seguido pelos criados, em excursões de cerimónia e de passa-tempo, já a pé e de espingarda ao ombro, acompanhado de outros caçadores. Por lá ia fazendo as suas observações de costumes, admirando as belezas naturais tão variadas e interessantes, registando no espirito quanto via digno de nota; e mais tarde, ao escrever o seu poema, essas impressões acudiam-lhe espontâneamente ao espirito, e por vezes as exprimia em hendecassilabos, quando isso vinha a propósito. ;E quantas das numerosas poesias avulsas que êle compôs, e que depois se perderam, não teriam belas descrições do natural, não traduziriam observações e impressões que seriam preciosas para o estudo psicológico do nosso poeta !

Referências a povoações da Beira encontramos algumas na epopeia viriatina. Já mencionámos o que Brás escreveu sôbre Avô, e uma alusão a ARGANIL, *celeberrimo condado*³; só apontaremos agora o

¹ V. T. II, 40. — ² V. T. II, 135.

³ Vid. pág 28.

que em especial refere de outras duas vilas, e de uma cidade desta província.

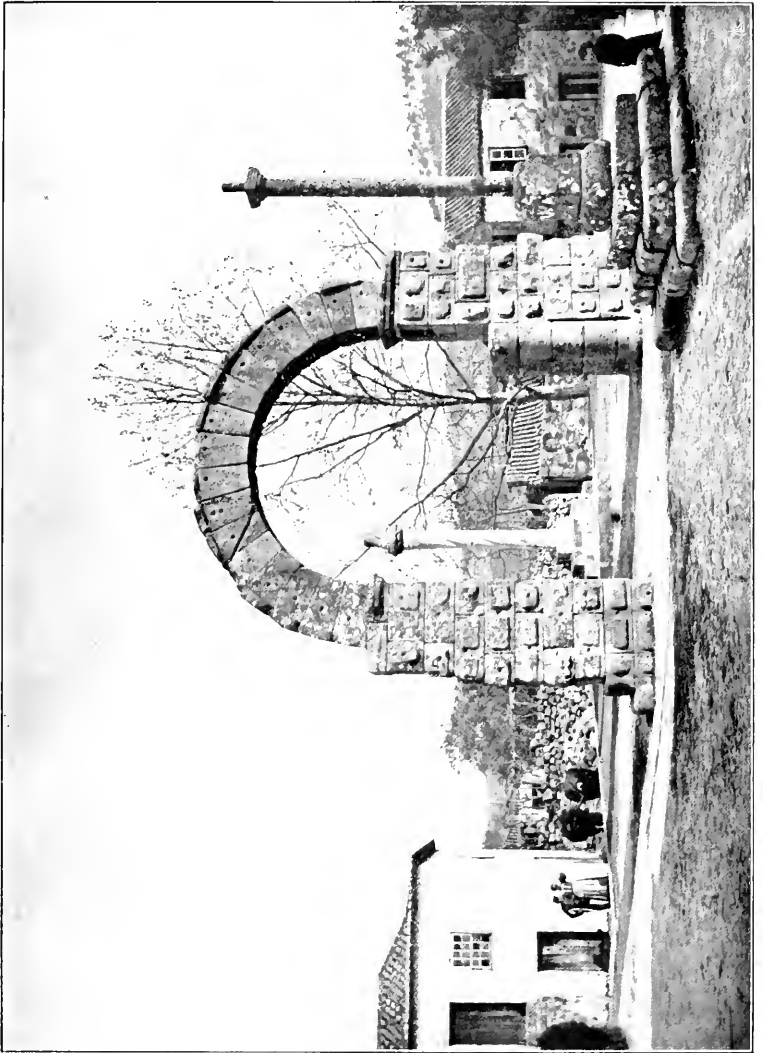
A BOBADELA não podia deixar de chamar as suas atenções. De lá era seu pai, lá conhecera e amara sua avó, lá viviam tios e primos seus; e os interessantíssimos vestígios que ali se encontravam de importante povoação romana eram de molde para impressionarem qualquer espirito curioso e observador.



Cabeça de mármore, encontrada na Bobadela.

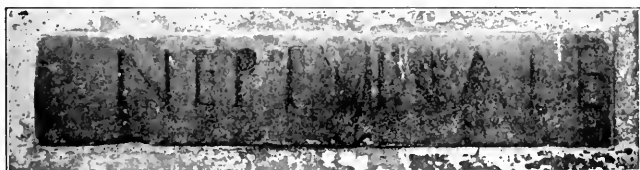
Resistindo à acção destruidora do tempo, e à mais nociva e demolidora acção dos homens, ainda hoje temos, além de outros restos menos importantes, o admirável arco, que foi pórtico não sei de quê, e se conserva de pé por um prodígio de coesão do cimento que liga entre si as aduelas¹, e bem assim uma cabeça majestosa coroada de

¹ Na estampa fronteira a esta página reproduz-se a face ocidental d'este arco, o pelourinho manuelino que lhe fica a Leste, e um cruzeiro mutilado que está a Oeste.



louros, medindo meio metro da linha superior da coroa ao mento, e que pertenceu a uma estátua colossal de mármore ¹, e ainda algumas inscrições, que foram embutidas na fachada da igreja matriz, construção do meado do século xviii. Tudo reliquias da época romana.

Infelizmente as inscrições perderam a maior parte do valor que poderiam e deveriam ter, porque houve mão bem intencionada mas



Inscrição romana existente na Bobadela.

péssimamente dirigida, que as avivou, e que as deturpou, por interpretação errônea. Estão portanto inutilizadas quasi todas.

Intacta só há uma, embutida na alvenaria da torre, que diz:

NEPTVNALE

Outra, assente sobre a verga da porta principal da igreja, deveria dizer:

.....
 SPLENDIDISSIMAE CIVITATI IV
 LIA MODESTA FLAMINICA ²

¹ Esta cabeça foi encontrada em 1844 na Bobadela, e remetida em 1853 ao governador civil de Coimbra, Dr. António Luís de Sousa Henriques Sêco, que a ofereceu ao Museu da Universidade. Em janeiro de 1875 foi pela Universidade depositada no Museu de Antiquidades do Instituto de Coimbra, a pedido da Secção de Arqueologia do mesmo Instituto. Agora vai ser instalada no Museu de Arte Machado de Castro desta cidade.

O meu venerando e prestimoso amigo o sr. dr. Lourenço Justiniano da Fonseca e Costa mandou proceder, haverá 25 anos, a escavações exploradoras no pátio onde apparecera esta cabeça, a ver se achava o resto da estátua. Encontrou-se uma área lageada de grandes pedras de granito, à qual se subia por um degrau, que a acompanhava em toda a extensão que foi possível pôr-se a descoberto; mas não se pôde proseguir, porque teria para isso de se desmanchar uma casa já antiga, ali construída. O benemérito explorador, além desta contrariedade, teve outra que lhe fez perder a esperança de encontrar a estátua. Viu ali, na adega duma casa, um pedaço de mármore toscamente partido, da mesmíssima natureza do que constitue a cabeça; donde concluiu, com grande probabilidade de acôrto, que era um fragmento da estátua, que em tal hipótese havia sido despedaçada.

² Evidentemente está incompleta. Falta-lhe, pelo menos, uma linha antes

É a esta inscrição que o poeta em especial alude na estância consagrada à Bobadela.

Que remontem ao tempo de Brás Garcia e de seus pais e avós, além dos monumentos romanos, ainda lá restam, muito bem conservados, o pelourinho, no largo da vila, em frente do arco romano, e uma pedra com um interessante motivo ornamental, embutida na



Decoração manuelina, esculpida em granito, numa casa da Bobadela.

parede da casa dos Godinhos. Ambos os monumentos são esculpidos em magnífico granito da região, em estilo manuelino.

Transcrevamos agora a estância :

Na Vila hoje chamada Bobadella
 Esteve antigamente huma Cidade,
 Que estaõ, de quanto fosse grande, & bella,
 Indiciando vestigios nesta idade.
 Gastadas letras a memoria della
 Conservão na ruinosa antiguidade,
 E Cidade muy celebre a declarão,
 Se o tempo escureceo como a chamavão ¹.

Também o poeta se refere a POMBEIRO, fazendo-se eco de confusas

das existentes, onde se lia em dativo o nome da cidade ali erguida, à qual era dedicado o monumento; ignora-se como se chamava. Hoje esta inscrição, depois de avivada e deturpada, diz :

SPLENDIDISSIME CIVITATI IV
 LIA MODISTA PLAMINIA

A leitura restaurada é de EMÍLIO HÜBNER, *Inscriptiones Hispaniae latinae*, p. 45, n.º 397.

¹ V. T. IV, 74.

lendas, em que entram nomes e factos, indevidamente applicados a esta terra ¹. Depois de falar de Arganil, acrescenta:

Ali junto do Alva crystallino
 Esteve Aufragia celebre, & potente,
 E perto della o monte Columbino,
 (Hoje Pombeyro) o mostra claramente ;
 Donde orando Quitheria de contino
 El-Rey de Aufragia, Bispos, & outra Gente
 Indusio ao Martyrio, que alcançarão
 Naquelle sancto monte, a que illustrarão.

Era Aufragia Cidade bem murada
 Bem claro inda se vê no sitio della ;
 Estava de Romanos presidiada
 Tres legoas pouco mais da Bobadella.
².

Mais interessante é o que diz do campo de VISEU e da célebre *cava de Viriato*, que êle visitou apenas regressado do Brasil, e que aprecia com a competência especial que lhe assiste, fazendo algumas referências pessoais dignas de registo, e que a seu tempo aproveita-remos.

À vista de Viséo, hum Rio passa,
 Que no calido Estio vagaroso,
 Com pouco cabedal, & muyta graça
 Divide alegre hum campo deleytoso ;
 Por entre o qual errante se embaraça
 Em retrocida volta preguiçoso :
 Que o seja um pobre, mal se compadece,
 Mas este sendo-o, muy melhor parece.

A hum lado delle sobre o campo ameno,
 A que inda então Viséo não illustrava,
 Fez o Pretor de cava, & terraplano
 Hum Real, que os fortes de hoje avantajava ;
 Tam bom sitio escolheo, tanto o terreno
 Seus Artifices destros ajudava,
 Tão alta a cava fez, grossa a trincheyra,
 Que inda o tempo a reserva quasi inteyra.

Mil, setecentos, & setenta annos
 Depois de feyta, foy de mim notada ³

¹ Vid. SANCHES DE FRIAS, *Pombeiro da Beira*, 2.^a ed., p. 13 e ss.

² V. T. IV, 92-93.

³ Foi esta indicação cronológica que me habilitou a fixar a ida de Brás Garcia

Por gentil Epiphéria de Romanos,
 Se mais forte, que bem descortinada:
 Parece que o temor dos Lusitanos
 A fez lavrar mais alta, & mais fossada,
 Que inda a Cava se vé, sem ver o Leyto,
 Chea d'agoa, & de terra o Parapeyto.

Com luz quotidiana desta sciencia,
 Com os calos nas mãos, das que lavramos,
 Com trabalhosa, & larga experiencia,
 Me envergonhey do pouco, que hoje obramos.
 A que agora com muyta diligencia
 E gente, em mezes seis não acabamos,
 Numa só hora então era acabada,
 Por ninguem desprezar a pã, & enxada ¹.

*

As belezas desta região vastissima, compreendida entre a serra da Estrela e a do Caramulo, também captaram as atenções de Brás Garcia e lhe mereceram referências especiais.

.....
 Da Herminia serra, outra se descobre
 Que lhe fica defronte, cara a cara,
 Caramulo chamada, de hum Gigante
 Anthéo della, & do Céu segundo Athlante.

a Viseu logo após o regresso do Brasil. O poeta, como noutra lugar demonstramos com o seu próprio testemunho (vid. pág. 70), tinha na mais alta consideração Fr. Bernardo de Brito, a cujas obras recorria, como a fonte principal e mais lúdima da história, da geografia e da arqueologia da antiga Lusitânia. Ora Fr. Bernardo de Brito fixa no ano 146 a. Chr. a construção destes arraiais do pretor Nigidio, *perto donde agora vemos Viseo* (*Monarq. Lusit*, parte I, l. III, cap. IV, mihi fl. 216 e ss.), para neles resistir a Viriato. Sendo esta, como realmente é, a cronologia adoptada por Brás, e tendo êle regressado do Brasil em 1632, no caso de ir logo a Viseu deveria dizer que vira a *cava* 1778 anos depois de feita, se quisesse falar com precisão e rigor, e se a metrificacão lho permitisse; mas como se não dava nem uma nem outra hipótese, arredondou o número escrevendo 1770.

Em vista desta cronologia, não pode retardar-se a primeira visita de Brás a Viseu, imaginando-a feita depois de 1640. E, se na estância seguinte o poeta alude aos calos que então levava nas mãos, de ter andado a trabalhar em análogas trincheiras, não foi na guerra da restauração, iniciada alguns anos depois, que tais calos se lhe formaram, mas na guerra contra os holandeses no Brasil, donde Brás Garcia acabava de chegar.

¹ V. T. X, 98-101.

Dista da Estrella huma só jornada
 De terra muyto plana, & dividida
 Por ribeiras, das quais he retalhada
 E quatro Rios, de que está fendida.

Impressionáva-o aqui muito

..... a formusura
 Graciosa, & dilatada entre estas serras²;

e que razão de sobra tinha para isso o nosso poeta, pode aquilatá-lo qualquer pessoa que por aqui passe, e tenha olhos para vêr e alma para sentir.

Os panoramas dos altos, em geral, são vastos e muito variados no desenho e nas tonalidades de côr. Suba qualquer apreciador das belezas naturais, nas primeiras horas da tarde dum dia límpido, a serra da Moita pela estrada nacional n.º 12, e ao chegar ao alto, entre os quilómetros 51 e 52 de Coimbra, desvie-se um pouco para Sul pela cumeada da serra, até ao marco geodésico. Quede-se ali, e contemple o panorama que por todos os lados o cerca. Sente um verdadeiro deslumbramento.

Daqui avista toda essa enorme bacia, limitada ao longe pela linha irregularíssima de serranias, cujos dentes recortam vivamente o horizonte. As serras da Estrella, do Colcurinho, de S. Pedro-do-Açôr, Castanheira, Gois, Louzã, Buçaco, Caramulo, Monte-de-Muro e Lapa constituem as curvas mais salientes dessas trincheiras naturais, que contornam o horizonte vastíssimo; dentro delas as terras dilatam-se acidentadas em ondulações, que vistas lá de cima se esbatem e se tornam suaves, dando à majestade soberana e grandiosa do panorama um tom de serenidade e tranquillidade que encantam o espirito.

Impregnada de luz azul, a atmosfera difunde esta côr, em tons de intensidade muito variada, por toda a paisagem, até aos planos mais afastados.

É a região cortada por *quatro rios*, como diz o poeta: Vouga, Dão, Mondego e Alva; e por uma rêde de menores cursos de água ou *ribeiras*, que em grande número regam os terrenos, e confluem para os rios. Succede freqüentemente, algumas manhãs, ver-se esta enorme bacia sulcada sinuosamente por ténues filetes de nebrina, a

¹ V. T. II, 125-126. — ² V. T. II, 129.

marcarem os leitões dos rios e ribeiras: como se a paisagem estivesse pintada em quadro gigantesco, e alguém se entretivesse a traçar sobre elle a rede hidrográfica.

Brás Garcia passou muito por toda esta vasta região: nela observou e admirou belezas que o impressionaram, e alguns quadros pintou, singelos e desprezíveis, de aspectos da natureza colhida em flagrante. Apontemos um para exemplo.

Nesta região a paisagem, nalgumas tardes ao pôr do sol, apresenta uma côr fantástica, entre purpúrea e violácea, como nunca observei em nenhuma outra parte. Quando os últimos raios do sol, incidindo horizontalmente, banham suaves a serra da Estrêla e montes conjuntos, aquella chega a dar-nos a impressão de uma enorme ametista, beijada carinhosamente pela luz. Isto succede principalmente na proximidade dos equinócios, épocas em que o pôr do sol é seguido dum crepúsculo brevíssimo. É este fenómeno que o poeta canta na estância seguinte:

Confusos vencem a aspereza, quando
Chegava Phebo aos campos Neptuninos,
Sobre os quais pulveroso está lavando
Os fios de ouro em vasos cristalinos:
Delles sanguineo a luz adelgaçando
Cobria a serra de átomos sanguinos,
Com que já seu crepusculo metia
A tregoa breve entre a noite, & o dia¹.

Mas nem tudo aqui é belo e aprazível; nem sempre a beleza e alegria são apanágio destas terras. Há dias de inverno duma tristeza e monotonia deprimentes.

No Solstício vernal negava o dia
A face Delia aos olhos, que a buscavão:
Rayos, trovões, celeste artelharia,
Com ventos, & com chuvas se alternavaõ.
Toda a serra de neve se cobria,
E de nuvês os montes se embuçavão,
Porque grandes se vem em dias breves
Ventos, chuvas, trovões, nuvês, & neves.

Não acha a cabra que roer na serra,
Nem tem a ovelha que tosar no prado,
Nem o cavallo que fazer na guerra,
Nem o boy que entender cõ o curvo arado!

¹ V. T. 1, 112.

Nem pode a mulla andar de terra em terra,
Que tudo tem o Inverno embaraçado,
Porque debayxo estão de colmo & telhas
Mullas, cavallos, boys, cabras, & ovelhas.

Arde o braseyro, a chaminê fumea,
Esta aqueuta o comer, aquelle o jogo:
Carvão se busca, lenha se grangea,
E quem logo a não acha, o sente logo.
Com trabalho, melhor se negocca
O sustento do corpo, que o do fogo,
Que a cada qual avisa que lhe tenha
Braseyro, chaminê, carvão & lenha.

Dom Catarro accomete muyta gente,
Dom Pleuriz com algũa se agasalha,
Dona Colica dá tão de repente,
Que faz afigurar logo a mortalha:
Dona Tristeza reyna geralmente,
Que como tão geral o Dom se espalha,
He Dom do Inverno pôr consigo á meza
Pleuriz, Catarro, Colica & Tristeza ¹.

Quando, porê m, os rigores do inverno se atenuam, e desperta a natureza com os primeiros sorrisos primaveris, tudo muda, e a alegria volta com o labutar agricola.

Já cada qual de canto em canto anda,
Buscando as esquecidas ferramentas,
Que vay considerando, & pondo á banda,
Gastadas hũas, & outras ferrugentas:
Quais aguçar, & quais renovar manda
Nas de Vulcano horridas tormentas,
Que se em tormenta há vento, fogo & agoa,
De agoa, de vento, & fogo, consta a fragoa.

Quem o estreyto Alveão, & a larga Enxada
Encaba, a cunha aguda rebatendo,
E quem no curvo Arado a renovada
E proveytosa Relha està metendo;
Quem novo Carro faz, quem nova Grada,
O ferro de perdiz entremetendo,
E quem o torto Jugo, inda advertido
Do Tiraño, que já tinha sofrido.

Já de Ceres a não vay navegando
Com seu Piloto ao leme, que prudente,

¹ V. T. vi, 12-t5.

Os velhos rumos outra vez aspando,
 Governa o leme a porto differente :
 Brandindo o mastro vay de quando a quando
 Sobre as velas, que esteyraõ lentamente
 Seu raso, & natural Mediterraneo
 Que estereliza, ou abunda o anno.

Grita o provido velho a seu visinho
 Que se erga, que he manhã, que vã ligeyro
 A dar ao pobre campo o brando linho
 Com o ruyvo tremez seu companheyro.
 Seus legumes semca o póbresinho,
 Sustento seu, barato, & verdadeyro,
 Com que vive mais sam do Sol tostado,
 Do que o rico, achacoso, & regalado.

Cuydadoso prepara o bruto neto
 Da coyxas as hortas, com que se desvella ;
 Dos frescos bosques ao pastor de Admeto
 Dá salva a enamorada Philomella ;
 Bayla o cabrito, brinca o potro inquieto,
 Sorrisse o prado, brinda a fonte bella,
 Zephyro luta derrubando as flores,
 Tudo campestre allivio de cultores ¹.

*

De 1632 a 1640 residiu Brás Garcia habitualmente em Avô. ¿ Que fez êle durante êsses oito anos ?

Bento Madeyra de Castro, fonte quâsi exclusiva a que os biógrafos posteriores teem recorrido, diz muito pouco, e isso mesmo contém graves inexactidões ². Os outros, bordando fantasias sôbre essas informações inexactas, mais se afastam da verdade.

Sanches de Frias corrige um disparate de Costa e Silva ³, e um êrro vulgarizado por Camilo Castelo Branco, assentando pela primeira vez que foi em Travanca-de-Farinha-Pôdre, diocese de Coímbra, e não em S. Salvador de Travanca, bispado de Viseu, como inventara o grande romancista, que se deu uma brigã violenta e muito falada, em que foi protagonista o nosso poeta ⁴.

Vejamus se algum passo mais se pode avançar.

¹ V. T. VI, 19-23. — ² Doc. CXII.

³ SANCHES DE FRIAS, *O poeta Garcia*, p. 43, nota.

⁴ *Ibid.* p. 45.

Sem dúvida que pode. Encontramos esparsas pelo *Viriato Trágico* algumas notas biográficas relativas a este período da vida do poeta, que não teem sido devidamente aproveitadas. As mais importantes encontram-se no canto xv. É o *sonho de Viriato*, ao qual já temos pedido muitos outros traços auto-biográficos importantes.

O pastor do Herminio, vencedor dos romanos em várias batalhas e escaramuças, indo passar o outono às faldas da sua serra, adormeceu um dia no local onde muito mais tarde veio a erguer-se a vila de Avô. *De hum grave sono transportado, sonha estranhezas*, que o poeta *a contar se anima*¹. Penetra com vista profética as idades venturas, e depois de presenciar muitas cousas que viriam a succeder na série dos tempos, vê surgir ali mesmo, onde estava dormindo, a vila de Avô com os seus *tres edificios sumptuosos, Ponte, Castelo, Igreja*, fundações de D. Dinis.

Continua a visão, tendo por objecto Avô: e, entrando agora o próprio Brás em scena. Viriato

Moderno filho, com mesagra nova
De pedra, vê que tolda a veloz prata,
Com que de hum lado à Patria, que renova,
Novo arrabalde facilita, & ata.
Vê, que restaura tudo, o que se approva
Por mais difficil, & que em fim resgata
A fabrica dos templos, que de velhos
Os faz logo luzir, como huns espelhos.

Repara mais, & vê, que anda cantando
Em numerosos versos seus louvores
Entre jardim, que fez, de quando a quando
Tosando as murtas, & compondo as flores.
Cuyda, que está com elle conversando,
E que a seus rôgos conta os disfavores,
Que a fortuna lhe faz, entremetendo
Os successos do Reyno; assim dizendo².

Viriato ouve em seguida o poeta contar-lhe a sua vida até ao regresso do Brasil, narração que é já nossa conhecida. Escutemos agora com o pastor do Herminio a continuação da narrativa auto-biográfica do poeta beirão.

Sobre nove annos de importuna ausencia
Torno a gosar da Patria desejada,
Como quem sobre larga penitencia

¹ V. T. xiv, 110. — ² V. T. xv, 25-26.

Se absolve da censura reservada :
De importancia lhe foy minha assistencia,
Pois está com mais obras illustrada,
Que dá mais honra ao que a Patria zela,
Accrescentala, que morrer por ella.

Sete annos festejey (cousa hê notoria)
Juntando nestes valles cortes bellas,
Porque o Monarcha da celeste gloria,
Quarenta horas cada anno assistio nellas.
Dura, & hà de durar sua memoria,
Pella parte que às Musas tocou dellas,
E por outros applausos grandiosos,
Que inda estão repetindo eccos saudosos.

Mas nem bom zelo da inveja escapa,
Que hê geral esta furia de Cocyto,
E em terra não muy grande trazer capa
Mais limpa, que os mais limpos, hê delito :
Este só desdourar querendo o mapa,
Romper da Emulação, o sobescrito,
Que donde está, se occulta cedo ou tarde
Se ergue qual fumo, se qual fogo arde.

O vêrme a quietação restituído
Me fazia encolher, & sofrer tudo,
Que descanso em trabalhos adquirido,
O não deve arriscar nenhum sésudo.
Por outra parte vendome offendido
De lingoas, seus doces com ferro agudo
Rasgo com mais rigor, do que propunha ;
Sem propor, rasga a espada, que se empunha.

Eysme julgado ao touro de Perilo
Do vulgo, pello feyto, ou desterrado
Ao berço occulto do longinquo Nilo,
Por tambem ter a Nênese violado.
Mas sem perturbação, & sem asylo,
Da rezão, & de Amigos ajudado,
Desmentir pude o monstro susurrante,
Que o vulgo he sempre Astrologo ignorante.¹

*

Analisemos de vagar esta interessante narrativa. Segundo ella, os oito anos foram bem aproveitados pelo poeta em illustrar, bene-

¹ V T. xv, 62-66.

fiar e honrar a sua terra natal. Pondo de parte a modéstia excessiva, Brás Garcia gaba-se de que a sua *assistência foi de importância* para a vila de Avô, que *está com mais obras ilustrada*; e, cōscio da sua benemerência, formula, como vimos, o conceito:

Que dá mais honra, ao que a Patria zela,
Acrescentala, que morrer por ela ¹.

E ¿ que acrescentamentos, que obras, que illustrações foram essas? Vamos vê-lo.

*

Meses depois de chegar a Avô, quando achou momento oportuno, realizou uma ostentosa solenidade religiosa, a das quarenta horas, assim chamada porque durante êsse tempo se conserva a Eucaristia solenemente exposta à adoração dos fiéis. Segundo o costume das grandes solenidades religiosas, foram concomitantemente organizados festejos profanos e diversões, fazendo-se convites a quanto havia de distinto na provincia da Beira; assim Avô, durante três dias, assumiu o aspecto de uma *côrte bela*. A poesia teve, como era de esperar, grande quinhão nas festas, fazendo o nosso poeta composições adequadas a celebrar o *Monarca da ceeste glória*, cuja visita e assistência era assim solenizada. E, gentil como êle era para o belo sexo, ¿ porque não havia de misturar o estro profano com o sacro, cantando os atractivos de algumas *formosas filhas do Alva*, que andassem com seus encantos e beleza abrillhantando a festa?

A solenidade das quarenta horas repetiu-se daí em diante todos os annos até 1639, promovida e custeada sempre por Brás Garcia, que dela era mordomo e festeiro; e nunca afrouxou, nesses sete annos, do esplendor com que fôra celebrada a primeira. Intervenham sempre *as Musas* em larga escala, e havia muitos *outros aplausos grandiosos*, que mais tarde eram memorados *com saũdade* pelos que haviam tido a dita de assistir a tão esplêndidas festas.

O poeta diz:

Sete annos festejey (cousa hê notoria)
Juntando nestes valles cortes bellas ²;

não se deduza porêem desta afirmação que a festa deixou de se cele-

¹ V. T. xv, 62. — ² V. T. xv, 63.

brar, findos os sete anos. Nestes versos fala dos festejos em que êle foi o planeador, agente, e director, em que foi prôpriamente o festeiro; de 1630 em diante a festa continuou a fazer-se, à custa dos rendimentos que Brás Garcia, como instituidor, para isso estabeleceu; mas as occupações e cuidados do poeta não o deixaram continuar a ser êle mesmo o mordomo, e por isso a solenidade perdeu o primitivo brilho. Decorridos muitos anos, em 1690, ainda Madeyra de Castro escrevia: — *Aqui instituiu, & celebrou cõ versos a festa das 40. horas, ã hoje logramos em Avô*¹.

*

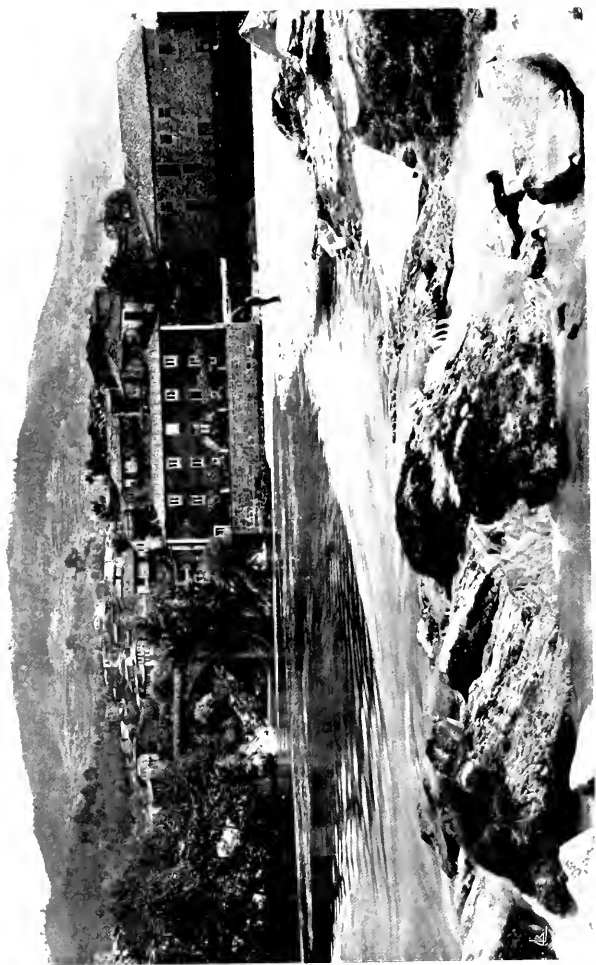
Velha ponte lançada sobre o Alva² ligava a povoação de Avô à encosta, que do outro lado do rio lhe ficava a Norte, onde se erguia a igreja matriz. Mas por Sul e Oeste o Moura constituia um fôssô natural, fácil de vadear³, é verdade, em todo o tempo que não houvesse enchente, mas que entretanto embaraçava as communicações com os povos daquela banda, entre outros Anceriz, Cerdeira, Vila-Cova, Coja; e mais afastados Folques, Arganil, Gois e Pombeiro.

Era de grande vantagem para a vila a construção duma ponte sôbre êste rio. Foi esta a primeira obra de grande vulto que Brás

¹ Doc. CXII.

² Na estampa fronteira vê-se bem nitidamente à esquerda do espectador essa ponte, por cuja única abertura passa o Alva, ao entrar no lago. Encontram-se na cobertura da estampa, indicados por algarismos, os lugares seguintes: — 1) Outeiro na margem direita do Alva, sôbre o qual fica a igreja, que a fotografia não abrange; — 2) Esplanada onde assentava o castelo; — 3) Ponte sôbre o Alva; — 4) Casa dos Figueiredos, representantes de um ramo dos Madeiras Arrais de Avô; — 5) Casa de Marcos Garcia, onde residia o poeta; — 6) O Pêgo.

³ Diz-se que dêste facto é que provêm o nome de Avô, dado à povoação que em tempo dos romanos se fundou junto dêste vau (*ad uadum*). É verosímil, e a transformação de *ad uadum* em *a vou* → *Avôo* → *Avô* conforma-se perfeitamente com as leis fonéticas. Entretanto não tenho elementos bastantes para afirmar categoricamente que assim fosse, e — *a posse ad esse non ualet conclusio*; sendo porêem certo que a forma *Viao*, que se diz apparecer em antiqúissimos documentos a designar êste lugar, longe de prejudicar, corrobora aquella hipótese. O mais antigo documento meu conhecido, em que se nomêia esta povoação, é o foral dado por D. Sancho I no ano de 1187; as alegações que vejo feitas a documentos anteriores, não as posso verificar, por isso não as discuto agora. No mencionado foral nada menos de cinco vezes se lê o nome da localidade, *auoo* ou *avoo*, que perfeitamente se harmoniza com a hipótese referida.



Garcia empreendeu e realizou à sua custa: *mesagra de pedra, que tolda a veloç* agua do rio Moura, espelhada como *prata*, e com a qual *facilitou e atou à Pátria um novo arrabalde*.

Mesmo em frente da casa de habitação dos Garcias de Mascarenhas, da outra banda do Pégo e confinante com êste, havia um terreno que pertencia à familia do poeta, cujos bens continuavam indevisos. A ponte foi construída precisamente no local em que o Moura entra no lago, e ficou ligando directamente o terraço que circunda a casa com o tal terreno fronteiro, onde Brás Garcia tratou logo de plantar e cultivar o seu jardim. Sitio realmente privilegiado; e não seria fácil ao poeta encontrar outro, onde tantos encantos se reúnissem. Hoje abandonado, com os muros derruidos, parte escalavrado pelas enchentes, parte invadido pelas areias e cascalho do rio, ainda lá conserva dois velhissimos ciprestes, que a tradição popular aponta como plantados pelo próprio Brás Garcia; e bem pode ser que a tradição corresponda à verdade ¹. São, pois, em tal hipótese, duas testemunhas do cuidado e amor com que o nosso poeta cuidava do aformoseamento daquelle *jardim que êle fez*. Ali passou muitas horas, durante largos anos, conversando com os amigos, fazendo as suas leituras, *de quando a quando tosando as murtas e compondo as flores*; lá produziu muitas das suas composições poéticas.

¿ Que outras obras faria Brás para embelezar o seu querido Avô ?

De muitas não nos ficou memória especificada; encontramos apenas no poema referência genérica a obras difíceis e de importância. Viriato, no seu sonho, *vê que êle, o moderno filho de Avô, restaura tudo o que se aprora por mais difícil*.

Por último chamam a sua atenção a igreja e capelas da vila, que uma pela sua vetustez, as outras pelo seu mau estado de conservação, precisavam de restaurações e reformas.

Havia em Avô, além da igreja paroquial, que era, como já disse, do princípio do século xiv, algumas capelas, tais como a venerada ermida de Nossa Senhora do Mosteiro, a capela de S. Miguel junto do castelo, e a de Santo Antão no adro da matriz. Não sei em quais realizaria obras:—na matriz com certeza; na capela do Mosteiro probabilissimamente; na do castelo (de que hoje só restam as pa-

¹ Vid. estampa fronteira à pág. seguinte.

redes), o retábulo e o arranjo interno, se são exactas as recordações que conservo, eram do meado do século XVII, e por isso não ultrapasso o campo das probabilidades supondo que ali andasse a iniciativa, dinheiro e direcção de Brás. Quando eu entrei pela primeira vez, haverá uns 35 anos, nesta última capela, ainda o altar com o seu retábulo estava completo, conservavam-se restos da pintura, mas a imagem do padroeiro já havia sido removida para a igreja paroquial, onde ainda se conserva. O letreiro pintado por cima do altar

HVNDE HOC MIHI VT MATER DÑI VENIAT AD ME

indicava que, embora o titular do pequeno templo fosse S. Miguel Arcanjo, ali se venerava também a mãe do Baptista, ou se comemorava a visitação da Virgem.

Caições, pinturas, douramentos dos retábulos, tudo o que contribua para o maior embelezamento e lustre dêsses santuários, mandou Brás fazer; e depois, desvanecido a olhar para a sua obra, estava no direito de se gabar, que resgatara

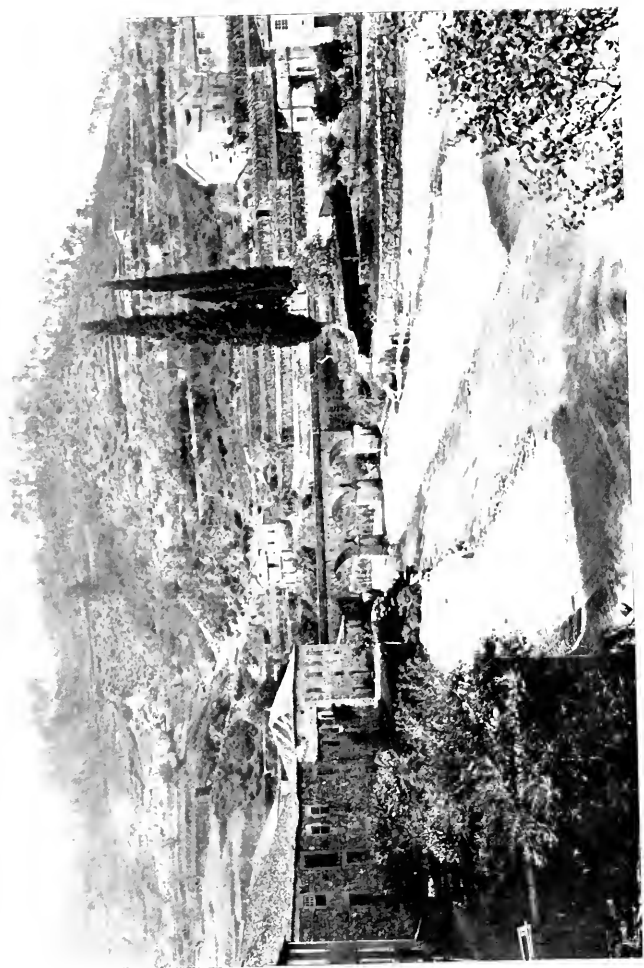
A fabrica dos templos, que de velhos
Os faz logo luzir, como huns espelhos ¹.

Duas capelas porém foram construídas de novo por Brás Garcia ²,

¹ F. T. xv, 25.

² Vêja-se, na estampa que acompanha esta página, a casa de Brás com o seu terraço, e bem assim o local fronteiro, da outra banda do lago, onde arranjou o jardim, e onde se vêem os dois majestosos ciprestes, a que aludo na pág. antecedente, e as duas capelinhas conjntuas, a de S. Brás e a de Santo António. Lá se notam ainda bem visíveis os encontros da antiga ponte, para cá da ponte actual. Eis o que se vê digno de nota nesta estampa, com as indicações numéricas da cobertura: — 1) Casa de Marcos Garcia; — 2) Casa reedificada há pouco no local onde moderadamente se supunha que fora a residência de Marcos Garcia; — 3) Ponte moderna de Santo António, construída um pouco além do local onde estivera a de Brás Garcia; — 4) Capela de Santo António, mudada do Picôto para aqui; — 5) Capela de S. Brás, edificada pelo poeta; — 6) Terreno onde Brás fez o seu jardim; — 7-8) Encontros da ponte construída pelo poeta; — 9) O *Pégo*.

— Tinha dois arcos essa ponte mandada fazer por Brás, e conservou-se até aos princípios do século XIX. Desabou com uma enchente do rio, não sei em que ano, lançando-se então uma ponte de madeira sobre as ruínas da de pedra. Haverá meio século, mandou a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital reconstruir a ponte de Brás Garcia, com os seus dois arcos, aproveitando os antigos encontros e fundamentos; mas volvidos anos desabou de novo, a 8 de setembro de 1878. Foi depois construída pelas Obras Públicas um pouco acima a que ora lá existe, para dar passagem à estrada distrital n.º 106.





simultâneamente, bem próximas, e à vista uma da outra: no seu jardim uma dedicada ao Santo do seu nome; no *Picôto*, pequeno ilheu granítico que surge no lago, outra tendo por titular Santo António.

Quanto à de S. Brás tenho razão para supor que foi construída aí por 1635, quando o Dr. Manuel Garcia, deixando o priorado de Travanca, veio residir permanentemente para Avô. Com esta mi-

núscula ermida satisfez Brás a devoção que consagrava ao santo do seu nome, obviou à comodidade de seu irmão, que escusava de ir mais longe para celebrar a sua missa quotidiana, e deu satisfação à prosápia da sua familia tendo capela privativa, com capelão graduado e qualificado. Depois da morte do poeta, continuou Manuel Garcia a usufruir como sua a capela de S. Brás, onde dizia missa habitualmente; e a 30 de março de 1660 obrigou-se o padre Pantaleão¹, em confor-



Recanto das duas capelas conjuntas, de S. Brás e de Santo António, vendo-se a porta de entrada da de S. Brás.

midade com um contrato préviamente celebrado entre todos os irmãos e irmãs que ainda viviam², a fazer entregar ao convento do Buçaco, *por morte do Padre o Doutor Manuel Garcia, . . . hum Calix de prata com mais ornamento que tem em assua capella de Avô*, a fim de ficarem servindo na capela de S. José, na igreja daquelle convento.

Pelo que diz respeito à capela de Santo António, não tenho encontrado no documentos nenhuma referênciã à época da sua edificação

¹ Doc. XCI. — ² Doc. LXXXIX.

nem ao fundador: mas sendo ela mudada da sua situação primitiva, a meio do lago, para junto da de S. Brás, ficando as duas a formar um só edificio, e tendo-se aproveitado nesta mudança os materiais,



Altar e imagem da capela de S. Brás.

sucedeu que as cantarias da cornija da de Santo António se adaptaram tão perfeitamente às que existiam na de S. Brás, que parecem uma continuação delas: o que é inexplicável, a não aceitarmos a hipótese que as duas capelas foram construídas ao mesmo tempo, e as cantarias ali aparelhadas pelos mesmos pedreiros, cingindo-se aos mesmos moldes. Em ambas as capelas terminam as pilastras por um pedestal, encimado por uma pirâmide. Há, porém, entre as duas a diferença

de ser bastante maior a de Santo António, e de ter a porta rectangular, enquanto a de S. Brás a tem de arco.

Do que fica exposto se conclue que Brás Garcia era generoso, que não se retraia de gastar, e gastar à larga, os meios que tanto lhe haviam custado a grangear, dispendendo-os em festas de que não colhia proveito, em obras que não eram suas, mas da povoação, e em melhoramentos de propriedades que pertenciam, não a êle, mas indevisamente à familia. Isto, se por um lado mostra o génio desinteressado do poeta, por outro revela-nos que êle não tinha ideia de se casar, não pensava em constituir familia própria. Pois se até o jardim, em que despendera tantos cuidados, amor e actividade, onde erigira a capelinha ao santo do seu nome, e que era servido

pela ponte que tão grossa soma lhe custara, ;êsse mesmo não era propriedade sua! Vemos, 25 anos depois da morte do poeta, e quando eram já falecidos os irmãos, as duas últimas irmãs sobrevivias considerarem êsse jardim, já então transformado prosaica e utilitariamente em horta, não como propriedade dos filhos de Brás, mas pertença comum delas, como já o fôra também dos outros irmãos falecidos ¹.

Estou a ver que o desgosto que tivera com os seus primeiros amores lhe radicara no espírito o propósito de não casar; e como os irmãos seguiam a vida clerical, e as irmãs solteiras já não mudariam de estado, os bens de toda a família passariam para os filhos de Feliciano, aos quais a casa paterna, abastada como era, bem chegava para viverem na abundância, sem precisarem do que lhes viesse de Avô. Por isso podia êle gastar o que era seu, como lhe aprouvesse, sem fazer reservas e sem dar satisfações a ninguém.

Parece-me ser êste o propósito e pensar do nosso poeta, no período de que nos ocupamos.

E mais convencido fico da realidade desta minha suposição, ao vê-lo mais tarde, depois de casado e pai de filhos, esfaltar-se a justificar e exaltar os que trabalham por *ilustrar com obras* a pátria, chegando até a afirmar que maior mérito há em acrescentar com melhoramentos a sua terra natal, do que em sacrificar a vida por ela. Deixa-nos a impressão de que, ao escrever isto, discutia mentalmente com alguém, de pensar adverso, que o contraditava.

¿Quem seria êsse contraditor desconhecido, a quem êle queria inculcar esta doutrina? ¿Seria a consciência, que principiava a dar-lhe rebate de que deveria ter sido mais previdente e econômico, preparando a seus filhos uma situação desafogada e independente? ¿Seria o receio de que mais tarde os próprios filhos o acusassem de esbanjador, querendo êle antecipadamente justificar-se dessa possível acusação, para êle bastante dolorosa?

Bem pode ser tudo isto.

*

Neste período de oito anos é que o estro poético de Brás Garcia

¹ «E assim mais huma orta que está por baixo da ponte nova, à porta de Sam Brás, que parte com o Rio Alva, e casal de Antonio Francisco». — *Escritura de instituição de vínculo feita por Isabel Garcia e Antónia Garcia a 27 de janeiro de 1681.* (Doc. CVII).

se tornou mais produtivo, cultivando o nosso poeta as Musas em horas e dias de repouso que passava em Avô. Com excepção do *Viriato Trágico*, são dêste período quasi todas as composições que deixou coligidas em volumes, e de que nos dá conta o seu biógrafo Madeyra de Castro.

Pena é que êste benemérito fidalgo, que muito bem conhecia êsses volumes, não tivesse a lembrança de, à custa de suas grandes rendas, editar todos êsses cadernos de variadas rimas e assuntos, como fez ao livro que continha a epopeia, e que êle, no seu critério patriótico, considerou a mais preciosa joia do talento do poeta, e *morgado de sua affeição*.

Mas lamentar não é censurar. Só louvores e agradecimentos são devidos à memoria de Bento Madeyra de Castro, sem o qual nem um único verso possuiríamos de Brás Garcia, cuja memória se teria esvaído completamente.

Não conhecendo, infelizmente, essas poesias, registemos aqui ao menos a indicação sumária que delas faz o illustre biógrafo, que compulsou e leu os volumes manuscritos que as continham. Ei-la:

— *Celebrou cõ versos a festa das 40. horas, q̄ hoje logramos em Avô;*

— *festejou muytos Santos cõ Comedias, que ainda existem pera credito de seu engenho;*

— *mais deu à luz hum Tomo de Sanctos, & Remanses varios, dignos de aureos caracteres, que da sua letra hoje existem;*

— *sobre tudo suspira nosso affecto por hũ Tomo, que cõpoz quando se voltou do Brasil, intitulado Ausencias Brasilicas, pois nesses copiosos cadernos, que durão, nos excita as saudades do que quasi gastou o tempo, & o descuido.*

Mais tarde diremos qual o destino que teve toda essa bagagem literária, que existia quando Madeyra de Castro escreveu o seu *Breve resumo*¹ para publicar à frente do *Viriato*; bagagem que entretanto já se achava a êsse tempo bastante depauperada pelo descaminho que haviam tido muitas composições, por culpa do *tempo* e do *descuido*.

*

Mas longas horas de aborrecimento devia êle também passar, es-

¹ Doc. CXII.

pecialmente naqueles feíssimos dias de inverno, e nos intermináveis serões respectivos, quando o frio, o vento, a tempestade cá fora se fazem sentir duramente, não permitindo sequer que se deite a cabeça à janela ou à porta. Aproveitava nesses dias a reclusão forçada, *cantando*, isto é, compondo os seus versos¹; mas não podia estar sempre em convívio permanente com as Musas, e tinha necessidade de outras diversões domésticas.

Então vinham os amigos, ora uns ora outros, juntando-se para a conversa e para as partidas de jôgo.

Lá dentro, na cozinha, as senhoras e as criadas aqueciam-se de volta da fogueira, contando contos de mouras encantadas e de princesas cativas, e ao mesmo tempo iam vigiando as panelas e caçarolas, onde se preparava a refeição. Na sala o velho Marcos Garcia, que não abdicava dos seus direitos patriarcaes no seio da familia, fazia as honras da casa aos amigos de seu filho; e estes, sentados ao redor da clássica braseira de cobre, conversavam, e deleitavam-se a ouvir as narrativas animadas e interessantes, que Brás fazia das suas aventuras, ou a recitação de algumas das suas poesias.

Depois trazia-se uma pequena mesa, que se collocava sôbre a braseira. Dispunham-se as cartas, e começava a partida de jôgo. Não é fantasia nossa, mas noticia dada pelo poeta, ao dizer-nos que no inverno

Arde o braseyro, a chaminé fumea,
Esta aqueuta o comer, aquelle o jôgo²;

e mostra-se-nos familiarizado com a terminologia então usada pelos jogadores de cartas, que êle applica ao jôgo de armas:

Que em jôgo de Armas, que tão mal se aparta,
Todos perdem por mais, & menos Carta.

Como quem a Primeyra està jogando,
Que com reinvide o do invite empenha,
E o ponto mostra em que ganhou cachando,
Porque quando tiver jôgo, lha tenha;
Cuyda que pouco, & pouco o vão picando
Pera que a reinvidar o resto venha,
E tão medroso em tais invites se acha,
Que mais lhe ganha o que mais lhe cacha.

Vendo os cabos, que perde, & não bravea,
Cada qual lhe faz hum, & outro assinte;

¹ V. T. xv, 104. — ² V. T. vi, 14.

Mas quem no jogo muytas mãos cachea,
 Mais perde em hũa, do que ganha em vinte.

.....¹

A certa hora interrompia-se a jogatina, porque uma criada viera anunciar que estava a ceia pronta.

Lá iam todos então para a lareira, onde crepitava um fogo alegre e vivo. Dum e outro lado da fogueira havia duas mesas estreitas, cobertas de alvas toalhas de linho, sôbre as quais se enfileiravam os pratos e copos, e fumegavam as caçarolas, exalando aroma apetitoso, capaz de tentar qualquer anacoreta. A meio de cada mesa pousava solene um grande pichel de estanho, cheio de magnífico vinho da região. Bancos de madeira se estendiam entre as mesas e as paredes, onde os convivas se sentavam com os pés chegados ao lume.

Fazia-se honra à ceia, que decorria alegre. Brás Garcia associava-se aos amigos, comendo bem e conversando muito expansivamente; mas às libações báquicas dos comensais correspondia bebendo água. Do vinho apenas apreciava o aroma.

O vinho velho sempre hé mais cheyroso,
 Dos corpos (não do meu) alegre amigo².

Opíparas e extensas eram essas ceias, segundo o uso daquele tempo, contrastando com a simplicidade e brevidade das antigas, contraste a que se refere o poeta:

Com Albano, & Lisías o convida
 Pera a cea, que estava preparada,
 Não como as de hoje splendida, & comprida,
 Mas como as de então breve, & moderada³.

*

Não se imagine que Brás Garcia viveu durante êsses oito anos em constante paz e sossêgo, gozando em doce tranquilidade ininterrupta as delicias de se ver amado, respeitado e admirado por todos, grandes e pequenos, como tinha direito a esperar. Não. Teve pelo contrário, na sua querida vila natal, épocas críticas de graves dissabores, desavenças e lutas, tanto mais estranháveis e dolorosas, quanto

¹ V. T. xviii, 52-54. — ² V. T. iii, 5. — ³ V. T. ii, 132.

mais injustas eram, traduzindo a vilíssima inveja de vizinhos, e a negra ingratição de beneficiados.

Apesar de nenhum dos biógrafos do poeta ter feito referência a tal facto, êle é certo e incontestável; mas pormenores não se conhecem, e temos de nos contentar com o que Brás nos diz no canto xv do seu poêma, em três estâncias consecutivas (64-66) das há pouco transcritas:

Mas nem bom zelo da inveja escapa, etc.

Até hoje tem-se suposto que estas estâncias se referem ao caso, muito falado e *memorando*, do priorado de Travanca-de-Farinha-Pôdre, de que vamos em breve ocupar-nos, ao qual o poeta consagra as estâncias 67-70, que a seu tempo transcreveremos; mas, lendo com atenção o texto, facilmente se verifica que êstes dois grupos de estâncias se referem a acontecimentos diversos, perfeitamente distintos. São duas narrativas de factos estranhos entre si, qualquer delas completa, principiando por um pequeno exórdio, em que o poeta diz qual a causa dos desgostos que vai narrar, e rematando pelo desenlace. Fazer das sete estâncias uma narrativa única dum mesmo facto, é querer remar contra o bom-senso para obter uma monstruosidade obesa, disforme, contraditória, ininteligível. Isto só se explica por inadvertência, por ligeireza de leitura. A narrativa que tem por assunto o caso de Travanca, apenas principia na estância 67:

Cuydava hum tempo, que nas mãos estava, etc.,

e nada tem com a anterior.

Vamos à primeira, que deixamos transcrita, e que refere factos passados em Avô no decorrer dêste período da vida do poeta.

*

Brás Garcia, segundo o que temos visto, logo que voltou do Brasil, principiou a ser a figura predominante, mais em evidência e destaque no pequeno meio avoense.

Surtem sempre nas terras pequenas ódios mesquinhos, invejas, malquerenças, contra quem se eleve acima do vulgar, ou do já consagrado tradicionalmente, quer êsse destaque provenha de talentos e virtudes excepcionais, de préstimos e serviços generosamente facultados, quer de meios de fortuna que o visado possua e fausto de que se cerque.

Começam logo a fervilhar à boca pequena os ditos picantes, as insinuações malévolas, as calúnias, a princípio propagadas a medo, ao ouvido da comadre e do vizinho, mas depois repetidas ao soalheiro, e por fim divulgadas. Atrás da calúnia vêm os seus frutos naturais: as desconsiderações, faltas de respeito, e até, quando chega o momento oportuno, o insulto soez cara a cara. A estas conseqüências naturais da difamação obsta muitas vezes o temor, quando no difamado há energia para se desafrontar.

Brás Garcia não estava imune de ser vítima de malquerenças. *¡Nem o seu bom zêlo escapou da inveja!* ; Pois se a humanidade é assim, cheia de mesquinhez, de maldades vis e ignóbeis!

E em terra não muy grande trazer capa
Mais limpa, que os mais limpos, hê delito!

As línguas víperinas foram insinuando o veneno; começou-se a rosñar a meia voz, e em breve era o poeta prevenido do que se dizia.

¿ Em que consistiam essas insinuações envenenadas, êsses ditos caluniosos? ¿ Donde partia a calúnia?

Não o diz o poeta, e nós, apesar de conhecermos um pouco a sociedade de Avô dessa época, não podemos indigitar êste ou aquele como inventor ou propagador da calúnia. É possível que nem o próprio Brás o podesse fazer, porque geralmente o caluniador é cobarde: faz o tiro, e fica escondido.

Quanto aos boatos, insinuações e acusações, é provável que fossem vários, e a êste respeito não é difícil formar conjecturas e hipóteses verosímeis, algumas até prováveis. Aqui vai uma. De certo não se esqueceram os inimigos de Brás Garcia de lançar suspeitas ou formular acusações concretas sôbre a legitimidade com que fôra grangeada no Brasil a sua fortuna. Era então, como é hoje, a sorte que espera quasi sempre na sua terra os que, saindo dela pobres para países remotos, decorridos anos voltam ricos, embora à custa de honrado e custoso trabalho. Parece-me que podemos aceitar, como hipótese muito provável, que esta seria uma das acusações caluniosas.

Mas houve outras; e duma dessas calúnias, que então se divulgaram, fui encontrar um eco tardio nos depoimentos das testemunhas no processo *de genere* para a ordenação de Tomás de Aquino, filho do poeta.

Correu o boato, que naquela época era cheio de perigos e conseqüências terríveis, de que Brás Garcia trazia nas veias sangue *infecto!* Era mil vezes peor ter a desgraça de ser conspurcado por

tal rumor, do que sofrer a acusação de ladrão, assassino, gafo, traidor ou empestado. Surgia logo a visão apavorante dos cárceres inquisitoriais, com todos os seus horrores e com todas as suas torturas, divisando-se lá ao fundo a pompa, diabólicamente tétrica, dos autos-de-fé; sentia-se desde então, como que impressa na fronte com um ferro em brasa, a nota infamante, muito mais ignominiosa do que a grillheta do condenado, que acompanhava a vítima até à morte, privando-a de todas as honras e distinções, de todos os cargos honestos, de que eram excluídos os que tivessem sangue *de infecta nação!*

Invocando-se remeniscências, já quasi apagadas, de leves rumores que em tempos antigos tinha havido, espalhou-se que Leonor Fernandes, que viera das bandas de Tomar, e casara com Henrique Madeira Arrais, fidalgo avoense, era *mourisca*. Trazer nas veias sangue *de judeu, mouro, mulato, ou de qualquer outra infecta nação das condenadas em direito*, era a suprema ignomínia; e o povo, no seu fanatismo estúpido, na sua maldade reles e boçal, não fazia indagações, contentava-se com o mais leve boato, e sentia vil prazer ao arremessar às faces de alguém o supremo insulto, que consistia no epíteto de *judeu*.

Brás Garcia, pela linha materna, era 3.^o neto daquela Leonor¹.

Ninguém certamente se atreveria a chamar-lhe *judeu* cara a cara; quem tal fizesse receberia resposta adequada, pronta e sem réplica. Mas a murmuração, a calúnia vil e traiçoeira, lavrava na sombra, a alastrar anónimamente, sem que a ninguém pudesse exigir-se a responsabilidade.

Chegou porém o momento em que alguém, num golpe de ira, se fez eco dêsse boato, arremessando o epíteto de *judeu* ao padre Simão Madeira, o vèlhinho ermitão de Nossa Senhora do Mosteiro, tio-avô materno de Brás. Êsse alguém, que, olvidando as suas relações e a sua posição social, impensadamente cometeu tal desatino, era um amigo de infância de Brás, o padre Roque Dias de Matos², que então exercia a parochialidade em Avô. Expiou a sua leviandade. Foi como réu chamado aos tribunais, e, intimado a provar o que dissera, alegou o rumor corrente. Fez-se a prova em contrário a êsses rumores, e o padre Roque foi condenado como caluniador³. Certa-

¹ *Esq. geneal.* III.

² Vid. pág. 25, nota.

³ Transcreverei do depoimento de Bento de Paiva, testemunha no mencionado processo *de genere*, a passagem seguinte: — «... disse elle testemunha que sendo

mente por trás do velho padre Simão, que figurou como autor, estava Brás Garcia a promover o andamento do processo, para não perder esta boa ocasião, que se lhe oferecia, de purgar a sua familia e castigar a calúnia.

*

¿ Mas o que fazia ostensivamente Brás Garcia, enquanto os rumores iam engrossando e as calúnias se propagavam?

Durante algum tempo não fez nada. Dissimulava, fingia-se desconhecedor dos boatos que corriam, por evitar maiores inquietações, pois de trabalhos estava êle bem escarmentado. Além disso, repito, o caluniador, com toda a sua vileza e cobardia, tem o condão de ferir, ocultando a mão que vibra a arma traiçoeira, e inutilizando assim qualquer tentativa de desfôrço.

Mas um dia a paciência esgotou-se-lhe. Houve qualquer ofensa directa e pessoal, hoje impossível de determinar. Não sei em que consistiu o agravo, mas sei que foi de língua, e que partiu de pessoas a quem bem podia exigir-se responsabilidade.

Brás Garcia não esteve com hesitações. Castigou; mas castigou *com mais rigor do que propunha*. ¿ Como? Ignoro-o, pois o poeta apenas diz, na sua linguagem figurada:

..... seus doces com ferro agudo
Rasgo com mais rigor do que propunha;
Sem propor, rasga a espada, que se empunha¹;

vigairo da igreja de Avó Roque dias de mattos tiuera duuidas com o padre ermitão Simão madeira e lhes chamara christão nouo (*outras testemunhas dizem que fora iudeu o termo injurioso*) de que elle lhe leuou huma iniuria e prouou ser christão uelho e o dito vigairo desia que no dito Simão madeira auia a dita Raça por decender de huma mulher que uiera de Tomar que chamauaõ a Regateira da qual tambem era decendente o dito bras gracia mas ele testemunha sabe que o dito Brás gracia tinha tres irmãos clerigos e hũ frade e elle era caualleiro professo da ordem de Sam Bento por donde a dita fama ser falsa e o dito ordinando e seus ascendentes serem christãos uelhos como dito tem». — (Doc. XCVI).

Ainda hoje existe no Arquivo Nacional da Torre do Tombo o processo de habilitação para familiar do Santo Offício de António Madeira, presbitero, licenciado em Cânones, filho de António Madeira e de sua mulher Isabel Mendes, de Viseu, e neto paterno dos referidos Henrique Madeira Arrais e Leonor Fernandes (vid. *Not. geneal.* II, 15; — *Esq. geneal.* II, 19). Lá aparece também o rumor e fama de que esta sua avó era de sangue mourisco, apurando-se judicialmente a falsidade de tal boato (cf. pág. 16, nota 4).

¹ V. T. xv, 65.

expressões em que se me afigura descortinar que o castigo infligido machucou muito gravemente as prosápias de grandeza e nobreza dos culpados.

O que é certo é que essa desafronta ofendeu bastante e irritou os sentimentos do vulgo, que deu razão aos caluniadores, e se manifestou tão hostil ao poeta, que, se pudesse, o sentenciaria a morte tormentosa. ;E era essa mesma rústica plebe que poucos anos antes, logo após o regresso de Brás, se quedava junto dos caminhos a contemplá-lo em admiração encolhida e respeitosa! ;Sempre a mesma inconstância de sentimentos na eterna criança!

Pela sua parte o castigado, ou os castigados, deram-se por ofendidos, e chamaram aos tribunais Brás Garcia, que se viu mais uma vez obrigado a dar à justiça contas do que fizera. E, ao que parece, o caso era sério.

Desta vez, porém, o poeta não se perturba, nem se homizia. Apresenta as suas alegações, e, *da razão e de Amigos ajudado*, consegue saldar as contas com a justiça, e desmentir o *monstro sussurrante*, que outra cousa não é o vulgo, no dizer de Brás. Mas ficou sabendo melhor, e ainda à sua custa, o que eram os processos forenses, e quanto tempo, paciência, cuidados, energia e dinheiro absorviam.

No poema mostra-se familiarizado com a linguagem do foro, quando, com acentuado mau gosto, põe na bôca de Viriato, perante o cadáver de Apimano, as palavras seguintes:

De tua morte me mostras a devaça
Com trinta testemunhas a teus lados;
Justo hê que conclusa se me faça,
Pera ir proceder contra os culpados:
Tinta serà seu sangue, & penna a Maça,
Com que hão de ser à morte pronunciados,
Pera emmenda de tão infame excesso,
Pagando Roma as custas do processo ¹.

Refere-se noutro lugar a boatos,

A que ainda nos processos chama
O Vulgo, & Ley «pública voz, & fama» ².

¹ V. T. VI, 100. — ² V. T. VIII, 74.

Revela que não morre de amores pela gente que intervêm nos processos forenses, e inveja as antigas idades da Ibéria, quando

Tudo era quietação, simplicidade,
 Descanso, riso, amor, paz, & justiça
 Em breve feyta aos poucos aggravados,
 Por falta de Escrivães, & de Letrados¹.

Queixa-se, finalmente, dos mesmos letrados, que no maior número dos casos desencaminham as partes, poucas das quais são bem aconselhadas:

Quais os Anjos custodios, & os dñados
 A nossos bens, & males se avizinham,
 Tais hoje em pleytos, bons, & mãos Letrados
 Nos encaminhão, & desencaminhão.
 Muy poucos são os bem aconselhados,
 Muytos os que seu mal não adivinhão,
 Etc.....².

*

Algumas modificações se deram na família do poeta durante estes oito anos.

Elena Madeira faleceu por fins do ano de 1634 ou princípios de 1635, e o doutor Manuel Garcia, pouco depois da morte da mãe, deixa o seu priorado de Travanca, e vem nos fins do verão dêste último ano para Avô, viver na companhia de seu velho pai.

O padre Pantaleão passou do curato de Almassa para Travanca, na qualidade de cura e encomendado, a substituir o irmão. Mas em fins de 1636 o doutor Manuel resigna a igreja no Pantaleão, que passa a denominar-se *Prior encomendado* durante os primeiros meses de 1637; e desde junho em diante, talvez depois que chegasse de Roma a bula de colação, passou a assinar-se simplesmente *Prior de Santiago de Travanca*.

No ano lectivo de 1634-1635 andava o Francisco Garcia em Coimbra a frequentar as Escolas menores da Universidade³, habilitando-se para se matricular em qualquer das Faculdades maiores. Durante o mês de fevereiro dêste ano correu em Avô o processo *de genere nita et moribus* para a sua ordenação, e na quaresma compareceu

¹ V. T. I, 61. — ² V. T. XIII, 11.

³ Vid. pág. 116, e nota 5 à mesma pág.

êle na igreja do colégio de S. Bento, que hoje pertence ao Liceu de Coimbra, e ali recebeu das mãos do Dom Abade beneditino, o insigne teólogo e humanista Fr. Leão de S. Tomás, a prima-tonsura e os dois primeiros graus de ordens menores. Depois eclipsa-se, e não mais torna a figurar, nem nos assentos universitários, nem no registo paroquial de Avô, nem nos processos arquivados na Câmara Eclesiástica. ¿Morreria êle? Não. Fez-se frade; era a sua vocação. Consta-nos êste facto do depoimento duma testemunha de Avô, no processo para a ordenação de Tomás de Aquino¹, a que fizemos referência há pouco. ¿Em que convento professaria? Tenho indagado êste ponto, mas nada pude até hoje descobrir; suspeito entretanto, fundado em razões ponderosas, que seria no dos carmelitas descalços do Buçaco. Assim explico as relações, tão íntimas e frequentes, que desta época em diante manteve a família dos Garcias de Mascarenhas de Avô com aquele convento, às quais voltarei a referir-me mais tarde.

A respeito do Matias Garcia tenho de informar que andou até ao fim de 1637 a esquivar-se de iniciar a sua carreira eclesiástica, à qual se destinara, embora para ela não sentisse vocação. Só em dezembro dêste ano, tendo já quasi 31 de idade, é que lá se resolveu a começar a ordenação, apresentando-se a receber a prima-tonsura e os dois primeiros graus de menores, que lhe foram conferidos na sexta feira, 18 do dito mês, pelo Dom Abade de S. Bento, que então era Fr. Paulo da Natividade, na referida igreja do seu colégio. Os graus de exorcista e acólito foram-lhe conferidos na igreja do colégio de S. Bernardo, em Coimbra, pelo Abade-reitor do colégio Fr. Luis Moniz, no sábado 27 de fevereiro de 1638. E assim ficou minorista por bastante tempo, mostrando pouca vontade de ascender às ordens sacras.

*

Uma outra modificação se dava entretanto, não na família, mas na alma de Brás Garcia.

Duríssimo fôra o golpe que lhe vibrara ao coração a mão de uma dama, e a ferida sangrara largo tempo; mas, diz o povo:— *Não há mal que sempre dure, nem ferida que não cure.* Os desvarios da mocidade haviam passado, eram hoje como se não ti-

¹ Doc. XCVI.

vessem existido. A sua honestidade e honradez inquebrantável faziam com que nem pelo pensamento jámais lhe passasse a tentação de erguer uma vista condenável para a sua antiga namorada. Ela casara, ligara-se a outro homem, e a Brás repugnavam absolutamente

Adulterios lácivos, & treydores,
Da casta honestidade violadores⁴.

Além disso, o aspecto da mulher que na mocidade o desorientara, com a beleza e elegância actualmente perdidas, deformada pela maternidade, cercada dum rancho de filhos, cuidando muito prosaicamente no govêrno da casa de seu marido, não era de molde a reavivar-lhe o fogo da paixão, e deve ter-lhe produzido o efeito do rio Letes, apagando do seu espirito quaisquer fugazes remeniscências platónicas dos desvários da mocidade. Mas não imaginava que as graças de outra mulher ainda podessem vir agitar as cinzas, que pareciam apagadas para sempre, e atear nova fogueira.

Entretanto êste fenómeno inesperado deu-se, e não tardou isso muito.

Quando Brás regressou do Brasil, no rancho dos filhos de D. Maria Madeira da Costa, havia, como deixamos dito, uma menina, a mais velha, que já contava 14 anos de idade.

Era muito gentil e formosa.

Alta e elegante, tinha o rosto grácil e belo, e a pele assetinada de um branco de marfim. As faces rosadas animavam a alvura do rosto, e uma opulenta cabeleira loura, com o tom do ouro antigo, lhe aureolava a cabeça elegante e esbelta. Eram os olhos da côr das safiras, de expressão dôce e suave; e sôbre êles se arqueavam, delicadas e subteis, as sobranceiras, que por um capricho extravagante da natureza eram pretas. Realçava êste conjunto de graças um ar sonhador, de tristeza e melancólica poesia, que ainda mais lhe aumentava os atractivos e belezas.

Chamava-se esta formosa menina D. Maria da Costa.

Vejamos agora o retrato que dela nos deixou o poeta com o nome de Clóride, pseudónimo com que êle a disfarçou, como adiante veremos. Verificar-se há que o esbôço, que acabamos de traçar, é exacto.

⁴ V. T. XIII, 13.

Em base de esmeralda ¹ ebúrnea assenta
 Columna ², que se Dorico não teve
 Capitel, sobre o Quínico ³ sustenta
 Doricas ⁴ trenças, rubicunda neve,
 Safiras, sutiis Ebenos, que ostenta
 Grande thesouro Amor em campo breve,
 Se pobre de prazer, não de belleza,
 Que hà rostos, a quem dà graça a tristeza ⁵.

Brás atentou nela logo desde o principio; que uma jovem com tais predicados não lhe podia passar despercebida. Mas as suas relações com a familia de D. Maria Madeira deviam ser muito cerimoniaes, pois entre esta dama e o poeta nunca se extinguiram completamente as antigas antipatias; por isso teria êle poucas occasiões de se aproximar de D. Maria da Costa, de a apreciar de perto, e de se deixar impressionar vivamente pelos seus atractivos.

Mas o diabo tem sempre meio de tecer as suas partidas.

Não sei como, nem em que circunstâncias: ; um belo dia Brás Garcia de Marcarenhas, com grande surpresa sua, reconheceu que se achava de novo apaixonado!

Temos fixada pelo poeta a data em que isto se deu. Foi em 1635, no terceiro ano depois do seu regresso; contava então Brás 39 anos de idade, e D. Maria 17. Quando declinava o ano de 1645, em um dos compassos de descanso que a guerra lhe deixava, escrevia o poeta:

Dez anos há, que não me desenredo
 De Amor, & de justiça, que se liga

¹ A verde alcatifa toda entretecida de azuys, brancas, vermelhas, & amarellas Boninas, — em que estava Clóride.

² O corpo de Clóride.

³ Capitel quínico não me parece que faça sentido. Deve ser um dos muitos erros da edição. Talvez o nosso poeta escrevesse *climaco*, como sinónimo de *corúntio* (de CALÍMACO, criador do capitel coríntio), por ser, dos capiteis das diversas ordens, o mais elegante e gracioso. A lembrança é do distinto prof. e meu amigo, o sr. A. Augusto Gonçalves; aqui a registo, como hipótese verosímil.

⁴ Neste verso o adjectivo *dórico* é empregado pelo poeta num sentido muito particular, inteiramente diverso do que tem no 2.º verso da estância. Acolá conserva a significação usual — pertencente à ordem de architectura denominada *dórica*; aqui quer dizer — semelhantes a ouro, ou que parecem de ouro. É um arranjo de frase infeliz e de mau gosto, em que o poeta se deixa ir atrás dos artificios gongóricos, que estavam em moda.

⁵ V. T. xiv, 49.

Cada qual contra mim, mais me enrêdo
 Se deyxar quero iã viscosa liga.
 Queyxa me não culpeis, culpay o enrêdo
 Que o Frecheyro tecêo da verde liga,
 Etc.....¹

¿ Quem nos diz, porêem, que êsses amores tivessem por objecto a gentil filha de João Manuel da Fonseca? Não é preciso ninguém dizê-lo; deduz-se da própria natureza dos factos.

Brás Garcia, ao escrever essa estância, estava casado muito de fresco com D. Maria da Costa, e não pode admitir-se que êle então se lembrasse de cantar os seus amores, que *há dez anos o traziam enredado*, se tais amores, que dá como subsistentes quando escrevia, não tivessem por objecto a que era sua mulher.

*

Preso por esta nova paixão, o poeta poria todo o cuidado em disfarçar e dissimular tal fraqueza, pouco desculpável na sua idade, já bastante afastada da juventude. Porque êle então não pensava, nem podia pensar, em contrair matrimónio com essa menina: se tal pretendesse, encontraria a recusa absoluta, desabrida e obstinada dos pais dela, especialmente de D. Maria Madeira, sua inimiga odienta.

Note-se além disso que ainda não tinham esquecido os antigos desatinos praticados pelo poeta, quando namorava D. Cecília. Êsse namôro fôra muito falado, causara escândalo no meio pequeno de Avô; que não murmuraria o povo se percebesse que Brás reques-tava agora uma sobrinha da sua antiga amada! Era a moralidade, era a honestidade pública, cheia de melindres, por vezes bastante hipócritas, que se sentiria ofendida e molestada, se tais amores se descobrissem. Tudo isto considerava o poeta, e por isso é que não descuraria nenhum meio de dissimular e encobrir a sua paixão.

E conseguiu realmente conservá-la oculta até depois de 1640; tão oculta no seu intimo, que, segundo creio, nem sequer a deixou advinhar, por algum tempo, à jovem que a despertara. Mas depois houve comunicação e troca de affectos, embora sem ultrapassar os limites da mais pura honestidade, e sempre envolvidos em denso mistério, e encobertos sagaz e cuidadosamente. Ê assim que me

¹ V. T. XII, 5.

parece que melhor se explicam e mais intelligíveis se tornam as palavras do poeta na estância transcrita, e em outras que a seu tempo transcreverei.

Embevecido na contemplação dos dotes e virtudes do objecto dos seus novos amores, extasiado na admiração de tantos encantos, exclamaria êle:

..... ô manifesta
 Vertude feminil do patrio Alva!
 Em que inda brilha a antiga honestidade,
 Como nelle do Sol a claridade¹.

Mas ¿ de que valia tudo isto, se Brás Garcia não tinha a illusão de jamais poder aspirar à mão desta menina? Devia procurar libertar-se dos leames daquela funesta paixão: êste o conselho da prudência, mas ¿ poderia êle?

Era a sua sorte adversa a manifestar-se mais uma vez. Cuidara, depois de tão agitadas aventuras, passar enfim vida feliz e descansada em Avô; vivera efectivamente em tranquillidade algum tempo: mas agora vê que todos os cálculos lhe falham, não mais espera repouso. Bem sabia êle

Que Amor hê, como azougue, que se chega
 A entrar em hum corpo, nunca mais sossega².

*

Já muito enfadado com os pleitos em que se vira envolvido, embora lhe houvessem sido favoráveis as sentenças, eis que de repente se encontra a braços com uma nova demanda, esta mais complicada do que as anteriores, e que é contada pelo poeta nas estâncias seguintes:

Cuydava hum tempo, que nas mãos estava
 Dos homens evitarem seus perigos,
 Mas vim a conhecer, que me enganava,
 E que tem, quem mais luz, mais inimigos;
 Alguns Amigos, que eu por tais julgava,
 Que poucos são já hoje os bons Amigos,
 Mal invejando possessaõ rendosa,
 De pacifica a fazem letigiõsa.

Pleyto de mixto foro nunca visto
 De Nemesse, correndo varias casas,

¹ V. T. XII, 31. — ² V. T. v, 129

Parou em força aberta, que eu resisto,
 Que hũa força com outra empata as vasas.
 Como de antes o mal tinha previsto,
 Com a rezão à soberba quebro as asas,
 A muytos com muy poucos destroçando,
 Caso raro na paz, & memorando.

Na Guerra os vi de menos sangue, & gente,
 Que em meu, & teu em cousas não muy claras
 A tanto obriga o litigar presente,
 A tanto chega o variar das varas,
 Sobre qual hà de ser o precedente,
 Avante passão com pendencias raras,
 Hũas me absolvem, outras me condenão,
 Penaõme algũas, & outras me depenão.

Em quanto retirado ¹ a causa provo,
 Se restaurão com subito estampido
 Reyno antigo, & legitimo Rey novo
 Em Querubico trono prometido.

..... ²

Era a revolução de 1 de dezembro de 1640.

Paremos aqui, deixando a seqüência para novos capitulos.

Eis em que consistiu este caso:

O padre Pantaleão Garcia, que se achava na posse pacifica e incontestada do priorado de Travanca, desde a resignação de seu irmão Manuel, teve necessidade de se ausentar; entregou a paroquialidade ao cura para isso escolhido, o padre João Fernandes, e partiu na primavera de 1638. ¿Para onde? *Para Roma*, diz o doutor Albino de Abranches Freire de Figueiredo, e após elle repetem-no outros. Como não sei onde o illustre reeditor do *Viriato Trágico* foi buscar aquella notícia, não me atrevo a accitá-la nem a rejeitá-la. A ausência foi demorada, e durante ella alguns *amigos*, que Brás *por tais julgava*, ambicionando aquella *possessão rentosa* ³, fizeram declarar vaga a igreja, e abrir concurso para o seu nôvo provimento.

¹ *Retirando* diz o livro, mas supponho haver aqui um dos numerosos erros tipográficos da edição. Brás, segundo creio, escrevera — *retirado*, isto é, fugido, escondido, para evitar ser preso.

² V. T. xv, 67-70.

³ Computavam-se comumente os rendimentos desta igreja em 220,000 réis (vid. *Portugal sacro-profano*, por PAULO DIAS DE NIZA, parte II, p. 260), o que, para o tempo, era uma renda importante; mas a realidade ultrapassava muito este cál-

¿ Qual o pretexto? Talvez o do abandôno do beneficio por parte do prior; ou, mais provávelmente, o de haver sido anti-canônica a colação no padre Pantaleão.

Esta igreja era um beneficio de livre colação, sujeito à alternativa. Segundo o mês em que vagasse, assim o provimento havia de ser feito, ou pela Sé Apostólica, ou pelo bispo diocesano. Bastava que o provimento fôsse feito pelo bispo quando a vacância se houvesse dado em mês reservado à Santa Sé, ou vice-versa, para ser nulo, devendo fazer-se nôvo provimento pela autoridade competente. Eram frequentes os processos de anulação de colações por êste motivo, e por vezes a política, dama já então muito ladina e irrequieta, não era estranha a êles. A família dos Garcias de Mascarenhas, que era toda patriótica, devia ser conhecida como afeiçoada à casa de Bragança; ¿ seria esta uma das verdadeiras causas que na sombra moveram a acção? É muito provável; havia entretanto neste caso circunstâncias complicadas, que o tornavam extraordinário, singular, difficil, *nunca visto de Nêmesse*.

culo. Para disto nos convenceremos, bastaria lançar os olhos para o doc. CXIV; temos, porém, outros elementos mais expressivos.

A 22 de janeiro de 1738, apresentou à autoridade diocesana de Coimbra o minorista João Pedro de Loureiro Castel-Branco uma bula, pela qual era provido nesta igreja, vaga pela resignação de seu tio, o prior Manuel Cardoso de Loureiro. Ficava o nôvo prior com o encargo de pagar a seu tio a pensão annual de 28 ducados e meio de ouro da Câmara e 3 júlios, moeda romana (50\$155 réis de moeda portuguesa), além de outra pensão, a que tinha direito o antigo prior reservatário padre António Martins Goulão, da importância de 22 ducados e meio de ouro da Câmara (39\$375 réis), ambas impostas sobre os frutos certos e incertos do beneficio. No processo de execução desta bula, as testemunhas inquiridas declararam que a igreja rendia, pela estimação comum, em frutos certos, 219\$750 réis, e em frutos incertos 310\$000 réis, pouco mais ou menos: ao todo 529\$750 réis em média. A redução da moeda romana à portuguesa encontra-se feita no processo, donde a reproduzo textualmente.

Em 1784 foi, pela resignação do precedente, provido nesta igreja o padre António Paulino Coelho de Mesquita, de Santar, com reserva da pensão annual vitalícia, para o resignatário, de 142 ducados de ouro da Câmara e 15 júlios (250\$000 réis), computando-se o rendimento total do beneficio, em média, na quantia de 242 ducados de ouro da Câmara e 15 júlios e meio (425\$000 réis).

Devemos porém considerar que os elementos fornecidos para êstes cálculos eram geralmente muito inferiores à realidade.

Os processos donde extrai estas notícias encontram se arquivados na Câmara Eclesiástica de Coimbra, maço de *Provimentos da igreja de Travanca-de-Farinha-Pódre*.

O que é certo é que o padre Pantaleão Garcia, durante a sua ausência, foi esbulhado do benefício. Afixam-se os editais da vacância, e abre-se o concurso.

Parece que tudo isto correu sem que os Garcias de Mascarenhas, de Avô, fossem prevenidos do que contra o irmão se tramava.

O prazo do concurso correu, e, satisfeitas as formalidades canônicas, um dos concorrentes foi provido no priorado.

Só nesta altura é que Brás Garcia é prevenido, e em nome de seu irmão vem imediatamente com embargos. Aqui se origina um *pleyto de mixto foro* para repelir aquele intruso, provando-se que o benefício estava canonicamente provido, e que por isso anti-canônico era o nôvo provimento: uma espécie de acção de esbulho, classificada entre as *causas mixti fori*, porque tanto os tribunais eclesiásticos como os civis tinham competência para conhecer de tais causas, sendo essa competência determinada pela *prevenção*. Aquele dos dois foros que primeiro tomasse conhecimento do facto é que competia proceder, e julgar a causa.

Quem conhece as tricas, os embaraços, as rabulices que modernamente envolvem e emaranham alguns processos judiciais, a ponto de tornarem por vezes quasi interminável uma causa, que de sua natureza parecia simples, não pode ainda assim fazer ideia do que eram essas peias e expedientes obstrucionistas nos processos, quer de um quer doutro fôro, no século xvii. Um labirinto inextricável, medonho, donde era difficilimo sair. Especialmente nos tribunais eclesiásticos, em que havia recursos em última instância para Roma, que por sua vez nomeava por breves *ad hoc* juizes apostólicos especiais, que julgassem cá em nome da Santa Sé, as complicações aumentavam, e as causas demoravam-se indefinidamente. Eis o que succedeu com êste pleito, que foi *correndo várias casas*, cheio de peripécias e *pendências raras*, fazendo-se nêle sentir muito a sucessão de juizes chamados a intervir, num repetido *variar das raras*.

Dêste modo se foi protelando a causa até maio de 1640.

Um belo dia é Brás Garcia prevenido que o prior intruso obtivera despacho, que lhe permitia tomar finalmente posse do benefício que usurpara, devendo essa posse realizar-se em determinado dia próximo; revestir-se hia o acto de toda a pompa festiva, havendo grande número de convidados para um banquete, que o prior daria nesse dia na residência paroquial.

Referveu o sangue nas veias ao nosso poeta, ao saber a notícia. Todo o fogo ardente e audacioso da mocidade, que outrora em

Coimbra o levara a arrebatar da bainha, ao carcereiro da Portagem, a espada, e, num impeto de louca temeridade, a *abrir caminho, qual leão rompente*¹ pelo meio da multidão adversa, evadindo-se dêste modo das garras da justiça, — todo êsse fogo, toda essa audácia revive num momento, e Brás resolve-se a conquistar à mão armada a justiça que os tribunais lhe recusam. O despacho dado não era irreformável; havia ainda lugar a recursos e apelações: mas a filosofia prática do seu espirito, e a larga experiência que tinha da vida, diziam-lhe que muito mau era que o intruso se apossasse da presa. Mais difícil seria depois obrigá-lo a largar.

Cala-se entretanto, e espera que chegue o dia apazado.

*

Descendo da serra da Estrela, os rios Mondêgo e Alva cavaram dois sulcos profundos e tortuosos, que lhes servem de leitões, e que de certa altura em diante seguem a directriz geral de E.-N.-E. a O.-S.-O.

A região interamnense, que êles limitam, vai estreitando pouco a pouco, à medida que avança para Oeste, até que repentinamente se vê cortada pelo Mondego. Êste, apenas recebe o tributo das águas do rio Dão, muda de rumo, e contornando para Sul em caprichosos lacetes corta abaixo da Raiva a passagem ao Alva, que já desde as proximidades de Arganil também tem modificado um pouco a sua directriz geral, abrindo caminho difícil e torturado para N.-O. em apertadíssimas e repetidas curvas e contra-curvas. Dêste modo o território limitado pelos dois rios tem a sua extremidade ocidental arredondada em bico de pato, a que o Alva até à sua foz forma o bôrdo esquerdo, e o Mondego o bôrdo direito até à foz do Dão, e daí até à do Alva o contôrno. Dentro dêste bico assenta a povoação de Travanca-de-Farinha-Podre, fronteira à Foz-Dão, afastada pouco mais dum quilómetro da margem do rio.

Encontra-se implantado êste povo numa região que, em geral, não merece grandes encarecimentos, nem pela beleza dos panoramas, nem pela fertilidade do terreno. Quem vem do S. ou S.-E. para Travanca, atravessa terras pobres e monótonas. Não há aqui nem altas montanhas, nem vales profundos ou extensos. O terreno é acidentado, sim, mas em ondulações maiores ou menores, que só de longe em

¹ V. T. vi, 82.

longe nos deixam descortinar largos horizontes, e que não nos encantam ao menos com o mimo de colorido intenso e variado de vales amplos, férteis e criamosos. São os altos, de ordinário, vestidos de matos raquíticos, em que predomina a urze, o carvalhiço, o tojo e a estêva, aqui e além manchados de pinhais, cujo tom verde aveludado não consegue apagar a impressão de tristeza, que a paisagem nos produz; os baixos, que o amanho agrícola tem aproveitado, são geralmente estreitos e pequenos, e a sua cultura tão pouco variada, que não chegam a ferir uma nota alegre de destaque na monotonia geral.

A povoação de Travanca, apesar de pequena, distingue-se notavelmente da região circundante por mais vida na natureza, mais variedade na agricultura, mais colorido na paisagem, que entretanto é muito limitada de horizonte. Aqui já não se amanham sómente os vales, mas encontram-se terras altas vestidas de árvores frutíferas, e de vinhas e cereais em abundância. A labuta agrícola faz-se cá sentir com bastante intensidade. Quem visita Travanca fica entretanto surpreendido ao ouvir dizer que o rio Mondego passa ali, a Norte, ao fundo daquele pinhal, e que a Foz-Dão, um sítio tão pitoresco, dista pouco mais dum quilómetro desta povoação. Nada nos pode fazer suspeitar a proximidade dum importante curso de água.

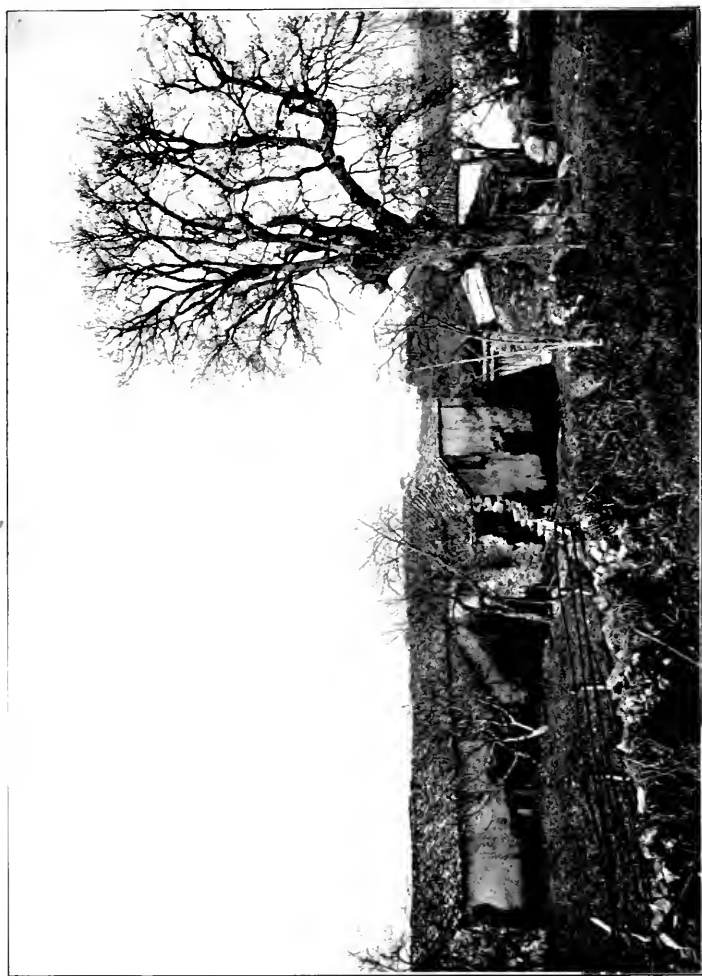
Alonga-se o povoado em extensa rua por uma lomba de terreno, em direcção de E.-S.-E. a O.-N.-O, sendo rematada por uma capelinha de Nossa Senhora dos Remédios; em uma elevação fronteira, a S.-O., distante cêrca de 300 metros, ergue-se a igreja de Santiago Maior, matriz da freguesia. Medeia entre as duas elevações um valeiro, bastante irrigado e fértil, que vai descendo para Poente, num pendor suave.

É interessante o agrupamento da igreja e seus anexos, acolá isolado no monte fronteiro a Travanca.

O templo é moderno, dos fins do século XVIII. Nada vi nêle que remonte ao tempo em que se deram os sucessos que havemos de narrar, a não ser uma imagem manuelina de pedra, e uns pequenos castiçais baixos de bronze, que são da época. Está o edificio quasi orientado, com a porta principal voltada aproximadamente para Oeste.

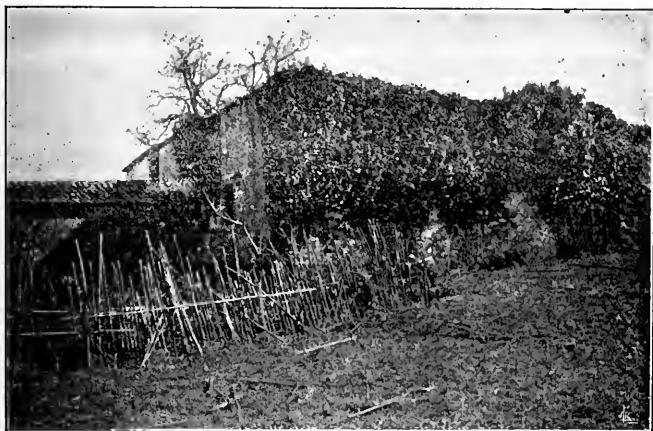
Ao lado direito da igreja, no pendor para o vale, é a parte do adro que serviu de cemitério; ainda ali se encontram um enorme buxeiro encostado a um recanto da igreja, e um tronco sêco de gigantesco azereiro, cercado de rebentos, que já de si são verdadeiras árvores. Não me custa muito a crer que estes dois macróbios vegetais





já tivessem sido testemunhas do extraordinário acontecimento que ali se deu em 1640.

Do velho presbitério, que ficava contíguo ao lado esquerdo do templo, o pouco que resta está em ruínas: — a casa do cura, a adega e celeiro, o espaço já desmoronado onde foi o lagar, e ainda o pátio e quaisquer casebres incaracterísticos destinados a casas de moços,



Presbitério de Travanca — Ângulo N.-O. da adega e da casa do cura.

abegoarias, etc. O que era propriamente residência do prior, foi demolido haverá dez anos, e reedificado segundo um novo plano, cortando-se-lhe nessa ocasião uma parte, para isolar o templo do presbitério. Anteriormente estavam unidos, havendo comunicação interna dum para outro.

Uma bela carvalha pluri-secular erguia-se majestosa a E. do edificio, em frente da porta do cura, e da do lagar, ensombrando com suas ramas parte da residência do prior; ainda hoje se conserva, embora já bastante mutilada, esta formosa árvore¹.

¹ Na fronteira estampa vê-se a carvalha, despida de folhagem, por ser inverno quando se tirou a fotografia. A primeira casa que se devisa, percorrendo a estampa da esquerda para a direita, é o celeiro e adega, e no espaço que existe à sua frente estava o lagar. Contígua é a casa do cura, à qual pertencem uma janela e a porta de loja que se vê na estampa, e cuja entrada está em ruínas. Ao lado o portão,

Chega o dia indicado para a posse e banquete do intruso prior de Travanca.

Brás Garcia, acompanhado de alguns amigos armados com as suas espadas, e provavelmente levando consigo alguns criados, bons jogadores de pau, munidos de cacetes, constituindo todos uma pequena guerrilha de *myr poucas* pessoas, saem muito em segredo de Avô pela madrugada, e percorrem, com as devidas reservas e cautelas, os trinta e tantos quilómetros que, pelos caminhos velhos, medeiam entre Avô e Travanca. Teem o cuidado de se desviar dos povoados e de evitar que sejam vistos. Chegadas a Travanca, cortam a direito em direcção à igreja, sem serem avistados da povoação, e surgem inesperadamente junto do presbitério, ao pé da carvalha que descrevemos.

O acto da posse litúrgica havia de realizar-se pela tarde, depois do banquete, e êste encontrava-se no seu auge. Aos ouvidos de Brás e dos companheiros chegavam as manifestações da ruidosa alegria dos convivas, e facilmente se notava que eram em número muitíssimo maior do que os que constituíam a guerrilha. Ouvia-se além disso o vozear da gente do povo e da criadagem, que do outro lado da casa, no pátio da residência e no contíguo adro fronteiro ao templo, enquanto esperavam pela festa da igreja, com seus folgares ruidosos iam fazendo côro aos vivas e brindes que partiam da sala de jantar.

Torna-se pois complicado o caso. Acometer toda essa gente, embora de surpresa, seria um acto de louca temeridade.

Mas era tarde para hesitações, e Brás não era homem que recusasse. Não espera por mais.

Como um furacão entram todos pela porta dentro, e de espada em punho uns, outros de cacetes erguidos, caem sôbre os convivas espadecendo-os e contundindo-os. Alguns conseguem saltar pelas janelas e pôr-se em fuga; outros resistem, mas debalde. Uma confusão medonha, um motim infernal. Pelo chão, por baixo da mesa, rolam corpos feridos gravemente, jazem outros sem movimento.

Alguns dos convivas haviam-se escapado do presbitério para a

que dá acesso por esta banda ao pátio da residência prioral. Esta fica por trás da carvalha; e lá ao fundo, na extremidade da direita, descortina-se o telhado e parede S. da igreja.

igreja, onde supuseram encontrar asilo inviolável. Faliu-lhes o cálculo. Ali mesmo foram feridos e espancados, ficando assim poluída a casa do Senhor, que *ipso facto* se tornou inapta para a celebração dos actos cultuais. Esta a explicação que tem o caso de encontrarmos nos últimos meses de 1640 fechada ao culto a igreja paroquial de Travanca, e os officios divinos, que nela deviam realizar-se, a serem celebrados na igreja de Farinha-Podre, hoje S. Pedro de Alva.

Quando toda a resistência dentro de casa tinha acabado, os agressores descem ao pátio, para dali e do adro *rarrerem* a população e criadagem. Então é que iam mostrar a sua valentia e a sua agilidade e perícia no jôgo do pau os caceteiros do rancho, que levariam deante de si centenas de pessoas que lá estivessem. ? Mas quê? Não encontraram ninguém. O pavor tinha-se apoderado de toda essa gente. Apenas ouviram os primeiros gritos de sobresalto e dor, acompanhados do tenir de ferros na sala de jantar, apenas viram os primeiros fugitivos saltarem das janelas e pôr-se ao fresco numa carreira desordenada, um pavor colectivo se apoderou deles, e, não esperando o próximo momento de entrarem em função, deixaram o adro e o pátio desertos, num abrir e fechar de olhos.

Eis reconstituída nos seus traços gerais, em face do poema e dos documentos, a scena sangrenta, em que foi protagonista Brás Garcia, e na qual *houve mortes & feridos* ¹. Assim mostrou o nosso poeta que debaixo da capa de sisudez, ponderação e bonomia em que se embuçava, e apesar dos sinceros desejos e propósitos de viver em paz, sossêgo e quietação, chegado o momento crítico, ainda nêle existia o estôfo do antigo espadachim; o fogo e viveza da juventude desperjavam com facilidade.

E, depois disto passado, longe de se arrepende da violência praticada em momento de paixão, faz pelo contrário alarde da proeza, revelando além disso a circunstância agravante da premeditação.

Explica, é verdade, a razão que teve para assim proceder, dando ao pleito judicial uma solução sangrenta. A parte contrária andava em tudo de má fé, e dos tribunais não conseguiu êle que se lhe fizesse justiça; teve por isso de recorrer a êste processo, único que encontrou eficaz. Nos tribunais moeram-lhe a paciência com subterfúgios, incidentes, evasivas, recursos, sentenças contraditórias; destas, se uma o absolvía, outra o condenava, se agora era *penado*, logo ficava

¹ Doc. CXII.

depenado. Por fim vê o usurpador ir ocupar o benefício roubado a seu irmão; é nesta altura que resolve lançar mão do meio violento. Faz justiça por suas próprias mãos, como último recurso.

*

¿ Haverá elementos cronológicos suficientes para precisar a época em que êste facto se deu ?

Temos alguns indícios, que reunidos nos habilitam a determinar aquela época. Ei-los:

A 28 de setembro de 1639 e a 10 de maio de 1640 achava-se Brás Garcia em Avô, muito tranqüilo e sossegado, a intervir em actos públicos: naquele dia apadrinhou no baptizado duma criança ¹; neste foi testemunha dum casamento ². Ainda se não tinha homiziado: a scena de Travanca é pois posterior.

Algumas semanas depois, a 4 de junho, ainda era cura de Travanca, e como tal aparece a dar licença a outro sacerdote para assistir a um casamento, o padre João Fernandes ³, a quem o padre Pantaleão, ao sair, deixara encarregado da paroquialidade, e que depois lhe foi infiel bandeando-se com os seus inimigos, pois a declaração de vacância e o concurso para provimento da igreja não se podiam ter realizado sem êle ser disso conhecedor, sem ter até colaborado no processo. É quasi certo que estaria no banquete do intruso, e seria talvez o incumbido de lhe dar posse; a não ser que fosse êle o próprio prior intruso, hipótese que se não pode inteiramente pôr de parte. A permanência pois dêste cura a paroquiar a freguesia é prova de que a 4 de junho ainda se não havia dado o caso *memorando*.

A 8 de setembro falece nesta freguesia, no lugar do Paço, Domingos Fernandes, a quem foi conferido o sacramento da penitência pelo padre Manuel Gonçalves, cura da vizinha freguesia de Oliveira do Cunhedo, o da Eucaristia pelo padre João Alves Brandão, de Galizes, e o da extrema-unção *pelo rd.º prior Pantaleão Garcia* ⁴. Ainda no mesmo mês, em dia indeterminado, morreu Sebastião Pires, que apenas recebeu os sacramentos da penitência e extrema-unção, ministrados ambos *pello rd.º prior Pantaleão Garcia* ⁵. No seguinte

¹ Doc. XXXV. — ² Doc. XXXVI.

³ C. S. — *Reg. paroq. de Travanca-de-Farinha-Podre*, vol. 1, cad. 4, fl. 147 v.º.

⁴ C. S. — *Reg. Paroq. de Travanca-de-Farinha-Pôdre*, vol. 1, cad. 4, fl. 148.

⁵ *Ibid.*

mês de outubro, a 8, morreu sem sacramentos Manuel, filho de Baltasar Fernandes, da Portela ¹.

Vê-se pois que já por ali andava nesta época o padre Pantaleão, e já ia absolvendo e ungindo os fregueses que necessitavam dos últimos socorros sacramentais.

Mas nenhuns outros sacramentos se ministravam na freguesia, além destes *in extremis*. Depois de entrado o verão de 1640, o primeiro baptismo que se celebrou na igreja de Travanca foi a 15 de janeiro de 1641, e o primeiro casamento a 4 de fevereiro.

Os que morriam sepultavam-se, é verdade, na igreja ou no adro, na forma costumada, depois de feita a encomendação, provavelmente em alguma capela do lugar; mas os officios fúnebres *de bem d'alma* ou paroquiais fazia-os, por determinação do bispo-conde ², que ao tempo era D. Joane Mendes de Távora, na igreja paroquial da freguesia de S. Pedro de Farinha-Pôdre, o ex-cura de Travanca padre João Fernandes.

Registo paroquial não se lavrava. Mais tarde, em 1641, é que o pároco encomendado João Alves Brandão lavrou por atacado vários assentos relativos aos meses anteriores, sôbre notas incompletas que conseguiu reunir.

Conclusões a tirar destes factos: — O caso *memorando* de pancadaria tinha-se dado antes de setembro. A igreja, que, segundo dissemos, comunicava internamente com a residência do prior, achava-se *poluta*, cessando portanto ali todos os actos do culto, até se proceder à sua *reconciliação* litúrgica. Uma única vez que durante este período se ministrou na freguesia a um moribundo o sagrado Viático, certamente não foi trazido da igreja, donde a Eucaristia deve ter sido removida logo após o desacato sacrílego.

Tendo voltado da sua viagem, o padre Pantaleão já em setembro, como que às escondidas e quasi furtivamente, ia absolvendo e ungindo

¹ C. S. — *Reg. Paroq. de Travanca-de-Farinha-Pôdre*, vol. 1, cad. 4, fl. 148 v.º.

² Transcrevemos os assentos lançados por letra do padre João Fernandes no livro dos óbitos de Travanca:

— «fis dous officios em farinha podre pella alma de Bastiam Píz desta freigesia por ter licença do srõ Bispo e morrer em tempo q̄ estaua apresêtado por ele».

— «fis dous officios pella alma de d.ºs frz desta freigesia em farinha podre por licença do sñr bispo».

— «fis dous officios pella alma de m.ºl filho de balthesar frz da portella ẽ farinha podre por ter licença».

(C. S. — *Reg. paroq. de Travanca-de-Farinha-Pôdre*, vol. 1, cad. 7, fl. 121).

um ou outro moribundo, segundo refere o registo paroquial exarado mais tarde; mas por outro lado o padre João Fernandes, que êle ao partir tinha deixado a paroquiar Travanca, cessara de ser cura, saíra até da freguesia, mas ia fazendo na vizinha igreja paroquial de S. Pedro de Farinha-Pôdre os officios por alma dos que faleciam em Travanca, declarando que o fazia porque o falecimento se dera quando ainda durava a *sua apresentação*, e *por ter licença do srõ Bispo* para isso. Lançava entretanto no livro dos óbitos de Travanca notas de cumprimento dos sufrágios, o que nos mostra que ainda conservava em seu poder êste livro do registo paroquial, apesar de confessar que já não era pároco, e apesar de residir noutra freguesia. Pelo seu lado o padre João Alves Brandão, querendo depois lavrar os assentos dos óbitos dêsses mesmos, sufragados em Farinha-Pôdre mas falecidos e sepultados em Travanca, viu-se forçado a lançar êsses assentos no livro de registo dos casamentos, por não ter o dos óbitos, que lá estava em mão do padre Fernandes.

Tudo isto nos revela a confusão e anormalidade que se seguiu á violência comandada por Brás Garcia.

Aparece-nos alguns meses depois, em 1641, nôvo presbítero a paroquiar a igreja de Travanca com o título de encomendado: o mesmo sacerdote que já em setembro de 1640 andava com o padre Pantaleão Garcia a ministrar sacramentos aos moribundos, e que, depois de encomendado, teve a solicitude de lavrar o registo paroquial relativo aos meses decorridos desde a saída do padre João Fernandes. Precisamos de saber quem era aquele novo pároco, porque a determinação da pessoa projecta bastante luz sôbre o caso que nos ocupa. O padre João Alves Brandão era de Galizes, e a 22 de junho dêste mesmo ano havia na Universidade de Coímbra recebido o grau de bacharel em Cânones¹, interrompendo, para ir tomar conta desta igreja, a sua formatura, que só veio concluir com o respectivo acto a 4 de maio de 1642². Tinha êste eclesiástico relações estreitas de amizade e de próximo parentesco com os Garcias de Mascarenhas de Avô, e devido a isto se deu êle por suspeito quando, alguns anos mais tarde, sendo vigário geral em Coímbra, foi nesta qualidade chamado a julgar um processo, em que era reu o padre Matias, irmão de Brás Garcia³. O seu aparecimento pois,

¹ A. U. — *Autos e graus*, vol. 32, l. 1, fl. 45. — ² *Ibid.* l. 3, fl. 36 v.º

³ Vid. Doc. LXXXV, *Libelo apelarório*, pág. (59), *Pr.ª* 3.

como encarregado da paroquialidade, mostra que se tinha operado uma mudança radical. Eram já os Garcias de Mascarenhas que influíam no govêrno da igreja de Travanca.

É portanto indubitável que o padre Pantaleão estava reintegrado no seu benefício, embora não reentrasse na efectividade normal do cargo senão um ano depois, em 1642. A escolha do padre João Alves Brandão para encomendado fôra já feita por êle.

Em virtude do exposto concluímos: a scena violenta de Travanca deu-se entre junho e agosto, isto é, no verão de 1640.

*

Vejamos agora o epilogo do drama.

Foi bem mais satisfatório do que era de esperar.

O intruso, que nunca pude descobrir quem fôsse, ou morreu na briga, ou ficou possuído de tal medo, e tão escarmentado, que não pensou mais em possuir o pretendido benefício; e o padre Pantaleão, que, estando ausente, fôra completamente estranho ao desenlace violento, achou-se súbitamente livre de quem lhe contestasse mais o seu direito, e fácil lhe seria agora obter dos tribunais que lhe reconhecessem a sua justiça.

Nada devem ter sofrido os companheiros que auxiliaram o poeta na empresa. Juntaram-se e partiram clandestinamente, sem nada transpirar em Avô; e em Travanca não eram conhecidos. A existência de cúmplices fâcilmente se provava; e mas quem eram êles? Naquele tempo havia facilidade em se ocultarem aos olhos vendados da justiça cousas claríssimas; não seria pois difícil dispor tudo por forma, que não viesse a identificar-se nenhum dos companheiros de Brás.

Este porêm é que pagaria por todos. A responsabilidade era quási exclusivamente sua. Não podia dissimular, e não dissimulou.

A prudência mandava que, antes de mais nada, se homiziasse; e depois, bem escondido, tentaria então organizar a sua defesa.

É o que faz.

Não foge; mas finge fugir, e esconde-se na própria *Pátria*, isto é, na vila de Avô, ou ali próximo.

Poucos meses porêm dura o homizio.

Não tarda a raiar o dia 1 de dezembro. Rebenta em Lisbôa a revolução patriótica, que sacode o jugo castelhano, e aclama rei de Portugal o duque de Bragança.

A notícia chega a Avô ao fim duma semana, e Brás Garcia, deixando o seu esconderijo, corre à capital a pôr a sua espada, já experimentada, à disposição da causa patriótica.

Passa-se uma esponja sôbre o crime de Travanca, e o nosso poeta principia então uma vida nova.

VI

Capitão e governador

Contra todos os cálculos da gente mais ponderada, triunfou o brio e audácia dos portugueses, exactamente quando parecia estar prestes a consumir-se irremediavelmente o plano de D. Gaspar de Guzman, conde-duque de Olivares, que buscava pretexto para a aneção definitiva de Portugal à corôa de Castela, como simples província daquele reino. Portugal em tal hipótese teria, sob Felipe IV, a sorte que em tempo de Felipe II coubera ao reino de Aragão.

A tirania esmagadora do poderoso ministro do rei castelhano, dispondo dos dois secretários de estado de Portugal, Diogo Soares em Madrid e Miguel de Vasconcelos em Lisboa, se por um lado exacerbava e molestava os espíritos e assim provocava a revolta, por outro ia destruindo a nação, conculcando os seus direitos, foros e privilégios, esmagando-lhe sem contemplanções os brios, consumindo-lhe as energias, esgotando-lhe as riquezas e aniquilando todos os elementos de vida e resistência que ainda nela restavam.

«Antiguo era el disgusto, diz em sua linguagem elegante o autorizado e insuspeito D. MODESTO LAFUENTE¹, tan antiguo como la conquista de aquel reino hecha por Felipe II, con que los portugueses sobrellevaban la pérdida de su independencia, y su sumisión al cetro de los reyes de Castilla. Este disgusto y esta impaciencia, natural en un pueblo con razon orgulloso de haber sabido conquistar su independencia, de haberla conservado muchos siglos, y de haberse hecho con ella una grande y respetable potencia, sólo hubiera podido templarse, y andando el tiempo desaparecer, si los monarcas castellanos y sus gobiernos hubieran sabido con la justicia, con la política, con la prudencia y con la dulzura, hacer del pueblo conquistado un pueblo

¹ *História general de España*, t. xi, pág. 312, Barcelona-1888.

amigo y hermano. Mas ya antes de ahora hemos visto que no fué este por desgracia el camino que nuestros reyes siguieron. Al fin Felipe II procuraba encubrir disimulada y artificiosamente la opresión en que tenía á los portugueses, y la falta de cumplimiento de algunas de sus más solemnes promesas. Felipe III habia mirado con cierto indolente desdén y despego á Portugal: una sola vez estuvo en aquel reino, y valiera más que no hubiera estado ninguna. La conducta de Felipe IV y del ministro Olivares, lejos de ser la que hubiera convenido para ir borrando las antiguas antipatías de pueblo á pueblo, lo fué muy á propósito para avivar cuanto más para extinguir los odios entre dos naciones, ambas soberbias, y altivas, pero conquistadora la una, conquistada la otra, la una opresora y la otra oprimida. La obra de la unidad ibérica se habia hecho en lo material: la unidad moral, la unidad política, la unidad fraternal no se habia realizado, y cuando esta unión no se realiza, facil es de augurar el divorcio de dos pueblos».

Em meio de suas tribulações, o povo português dirigia olhares esperançosos para o duque de Bragança, em cujas veias corria sangue dos antigos reis de Portugal. Por vezes foi instado o duque D. João para que se collocasse à frente duma revolta patriótica contra o domínio castelhano, ou, pelo menos, para que consentisse que o movimento revolucionário tivesse por objectivo o ser collocada na sua cabeça a corôa de D. Afonso Henriques e de D. João I; mas a prudência calculada e fria do duque não o deixava arriscar as imensas riquezas da sua casa, a sua liberdade, e quiçás a própria vida, em tal aventura, que provavelmente descairia em resultado infeliz e trágico.

A revolta popular, que rebentara em Évora no ano de 1637, fôra motivada pela exorbitância dos tributos impostos ilegalmente por Castela; alastrara pelo Alentejo e pelo Algarve, e ainda tivera eco em vários outros pontos do país; mas abortou à falta de chefe e de condições de éxito. Não foi perfilhada pela nobreza, que chamou por isso sôbre si os ódios e rancores da classe popular; e o duque de Bragança, a quem se ofereceu com instâncias a corôa, chegando a ser aclamado rei pela populaça em Vila-Viçosa, declinou a honra, e apressou-se a protestar a sua fidelidade ao monarca espanhol, no que foi imitado por muitos fidalgos e por algumas câmaras.

Mas três anos depois as condições haviam mudado bastante. A Espanha achava-se depauperada, esgotada com as guerras para que a política nefasta de Olivares impelia aquela rica e nobre nação,

obrigando-a a sustentar campanhas ruinosas em Flandres, Itália e Alemanha, no Roussillon, na Gascunha, na Índia, etc. Ultimamente a sublevação da Catalunha fizera concentrar ali as principais atenções da côrte de Madrid, deixando respirar um pouco mais livremente Portugal. Vira êste perigo o astucioso ministro de Felipe IV, e ex-cogitara o meio de o conjurar.

A 24 de agosto de 1640 cai em Lisboa de improviso, produzindo o efeito fulminante do raio, uma ordem, pela qual toda a nobreza de Portugal era obrigada a comparecer em Madrid, para se incorporar no séquito do rei, que resolvera ir pessoalmente ao antigo reino aragônês meter na ordem as províncias insubordinadas; exigiam-se também grandes levas de tropas, que de Portugal, e à custa desta nação, marchariam para a Catalunha. Constituía tudo isto uma exacção violentíssima, que exauria o país, e o deixava qual prêsna inerme nas garras do leão espanhol.

Fôra especialmente visado o duque de Bragança.

Senhor duma casa opulentíssima, sem dúvida uma das mais ricas do mundo naquele tempo, com os seus 80:000 vassallos, com as suas honras, isenções, privilégios e estado mais do que principescos, quasi régios, o duque de Bragança era um pesadêlo que perturbava permanentemente o sono do monarca de Espanha, uma constante ameaça à integridade dos seus estados. D. João tinha também de se apresentar na côrte madrilêna, para se incorporar no séquito de D. Felipe; mas o plano de Olivares era detê-lo apenas pisasse território castelhano, tirando aos portugueses esta esperança e êste chefe. Já não era a primeira vez que o ministro de Felipe IV preparava uma cilada, para prender o duque brigantino.

Uma acção rápida, que quebrasse as algêmas, cada vez mais insuportáveis, era pois indispensável. Ou agora, ou nunca. Se as ordens emanadas de Madrid chegassem a cumprir-se, ou se houvesse reacção limitada à recusa do seu cumprimento, Portugal seria irremediavelmente riscado do número das nações.

Organiza-se então em grande segredo a conjura, quasi unicamente com elementos da nobreza.

A irreductível teimosia do duque brigantino em não se meter em tal aventura desconcertava os conspiradores, que, à falta de quem quisesse ser rei, chegaram a pensar na formação duma república portuguesa, memorando os exemplos de Veneza, de Génova, da Holanda; mas tal solução quebrava as tradições nacionais, e assim eliminava uma fôrça importantíssima, no momento em que todos os

elementos de vitalidade e de resistência eram necessários. Redo-
bram por isso as instâncias junto do duque, e este vem por fim a
ceder perante um dilema, verdadeiro *ultimatum* apresentado com
forma interrogativa:

— *Se nós proclamarmos uma república portuguesa ¿que partido
toma V. Excelência, o de Espanha ou o de Portugal?*

— *O da Pátria*, responde nobremente, sem hesitações, D. João de
Bragança.

A decisão estava tomada. Mais valia arriscar-se para ser rei,
do que para ser simples cidadão.

*

Era um sábado, primeiro de dezembro de 1640. O dia amanhe-
cera límpido e formoso, e o sol inundava de luz a velha capital por-
tuguesa.

Pouco faltava para as 9 horas.

No Terreiro do Paço havia um movimento considerável, mas que
não era de estranhar, porque àquela hora costumava o secretário de
estado Miguel de Vasconcelos começar a dar audiência aos preten-
dentes. Numerosos côches iam chegando, trazendo dentro, tranqui-
lamente sentados, fidalgos da principal nobreza do reino. Outros
nobres a cavalo, acompanhados dos seus criados, apareciam ao
mesmo tempo das diversas embocaduras das ruas, e todos êles con-
vergiam para junto da entrada principal do paço real da Ribeira,
onde residia a duquesa de Mântua, regente de Portugal, e o referido
secretário. Algumas pessoas da classe média, bastantes populares,
e ainda um ou outro eclesiástico, tinham também sido atraídos com
pretextos diversos, e estacionavam pelo largo.

Os nobres chegavam e apeavam-se. Uns ficavam por ali conver-
sando, outros entravam logo, e subiam as escadas do paço, juntan-
do-se na sala dos archeiros, onde aguardavam, ao que parecia, que
o poderoso Miguel de Vasconcelos se dignasse de os receber. Quem
via aqueles fidalgos, sossegados e tranquilos, não podia deixar de
acreditar nos seus sentimentos pacíficos. Era a repetição do que
sucedia todos os dias, havendo a notar apenas a circunstância de
hoje ser a concorrência mais crescida do que de costume.

Entre os que ficaram conversando à porta do palácio, conta-
vam-se os fidalgos Jorge de Melo, António de Melo de Castro, Estê-
vão da Cunha, e o padre Nicolau de Maia.

— *¿Mas o que vimos nós aqui fazer?*, preguntava um dos que tinham sido chamados, sem se lhe revelar o segredo da conspiração.

— *Bem pouco*, lhe responde João Pinto Ribeiro com a mais tranquilla naturalidade; *vimos tirar um rei e pôr outro*.

*

Sôa a primeira badalada das nove horas, e nêsse momento D. Miguel de Almeida, que era um dos que estavam na sala dos archeiros tudescos, dispara uma pistola.

Era o sinal convencionado.

No mesmo instante cada fidalgo corre a executar o papel que lhe fôra distribuído. Os que ficaram no átrio tomam de surpresa a guarda, que era de soldados castelhanos, não lhes dando tempo para se defenderem. Dos que subiram, uns desarmam e seguram os archeiros que estavam na sala, enquanto outros muitos, vencendo a resistênciã de dois guardas tudescos, que faziam sentinela às portas que davam para os corredores, e dos quais um ficou morto e o outro ferido, invadem todo o paço.

Entretanto a figura venerável e nobre de D. Miguel de Almeida, com a sua auréola de cabelos brancos a emoldurar-lhe o rosto, de espada desembainhada, corria pelo palácio a gritar:— *¡Liberdade, portugueses!*— *Viva el-rei D. João II!* Assoma a uma varanda que dá para o largo, e dali, cheio de entusiasmo, aclama repetidas vezes o novo rei de Portugal, sendo as suas vozes correspondidas pela gente que estacionava no Terreiro do Paço, e que crescia de momento a momento.

À ex-regente duquesa Margarida, não se faltou com as atenções e cortesias que lhe eram devidas, depois de se lhe significar de modo categórico que as suas funções governativas tinham acabado.

Morreram dois portugueses de alta categoria, dos que estavam a serviço de Castela:—Francisco Soares de Albergaria, corregedor do cível da cidade, que nos corredores do paço obstinadamente respondia às aclamações patrióticas com vivas a D. Felipe; e Miguel de Vasconcelos, o braço odioso de que o conde-duque de Olivares se servia para esmagar Portugal.

*

O povo desconhecia o plano, sendo quási inteiramente estranho a esta primeira explosão da conjura. Foram os nobres que a deli-

nearam e executaram; mas era de prever que o povo se associaria desde logo, atento o ódio rancoroso que tinha aos espanhóis. Ficara, é verdade, muito molestado e resentido contra os fidalgos, quando na revolta de Évora se viu abandonado da nobreza; mas a classe eclesiástica nos últimos tempos vinha usando largamente da sua influência sôbre o povo, para exaltar nêle o brio patriótico, e o apaixonar na empresa vaga, no sonho levemente esboçado, de sacudir o jugo estrangeiro. Os sermões ouvidos com religioso acatamento, como sendo a palavra de Deus, transformavam freqüentes vezes o púlpito em tribuna de propaganda contra as autoridades espanholas, visadas em alusões bem transparentes e epigramas crueis, que enchiam de satisfação a classe popular, atreita a paixões, e já de si justamente indignada. Além disso o clero explorava hábilmente no sentido patriótico as canções proféticas do sapateiro Bandarra, que davam a restauração para o ano de 40; e tais profecias dimanavam, assim o criam, da indefectível sciência de Deus, para quem o futuro é presente, e que por isso não pode errar. Longe de serem estranhos à conspiração, os jesuítas foram um elemento importante que os patriotas tiveram ao seu lado.

Estava portanto perfeitamente preparado o meio popular, e facilmente se previa que, dado o grito de revolta no paço real, a multidão acudiria de pronto, e secundá-lo hia com entusiasmo delirante.

Foi o que succedeu.

As primeiras aclamações soltadas da varanda do paço por D. Miguel de Almeida foram correspondidas com vigor pela pouca gente, menos de cem pessoas, que estacionavam no terreiro; mas quando, tomado rapidamente o palácio, um grande magote de fidalgos desceu para se dirigir à câmara municipal, já havia número considerável de populares, que acudiam de toda a parte atraídos pelos gritos de triunfo; correram atrás dos nobres em entusiásticas manifestações.

Em várias partes da cidade, àquela hora, pessoas iniciadas na conspiração saíram para a rua a vitoriar a restauração de Portugal e o novo monarca; e alguns dos populares, que tinham sido atraídos ao Terreiro do Paço, debandaram prontamente a levar a grande nova a sitios diversos. Desta forma, num abrir e fechar de olhos, em todos os bairros de Lisboa se aclamava el-rei D. João IV.

Estava funcionando naquella ocasião o senado municipal, sob a presidência de D. Pedro de Meneses, conde de Cantanhede, que não fôra iniciado no segredo da conspiração. Ao ouvir o grande tumulto e algazarra que se aproximava, o conde mandou fechar as portas do

palácio, receando uma invasão do povo amotinado; mas ao saber por seus dois filhos o que aquilo era, ordena prontamente que as portas se abram à onda patriótica.

Entram de roldão os fidalgos e muitos populares.

À frente de todos, empunhando triunfalmente a espada nua, caminha D. Álvaro de Abranches, o herói que com a patente de capitão muito se distinguira na reconquista da Baía em 1625, e que agora estava nomeado governador e capitão-general de Mazagão, para onde já teria partido, se não fôra o querer-se achar presente a êste golpe; é êle que, metendo a espada na bainha, pega no estandarte da cidade, e correndo à varanda do paço municipal, ali o desfralda, e aclama solenemente rei de Portugal o duque de Bragança.

*

Mas era necessário santificar o acto praticado, revesti-lo da consagração divina.

— *Vamos à Sé!* exclama D. Álvaro, sem largar a bandeira.

— *Á Sé! Á Sé!* repetem numerosas vozes.

Levando hasteado à frente o estandarte branco, em cujo centro destacava bordado um navio, símbolo da cidade e municipio de Lisboa, lá vão em ruidosas aclamações a vereação, os fidalgos, a turba-multa de populares, a caminho da velha catedral.

O arcebispo D. Rodrigo da Cunha, figura veneranda e austera de sacerdote e de português, fôra prevenido poucos dias antes por D. António de Almada, perto de Sintra, por onde andava em visita pastoral, de que no próximo sábado seria sacudido o jugo estrangeiro e aclamado rei português.

— *¿Pois ainda pensais nisso?* pergunta com estranheza o prelado.

— *Não só pensamos, mas até já se encontra tudo definitivamente assente. Desejamos a vossa presença em Lisboa para nos abençoardes, e para nos auxiliardes com a vossa autoridade e conselho.*

— *Lá estarei, e Deus nos proteja.*

Chegado o dia, logo ao romper da manhã o virtuoso arcebispo fôra para a Sé, e prostrado ante o altar-mór mergulhara o espirito em profunda oração.

O arcebispo D. Luis da Gama, ao aproximarem-se as 9 horas, subiu a uma das torres da catedral, aquella mesma donde séculos antes, em tempo do mestre de Avis, fôra precipitado o arcebispo parcial dos castelhanos, e ali ficou em observação, com o coração em

sobresalto, os olhos pregados acolá, no paço real, e o ouvido atento ao menor rumor. Aos primeiros gritos de aclamação não se contém. Agarra-se aos badalos, sem querer saber do interdito que então pesava sobre Lisboa e emudecera os sinos de todas as igrejas, e num frenesi de delírio toca, repica com toda a força, unindo a voz solene do bronze sagrado às aclamações dos patriotas.

Acordado do seu éxtase piedoso pelo repique festivo, o arcebispo ergue-se com o rosto magro e macilento de asceta inundado de lágrimas de comoção. Não tarda a ver-se cercado pelos seus cônegos, pelos seus beneficiados e capelães, começando em breve a chegar por várias vias notícias positivas dos acontecimentos: — As autoridades castelhanas depostas, o duque de Bragança aclamado rei de Portugal, a nobreza e o povo de Lisboa vitoriano pelas ruas a liberdade da pátria, etc.

D. Rodrigo, assistido do seu clero, rende então graças ao Senhor Deus das vitórias, e ordena que se organize imediatamente um préstito religioso, para ir ao paço real solenizar e abençoar o grande acontecimento, e os herois que nêle cooperaram.

Lá saem todos da catedral em vistosa procissão. A cruz metropolitana era, segundo o rito, levada por um capelão adeante do arcebispo; velha cruz de prata, com a haste vertical cortada por duas transversais paralelas, que lhe formavam quatro braços. Uma pequena imagem de Cristo, cravada pelos pés e pelas mãos, estirava o corpo esguio ao longo da cruz, ficando o rosto do crucifixo voltado, não para a frente da procissão, mas para trás, para o arcebispo, e para o povo que o seguia.

Ao transporem o limiar da Sé, já se ouvia perto o tumultuar de grande multidão, com a qual se toparam pouco abaixo, junto da igreja de Santo António. Era a câmara, com os nobres e os populares que a acompanhavam, que num delírio de vivas e aclamações, trazendo à frente D. Alvaro de Abranches com a bandeira desenrolada, se dirigiam à catedral a tomarem a bênção do prelado, e a rogarem-lhe que viesse assumir o governo da nação, enquanto o rei não chegava a Lisboa. Trocadas e repetidas com entusiasmo novas saudações, incorporaram-se no préstito religioso para irem todos ao paço real.

A procissão começa de novo a mover-se. Mas nêste momento um brado ingente retumba pela multidão: — *Milagre!*

— *Milagre!* repetem uma e outra vez milhares de vozes. E a grande massa de crentes, exaltados pelo entusiasmo, animados pela

fé e pelo patriotismo, caem de joelhos com os olhos e braços erguidos para a cruz metropolitana, que o capelão do arcebispo conservava alçada. O povo, a clerezia, os cônegos, os fidalgos, com os semblantes iluminados pelo fogo da crença, pela alucinação religiosa e patriótica, com o espanto próprio de quem supõe ter surpreendido e tateado o sobre-natural, de quem julga haver-se posto em contacto directo com o mundo do mistério, continuavam repetindo: — *¡Milagre! ¡milagre!*

¿ Que sucedera ?

Cousa bem simples e natural, que, nas circunstâncias particularíssimas em que se deu, foi reputada miraculosa.

Com o movimento ritmico do andar do capelão, a imagem de Cristo pregada na velha cruz metropolitana ia estremecendo e oscilando, por estarem muito mal seguros os pregos que a cravavam. No encontro com a multidão, que vinha da câmara, os movimentos foram mais fortes, mais sacudidos, e um dos cravos, o que segurava a mão direita da imagem, saltou fora. Ficou o cruxifixo preso apenas por dois pregos, o da mão esquerda e o dos pés, também muito lassos. Nestas condições o movimento oscilatório da cruz fazia com que a figura de Cristo se deslocasse; o braço direito, que estava livre, afastava-se da cruz, para em seguida se lhe encostar de novo, e outra vez se afastar, descrevendo assim repetidos arcos de círculo.

— *Foi Nosso Senhor que miraculosamente despregou o braço, para abençoar o que se fez*, pensava a multidão; e daqui o seu pasmo e exclamações, o seu entusiasmo.

E o capelão, erguendo a cabeça, queria também observar o milagre; e a cruz mais lhe oscilava nas mãos, e Cristo com a dextra aberta, abençoava, abençoava sem descanso os bons e leais portugueses, o seu povo escolhido e privilegiado, que no escudo trazia estampadas como devisa as chagas da sua paixão.

Tem-se modernamente alcinchado de embuste, comédia ensaiada pelos padres, o tão celebrado caso do braço se soltar da cruz. Nada disso. Acaso, mero acaso, e nada mais. A crença e ingenuidade, juntas com o entusiasmo do momento, é que deram interpretação sobrenatural a facto tão simples¹. É certo porém que tal aconteci-

¹ É inegável que êste facto natural foi bem aproveitado e explorado como verdadeiro milagre, para erguer o espírito patriótico dos portugueses, e para lá fora, especialmente em Roma, inclinar os ânimos ao reconhecimento de D. João IV como legítimo rei de Portugal. — D. ANTÓNIO DE SOUSA MACEDO na sua *Lusitania liberata*,

mento, patenteando aos olhos de todos, por forma tão clara, que Deus aprovava a acção que se praticara, fez brotar nos corações a confiança firme de que a causa patriótica não podia deixar de triunfar com o manifesto auxilio divino.

— *¿ Si Deus pro nobis, quis contra nos?*

Bastava a divulgação de tal caso pela cidade e por todo o país, para acabar com hesitações e receios, para reunir em volta do lábaro sacrosanto da pátria restaurada quási todos os portugueses.

*

Proclamada a realeza do duque de Bragança no paço real e na casa do senado, e victoriada nas ruas e praças da capital, estava dado o primeiro passo para a restauração; nada mais.

Lá se mantinham o castelo de S. Jorge, as torres de Belém, da Cabêça-Sêca, de Santo António, e a Torre-Velha, com guarnições espanholas, garantindo o fracasso rápido do movimento revolucionário lisboêta. Bastava o castelo, bem municiado como se achava, para impôr silêncio com a voz potente das suas peças à cidade amotinada; e depois os soldados da sua guarnição, fazendo uma sortida à baixa, congregariam e atrairiam a si os numerosos espanhoes que havia em Lisboa, e dêste modo se organizaria uma forte reacção, que sem dificuldade esmagaria os conjurados.

Mas tal não succedeu. A boa fortuna auxiliava assombrosamente a audácia dos revolucionários.

livro publicado com êste segundo intuito principalmente, descreve o *milagre* com grande aparato scênico e maior entono retórico (Op. cit., pág. 570 e s.); mas outros escritores menos apaixonados e mais sinceros contam o caso como se passou realmente, e fazem consistir o milagre apenas em o facto se ter passado naquele momento oportuno, parecendo que não foi casual, mas providencial. — Transcrevemos aqui, como exemplo, a narrativa de D. LUÍS DE MENESES, conde da Ericeira, na sua *História de Portugal restaurado* (t. 1, pág. 111): — «... e quando baixava defronte da Igreja de Santo António, pouco distante da Sé, gritou o Povo, que huma Imagem de prata de Cristo crucificado, que levava hum Capellão, a quem tocava, diante do Arcebispo, despregára o braço direito; as felicidades de Portugal, e a justiça daquella acção podem persuadir que seria milagre; se succedeo acaso, foy pela occasião muito mysterioso. Gritou o Povo prostrado por terra que era milagre, e todos cobraraõ invencível confiança de que Deos approvava a gloriosa deliberação dos confederados. Persuadidos de tão grande incentivo, não soavaõ em toda a Cidade mais que vivas e aclamaçoens ao novo Principe, valeroso Author da liberdade da Patria».

Governava o castelo de S. Jorge o capitão D. Luis del Campo, militar acanhado e bastante assustadiço, que ao ouvir o vozear do povo se atarantou, sem atinar com o que deveria fazer.

Vivia então preso no castelo Matias de Albuquerque, o futuro conde de Alegrete, já nesse conhecido da campanha no Brasil contra os holandeses, onde procedera como um herói na defesa de Pernambuco, serviços que a calúnia denegrira a ponto de serem pagos com infamíssima prisão. A vista da inépcia do governador, foi êle, um prisioneiro, que, supondo tratar-se dum motim popular doutra natureza, garantiu a defêsa do castelo, mandando fechar as portas, tocar a reúnir, assestar as peças, etc.

Felizmente que nesta ocasião chegou um emissário, trazendo ao governador uma ordem da duquesa regente, a proibir-lhe que fizesse qualquer demonstração hostil, houvesse o que houvesse.

Fôra D. Antão de Almada que fizera assinar tal ordem.

Matias de Albuquerque falou com o emissário, e por êle soube que não se tratava dum simples motim popular, mas que rebentara a revolução patriótica. Recolheu-se por isso logo, aguardando os acontecimentos com o coração palpitante de esperança e de ansiedade.

No dia seguinte, domingo, pela tarde, D. Alvaro de Abranches com outros dois fidalgos vieram apresentar a D. Luis del Campo segunda ordem da duquesa Margarida, a mandar-lhe que entregasse o castelo. Entregou-o depois de leve hesitação.

Apossaram-se em seguida os patriotas, por idêntico processo, das torres e fortes de Lisboa, e do castelo de Almada. Só a torre de S. Gião, ou de S. Julião como hoje dizemos, ficou ainda por alguns dias guarnecida platonicamente pela guarda espanhola. A capital do reino, quasi sem resistência, reconhecia por monarca a D. João IV; e uma junta provisória constituída pelos arcebispos de Braga e de Lisboa, assistida dum conselho composto de D. Pedro de Meneses conde de Cantanhede, D. Miguel de Almeida e D. Antão de Almada, estava ao leme da governança, e comunicava oficialmente às províncias a restauração de Portugal.

*

A notícia espalhou-se rapidamente pelo país, e foi recebida quasi em toda a parte com grandes demonstrações de alegria.

Poucos castelos opuseram resistência, que nesses mesmos cessou em breve. Última a render-se em todo o continente de Portugal foi

a torre de S. Julião da Barra, que só a 12 de dezembro se franqueou aos patriotas portugueses.

A Coimbra chegou a notícia oficial com a carta dos governadores do reino na tarde de quarta feira, 5 de dezembro ¹, e houve imediatamente manifestações de regozijo da parte dos estudantes. No dia seguinte logo pela manhã juntou-se grande número de académicos no pátio da Universidade, donde desceram, capitaneados pelo doutor João André de Almada, à *casa da relação* ou da câmara municipal, que ainda hoje existe sobre o arco de Almedina, e ali fizeram compacer os vereadores, a quem exigiram em altos gritos a aclamação imediata do novo rei português.

Perante o entusiasmo dos rapazes, ¿ que haviam de fazer os bons dos vereadores ?

O juiz dos órfãos Luís Ferraz Velho empunhou o estandarte da cidade, e montado a cavallo gritou:— *Real, real, por el-rei D. João IV de Portugal!*—palavras que milhares de bocas logo repetiram em côro.

Foram em grande multidão, vitoriando sempre, até ao templo do mosteiro de Santa Cruz.

Entrando ali, deparou-se-lhes um espectáculo lúgubre. A igreja vestida de crepes. O prior-geral D. Miguel de S.^{to} Agostinho, sentado na sua grande cadeira ao lado do altar-mór, de mitra branca de linho na cabeça, revestido de tunicela e dalmática de seda, casula e gremial de veludo, tudo de côr negra, cercado de cônegos regrantes ornados de dalmáticas e pluviais também pretos, pontificava em umas solenes exéquias. Era o 45.^o aniversário do falecimento do grande D. Afonso Henriques. ¿ Coincidência notável! — ¿ Juntava-se a festa da restauração da nação portuguesa com a comemoração do passamento do herói que a fundara!

A missa ia pouco adeantada. Cantava o côro as palavras do Gradual — *In memoria aeterna erit justus, ab auditione mala non timebit* — quando a turba ruidosa e entusiástica, com o estandarte municipal à frente, irrompe pela igreja dentro. Chegado a meio da capela-mór, Luís Ferraz Velho expande mais uma vez a signa de brocado branco onde se via bordado o escudo de Coimbra, e inclinando-a em continência perante o túmulo de D. Afonso Henriques, repete as palavras rituais das régias aclamações, a que faz eco em brado ingente e unísono a multidão, à qual se associam os frades, que haviam suspenso

¹ Na estampa fronteira se dá o fac-símile desta carta dirigida pelos governadores do reino ao reitor da Universidade. (A.U. — *Provisões*, vol. III, fl. 44).

O Arcebispo Governador destes Ilhas^{nos}, aclamados pella nobreza com
 augmento de Quatro mil^{rs}. foy commo saber a Manuel de Sallanha Doutor da
 Universidade de Coimbra, que sabendo p^{ra} de Beira, aonde era e por sua
 cidade apelidada por S^{ra} de S^{ta}. as Quatro de Baganha, e confad,
 que sem mandado e Sumar, e exercitando, em um mes, e os outros sem
 dado as ordens necessarias, para se quitar a fidalgo (com os crecimentos seguintes), e
 c^{da} occupado o fidalgo, aindoa de de de os fidalgo de fidalgo e de
 occupado, e logo se retirou a fortaleza de abarra, e logo se
 ordenamos, mandamos, que nella fidalgo de fidalgo e de de de de
 as Quatro por S^{ra}, e procedendo em dita aquiescencia particular de
 nos e fidalgo, e de como se fez assi, realizari por o mesmo fidalgo
 em Lisboa a 3 de Dezembro de 1642)

Rob. Arcebispo Governador

D. Henrique de Sousa

Los Gobernadores de Portugal.

A Mano el de Saldaña Perito
da Universidade de Coimbra

os cantos litúrgicos. A missa parara também, e o D. Prior, substituídos os paramentos pretos por um rico pluvial branco, a mitra simples pela preciosa, empunhando na mão esquerda o báculo pastoral, desce majestoso os degraus do seu sólio, erguendo a dextra, ornada pelo anel prelatício, num gesto hierático, a traçar sôbre os fieis lentamente cruzes de bênção. Estaciona em frente do altar, e com voz trémula de comoção principia então o hino gratulatório: — *Te Deum laudamus.*

*

Quando se passavam êstes acontecimentos, achava-se Brás Garcia escondido em Avô ou nas proximidades, para evitar a prestação de sérias contas à justiça, pelo grande crime praticado em Travanca-de-Farinha-Pôdre ¹.

De Coimbra a notícia propaga-se com extrema rapidez à Beira e chega logo ao esconderijo do nosso poeta, que sai imediatamente, e parte à pressa para Lisboa, como êle próprio refere:

Em quanto retirado a causa provo,
Se restaurão com subito estampido
Reyno antigo, & legitimo Rey novo
Em Querubico trono prometido.
Agoas involtas saõ voltas de Povo,
A que sahe todo Rêo, peyxe escondido;
Logo sahí da Patria pera a Corte,
Onde o caso passava desta sorte ².

E conta nas estâncias seguintes como se realizou a restauração.

*

Brás Garcia chegou a Lisboa poucos dias depois da entrada de D. João IV na capital. Já assistiu à pomposissima cerimonia do juramento del-rei, acto que se realizou em magnificante pavilhão no Terreiro do Paço, no sábado 15 de dezembro; e quando, fremente de entusiasmo e comoção, viu nesta cerimonia Fernão Teles de Meneses, que exercia as funções de alferes-mór do reino, desenrolar o estandarte régio, e aclamar três vezes — *Real, real, por D. João IV, Rei*

¹ Veja-se a narrativa de páginas 182 e seguintes.

² V. T. xv, 70.

de Portugal! — bem longe estava de imaginar que, volvido apenas ano e meio, êsse mesmo homem havia de ter na vida dêle poeta um influxo nefasto e bem pouco simpático!

Fácil foi ao nosso herói encontrar na capital quem o apresentasse ao monarca, pois entre os próprios chefes da revolução tinha amigos velhos, officiais a cujo lado combatera no Brasil; bastará especializar, entre todos, a D. Álvaro de Abranches da Câmara, que, desde o dia 2 de dezembro, estava governando o castelo de S. Jorge, enquanto não chegasse o conde de Monsanto, que por antigo direito de familia era o alcaide-mór de Lisboa. Matias de Albuquerque, que fôra comandante de Brás na defesa de Pernambuco, assim como outros nobres da côrte seus conhecidos, podiam igualmente prestar-lhe êste serviço.

No espirito do nosso poeta ficou desde então, para sempre, gravada uma profunda impressão de respeito, de admiração, de amor pela pessoa de D. João IV ¹. Teve occasião de observar

Quã grande coração arde no peyto
Do grã Duque....., ²

ja exalçado ao trono de Portugal; e apesar de não assistir às festas, que se fizeram em Lisboa após a sua chegada de Vila-Viçosa, na quinta feira 6 de dezembro, é certo que Brás se encheu de entusiasmo ao descreverem-lhas, sentindo impressões semelhantes às que teria se a elas fosse presente.

Com lingoas de Vulcano o mar o acclama,
A terra com mil vivas o apposenta
Dentro dos coraçãoes, que amor inflâma
Na gozada presença, que os alenta.
Publica-se por Pay, filhos os chama,
Preeminencia que só goza, & sustenta
O Luso Imperio, que outro não gozâra,
Se o legitimo Pay lhe não faltára ³.

Se em tempo de Gentios florecera,
Adorado por Deos em vida fora,
Pois a Christã Nação, que recupera,

¹ O retrato de D. João IV, que se vê na fronteira estampa, é reprodução duma gravura que se encontra à frente da *Lusitania liberata*, e que se imprimiu em outras publicações da época. Foi desenhado em 1644, quando o monarca contava 40 anos de idade.

² V. T. xv, 82. — ³ V. T. xv, 95.



*Magnanimi, ostendit faciem pictura, IOANNES;
At sola ostendunt inclita facta animum.*



Bozely

Manoel de Salchanda do seu conse
lho e Reytor da Universidade de Coimbra

46

Mansel de Salanda Arceys e m d'hois d'hois emms m d'andar
 O que me escrevistes em 7 de pudente, entendi com quantas
 de Mont. Trevis de l'legria fui acclamado nesta cidade por Rey
 e Senor natural destes meus Reynos, a q' D'ous foi semido deste hui
 me e quanto a p'omissões de desta parte, e q'os q'uebrada d'ous
 cleas de l'hallo, e d'ous odencia d'apierar l'ho: Ma parus d'ozemos
 q'ue l'ho d'ito m'itad d'hois f'acat e q'as ouas nos que se f'acat
 l'usom Res Rey de Mandar f'acat d'oua Emerce que omex l'ugar
 d'hois p'uderei q'o continuando com d'hois d'hois d'ette care
 como a l'egora f'acat, e f'oi de l'ho q' d'esa d'omodo q' f'acat d'hois
 Muche que no agradece) e l'etira em l'ho d'hois d'hois d'hois

Rey:.

Registado no. 6.º Registo
 num. 27.º

João Baptista de O.º de S.º

Faz em parte esquecer do Deos, que adôra.
Com especie Gentilica o venera
Todo o Viandante, que se encontra fóra,
Que em vez de «Deos vos salve», dizem — «Viva
El Rey Dom João, que a Patria descativa»¹.

*

Fizera-se felizmente a revolução que depôs do trono de Portugal a Felipe IV, e nele colocou o duque de Bragança; mas a restauração da nacionalidade portuguesa não passava ainda dum *desideratum* a realizar. ; E que requintes de cuidado, de tino, de finura, que extremos de prudência, firmeza e energia não demandava o govêrno nêsses primeiros tempos, em que era necessário organizar todos os serviços, aproveitar todas as forças, conjurar os numerosissimos perigos que surgiam a cada passo, cuidar da defesa interna e externa do país!

Mas a tudo se vai atendendo com admirável acêrto e enorme fortuna.

São convocadas para o dia 28 de janeiro immediato côrtes gerais, a fim de legalizarem e sancionarem a nova ordem de coisas, e para nelas se adoptarem as medidas exigidas pelas circunstâncias de occasião; mas ao mesmo tempo vai-se tratando dos assuntos mais urgentes, qual o de organizar o exêrcito, pois Portugal estava sem soldados, sem armas, sem munições, sem dinheiro.

Grande número de nobres andavam sistematicamente afastados pelo govêrno madrileno; uns recolhidos às suas casas na província, outros a lidarem pelo estrangeiro, na Espanha, em Flandres, na Itália, para onde haviam sido arremessados pelo leão castelhano. Muitos dêles, apenas tiveram conhecimento da aclamação do duque de Bragança, vieram convergindo para Lisboa, a apresentarem-se ao novo monarca; alguns porém houve que se passaram para Madrid, pondo-se ao serviço de D. Felipe².

¹ V. T. xv, 98.

² Houve desde o primeiro momento da restauração, tanto por parte dos patriotas revolucionários como por parte do próprio rei, todo o cuidado e empenho em atrair não só os portugueses que andavam mal vistos por Castela, mas ainda aqueles que haviam caído em graça a D. Felipe e aos seus ministros, de quem tinham recebido mercês. Os exemplos são numerosos. A carta régia, que aqui se reproduz, mostra-nos que, apesar das altas mercês recebidas da côrte de Madrid por Manuel de Saldanha, reitor da Universidade de Coimbra, e que deviam torná-lo

Estabeleceu-se desde logo junto do monarca português, para tratar dos assuntos militares, um tribunal especial, o Conselho de Guerra, que tinha por missão estudar e discutir as matérias da sua competência, apresentando as suas consultas a el-rei.

Foi de opinião êste conselho, desde o princípio, que se nomeasse logo toda a officialidade necessária, e que esta tratasse em seguida de fazer levar de gente, organizando-se assim rápidamente o exército. Chegou até a apresentar uma longa lista de pessoas, que deviam ser nomeadas para os cargos e postos militares. Os generais comandantes já haviam sido escolhidos, por isso a lista abrangia agora os mestres-de-campo, os sargentos-móres e os capitães tanto de cavalaria como de infantaria. Acompanhavam essa lista as respectivas patentes, para serem assinadas pelo rei.

Mas D. João IV recusa-se a assinar os diplomas e manda advertir ao conselho que *haverá m.^{tos} fidalgos, pessoas nobres, e soldados, q̄ militarão no Brasil, que folguem de servir a sua custa, esperando que êle monarca os premie e lhes faça merçe por outros meos*. Esta resolução é comunicada ao conselho, que dela toma conhecimento a 23 de dezembro; e insiste na necessidade que há de serem nomeados immediatamente os officiaes propostos, *q̄ ainda assy não enchem o n.º da dottação de cada exercito, e ficão hua grão parte de lugares que prouer aos generais nas pessoas dignas q̄ acharem nas Prou.^{as} q̄ vão governar... para de aqui se lhes emuiarem suas patentes, e supposto q̄ as q̄ vão a assinar a V. Mg.^{de} digão que hão de hauer o soldo que lhes pertence, he stilo e calidade cõ q̄ se honrão as pessoas a q̄ se dão as diltas patentes q̄ não obrigão a V. Mg.^{de} a mais que ao q̄ for possivel conforme ao estado presente*. Responde el-rei em data de 29 do mesmo dezembro, *que por agora, ate ver o numero de gente q̄ se podera leuantar no Reino, e adonde conuira accudir primeiro com ella, se pode dilatar o prouimento de tantos officiaes, como ha de hauer em tres exercitos, e a grande despesa que será forçoso fazer com elles, consumindo o cabedal q̄ se ha de hauer mister para ao diante; e ordena ao conselho que proponha de novo alguns nomes, para dêles escolher até doze Capitães, q̄ se emuiem a differentes lugares a leuantar gente, devendo nessa proposta especificar-se per maior os seruiços e partes de cada hum*¹.

suspeitoso a D. João IV, êste o acarinha, e o confirma naquêle cargo, para que fóra nomeado por D. Felipe. (A.U. — *Provisões*, vol. III, fl. 46).

¹ T.T. — *Consultas do Conselho de Guerra*, maço 1, n.º 12; — cf. Doc. XXXVII.

A proposta fez-se, em conformidade com o mandato régio, e nela ia incluído o nome de Brás Garcia de Mascarenhas para capitão de infantaria do exército da Beira. É pena que se tenha extraviado êste documento, porque dêle constavam certamente os serviços militares prestados pelo poeta no Brasil, e o valor dêsses serviços; mas apesar de todos os esforços que eu, e antes de mim os sñrs. general Brito Rebelo e Pedro de Azevedo, empregamos a buscá-lo na Torre do Tombo, tal documento não apareceu, mas apenas referências a êle.

*

As fronteiras de Portugal fôram divididas em *partidos*, em secções se diria em linguagem moderna, nomeando-se para o comando ou governo dêsses partidos os cabos de guerra de mais experiência e valor que então havia.

Para o da Beira, que é o que agora mais nos interessa, foi primeiramente nomeado D. Fernando de Mascarenhas, conde da Torre ¹, que nos fins de 1638 partira de Lisboa como capitão-general da armada portuguesa, que ia para expulsar os holandeses de Pernambuco, levando patente de governador do Brasil. No regresso, em 1640, encontrou uma ordem de prisão contra si, passada pelo govêrno castelhano, e foi internado na torre de S. Julião, perdido o titulo e todas as mercês anteriormente recebidas. A êle, que ainda ali se conservava prêso em dezembro, se deve a resolução tomada pelo governador da fortaleza, tenente D. Fernando de la Cueva, de a entregar ao fim de mais duma semana de resistência, no dia 12 dêste mês.

Em conselho de guerra, a 25 de dezembro, lembra-se a el-rei a conveniência de recomendar ao conde que com toda a brevidade parta para a Beira, a dispôr o modo de defêsa daquela provincia. Responde D. João IV, a 8 de janeiro de 1641, que já lhe dera essa ordem; mas, como as distâncias são grandes, determina que os lugares da comarca de Castelo-Branco sejam confiados a D. Fernando de Meneses (conde da Ericeira), com o titulo de general, e os das outras comarcas ao conde da Torre ². Mas esta ordem não chegou a cumprir-se. A 15 de janeiro é nomeado capitão-general de todas

¹ T.T. — *Consultas do Conselho de Guerra*, maço 1, n.º 17.

² *Ibid.*

as comarcas da Beira e dos seus exércitos, que iam formar-se, D. Álvaro de Abranches da Câmara ¹.

Trata-se em seguida de organizar os terços e formar as companhias, começando por nomear a sua officialidade, de acôrdo certamente com o general.

No dia 24 do mesmo mês de janeiro fôram nomeados capitães de infantaria: — Brás Garcia de Mascarenhas ², Duarte de Miranda Henriques, António da Gama de Vasconcelos, Manuel Teixeira Homem, Rui Teles de Meneses, Marco António de Azevedo, Manuel da Gama, Francisco do Rego, João Fialho, António de Andrade Gambôa, D. Marcos da Câmara, Leonardo Freire Baracho, André de Azevedo; e capitães de cavalaria:—Rui Tavares de Brito e Diogo de Tovar ³.

A 25 saíram nomeados sargentos-móres dos terços, que se mandaram formar na Beira, Belchior Lobato da Costa, Pedro da Vide Fortes, Rodrigo Soares Pantoja e Fernão Teles Cotão ⁴; e ajudantes, a 26, Valentim de Azevedo e António Cerveira Telo ⁵.

Não ficaram por aqui as nomeações de officiaes para o exército da Beira. A 29 é passada patente de mestre-de-campo-general ao sargento-mór Manuel Lopes Brandão ⁶; a João de Saldanha, fidalgo da C. R., de tenente-general de cavalaria ⁷; e a Cristóvão de Sá de Mendonça de confirmação do posto de capitão de cavalos da comarca da Guarda, para que o havia nomeado o coronel das comarcas da Beira, Diogo de Mendonça Furtado ⁸.

Alguns destes officiaes não chegaram a exercer os seus postos, sendo desde logo substituidos por outros, por motivos que não posso determinar.

*

O general D. Alvaro de Abranches partiu de Lisboa ao expirar o mês de janeiro, e trouxe consigo os seus officiaes, cujo quadro definitivo transcrevo do livro publicado em Lisboa em 1644 com o titulo — *Successos militares das armas portuguezas em suas fronteiras depois da Real acclamação contra Castella. Com a geographia das Pro-*

¹ Doc. XXXVIII. — ² Doc. XXXIX.

³ Notas colhidas na Torre do Tombo, nos registos do *Livro 1 da Secretaria do Conselho de Guerra*, pelo sr. general Brito Rebelo.

⁴ T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, I. 1, fl. 24 e 24 v.º.

⁵ Ibid. fl. 25 v.º. — ⁶ Ibid. — ⁷ Ibid. — ⁸ Ibid. fl. 26.

uincias, & nobreza dellas. A ElRey Nosso Senhor. Pelo Doutor IOÃO SALGADO DE ARAUJO Abbade de Pera. É muito interessante e cheio de notícias fidedignas êste livro, ao qual recorrerei muitas vezes no deslizar do presente capitulo. Nêle se encontram narrados vários feitos do nosso poeta na campanha da Beira, referências essas que teem para nós valor muito especial, pois foram lidas pelo próprio Brás Garcia, que implicitamente as confirmou no grande elogio que fez ao autor da obra, a quem cognominou *Tito Livio desta idade*.

A Beyra a deve ¹ às letras, vigilancia,
Raro ingenho, & pericia veterana
Do Doutor João Salgado, digno Abbade
De Péra, Tito Livio desta idade ².

O quadro completo da officialidade que D. Álvaro de Abranches trouxe de Lisboa é, segundo a relação do dr. João Salgado ³, o seguinte:

— *Mestre-de-campo-general*: Vago.

— *Tenentes-generais*: João de Saldanha de Sousa, da cavalaria; Manuel Lopes Brandão, da infantaria.

— *Sargentos-móres*: Belchior Lobato da Costa, Fernão Teles Co-tão, Pedro da Vide Fortes, Rodrigo Soares Pantoja.

— *Capitães de cavalaria*: Rui Tavares de Brito, Diogo de Tovar, Brás do Amaral Pimentel, Cristóvão de Afonseca Cardoso, Cristóvão de Sá de Mendonça.

— *Capitães de infantaria*: Brás Garcia de Mascarenhas, Manuel Teixeira Homem, D. Marcos da Câmara, João Fialho, Victório Zagaló, Marco António de Azevedo, António da Gama, André de Azevedo, Miguel Álvares Galvão, João Correia de Sousa, Francisco do Rego, António de Andrade de Gambôa, Luís da Cunha.

A êste quadro ainda fôram adicionados, depois da chegada do general à Beira, os capitães seguintes:

Damião Botelho, Estêvão de Nápoles, António de Saldanha, Diogo de Brito, Jerónimo Botelho Rangel, António de Albuquerque.

¹ A Beira deve a cidade de Numância ao dr. João Salgado, que a fl. 110 e segg. do referido livro procurou demonstrar, com grande aparato de erudição, que aquella cidade fôra situada não longe do rio Douro, em Namão ou Numão, meia légua a levante de Freixo de Numão.

² V. T. v, 14.

³ *Successos militares*, fl. 115.

*

No dia 5 de fevereiro chegou a Coimbra D. Álvaro de Abranches com os seus oficiais; dali partiram sem demora para Viseu¹, donde seguiram para Trancoso². Nesta vila consagraram com uma campá commemorativa a memória do sapateiro-profeta Gonçalo Anes Bândarra, cujo nome, vinculado às canções que lhe eram atribuídas, contribuiu muito para a preparação do movimento restaurador.

De Trancoso passaram a Pinhel, que naquela época do ano era excessivamente nevoento e frio; lá admiraram duas monstruosas peças de artilharia, de bronze, que constituíam uma notabilidade daquella praça, tão grandes, que um homem podia entrar por ellas, inclinando-se apenas.

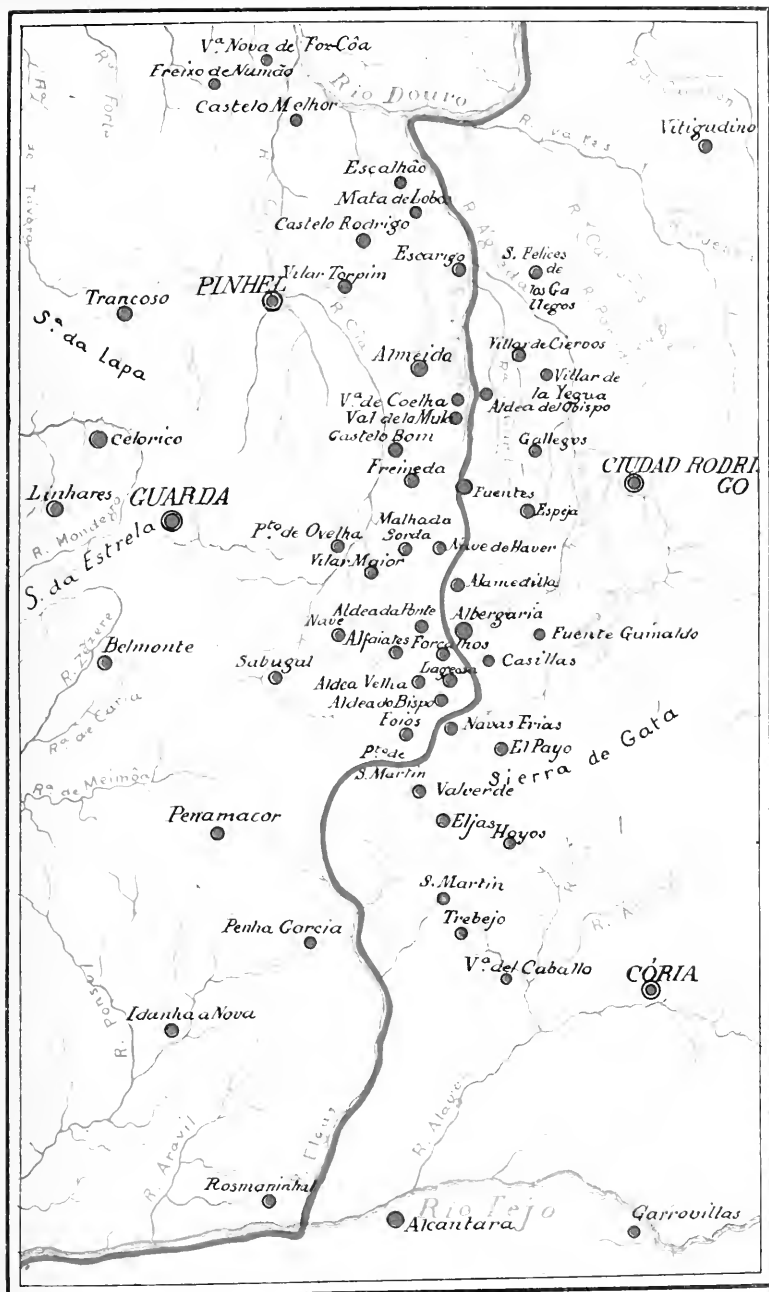
Em Pinhel estacionou algum tempo o general, despedindo de lá os seus capitães de cavalaria e de infantaria, a fazerem levas por várias partes; e entretanto foi aproveitando o tempo a ordenar a reparação dos meios de defêsa da cidade e do castelo. Recebeu aqui a visita de numerosas pessoas da primeira nobreza da Beira, que se lhe vieram oferecer para se alistarem como voluntários no exército.

Vai depois a Almeida, praça de grande importância para a defêsa desta provincia. Fronteira a Ciudad-Rodrigo, é uma sentinela que

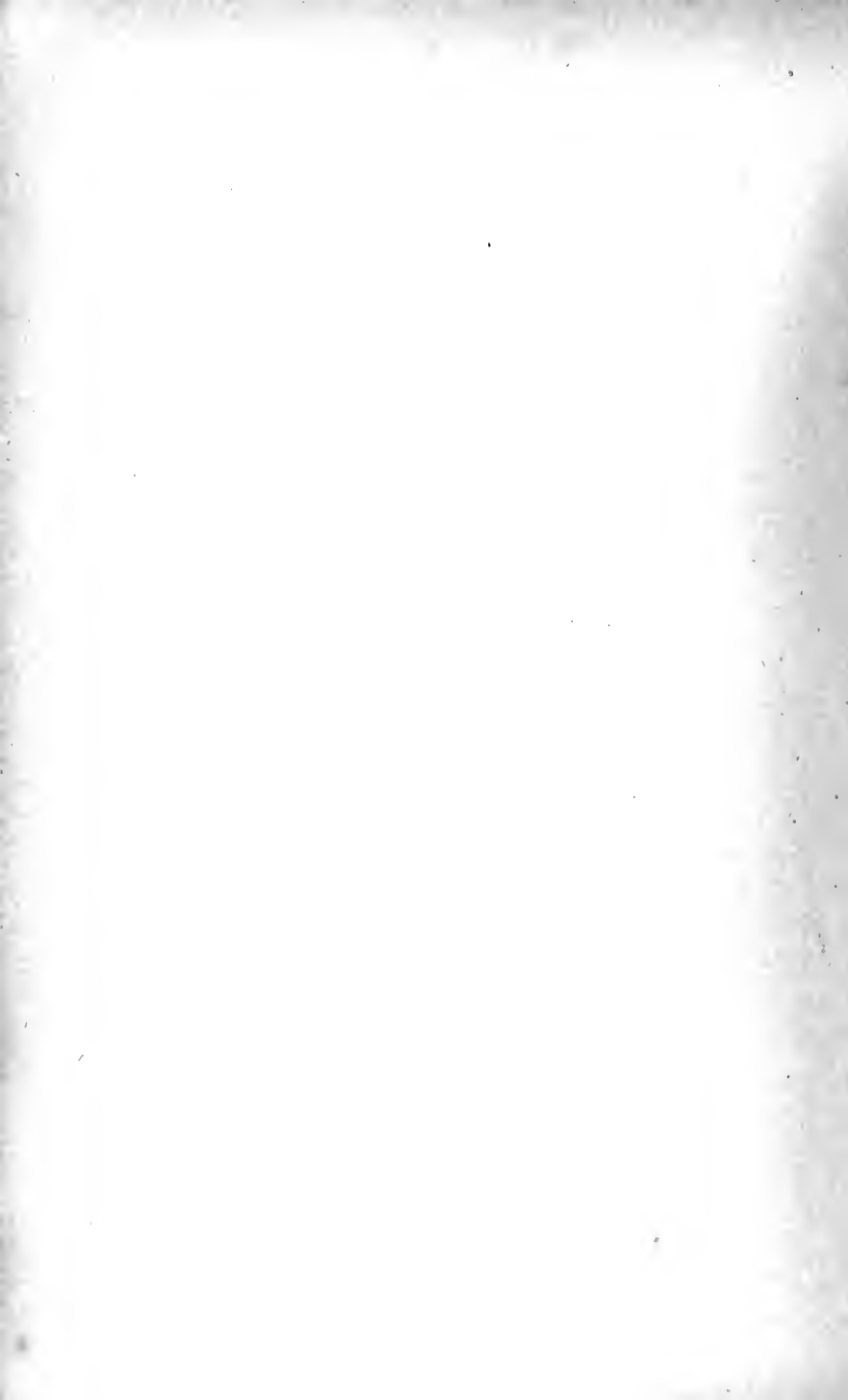
¹ A carta, que acompanha esta página, abrange a região das fronteiras portuguesa e espanhola comprehendida entre os rios Douro e Tejo. O traço vermelho indica a raia de Espanha.

² Abstenho-me nesta narrativa de apresentar muitas citações de fontes, para evitar que ella se torne impertinentemente fastidiosa. Direi apenas, de maneira geral, que as notícias dos factos narrados são colhidas, já nas relações impressas que, como folhas volantes, saíram em grande quantidade à medida que os successos da guerra se iam desenrolando, já em livros que fôram successivamente aparecendo, entre os quaes mencionarei, a título de exemplo, os seguintes:

- DR. JOÃO SALGADO DE ÁRAÚJO, *Successos militares* etc, já citado;
- D. ANTÓNIO DE SOUSA MACEDO, *Lusitania lberata*, já indicado também;
- D. LUÍS DE MENESES, CONDE DA ERICEIRA, *Historia de Portugal restaurado*, idem;
- FARIA E SOUSA, *Epitome de Historias portuguesas*;
- PASSARELLO, *Bellum Lusitanum, ejusque regni separatio*;
- SEYNER, *Historia del Levantamiento de Portugal*;
- RODRIGO CABRAL (tradutor) — *Relação politica das mais particulares acções do conde-duque de Olivares*.



Escala 1:750.000



vigia um dos passos mais acomodados à entrada dos castelhanos. A fortaleza, com as suas torres e castelo, com os seus reductos, portas e pontes levadiças, encontrava-se em péssimo estado, parte em ruínas, parte oferecendo más condições de defêsa. Viu a gente da Beira a importância desta praça; e apenas tiveram conhecimento da notícia da restauração, bastantes pessoas da nobreza e do povo, umas de Pinhel, outras de várias terras da região, corrêram a Almeida, e auxiliaram muito o alcaide-mór D. Francisco de Lemos Ramiro nas reparações urgentes a fazer, e bem assim nos cuidados de guarnição e defêsa.

D. Álvaro, à sua chegada, encontrou toda essa gente a trabalhar com grande diligência, embora com falta de método, pois a dedicação patriótica e bôa vontade, que superabundava, não supria a falta de experiência e de conhecimentos técnicos, que escasseavam em todos.

*

Dizia-se, ignoro o fundamento, que na Guarda e em Pinhel, assim como em Almeida e Sabugal, havia pessoas, algumas da própria officialidade da guarnição daquelas praças, que mereciam pouca confiança. Em trato íntimo e quotidiano com os vizinhos espanhóis, tendo interesses que os vinculavam ao anterior estado de cousas, confiando mui pouco na estabilidade da restauração, essas pessoas, no dizer das denúncias, mantinham inteligências com os agentes de Diogo Soares, que, segundo vimos, fôra secretário de estado de Portugal em Madrid. Eram portugueses perigosos, pois estavam occultamente a serviço de Castela, e aguardavam ocasião, segundo corria, para darem entrada por aquelas praças às tropas espanholas.

Mal havia partido de Lisboa D. Álvaro de Abranches, quando elle recebe comunicações confidentiais dêste facto grave. Escreve em data de 17 de fevereiro uma carta ao general enviando-lhe três papeis com revelações e denúncias, e recomendando-lhe todo o cuidado e vigilância sôbre certos individuos, nominalmente designados nesses papeis ¹.

¿Que fazer? Dissimular, estar atento, e ir pouco a pouco substituindo o pessoal dessas guarnições por outro de maior confiança. Era para isso necessário deixar recolher os capitães com as levas

¹ T.T.— *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. 1, fl. 35; — cf. fl. 31 v.º.

que lhes mandou fazer; teria depois gente capaz, a quem incumbisse de comissões as mais graves e melindrosas.

*

Estava o general em Almeida, havia apenas alguns dias, e eis que inesperadamente se lhe apresenta o capitão Brás Garcia de Mascarenhas á frente duma companhia de 183 soldados; ; mas que soldados! valentes, desempenados e muito bem postos, *os mais deles gente nobre, & todos luzidos e alentados*¹.

; Havia decorrido um mês sòmente desde que D. Álvaro o despedira de Pinhel com a incumbência de levantar a companhia! Foi de todos os capitães o primeiro a apresentar-se, e certamente nenhum outro conseguiria organizar uma companhia equiparável a esta.

O general, que se achava ansioso pelo regresso dos capitães, ficou satisfeitíssimo, e abraçou com entusiasmo o seu amigo e subordinado.

; Como conseguira o nosso capitão realizar êste milagre de levantar num mês, e apresentar disciplinada, uma companhia tão aguerrida e tão luzida? Pondo em prol desta empresa todo o seu entusiasmo patriótico, toda a sua eloquência, todo o seu enorme poder de sugestão. Bate à porta de todas as famílias suas parentas ou das suas relações, fala, roga, insiste, discute, exalta-se, persuade, ameaça, descompõe, e por fim arrasta muitos apòs si à defêsa da pátria.

Escutêmo-lo a discorrer em verso sòbre o mesmo têma, que desenvolvia nessas discussões de propaganda.

Todo Luso Varão de posto, & fama,
 Se achou nesta batalha, & mostrou nella
 Todo o valor, & brio; que quem ama
 O bem da Pátria, acode a defendela.
 Quem repousar se deyx a em branda cama,
 Em quanto, o que a defende, em campo vela,
 Sem à Fronteyra ir cedo, nem tarde,
 Ou Castelhana hê, ou hê covarde.

Nem todos podem ir, que muytos ficão
 De muy licitas causas embargados;
 Nem quando poucos Inimigos picão,
 E voão, podem logo ser buscados.

¹ SALGADO, op. cit., fl. 116.

Porem quando as ruins novas se publicão
De que alguns muros nossos tem cercados,
O que causa não tem, nem vay asinha,
Ou não hê Portuguez, ou hê galinha.

Hereditario hê o brio antigo
De a Patria soccorrer quando hê opprimida:
Bêm se vé nesta entrada do Inimigo
De toda Lusitania soccorrida.
Etc.....¹

E depois, em refôrço da sua argumentação, apela para as lições e exemplos de que a história pátria está cheia. Quando nela se manifesta *cisma*, isto é, quando ela se encontra em perigo pela divisão dos seus filhos, apparecem logo, ao lado de alguns traidores, muitos bons portuguezes a defendê-la.

Tragico assumpto neste canto offrece
A Musa humilde, historia escandalosa,
Que entre tantas presas mal parece
Cantar huma treyçam ignominiosa;
Mormente quando o seculo escurece
Aquelle resplendor, que a Patria gosa,
De não ter parallelo na lealdade
Manchada por vil Cisma em nossa idade.

Cisma o posso chamar com fundamento,
Padecido da Patria cinco vezes,
Donde por erro só do entendimento
Vacillão na fé Regia os Portuguezes.
Mostrarem-se leais foy seu intento,
Que como se não acha ouro sem fezes,
Errando contra seus proprios senhores,
Incorrem na ignominia de treydores.

Em todos estes Cismas se irá vendo,
Que se alguns a lealdade escurecerão,
Outros por ella estão resplandecendo
Na Coroa, a que esmalte illustre derão.
No que Teresa ao filho foy movendo,
Em que tantos Leoneses perecerão,
Hum Moniz a Coroa assegurando,
Nella está, qual Carbunculo brilhando.

No de Sancho, & de Affonso, se enriquece
Com Diamantes de preço, & formosura

¹ V. T. x, 125-127.

Hum illustre Pacheco, a que ennobrece
 A Truta, que o salvou por grã ventura.
 Hum Freytas, que a seu Rey defunto offrece
 As chaves no sepulchro, em que o procura,
 Que a cadaver Real Portuguez peyto
 Até na sepultura tem respeyto.

No do primeyro João resplandecendo
 Por Topazios estão dous Nunos raros,
 Hum Pereyra, que sempre foy vencendo
 Castella, fóra, & dentro em seus reparos;
 E hum leal Ataide, que excedendo
 Foy de toda a lealdade os feytos claros,
 Porque à vista do filho, & do Castello,
 Á morte se entregou, por defendelo.

No de Antonio, & Philippe o cauteloso
 Amatistos da patria a matizaraõ
 A sangue frio: tanto de ambicioso
 Jugo, que lhe puseraõ, se ciaraõ!
 Resplandece a saphira do Vimioso
 Entre os que mais o bem cõmun zelaraõ,
 Se mal afortunado no successo,
 A má fortuna lhe não tira o preço.

Neste presente muytos Lusitanos
 Seus Rubiz foraõ, quando, bem que tarde,
 A passarão de intrusos Reys Hispanos
 Á cabeça de El Rey que Deos nos guarde,
 Jacyntos saõ soldados veteranos,
 Que do sangue, & valor fasendo alarde,
 Nas fronteyras, que ousados lhe sustentaõ,
 Mais pedras muy preciosas lhe accrescentaõ.

Mais Granates muy luzidos pudera
 Nesta bella coroa ir engastando,
 Que por suas conquistas reverbera
 A luz, que em varias partes lhe estão dando:
 Basta mostrar, que quando não ouvera
 Estes cismas, que fomos apontando,
 Em todo Portugal se não achara
 Homem, que contra o sceptro armas tomara.

Se Vermuys, & Dom Pedro as empunharão
 Contra os Reys, de quem erão taõ parentes,
 Foy por falsas treyçoens, que lhe imputaraõ,
 Sendo ambos em tais culpas innocentes.

Em casos semelhantes aggravarão
 Pera Marte aggravados confidentes,
 Que aquelle que Armas tem à sua conta
 As afronta ¹, se não se desafronta.

Em todas as Nações ouve desgraças
 De treydores, de inveja, & de interesse,
 Que Reys matarão, que venderão Praças;
 Não ouve Portuguez, que tal fizesse.
 Em vam, pobre Castella, estudas traças
 De enganar, & attrahir quem te conhece:
 Ellas te derão o que tens perdido,
 Porque achaste a Viuva sem Marido.

Já agora Lusitania está casada,
 E o Marido, que tem, não te recea,
 Etc..... ².

Foi na sua pátria que o capitão Brás levantou a companhia; na região onde se criou, onde conhecia muita gente e tinha muitos parentes e amigos, dispostos a ouvi-lo, e que confiavam nas suas palavras e conselhos: se a outra região fosse fazer a leva, não seria tão bem sucedido. Bem notou êle no seu poêma que foi por igual razão que Dictaleão, Aulaces e Minuro, discípulos de Viriato, na guerra com os romanos conseguiram em poucos dias levantar milhares de soldados.

.....
 Homens de grã valor, & de maduro
 Conselho, & de tal Mestre aconselhados
 No que avião de obrar, pera mostrarem,
 Que dignos erão de Armas governarem.

Nova lista fizerão, facilmente
 Se lhe agregarão muytos dos primeyros,
 Porque dentro na Patria faz mais gente
 Hum natural, que trinta forasteyros.
 Sequito grande, & grande expediente
 Achão, & dão a tudo os tres Guerreyros,
 Em poucos dias com presteza estranha
 Pondo muytos mil homens em campanha ³.

¹ Está «afrontas» na 1.^a ed. do *Viriato Trágico*, o que é êrro manifesto, já emendado na 2.^a

² V. T. vi, 1-11. — ³ V. T. xvi, 31-32.

E de lamentar que se não conheça nominalmente quasi nenhum dos soldados alistados por Brás na sua companhia. Conta o dr. Albino de Abranches Freire de Figueiredo, no prefácio à 2.^a edição do *Viriato Trágico* por êle publicada, que *existiam no cartório do convento das freiras de Pinhel (onde então estava uma parente de Braç Garcia Mascarenhas) esclarecimentos relativos a esta companhia, que foram recolhidos, segundo lhe constou, pelo curioso antiquario, bispo que foi daquela cidade, D. José de Mendonça Arraes, parente do poeta*¹, e de alguns dos que então militavam com elle. ; Que pena terem-se perdido, como suponho, essas noticias, que o benemérito dr. Albino procurou de balde descobrir!².

Eu apenas tenho conseguido identificar dois dêsses soldados, pelas referências feitas em apontamentos genealógicos que existem na casa de Folhadosa, e na dos Soares de Albergaria de Avô. Sam êles:

— *António de Brito da Costa*, de Oliveira-do-Conde, neto de Brites Marques, tia paterna de Brás, e por isso primo dêste, vindo mais tarde a ser capitão-mór de Oliveira-do-Conde e de Currelos³.

— *António Madeira da Costa*, de Avô, dez anos mais novo do que o poeta, tio da que veio a ser mulher dêste, avô de Bento Madeira de Castro (o primitivo editor do *Viriato Trágico*), e quinto avô da senhora Marquêsa de Pomares⁴.

*

Quando Brás Garcia chegou a Almeida à frente da sua companhia, achava-se D. Álvaro embaraçado com os reparos e fortificações daquela praça, pois não tinha ninguêm com conhecimentos técnicos para delinear e dirigir tais obras, embora superabundassem as boas vontades.

O capitão Brás, dotado de grande talento, curiosidade e estudo, não era leigo em engenharia militar, ou em *arquitectura*, como então

¹ Era efectivamente parente do poeta, mas muito afastado. Pertencia à familia da mulher de Brás, descendendo de sua prima co-irmã D. Teodora Madeira da Costa, c. c. António da Costa, de Oliveira do Hospital, pela filha dêstes D. Mariana da Costa, casada em Sandomil com Cosme Fernandes de Abreu (Vid. *Not. geneal.* III, III a 2).

² Doc. CXVIII.

³ *Not. geneal.* I, IV c' 1; — *Esq. geneal.* I, D, e E.

⁴ *Not. geneal.* III, III c, — VIII c 2; — *Esq. geneal.* II, A, B, Ba.

se dizia ¹, e tivera além disso experiência e prática destas construções durante a campanha do Brasil. Foi por mais essa razão a sua vinda festejada, e o general encarregou-o de dirigir as obras, ficando a sua companhia a guarnecer a praça ²; e como ainda não tivessem chegado os outros capitães com as suas levas, D. Álvaro aproveitou a pouca gente da antiga guarnição para formar uma pequena escolta de cavalaria e infantaria, com a qual partiu para Castelo-Rodrigo ³.

Quatro avisos recebeu êle, nesta viagem, a anunciarem-lhe que o duque de Alba, governador de armas do exército espanhol no partido de Ciudad-Rodrigo, reünia gente à pressa, parecendo que se preparava para uma incursão, talvez para queimar e destruir alguns lugares da nossa fronteira.

— *Que se retirasse*, lhe aconselhavam alguns officiaes, porque, trazendo consigo tão pequena força, imprudência indesculpável seria o expôr-se a uma derrota quasi certa, desairosa para um general.

— *Mas é que eu não estou aqui como general*, responde D. Álvaro, *senão como soldado, que não sabe virar as costas ao perigo. ¡Avante, soldados!*

E passou a fronteira, internando-se um pouco pelo território espanhol, a vêr se o inimigo lhe saía ao encontro; mas absteve-se de causar o mais leve dano aos habitantes pacificos da região, que agricultavam as suas terras e apascentavam os seus gados.

O inimigo não appareceu. Fôra rebate falso.

Ainda D. Álvaro se encontrava em Castelo-Rodrigo, quando lhe noticiam que um bando de espanhoes haviam passado a fronteira ali perto, a N.-E., e que entrando no lugar de Mata-de-Lobos queimaram tudo e mataram muita gente. Era tão preciso e circumstanciado o aviso, que o general acreditou. Chegaram nesta ocasião dois dos seus capitães, Luis de Ataide e Manuel Teixeira Homem, com as companhias que haviam acabado de levantar, e que, sabendo da

¹ Escreveu o poeta:

A architectura honra as outras Artes:
Muros, Portas, Sortidas, Esplanadas,
Cavalleyros, Sortidas, Baluartes,
Rebelius, Cavas, Pontes, Estacadas,
E outras mil invenções em varias partes
Fabrica com primor descortinadas:
Toda se applica à Guerra defensiva,
Nos sitios participa da offensiva.

V. T. IV, 16.

² SALGADO, op. cit., fl. 117. — ³ Ibid.

presença do general em Castelo-Rodrigo, para ali se dirigiram, em vez de irem para Almeida. Aproveitou-os, mandando-os seguir imediatamente em perseguição do bando; mas logo em seguida vem novo aviso a desmentir a anterior notícia.

Por enquanto os espanhóis nesta fronteira não tinham exército que os autorizasse a tomar uma atitude ofensiva.

*

Deixara o general ordem em Almeida, que as companhias que fôsem chegando ali aguardassem o seu regresso; e assim se fez. Ao voltar já encontrou mais seis companhias, todas bem compostas, levantadas pelos capitães beirões.

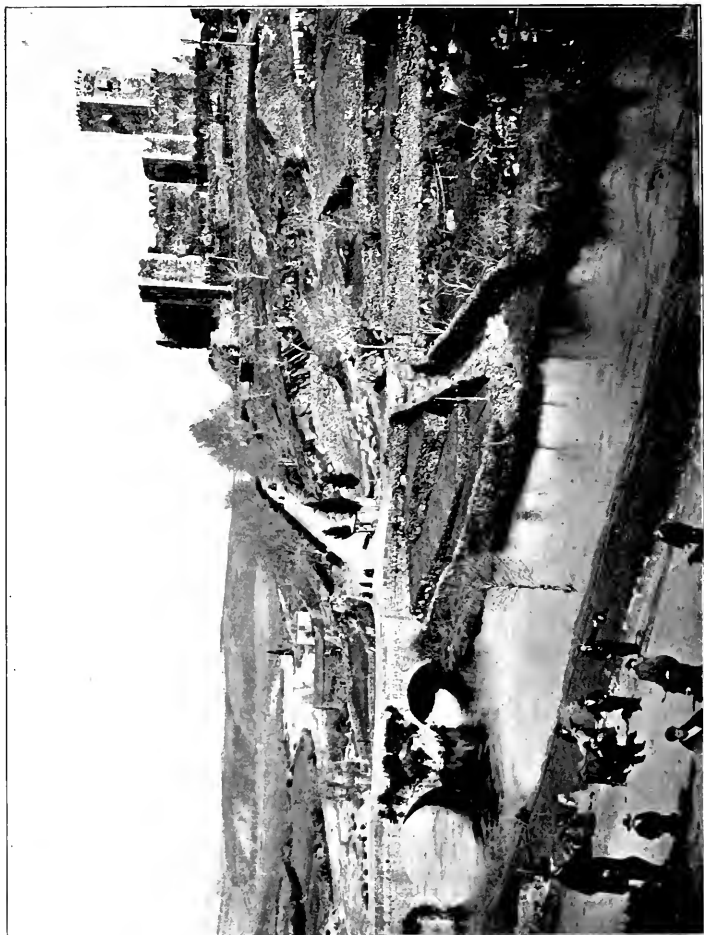
Soube então que na povoação espanhola de Aldea-del-Obispo se notava um movimento desusado de gente, donde provinha a descon-fiança de que o duque de Alba estivesse concentrando tropas para vir atacar Almeida. Não quiz saber mais. Mandou reúnir toda a tropa disponível de cavalaria e infantaria que ali tinha, e que já era considerável, e partiu com ela a fazer frente ao inimigo. O capitão Brás Garcia era um dos oficiais que iam na expedição.

Rufando nas suas caixas foi êste corpo de tropa marchando pela margem esquerda do rio de Tourões acima, passou à vista de Aldea-del-Obispo, que fica da outra banda, e chegou à nossa povoação de Val-de-la-Mula, onde fez alto. Ali se deteve até ao sol posto, sem notar nenhum movimento anómalo no território espanhol, onde bastante gado pastava tranquilamente. Ao anoitecer mandou retirar.

Era uma bela noite, repleta de luar. Já próximo de Almeida tiveram de passar um pequeno ribeiro. Quando a infantaria, que era comandada pelo capitão Brás Garcia de Mascarenhas, vencia êste insignificante obstáculo, eis que de repente um enorme meteoro luminoso rasga a atmosfera, traçando uma larga estrada de fogo, que se mantem incendiada por um pouco. Deu-se isto tão perto, que pareceu aos soldados que lhes *quentou rostos, & orelhas*, e assustados recuaram. Repreendeu-os asperamente o capitão Brás, por se terem espantado e saído das fileiras sem ordem para isso; e fê-los marchar sem mais detença.

*

Precisava D. Álvaro de conhecer por seus próprios olhos a região da fronteira, cujo governo e defêsa lhe estavam confiados, tendo para



isso de estudar o território, visitar os castelos que nele havia, observar as suas condições de defêsa e planejar o que tinha de fazer para os melhorar. Resolveu partir sem mais demora, e para o acompanhar organizou uma fôrça pequena mas escolhida, sendo a vanguarda formada por uma companhia de 130 soldados de cavalaria, e a retaguarda pela companhia de 183 soldados de infantaria comandada pelo capitão Brás, que êle desejava ter sempre ao pé de si. As obras da fortaleza de Almeida passaram por isso a ser dirigidas pelo sargento-mór Rodrigo Soares Pantoja, novo governador desta praça.

Com a mencionada fôrça percorre D. Álvaro todas as terras de Riba-Côa, visita com minucioso escrúpulo todos os castelos ali existentes, desde o Sabugal até ao rio Douro; e, não podendo então passar ao Sul do Sabugal¹, envia pessoas da sua confiança que façam a visita e inspecção até ao Tejo, e em seguida o informem.

Ficou horrorizado com o estado em que viu os castelos, em grande parte desmantelados e em ruínas, incapazes de oferecerem resistência séria à invasão espanhola, que era de esperar mais dia menos dia.

Nesta marcha de reconhecimento D. Álvaro passou várias vezes a fronteira; acompanhado da mencionada fôrça, penetrava no território espanhol e ia também reconhecendo externamente os castelos inimigos e as suas povoações, sem contudo praticar actos de agressão violenta. Caminhava entretanto sempre debaixo de forma, com as bandeiras arvoradas, dando vivas a el-rei D. João IV, vozes estas que algumas vezes encontravam correspondência nos pobres paisanos espanhóis, que se lhes deparavam. ; Muito pode o medo!

Evidentemente o duque de Alba ainda não dispunha de fôrça com que pudesse fazer frente ao nosso exército da Beira.

O primeiro logar povoado de Espanha, por onde passou o nosso general com a sua tropa, foi a vila de Fuentes. Á sua aproximação os habitantes apavoraram-se, e abandonaram a vila pondo-se em fuga, indo alguns parar a Ciudad-Rodrigo, onde a notícia da incursão, grandemente amplificada, assustou algumas famílias, que se recolheram a Salamanca; mas outros paisanos, menos assustadiços, deixaram-se ficar por perto em observação, e vendo que a nossa tropa, sem fazer dano algum aos povos, passava adeante, e que, encontrando

¹ A estampa fronteira representa o castelo do Sabugal, com a sua tórre quinqüária, visto da margem esquerda do rio Côa.

rebanhos de gado, dêles não fazia caso algum, podendo sem a mínima resistência saquear uns e apoderar-se dos outros, inferiram que os portugueses não queriam hostilizar quem não pegasse em armas contra êles. Reverteram pois às suas lides agrícolas.

Daqui em diante já a aproximação da tropa portuguesa não perturbava os paisanos espanhóis que agricultavam as terras e guardavam os rebanhos, os quais se deixavam ficar, limitando-se a descarpuchar-se e fazer, mesmo de longe, grandes cortesias ao general, ou ao comandante da fôrça ¹.

E na fronteira portuguesa ficou havendo igual tranqüilidade, reconhecendo-se de parte a parte que essas miseráveis hostilidades de destruir e roubar só serviriam para prejudicar gravemente uns e outros.

Assim o general D. Álvaro conseguiu prudentemente afastar o espectro da fome, cujo receio já começava a preocupar os espíritos. A primavera ia adeantada, as terras prometiam, é verdade, um ano abundante, os gados pasciam em grande número nas várzeas e nos valeiros, tanto em terras de Espanha como em terras de Portugal. Se duma e outra parte se adoptasse o sistema do roubo e devastação por surpresa, que o pretexto da guerra costuma legitimar, ¿ o que seria desta pobre gente pacífica e laboriosa ?

Já os moradores do distrito de Castelo-Rodrigo, prevendo esta calamidade, tinham representado com tempo a el rei a pedirem-lhe que ao menos fossem salvos os gados daquela região tão exposta, mandando sua majestade providenciar sôbre a sua remoção para outra, mais afastada da raia, e por isso mais segura: e em carta régia de 14 de fevereiro se ordenara a D. Álvaro que satisfizesse aquêlê pedido ². Mas o general obteve resultado mais completo com a sua entrada em Espanha, impondo respeito e infundindo confiança. A tranqüilidade ficava garantida por algum tempo aos paisanos de cá e de lá.

*

Em seguida à viagem de reconhecimento, pôs D. Álvaro todo o empenho na reparação dos castelos, especialmente daquêles que por sua situação estavam destinados a guardar as principais entradas da fronteira.

¹ SALGADO, op. cit., fl. 117.

² T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. 1, fl. 32.

As mais fáceis incursões seriam por Almeida e por Alfaiates. Na fortaleza daquela vila iam proseguindo com toda a actividade as obras, sob a direcção do governador Rodrigo Soares Pantoja; do de Alfaiates era preciso cuidar com urgência. Era lá governador o capitão Gonçalo de Afonseca de Aguilar, official de grandes créditos, que agora passava a governar a fortaleza de Salvaterra; era pois ocasião oportuna do general confiar aquêlê govêrno a pessoa que tivesse as qualidades e conhecimentos excepcionais que tão melindroso e arriscado cargo exigia.

D. Álvaro não hesita. Nomeia governador de Alfaiates o capitão Brás Garcia de Mascarenhas, que lhe merecia confiança muito especial.

Brás parte logo com a sua companhia a tomar conta da fortaleza e a guarnece-la.

Parece que a vila de Alfaiates fôra fortificada em tempos antigos; há nela vestígios de ter sido povoação romana. Enquanto foi espanhola, chamava-se *Castillo de Luna*; em tempo de D. Dinis, no outono de 1296, passou com os outros territórios e castelos de Ribacôa para o domínio português. Foi depois disso que se edificou fora da vila, em lugar adequado, um pequeno castelo, de planta rectangular, formando aproximadamente um quadrado de cêrca de 28^m por lado, com os dois ângulos N. e S. protegidos cada um por uma tôrre.

Quando Brás Garcia assumiu o govêrno dêste castelo, achava-se êle em muito mau estado, parte em ruínas. Mandar reconstruir a parte arruinada segundo a primitiva traça seria um despropósito, porque a moderna tática, em que desempenhavam o principal papel as armas de fogo, exigia condições muito diversas das antigas. Ê êste facto memorado pelo poeta quando, ao descrever as fortalezas doutros tempos, faz referência às modernas, dizendo em que diferem umas das outras.

As que de pedra inda agora achamos,
 Eram mais que as cortinas, levantadas,
 Ao revés de Epiphérias, que hoje vsamos,
 Mais bayxas, & mais bem descortinadas;
 Que alem de que melhor terraplenamos,
 Nossas cortinas são mais franqueadas,
 Porque hê de Praças militar sentença,
 Quanto mayor travês, mayor defença ¹.

¹ V. T. II, 18.

O que havia a fazer necessário era que se executasse rapidamente, porque novos rumores corriam de que o duque de Alba se preparava; e era de recear uma incursão, quando menos se cuidasse. A fortaleza, como estava, não podia oferecer resistência.

Delineou pois o nosso governador uma nova muralha, mais baixa, cingindo o antigo castelo, e ampliando-lhe assim a área. Tive a fortuna de encontrar um distinto oficial de engenharia, o capitão dr. Abel Augusto Dias Urbano, que há 16 anos visitou e estudou este castelo, conservando casualmente ainda, além de alguns apontamentos e reminiscências preciosas, a planta que então levantou, e que eu aqui reproduzo¹. Passo a transcrever textualmente as informações obsequiosamente fornecidas por este meu bom amigo, às quais não altero nem uma vírgula, para evitar o perigo de as estragar.

— «As minhas informações, diz o sr. capitão Abel Urbano, estão talvez bem longe da precisão com que V. Ex.^a as desejaria para o seu interessante e valioso trabalho sobre Brás Garcia de Mascarenhas, porque parte delas se baseiam em apagadas reminiscências duma visita que, há perto de 16 anos, fiz àquêle castelo. Procurarei, ao menos, torná-las quanto possível exactas. São as seguintes:

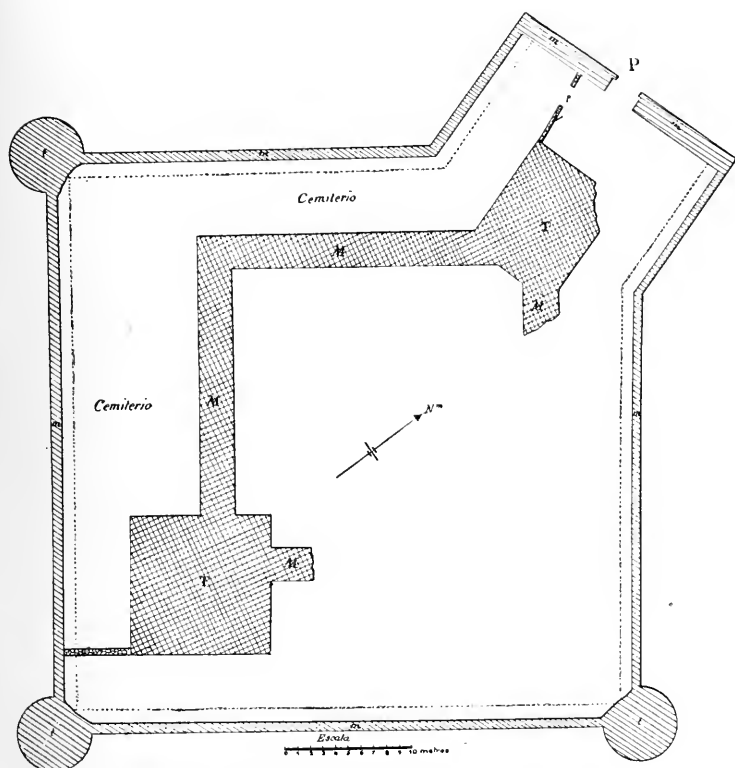
«O denominado *castelo* de Alfaiates, situado a pequena distância desta povoação, é um pequeno forte do século xvii, de planta aproximadamente quadrangular, e ocupando a área de 2.300^{m²}. Envolve um antigo castelo, talvez do século xiii ou xiv, do qual restam apenas as ruínas de dois pequenos lanços de muralha e de duas torres rectangulares.

«O forte, pelo seu aspecto, foi verosimilmente construído com materiais extraídos das ruínas do velho castelo, e apresenta vários indícios de ter sido uma fortificação feita em pouco tempo, e com escassos recursos.

«Em três dos salientes do forte há tambores circulares, com o diâmetro médio de 5^m,80, destinados ao flanqueamento das faces. Correspondendo ao quarto saliente, nota-se uma disposição digna de menção: os lanços do muro contíguos ao saliente desviam-se da sua direcção geral, formando ângulos obtusos reentrantes, e são ligados por um lanço de muralha perpendicular à nova direcção comum da-

¹ Encontra-se na fronteira página a referida planta, onde se distinguem bem os restos do antigo castelo com as suas duas torres, e a muralha exterior, construída em três meses, no ano de 1641, pelo capitão-governador Brás Garcia de Mascarenhas.

Planta da fortaleza de Alfaiates



MMMM — Restos da muralha antiga.

TT — Restos das antigas tôrres.

mmmm — Muralha construida no século xvii.

ttt — Tambores da fortaleza do século xvii.

P — Porta do forte.

As pequenas cortinas, que ligam cada uma das antigas tôrres à muralha circundante, são vedações modernas do espaço destinado a cemitério paroquial, cuja entrada é designada pela letra p.

quêles, no qual foi aberta a porta do forte, constituindo-se assim uma espécie de saliente de planta rectangular.

«Esta disposição apresenta o defeito, sob o ponto de vista defensivo, de a entrada do forte não ser flanqueada pelos fogos dos tambores de flanqueamento. É provável que se empregasse aquella disposição para que o forte envolvesse uma das tôrres, e se evitasse uma demolição demorada e trabalhosa. Aproveitou-se talvez o maior commandamento das ruínas da torre, para se obter sôbre elas um segundo andar de fogos, que permitisse uma boa defêsa da entrada do forte.

«É de presumir que os três tambores servissem de plataforma para bôcas de fogo, destinadas ao flanqueamento e à defêsa a distância. As paredes do forte são muito mais baixas do que as da antiga muralha do castelo: com êste pequeno relêvo do forte diminuía-se, com grande vantagem, o ângulo morto dos tiros da defêsa.

«Os muros do forte eram coroados por um parapeito de alvenaria de 0^m,66 de espessura.

«Atendendo-se ao desenvolvimento da linha de fogo do pequeno forte, pode calcular-se que a sua guarnição não devia ir além de 200 homens.

«Eis, em resumo, as minhas deficientes informações sôbre o assunto, que tanto interessa a V. Ex.^a e aos leitores da sua excelente monografia sôbre a estranha individualidade de Brás Garcia».

Até aqui a nota interessante do illustre official de engenharia, a quem tributo o meu agradecimento.

Toda esta obra conseguiu Brás Garcia, com a sua assombrosa actividade, que se realizasse em três mêses apenas. Afirma-o êle mesmo:

O Castello da Lua, que fizera
A ferrugenta paz Lua mingoante,
Em tres mezes sómente considera
Regular Epiphéria o caminhante ¹.

O dr. João Salgado de Araújo, no seu livro já bastantes vezes citado, refere-se à obra realizada pelo nosso poeta na construção do forte de Alfaiates, attribuindo-a, por equívoco, a tempo um pouco posterior. Diz êle:

— «Em tempo do General Fernão Tellez de Meneses, sendo Go-

¹ V. T. xiv, 85.

uador desta praça o Capitão Bras Garcia Mascarenhas, foi cercada com giro de quatro mil seiscientos, & oitenta pès Geometricos, fora as voltas dos baluartes, em altura de 25. pès. Obra por certo de importancia, a que incansavelmente assistio o mesmo Governador, em cujas cauas se acharão moedas antigas de cobre, & algumas de prata, duas de Sertorio com sua effigie de hũa parte, da outra a cerua insignia sua, Estribos com cadeas de ferro por loros, mós de moinho de mão, & outras antiguidades ¹».

*

Ao mesmo tempo que fazia avançar a obra da fortaleza, o capitão Brás não deixava de vigiar de perto o inimigo, tendo o cuidado de o não perder de vista nem um só momento, para evitar alguma surprêsa desagradável. Tinha consciência das suas responsabilidades como governador duma das fortalezas da fronteira mais importantes pela sua situação, e cumpria os seus deveres com os extremos de zêlo que lhe estavam na índole.

Estabelece em terras de Espanha um serviço de espionagem muito abundante em agentes, e muito bem feito. Especialmente em Ciudad-Rodrigo, onde o duque de Alba urdia os seus planos, e na praça de Albergaria de Argañan, pelo nosso poeta denominada eruditamente Augustobriga, fronteira a Alfaiates, na qual era governador D. Francisco de Eraso, valente e brioso militar, vulgarmente conhecido pela alcunha de *Maçacão*, não se movia uma aranha sem que êle o soubesse logo.

A espionagem junto do inimigo era um elemento em que Brás reconhecia grande importância, e de que fazia largo uso. Aos indispensáveis serviços de vigias e de espias se refere em várias passagens do poêma.

Mas a noyte occultou ambas as partes,
Dando repouso a todos os cançados,
Não às vigias, que nos orizontes
Argos dos valles são, lynces dos montes ².

E logo sobre Plaucio despedindo
Muytas Espias, trata com destreza
Das prevenções, que destros prevenidos
Difficilmente podem ser vencidos ³.

¹ Op. cit., fl. 101.

² V. T. ix, 52. — ³ V. T. ix, 58.

E falando de si mesmo, quando era governador de Alfaiates, declara :

Em numero, & valor grande, & luzido
Argos se ostenta a poder de Espias,
Com que lynce da opposta Augusto-briga,
O minimo descuydo lhe castiga ¹.

Estes agentes de espionagem eram magníficos, e prestavam optimo serviço, porque Brás Garcia os tinha escolhido com cuidado e os remunerava generosamente, trazendo-os

Bem pagos, que o caminho não dilata
Quem tais esporas leva de ouro, & prata.

Na Praça com mais credito atacada
(Tanto os ingenhos Marte sutiliza l)
Hè de quanto se faz fora avisada,
E de quanto se passa dentro avisa.
Toda a que se cercou foy espiada,
Que se mete hũa Espia entre a camisa,
E depois de sitiada, quando menos,
Se entende por sinais, & por acenos ².

Mas um cabo de guerra deve também sempre contar com a espionagem do inimigo, e supor que nos seus próprios arraiais e castelos andam espias mui bem disfarçadas, a observar quanto faz e diz; precisa de ter o máximo cuidado em ocultar os seus planos e proceder de forma que os espiões sejam iludidos e desnorteados pelas aparências.

Mas elle o escuro enigma interpretando,
Finge que se não dà por entendido,
Pera que assim melhor desminta Espias,
Ajuntando sua Gente em breves dias ³.

*

Havia na fronteira espanhola três castelos, que pela sua situação e condições eram uma constante ameaça ao sossêgo e tranquillidade da nossa fronteira. Eram os de *Albergaria* em frente de Alfaiates, *El Payo* na falda setentrional da serra de Gata, na região onde nasce o rio Águeda, e *Eljas* na falda meridional da mesma serra, onde tem a sua origem o rio Elgas.

¹ V. T. XIV, 84. — ² V. T. XIX, 50-51. — ³ V. T. IX, 55.

Convinha fazer um reconhecimento minucioso destas fortalezas, ter registo exacto e seguro dos seus fracos, para na primeira ocasião oportuna serem conquistadas e destruídas, tirando ao inimigo a vantagem de possuir aquelas sentinelas avançadas, donde podia com grande facilidade saltar de surpresa às nossas terras a saqueá-las e danificá-las, ou a fazer alguma incursão em forma.

Empresa melindrosa e arriscadíssima era porêem esta, que se não podia confiar senão a quem tivesse conhecimentos técnicos, e estivesse disposto a sacrificar a liberdade e até a própria vida, que perderia se tivesse a infelicidade de despertar suspeitas e de ser descoberto o seu intuito.

O general, em uma das suas passagens por Alfaiates, conversa a êste respeito com Brás Garcia, que era o oficial em cujos talentos, aptidões, discreção e lealdade mais confiava. A lembrança era bôa, não havia dúvida, mas ¿ quem poderia e quereria incumbir-se de a executar ?

Depois de matutarem no caso, sae-se o capitão com esta :

— *Não pense mais nisso, meu general. Se V. S.^a me dá licença, e me julga apto para a empresa, vou eu mesmo.*

— *¿ Vós!...*

— *Sim. Tenho por muitas vezes arriscado a pele; a morte já eu vi em várias ocasiões bem perto de mim. Com a ajuda de Deus, que nunca me faltou, sair-me hei vitorioso desta empresa em prol da Pátria.*

Ficou logo ali o caso assente. ¿ Como se desempenharia do perigoso encargo? Não o sabia. Havia de pensar. Isso agora era com êle e com mais ninguém.

Dentro de poucos dias, confiado provisoriamente a outro oficial o govêrno de Alfaiates, o capitão Brás Garcia desaparece. Decorrido algum tempo, apresenta-se a D. Álvaro e entrega-lhe as plantas dos três castelos, acompanhadas de informações preciosas sôbre o modo de neles entrar, quando fôsse ocasião oportuna !

¿ Teria o nosso poeta comércio com o *dêmo*, e seria êste que lhe forneceu tais plantas e informações ?

Nada disso. Cousa bem simples.

Brás cobriu-se com uns andrajos de mendigo, fingiu talvez alguma úlcera ou outra deformidade comovente, pegou numa rabeça ou guitarras, e entrou em Albergaria, qual *mendigo viandante* a esmolar, cantando cóplas ou xácaras populares castelhanas, entremeadas pelo peditório—*Una limosna, por amor de Dios*,— alternando esta lamúria com uns *Padre-nuestros* muito arrastados e chorados. É natural que

falasse com perfeição a lingua castelhana, e isso era um elemento de valor para não despertar suspeitas.

¿ Quem estorvaria o pobre mendigo de se encostar às muralhas, de estacionar às portas, de penetrar no pátio do quartel, de entrar na própria tôrre de menagem, a estender a mão trémula de necessidade a todas as pessoas que encontrava ?

Ao fim de alguns dias, qual ave de arribação, emigra de Albercaria; mas se alguém então lhe desse busca aos alforjes de mendigo, ou mais provavelmente aos forros do seu andrajoso fato, lá encontraria muito bem dobrado um pequeno papel com a traça da fortaleza.

El Payo e Eljas receberam a mesma visita do pobre *pardiosero*, e com idêntico resultado.

A cartada fôra arriscada, mas feliz. ; O jôgo estava ganho !

*

Vê-se do exposto que D. Álvaro de Abranches governava as armas pacificamente, não fazendo provocações, respeitando e promovendo o sossêgo em que viviam os espanhois, e êste procedimento foi rico em consequências prósperas; mas não menos se vê que à sombra desta tranquillidade o general não se descuidava de preparar terreno para o futuro.

Nos princípios de junho é-lhe entregue uma carta de D. João IV datada de 24 de maio, a ordenar-lhe que acuda ao Norte com a possível gente, porque Chaves está ameaçada duma incursão ¹.

; Acudir a Trà-los-Montes ! ¿ E quem ficava guardando e defendendo a fronteira beirôa ? Acolá, em Ciudad-Rodrigo, o duque de Alba não dorme; aguarda reforços ao seu exército e descuidos do nosso, para então dar um golpe certo. Que êle só na aparência se conserva inactivo, mas na realidade se prepara, é cousa certa. ¿ Quem sabe até se o boato ou aviso da próxima incursão por Chaves será rebate falso preparado por êle, a vêr se a Beira se desguarnece, para então lhe dar o salto ? Não, essa jornada a Chaves seria um êrro grosseiro. Além disso escaceavam-lhe as munições, não possuía artilharia, faltava-lhe o dinheiro para pagar aos soldados, e êle general já se achava individado por ter de satisfazer pagamentos inadiváveis, não havendo dinheiro em caixa ².

¹ T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. 1, fl. 65 v.º.

² Satisfazendo às alegações feitas por D. Álvaro de Abranches, são expedidas

As escusas apresentadas por D. Álvaro revelam sensatez e prudência, mas não são bem recebidas por algumas pessoas, começando desde logo as murmurações. Quando em toda a fronteira, desde a margem do Minho até à do Guadiana, as tropas portuguesas se estavam batendo activamente e com successo com as espanholas, é o que significa aquella inactividade, aquêlê *dolce fare niente* de D. Álvaro de Abranches e do duque de Alba, a olharem um para o outro de braços cruzados, numa situação de comodismo invejável, mas pouco gloriosa?

Em julho recebia o general da Beira ordem terminante del-rei para romper hostilidades sem mais demoras¹. Percebe claramente que a intriga começa a fervillar contra êle na côrte; mas o rompimento nesta altura seria um perfeito desastre. Todos os seus esforços convergiam para organizar a defêsa desta fronteira com os pouquíssimos recursos de que dispunha; entretanto era certo que, apesar de já ter feito muito, muito mais havia a fazer, antes de se julgar habilitado a ir provocar o inimigo.

A recusa fundamentada de D. Álvaro a cumprir a ordem superior foi muito mal apreciada, não lhe faltando criticas acerbas². Ele pôrê-m vingava-se dessas críticas com o desprêzo, e não se escusava de ir aumentando e bem dispondo os preparativos para a defêsa. Reparação de castelos, fabricação de armas, aquisição de munições, exercícos dos soldados, disciplinação do exército, tudo isto lhe merecia grandes cuidados, conseguindo realizar verdadeiras maravilhas com a pobreza e miséria de meios, que tinha à sua disposição.

*

O capitão-governador de Alfaiates não malbaratava entretanto o tempo. Também aproveitou a tranquillidade e sossêgo actual para

pelo secretário do *Conselho de Guerra* António Pereira duas cartas em data de 18 de junho de 1641: uma dirigida aos deputados da Junta da Fazenda a dizer-lhes que S. Magestade, em decreto sôbre consulta do Conselho de 14, manda que sejam avisados da necessidade que tem o general da Beira de dinheiro, para pagar à gente que se tem recrutado, pois está individado, e que seja socorrido com urgência (*Secret. do Cons. de Guerra*, l. 1, fl. 77 v.º);— outra para Rui Correia Lucas, tenente-general de artilharia, dizendo que S. Magestade, em resposta de 14 do corrente à consulta do Conselho, ordena se lhe diga que envie ao general da Beira três artilheiros e um condestável, que êle deixou quando partiu, e ainda lá não chegaram (*Ibid*).

¹ *Hist. de Port. restaur.*, t. 1, pág. 284.—² *Ibid*.

tomar conhecimento de todo aquêlê vasto território que constituía a bacia hidrográfica do Côa, e que vai desde os últimos contrafortes occidentais da serra de Gata onde nasce aquêlê rio, até Foz-Côa onde se lança no Douro.

¿Quantas vezes, em defêsa da Pátria, não viria êle a precisar de sair da sua atalaia de Alfaiates, para cair sôbre os espanhoís, quando êstes se resolvessem a vir procurar os portugueses? mas, para fazer isto com vantagem, carecia de conhecer bem a topografia da região, que é extremamente acidentada, com os seus valos, obstáculos, trincheiras, fossos, portelas, tudo isto formado pela natureza.

Já tinha percorrido rápidamente grande parte desta região, quando comandou a infantaria da escolta do general em visita aos castelos e fortes. Propõe-se agora fazer um estudo minucioso topográfico, como lhe era necessário, de todo o território. E faz realmente êsse estudo com o máximo cuidado e diligência em toda a mencionada região,

Cujas metas, & brigas¹ registando
Solitario os perigos desestima,
Da tumba ao berço, donde nasce, & morre
O turvo Cuda², cuydadoso corre³.

*

Em agosto de 1641 deu-se um facto, que veio perturbar o estado de tranquillidade que acabamos de referir.

Era então reitor da Universidade de Salamanca um nobre genovês naturalizado espanhol, de nome D. Tomás Dória, filho do duque de Tursis e sobrinho do príncipe Juanestín Dória, que, sendo do mesmo modo genovês naturalizado em Espanha, fôra também reitor da Universidade Salmaticense em 1589-1590, e mais tarde cardial da S. Igreja Romana.

Terminado em julho o ano lectivo, D. Tomás veio passar *las va-*

¹ *Brigas*. São, se não laboro em equívoco, os castelos ou fortalezas, tão numerosos nesta região. O nosso poeta, que lia com admiração a *Monarquia Lusitana*, lá viu, no l. I, tit. 1, cap. vi, mihi fl. 14 v.º, que em memória do antigo rei Brigo, em toda a Espanha, e na Lusitânia em especial, *se chamarão as fortalezas, & cidades, Brigas*.

² *Cuda*, nome latino do rio Côa.

³ V. T. xiv, 83.

caciones com um primo chamado D. Cesar Lencabechia para as propriedades que tinha em Navas-Frias, na fronteira espanhola, três léguas a S.-S.-E. de Alfaiates.

Saiu uma manhã a distrair-se à caça pela raia com alguns criados, e vendo em território português um pobre homem descalço a regar uma horta, mandou-o agarrar pelos seus criados; sem lhe consentirem que se calçasse, levaram-no para Navas, onde D. Tomás, depois de minucioso interrogatório, o mandou para a cadeia.

Houve logo quem viesse relatar o ocorrido ao governador de Alfaiates, que imediatamente comunicou o facto ao general, e pediu licença para tirar a desforra merecida, indo prender a sua casa D. Tomás, com os criados, e soltar o pobre paisano prêsó.

O general concordou; era necessário dar uma lição para desafrentar o brio nacional e infundir temor e respeito ao inimigo. Pôs entretanto a cláusula de nada saquearem, nem fazerem prisão alguma, senão de D. Tomás e seus familiares.

Foi numa sexta feira, 23 de agosto, pelas 9 horas da noite, ao nascer da lua que havia sido cheia dois dias antes, que Brás Garcia partiu de Alfaiates com uma fôrça de 130 soldados de infantaria, sem comunicar a ninguém o destino da diligência. A noite estava esplêndida, e fazia um luar magnífico. Dirigiu a marcha por Aldeia-Velha e Aldeia-do-Bispo, donde, passando a fronteira, chegou às Eiras de Navas-Frias sem ser presentido. Dalí enviou o seu alferes Simão Nunes Tigre com cincoenta mosqueteiros cercar a casa de D. Tomás, e êle marchou sôbre a vila com a restante fôrça.

Era na madrugada do dia de S. Bartolomeu, dia em que, segundo a crença popular, anda o diabo à solta; e bem à solta andou para a família de D. Tomás Dória!

Damos agora a palavra ao dr. João Salgado de Araújo, que nos vai descrever o que fez Brás Garcia desde que chegou à vila de Navas-Frias. Esta descrição é decalcada sôbre notas fornecidas ao autor por alguém que ia na diligência, talvez pelo próprio Brás.

«Prendeu a gente della (*da villa*), que lhe sahio ao encontro, & segurandoa logo, de que lhe não auia de fazer dano (não auendo resistencia, & com ella abrasarlhes a villa, & soltando alguns, pera que fossem dar este aviso aos mais) se quietarão todos.

«Dom Thomas, que ainda estaua leuantado em celouras, acabando de castigar hum page, ouuindo a primeira voz do rebate, saltou por huma janela, assi como estaua, e se entrou per brenhas, onde teue alcance de huma bala perdida, que o ferio leuemente, por baxo de

huma orelha, & foi a pe despido como se achou, parar dali duas legoas no mosteiro de S. Martinho.

«Seus criados, que erão dezoito bem armados, se acastelarão na casa, & poserão em defenza; firindo polas janelas, a cinco soldados nossos. Foi rompida a primeira porta da casa, que se quebrou com hum marrão, leuado pera esse efeito. A segunda se não podia quebrar, & lhe mandou Bras Garcia Mascarenhas por fogo, arrimando-lhe muita lenha seca, que se achou perto, & tanto que o fogo começou de se atear, lançarão os de dentro bandeira branca, pola janela, pedindo quartel, & abrirão a porta.

«Tanto que o lume foi apagado entrou dentro o Alferes Tigre, achou todos os criados na sala. Perguntados, qual delles era Dom Thomas? Responderão não estaua em casa. Toda se reuolueo. Auia aduertencia, que se parecia com Dom Cesar Lencabechia seu primo, que com elle estaua. Leuado ao Governador, com presunção de que fosse Dom Thomas, por tres vezes lhe pos a espada na Garganta, pera que o declarasse. Não lhe pode tirar mais, que dizer era hum homem principal, & que não diria mais, posto que o matasse.

«O Governador o mandou por a bom recado, polo modo com que o ouuira responder, & mandou lhe trouxessem, os q̄ fossem daquella statura. Acharão quatro que maniatarão.

«Buscada bem a casa auia nella armas, baixela de prata, caualos, & muitas cousas de preço, & em nada se tocou, sò com os pes mandou Bras Garcia Mascarenhas pisar a prata. Alguns dirão, não teue isto causa, mas eu o não entendo assi. Mandou lançar bando pola villa, sobre saber, se auia quẽ de algum roubo soldadesco se queixasse: não ouue quem. E posto ouuera, o certo he que com tais hospedes darião tudo por empregado, a troco de já os não verem: com tudo o Capitão fez o que deuia. O certo he, que deu esta acção muito que notar nos Castelhanos, acerca de quã isento se mostraua o General, per seus officiais, na cobiça de fazenda do inimigo. O Capitão o deixou assi dito, que seu General, sò mandaua prender a Dom Thomas sem offensa daquella uilla. Tirou da prizão o Portugues, & alguns mercadores, que nella estauão detidos.

«Descuberto Dom Cesar, primo de Dom Thomas de Oria offerecia no caminho dez mil cruzados por sua soltura, mas não lhe aproveitou; elle depois se soube aproueitar, porque vindo preso a Lisboa se tornou pera Castela, & não ouue pera o erario resgate algum»¹.

¹ DR. SALGADO DE ARAÚJO, op. cit., fl. 118 e s.

O conde de Ericeira explica porque não houve resgate, e completa a notícia assim:

«Foy remettido a Lisboa (*Dom Cesar Lencabechia*), e teve indústria pera fugir da prisão. Bras Garcia Mascarenhas fez guardar taõ pontualmente aos soldados a ordem que levava, que até perdoáraõ á prata que havia em casa de Dom Thomás, e soltando o Paysano prisioneiro, se retirárão para Alfayates» ⁴.

*

Não levaram a bem os espanhois o feito de Navas-Frias, e quiseram tirar desfôrço. ¿Mas quê? Houvera acolá apenas uma legítima desafronta, dirigida contra a pessoa que provocara e ofendera, procedendo os portuguezes com isenção e nobreza admiráveis, nada saqueando, a ninguém ofendendo; o desfôrço dos espanhois consistiu em passarem a raia alguns soldados de cavalaria e infantaria, e, caíndo de surpresa sôbre uma porção de gado que pastava tranquilamente próximo de Aldeia-da-Ponte, roubarem-no. Eram cêrca de quinhentas cabeças.

Estava então nesta aldeia uma pequena fôrça de cavalaria, comandada por Simão de Oliveira da Gama, tenente da companhia de Diogo de Tovar. Saltou logo ao caminho, e deu caça aos espanhois. Os soldados de cavalaria castelhanos fizeram-lhe frente, e começaram a escaramuçar, enquanto os de infantaria se iam escapando com o gado.

Apenas de Aldeia-da-Ponte viram o assalto, fizeram logo sinais a pedir socôrro, que foram ouvidos em Alfaiates, distante uma légua. Brás Garcia marchou imediatamente com infantaria para o local donde se pedia socôrro, e chegou ainda a tempo de encontrar a cavalaria espanhola a escaramuçar com a nossa; mas, apenas os castelhanos avistaram o refôrço de infantaria portuguesa, puseram-se logo em fuga. Não havendo possibilidade de os alcançar, o nosso governador quis tirar desfôrço, indo saquear Genestosa, logarejo que ficava ali próximo; não pode porém fazê-lo, porque se desencadeou uma trovada medonha, que obrigou os nossos a recolher-se á pressa a Alfaiates.

O insulto não podia ficar sem resposta, e foi Brás Garcia o encarregado pelo general de a dar à letra, entrando por terras de Cas-

² D. LUÍS DE MENESES, *Hist. de Port. restaurado*, t. I, l. IV, pág. 286.

tela, com licença aos soldados para saquearem o que encontrassem. Estava o nosso capitão para fazer a entrada na fronteira espanhola, três dias depois do assalto a Aldeia-da-Ponte, quando se lhe apresenta um castelhano vindo da praça de Fuente-Guinaldo, que se dizia emissário do duque de Alba, o qual lhe mandava pedir desculpa do abuso praticado pelos soldados, restituir todo o gado roubado, e pagar qualquer rez que faltasse.

Contou-se o gado; faltavam três cabeças, que foram pagas pontualmente.

Brás Garcia recolheu de novo a Alfaiates, donde fez aviso do acontecido ao general, que, à vista de tão correcto procedimento, deu ordem a todos os governadores da fronteira, que não consentissem que se fizesse agravo aos castelhanos. De parte a parte se estabeleceu esta praxe, que ficou vigorando por algum tempo: quando dum ou doutro reino alguns soldados se desmandassem, indo fazer pilhagem ao território adverso, os governadores das respectivas praças mandavam logo restituir integralmente o roubo.

Assim se restabeleceu a quietação anterior.

A 19 de setembro foi expedida uma carta régia ao general da Beira, e outras iguais aos das outras fronteiras, em que se faziam recomendações, que perfeitamente aprovavam e sancionavam o procedimento havido por D. Álvaro com os espanhóis ¹.

*

Fôra D. Álvaro de Abranches atingido pela pata dum cavalo, desastre que lhe ulcerou uma perna.

Decorriam os dias, e o aspecto dos tecidos contundidos não melhorava. Os médicos receavam que a aproximação do inverno, que naquela região costuma ser muito rigoroso, exercesse acção nefasta sôbre o doente, e aconselharam-no a retirar-se.

Pediui por isso a el-rei que o aliviasse do governo, para ir tratar da saúde, o que êle lhe concedeu por carta de 25 de outubro ², nomeando ao mesmo tempo para lhe suceder no cargo de capitão-general daquela fronteira a Fernão Teles de Meneses, que havia prestado grandes serviços na revolução restauradora, e era do conselho de guerra; mas como êste não podia logo assumir o cargo, nem a doença de D. Álvaro consentia demoras, foi encarregado o tenente-

¹ Doc. XL. — ² Doc. XLI.

general João de Saldanha de Sousa de assumir interinamente o governo das armas.

Foi a 9 de novembro que D. Álvaro de Abranches partiu da Beira, deixando muito gratas e saúdosas recordações pelo acêrto com que governara durante nove mêses.

*

Pouco acidentado decorreu o govêrno de João de Saldanha, que durou quasi quatro meses.

Corria o inverno, que naquele ano foi rigorosissimo; apesar disso, o governador não hibernou em ociosidade, antes desenvolveu uma actividade muito notável em obter meios para concluir as reparações urgentes das fortalezas, cujos estudos e desenhos êle mesmo fazia, e em acudir a todos os cuidados do governo com grande diligência e circunspecção ¹.

Entre os elogios que os escritores da época tecem a êste governador, destaco o seguinte, que recorto do livro de Salgado de Araújo, e em que vai uma carapuça talhada para várias cabeças então muito em evidência: — «Antecipouse a prudência em seu governo ao que os annos podião prometer, porque exercitou o cargo com muita limpeza de mãos, caso, q̃ custuma algumas vezes manchar muitas. Nunca nesta pureza, & limpeza sera bem encarecido Ioão de Saldanha, o que ja tinha mostrado na caualeria, q̃ elle mesmo leuantou, & assi se lhe deuem muitos encarecimentos, particularmête por se auer nesta forma em tempos tão confusos, & manchados deste argumento, que posto andem troncos limpos, não ha acabar de se expurgarem ramos» ².

Até então mantivera-se vago o cargo de mestre-de-campo. Foi agora provido, certamente a contento e talvez até por solicitações e iniciativa do general Fernão Teles, em D. Sancho Manoel, soldado valoroso e largamente experimentado nos muitos anos que militou na Itália e em Flandres, e últimamente no Brasil com o posto de sargento-mór. A sua carta patente de nomeação tem a data de 13 de novembro ³. Pouco antes fôra êle incumbido, por decreto de 3o de outubro, de organizar em Lisbôa uma ou duas companhias, com os

¹ Doc. XLIII; — DR. SALGADO DE ARAÚJO, op. cit., fl. 121 v.º e ss.; — D. LUÍS DE MENESES, op. cit., t. I, pág. 286.

² Op. cit., fl. 121 v.º

³ Doc. XLII.

soldados que haviam servido no Brasil e agora andavam desocupados; mandara dar execução a êste decreto a carta de 8 de novembro, dirigida pelo secretário do conselho de guerra António Pereira aos deputados da Junta dos três Estados ¹.

D. Sancho ainda se conservava em Lisboa a 2 de janeiro de 1642 ²; mas nos fins de fevereiro já estava a ocupar o seu pôsto na Beira ³.

*

Fernão Teles de Meneses, segundo vimos, foi nomeado capitão-general do exército da Beira em fins de outubro de 1641. Demorou-se alguns meses em Lisboa a solicitar elementos de defêsa para o seu partido, e a fazer preparativos para o bom desempenho do seu cargo.

É assim que, por decreto de 5 de novembro, el-rei manda entregar ao general da Beira grande porção de armas e munições, e expedir ordem a todos os artífices que podessem fazer armas nos lugares daquela provincia, que fabriquem *armas, cravinas, pistolas, mosquetes e arcabuzes*, para se armar a cavalaria e bem assim os habitantes que disso precisarem; e determina também que se forneçam ao mesmo general seis ou sete artilheiros e um minador. Este decreto foi comunicado pelo secretário do conselho de guerra ao tenente-general de artilharia Rui Correia Lucas, em carta de 8 do mesmo mês ⁴.

Ainda no referido novembro foi designado o coronel Sebastian Mahé, senhor de Latouche, para ir servir à Beira com os seus officiais e regimento francês, às ordens do general Fernão Teles ⁵.

Como João de Saldanha representava em suas cartas a necessidade urgente que havia de continuar e acabar as obras de fortificação das praças fronteiriças, a carta régia de 7 de fevereiro de 1642 anuncia a Fernão Teles a missão de dois engenheiros estrangeiros a inspecionarem as fortificações feitas e desenharem as que houver a fazer, recomendando que se executem com presteza os seus projectos, e que haja com êles a bôa correspondência que lhes é devida ⁶.

¹ T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, t. 1, fl. 117.

² T.T. — *Consultas do Conselho de Guerra*, m. 2, n.º 2.

³ DR. SALGADO DE ARAÚJO, op. cit., fl. 124.

⁴ T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. 1, fl. 117 v.º.

⁵ CHRISTÓVÃO AIRES DE MAGALHÃES SEPÚLVEDA, *História do exército português*, vol. II, pág. 204.

⁶ Doc. XLIV.

A 9 de fevereiro assina el-rei um decreto mandando marchar dentro de três dias para a fronteira o coronel Mahé, pois está aviado de dinheiro bastante; e que os outros coroneis partam dentro de oito dias, provendo-lhe a Junta dos três Estados o que proveu aos mais ¹.

Baixa contra-ordem em data de 15 do mesmo mês, mandando marchar o coronel Mahé para o Alentejo, e não para a Beira como estava determinado ²; mas não teve efeito esta contra-ordem, sendo expedida a 22 do mês referido uma provisão régia para que se dê toda a bõa passagem, e se prestem todos os auxílios de *pousadas, camas e estrebarias, de mantimentos, bestas, carros, carretas, barcos, guias e tudo o mais*, de Lisboa até à Guarda, ao coronel Sebastian de Mahé com os capitães e mais officiaes do seu regimento francês, e são nomeados os seguintes: *Luis de Rithano senhor de Santa Cruz, João Birneau senhor de Rosam, Jacques Dumon senhor de Grange, Nicolau Rommigaud senhor de Santa Maria, Dom Luis de Mery, Matheus Bolim, Luis de Santienne, Estiene Perot senhor de la Chambré, Adrian Vas, Ajudantes, Cappellão, Preuoste, Trombeta, Nicolao Charon Sirurgião, ferreiro, selleiro* ³.

O general partiu para a Beira no declinar do mês de fevereiro. Nos primeiros dias de março ⁴ entrou por Lamêgo, e teve ali uma recepção muito ostentosa, seguindo depois para a Guarda, onde já estava o mestre-de-campo D. Sancho Manuel.

Apenas chegado a esta cidade, recebeu logo os cumprimentos pessoais de todos os capitães de presidios e governadores de praças. «Sò o Capitão Bras Garcia Mascarenhas (diz Salgado de Araújo), q̄ governava as armas do Castelo, & Villa de Alfayates, não acudiu a este empenho, por estar aduertido, que o Capitão do Castelo de Aluergaria, seu oposito, fazia preparaçoens de guerra, com desenho de entrar em Portugal, por aquelle seu destrito. E porque hũa residencia, na fortaleza de que se fez Omenage, he tam estreita, que abona por de vigilante, & prudente Capitão semelhantes faltas, o aprouou assi Fernão Tellez de Menezes» ⁵.

O aprovou assi Fernão Tellez de Menezes, diz o cronista; mas na

¹ T.T. — *Conselho de Guerra — Decretos*, m. 2, n.º 18. — ² *Ibid.* n.º 25.

³ T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. 1, fl. 144 v.º.

⁴ DR. SALGADO DE ARAÚJO, op. cit., fl. 124; — D. LUÍS DE MENESES, op. cit., pág. 374.

⁵ Op. cit., fl. 124 v.º.

realidade o general ficou despeitado, e registou o facto no seu canhenho. É o que se deve lêr nas entrelinhas do escrito do dr. Salgado.

Com êstes governadores, que o foram cumprimentar, teve Fernão Teles larga conversação, informando-se por meúdo do estado das praças e do exército, do que se sabia do inimigo, suas fôrças e prevenções, do que se havia feito e do que havia a fazer-se para defêsa da fronteira, etc. Colhidas estas informações, escreve o general para Lisboa em 1 de abril, a relatar o que apurara, e nêsse relatório fala em especial do seu mestre-de-campo D. Sancho Manuel, e da praça de Alfaiates, que já se achava fortificada, e em boas condições de defêsa ¹.

Parece que nas informações fornecidas por alguns officiaes a Fernão Teles ia um pouco de critica aos governos anteriores, deprimindo-se o que até ali se fizera, para lisonjear o sol que agora despontava no horizonte. Salgado de Araújo, que sistematicamente se abstêm de dizer mal, empregando eufemismos e frases sibilinas através das quais mal deixa entrever ou adivinhar a censura, reservada no fundo da sua consciência, induz-me a supôr o expôsto, que, de resto, é muito humano. Diz êle, ao dar conta das visitas e aplausos dos capitães e governadores ao novo general, que isso succedeu «na forma do comũ vso, de q̃ trata Marco Tullio, q̃ he esquecerense os homêes de ministros que teli bem os gouernassem, assi como se nunca os conhecerão, e adular os que de nouo entrem, té que venhão outros, per que a estes succeda o mesmo». E acrescenta cândidamente:— «Não quero dizer, que de D. Álvaro ficasse na Beira falta de lembranças: nem tam pouco de Fernão Telles de Meneses, quando deixou o gouerno, mas encarecer o gosto, & aplauso com q̃ de todos foi recebido ²».

¿ Querem-no mais claro? — *Sic ualeas, ut farina es.*

Fernão Teles teve a fraqueza de dar ensejo e permitir a alguns dos seus officiaes, logo nesta primeira visita, que fizessem insinuações menos amáveis à orientação e actos dos seus predecessores no gouerno. Vinha disposto a desmanchar o que êles haviam feito, a deprimir os que êles tinham considerado e exalçado. É assim que reputamos ser outra bisca, jogada pelo mesmo autor ao procedimento

¹ T.T. — *Consultas do Conselho de Guerra*, maço 2, n.º 160.

² Op. cit., fl. 124.

de Fernão Teles, o que êle diz ao apreciar o govêrno de João de Saldanha, nos termos seguintes:—«E sendo proprio de alguns ministros, que de nouo entrão em praças, mudar, & alterar do disposto no governo precedente, talvez contra razão (porque se a ha fica sendo obra de merecimento) João de Saldanha de Sousa nenhuma das cousas, que o General Dom Alvaro de Abranches da Camara deixou dispostas, alterou, antes foi acrecentando os homens de meritos, a quem D. Alvaro começara leuantar, & cõ razão, porque premios a gente ouciosa, conuerte o gouerno em Despotico, & se he em tempo de guerra, he grande dano»¹.

*

Poucos dias eram decorridos depois da vinda do novo general, e eis que uns soldados da praça de Albergaria fizeram uma pilhagem de pouca importância próximo de Aldeia-da-Ponte.

Brás Garcia, segundo o estilo assente desde o tempo de D. Álvaro de Abranches, enviou um portador com carta sua a D. Francisco de Eraso, governador daquela praça, comunicando-lhe o facto, a fim de serem castigados os soldados, e o roubo restituído. Era a repetição do que se tinha feito em casos semelhantes.

Mas, comenta com seus eufemismos enigmáticos Salgado de Araújo, «era já outro o General, & como mudças de governos costumão introduzir alteraçã, & nouidades, tambem aqui derão a isto alcance»². Quer isto dizer que Fernão Teles, ao levarem-lhe a notícia, acrescentou na folha do seu canhenho referente a Brás Garcia:—*Mantém correspondência clandestina com o governador do fronteiro castelo inimigo*. Este apontamento foi corroborado posteriormente, por outras notícias, que iam chegando, de assídua correspondência entre os dois governadores de praças.

O governador castelhano respondeu à primeira carta de Brás que *faria diligência*³. A diligência prometida cifra-se em três dias depois entrarem pela nossa fronteira alguns cavalarias espanhoys, e arrebataram uns carneiros que andavam a pastar.

Nova carta do governador de Alfaiates para o de Albergaria,

¹ DR. SALGADO DE ARAÚJO, op. cit., fl. 121 v.º e s.

² Ibid. fl. 124 v.º.

³ Ibid

queixando-se em termos mais veementes. Responde-lhe D. Francisco em frases insolentes e cheias de arrogância, como quem queria determinar o rompimento de hostilidades. Começava a avolumar-se a gravidade do caso, especialmente com as informações que chegavam, de que no castelo de Albergaria se iam concentrando tropas, e que várias outras prevenções bélicas lá se faziam.

Brás Garcia dá parte de tudo ao general, sem que se interrompa a troca de cartas e recados, que iriam crescendo em acrimônia. Quando o nosso capitão esperava que lhe viesse ordem para ir à mão armada exigir as satisfações, que lhe eram recusadas, recebe com grande surpresa instruções para dissimular os agravos passados, que o general diz serem sem importância, e para estar prevenido, a fim de tomar satisfação logo que houvesse causa mais ponderosa.

¿Que significava este procedimento de Fernão Teles, que parece desmentir o brio pundonoroso e assomadiço que lhe estava na índole, e de que deu várias provas? Tal procedimento tem, a meu ver, uma única explicação, que não seja desonrosa para o general. É que já se lhe tinha radicado no espirito a suspeita de que Brás Garcia era um vil traidor, que mantinha inteligências com o inimigo, e lhe queria dar entrada entregando-lhe o castelo que governava. Esta acusação formal e precisa, que elle lhe faz em documento official poucos meses depois, já a esse tempo existia latente no espirito do general.

Fernão Teles estava desde o princípio mal disposto contra Brás Garcia, em quem não depositava confiança. Tendo denúncia da correspondência trocada com o governador de Albergaria, clandestinamente segundo elle supunha, viu nela um indício claro, senão uma prova de traição, e desde esse momento assentou para si que Brás era traidor.

Quando o governador de Alfaiates lhe comunicou os agravos recebidos do castelhano, longe de vêr nessa narrativa a explicação natural e sincera da correspondência, considerou tudo um embuste, e o começo da execução do plano de entrega. Brás queria desguarnecer Alfaiates a pretexto de ir castigar Albergaria; entretanto viriam os castelhanos, e sem resistência se apossariam da fortaleza desguarnecida. Daqui a resposta dissimulada que deu, formando desde então o propósito de fazer vigiar de perto o capitão Brás Garcia, até obter provas materiais da sua traição. Factos posteriores confirmam esta minha suposição, que me parece bem fundamentada.

*

Conta-nos Brás Garcia um episódio, em que foram protagonistas sete soldados seus, succedido numa das escaramuças entre espanhoís e portuguezes, perto da raia.

Seja o poeta que narre o caso ¹:

Inda os há tais não menos resolutos,
Tanto dignos, & mais de serem cridos:
Sete soldados meus, entre outros mutos,
De Espeja ² se volvião rebartidos,
Solicitando as brenhas como astutos
Retirando se vinhão divididos
Das Tropas Castelhanas, que os seguião,
Por ver se em campo raso os opprimiaõ.

Os sete, que eram todos Mosqueteiros,
Sendo de duas Tropas rodeados,
Em campo raso vindo-se guerreyros,
O quartel engeytaram de alentados.
Marchando, & mosqueteando aos cavalleyros,
Tanto assegurão tiros alternados,
Que os deyxam livres ir os Inimigos,
Tanto a resoluçam val nos perigos! ³.

*

Entretanto iam aumentando em audácia os espanhoís.

Apenas decorridos quatro dias sôbre o roubo dos carneiros, que deixamos narrado, atravessa a raia uma fôrça de quarenta cavalos junto de Forcalhos, rapinando alguns bois. Como da aldeia houvesse sinais a pedir socôrro, Brás Garcia corre lá, mas não chega a tempo; passa a raia, segue no encalce dos castelhanos, que haviam tido tempo de se colocar em seguro, recolhendo-se com os bois ao castelo de Albergaria. Encontrando porém algum gado a pastar, o capitão Brás apreende-o; mas sae-lhe do castelo uma fôrça de cavalaria comandada por um alferes, que êle desbarata pondo a maior parte

¹ V. T. XII, 22-23.

² *Espeja* é uma povoação na fronteira espanhola, a E.-S.-E. de Fuentes.

³ Traz a 1.ª ed. do V. T. *perigrinos*, manifesto erro tipográfico, que se manteve na 2.ª edição.

dos soldados em debandada, e recolhe a Alfaiates com o gado, trazendo prisioneiros nove soldados e o alferes comandante.

Este procedimento de Brás Garcia era de molde a desfazer todas as suspeitas que contra êle se haviam avolumado, e a reabilitá-lo no conceito do general. Parece que realmente as suspeitas se desvaneceram um pouco, pois vamos encontrar Fernão Teles, dias depois, a pedir-lhe o voto em conselho de guerra; mas êsse voto não é seguido, apesar de ser o mais autorizado de todos, e daqui em diante vemos sempre afastado e posto de banda sistematicamente o governador de Alfaiates, todas as vezes que era necessário vibrar algum golpe contra os castelhanos.

*

Era indispensável castigar tanta audácia dos soldados de Castela. Chegavam além disso avisos de que o inimigo continuava a juntar gente na fronteira, e projectava uma incursão para muito breve.

Fernão Teles toma então as suas precauções.

Sabendo que Brás Garcia tinha ido explorar os três castelos espanhois em tempo de D. Álvaro, manda-o chamar e tem com êle uma conferência, em que se informa por meúdo do assunto.

Destaca da Guarda o tenente-general da cavalaria João de Saldanha com uma força de 100 cavalos para Alfaiates, e o mestre-de-campo D. Sancho Manuel com parte do seu terço de infantaria para Castelo-Bom; nessas duas fortalezas ficam de prevenção, para acudirem a onde quer que seja necessário.

Isto succedia na quaresma de 1642.

João de Saldanha foi encontrar o governador de Alfaiates perfeitamente a par do que se passava do lado de além da raia, mercê do excelente serviço de espionagem que continuava a ter montado; mas D. Sancho Manuel, sem informações dignas de crédito, enviou soldados que fossem à fronteira espanhola, e prendessem alguns castelhanos para dêles saber o que havia, podendo de caminho saquear o que achassem a jeito. Fôram, e voltaram com três prisioneiros, e com quarenta bois.

Não se fez esperar a resposta.

O inimigo sai logo de Albergaria, cai sôbre a povoação de Forcalhos que é saqueada, e leva para Espanha muita gente prêsa.

Fizeram-se avisos ao mestre-de-campo e ao tenente-general, que

acodem prontamente. João de Saldanha com a sua cavalaria, vindo ali de perto, chega logo, e marcha até à vista do castelo de Albergaria em perseguição dos espanhois, sem os poder alcançar; já estavam recolhidos com a préza.

Calcule-se o furor dos nossos officiaes e soldados, tendo de reconhecer a sua impotência ante as muralhas da praça!

¿ Que fazer agora? Voltar costas e retirar, ouvindo os chascos e injúrias que o inimigo lhes dirige de trás das ameaças? ¿ Vergonha!

— *Ha aqui perto um lugar bastante rico, Casillas, no qual nos podemos desforçar*, informa o capitão Diogo de Afonseca Coutinho, muito conhecedor daquêles sitios.

João de Saldanha mete a mão no seio e tira uma planta corográfica da região. Não há dúvida, lá está Casillas, a uma légua para Sueste.

Manda immediatamente marchar sôbre aquella povoação o capitão Diogo de Tovar com a sua cavalaria, indo na vanguarda Diogo de Afonseca Coutinho a descobrir campo e guar. O tenente-general fica ali, com o resto da fôrça, a fim de cortar o passo aos de Albergaria, se quiserem sair a socorrer Casillas.

De Albergaria ninguém se atreveu a sair. Os nossos tomaram Casillas sem resistência. Chegou nesta altura D. Sancho Manuel, que vinha de Castelo-Bom com a infantaria em socôrro. O logar foi saqueado e queimado, ficando tudo em ruínas, e muita gente prisioneira. O saque foi abundante e rico, sendo tudo transportado para Alfaiates.

Ao ter conhecimento do ocorrido, o general Fernão Teles deu ordem para que se conservasse em depósito todo o despojo trazido, até ver se o inimigo solicitava nova concórdia, em que se fizessem restituções e se soltassem os prisioneiros duma e outra parte.

Apareceu efectivamente no dia seguinte um bolatim do duque de Alba, a afirmar em nome dêste que as entradas, que se haviam feito na fronteira portuguesa, eram simples desmandos dos soldados, não autorizados superiormente, e a propor a restituição mútua do saqueado e a soltura dos prêsos, com a garantia de que não se repetiriam mais semelhantes perturbações.

Fernão Teles concordou, e assim mandou que se fizesse.

Quem executou a ordem do general foi, como era natural, o governador de Alfaiates, Brás Garcia de Mascarenhas. Mandou soltar os prêsos e entregar o gado e mais despojos depositados na sua praça. Assistiu êle mesmo em pessoa a esta entrega, e nessa oca-

sião disse aos espanhóis que se restituía tudo o que os soldados ou paísanos roubassem em assaltos; mas que tal se não faria se alguma cousa se tomasse em guerra perfeita, com bandeiras despregadas ou campo formado. Se porventura êles castelhanos pudessem nestas condições vir-lhe conquistar a sua praça de Alfaiates, que o fizessem, pois muito bem tomada era; e que êle, podendo, procederia da mesma forma com as praças de Espanha.

Foi apenas um lugar comum que o capitão Brás enunciou; entretanto as suas palavras fôram estranhadas, repetidas com ampliações, e certamente desfiguradas. Salgado de Araujo¹ entendeu que devia registá-las no seu livro, provavelmente para as reduzir à sua expressão verdadeira. ; Como chegaram elas aos ouvidos de Fernão Teles? ; Não haveria quem lhe dissesse que ouvira o capitão combinar com os espanhóis que lhes entregaria a praça, logo que viessem sôbre ela? Afigura-se-me estar nêste episódio o principal fundamento da acusação gravíssima, que pouco depois vemos formulada oficialmente contra Brás Garcia pelo próprio general em seu relatório².

*

Decorridos poucos dias sôbre êstes acontecimentos, deu-se um novo assalto de espanhóis vindos de Valverde, do castelo de Eljas e de S. Martinho de Trebejo. Passaram a portela chamada *puerto de San Martin* e caíram sôbre Foios, cêrca de duas léguas desviado de Alfaiates para Sul. Levaram dali perto de mil cabeças de gado.

Era o rompimento manifesto do contrato feito em nome do duque de Alba.

Mandou logo o governador de Albergaria desculpar-se: — Que tanto êle como toda a gente subordinada ao duque de Alba fôra estranha àquêl assalto, feito por soldados do exército comandado pelo governador da praça e distrito de Badajoz. Tal desculpa não colhia, pois S. Martinho, por onde êles passaram para entrar em Portugal, era da jurisdição do duque de Alba, que lá tinha autoridades suas, que podiam e deviam impedir a passagem.

Brás Garcia escreveu logo para a Guarda a participar ao general o ocorrido. Respondeu-lhe dizendo que na segunda feira da próxima semana iria pernoitar a Alfaiates, e então conversariam.

¹ Op. cit., fl. 127.

² Doc. XLVI.

Conservava-se ainda em Alfaiates o tenente-general João de Saldanha; tinha lá a sua companhia, as dos capitães Cristóvão de Mendonça e Diogo de Tovar, e ainda o regimento de franceses do coronel Mahé. Era uma concentração de tropas ordenada por Fernão Teles, sem dizer com que fim. Por ordem do general marchou também para Nave, légua e meia a Noroeste de Alfaiates, o mestre-de-campo D. Sancho Manuel com umas companhias de infantaria, na fôrça de 300 soldados.

Na tarde do dia marcado, segunda feira da semana santa, 14 de abril, chega Fernão Teles a Alfaiates, e na mesma tarde, cumprindo as instruções recebidas, comparece também ali D. Sancho Manuel, tendo deixado a sua tropa em Nave.

O general chama logo a conselho o mestre-de-campo, o tenente-general, o coronel Mahé e o governador da praça, e declara-lhes que, em face dos últimos acontecimentos, está resolvido a não dissimular por mais tempo, e a entrar imediatamente em Castela; pede porêem conselho sôbre o melhor modo de levar a effeito esta resolução.

Falou primeiro o capitão governador Brás Garcia de Mascarenhas, sendo de opinião que se dividisse a tropa em três corpos, e se fizessem três entradas simultâneas, tomando ao mesmo tempo os três castelos que tanto afrontavam a região: — Albergaria, El Payo e Eljas. Pareceria empresa arriscada, dizia êle, mas não o era. Tinha informações seguras de que nêste momento estavam mal guarnecidos, e de que havia lá muito descuido. Ele conhecia-lhes bem os fracos, e subministraria o plano de ataque de cada um, podendo assegurar que, se houvesse segredo, habilidade e audácia, eram três golpes certíssimos, sendo os castelos tomados

..... por sorpresa,
Que hê das empresas a melhor empresa ¹.

Para se realizar êste plano não era necessário, nem convinha, um grande exército, que mal poderia manobrar: três mediocres corpos de bons soldados, era quanto bastava, pois

.....
Dos mediocres destros, & animosos
Sam pequenos, & grandes destroçados;
Não vencem muytas mãos com mais presteza,
Vence o valor, a astucia, & a destreza ².

¹ V. T. IV, 53. — ² V. T. XIX, 18.

E concluiria a sua fala com um remate semelhante àquele que em seu poêma pôs na boca de Briseo, emitindo também parecer em um conselho de guerra:

.....
 Favorece a fortuna aos atrevidos,
 Se ousados investirmos, venceremos.
 Este he meu parecer; & se hà quem diga
 Outro mais importante, esse se siga ¹.

Foi unânimemente rejeitado por temerário tal parecer.

Brás mordeu despeitado o bigode. ; Êle que tinha absoluta certeza da exactidão do que dizia, êle que era o único naquêlê' conselho que conhecia perfeitamente o assunto, pelos elementos excepcionalíssimos de que estava de posse, êle que via claramente o grande alcance que teria a adopção do seu plano, ser assim pôsto de parte como leviano, como temerário! ; Não devia, não podia ser!

Insiste pois, transigindo em parte. Já que receavam atacar simultâneamente os três castelos principais daquela raia, ao menos se acomettessem ao mesmo tempo o castelo importante de Eljas, o inferior de Trebejo, e a vila de S. Martinho de Trebejo. Nesta emprêsa o mais difficil era tomar o castelo de Eljas; pois bem, deixassem-no a êle ir só com a sua companhia, e responsabilizava-se por entrar no castelo, que conhecia como as suas mãos, e assenhorear-se hia dêle.

Era tal o tom de convicção e sinceridade que punha nas suas palavras, que o general sentiu-se dominado, e pondo de parte a antipatia e desconfiança que tinha a respeito de Brás, deu mostras de concordar; mas os officiaes do conselho mais uma vez rejeitaram o voto do capitão.

Prevaleceu o parecer do coronel Mahé, com o qual concordaram D. Sancho Manuel e João de Saldanha: — Que era perigoso dividir as forças, especialmente nêste primeiro ataque em forma. Bastaria, para desafronta das ofensas recebidas do inimigo, e para fazer entrar êste na linha de respeito, ir tomar o castelo e vila de Eljas ².

¹ V. T. iv, 55.

² Não deixa de ser interessante sabermos qual era o feito e envergadura moral deste coronel francês, cujo parecer foi unanimemente preferido ao de Brás Garcia de Mascarenhas no conselho de guerra que, sob a presidência do capitão-general Fernão Teles de Meneses, funcionou na praça de Alfaiates a 14 de abril de 1642.

Não nos socorreremos de testemunho suspeito. Vejamos o que a 20 de ou-

Por fim, e depois de larga discussão, assentou-se nisto: — O general partiria de Alfaiates para Valverde, que certamente se entregaria sem grande resistência, e em seguida avançaria a atacar Eljas; o mestre-de-campo, saindo de Nave, iria logo directamente a Eljas, onde se juntaria ao general para o ataque ao castelo.

¿E Brás Garcia? Esse ficaria em Alfaiates, vinculado ao seu pôsto de governador da praça, como o papagaio prêso ao estaleiro; mas a sua companhia, a afamada *companhia dos leões*, iria na expedição comandada pelo seu alferes. ¿Calcule-se a contrariedade e aborrecimento do nosso capitão, vendo partir os outros, e sendo obrigado a ficar, como se já pertencesse à classe dos inactivos!

Até aqui, para servir, para trabalhar, para dar informações, foi sempre admitido e ocupado; ¿agora, para colher as honras e saborear o fruto já sazonado, arredam-no como inútil! Razão pois teve o poeta quando, mais tarde, rememorando êste enorme desgosto por que o fizeram passar, compara a sua sorte à do zângão, que as abelhas admitem na colmeia enquanto dêle precisam, mas depois, quando se trata de saborear o mel, o põem fora ¹.

*

Quanto ao itinerário da expedição, havia dúvidas sérias, e o caso era dificultoso.

O terreno não podia ser mais áspero e acidentado, tendo de se vencer a barreira natural dos contrafortes da serra de Gata, que

tubro dêste mesmo ano informava Lanier, representante de França em Lisboa, em carta dirigida ao seu govêrno:

— «Je vous enuoye aussy la relation de ce que s'est passé en leur dernière occasion ou le dit Popiliniere commandait la caurie Mr. Mahé estan isy depuis trois (ans?) a mener la plus infame vye du monde, et après auoir esté payé de tout or que luy estoit debu, a demandé son congé qu'on luy a tres vollontiers accordé, son gñal fernando Telles ayant mandé comme il n'estoit d'aucun service. Sa maté l'auvoit consideré au commencement comme parment envoyé par S. E. du quil il se disoit fauory et pour donner conseil aux aff.^s plus importants de la guerre. Mr le Marquis le Brezé pensa le renuoyer en France dans ung brulost pour les desordres quil fist dans la mayson du Roy avec ung nombre de filoux au commencement quil en arriva isy. Il ne promet rien moins que de ruyner les aff.^s de cet estat par le descry qu'il en donnera par de la». — (Arquivos do Ministério dos Estrangeiros de Paris, *Correspondance de Portugal*, vol. 1, fl. 164, apud *História do exército português*, por CRISTÓVÃO AYRES, vol. II, pág. 204).

¹ V. F. XIV, 86.

estendem o seu espinhaço, cortando as comunicações entre a bacia do rio Côa, donde partia a expedição, e a do rio Elgas, para onde se dirigia.

Há dois *portos* (*puertos* lhe chamam ainda hoje os espanhoes, *portelas* dizemos nós usualmente em linguagem moderna), por onde melhor se pode vencer a dificuldade da passagem: o de S. Martinho e o de Santa Clara. Brás Garcia aconselhava que tanto o general como o mestre-de-campo seguissem pelo de Santa Clara, que era melhor caminho, embora mais longo; mas havia conselhos divergentes. Quis D. Sancho reconhecer primeiro o território, e convidou o capitão a ir-lho mostrar dum alto. Foram, e o mestre-de-campo voltou satisfeito, porque a sua infantaria por aquele caminho poderia marchar ordenadamente, e debaixo de forma.

Ao regressarem a Alfaiates desta pequena viagem exploratória, encontraram lá espias, que vinham avisar o governador de que actualmente o castelo de Eljas estava desguarnecido pela saída de tropa, havendo dentro dêle, de hoje para amanhã, apenas quatro soldados e um rebanho de cabras. Era pois necessário aproveitar a ocasião, e cair sôbre esta fortaleza na próxima noite, sem falta.

Em face desta informação resolveu-se que D. Sancho recolhesse a Nave, e concertasse a sua tropa para partir esta mesma tarde, seguindo pelos atalhos apesar da extrema dificuldade e aspereza da serra, por forma que surpreendesse o castelo antes de amanhecer.

O mestre de campo corre pois a Nave do Sabugal, manda preparar as tropas, e depois de as ter formadas faz-lhes uma alocução patriótica, e dá voz de marcha.

*

Eram cinco horas da tarde do dia 15 de abril, terça feira da semana santa, quando partiram.

Contava-se com uma noite bela e clara, por haver sido a lua cheia dois dias antes; mas formaram-se densas nuvens de trovoada, que toldaram o ceu, e dificultaram mais a marcha ¹. Houve lugares onde

¹ Labora num equívoco o Dr. SALGADO DE ARAÚJO ao falar-nos da *terribilidade em escuridão da noite* (Op. cit., fl. 131). Embora as nuvens se acastelassem densas, como era ocasião de lua cheia, facto desconhecido do cronista, a escuridão deveria ter atenuada a sua *terribilidade*. Entretanto a dificuldade da marcha não podia deixar de ser enorme, pela natureza do terreno.

os soldados tiveram de desfilar a um de fundo, dando-se as mãos uns aos outros. Entretanto o conhecimento dos guias experimentados que levavam, e a coragem e entusiasmo dos oficiais e soldados, venceram todas as dificuldades.

Chegaram a Eljas ainda antes de ter chegado a Valverde o general, que partira de Alfaiates ao sol posto, cêrca de duas horas depois de D. Sancho partir de Nave, e que foi guiado pelo capitão Diogo de Afonseca Coutinho, muito perito nêstes caminhos e passagens.

Quem tiver a curiosidade de conhecer por meúdo as peripécias desta expedição, recorra à crônica, já por nós tantas vezes citada, de Salgado de Araujo; nós limitar-nos hemos a apontar os resultados.

Fernão Teles reduziu sem resistência os habitantes de Valverde a prestarem vassalagem a el-rei de Portugal, do que se lavrou escritura pública. Aclamaram D. João IV por seu rei e senhor, arvoraram-se bandeiras portuguesas, estabeleceram-se autoridades em nome do rei de Portugal, e comprometeram-se os moradores a sustentar o presidio de Eljas, de cuja rendição chegou aviso nêste momento. Cometeu entretanto o general a imprudência de não garantir êste contrato com alguns refens, escolhidos entre os principais moradores da vila, o que constituiria a única segurança eficaz. Feito isto, partiu com as tropas para Eljas.

D. Sancho Manuel encontrara êste castelo guarnecido apenas por um alferes e sete soldados: mas como a praça era forte e bem fechada, ainda teve dificuldade em a entrar, dificuldade que foi vencida pela audácia e coragem dos seus oficiais. A vila de Eljas, protegida pelo castelo, entregou-se sem resistência, prestando solenemente vassalagem ao rei de Portugal. Quando o general chegou, estava o feito concluído, sendo êle mesmo que, na qualidade de representante de D. João IV, recebeu juramento de fidelidade do alcaide-mór do castelo.

Em toda esta empresa não houve baixa alguma no nosso exército; ao inimigo morreram ao todo 8 ou 9 homens ¹.

Teria feito bem Fernão Teles de Meneses, se arrazasse o castelo para inutilizar esta arma nas mãos do inimigo: conservá-lo em nosso poder era muito difícil, e as vantagens não compensavam o sacrificio. Fiou-se porêm nas promessas e juramentos dos adversários, e poupou-o, deixando nêle a guarnecê-lo o mestre-de-campo com 300 sol-

¹ Doc. XLVI.

dados de infantaria. Em breve havia de reconhecer o êrro cometido, êrro que talvez estivesse presente ao espirito do poeta ao escrever êstes versos :

Fiem-se os Capitães de quem vencerão,
E verão presto, como se enganarão ;
Que de muytos sabemos, que soberão
Vencer; e das victorias mal uzarão :
Porque huns, em se deterem, se perderão,
Outros em se apressar, se despenharão ;
Que daña, enquanto o sangue não se enxuga,
De ter o alcance, & seguir a fuga ¹.

Partiu o general nessa mesma tarde de quarta feira para Penamacôr, onde andava cuidando da reparação da fortaleza. Sofreu em marcha uma horrível tempestade de trovões, chuva e neve, que se desencadeou durante a noite.

A facilidade com que se renderam Eljas e Valverde, o descuido em que se verificou encontrarem-se os espanhois, mostraram bem que, se tivesse sido adoptado o parecer de Brás Garcia, os três castelos que êle apontava cairiam todos em poder da nossa tropa.

Falando de si, e do seu voto rejeitado pelo conselho de guerra em Alfaiates, o poeta, depois de fazer referência à tomada da fortaleza de Eljas e à de Valverde, nas quais se verificou, como êle annunciara,

... que em nocturna sombra de repente
Se toma a mais difficil facilmente,

acrescenta com espirito :

Não se renderão mais, por não ser crido,
Ou por não ficar mais acreditado :
Zãgão ², pera aquentar, será admittido,
Pera o favo gostar, fôra deytado.
Etc...... ³.

*

Não tardou o duque de Alba a procurar a possível reparação ao desastre da tomada do castelo de Eljas.

¹ V. T. III, 87.

² *Zagão*, encontra-se na edição primeira, por êrro tipográfico; deve lêr-se *zãgão*.

³ V. T. XIV, 85-86.

Mandou ocupar por tropa um monte, padrao ao castelo, e levantar nêlo um reducto. De lá faziam fogo nutrido contra a fortaleza, e molestavam grandemente os nossos.

Os habitantes da vila faltaram ao seu juramento, merecendo que o mestre de campo a mandasse queimar e arrasas.

D. Sancho previne logo o general da sua situação critica, escrevendo-lhe estas simples palavras:—*Fico a braços co inimigo. V. S.^a faça o que for servido.*

Não se descuidou Fernão Teles em acudir com 6:000 infantes, em cujo número ia a companhia de Brás comandada pelo seu alferes, e com 200 cavalos.

Foi pela pascoela que o general appareceu junto de Eljas com estas tropas. D. Sancho saiu fora do castelo a encontrar-se com êle, conferenciando os dois sôbre a maneira de atacar o inimigo.

Esperava o general que no dia seguinte pela manhã apparecesse guarnecido com gente nossa um outro monte que havia superior àquêle donde os castelhanos nos molestavam; entretanto amanheceu, sem que êsse outro padrao fôsse occupado.

Fôra o caso que Fernão Teles, ao partir, enviara ordem ao governador de Alfaiates para mandar preparar 150 soldados de infantaria, que, comandados pelo capitão Simão da Costa Feo, atravessariam a serra nessa noite e occupariam o padrao, e no dia seguinte, ao amanhacer, estariam a fazer fogo sôbre o reducto dos castelhanos.

O capitão Brás Garcia viu-se dêste modo mais uma vez excluído de ir comandar a sua gente; cumpriu porém o dever de executar o que o general mandava, e preparou os soldados, segundo as ordens recebidas.

Mas até ao declinar da tarde não appareceu o capitão Costa Feo. Então o governador de Alfaiates resolve ir êle mesmo à frente dos soldados. Tinha chegado o coronel Diogo Ribeiro Homem com alguma gente da ordenança; entrega a êste o govêrno da praça, manda tocar a reunir, e, quando ia dar a voz de marcha, eis que chega o capitão Feo, que protesta ruidosamente contra a deliberação tomada pelo governador em contrário às ordens e instruções expressas do general, requerendo que lhe seja entregue o comando da fôrça. Brás Garcia fica muito contrariado com êste novo incidente, mas cede por espirito de disciplina.

Era sol posto quando partiu o capitão Feo a cavallo, à frente dos soldados. Anoi-teceu; noite escura e sem luar, pois dentro de dois ou três dias ia ser lua nova. Enormes eram as difficuldades da serra,

áspera e fragosa. O cavalo em que montava o capitão tropeçou e chapou-se, ficando o oficial bastante magoado. Não esteve com mais cerimónias; abandonou a fôrça, e regressou a Alfaiates a pretexto de se sangrar.

Ao vê-lo, e ouvir-lhe dizer que os soldados haviam ficado abandonados na serra, o governador ficou furioso; em vez de mandar sangrar o capitão, exigiu-lhe a espada, e prendeu-o.

Estava casualmente na praça o capitão de Vilar-Torpim, a quem Brás Garcia enviou à cata dos soldados, com ordem de ir ocupar o padraço, segundo as determinações do general, caso fôsse ainda possível chegar a tempo. A fôrça appareceu, mas pouco depois amanhecia sem ter vencido a serra. Assim falhou o plano da occupação do monte durante a noite.

Vendo pela manhã que o padraço não fôra occupado, o general resolve que seja tomado à valentona o reducto dos castelhanos, trepando os nossos a íngreme e quasi inacessível encosta, e arrostando de frente e a peito descoberto as balas do inimigo. Não podia empregar-se cavalaria nesta empreza; só infantaria arrojada e sem amor à vida era capaz de tal fazer.

Foi para isso escolhida a companhia do capitão Brás Garcia de Mascarenhas, já conhecida pelo seu valor destemido, e por isso cognominada *companhia dos leões*. Reforçou-se com cêrca de cinquenta mosqueteiros valentes, escolhidos por D. Sancho, e foi dividida em dois troços de cento e tantos homens cada um. Para os comandar nomeou o general os capitães Manuel Feo de Melo e Luís de Paiva. Este apresentou várias escusas, com que ficou alcunhado de poltrão, e foi substituído pelo ajudante Simão Ferraz de Faria.

Do castelo mandou D. Sancho dar uma descarga cerrada para o padraço; os que o occupavam responderam-lhe em continente descarregando as suas armas sôbre o castelo. Aproveitaram êste momento os dois troços de infantaria para saírem e começarem a trepar o monte, cada um por seu lado, vencendo algum espaço enquanto os castelhanos realizavam a demorada operação de carregar armas. Depois foi um despejar de balas sem medida sôbre os soldados portugueses, que continuavam trepando pelo monte arriba.

Foi mais feliz o troço do comando de Feo de Melo, que acertou com o lado um pouco mais acessível do monte; subiu mais depressa por entre as balas que como granizo lhe enviavam de cima os trezentos e tantos espanhoes que guarneciam o reducto. Chegaram às primeiras guarnições, que desalojaram, e avançando até ao reducto principal

obrigaram o inimigo a abandoná-lo e pôr-se em fuga, com morte de cinco ou seis soldados. O capitão Feo contou então os seus, e encontrou 110, isto é, todos os que lhe haviam sido entregues. ;Nenhum fôra victima da sua intrepidez!

Razão pois tinha o poeta, quando escrevia:

.....
 Custava a guerra antiga muyta gente,
 Porquanto pelejava mais chegada;
 A de hoje, como ao largo se combata,
 Muyta polvora gasta, & poucos mata ¹.

Ao assenhorearem-se os nossos do reducto, vêem entrar do outro lado Simão de Faria com o seu troço, que se não mostrou menos destemido.

—; *Estremado valor!* exclama o cronista dr. Salgado, ao dar conta da façanha. —; *Foi hum dos mais arriscados, & honrados feitos, que se fizeram em toda aquella frõteira!* ²

Teriam neste ataque conquistado o justo epíteto de *companhia dos leões* os soldados de Brás Garcia, se não fossem já designados por êsse nome.

*

Logo no mesmo dia marchou o general com o mestre-de-campo e toda a gente disponível a pernoitar em Valverde, cujos habitantes protestaram submissos que não eram coniventes na rebelião dos de Eljas, antes pelo contrário queriam ser considerados como os mais fieis vassallos de el-rei de Portugal. Bem conhecia Fernão Teles a falta de sinceridade daquela gente, mas convinha-lhe dissimular.

No dia seguinte caminhou sôbre a vila de S. Martinho de Trebejo, que era das mais ricas povoações de toda a serra de Gata. Encontrou-a prevenida, bem fortificada e guarnecida de cavalaria e infantaria, com officialidade escolhida, munições abundantes, sob o comando do mestre-de-campo D. Benito de Queiroga, militar de muito valor.

Apesar da grande bravura dos nossos, que se bateram como heróis, especialmente D. Sancho Manuel, que mais uma vez deu provas de sua extraordinária valentia, o general teve de desistir da emprêsa ao fim de quatro horas de combate, e de haverem os nossos tomado uma

¹ V. T., iv, 28.

² Op. cit., fl. 135.

parte da vila, porque desatou a chover tanto, que não houve meio de evitar que se molhasse a pólvora, mórão e cassoletas, tornando-se as armas inúteis. Entretanto alguns officiaes mostraram o grande desgosto que lhes causou a ordem de retirar, especialmente D. Sancho e João de Saldanha, que mesmo sem pólvora queriam ir ávante e concluir a tomada da vila. Sofreu o inimigo cêrca de 120 mortes e muitos prejuizos materiais; nós tivêmos também algumas baixas, embora em número bastante inferior.

O general retirou-se com o exército, indo pernoitar outra vez em Valverde, donde no dia seguinte foi a Eljas mandar dismantelar o castelo, que só nos podia servir de embaraço, e recolheu de noite a Penamacôr, debaixo de um temporal desfeito.

*

Seguiu-se uma entrada de espanhois na nossa fronteira, por vários pontos, no mesmo dia e quasi à mesma hora.

A Espanha, continuando a sustentar guerras em muitas partes, não podia acudir à fronteira portugueza, e assim, não pensando sequer por agora em vir ocupar Portugal, mantinha junto da raia um pequeno exército, que guarnecia as praças, mas não era capaz de fazer uma incursão em forma pelo território portuguez, a conquistar os nossos castelos, apesar da fraca resistência que nós podiamos opôr-lhe. Limitavam-se os soldados a estas pequenas correrias de destruição e de pilhagem por surpresa. Teem perfeita applicação a esta fase da guerra da restauração os versos do nosso poeta:

Com forças igualmente quebrantadas
Se prosegue depois mais branda a Guerra:
Como as ondas do mar, quando empoladas,
Húas ao golfo vão, outras à terra;
Assi entrando, & fazendo retiradas,
Huns, & outros, cada qual por fim se encerra
Em seus limites, como os passarinhos,
Que feyto o furto, fogem pera os ninhos ¹.

O primeiro troço de soldados espanhois que nesta ocasião passou a raia veio da serra de Gata: assaltou sem resistência os lugares de Lageosa, Aldêa-Velha, Aldêa do Bispo e Foiros, saqueou e queimou estas povoações, e retirou-se com grande presa de gados.

¹ V. T., III, 90.

Houve sinais a pedir socôrro, e o governador de Alfaíates, que os ouviu, acudiu logo com a sua guarnição, que então era reduzida, e constando apenas de infantaria; mas o golpe fôra tão rápido, que, quando êle chegou, já o inimigo recolhia de Foios em direcção ao Sul. Brás Garcia, conhecedor, como era, da região, e já escarmentado de outras vezes, em que o inimigo se escapara com a prêsa enquanto os soldados de cavalaria escaramuçavam, em vez de lhe seguir no encalce, ladeou sem ser presentido, tomou-lhe a deanteira, e caminhando por atalhos foi emboscar-se no porto de S. Martinho, por onde os castelhanos iam fatalmente passar.

Madeira de Castro na sua biografia do poeta, e quantos depois dele lhe teem seguido as pègadas, collocam o porto de S. Martinho no rio Águeda, supondo-o um porto fluvial. Basta lançar a vista sôbre um mapa, e ver que o rio Águeda forma a raia portugueza apenas desde o Douro até Escarigo, mais de dez léguas distante de Alfaíates, para reconhecer a inverosimilhança de ir o governador daquela praça dar caça aos espanhoes a tão larga distância. O porto ou portela de S. Martinho fica, já nós o vimos, a menos de uma légua a sul de Foios. É uma passagem estreita, uma garganta que corta a serra, dando trânsito de uma para outra banda. Se tivesse ido cavalaria, só serviria de embaraço e impedimento.

Não os pode ajudar cavallaria,
Que inutil fica entre a aspera estreyteza ¹.

Brás dispôs a sua gente escondida entre o mato e as fragas, a um e outro lado, sobranceira à passagem, com as armas carregadas e aperradas.

Ia executar um golpe de surpresa, um desses golpes de que êle tanto gostava, em que tomava para exemplo e modêlo a águia, e de que fez a apologia no seu poema:

A princesa das Aves nos insina,
Como ha de ser a guerra executada:
Nam vedes como dece repentina,
Sobre a caça, que pasce descuydada?
E que não pára nunca em tal rapina,
Senão que pello ar arrebatada
A vem comer sobre hum penhasco duro,
Que inda que bruta, julga-o por seguro? ²

¹ V. T., I, 96.

² V. T., II, 51.—Note-se que nesta estância, como nos dois versos acima

Alegres, satisfeitos e descuidosos iam os soldados espanhois conduzindo a valiosa prêsa. Pelo desfildadeiro

Entra a cafila espessa, & numerosa,
De animo pobre, & de despojos rica¹.

Súbitamente estrondeia-lhes sôbre as cabeças uma descarga cerrada de fusilaria, e alguns caem feridos. A fôrça parou um momento surpreendida e apavorada.

De cada lado foy logo investida
Atraz cercada, & bem cortada ávante,
Pagando seu descuydo com a vida,
Que da morte se faz sempre distante.
Procura cada qual com a fugida,
Remedear o perigo circunstante,
E em cada parte discorrendo tudo
Vai seu peyto encontrar com ferro agudo².

Foi uma victória que bem pouco custou aos soldados de Brás Garcia. Recolheram os ricos despojos que os espanhois levavam, e com alguns presos voltaram a Alfaiates.

*

Quando revertia à sua praça, todo satisfeito do bom êxito da expedição, uma notícia bem desagradavel surpreende o nosso governador.

Durante a sua ausência um outro bando de espanhois entraram dos lados de Albergaria, e assaltaram Aldêa-da-Ponte. Encontraram bastante resistência neste lugar, que era defendido por trincheiras. Muitos sinais de lá fizeram, a ver se de Alfaiates lhes acudiam; mas o governador estava ausente, e a guarnição ficára reduzida à expressão mais simples, não sendo possivel i-los socorrer. A trincheira foi tomada, os moradores refugiáram-se na igreja, que também não poude resistir, e assim foi o lugar saqueado e queimado, perdendo a vida muitos dos moradores. Dali os espanhois seguiram a fazer o mesmo em Forcalhos, que saquearam pela segunda vez e queimaram sem resistência, e depois regressaram a Albergaria.

transcritos, Brás não refere o golpe de surpresa por êle planeado e executado, mas episódios da guerra viriatina, para a qual freqüentes vezes transporta os seus próprios feitos.

¹ V. T., II, 65. — ² V. T., II, 64.

Não foi isto mais que uma parte dos assaltos que o duque de Alba mandou fazer à nossa fronteira da Beira. No mesmo dia outros bandos assaltaram Nave-de-Haver e Freineda, Val-de-la-Mula e Vila de Coelha, e mais ao norte Escarigo.

Disse-se depois que os moradores de Val-de-la-Mula, aldêa que não chegava a ter trinta e cinco fogos, vieram pessoalmente a Almeida pedir socôrro ao governador, e que Rodrigo Soares Pantoja lho recusou; mas que dez soldados da guarnição da praça, vendo a recusa do governador, fôram por sua conta à aldêa, afugentaram o inimigo que já tinha posto fogo às casas, e trouxeram alguns despojos.

Um cúmulo de mentiras, armadas sem ter em atenção nem sequer a verosimilhança. Pensemos um pouco, e vejamos se isto era possível. Os soldados vieram saquear e incendiar aquela aldêa insignificante, o que fizeram rapidamente e sem resistência alguma: pois apesar dessa rapidez, houve tempo para tudo isto:—irem os moradores a Almeida, que pelos caminhos de então dista sete quilómetros e não *só meia legua* como no seu relatório escreveu Fernão Teles,—requisitarem socôrro que lhes foi negado pelo governador Pantoja,—recorrerem aos soldados que, ofendendo gravemente a disciplina, e depois de se terem armado e municiado, partiram contra as ordens do comandante, e ainda lá encontraram os espanhoes, que provavelmente se estavam a aquecer ao fogo das casas que ardiam!—Ainda isto não é tudo: os dez soldados bateram os espanhoes, derrotaram-nos, espantaram-nos, e no fim pegaram nos despojos que os moradores tinham deixado nas casas e trouxeram-nos para Almeida!

Isto lê-se, e custa a crer que fôsse escrito a sério. Entretanto lá está no relatório official dos acontecimentos, escrito pelo próprio punho do capitão-general Fernão Teles de Menezes, e que eu li com os meus olhos! ⁴.

*

Quando estes factos se deram, ainda se conservava em Penamacôr o general.

Apenas tem noticia das novas incursões, parte immediatamente a informar-se por si dos acontecimentos.

Chega a Alfaiates, e abre uma devassa contra o governador da praça, para que todas as pessoas que conheçam alguma circunstância relativa ao facto da invasão a vão declarar em segredo.

⁴ Doc. XLVI.

O resultado dessa devassa é conhecido nos seus traços gerais, apesar de ter levado sumiço o processo, naturalmente destruído por ordem do próprio D. João IV, enjoado e aborrecido com as calúnias e infâmias mal urdidas, que o entreteciam. Conhecemos esse resultado pela notícia dada por Bento Madeira de Castro¹, já muito alterada, e com um sabor acentuado da lenda, que bem cêdo envolveu o poeta guerreiro, e pelo relatório oficial redigido e escrito por Fernão Teles de Meneses².

Segundo o que se apurou, Brás Garcia de Mascarenhas era um traidor, que tinha tratos de inconfiância com os castelhanos, mantendo correspondência muito íntima e inconfessável com o governador da vizinha praça de Albergaria. Combinára entregar-lhe a praça de Alfaiates, e para isso desguarneceu Aldêa-da-Ponte, a fim de o inimigo chegar à porta daquela praça sem embaraços. Segundo esta combinação, entrou a fronteira uma fôrça castelhana, mas, encontrando em Aldêa resistência inesperada por parte dos moradores, já não pôde chegar a Alfaiates, e assim não se realizou a projectada entrega. Entretanto a fôrça espanhola, deixando Aldêa-da-Ponte e não podendo ir até à porta de Alfaiates, que imediatamente lhe seria aberta, *como lhe tinha prometido o dito Brás Garcia*, andou a bater a fronteira, e se foi fazendo algũ dano nas aldeas daquella araya como são forcailhos, fuinhos, lageoza, aldea velha, queimando em cada hua destas aldeas algumas caças³.

É tão alheia à verdade, tão contraditória e absurda esta narrativa, que nem me dou ao trabalho de lhe apontar os dislates e inverosimilhanças, que são bem patentes.

O general Fernão Teles fez comparecer perante si o governador, capitão Brás Garcia de Mascarenhas, e sem o ouvir, sem lhe admitir defêsa, deu-lhe voz de prisão.

;Bõa recompensa a tantos e tão valiosos serviços prestados à pátria!

Acompanhado de uma fôrça é remetido ao castelo do Sabugal⁴, onde fica prêso alguns meses.

De Alfaiates passou logo o general a Almeida, e ali prende também por traidor, depois da devassa do estilo, o sargento-mór governador

¹ Doc. CXII. — ² Doc. XLVI. — ³ Doc. XLVI.

⁴ A estampa em frente representa a torre de menagem do castelo do Sabugal, com as ruínas das construcções anexas. Devo esta fotografia à amabilidade do sr. engenheiro António Rosado, director das Obras Públicas do districto da Guarda.



Torre quinária do castelo de Sabugal

daquela praça, Rodrigo Soares Pantoja, e com êle muitas outras pessoas, classificadas de reus de alta traição! ¹.

;Estava consumada a iniquidade!



Sucedia isto em princípios de maio de 1642.

A 22 dêste mês escrevia Fernão Teles uma carta a el-rei, dizendo ser já a quarta via por que mandava a exposição nesta contida. Queixava-se amargamente de lhe haverem fugido muitos soldados, achando-se com pouquíssima tropa ². Na mesma queixa insistia aflitivamente em nova carta, datada de Almeida a 18 de junho ³. ;Que queria êle que fizessem os soldados, ao verem como eram premiados os officiais mais distintos, e de maior prestígio e serviços, tais como Soares Pantoja e Brás Garcia? Esta deve ter sido a principal causa das deserções em massa, embora para muitas tenha concorrido o motivo, pelo general apontado, de ser mal paga a gente.

Também naquela carta de 22 de maio pedia o general a el-rei que lhe enviasse *pessoa de grande experiência e de grande talento*, para governar a praça de Alfaiates, que *he a chaue de toda esta provincia da Beira* ⁴. ;Cêdo começou a sentir-se a falta que fazia o nosso heroi!

Em face desta requisição de Fernão Teles de Meneses, D. João IV, por despacho de 2 de junho, pede o parecer do conselho de guerra, que em consulta de 21 do mesmo mês propõe três nomes, para dentre êles ser escolhido o novo governador de Alfaiates: — Diogo Gomes de Figueiredo, sargento-mór do terço da nobreza comandado pelo marquês de Montalvão, o capitão Francisco Barroso, e o capitão João Babilão de Sousa, *todos tres sogeitos de muitos annos de seruiço, em guerra viu* ¹, e *que nos postos que occuparaõ nella deraõ inteira satisfação*. É êste último o nomeado por despacho real da mesma data ⁵.

Mas, apesar das notificações que se fazem ao novo governador de Alfaiates, é certo que decorreram dois meses sem João Babilão ir tomar conta do govêrno da sua praça. De novo o conselho de guerra

¹ Doc. XLVI.

² T.T. — *Consultas do Cons. de G.*, m. 2, n.º 160.

³ T.T. — *Consultas do Cons. de G.*, m. 2, n.º 185.

⁴ Doc. XLV. — ⁵ *Ibid.*

volta a ocupar-se do assunto, e resolve em consulta de 2 de setembro, visto não se apresentar o nomeado, propor *Esteuão Soares de Mello, que tem servido muitos annos no Brasil e nas armadas, cumprindo sempre a sua obrigação, sendo fidalgo taõ principal e senhor da casa de Mello, com muita experiencia da guerra e conhecimentos de fortificações, etc.* Sôbre tal consulta ordena el-rei, por despacho de 5 de setembro: — *Proponham-se mais pessoas para esta praça* ¹.

Reúne outra vez o conselho a 11 do mesmo mês, e indica os nomes dos capitães Gonçalo de Afonseca de Aguilar, e Antõnio de Andrade Gambôa. Assiste a esta sessão do conselho de guerra, além do conde de Penaguião e de D. José de Meneses, o nosso já muito conhecido D. Álvaro de Abranches, o primeiro general que comandou o exército da Beira. Faz êste a declaração de concordar com a proposta dos dois nomes, e com a de Estêvão Soares de Melo, já feita na sessão anterior; *mas que dá no seu voto o primeiro lugar a Gonçalo dAfonseca dAguilar, pelas razões referidas na consulta, e pelo valor e satisfação com que o viu servir, hauendo sido o primeiro que occupou o posto de Alfaiates, e servir em Saluaterra anno e meo* ².

El-rei não faz logo a nomeação. Aparece entretanto um requerimento, que o conselho remete ao monarca em 10 de outubro, no qual o capitão Babilão expõe que, se não tinha já marchado ao seu destino, fôra por falta de meios, pois lhe não haviam sido pagos ainda 530000 réis, resto de uma fôlha de 800000 réis, que el-rei lhe mandara dar, havia um ano; mas, como tinha alvará passado pela chancelaria, e prestara juramento, se el rei o mandasse partir, o faria, ainda que fôsse pedindo esmola. Suplica por último ao monarca que lhe conceda licença para partir, mandando-lhe carta para Fernão Teles, afim de êste lhe entregar a praça; e, a propósito, encarece os serviços que prestou a D. João IV, *vindo de Castella a buscar Sua Majestade como a seu rei e senhor natural, não reparando em riscos de vida nem em gastos de fazenda* ³.

Em fim, depois ainda de alguma hesitação, el-rei determinou definitivamente, por despacho de 17 de dezembro de 1642, que — *Acuda João de Babilão á praça de Alfaiates, de que lhe tinha feito mercê* ⁴.

Haviam decorrido sete meses desde a prisão de Brás Garcia, e coincidem êstes últimos acontecimentos, pouco mais ou menos, com a sua soltura. Babilão não acudiu ao seu pôsto, fôsse pelo que fôsse,

¹ T.T. — *Consultas do Cons. de G.*, m. cit. — ² *Ibid.* — ³ *Ibid.* — ⁴ *Ibid.*

e em meado do ano seguinte ainda não tinha assumido o govêrno de Alfaiates, nem depois disso o assumiu, que me conste.



Mas ¿ quem foi que durante êsse ano desempenhou interinamente as funções de governador de tão importante praça? Vamos vê-lo.

Apenas prendeu o poeta, logo Fernão Teles incumbiu do govêrno de Alfaiates Manuel de Sousa de Almeida, official bravo e destemido, em quem o general muito confiava. Mas, ao cabo de poucos meses, tinha dado provas de não estar à altura de tão grave cargo. Superabundava nêle a bravura, mas escasseava a prudência e ponderação. Para governar não basta ser valente. Agora é que os soldados da companhia dos Leões, que continuavam a guarnecer a praça, ao estabelecerem o paralelo entre o seu querido capitão-governador, e o que actualmente occupava o pòsto, sentiriam aumentar em suas almas a admiração pelas altíssimas qualidades daquele.

Causa-nos um pouco de surpresa o facto de vermos os soldados desta companhia, composta em grande parte de fidalgos, parentes e amigos de Brás Garcia, e que serviam não só por dedicação patriótica, mas também por satisfazerem aos desejos dêste, continuarem no serviço activo, depois de verem infamemente caluniado e prêso o seu estremecido e respeitado capitão.

Era o sentimento patriótico que neles sobrepunha a defesa da pátria a esses aborrecimentos e desgostos; ¿ era provávelmente o próprio Brás Garcia, que da sua prisão lhes mandava recados e exortações, para que cumprissem à risca o indeclinável dever de portugueses!

Quatro meses decorridos sôbre a sua prisão, achando-se encarcerado no Sabugal, ainda o poeta considerava como *soldados seus* os da companhia de que fôra comandante. Assim os denominava, entusiasmado-se com as proezas e com os feitos distintos por êles praticados, como se realmente êle fôsse ainda o seu capitão. Bem prova isto o caso que passo a narrar.

Declinava já o mês de setembro de 1642. Era nas proximidades do equinócio do outono, e achava-se o general Fernão Teles em Almeida. Eis que lhe chega noticia de que nas ruínas da destruída Aldeia do Bispo se albergavam castelhanos, que dali salteavam as vizinhanças, causando grande dano aos pobres lavradores portugueses.

Ordena logo ao capitão Diogo de Tovar que marche com a sua companhia de cavalaria a dar-lhes caça e castigá-los; mas este, achando a ocasião asada para fazer por sua conta uma incursão pelo território espanhol dentro, e assim *dar hum refresco aos seus soldados*, trata de a aproveitar. Ao passar por Alfaiates, comunica o seu pensamento ao governador, que, longe de lho rebater como contrário à disciplina, por se afastar das ordens recebidas do general, lho apoia, e para a sua realização *inconsideradamente* lhe fornece oitenta soldados da companhia dos Leões.

Com esta fôrça de infantaria e com a sua companhia de cavalos, transpõe Diogo de Tovar a raia em direcção à praça de Espeja. Quando, porém, se aproxima desta, dá sôbre êle uma importante fôrça de cavalaria inimiga, com que não contava, a qual põe em debandada a tropa portuguesa, matando-lhe alguma gente, e aprisionando outra. Valeu aos nossos ser a região abundante em pinhais e matos, por onde os soldados se esconderam, evadindo-se quando a noite sobreveio.

Foi nesta conjuntura que sete dos soldados da companhia dos Leões, todos sete mosqueteiros, praticaram a proeza, a que já fiz referênciã, e que Brás Garcia cantou em duas estâncias do seu poema *Viriato Tragico*, as quais deixo transcritas na página 239 dêste livro, para onde remeto o leitor ¹.

Eis a narração contemporânea do facto, escrita pelo Dr. Salgado de Araujo: — «Saluose nossa gente pelo monte, ficou catiuo Domingos Pinto, o qual na segunda noite fugio pera Portugal. Diuidio-se a caualeria inimiga, à caça dos nossos pelo pinhal, onde alguns quarenta caualeiros encontraraõ sete infantes nossos, de mosquète, que quando os virão, com grãde animo de morrer valerosos, tomaraõ huã colina, & postos nuã mò, cõ as costas pera dentro, se foraõ em circulo defendendo, não disparando juntos, mas huns, em quanto outros carregauã: & deste modo pellejarã, com tal destreza, & valor, que fizerã retirar os que os buscauã, & elles se vieraõ por huã cãpina, a seu passo, sem que alguẽm ousasse seguillos» ².

Este feito épico de *sete soldados meus, que eram todos mosqueteiros*, como diz o poeta, encheu de nobre orgulho o capitão Brás Garcia, quando lho contaram; no conceito porém do general decaiu

¹ V. T., XII, 22-23.

² *Sucessos militares*, fl. 156 v.º; — cf. *Portugal restaurado*, parte I, liv. VI, pág. 387.

muito, não só o capitão de cavalaria, que planeou a infeliz empresa, mas também o governador de Alfaiates, que sem autorização lhe forneceu a fôrça de infantaria.

Mas não ficou por aqui. ; Estava em maré de infelicidades o governador Manuel de Sousa de Almeida! Decorrem apenas alguns dias sôbre êste desastre, e um outro, bem mais grave e da sua exclusiva responsabilidade, lhe cai em cima e o inutiliza.

Avistou-se das ameaças de Alfaiates uma fôrça de cavalaria inimiga, pouco importante, que, passando a raia, mostrava querer executar uma dessas freqüentes pilhagens pelos campos e logares abertos. Logo o governador mandou sair a tropa, que lhe pareceu suficiente para bater os espanhois, encarregando do seu comando o tenente Simão de Oliveira da Gama.

À simples aproximação dos nossos, os soldados inimigos retiraram; mas fizeram-no por forma tão pouco natural e tão insólita, que o tenente percebeu que pretendiam atraí-lo a uma emboscada. Fez pois alto, e mandou dizer ao governador o que observara, e as razões que tinha para assentar como certo, que uma cilada lhe estava preparada.

— *Que avançasse*, lhe mandou dizer o governador. *e que não fôsse medroso.*

O tenente Gama cumpriu logo a ordem, mas protestando que por obediência ia conscientemente cair numa ratoeira.

«Chegou à emboscada, sahio o inimigo della, desbaratou-lhe a Tropa, morrerão vinte soldados, e os mais ficaraõ prisioneiros. Fernão Telles castigou a imprudencia do Governador de Alfayates, tirando-lhe o posto, em que ocupou o Sargento-mór Lourenço da Costa Mimoso»¹.

Bem escreveu o poeta:

Fez a temeridade muytas vezes
Com forças inferiores bons acertos,
Vencendo muytos poucos Portugueses,
Mas erão Portugueses muyto expertos,
Que sabião romper muros, & aineses,
E pelejar a peytos descubertos:
Muytos buscão por brio o Inimigo
Poucos sahem com honra do perigo.

¹ *Portugal restaurado*, *ibid.*

Hé natural em nós o destemelo,
 Antiga a emulação de procuralo,
 Frequente a presunção de accometelo,
 Covardia a prudencia de evitalo:
 Chegando, ô grande mal! a conhecelo,
 Quando já não podemos remedialo.
 Não hê melhor antes, que o mal succeda,
 Não hir á luta, que levar a queda ?

Lute quem sabe, quem não sabe aprenda,
 Antes que saya a publico terreyro,
 Que quem aprende aonde se arrependa,
 Não hê de valeroso, hê de grosseyro.
 Aprender, & mandar ninguem o emprenda,
 Que hé novo potro, & novo Cavalleyro,
 E nasce deste não saber regelo,
 O não saber aquelle obedecelo ¹.

Para governar interinamente Alfaiates nomeia pois o general aquele sargento-mór, de quem fazia o mais elevado conceito, informando a el-rei, em suas cartas de 5 e 7 de novembro do mesmo ano, que êle é *pessoa de valor e experiencia, que serre ha 19 annos em Africa, India, Brasil e noutras partes, e merece maiores postos* ². Depois do malogro da escolha antecedente, compelido pela necessidade, por não ter um capitão da sua confiança com as qualidades requeridas para tão melindroso cargo, é que Fernão Teles recorreu, muito contrariado, a Costa Mimoso. Mal podia dispensá-lo do serviço activo próprio do seu pôsto; era dos seus quatro sargentos môres aquele que, pelos dotes excepcionais que possuia, mais falta lhe fazia no exército, e por isso só interinamente o immobilizou naquele govêrno, enquanto o rei não providenciasse.

Lourenço da Costa Mimoso, que assim foi por ordem de Fernão Teles ocupar o cargo de governador de Alfaiates, quando Brás Garcia estava preso por accusação gravíssima produzida pelo mesmo general Teles, era de Linhares da Beira, povoação situada entre a Guarda e Gouveia, filho de Bernardo Madeira da Costa, de Avô, o qual era irmão de Gaspar Dias da Costa, padrinho de Brás, pai da sua antiga namorada, e avô da que brevemente seria sua mulher ³.

¡Estranho capricho da sorte! ¡Notável coincidência!

¹ V. T., v, 7-8.

² T.T. — *Consultas do Cons. de G.*, m. 2. n.º 403.

³ *Notas genealog.* III, III, 3.

VII

O poeta-patriota de Avô

Quando, ao findar o século xvii, Bento Madeira de Castro publicou à frente do poema *Viriato Tragico*, por êle editado, o *Breve resumo da vida de Bras Garcia Mascarenhas, author deste Poema*, já se achava bastante desfigurada a memória da prisão do governador de Alfaiates. A lenda, que cedo a envolvera, attribuía a responsabilidade do facto, a quem para êle não concorrera, e tinha-o revestido de circunstâncias e episódios, que certamente não correspondiam à realidade.

Segundo escreveu o mais antigo biógrafo de Brás, foi D. Sancho Manuel quem mandou prender o capitão-governador, por inveja ou por vingança. O pretexto foi, ter êle transgredido uma ordem sua, para obedecer a uma outra do general Fernão Teles de Meneses; como se o mestre-de-campo tivesse tal audácia, ou mesmo pudesse castigar um official por êste haver executado, como lhe cumpria, as ordens emanadas do comandante em chefe e governador das armas daquela fronteira. Prêso na torre do castelo do Sabugal, foi *accusado a El Rey por falsario, que tinha tratos occultos com Castella*, etc.

Todos os restantes biógrafos teem seguido no encalce do capitão-mór de Avô, attribuindo a baixos e vis sentimentos de D. Sancho Manuel a prisão, perseguições, calúnias, maus tratos e misérias sofridas por Brás Garcia. O mesmo fizeram Camilo Castelo-Branco no romance *Luta de gigantes*, o Visconde de Sanches de Frias no drama histórico *O poeta Garcia*, e o Dr. Júlio Dantas na comédia de capa e espada *Viriato Tragico*.

Vimos no capítulo precedente que a realidade se afasta muito desta fantasia. Foi o general comandante do exército da Beira Fernão Teles de Meneses, e não D. Sancho Manuel, quem fez encerrar na

prisão o governador de Alfaiates. É grave a injúria com que foi caluniada a memória de D. Sancho, soldado cheio de brio e valor, fidalgo de carácter nobre e honrado, e uma das figuras mais distintas e de maior destaque da restauração; por seus nunca assás louvados serviços à causa da pátria, mereceu que lhe fôsse mais tarde concedido o título de Conde de Vila-Flor. Era absolutamente incapaz de praticar as vilanias, que há mais de dois séculos lhe teem sido atribuídas.

E ainda mais vêmos avultar a injustiça ao considerar que, poucos meses depois da prisão de Brás, foi êle D. Sancho vítima também de intrigas e calúnias, sendo no mês de novembro seguinte prêso á ordem do mesmo general Teles de Menezes, que em cartas sucessivas, dirigidas a D. João IV, fez acusações gravíssimas contra o seu mestre-de-campo.

Em carta de 5 de novembro de 1642 relatava Fernão Teles alguns recontros e escaramuças, em que o inimigo fôra vencido e derrotado com perdas importantes: e tecia rasgados elogios a D. Sancho Manuel, pela forma por que se houvera nesses combates ¹. Vêmos pois que a esse tempo ainda o mestre-de-campo estava nas boas graças do general. Mas dois dias depois, em data de 7, já D. Sancho escrevia a el-rei a pedir licença para se retirar da campanha, por não poder por mais tempo sustentar-se ali sem receber dinheiro, e porque, além de precisar de tratar em Lisboa negócios de sua casa, e não ser necessário na fronteira por o inverno ter feito paralizar a guerra, *com ho general fernão telles lhe é mui dificultoso servir, por uer quão pouca conta fas dos soldados hórados e ualentes, e quam remisso é no inportâte do seruiço de sua mg.^{de} 2*. Pelo seu lado Fernão Teles apressava-se também a dirigir a el-rei queixas contra D. Sancho, acusando-o de desobediente e de ter abandonado o pôsto, e pedindo instruções sôbre o procedimento a haver com êle ³.

São estas as primeiras queixas. Principiara a desavença.

Ocupa-se do assunto o conselho de guerra em sessão de 17 de novembro. É de parecer que D. Sancho deve ser prêso, para exemplo de todos, e que, *depois de estar preso, poderá então el-rei usar de sua clemencia, conforme ele o merecer* ⁴.

O general dirige duas cartas-relatórios, a 21 do mesmo mês, insistindo nas queixas contra o mestre-de-campo ⁵; a seu turno êste, em

¹ T.T. — *Consultas do Conselho de Guerra*, maço 2, n.º 403.

² Doc. XLVII. — ³ Doc. XLVIII. — ⁴ Doc. XLVIII. — ⁵ Doc. XLIX • LII.

requerimento ao rei, sem data, mas que é, talvez, dos fins de novembro, alega os serviços prestados, explica os seus actos, queixa-se de ter sido prêso arbitrariamente à ordem do general, e pede que se lhe faça devassa *por um Ministro de grande confiança e inteireza* ¹.

A 26 e 30 de novembro ² e a 5 de dezembro ³, Fernão Teles repete em cartas ao monarca as suas acusações, sucessivamente ampliadas num crescendo constante, e agravadas com artigos novos, em que attribue a D. Sancho acções atrabiliárias, subversivas, indecorosas e imorais, algumas delas inteiramente inverosímeis.

Então o conselho de guerra toma conhecimento destas cartas em sessão de 11 de dezembro. Dividem-se um pouco os votos. Ei-los por sua ordem.

O conde de Penaguião entende que D. Sancho deve vir prêso à côrte, *com boa guarda*, para ser julgado; e *que hum desembargador do Porto, dos de maior inteireza e rectos que haja naquella Relação, vá á Guarda e tire devassa deste caso, e a remeta a este Conselho.*

D. Gastão Coutinho *he do mesmo parecer, ... acrescentando que convem que o Ministro a que se encarregar a devassa seja mui inteiro*, porque a informação é dada pelo general, que é suspeito, pois *fala escandalizado e empenhado.*

Segue-se um voto que, pela sua importância, transcrevo na íntegra:

«Dom José de Meneses diz que a provincia da Beira está perdida, como elle o tem por avisos certos das suas comendas que estão alli despovoadas, e que todo êste mal resulta das dissensões e faltas de não assistir a gente paga com seus superiores á vista do inimigo na fronteira adonde o inimigo faz seus lances a salvo, como tem feito em todos aquelles logares, e é de muito dano estarem as cabeças com suas casas longe da fronteira, como está Guarda e outros logares; e V. Mg.^{de} deve mandar que quem governar as armas e officiaes maiores e menores assistam em Almeida, e nas praças fortes vizinhas a raia, e que o mais longe seja a de Pinhel, como o fazia Dom Alvaro de Abranches, que por esta razão se não atreveu o inimigo a queimar nenhum logar em seu tempo; ainda por a de estarem divididas as cabeças succedeu este caso do mestre de campo e seu general, sobre o qual V. Mg.^{de} deve servir-se mandar ver a letra a petição do Mestre

¹ Doc. L.

² T.T.—*Consultas do Cons. de Guerra*, m. cit.

³ Doc. LI.

de Campo e as razões que aponta em sua descarga, que é justo se vejam, como as das cartas e papeis do general, e que parecendo a V. Mg.^{de} que o negocio haja de passar adiante é de parecer que as informações se façam por um desembargador do Porto mui inteiro; porque o caso é mui grave, e no modo em que escreve o General dá a entender grande escândalo do mestre de Campo e fica-lhe suspeito; e em quanto a haver de vir preso a esta cidade não se deve reparar pouco no escandalo que causaria, por que tendo na descarga justificação bastante se faria muito ruido, e assim entende que seria melhor meio mandalo V. Mg.^{de} mudar da prisão em que está para o Castello da mesma Cidade da Guarda; e no interim, visto não haver alli Mestre de Campo, nem tenente general da Cavallaria, faltando tambem o Sargento mor Pantoja e Bras Garcia de Mascarenhas, capitães de tanta experiencia e valor, V. Mg.^{de} deve mandar acudir com tempo com cabeças áquella provincia, e antes que o inimigo acabe de senhorear toda a riba de Coa, e se o fizesse (o que Deus não permita) tiraria todo o sustento á Beira até Coimbra, materia taõ grave, que pede que a mande V. Mg.^{de} considerar com atenção que a qualidade della pede. E que V. Mg.^{de} se deve servir de mandar considerar, que o mesmo estado que na Beira, ha nas demais fronteiras, que tudo são dissensões, e por ellas se tem desfeito as companhias e fogido a maior parte da gente, e o dinheiro que vai ás fronteiras, se gasta entre as pessoas particulares e fica faltando para os soldados; o remedio que sente para tudo se ordenar bem, é fortificarem as fronteiras e cobrarem animo todos, e tornar-se a renuiar a guerra, que é mui duravel, e assim se hade entender o ir V. Mg.^{de} a ver suas fronteiras, que só a vista de V. Mg.^{de} ha de ser o remedio e seguridade de seus reinos» ¹.

¹ ; Quem poderia dizer a D. José de Meneses, conselheiro de estado e nobilissimo patriota, quando êle formulou êste voto tão sensato, que, decorridos poucos meses, seria preso à ordem do rei sob a accusação de traidor, recolhido ao Limoeiro, pôsto a tormentos apesar da sua avançada idade e dos achaques de gota que soffria, e de tal forma torturado, que os cordeis lhe esmagaram e descolaram dos ossos a carne, que ficou agarrada ao pôtro, mantendo-se o nobre ancião com coragem admirável sem confessar o crime, que falsamente lhe imputavam! Solto ao fim de um ano de prisão, depois de se ter reconhecido a sua inocência, veiu residir para Cantanhede, e não mais quis voltar à côrte. Sendo chamado pelo rei para de novo o ocupar em comissões de confiança, recusou-se sentida e nobremente a servir quem, acreditando caluniosas accusações, tamanha afronta fizera à sua honradez largamente provada.

D. Álvaro de Abranches quer que se salve a disciplina e se respeite a justiça. Venha pois D. Sancho prêso, e encarregue-se de fazer a devassa *um Ministro mui inteiro, porque este é negocio mui grave e de palavras mui pesadas.*

António de Saldanha, finalmente, não concorda com a vinda do prêso a Lisboa antes de se lhe apurarem as responsabilidades. *Visto estar já preso, o deve estar na prisão em que está, sem que se lhe altere nada, em quanto se não tire a devassa, e que esta se deve tirar por um Ministro de muita confiança, visto ser o caso merecedor de grande castigo.*

D. João IV conforma-se com a maioria, escrevendo por sua própria mão, no papel em que foi exarada esta consulta, a seguinte resolução régia:

— *Como parece aos mais votos sobre o vir preso Dom Sancho e para a devassa terei lembrança de nomear Ministro. — Lisboa 11 de dezembro de 642* — (Rubrica del-rei).

Em princípio do ano de 1643 foi o mestre-de-campo do exército da Beira transportado da casa da câmara da Guarda, onde se achava prêso, para Lisboa, no meio de uma fôrça de dez soldados, como se fôsse um perigoso facinora. Acompanhava-o além disso um juiz, um meirinho e um escrivão, causando espanto e lástima êste aparato a quem pelas estradas e logares via passar em tal estado um official superior do exército, de tanto valor e tão subidos méritos.



Deixámos o nosso capitão Brás Garcia Mascarenhas¹ no castelo

¹ Gastei mais de 10 anos em buscas pacientes, laboriosas e sempre infrutíferas, a vêr se colhia algum autógrafo do nosso poeta — a sua assinatura, quando mais não fôsse. Na T.T.: — no arquivo do conselho de guerra encontrei respostas a consultas e relatórios seus, mas nem o mais leve vestígio dos escritos que as provocaram; e no arquivo da ordem militar de Avis, onde devia encontrar-se, pelo menos, a sua assinatura, há uma lacuna que abrange a época da sua profissão. Dos antigos arquivos públicos do município de Avó quase nada existe em Oliveira do Hospital, e o que resta não remonta além do século xix. Pertence hoje ao A. U. o antigo registo paroquial do distrito de Coimbra, mas percorrendo o de Avó e freguesias vizinhas, relativo ao período em que Brás por ali viveu, nem uma única assinatura sua pude encontrar; e o mesmo me sucedeu folheando os numerosos processos, ricos de assinaturas de testemunhas e partes, que estão na C. E., coevos de Brás Garcia e corridos na sua terra, nos quais se me depararam, a cada passo, assinaturas do pai, dos irmãos, e de muita gente com quem convivia. Rebusquei com

do Sabugal, á ordem do general Fernão Teles de Meneses, sob a acusação de traidor à pátria.

¿ O que se passou depois ?

Pouco é o que nos dizem os biógrafos. Bento Madeira de Castro, a única fonte a que recorreram os restantes, afirma que:

— *nesta prisão solitaria o privaraõ de toda a communicacão;*

— *subtrahindolhe pouco a pouco o mantimento, lhe pretendião abrinhar os dias;*

— *rendo-se ja desemparado de todo o favor humano se valeo de sua industria, fazendo, por um hábil estratagema, chegar às mãos de D. João IV hũa discreta carta em verso muy limado... , em que relata-tava sua prisão, & innocencia;*

— *lendo õ paternal Rey a carta tam bem lançada, despedio logo hum decreto, em q̄ ordenava apparecesse sem demora em Lisboa;*

— *Chegou à Corte rodeado de guardas;*

— *quando todos agourarão final sentença a sua vida, lhe deu o piadosissimo Rey audienciã affavel, na qual de tal sorte se limou, & inteirou o seu negocio, que sahio despachado com Abito de Avis, & boa tença. & restituído por entre tanto ao seu Governo de Alfayates;*

— *Voltou de Lisboa triumphando da inveja, & do odio, & repetida a posse do seu Governo a pezar de seus emulos, aconselhándose con-*

diligência o pouco que resta dos arquivos particulares da região, e nada, absolutamente nada. — Já tinha perdido toda a esperança, quando certo dia um feliz acaso me descobre na quinta da Coitena, freguesia da Bobadela e propriedade do meu bom amigo José Madeira Teles, em meio de vários papéis velhos, abandonados nos forros da casa, uma fôlha de papel almasso, bastante denegrida e empastada de pó, tendo três páginas quase cheias de escrita do próprio punho de Brás Garcia, devidamente datada e firmada com a sua assinatura solene. Foi um dia de grande satisfação que tive, realçada ainda pela generosa dádiva do precioso autógrafo, com que José Teles imediatamente me brindou. Deixo neste lugar consignado o favor, com a expressão do meu mais vivo agradecimento. — Sendo o único autógrafo conhecido do nosso poeta-patriota, supponho que cumpro um dever enriquecendo êste meu trabalho com a sua reprodução. Foi escrito a 16 de Março de 1640, poucos meses antes do célebre motim de Travanca-de-Farinha-Podre. — Temos neste documento o nome do poeta, duas vezes por êle escrito, e verifica-se, por forma indiscutível, que se assinava *Bras Garcia Mascarenhas*, como o denominou Bento Madeira de Castro, e no encalce dêste os outros autores, e não Brás Garcia de Mascarenhas, como eu tenho escrito, apoiando-me em razões de ordem filológica e de analogia, e no uso de algumas pessoas ilustradas suas contemporâneas. Em face porêm do diploma, reproduzido aqui integralmente, confesso o êrro, que não mais cometerei.

Digo eu Bertola meu madre mora dor
 Em esta Villa de Jhuo e eu uendo a p. Jhuo
 Dete ho so sua mother maria de mesquita
 mora dor em esta mesma Villa p. Jhuo e eu
 filhus e de en lentes de pte dia p. Jhuo de sempre
 p. Jhuo the uendo a metade do meu tafado
 e esta adende chamad a rib. de Jhuo
 e meu pai Enri. madre e de pte me
 deixou seu u. luti. u. tafes e frankei
 de Jhuo u. minha sova fazendo nelle
 m. b. e. fe. i. r. i. o. s. e. r. o. g. n. a. s. n. a. u. a. h. a
 quosi nada e de claro e p. Jhuo. h. a. f. e. l. i. c. i. t. a
 p. n. o. s. p. a. r. t. e. m. a. i. s. c. r. i. m. e. n. o. s. a. o. h. o. r. t. a
 f. a. l. e. s. e. c. o. n. t. r. a. d. i. c. a. s. d. e. p. e. s. s. o. a. a. l. g. u. m. a
 p. e. s. s. o. d. a. l. g. u. m. s. p. e. r. t. e. n. d. e. s. e. t. i. r. a. r. m. e. e
 q. u. e. s. t. e. i. m. p. u. n. g. n. a. r. m. e. n. d. e. l. l. o. c. o. m. p. e. r
 p. n. a. r. i. b. r. a. t. e. r. r. a. m. o. t. h. e. r. d. e. m. e. u. p. a. i. d. i. g. o
 q. u. o. a. r. t. a. m. o. t. h. e. r. d. e. m. e. u. p. a. i. e. n. r. i. d. m. a. d. e. d. e. p. t. e
 e. p. e. r. d. a. c. a. u. s. a. s. e. p. o. s. e. m. p. i. z. o. e. s. e. a. u. e. r. i. g. o. u
 f. e. r. a. d. i. t. a. p. r. o. f. r. i. c. i. d. a. d. e. m. i. n. h. a. p. e. r. s. e. m. p. r. a
 p. o. s. u. b. i. r. m. u. d. e. i. x. a. r. m. e. u. p. a. i. e. n. s. u. a. m. a. n. d. a. p. o. r
 m. o. s. f. e. r. u. l. a. s. e. u. t. h. e. f. i. z. e. t. h. a. f. u. d. e. r. u. e. n. d. e. r
 t. h. e. u. e. n. d. o. a. d. i. t. a. a. m. e. t. a. d. e. i. m. p. r. e. d. e. u. b. m. i. l. e.



sigo se retirou a patria, assim por não irritar mais a impaciencia de seus adversos, como tambem pera lograr algum descanso devido a sua idade, & myltas perigrinações por mar, & terra¹.

¿ Até que ponto corresponderão estas afirmações á realidade ?

Recorrendo às fontes documentais para responder a esta pergunta, a colheita de noticias é escassa; folheando e lendo com atenção o *Viriato Tragico*, encontram-se algumas, embora mais ou menos vagas, e pouco circunstanciadas.

É o que passamos a estudar.



Segundo vimos no capitulo antecedente, o general Fernão Teles antipatizou com o governador de Alfaiates, logo desde que assumiu o comando do exército da Beira; esta antipatia foi crescendo, foi-se exacerbando, como resultante de muito complexos e variados elementos, até explodir na ordem de prisão e devassa.

Pelo seu lado Brás Garcia, desde que em 1641 se apresentára ao seu primeiro general com a célebre companhia dos Leões, por si recrutada, organizada e disciplinada rápidamente, como por encanto, mereceu a estima, consideração e confiança de seus superiores, especialmente do governador D. Álvaro de Abranches, que o distinguiu com comissões delicadas e difficilimas, e que lhe entregou o govêrno da importantíssima praça de Alfaiates, a qual, por sua situação, era a chave de toda a provincia da Beira, como escreveu mais tarde Fernão Teles². Esta fortuna despertara as invejas e emulações de alguns dos seus camaradas.

O capitão Brás era, além disso, um militar recto, disciplinador, austero, rigoroso, inflexivel, que premiava com justiça os méritos, e com justiça castigava as faltas, embora leves, dos seus subalternos. Assim como cumpria à risca as ordens recebidas dos superiores, assim exigia o exacto cumprimento das que dava ou transmitia aos subordinados. Êste rigor havia criado ódios, e más vontades.

Enquanto senhor do mando, todos em volta dêle se curvavam submissos, e o adulavam mesureiros; e, se alguns se atreveram a intrigá-lo junto do general Fernão Teles, foi por estarem seguros de que agradavam a êste, sem perigo de vir a delação a ser conhecida daquele.

¹ Doc. XLV. — ² Doc. CXII.

Mas, desde que o viram decaído, deposto do govêrno, privado de todas as honras, prêso e encarcerado, os émulos, os queixosos, os inimigos formaram cõro em volta de Fernão Teles e do ministro encarregado da devassa, e não houve acusação que não fizessem ao desgraçado.

Ouçamos as suas próprias palavras:

Que antiga hé já no mundo, & que enganosa
A louca Emulação que a tantos dana l
Que hypocrita, que nescia, que invejosa l
Quem mais presume, facilmente engana;
Que altiva, desabrida, escandalosa
Foy sempre a toda a gente Lusitana !
Que antes se quer perder soberba, & cega,
Que sogeytarse a igual, que a mandar chega.

Da experiencia propria examinado,
Se em verdadeyra conta entro comigo,
Chego ajulgar do tempo castigado
Que este hé da Patria o mayor castigo.
Todo o Homem que mandou, foy emulado,
Todo o que bem servio, teve inimigo;
Metamos bem a mão na consciencia,
E acharemos que hé falta de obediencia.

Tudo naturalmente reconhece
Perpetua vassalagem, & senhorio;
Todo o Animal tem Rey, de que estremece,
Rainha as Aves, que lhe humilha o brio;
As Abelhas tem Rey: tudo obedece;
A pedra ao centro, ao salso Mar o Rio,
A nuvẽ ao vento, ao vasio o cheyo,
A não ao leme o Cavallo ao freyo.

As Cegonhas, & Gralhas se sogeytaõ,
A huma, que as governe, & ponha em via;
Dormindo húas ¹ estaõ, & outras espreytaõ,
Sempre alguma há de estar posta em vigia.
Somente os Homens muyto mal aceytão,
Que os sogeyte ² o poder, reja a Mayoria;
Todos querem mandar, todos reprimem,
Mais emulando os que peor se entendem ³.

¹ A 1.ª edição traz *hũa*, êrro tipográfico evidente, que já aparece emendado na 2.ª

² Outro êrro tipográfico *sogeyta*, também emendado na 2.ª edição.

³ V. T., v, 1-4.

E, depois de fazer referência à tomada de Eljas e de Valverde, acrescenta, aludindo ao êrro de não lhe terem seguido o conselho atacando simultâneamente, de surpresa, a importante praça de Albergaria, e El Paio:

Não se renderão mais, por não ser crido,
 Ou por não ficar mais acreditado:
 Zãgão, pera aquentar, serà admittido,
 Pera o favo gostar, fora deytado.
 De treydores vilissimos trahido
 Se verà prezo em vez de ser premiado,
 Porque treydores são muyto mayores
 Os que querem de leais fazer treydores.

Verse-há nesta prizão injusta o pouco
 Que podem confiar os que militão,
 No applauso popular, no vulgo louco,
 Que a quem levantão mais, mais precipitão.
 Como charqueyras raãs, estrondo rouco
 Contra o prezo farãõ, que raãs imitão
 Os que longe murmurão dos absentes,
 E que immudecem quando os vem presentes ¹.

Daqui se conclue que, além das traições vilíssimas de falsos camaradas, émulos e inimigos, também o povileu ignóbil, que dantes o aplaudia e vitoriava, se voltou contra êle, caluniando-o e acusando-o. A isto alude mais uma vez o poeta ao traçar a sua auto-biografia, na longa alocação que dirige a Viriato no canto xv do poema, quando, depois de descrever a revolução restauradora de 1640, acrescenta:

Visto tens invicivel Viriato,
 Como estes Reynos teus se levantarão,
 Sua conservação te não relato,
 Por ser hum dos que a peytos a tomarão.
 Tão mal mo satisfez o vulgo ingrato,
 Tantos emulos inuteis me invejarão,
 Que me chegarão a por em mais perigos
 Os naturais, que os propios Inimigos ².

O vulgo infame, êsse *monstro sussurrante*, essa *disforme e barbara canalha, vil escoria da terra*, em que se misturam elementos de todas as classes sociais, e que *he dos estados tres escoria em bica*, encontrando o meio perturbado, tudo envolve, tudo turva, tudo mancha

¹ V. T., xiv, 86-87. — ² V. T., xv, 101.

com a sua baba pestilenta, confundindo leais com traidores, malsinando os mais honrados servidores da pátria, acusando às cegas os que amanhã exaltarão com elogios. Mas a Justiça, figurada na deusa Nêmesis, tem distinguido o bem do mal, a verdade da calúnia, e enquanto a alguns traidores sentenciou à pena capital, aos bons e leais, vítimas de ódios e intrigas, tem salvado a vida, esmagando os detractores, que os caluniavam. É a esse vulgo, tão largamente descrito e apontado à execração em várias passagens do *Viriato*, que o poeta se refere ao escrever:

No mar dos seus delirios a lealdade
Se verá perturbada, naufragante,
Porque, achando este monstro agoas involtas
Causara mil tormentos, & revoltas.

Nota da justa Nêmesis os brios
Com que manda cortar em seus disvellos
Por Atropos de alguns os vitais fios,
E a Lâchesis dos outros estendelos:
Retrata em tumultuosos desvarios
O vulgo seus fantasticos libellos;
Já Leão, já cordeyro desmaiado,
De alguns, que quer pizar, fica pizado¹.

Não se esquece entretanto de proclamar bem alto, o coração repleto de reconhecimento, que, se a justiça triunfou na causa em que ête era reu, se foi inutilizada a obra habilidosa dos traidores, desmascarando-se a calúnia e fazendo-se brilhar a verdade, teve nisso acção directa, pessoal, eficaz, el-rei D. João IV.

A ter estranho Rey longe, era certo
Que podêrão treydores derrocarme;
Com o ter natural, tão justo, & perto,
Atropeley quem quiz atropelarme².



Foi no meado da primavera, no início de Maio de 1642, que Brás Garcia recolheu à prisão, e a 22 dêste mês escreveu Fernão Teles ao rei requisitando-lhe pessoa de grande experiência e de talento para governar a praça de Alfaiates. O poeta fica por algum tempo clausurado no castelo do Sabugal.

¹ V. T., XIV, 79-80. — ² V. T., XV, 102.

Intensificam-se os esforços dos seus adversários para o perderem; o processo de devassa, feito certamente pelo auditor do exército, creatura toda dedicada ao general ¹, conclue-se, segundo a inspiração dos inimigos do capitão devassado, e então, a 25 de julho, dirige Fernão Teles a D. João IV a sua carta-relatório, a que já fizemos referência no capítulo precedente, na qual, como que incidentalmente, dá conta dos crimes de alta traição dos governadores de Alfaiates e de Almeida, apurados na devassa que lhes mandou fazer, pelo que os tem prêsos ².

O conselho de guerra, em sessão de 8 de agosto, toma conhecimento desta carta, resume-a, fere ao de leve a nota da acusação de infidelidade feita contra os capitães Brás Garcia Mascarenhas e Rodrigo Soares Pantoja, mas abstem-se de emitir qualquer conselho ou comentário sôbre este incidente do relatório. El-Rei escreve à margem pura e simplesmente: — *Fiquo aduertido do q̃ se contem nesta consulta.* — Em Lx.^a a 13 de Agosto de 642. — (Rubrica régia).

Oficialmente nada mais consta do que se passou. Sabemos porém que Brás tinha amigos dedicados na côrte, e no próprio conselho de guerra. El-rei foi informado particularmente do que sucedia na Beira, e avocou a Lisboa o processo e o prêso.

¿ Seria esta intervenção do rei devida a uma carta em verso, arditosamente preparada na cadeia pelo nosso poeta com letras recortadas à tesoura de um livro, e coladas sôbre uma fôlha em branco que servia de guarda ao mesmo livro, visto não consentirem que na prisão entrasse papel, pena ou tinta? Êste caso anedótico, narrado por Bento Madeira de Castro, e repetido depois, muitas e muitas vezes até ao presente, tem todo o sabor de um episódio legendário.

Entretanto a intervenção pessoal do monarca no processo de Brás Garcia deu-se de um modo eficaz. É verdade que ainda não encontrei referência alguma documental a esta intervenção, apesar das diligentes buscas a que procedi no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e das realizadas antes de mim pelo sr. general Brito Rebelo; mas há, a confirmar a tradição que a testemunha, o depoimento autêntico do próprio poeta, acima transcrito, em que attribue ao rei a sua salvação.

Ao findar êste ano de 1642, fazia êle a sua entrada em Avô, de regresso de Lisboa, livre, absolvido, justificado e honrado, *atropelando quem quiç atropelalo.*

¹ Doc. LV. — ² Doc. XLVI.



Desde que o processo de Brás Garcia, assim como o processado, se escaparam das mãos do general Fernão Teles de Menezes, êste não mais tornou a aludir nas suas cartas ao ex-governador de Alfaiates, e voltou então as suas iras todas contra D. Sancho Manuel, como já vimos, não cessando as queixas e acusações, sucessivamente repetidas e ampliadas, até 5 de dezembro. Então param.

A 11 dêste mês é resolvida, segundo fica dito, a remoção do prêso para Lisboa, a qual se realiza em princípios do ano de 1643.

Não convindo que se mantenha sem mestre-de-campo o exército da Beira, o conselho de guerra, em consulta de 19 de dezembro de 1642, propõe a el-rei os nomes de alguns militares de experimentado valor, a fim de ser nomeado um dêles para aquele pòsto. O monarca prudentemente se abstêm de fazer a nomeação, e por último, a 4 de fevereiro de 1643, lança na consulta a sua resolução: — *Sentenceada a culpa de D. Sancho, se poderá tratar deste posto* ¹.

D. Sancho Manuel, chegado a Lisbôa, queixa-se respeitosa mas magoadamente ao rei de lhe serem tão mal compensados os muitos serviços que prestára, com risco por vezes da sua vida, em defêsa do seu rei e da sua pátria; e pede por mercê que lhe sejam notificadas as culpas de que é acusado, e que êle desconhece, *porque espera de sua inocencia mostrar em continente... serem falsas todas as que lhe puseram* ².

Pouco depois, em novo requerimento, deplora que tenha sido encarregado de tirar devassa na sua causa (diligência que êle mesmo pedira se fizesse *por um Ministro de grande confiança e inteireza*) o Auditor do exercito, com quem havia tido grandes desavenças pelo serviço de sua Mg.^{de}, e era feitura do ... general, e seu inimigo capital. Assim, apesar de tranquilo na sua consciência, pede providências, *sendo a el rei presente o pouco crédito que se deve dar a devassa, processada por um inimigo seu, por ordem e com assistencia do... General, que faria tudo o que pudesse pelo culpar* ³.

D. João IV pensa em reenviar imediatamente D. Sancho a continuar no exército da Beira a série dos seus distintos serviços; e o conselho de guerra, em sessão de 29 de abril, ponderando êste assunto, reconhece unânimemente os altos merecimentos, qualidades

¹ Doc. LIII. — ² Doc. LIV; cf. L. — ³ Doc. LV.

e serviços do mestre-de-campo, cuja presença no exército era reclamada como necessária e urgente. Mas gravíssimas acusações haviam sido contra êle formuladas pelo general governador das armas, e uma devassa, que corra, confirmava-as. ¿Seria regular ou conveniente rasgar nesta altura o processo, e restituir sem mais formalidades D. Sancho ao seu pôsto? ¿Não sofreria o prestígio e bom nome dêste, e não seria cerceada a sua autoridade, se êle voltasse ao exército sem haver sido préviamente ilibado por sentença das culpas imputadas?

Só havia a seguir um de dois caminhos: ou ultimar rápidamente o processo e apressar a sentença, que não podia deixar de ser absoluta, ou pura e simplesmente amnistiar o reu. Ao monarca pertencia resolver.

D. João IV opta pelo primeiro, resolvendo a 29 de Maio que o reu recolha à prisão do Limoeiro, e que o processo avance ¹.

A ordem régia para D. Sancho recolher à prisão é comunicada a Matias de Albuquerque a 3 de junho ².

Mas todo o processo era monstruoso, deixando transparecer em cada fôlha a paixão e ódio dos que nele haviam cooperado. D. Sancho articulava suspeições, que lhe tiravam todo o valor moral e jurídico. Anulá-lo e instaurar novo processo sôbre novas bases, levaria muito tempo, e todos viam claramente que o resultado final, a que se viria a chegar, era, e não podia deixar de ser, a absolvição do réu. Parece pois que melhor teria feito o rei concedendo desde logo a amnistia.

Não sei a data precisa em que D. Sancho foi solto; é porê m certo que ainda corria o verão dêste ano de 1643, e já êle praticava proezas militares de grande valor na Beira à frente da cavalaria, no seu pôsto de mestre-de-campo.



Em face do que temos narrado a respeito dos casos de D. Sancho Manuel e de Brás Garcia, é natural a pergunta: — ¿Em que situação moral ficou o governador das armas Fernão Teles de Meneses?

Situação bem singular e melindrosa. Evidentemente não podia conservar-se à frente do exército da Beira.

Ao findar o ano de 1642 já êle se sentia ali mal; e D. José de

¹ Doc. LVI. — ² Doc. LVII.

Meneses exclamando no seio do conselho de guerra — *! A provincia da Beira está perdida!* — enunciava o sentir de muita gente.

Desta provincia chegavam à côrte reclamações e pedidos dos povos; lamentava-se a actual situação, e rememoravam-se os tempos em que fôra governador D. Álvaro de Abranches, formulando-se votos por que esses tempos voltassem. Estes votos eram atendíveis; tal substituição de comando dava esperanças de melhorarem as condições afflitivas, em que a provincia se encontrava.

Exonerado pois Fernão Teles de Meneses, foi pela segunda vez nomeado governador das armas na Beira D. Álvaro de Abranches, o grande amigo e admirador de Brás Garcia Mascarenhas.



Em meado de abril de 1643 chegava a Coimbra, de caminho para a fronteira, o novo comandante do exército desta provincia.

Daqui seguiu por Espinhal, Figueiró-dos-Vinhos, Certã, Sarzedas, até Castelo-branco, onde se demorou alguns dias. Começa então as visitas aos castelos e praças da fronteira, escoltado pela companhia de infantaria do capitão Danião Botelho. Visita Idanha-a-Nova, Salvaterra, Segura, Monsanto, etc., ao todo vinte e quatro praças, terminando nas do Sabugal e Alfaiates, donde recolhe à Guarda. Referindo-se a esta visita de inspecção, escreveu um contemporâneo: — «Muros, portas, rastilhos, pontes, fossos, trincheiras, estacadas, baluartes, reductos, parapetos, alojamêtos, artilharia, munições, soldados, bastimêtos, forão o seu cõtinuo desuelo, prouêdo em cada hũa, & muitas destas cousas, segundo necessitaua a praça, que visitaua»¹.

Ao passar em Almeida «toda a Villa ardia em doenças, algũs affirmauão ser peste, pelo menos como apestados, fugiaõ todos dos enfermos; morriaõ muitos na contagião do mal, muitos na falta do necessário». Pediram encarecidamente a D. Álvaro que não entrasse lá. Entrou e providenciou: visitou os enfermos, proveu às suas necessidades, deu-lhes médicos e enfermeiros, ordenou ao governador da praça Marco António de Azevedo que se limpassem as ruas, e

¹ *Relaçam / em que se refere / parte dos gloriosos svc- / cessos, que na Prouincia da Beira liuerão / contra Castelhanos, as armas de S. Mage- / stade, gouernadas por D Aluaro de / Abranches, seu Capitaõ General, / nos meses de Mayo até De- / zembro de 643. (8 folhas innumeradas).*

águassem com vinagre, e purificassem com fogueiras de alecrim, não se descuidando entretanto de mandar refazer as fortificações da vila ¹.

Quando chegou a Alfaiates, aí por princípios de junho, começava a época perigosa da colheita dos cereais, em que os espanhoís vinham em frequentes incursões impedir a recolheça. Não podia deixar de se lembrar dos incomparáveis serviços que dois anos antes, por este mesmo tempo, prestára o governador desta praça Brás Garcia Mascarenhas, agora retirado do serviço, em Avô. Não havia sido até então preenchido o lugar, achando-se ainda encarregado do govêrno interino de Alfaiates o sargento-mór Lourenço da Costa Mimoso. O governador nomeado, Babilão, não chegára a vir tomar posse, nem já viria. É naturalissimo que o general, rememorando as altas qualidades do seu amigo capitão Brás Garcia, que não chegára a ser formalmente demitido, e que agora se achava plenamente justificado das acusações aleivosas que lhe haviam feito, quisesse reintegrá-lo no seu antigo pôsto e govêrno; assim completaria o acto de justiça e reparação devidas, e faria uma excelente aquisição, pois homens com as virtudes e qualidades de Brás eram muito raros.

Escreveu-lhe para Avô, a chamá-lo. Brás veiu logo, e reassumiu por pouco tempo o govêrno de Alfaiates.

Bento Madeira de Castro diz que êle *restituído por entre tanto ao seu Governo de Alfayates... & repetida a posse do seu Governo, a pezar de seus emulos, aconselhando-se consigo se retirou a patria, assim por não irritar mais a impaciencia de seus adversos, como tambem pera lograr algum descanso devido a sua idade, & muytas perigrinações por mar, & terra em que os trabalhos sempre acompanharão a este Hercules* ².

Parece estar em opposição com isto o facto de Brás declarar que, *vendo-se livre, não quiz de cargos mais encarregar-se* :

Vendo-me livre, com ditoso acerto,
 Não quiz de cargos mais encarregar-me,
 Por não dar ordês, nem estar a ellas,
 Porque o dalas hê mão, peór recebellas ³.

Esta declaração porém harmoniza-se perfeitamente com o facto de haver reassumido o seu antigo cargo, não para o exercer, mas para logo o resignar, e se recolher a vida tranqüila de Avô. É, a meu vêr, a única interpretação que se concilia com a estância 88 do

¹ *Relaçam cit.* — ² Doc. CXII. — ³ *V. T.*, xv, 102.

canto xiv, em que o poeta, depois de se ter referido à sua *injusta prisão*, e ao *estrondo rouco* que o *vulgo louco e inconstante*, como *charqueiras rãs* fez contra êle, quando prêso, acrescenta:

Presente o verãõ presto mais honrado
 Desmentindo perjuros fementidos,
 Porque os que infamão mal o acreditado,
 Ficão de todos por infames tidos.
 Vês outra vez o vulgo retratado,
 Ves os loquazes mudos, & corridos ?
 Sempre mostra em desditas, ou venturas
 O vulgo, qual Prothêo, varias figuras.

Que como hê vario, credulo, inconstante,
 Sem honra, sem vergonha, & sem verdade,
 Tudo o que diz, desdiz de instante a instante,
 Porque todo hê Quimêra, & falsidade ¹.

Os que prêso o murmuraram, caluniaram e infamaram, e na devassa o perjuraram, foram os mesmos que, apenas absolvido, *presto* o viram *presente mais honrado*, e por isso tiveram de *emudecer corridos*, e ficaram havidos *de todos por infames*. Evidentemente a reparação foi completa, e o capitão-governador, após a sua justificação, voltou *presto* à mesma região onde governára, e onde em seguida fôra vilipendiado; viram no então *presente, livre e mais exalçado em honras* os mesmos que o tinham caluniado, quando prêso.

Consumada a reparação, reintegrado no govêrno da sua praça, Brás não se demorou em Alfaiates. Devia ser-lhe penoso tratar camaradas, que bem sabia terem-no atraído, viver no meio de gente que procedera tão ingrata e infamemente contra êle, quando o viram perseguido e prêso. Demitiu-se, e tendo formado o propósito de não mais aceitar cargos de govêrno, voltou para a sua querida vila natal. Foi então de novo confiado o govêrno da praça a Costa Mimoso, pois no fim do verãõ dêste ano de 1643 encontramos nós o general D. Álvaro em Alfaiates, a expedir dali uma fôrça comandada pelo governador daquela praça, o sargento-mór Mimoso, que avançou sete léguas por Espanha dentro até perto da cidade de Cória, saqueando e queimando o lugar de Moralejo, escaramuçando com 300 infantes e 80 cavalos inimigos, que lhe apareceram no caminho

¹ V. T., xiv, 88-89.

e foram afugentados, e praticando outros actos de valentia, que causaram bastantes perdas aos castelhanos ¹.

Voltou pois para Avô o nosso capitão Brás Garcia; mas o seu ardor patriótico não se tinha extinto, nem se achava amortecido, com as injustiças e desenganos, com a idade e trabalhos.

A pátria continuava atravessando uma crise dolorosa e aflitiva, carecia dos seus serviços militares; não lhos recusaria jámais.



Durante a sua pequena demora na fronteira, deve ter sabido, talvez da boca do próprio general, que el-rei resolvera intensificar a guerra no Alentejo, indo ali em pessoa para animar as tropas, que de todo o país mandava juntar naquela fronteira. O fim desta concentração era realizar uma incursão na Estremadura espanhola.

É natural que seu amigo D. Álvaro lhe communicasse, em confiança íntima, que tencionava mandar para o Alentejo um contingente das suas tropas, comandado pelo tenente do mestre-de-campo Fernão Teles Cotão, e seguir pouco depois elle mesmo com todas as forças disponíveis, para, segundo o plano de D. João IV, passar a fronteira com o exército concentrado sob o comando do conde de Óbidos, atacar e tomar algumas praças castelhanas, assumindo assim a guerra da nossa parte pela primeira vez o carácter offensivo.

Era da mais alta importância que este golpe não falhasse, mas se fizesse sentir bem dolorosamente no reino de Castela.

A ocasião era muito asada. Havia sido afastado do governo de Espanha o conde-duque de Olivares, que durante vinte e dois anos dispusera discrecionariamente do ânimo de Felipe IV e do poder absoluto que este nele depositara. Convinha não deixar escapar o momento de crise e perturbação por que passava aquella monarchia, achando-se desmontada e inutilizada a máquina governativa, que em tão largo período fôra organizada e funcionara à ordem e feição do conde-duque. Além disso as atenções do governo espanhol haviam sido até então atraídas para a guerra da Catalunha, tão infelizmente dirigida pelo conde-duque, abandonando quasi completamente a raia occidental; e era de recear que, com a mudança de governo, mudassem as idéas, os planos, as condições, e o rei Felipe pudesse breve-

¹ *Successos militares*, fl. 172 e v.º; — *Portugal restaurado*, parte I, livro VII, pág. 420 da ed. de 1710.

mente concentrar fôrças na fronteira portuguesa, e tentasse uma invasão, a que o nosso exército não conseguisse fazer frente.

Convinha pois não perder a ocasião de prejudicar e assustar a Espanha, e erguer os espiritos em Portugal, onde, passados os primeiros entusiasmos patrióticos da restauração, o desânimo surgia e alastrava, ao compararem-se a sangue frio os recursos de que podiam dispor uma e outra nação. Pessoas graves e ponderadas já iam dizendo à boca pequena, que a aventura da restauração não podia manter-se. E daqui resultaram as repetidas tentativas de conspiração, fomentadas por Castela, que tão desconfiado tornaram D. João IV; chegaram a sofrer grandes trabalhos e até a morte, de mistura com autênticos conspiradores, algumas vítimas inocentes, falsamente acusadas ao rei de inteligências clandestinas com o monarca vizinho.

A estas razões ainda se juntava a de já se acharem suficientemente exercitadas e experimentadas as nossas tropas com mais de dois anos de campanha, e estarem reparadas e acrescentadas as fortificações fronteiriças.

Havia também a vantagem de ganhar as boas graças do rei de França, que tão úteis nos podiam ser, o qual instava por que passassemos da defensiva à ofensiva, interessado em que o exército castelhano, que operava na Catalunha, se visse forçado a dividir-se, para acudir ao Ocidente da península.

Por estas e outras considerações é que D. João mandou que de todas as províncias viessem tropas, que se concentrassem em Elvas, para dali passarem a atacar a Espanha.

Sabendo pois isto, Brás Garcia resolveu desde logo cumprir o seu dever, acudindo ao chamamento real e apresentando-se no tempo e lugar aprazados.

Estava afastado do serviço activo. Era um simples *capitão reformado*. Poderia, se quizesse, oferecer-se para voltar à actividade (oferta que seria muito bem recebida e estimada), recrutar de novo uma companhia, e partir para o Alentejo como *capitão vivo* à frente dela. Mas a memória dos sucessos recentes estava bem nítida na mente de todos. ¿Poderia êle ter coragem para ir novamente, como fizera dois anos antes, de porta em porta, prégando a guerra santa da defesa da pátria, e convidando os seus parentes, amigos, admiradores, subordinados, a alistarem-se na sua companhia? ¿Haveria nele, tão injusta e tão infamemente compensado dos serviços e sacrificios que fizera, fôrça moral e autoridade para aconselhar, os que da primeira vez o atenderam, a assentarem de novo praça? Não. Êle

iria, cumpriria à risca o seu dever de patriota e de soldado; os outros que fôsem, se quizessem, mas não a convite seu.

Antes do fim do verão, ao aproximar-se o principio do outono, apenas os calores insofríveis do sol estivo alentejano começassem a mitigar-se um pouco, é que se iniciaria a campanha. Estava marcada para os primeiros dias de Setembro a concentração do exército em Elvas e seus arredores. O capitão reformado Brás Garcia Mascarenhas lá estava, assentando praça como simples soldado no terço do mestre-de-campo João de Saldanha de Sousa, onde teve como camaradas muitos outros soldados rasos da mais alta fidalguia do reino, *senhores illustres, nobres, & officiaes reformados, que assentaraõ praças, com muitos criados pera servir à sua custa*¹. Era apontado entre todos, com admiração, o nobre exemplo de Matias de Albuquerque, que, depois de ter prestado grandes serviços à pátria na guerra do Brasil e na restauração, serviços que bem mal pagos lhe foram, pois se encontrou preso por ordem régia sob a caluniosa accusação de traidor, sofrendo injúrias e insultos infamíssimos da população vil, agora, perante o chamamento real, foi êle, conselheiro de estado e de guerra, um dos primeiros a assentar praça como soldado raso naquele mesmo exército do Alentejo, que dois anos antes governara como general.



El-rei D. João IV havia partido de Lisboa na tarde do domingo 19 de julho; dirigiu-se imediatamente a Évora. O calor era insupportável, mas, a-pesar disso, foi animando os preparativos para o exército sair a campanha.

Durante a segunda metade de agôsto foram chegando os contingentes das diversas províncias; na primeira semana de Setembro o exército concentrado em Elvas e suas vizinhanças constava de 12.000 infantes e 2.000 cavalos, dispondo de 10 peças de artilharia de campanha, 2 morteiros e vários instrumentos destinados ao ataque das muralhas. Dava-lhe muito brilho e lustre a nobreza do reino, que acorrera ao chamamento e assentara praça nos diversos terços.

Com êste luzido exército partiu de Elvas o governador das armas conde de Óbidos, no domingo 6 de setembro pelas 2 horas da tarde, em direcção à ponte de Olivença, onde se lhe juntaram os terços e tropas aquarteladas em Vila-Viçosa e Borba. Passaram o Guadiana

¹ *Successos militares*, fl. 184.

na manhã de segunda feira 7. No dia seguinte transpuseram a ribeira que corre entre Olivença e Valverde, a qual então era o limite entre as duas nações, e penetraram na Extremadura espanhola, que havia 170 anos não era pisada por um exército português.

Não me imponho a empresa de reeditar a história minuciosa dessa marcha ofensiva por terras espanholas, em que os nossos soldados praticaram actos de heroicidade extremada¹. Foi rendida a praça de Valverde, sendo despejada pelos castelhanos e ocupada pelos portugueses a 12 de setembro. Neste mesmo dia chegou com o seu terço e uniu-se ao exército o mestre de campo D. Nuno Mascarenhas.

A 17 levanta o exército, e marcha em direcção a Badajoz. Depois de tentar pôr cerco a esta praça para a atacar, vendo a dificuldade da empresa e as baixas que o nosso exército sofria, exposto às balas castelhanas que granizavam constantemente sobre elle, o conde de Óbidos, ouvido o conselho de guerra, resolve, contra a opinião do mestre-de-campo João de Saldanha de Sousa, e em conformidade com a do mestre-de-campo-general Joanne Mendes de Vasconcelos, não realizar o ataque, e retirar logo para ir tomar outras praças e vilas menos defendidas. Esta retirada ficou célebre pela grande habilidade estratégica e talento de comando que revelou, fazendo-se com muito boa ordem, e evitando que a rectaguarda do nosso exército fôsse molestada pelo inimigo.

Na noite de 22 para 23 de setembro, achando-se o exército alojado nas faldas da serra de Olor, entre Olivença e Valverde, foi o conde de Óbidos surpreendido por uma carta do rei, em que se lhe ordenava que entregasse o comando do exército a Matias de Albuquerque, e que tanto elle como Joanne Mendes recolhessem immediatamente a Lisboa, onde se manteriam, sem sairem de suas casas, até nova ordem. A empresa infeliz de Badajoz foi evidentemente a causa desta grave resolução régia.

Matias de Albuquerque, muito mais querido do exército de que o conde de Óbidos, não revogou a resolução que havia sido tomada

¹ Quem quiser vêr noticias abundantes desta campanha, recorra às fontes próprias, entre as quais indicarei em especial o cap. vi do *Portugal restaurado* do CONDE DA ERICEIRA, e a relação intitulada — *Sucessos que houve nas fronteiras de Elvas, Olivença, Campo Mayor, Ouguella e outros lugares do Alentejo, o terceiro anno da Recuperação de Portugal, que começou em o 1.º de Dezembro de 1643* (aliás 1642), escrita pelo DR. AIRES VARELA, conego magistral e governador do bispado de Elvas. Esta memória é contemporânea da campanha, mas não foi impressa senão em — *Elvas-1900*.

em conselho, e tratou da conquista e occupação de várias praças e vilas daquela região. Albufeira, Almendral e Tôrre encontraram-se abandonadas, limitando-se por isso a tropa a queimá-las. Alconchel, forte castelo alpendurado numa rocha de riba abrupta, e considerado inexpugnável pela situação e pela fortaleza das murallas, também se rendeu, assim como a vila por êle protegida, que era cercada de trincheiras e bem aparelhada para a defesa. Tiveram a mesma sorte Higuera-de-Vargas, bem como Villa-Nova-del-Fresno, praça muito bem fortificada e guarnecida, e Cheles.

Ao recolher o exército a Olivença, uma horrorosa trovoadá pairava sôbre esta vila, encharcando completamente os expedicionários.

Da ponte de Olivença o general Matias de Albuquerque, separando-se do exército, foi a Vila-Viçosa beijar a mão ao rei, e recolheu-se logo em seguida a Lisboa, muito doente. As tropas chegaram a Elvas, onde foram licenciados os contingentes vindos das outras províncias, apazando-se a continuação da campanha para a próxima primavera. Grande parte, porêem, dos officiaes e dos soldados cairam doentes, alguns com bastante gravidade, effeito dos grandes calores e dos trabalhos soffridos, e bem assim das infecções próprias desta quadra do anno.



Embora nas relações e narrativas desta campanha se não faça referênciá especial aos actos de valor nela praticados pelo nosso Brás Garcia Mascarenhas, nem o seu nome figure, a não ser em duas, nós sabemos de fontes genuinas e autênticas, que êle andou em toda ella.

O conde de Óbidos mandou organizar uma companhia, cujo commando lhe entregou, e assim passou de capitão reformado a capitão vivo. Emquanto durou a expedição, commandou a sua companhia; e sob o seu commando ficaram depois também outras, que lhe foram confiadas ao serem inutilizados por ferimentos os respectivos capitães.

Mais sabemos que tomou parte activa em todos os assaltos, recontros e rendições de praças, procedendo em tudo com a devida satisfação, e que não recebeu sôldo nem *cousa alguma da fazenda real*, sustentando-se sempre á sua custa. Temos também noticia certa de que, em virtude do trabalho e rigor da campanha, veiu no fim a adoecer gravemente.

Passemos a compulsar as fontes.



A narrativa da guerra no Alentejo durante o terceiro ano da restauração (1 dezembro 1642 — 30 novembro 1643) escrita pelo Dr. Aires Varela remata por uma relação, que principia na página 149, com o titulo: — *Fidalgos q. se acháráo no exercito, de que tive noticia, são os seguintes...* Na página 150 menciona — *O cap.^m Bras Garcia Mag.^{es} 1.*

O Dr. João Salgado de Araujo, nos seus *Successos militares das armas portuguezas*, ao descrever a constituição do exército que invadiu a Estremadura espanhola em 1643, diz: — *Officiaes mōres reformados forão: Domingos Correa, Leonardo de Alboquerque, Bras Garcia Mascarenhas, Luis de Basto Freire, Francisco da Gãma, Ieorge de Afõseca, Miguel de Sousa de Valle. Todos estes homēs, & algūs mais, de q̄ não serei lembrado, assentaraõ como he dito, praça de soldados rasos no terço do mestre de Câpo Ioaõ de Saldanha de Sousa 2.*

Isto pouco é; testemunham porêm expressamente tudo o que acabamos de expor a portaria de 5 de abril e o alvará de 14 de maio de 1644, que adeante publicamos na sua íntegra 3.

Algumas referências também faz a esta campanha o poeta, dando-se como um dos que nela cooperaram. De todas as operações da guerra em que tomou parte activa, depois do episódio da sua prisão, é esta a de que mais vezes se lembra no seu poema.

Memora que a guerra da restauração, puramente defensiva até êste momento, se transformou em offensiva. Dissertando sôbre a guerra, que é lei universal, e sôbre a sua indispensável necessidade, suas modalidades, etc., diz:

Esta he sempre offensiva, ou defensiva,
Tal vez se alterna, ou muda, o que notamos
Na presente mudada em offensiva,
Posto que defensiva a começamos 4.

Esta transformação explica-se fácilmente. Em guerra com a Êspanha desde que proclamámos a nossa independência, era preciso

¹ O apelido *Mascarenhas* substituído por *Magalhães* é de fácil explicação. Não passa de um êrro da edição, resultante da má leitura do manuscrito, onde estava a abreviatura *Masq.^s* que se supôs ser *Mag.^s*

² Fl. 184 v.º. — ³ Doc. LVIII e LX. — ⁴ V. T., IV, 14.

que se desse o embate das nossas fôrças com as suas. Esperámos que estas viessem ter connosco, mantendo-nos na defensiva dois anos e meio; vendo porém que não vinham, aborrecidos já de esperar, fomos nós procurá-los a sua casa, pois

..... que nunca se contenta
O brio Portuguez de Guerra lenta ¹.

Para realizar esta campanha, o rei convocou toda a nobreza da nação a vir ao Alentejo combater o inimigo. Se fôsse em outro país, os fidalgos não abandonariam os seus solares, a não serem movidos pelo ouro das recompensas, ou pelo rigor das penas: aqui porém, apenas souberam que o monarca ia à campanha, todos seguiram voluntariamente o seu amado rei, sem pedirem ouro, sem recearem castigos.

Foy sempre a Lusitania muy ciôsa
De seus Reys, que solicita acompanha,
Em sabendo, que empresa bellicosa
Os transfere das cortes à campanha.
Nenhum Rey, sem meter mão poderosa
Em fazer propria Gente, ou Gente estranha,
Do clima natural pôde arrancala;
Ouro, ou rigor Exercitos abala.

Esporas são, com que caminha a Guerra
E com que se nam move a Portuguesa,
Que só o amor dos Reys, hê que desterra
Dos paternos solares a Nobresa;
Que toda vi na Transtagana terra
Seguir ao nosso Rey, & logo a empresa
De Estremadura, sem que algũ se negue,
Que quem ama a seu Rey, seus passos segue.

Esta pensam honrada, & voluntaria
De seguirmos ao Rey, quando o merece,
Em tantos annos de fortuna varia
Firme permaneceo, & permanece.
Lusitano attributo, hereditaria
Lealdade hê, que sempre em nós florece,
Que todas as Naçoens mais celebradas
Quasi todas à Guerra vam forçadas ².

Muitos soldados reformados se apresentaram na campanha; Brás era um déles. No combate eram êstes que se mostravam mais exer-

¹ V. T., XIV, 30. — ² V. T., XVI, 18-20.

citados e atrevidos, e prestavam o importantíssimo serviço, cada qual no seu pôsto, de rápidamente recompor as companhias, quando estas no combate se descompunham. Brás Garcia, que principiou a campanha do Alentejo como capitão reformado; assumiu, como vimos, o comando de algumas companhias descompostas pela inutilização dos respectivos capitães feridos, e conseguiu recompô-las. Era assim que sucedia nos exércitos romanos com os seus *principes*.

Os principes na cauda dos hastados,
 Costumavam formar menos unidos,
 Ou pera os socorrer, quando afrontados,
 Ou pera os receber quando vencidos;
 Que todos, como os nossos reformados,
 Eraõ exercitados, & atrevidos
 E por ser gente a pelejar disposta
 Presto entre si compunha a descomposta ¹.

Assistiu a toda a campanha do Alentejo e Estremadura espanhola no fim do verão e princípio do outono de 1643; pode por isso dizer que a mortandade foi muito menor, do que a gente grosseira fantasia. Nesta campanha se verificou mais uma vez que a guerra de hoje é menos mortífera do que a dos tempos antigos. Contando as mortes sofridas em cada um dos ataques, nota-se que

..... nem em tanta prova
 Custou mais que vinte & oyto Vila Nova.
 Sincoenta & quatro Alconchel, Valverde
 Trese, dous a Sopresa de Albufeyra;
 Trinta e dous Badajoz; menos se perde
 A gente, de que cuyda, a que hé grosseyra:
 Que a tal, como dos Pays o medo herde,
 Sempre exaggera as cousas da Fronteyra,
 Contando o que temerão, ou o que ouvirão:
 Eu escrevo o que vi, aos que o virão.
 Destes sitios & de outros claramente
 Se verifica, & fica bem provada
 A rezão, de que sendo mais vehemente
 A Guerra de hoje, hé menos arriscada ².

Deu-se na campanha um facto, que descontentou muita gente: a retirada de Badajoz. Não houve razão para tal descontentamento,

Que val muyto hũa boa retirada,
 Mas saõ muytas as mãs, & as boas poucas ³.

¹ V. T., II, 29. — ² V. T., IV, 26-28. — ³ V. T., V, 53.

E a de Badajoz foi muito boa. Numa retirada a tempo, e bem feita, se revela a grande perícia de um general.

É numa boa retirada que o nosso poeta especialmente avalia a grande habilidade estratégica de Viriato, quando, surpreendido com pouca gente pelo exército do pretor Pláucio, reconhece que não pode dar-lhe batalha, mas

Não quer sem ver o rosto ao Inimigo,
Fazer muyto a seu salvo a retirada;
Que inferior se confessa, ou imprudente
Todo o que se retira occultamente.

Bem que em se retirar se resolvia,
Acção, em que a perícia se conhece,
Por mostrar que o contrario não temia,
Formando em campo razo lhe apparece.
Dispos a pouca gente, que trasia
Tão destro, que admirado o reconhece
O Pretor, & tão cauto como experto,
Rompe a batalha de a vencer incerto.

Viriato advertida leva a Gente,
Que do primeyro encontro rechaçando
Toda a contraria se vay lentamente
A visinha aspereza retirando.
O encontro fez tão fero, & tão valente,
Que as Romanas cohortes perturbando,
A deyxão retirar tão sosegada,
Como se não ouvera feyto nada ¹.

Descreve também, com mão de mestre e vivas côres, uma retirada simulada de Viriato perante o exército de Vitélio, empregando com felicidade a imagem da *astuta perdiç*:

Como astuta perdês, que divertindo
Dos occultos filhinhos o viandante,
Ferida, & sem vigor se vay fingindo,
Mal corre, & peor voa, hum pouco ávante,
O passageyro incauto a si attrahindo
Athé que o ponha delles bem distante;
E tanto que occasião de voar conhece,
Como huma setta lhe desaparece,

¹ V. T., ix, 37-39.

Tal em quanto Viriato divertia
 Dos occultos Infantes aos Romanos:
 De que os sigão solícito os desvia
 Com choques, dilacções, ardis, & enganos.
 E no instante, em que aviso recebia
 De que salvos estão os Lusitanos
 Virando as redeas lhe desaparece
 Sem que dos mil Cavallos hum perdesse ¹.

Abre o canto x do *Viriato Tragico* pela apologia calorosa duma perfeita *boa retirada* em tempo oportuno, e remata essa apologia por dizer:

Que o General ² mais prospero, & perfeitoyto
 Tal vez a retirar-se esta sogeyto.
 Com resão se jactava o de Pescara ³
 Da de ⁴ Marselha, que ainda chamão bella,
 Pois teve, pera a França ser mais cara,
 A prisão do seu Rey origem della ⁵.
 A nossa em Badajóz a superara
 Se o poder nos fugira ⁶ de Castella,
 Porque disposição tão acertada
 Se não vio em nenhũa retirada.

 Poucas vezes costuma retirar-se
 De empenhos grandes Gente Portuguesa,
 Porque antes quer morrer, que duvidarse
 De seu valor a mínima fraquesa.
 Donde com honra o mal pode evitar-se,
 Investilo com ímpeto hê bruteza:
 Hê nossa condição de rayo ardente,
 Que investe o mais difficil mais vehemente ⁷.

¹ V. T., vii, 79-80.

² Geral trazem ambas as edições; erro evidente.

³ O marquês de Pescara, Fernando-Francisco d'Avalos, marido da célebre Vitória Colonna.

⁴ Tanto na 1.ª como na 2.ª edição falta a preposição *de*.

⁵ As tropas do imperador Carlos V haviam invadido a Provença e cercaram Marselha, que resistiu até à chegada das tropas francesas, comandadas pelo rei Francisco I. Os sitiados foram obrigados a retirar, mas fizeram-no com muita habilidade e em excelentes condições, atraindo após si Francisco I e o seu exército, que penetrou na Itália, chegando até Pavia, onde se deu a célebre batalha, em que os franceses foram derrotados, e o rei ficou prisioneiro do exército hispano-italiano, sendo conduzido a Madrid. O principal quinhão de glória neste feito coube ao marquês de Pescara, sendo esta a sua última e mais brilhante acção militar. Eis os factos a que o poeta se refere.

⁶ Suponho que o autor escreveu *seguira* e não *fugira*, que não faz sentido.

⁷ V. T., xiv, 7-9.



A campanha do outono de 1643 foi gloriosa para Brás Garcia. Nela mostrou, como sempre que para isso teve ocasião, que era um militar hábil, desinteressado, destemido e valente. Arriscou a vida combatendo pela pátria, e sacrificou a saúde; conseguiu porém triunfar da grave doença contraída na campanha, e aí o temos novamente em Avô, no inverno de 1643-1644, a convalescer dos achaques sofridos.

A situação especial em que regressava do Alentejo era imensamente simpática, e devia atrair sôbre o nosso capitão as atenções carinhosas e a admiração entusiástica dos seus patricios. Todas as pessoas, que se prezavam, visitaram o doente glorioso e cheio de prestígio, acompanhando-o na convalescença, e brindando-o com presentes amistosos.

João Manuel da Fonseca, capitão-mór de Avô, era uma das pessoas principais da terra; não podia faltar a êstes deveres de cortesia, não obstante a antiga aversão que sua mulher D. Maria Madeira tinha ao poeta, segundo deixamos referido ¹.

Nessa aproximação de famílias, nesse estreitar de relações, os laços affectuosos, embora envolvidos em mistério e disfarçados com grande cuidado, que existiam entre D. Maria da Costa, gentil filha de João Manuel, e o poeta, encontraram ocasião de se tornar mais íntimos, sempre sem quebra das leis da honestidade.

Achava-se Brás já restabelecido da doença, e preparava-se para partir de novo para a campanha do Alentejo, quando chegam a Avô duas portarias, datadas de 5 de abril de 1644, altamente honrosas para o nosso herói: em uma erão reconhecidos e enumerados os grandes e desinteressados serviços prestados à causa de el-rei e da pátria pelo capitão Brás Garcia Mascarenhas, e anunciava-se a mercê régia da promessa de 20,000 réis de pensão em uma comenda de Avis; na outra fazia-se saber que o rei mandava lançar ao mesmo capitão o hábito da ordem militar de S. Bento, depois de se fazerem *as provanças e habilitações de sua pessoa* ².

; Calcule-se a alegria e satisfação que isto causou ao agraciado e à sua namorada !

¹ *Revista da Univ.*, vol. I, pág. 309, vol. II, pág. 204, etc.

² Doc. LVIII.



O processo de habilitação para receber o hábito de freire noviço, ser armado cavaleiro, e depois emitir a sua profissão religiosa, era fácil, e podia correr rapidamente, tratando-se de pessoa tão conspícua, e de família tão distinta e bem conhecida por sua nobreza. É provável, além disso, que os amigos que na cõrte lhe prepararam esta justa distinção, tivessem já disposto os elementos para o processo de *genere, vita et moribus* correr sem delongas, e poder o agraciado aproveitar a sua ida ao Alentejo nesta primavera, para de caminho se realizarem as respectivas cerimónias da liturgia das ordens militares.

Era no mês de maio de 1644 que o exército devia concentrar-se, como no outono antecedente, em Elvas e suas proximidades.

Embora não encontre referência nenhuma à presença de Brás nesta campanha, tenho por certo que não deixou de ir;

Que o soldado, a quem Marte mais castiga,
Mais presto acode, cada vez que o chama ¹.

Seria incoerente com os sentimentos que sempre manifestou, com o seu brio e patriotismo, de que tantas provas deu, deixar-se ficar em casa, quando outros, acudindo ao chamamento militar em momentos tão críticos, se iam bater pela independência de Portugal, continuando a campanha encetada. Não podia ser; o capitão Brás tal não faria,

..... que quem ama
O bem da Pátria, acode a defendela.
Quem repousar se deyx a em branda cama,
Em quanto, o que a defende, em campo vela
Sem à Fronteyra ir cedo, nem tarde,
Ou Castelhana hê, ou hê covarde ².

Exacerbados pelas perdas sofridas no outono anterior, os espanhois trataram de se reforçar naquela fronteira; substituíram no governo das armas desta província o conde de Santo Estêvão pelo marquês de Torrecusa, oficial muito afamado e experimentado, aumentaram consideravelmente as tropas, e fortaleceram as guarnições das praças da região.

Apenas entrou a primavera, principiaram logo a hostilizar-nos,

¹ V. T., XIV, 82. — ² V. T., X, 125.

pretendendo tomar de assalto a praça de Ouguela, e invadindo pouco depois o termo de Portalegre; roubaram gado, e mataram cruelmente alguns pobres lavradores inermes.

Nestas condições não deixaria certamente de correr em defesa da Pátria ameaçada, quem escrevia:

Porem quando as ruins novas se publicação
De que alguns muros nossos tem cercados,
O que causa não tem, nem vay asinha,
Ou não hê Portuguez ou hê galinha ¹.

Ouvira dar o rebata, a guerra acenava-lhe o facho, o inimigo mostrava querer entrar potente, fôra pelo rei ordenada entrada de porte em terras castelhanas; não se tratava pois de ir tomar cabras: — ¿o que faria Brás Garcia em tal conjuntura? Éle mesmo o diz:

A guerra sigo voluntariamente,
Se ouço rebata, se me o facho acena,
Que quem a professou, e mandou gente,
Por vício a segue, sem assombro, ou pena.
Se o Inimigo quer entrar potente,
Ou se entrada de porte se lhe ordena,
Com grã zelo da Patria me detenho,
E se vejo que a cabras vão, me venho ².

Brás tinha naquele momento de cumprir o seu dever, indo à guerra. Foi.

Matias de Albuquerque passou de Elvas a Campo-Maior, onde acabou de preparar um exército bem mais pequeno que o do outono antecedente; foi o que poude arranjar-se. Era formado por 6.000 soldados de infantaria, 1.100 de cavalaria e os de artilharia necessários para o manejo de 6 peças que levavam, e bem assim as indispensáveis munições e bagagens. com mantimentos para vinte dias.

Já declinava o mês de maio quando partiram de Campo-Maior; transpuseram a fronteira caminhando em direcção a Norte, para atacarem a importante praça de Albuquerque. Mudaram porém de destino, quando tiveram noticia certa de que havia sido ultimamente reforçada a guarnição daquela vila com bastante infantaria e cavalaria, e declinaram para Leste. Tomaram a grande e rica povoação de Vilar-del-Rei e dois lugares vizinhos a Nascente, denominados Puebla-

¹ V. T., x, 126. — ² V. T., xv, 103.

-de-Obando e La-Roca-de-Mansancto, sendo tudo saqueado e queimado.

Em seguida Matias de Albuquerque marchou com o seu exército para Sul, e rendeu Montijo, defendido por boas trincheiras, bem guarnecidas de tropas; ali colheu mui rico despojo.

Tendo partido de Elvas, a Poente de Badajoz, o exército português dera uma volta por Norte, e agora achava-se a Leste daquela forte praça espanhola, na qual estava concentrado um importante exército. Até aqui não se havia o inimigo defrontado com as nossas tropas: mas havia notícias seguras de que o marquês de Torrecusa ia, sem mais demora, dar batalha campal, que seria a primeira nesta guerra, chamada da restauração. Matias de Albuquerque esperou-o em Montijo.

Então as tropas espanholas vieram alojar-se a Lobón, na margem esquerda do Guadiana, donde observavam e vigiavam qualquer movimento do nosso exército. Ficando o marquês de Torrecusa em Badajoz, incumbiu do comando do exército em campanha o barão de Molinguen, general de cavalaria há pouco chegado, ordenando-lhe que desse batalha aos portugueses indispensavelmente.

A gente de guerra que estacionava em Lobón ascendia a 6.000 infantes, aproximadamente o mesmo número da infantaria portuguesa, ora em Montijo; a cavalaria espanhola porém é que se avantajava à nossa, contando cêrca de 2.500 cavalos. Eram soldados em grande parte largamente experimentados; pelo contrário, constituía o grôssô do exército português gente bisonha.

No dia da festa do Corpo de Deus, quinta feira 26 de Maio, pela manhã cedo, saiu o nosso exército de Montijo, formado em ordem de batalha, marchando em direcção a Occidente, por campo plano e desembaraçado. Logo os espanhóis passam o Guadiana, e, por volta de 9 horas, atacam de lado os nossos com galhardia, conseguindo desbaratar uma parte das tropas, tomar a artilharia e afugentar a cavalaria, por forma que julgaram terem ganhado a victória.

Não desanimando, nem se perturbando, Matias de Albuquerque, com o general de artilharia D. João da Costa e outros officiais, procuram com grande valor e energia deter e unir os terços; conseguem recompor os corpos do exército, com excepção da cavalaria que fugira, e auxiliados por 40 cavalos apenas, únicos que se mantiveram, atacam o inimigo com audaz vigor, recuperam a artilharia, que havia sido tomada, e utilizam-na também contra os castelhanos; estes são derrotados. Às 3 da tarde estava ganha pelos nossos a ba-

talha, que durara seis horas. O barão de Molinguen, e as tropas que lhe restavam, passaram o rio com tanta precipitação, que muitos soldados se afogaram.

Foi notabilíssima esta primeira batalha pelas circunstâncias desfavoráveis em que nela nos encontramos: o triunfo alcançado pelo nosso exército cobriu-o de glória.

Houve considerável mortandade de parte a parte, e ficaram prisioneiros muitos soldados de um e outro exército; entretanto foram muito mais castigados os castelhanos. Quando as nossas tropas entraram de regresso em Campo-Maior, verificou-se a existência de umas 900 baixas, entre mortos e prisioneiros; lá nos ficaram sem vida bastantes oficiais, entre elles 2 mestres-de-campo e muitos capitães. Ao inimigo morreram 4 mestres de campo, 9 capitães de cavalaria, 45 de infantaria, muitos outros oficiais, e dizem que mais de 3.000 soldados. ¿Haverá algum exagêro? Talvez.

A notícia desta vitória foi muito celebrada em Lisboa e por todo o país, galardoando el-rei o general Matias de Alburquerque com o título de conde de Alegrete.

Estava terminada a campanha da primavera; o inimigo derrotado levaria algum tempo a refazer-se; o calor já ia apertando e custava a suportar. Até êste momento o nosso capitão *com grã zelo da Patria se detivera* na campanha, mas nada mais tinha ali que fazer por agora. Observou que os nossos soldados, depois do regresso da batalha, só voltavam a passar a fronteira para arrebatarem gado aos espanhois; *viu que a cabras iam*¹ sómente, e para isso não servia êle: retirou-se pois do Alentejo.

No meado de Julho estava em Avô², e então, memorando com satisfação a campanha a que assistira, escreveu uma referência à batalha de Montijo nas estâncias seguintes:

Muytas vezes succede aos vencedores
 Deyxarem os vencidos mais honrados,
 Que honrados ficão sempre os inferiores,
 Que de todo não sahem desbaratados.
 A façanha mayor dos superiores,
 A mayor bisarria dos soldados
 Em perdida batalha, hê restaurala,
 Não desesperar della, & sustentala.

¹ V. T., xv, 103. — ² Doc. LXI.

Exemplos mostra neste livro a penna,
 E com mil dos antigos o mostrára,
 E a mostrára com Touro, & com Ravena
 Se com Montijo hontem o não provára.
 Toda a Guerra em facção grande, ou pequena
 Tal vez ao mais pujante volve a cara,
 Que ou aqui, ou ali o victorioso
 Fica no pouco, ou muyto desayroso ¹.



Suponho que nesta viagem ao Alentejo recebeu Brás Garcia o hábito de noviço e foi armado cavaleiro da ordem militar de S. Bento de Avis. Em caminho, indo da Beira, passaria por Lisboa, onde lhe seriam entregues a carta régia e os três alvarás datados de 14 de Maio ², que autorizavam o seu ingresso naquela ordem com a promessa da mercê de uma pensão de 20000 réis anuais em uma comenda da mesma.

Ficava-lhe no itinerário a vila de Avis, séde da ordem, em cujo convento, na ida ou no regresso da campanha, apresentaria ao reverendo prior-mór D. Fr. Bento Pereira de Melo, ou a quem suas vezes fizesse, o diploma régio que lhe mandava lançar o hábito de noviço, cerimónia a que deve ter-se procedido immediatamente. Depois, ao passar por Lisboa de regresso à Beira, na capela-real ou na igreja da Encarnação, seria armado cavaleiro por três cavaleiros professos, dois dos quais desempenhariam o papel de padrinhos.

A cerimónia da profissão religiosa deve ter-se realizado mais tarde, no outono seguinte, quando Brás Garcia foi de novo ao Alentejo, chamado pelas ordens régias que convocaram toda a nobreza de Portugal a defender a fronteira alentejana, ameaçada de invasão mais poderosa. Num documento de 14 de Julho dêste ano ³ ainda o nosso herói é simplesmente denominado *o Capitão bras Gr.^{ca} M.^{as}*; em documentos de 19 de Fevereiro ⁴, 12 de Outubro ⁵, 15 de Dezembro ⁶, etc., do ano immediato de 1645, já é tratado por *frei bras Gr.^{ca} m.^{as}*: tinha-se realizado a profissão religiosa no período que decorre entre meado de Julho de 1644 e meado de Fevereiro de 1645.

Deviam constar êstes actos dos registos da ordem, cujos livros se

¹ V. T., xvii, 2-3. — ² Docc. LIX e LX. — ³ Doc. LXI. — ⁴ Doc. LXII.

⁵ Doc. LXIII. — ⁶ Doc. LXV.

encontram na Tôrre do Tombo; mas, infelizmente, há nêles lacunas, uma das quais corresponde exactamente a êste período. Ao agraciado eram sempre entregues certidões de tais actos; as que Brás recebeu sumiram-se na voragem onde, por incúria dos descendentes, desapareceram os papéis e documentos da família.

Ao principiar o inverno de 1644-1645 já o novo cavaleiro professo da ordem militar de S. Bento de Avis estava em Avô, ostentando ao peito, nos dias solenes, a respectiva insígnia, constante de um colar de seda verde com a bela cruz flordelisada de ouro, esmaltada de verde, e recebia o tratamento honorífico de *Senhor Frei Brás*.



Já deixei dito noutro lugar ser opinião minha, bem fundamentada segundo julgo, que o episódio romanesco do casamento do capitão lusitano Apulêo com a bela Clóride, que se acha inserido no *Viriato Tragico*, e abrange as estâncias 98 a 106 do canto XIII, e 43 a 99 do canto XIV, é uma composição epitalâmica, em que Brás Garcia, então ainda nos primeiros tempos de noivado, canta o seu próprio casamento com D. Maria da Costa.

Êste poema épico, planeado quando o poeta se achava preso no Sabugal, e executado nos intervalos em que a guerra o deixava descansar na sua querida vila de Avô, especialmente durante os invernos em que os rigores da estação o obrigavam a conservar-se em casa ¹, acha-se repleto, como temos tido ocasião de verificar, de alusões pessoais e notas auto-biográficas, que êle poeta conseguiu mais ou menos hábilmente introduzir na contextura da obra.

O seu desejo seria tomar para assunto do poêma a presente guerra da restauração, em que êle mesmo representava um papel patriótico, glorioso, eminentemente simpático. Em tal hipótese cantaria as façanhas dos seus comandantes e dos camaradas, o que seria levado à conta de adulação; faria referências aos seus próprios feitos, o que se classificaria de imodéstia e vaidade. *Os zoiilos nocivos* e maledicentes voltariam contra êle e contra o seu poêma os dardos envenenados pelo ódio e pela inveja. Para frustrar essas críticas, é que preferiu descrever a guerra antiga, embora fôsse tarefa para êle bem mais difficil.

¹ V. T., xv, 104.

Antiga formatura, & desuzado
 Estilo de a reger, que então avia,
 Será muyto difficil a hum soldado
 Creado entre moderna Infanteria;
 Se assumpto fora muyto mais honrado,
 O que a presente Guerra me offrecia,
 Hé melhor, por frustrar Zoilos nocivos,
 Cantar aos mortos, que adular aos vivos.

Desgraça hé deste seculo invejoso,
 Em que não pode peña dar peñada,
 Louvando, como deve, ao valeroso,
 Sem do covarde ser vituperada.
 Desengane-se todo o poderoso,
 Que muyto quer luzir, sem fazer nada,
 De que a verdade pôde mais, que o medo,
 E que se há de imprimir, ou tarde, ou sedo.

Ha desanove seculos inteyros,
 Que as Armas de Viriato florecerão;
 E ainda agora em bons livros, & letreyros,
 Se reprova, o que mal delle escreveraõ.
 Tempo virá, que frustre lisongeyros,
 E lisongeados, que favor lhe dêrão,
 Cada qual com valor faça o que deve,
 Porque de quem mal obra, mal se escreve ¹.

Assim Brás Garcia descreve e celebra no seu poêma o movimento patriótico dos lusitanos, que, comandados por Viriato no século II antes da nossa era, se ergueram contra o dominio dos romanos, e num arranco patriótico sublime venceram com pouca gente grandes exércitos; exactamente como os portuguezes agora se levantaram para sacudirem o jugo castelhano.

A grande semelhança de situações era flagrante; naturalissimo pois que o poeta transportasse para aquella guerra muitos episódios e ocorrências, e bem assim muitas personagens desta; e que, nas invenções poéticas com que entretece a sua composição inserisse muitos elementos reais, colhidos na guerra da restauração. Por vezes chega a esquecer-se de que o assunto do seu poêma é a guerra viriatina, e põe-se a falar da guerra da aclamação de D. João IV, sem forma alguma de transição, ; sem nos deixar sequer perceber que entre o

¹ V. T., II, 1-3.

que fantasia em uma estância e o que narra na imediata medeia uma distância cronológica de mais de 18 séculos !

Esta aproximação vai tão longe, o poeta identifica tão completamente os generais e capitães de Viriato com os de el-rei D. João IV, que, olvidando o facto de ainda não haver Portugal no tempo em que decorre a acção do seu poêma, dá àqueles o nome de *portugueses*. O inimigo castelhano confunde-se a cada passo com os romanos, inimigos de Viriato. Dispondo de um pouco de observação e cuidado, chega-se à identificação dêste ou daquele general ou capitão do exército de Castela com estoutro ou aqueloutro cônsul, pretor ou centurião do exército romano, e semelhantemente de alguns officiaes portuguezes com comandantes do exército viriatino.

Mas não são apenas as façanhas dos generais e capitães da guerra da restauração, que Brás Garcia comemora no seu poema *Viriato*; estou convencido de que muitos episódios, que nêle se lêem, teem um fundo de realidade. Até o belo episódio de Serralvo, selvagem grotesco, que o poeta descreve com traços cheios de vida e vigor, gigante de fôrça descomunal mas vilmente covarde, que se escondia entre as bagagens amedrontado, enquanto os outros soldados pelejavam, e que, num dado momento, repreendido por Viriato, se atira às cegas sôbre os inimigos desfazendo quanto encontra — pode bem não ser mera criação da fantasia do poeta, mas caricatura magistral de algum rude serrano, que o capitão Brás observasse na sua metamorfose de soldado bisonho e medroso em heroi destemido. É um dos belos trechos do *Viriato Tragico*:

Sem cessar a mortifera batalha,
Se embravecia cada vez mais féra,
Que de todos os lados se trabalha;
A Gente que da vida desespera,
Dos peytos, & paveses faz muralha
Circular, & a pê quedo a morte espera,
Só o barbaro Serralvo se desvia
Do perigo, em que as outras Naçoës via.

Era Serralvo moço Gigantado,
Pequenos olhos tinha, & rosto feyo,
Muy calejada mão, & pê gretado,
Largo de espadoas, & de peytos cheyo ¹,

¹ *Cheyos*, tem a 1.ª edição, erro tipográfico corrigido na 2.ª.

Cabello crespo, & nunca penteado,
 Barba inculta, vestido sem asseyo,
 As mãos vilosas, largas as munhecas,
 Grossas as pernas, & as queixadas seccas.

Este que em muytas Guerras pouco obrara,
 Covarde entre a bagagé se escondia
 Tão vilmente, que nem volvia a cara
 A onde tão cara a vida se vendia.
 Viriato, que hūas Mangas retirara,
 E sobre todos tinha grã vigia,
 Vendo aquelle corpaço alapardado,
 Mais severo o reprehende, que indignado.

Desculpa-se tremendo, que não tinha
 Arma, & por tanto ali se recolhera;
 Viriato lhe diz toma esta minha
 Arma, & com ella faze o que eu fizera;
 Pera sempre ta dou, alto caminha,
 Que traz tí vou, & adverte que te espera
 Grande castigo, ou premio: Disse, & parte
 O bisonho discipulo de Marte.

Entra na escola sem conhecer letra,
 Mas tam bem a lição do Mestre aprende
 Que do primeyro golpe, que soletra
 Da testa aos peytos hum centurio fende;
 Multiplicando os vay, ossos penetra,
 Que arma nenhũa delle se defende:
 A mais dobre, & fortissima armadura
 Rompe, qual branda cera, a Maça dura.

Hum dardo, que lhe fora arremeçado
 O ferio levemente na cabeça,
 Do que impaciente o barbaro indignado,
 Em meyo dos contrarios se arremeça;
 Despedaçando os vay a cada lado,
 Que de matar, & de bramir não cessa,
 Parecendolhe poucos, quantos via
 Pera esfriar a colera, em que ardia ¹.

O que acima narramos é um facto, que se observa por todo o poëma, e se torna mais claro e evidente nos cantos XIII, XIV e XV,

¹ V. T., VIII, 51-56 da 1.ª edição, 49-54 da 2.ª. Esta discrepância resulta de um erro de numeração, que se deu na 1.ª, onde houve uma lacuna, numerando-se 36 a estância que imediatamente se segue à 33, e continuando a série 37, 38 etc. até ao fim do canto.

que supponho terem sido escritos em 1644-1645. É nêles que se encontram com mais freqüência e extensão, e introduzidas por qualquer forma, às vezes bem pouco naturalmente, referências minuciosas autobiográficas e episódios da guerra da restauração, como tais indicados expressa e claramente, mas relatando factos, todos succedidos anteriormente ao princípio do ano de 1645. Brás viera da campanha do Alentejo cheio de entusiasmo pelo que ali fizera e vira fazer aos outros; por isso não admira que, ao cantar as façanhas de Viriato e dos seus soldados, em vez de inventar acções de fantasia, lhes attribuisse os feitos épicos realizados naquela recente campanha.

Há nestes cantos estâncias inteiras, que, descrevendo a guerra viriatina, são perfeitamente applicáveis à campanha da restauração no outono de 1643 e na primavera e outono de 1644, desde que se substitua um ou outro nome. As circunstâncias de lugar, estação do ano e outras, a tática dos nossos e do inimigo, o resultado dos ataques, etc., tudo é perfeitamente conforme. Brás descrevia os succesos da campanha actual na Estremadura espanhola, caracterizando as personagens que nela figuraram com traços e nomes que lhes dessem feição antiga. Para exemplificar: — leiam-se atentamente as estâncias seguintes, e diga-se depois se, substituindo na penúltima o nome *Romanos* por *Hispanos*, e supondo na última que *Lélio* é pseudónimo do governador castelhano conde de Santo Estêvão, não se encontra aqui, sem sombra de dúvida, uma rápida e exacta descrição da campanha do outono de 1643 na Estremadura espanhola, que o poeta, como os géógrafos do seu tempo, denomina Andaluzia, por estender bastante para Norte esta provincia, dando-lhe por limite occidental e setentrional o curso do Guadiana ¹.

.....
 Fugindo vay às terras bem muradas
 O vulgo agricultor, quando ambicioso
 Do suor esperou rico tributo,
 Pesares recolhendo em vez de fruto.

¹ E porq̄ algũs, q̄ não estão vistos na Geografia entẽdem, q̄ Andaluzia, he menos destrito, do que antigamẽte foi a Betica, saibão, que recebem particular êgano: porque Betica, & Andaluzia he toda hũa cousa, & hũ so nome. Betica foi chamada aquella prouincia do rio Betis, q̄ a atrauessa, & passa por Seuilha, hoie Guadalquivir, q̄ por lingoa dos Mouros quer dizer, rio grande. Vierão os Vuan-dalos, que a senharearão, & como seu designio era, como Godo, extinguir as memorias Romanas, chamarão à Betica, Vuandalia, que depois corrupto se mudou em Andaluzia, que se incluye des do mar Mediterraneo, tẽ o rio Guadiana, como he dito. — DR. JOÃO SALGADO DE ARAUJO, *Successos militares das armas portvgvesas*, fl. 169 v.º.

Qual gafanhota, que os passados annos
 Vimos com tanta magoa, que inda dura,
 Gastar os ferteis campos Egytanos,
 Hum fogo parecendo da verdura,
 Que por donde passava a nossos dãos
 Pallido tinha o sol, a terra escura,
 E tudo quanto atráz della se via,
 Húa torrida Lybia parecia.

Tal vão atráz deyxando os Lusitanos
 Tudo abrasado negro, & consumido ;
 Estão-se em seus presidios os Romanos
 Vendo a terra assolada, o fumo erguido.
 Atalhando com tudo graves dãos,
 Tem consigo o que podem, recolhido ;
 Como quem na geral adversidade
 Se abriga em quanto passa a tempestade.

Mas vendo o Portuguez, que não podia
 Lelio a campo tirar por força, ou manha,
 Que com sagacidade prevenia
 Seus danos, despejando-lhe a campanha,
 Depois de saqueada Andalusia,
 No fim do Outono, que o campear acanha,
 Por se desempachar de tantas presas,
 Se retira às Cidades Portuguesas ¹.

E, na estância que a seguir transcrevo, dá-se o esbôço do quadro final da campanha: — as chuvas precoces pondo termo precipitado às operações da guerra, o conde espanhol corrido e envergonhado, os portugueses retirando carregados de despojos, os rios, engrossados pelas tempestades outonais, que mais pareciam inverno rigoroso, criando dificuldades à marcha do exército, e, finalmente, as companhias alentejanas divididas pelos quartéis costumados das diversas praças sitas na região banhada pelo Guadiana.

Antecipa-se o Inverno rigoroso,
 De ver estragos tais compadecido ;
 Faz retirar ao Luso bellicoso,
 Deyxando a Lelio timido, & corrido :
 Mas do immenso despojo embaraçoso,
 E dos soberbos Rios impedido,
 Junto a Guadiana manda em varias partes
 Alojjar os guerreyros Estandartes ².

¹ V. T., XIII, 59-62. — ² V. T., XIII, 98.

Ora exactamente nos cantos XIII e XIV é que se encontra o episódio em que figura

O robusto Apuleo, que na empresa
Hum dos Troços bolantes governara ¹,

e também a formosa

Clóride, que em solar patrio vivia ².

O desenho e o colorido, com que o poeta retrata Apulêo, capitão e guerreiro, são tão semelhantes aos traços e côres com que nestes mesmos cantos esboça e ilumina a sua própria fisionomia de guerreiro e de capitão, que os dois perfis quase se confundem e identificam. Há, é verdade, na figura de Apulêo alguns traços intencionais de caracterização, com que o poeta quis disfarçar-se, sem o conseguir: adornos de invenção poética, empregados como máscara, mas tão diáfana, que deixa transparecer as feições naturais. O mesmo dizemos do retrato de Clóride, que, a-pesar dos disfarces, nos revela a figura gentil de D. Maria da Costa.



Não deixa também lugar a dúvidas, sôbre a identificação destas duas personagens, o modo por que o autor introduz no poema o episódio do seu encontro e do seu posterior casamento.

Acabava de descrever a campanha outonal dos lusitanos ou portugueses na Andaluzia. Á aproximação do inverno suspendem-se as operações de guerra, retiram-se os portugueses carregados de despojos, e alojam-se os estandartes guerreiros junto ao Guadiana; mas Apulêo com os seus soldados não fica nesta região transtagana, e vai até à terra onde é senhora proprietária Clóride. Ali se aloja.

Há entre o capitão e a donzela convívio affectuoso e honesto, troca de amabilidades e de presentes, até que, passado o inverno, Apulêo volta para a guerra, e Clóride é caluniada pelo vulgo, que malsinara e infamara as relações, aliás respeitosas e honestíssimas, que houvera entre os dois. Estas calúnias chegam por fim aos ouvidos de Clóride, que sofre grande mágua por se vêr injustamente difamada.

Um dia, junto de uma fonte, é consolada pela Naiade que ali habitava, a qual lhe descreve com côres carregadas quanto é baixo,

¹ V. T., XIII, 99. — ² V. T., XIII, 100.

infame e inconstante o vulgo que a calunia, e a cuja mordacidade ninguém escapa. Note-se que, para o poeta, *o vulgo infame*, que êle, vítima largamente experimentada da sua maledicência, verbera em vários lugares sem dó nem piedade, não é o povo, a mais humilde das classes sociais, a qual lhe merece muita simpatia, e para a qual tem referências affectuosas; o vulgo, que êle detesta, não passa de um composto híbrido e monstruoso da ínfima ralé de todas as classes, clero, nobreza e povo, constituindo uma *disforme & barbara canalha*, que *hè dos estados trez escoria em bica, que de todos diriva, & se baralha* em mistura repugnante, *em hũ, como composto de botica*.

Vejamos como a Naiade descreve a Clóride o vulgo que a caluniára e infamára, e que lhe apresenta figurado na superfície do lago, como em cristalino espelho.

Nas entranhas do lago transparente
 Outro mundo se via, outras Cidades,
 Cutra terra, outras plantas, & outra Gente
 E outras mil engraçadas variedades;
 Tudo tão natural, & tão presente
 Que incitava as mais frivolas vontades,
 Sem distinguir o príncipe sentido,
 Qual era dos dous mundos o fingido.

O futuro, & passado ali se via
 Baralhando o presente de maneyra,
 Que todo o bom, & máo se confundia,
 Qual faz grã belberinho, & grã poeyra.
 Como era Vulgo, não se conhecia
 A si mesmo, que hè tal sua cegueyra,
 Que ao Vulgo, como a outro encosta o daño
 Sendo elle o mesmo vulgo, o mesmo engano.

Rompe a Nayade em parte o espelho instavel,
 D'entre cristais quebrados levantando
 Hum braço de marfim, com que o notavel
 Do Vulgo vay a Clóride explicando.
 Bem vez (lhe diz) hum monstro formidavel
 Com orelhas de Midas escutando,
 Com olhos de importuno Mono vendo,
 E com lingua de Zoilo reprehendendo.

Aquelle hé o Vulgo, junta de ignorantes
 De mordases, maganos, chocarreyros,
 Correyros, almocreves, caminhantes
 Vagamundos, perdidos, lisongeyros,

Matarizes, malsins, rufioens, bribantes
 Vádios, mofadores, embusteyros,
 Moscas de feyras, atrios, pelourinhos,
 Contrarios de agoa, amigos de bonsinhos.

Esta disforme, & barbara canalha
 Hè dos estados trez escoria em bica
 Que de todos diriva, & se baralha
 Em hũ, como composto de botica.
 Attenta que se junta, & se espalha
 Mexe, remexe, torna, vay, & fica,
 Como abelhas em torno do cortiço
 Susurrando, & fazendo rebuliço.

Não vez, como accrescenta, & como approva
 As mentiras, que logo toma em grosso ?
 E como se arremeça a qualquer nova,
 Roendo nella como o cam no osso ?
 Ali fábula hum Paço de hũa alcova
 Acolà de hũ Pigmèo finge hum colosso ;
 Alem de huma formiga hum Elefante,
 Tudo faz, & desfaz de instante a instante.

Olha, como por praças, & rocios
 Monarchas, & Pontífices reprehende,
 Porque tam varios são seus desvarios
 Que sem entender nada, em tudo êntende:
 Nota, como a senhores de altos brios
 Aniquilar, & derrubar pretende:
 Adverte, como os mais justos Prelados
 São dele sem respeyto murmurados.

Repara, em que aos mais rectos Julgadores
 Chama de sanguinarios, & velhacos ;
 E a passaculpas brandos chupadores
 Adula de zeleucos, sendo cacos :
 A Generais das patrias defensores
 Nas açções de prudencia os chama fracos,
 Porque a toda a virtude tem por vicio,
 E pera todo o mal está propicio.

Vês, que murmura aos Frades em suas cellas,
 As Freyras nas clausuras dos Conventos,
 Nos retretes as mais castas Donzellas,
 As Viuvras nos tristes aposentos,

¹ Na 1.ª ed. está *bita*, êrro tipográfico já corrigido na 2.ª.

As Casadas nos Templos, & janelas,
 As Beatas em seus recolhimentos,
 Os Ermitaés nos Ermos, & na fama
 Os defuntos, que até mortos infama ?

Infama até os que inda estão no estado
 Da innocencia : bem vés hūas Meninas,
 Que apanhando boninas por hum prado
 Parecem do tal prado outras boninas :
 Pois das tais Physionomico malvado
 As agoura a estragadas, & mofinas,
 Por tais, & quais sinais ; tanto se inclina
 A malsinar, que até sinais malsina ¹.

Continua a Naiade a fazer-lhe vêr na água, como em espelho, uma série de representações do passado, presente e futuro, e vai-lhe apontando as vítimas inocentes das calúnias dêsse infame. Entre elas lá aparece, sem máscara nem disfarce algum, o próprio poeta Brás, que, esmerando-se em prestar à pátria os mais relevantes serviços, que a Naiade menciona, é logo acusado e caluniado como traidor pelo vulgo; mas a diva aquática faz notar a Clóride que a calúnia não pode triunfar, e que aquele mesmo, que o vulgo com as suas infâmias queria vêr esmagado, se ergue hoje mais honrado e triunfante.

E nesta altura passa a Naiade, sem solução de continuidade, a anunciar a Clóride que a sua mão vai ser pedida por aquele com quem foi infamada, e que assim ficará salva a sua honra. Aponta-lhe uma nuvem de pó que se aproxima: é Apulêo, de regresso da nova campanha, que vem repousar a esta mesma região, onde tão bem passara o anterior inverno. O capitão chega; informado das calúnias com que tinha sido conspurcado o bom nome de Clóride, pede a sua mão, e casa com ela.

Esta aproximação e sobreposição do poeta-guerreiro português Brás ao valente capitão lusitano Apulêo foi certamente propositada. Tão semelhantes são em tudo, que ao lêr êstes cantos mal pode passar-se a deante sem notar tão estranha semelhança; e, reflectindo um pouco, chega-se à convicção da identidade pessoal dos dois.

Brás Garcia quis deixar aqui commemorada a história romanesca do seu casamento; mas procurou disfarçá-la por forma que o vulgo a não intendesse, ficando decifrável apenas para os dois noivos, então recém-casados, e para os amigos de maior intimidade, a quem o

¹ V. T., xiv, 68-77.

poeta recitava os seus versos, entre buxos e flores, nesses *frescos jardins e pátrios rios*, quando ali, *sem a corte invejar passava os Estios*¹.



É pois a êste episódio do poema, que temos de ir pedir notícias sôbre a história do casamento de Brás, visto não as encontrarmos em outra fonte.

Os amores clandestinos, embora sempre honestos, já tinham dez anos de existência². A barreira que separava os dois namorados era alta, espessa, e parecia insuperável. D. Maria Madeira lá estava, com a sua antipatia incoercível, afastando de sua casa e família o poeta, que tantos dissabores lhe havia causado quando rapaz. Mas o nome de Brás Garcia Mascarenhas foi-se honrando e cobrindo de glorioso prestígio, e já não havia ninguém, por muitas léguas em redor, que tivesse tão honrosa nomeada e reputação como o nosso poeta-guerreiro. Isto deve ter quebrado um pouco as iras odientas da mulher do capitão-mór de Avô.

No inverno de 1643-1644 as circunstâncias, que então se deram, aproximaram, como vimos, as duas famílias, e mais estreitaram as relações ocultas dos dois namorados. Mútuas confidências e manifestações íntimas de affecto; em seguida troca de pequenas prendas, penhores dos sentimentos amorosos, que mais e mais os iam ligando.

Entra a primavera, a estação privilegiada das rosas e dos prados em flor, do canto das rôlas e do doidejar das borboletas, do desabrochar das árvores e da harmonia das florestas; estação formosíssima, em que as fontes teem murmúrios mais suaves, as flores perfumes mais capitosos, os pôres-do-sol policromias mais encantadoras; estação deliciosa, em que, junto dos ninhos dos seus amores, os rouxinóis gorgeiam, as pombas arrulham, os tintilhões e toutinegras cantam as suas endeixas apaixonadas. Avô era então um verdadeiro ninho de fadas, cheio de encantos.

Fascinados pelas belezas que os envolviam, e pelos estímulos naturais que os excitavam, os dois namorados iam pouco a pouco esquecendo as conveniências, embora suposessem que o véu de mistério, que envolvia as suas relações, se conservava impenetrável. Entre outras manifestações de affecto, houve, de parte a parte, ofertas de prendas custosas, joias de valor, que atraíam as atenções das pes-

¹ V. T., xv, 104. — ² V. T., xii, 5.

soas íntimas e das criadas. Em uma terra pequeníssima, como Avô, não podia deixar de dar na vista esta correspondência amorosa, revestida de circunstâncias tão pouco vulgares. O vulgo principia a murmurar, e da perversidade da murmuração em breve passa à infâmia da calúnia.

Foi o idílio interrompido pela campanha do Alentejo na segunda metade de maio de 1644. As cerimónias de receber o hábito e de ser armado cavaleiro demoraram ainda por lá o capitão mais umas semanas. Quando voltou à Beira, soube então das calúnias a que havia dado ocasião, e de que era vítima D. Maria da Costa, a qual tinha, durante a sua ausência, sofrido em silêncio os efeitos da difamação e do descrédito.

.....
 Se foy o galanteo dilatado,
 Não excedeo de honesto, & comedido;
 Mas nenhum galanteo se assegura
 Do vulgo, que o melhor peor murmura.

Carcomendo-se andava temeroso
 Da soldadesca, que na terra andava;
 Mas quando já no fim do rigoroso
 Inverno vio que toda a despojava,
 O freyo, em que mordía malicioso,
 Absenta de Apuléo, o despresava,
 A honestíssima Clòride infamando,
 Presentes, & visitas murmurando.

Acrescenta que foy delle enganada
 De bayxo da palavra de Marido,
 E que por fácil fora despresada,
 Porque era o facil pouco appetecido.
 Tarde foy da innocente magoada
 O notorio descrédito entendido,
 Porque hê sempre o que chega a padece-lo
 Injustamente o ultimo a sabelo.

Não se dá no exterior por entendida,
 Padece interiormente seu desgosto,
 Mas payxão, que está dentro recosida
 Hé maleyta, que sahe presto ao rosto.
 Confusa, triste, pallida, affligida,
 Tudo aborrece quanto incita o gosto;
 Se he pena a que nenhũa outra se iguala,
 Só quem a padeceo pode julgala¹.

¹ V. T., XIII, 103-106.

¿ Que fazer agora ? ¿ Como desmentir a calúnia, e apagar o des-crédito produzido pela difamação ? ; Impossivel !

Se a honra da mulher hé vidro fino,
Que não solda, hũa vez que foy quebrado !¹

Uma só cousa tinha a fazer Brás Garcia: correr a casa de João Manuel da Fonseca, e pedir a mão de sua filha, que já não podia ser-lhe recusada. Assim tudo ficava remediado, pois

Que toda a nota purga hũa Donzela
Que se casa com quem foy causa della².

Brás achava-se em condições de honrar qualquer familia, com quem se ligasse por laços matrimoniais; viria, além disso, a ser um marido exemplar e invejável, pois as verduras da mocidade eram passadas há muito, e os seus dotes morais excellentes.

Ajustou-se logo o casamento. O mesmo vulgo, que difamara a D. Maria da Costa, a exaltará agora,

Porque como perû de instante, a instante
A todo o mal, & bem faz hum semblante³.

Ninguêm pois estranhou vêr na quinta feira, 14 de julho, um pequeno grupo de damas e cavalheiros das familias avoenses dos Madeiras, FONSECAS, MENDONÇAS, e GARCÍAS MASCARENHAS, atravessarem a ponte sôbre o Alva, subirem a pequena encosta do adro, entrarem na igreja colegiada e paroquial de Nossa Senhora da Assunção, e ali assistirem ao baptizado de um filho recém-nascido de Bernardo Duarte de Figueiredo e D. Maria Jácome de Mendonça, prima inteira da namorada do nosso poeta, sendo padrinhos o próprio Brás Garcia e sua futura sogra D. Maria Madeira⁴.

As pazes estavam feitas e o casamento tratado, para o que muito concorreu o vulgo com as suas infames calúnias.

Brás Garcia Mascarenhas era noivo. Toda a gente o sabia em Avô e arredores.



Faziam-se pelas provincias levas de soldados para acudir ao Alentejo, onde se esperava um recrudescimento notável da guerra no próximo outono, pois a Espanha se preparava para responder condignamente ao desastre de Montijo.

¹ V. T., XII, 84. — ² V. T., XIV, 89. — ³ V. T., XVI, 15. — ⁴ Doc. LXI.

Brás Garcia estava apalavrado para ir continuar os seus bons serviços em prol da pátria; não queria faltar, nem faltaria. Precisava também de fazer a sua profissão religiosa na ordem de Avis, cujo hábito de noviço e esporas de cavaleiro recebera meses antes; aproveitaria para isso a viagem ao Alentejo.

Por estas razões, o casamento ficou aprazado para o regresso. À sua realização não obstava a profissão religiosa, que Brás ia fazer. Esta profissão, em tempos idos, importava, é verdade, os três votos, de pobreza, obediência e castidade; mas já de há muito assim não sucedia. A bula de Alexandre VI *Romani Pontificis sacri apostolatus*, de 20 de julho de 1496, concedida a instâncias do rei D. Manuel I, como grão-mestre da ordem de Cristo, e de todos os comendadores e priores da mesma ordem e da de Avis, concedeu aos cavaleiros de uma e outra a faculdade de casarem¹. Do voto de pobreza também haviam sido dispensados a 12 de dezembro de 1504 pelo papa Júlio II.

Partiu pois o nosso capitão para a campanha, que prometia ser violenta e muito grave. O marquês de Torrecusa andava preparando um grande exército, e propunha-se entrar em Portugal e conquistar quase toda a província do Alentejo, em resposta à tomada das praças espanholas pelos portugueses.

No princípio do outono tinha o conde de Alegrete Matias de Albuquerque um exército importante, para o qual contribuíram todas as províncias com levas de cavalaria e infantaria. Achava-se no Alentejo a maior parte da nobreza da côrte. Todos os dias se esperava a invasão castelhana, e tudo estava preparado para a defesa.

Decorreram porém dois meses sem que se realizasse a esperada e temida visita.

Ao findar novembro, o conde-governador, vendo que a invernia se desencadeava, tornando quase impossível a campanha por tal tempo, licenciou as tropas. É nesta altura que, a 28 de novembro, o marquês-governador das armas na Estremadura espanhola entra com um exército de 12.000 infantes e 2.600 cavalos, 10 peças de artilharia, 2 morteiros, máquinas de guerra e bagagem, e depois de várias hesitações vem sitiar Elvas, onde estava o conde de Alegrete, muita nobreza e guarnição importante. Foi no 1.º de dezembro, dia em que se celebrava o 4.º aniversário da revolução restauradora, que

¹ T. T., maço 15 de bulas, n.º 19.—*Quadro elementar*, t. X, pág. 115.

o exército espanhol chegou à praça portuguesa, que se defronta com Badajoz.

A guarnição de Elvas defendeu-se briosa e valentemente durante uma semana. No dia 8 de dezembro, em que se celebrava a solenidade da Imaculada Conceição, que nesse mesmo dia era em Lisboa declarada pelo rei Padroeira e Protectora de Portugal, o exército castelhano retira para Badajoz. Convencera-se o marquês de Torrecusa de que a empresa era bem mais difficil do que cuidara; além disso, a invernia aturada prejudicava muito as operações, e, sobretudo, constou que um grande refôrço de tropas estava a preparar-se em Lisboa para acudir à praça sitiada.

Na ida ou na vinda o nosso Brás passaria por Avis, e apresentaria ao prior-mór da ordem de S. Bento o alvará régio de 14 de maio, que o admitia à profissão religiosa. Entrando então para o convento, nêle deve ter pousado algum tempo, assistindo com os outros cavaleiros aos officios divinos. Fez depois a sua profissão, ficando para todos os efeitos cavaleiro professo da ordem.



Nos princípios do ano de 1645 tinha regressado a Avô o poeta-guerreiro. O casamento, ajustado desde o verão anterior, realizar-se ia em breve.

Aproximava-se a quaresma, em que as solenidades nupciais eram proibidas, não podendo em caso algum os noivos, durante ela, receber as bênçãos da igreja. Se chegasse a quarta feira de cinza sem estarem casados, tinham de esperar pela segunda feira da Pascoela, 24 de abril, em que cessava o tempo clauso.

Casamento de tanta prosápia, pelas condições sociais dos noivos, devia ser dia de festa em Avô. Para maior solenidade, e para aumentar a espectacularidade do acto, escolheu-se para êle um dia santificado. Foi no domingo da sexagésima, que o povo denomina *domingo-magro*, a 19 de fevereiro, que se realizou o matrimónio ¹.

Frei Brás Garcia Mascarenhas, levando aos ombros o seu manto branco de cavaleiro de Avis, com a elegante cruz verde flordelisada destacando em bordadura sôbre o lado esquerdo do peito, ; como não viria ufano, de regresso da igreja, ao entrar em sua casa, trazendo pelo braço a sua formosa e nobre consorte D. Maria da Costa Fon-

¹ Doc. LXII.

seca! Ele contava então 49 anos e 16 dias, ela 26 anos e 3 meses. Brás via finalmente realizado o seu sonho de dez anos; cheio de satisfação no presente, recordando com emoção o passado, pensaria consigo mesmo o que pouco depois escrevia no seu poema:

Que veyo a merecer por murmurado
O que não mereceo por comedido ¹.

Deve ter sido por esta época que um pintor fixou na tela o retrato do poeta, hoje perdido, que durante dois séculos e meio esteve ornamentando a sala nobre do solar dos Garcias Mascarenhas, de Avô, e que foi muito infielmente copiado na litografia que adorna a segunda edição do *Viriato Tragico*. Reproduz-se aqui a referida es-

1645

.....

Nos 19 de fev.
recuerdas em minha presença / feitas 2 de um
ciacuz de l.ª do ordinario) Brás Garcia filha de marcos
gr.ª e de j.ª na madre. (o dona m.ª da l.ª da filha de j.ª m.ª de
da Fonseca, e de m.ª madre da l.ª da foras test.ª marcos gr.ª j.ª m.ª
o p. m.ª gr.ª muthis f.ª. colvos da mesma m.ª de q.ª fis castini
codem die Requias de matos

Assento do casamento de Brás Garcia.

tampa, que o Dr. Albino de Abranches Freire de Figueiredo afirma, no Prefácio à mencionada edição, que *é o retrato do auctor, copiado daquelle que se conserva na sua casa* ².

O sr. Visconde de Sanches de Frias, estudando a estampa, chega à conclusão de que não pode ser o retrato de Brás Garcia, porque nem a cabeleira, nem a barba, nem a indumentária correspondem aos usos da época, e conclue: — *A effigie de Bras Garcia Mascarenhas representa pois uma invenção, forjada por desenhista insciente para adorno da segunda edição do Viriato, ainda assim muito pobre e contrafeita* ³.

Tem razão o ilustrado titular nestas considerações e conclusão; mas em que a não tem é em dar um desmentido formal à afirmação

¹ V. T., xiv, 95. — ² Doc. CXVIII.

³ O poeta Garcia, pág. 60.



categorica feita por Albino de Figueiredo, de que em 1846, quando escrevia o Prefácio, se conservava ainda na casa de Brás Garcia, em Avô, o seu retrato. A honradez e respeitabilidade d'este cavalheiro de velha t'emp'era, não pode deixar lugar à suspeição de que, para ornamentar o seu livro, inventasse um retrato que não existia. É indubitável que a litografia não reproduz fielmente o retrato, não passando de uma adulteração fantasiosa do desenhista inábil e pouco escrupuloso, encarregado de fazer a cópia; mas o retrato existiu, e dá notícias precisas d'ele o sr. Francisco Garcia Mascarenhas, actual proprietário da casa, solar dos seus antepassados.

Seu pai, Tomás Garcia Mascarenhas, cedeu por empréstimo o retrato ao Dr. Albino de Figueiredo, quando este preparava a edição do *Viriato*; feito o desenho litográfico, a tela com o seu caixilho oval foi restituida, e voltou para o seu lugar.

Em 1871 lá a viu o meu bom e querido amigo e colega no professorado universitário, o distinto artista senhor António Augusto Gonçalvez. Depois disso por'ém, e ainda em vida do mesmo Tomás Garcia, último administrador do vínculo, e falecido em 1895, a tela tornou a sair do seu lugar com o fim de em Coimbra se lhe fazer e dourar nova moldura. Não mais voltou, e desapareceu.

Pedi a A. Augusto Gonçalvez o obséquo de consignar por escrito as reminiscências, que porventura conservasse do retrato, e da sua semelhança com a estampa litográfica. Eis o seu testemunho:

— «Não hesito em afirmar que, por 1871, vi em Avô uma tela figurando um personagem que se dizia ser o poeta Brás Garcia Mascarenhas.

«O facto em si é absolutamente incontroverso; na pormenorização, por'ém, é que as dúvidas me enleiam, porque receio que, através de quarenta anos, o próprio esforço da evocação me induza em erro.

«Pela vaga reminiscência, que conservo, a figura em meio corpo estava inclusa numa moldura oval pintada, e na parte inferior a legenda confirmando a representação, segundo a maneira vulgar dos meados do século xvii em diante.

«Também presumo que a litografia, que ilustra a edição do *Viriato Tragico* de 1846, difere sensivelmente d'esse quadro. O Brás Garcia retratado não tinha elmo nem plumas, e trajava gibão amarelo, que, entre-aberto, deixava vêr a couraça, e, abaixo do colar, a fita com a insígnia pendente.

«A nada mais, sem grave temeridade, pode avançar o meu testemunho.» —

¿ Virá ainda algum dia a aparecer por aí, em qualquer recanto ignorado, o retrato autêntico de Brás Garcia Mascarenhas, facilmente reconhecível pela legenda que o acompanha ?

Seria um precioso achado.



Tinha o nosso herói incontestável direito a descansar das lides da guerra, por largo período, na sua bela vivenda de Avô, agora adornada com os encantos da sua gentil esposa. O temperamento português, amoroso sem exagêros, ponderado nos seus affectos, persistente nas suas inclinações, costuma dar um carácter de permanência e fixidez ao verdadeiro amor conjugal, pouco vulgar em outros povos mais volúveis. É por isso que a *lune de miel* dos franceses entre nós aparece ampliada no *ano de noivado*.

Durante êsse ano, não foi o capitão Brás à guerra; mas nem por isso deixou de sacrificar por algum tempo a companhia de sua mulher em holocausto à defesa da pátria.

A 25 de fevereiro de 1645 foi nomeado governador das armas da província da Beira D. Fernando Mascarenhas, pouco antes feito conde de Serém. D. Álvaro de Abranches larga então aquele govêrno, e, de passagem para Lisboa, visita em Avô o seu prezado amigo Brás Garcia, *que lustrosa e amigavelmente o hospeda* por algum tempo ⁴.

No próximo outono ia recrudescer novamente a guerra no Alentejo, e para isso mandou el-rei aos governadores das províncias, que enviassem para aquella campanha os contingentes de tropa de que pudessem dispôr. O conde de Serém, para cumprir esta ordem, viu-se obrigado a mandar por diversas partes levantar gente, que viesse guarnecer as praças da sua fronteira, enquanto as tropas pagas e exercitadas, que nela tinha, fôsem ao Alentejo. Sabia da habilidade e zêlo com que o capitão Brás Garcia tinha já prestado idêntico serviço; escreveu-lhe a incumbi-lo de levantar gente, que acudisse àquella necessidade.

Sucedia isto no verão de 1645. Brás podia escusar-se, mas não o fez. Deixou em Avô sua mulher, já de esperanças, e foi executar a missão recebida. Por tal forma se houve, que o conde de Serém solicitou da côrte uma carta régia, que veio com data de 8 de

⁴ Doc. CXII.

novembro, em que D. João lhe agradece os serviços de tão bom ânimo prestados nesses levantamentos ¹.

A 12 de outubro já Brás se achava em Avô, onde assistia, como testemunha, ao casamento de sua cunhada D. Isabel da Fonseca da Costa com Silvestre Rodrigues, rico proprietário de Moimenta-da-Serra ².

Não tinham ainda decorrido dez meses completos depois do casamento, e já havia gente nova no velho solar, ora habitado por Marcos Garcia e família. No dia 14 de dezembro de 1645 era baptizado o primeiro filho de Frei Brás Garcia Mascarenhas e de sua mulher D. Maria da Costa, recebendo o nome de António.

A poética e graciosa capelinha do glorioso taumaturgo português, erguida no picoto, a meio do formoso lago, que separava do solar o jardim dos Garcias Mascarenhas, e à qual tantas vezes, durante o verão transacto, iriam de barquinho os dois noivos, passar momentos aprazíveis e agradecer ao santo casamenteiro a graça da sua mútua ventura, deve ter sido o lugar em que foi combinado darem ao primeiro fruto dos seus amores, se fôsse um rapaz, o nome do milagroso santo; a êle, segundo a letra do popular responso, *cedunt mare, vincula*, e Brás Garcia por vezes tinha impetrado o seu patrocínio nos perigos do mar e nas agruras das prisões.

Foi baptizante o padre João Caramelo, parente da mãe do neófito pelo lado paterno. Se o baptismo foi ministrado ao oitavo dia do nascimento, como era uso constante na época, o primogénito de Brás nasceu a 7 do mês de dezembro.



Brás Garcia assistiu em Avô no ano seguinte de 1646 até princípios de agôsto. A 2 de fevereiro foi testemunha do casamento de sua cunhada D. Ana da Fonseca da Costa com João Rodrigues, irmão de Silvestre Rodrigues, há pouco matrimoniado com a outra sua cunhada, Isabel. Em carta régia de 4 de agôsto é êle encarregado de levantar na Beira uma companhia, e de passar com ela ao Alentejo, segundo as instruções que recebeu do conde de Serém ³.

Pela segunda vez abandona sua mulher em estado interessante, para acudir ao serviço de defesa da pátria. ¿ Em qual das comarcas da Beira, desde a raia de Espanha até à orla marítima, faria a leva?

¹ Doc. LXIV. — ² Doc. LXIII. — ³ Doc. LXVII.

Ignoro-o. Na primeira metade de setembro lá estava nos campos transtaganos à frente da sua companhia. Encontrou o exército bastante desmoralizado pelas dissensões e rivalidades dos oficiais. Governava-o o conde de Alegrete, mas havia na officialidade quem buscasse sempre contrariar-lhe os planos, inutilizar-lhe as ordens, e comprometê-lo. Nos conselhos não havia meio de congraçar os conselheiros e harmonizar-lhes os pareceres. Teve o rei de intervir, dirigindo cartas a impôr a sua vontade, às quais acrescentava, de sua própria letra, pedidos e rogos para que esquecessem mútuas ofensas, e sobrepuassem a tudo a salvação da pátria.

O nosso exército chegou a passar o Guadiana, e a render o forte de Telena; mas, sobrevindo o inimigo, mais numeroso e disciplinado, houve necessidade de retirar.

Do Alentejo partiram nesta ocasião reforços de infantaria e cavalaria para a provincia da Beira, a acudir a Salvaterra-do-Extremo, sitiada pelos castelhanos; estes viram-se obrigados a levantar o cêrco e a retirar.

Houve lembrança de atacar Alcântara, mas não chegou a realizar-se o assalto. Investiu-se contra a praça de Valença-de-Alcântara, que resistiu, não podendo ser tomada. Corria já o mês de novembro quando se deram por terminadas as operações da guerra.

Pode dizer-se que foi uma campanha de triste memória, esta do outono de 1646 no Alentejo; e, para cúmulo de infelicidade, apenas terminada, morreu, golpeado de desgostos e injustiças, o grande general e governador de armas Matias de Albuquerque, conde de Alegrete.

Brás, profundamente aborrecido e desgostoso, recolheu a Avô, refugiando-se no conchego e paz da familia, a acompanhar sua mulher nos últimos meses de gravidêz. Na quinta feira, 28 de fevereiro de 1647, nascia-lhe o segundo filho, que oito dias depois, na primeira quinta feira da quaresma, a 7 de Março, recebia no baptismo o nome de Tomás de Aquino, em reverência ao santo Doutor da Igreja, cuja festa se celebrava naquele dia. Êste apelido baptismal foi depois repudiado, ficando o filho secundogênito do poeta a assinar-se Tomás Garcia Mascarenhas.



Não foi por muito tempo que Brás Garcia gosou no lar doméstico o descanso a que tinha direito.

O conde de Serém, desgostoso e amargurado com a prisão do

pai, vexame que punha em risco a honra e bom nome da sua familia, exonerara-se do govêrno da Beira. É então esta provincia dividida em dois partidos ou secções: D. Sancho Manuel fica incumbido, como capitão-general, do govêrno do partido que comprehende as comarcas de Castelo-Branco, Viseu e Coimbra; D. Rodrigo de Castro, mais tarde conde de Mesquitela, é nomeado, com idêntico titulo, governador das armas nas comarcas da Guarda, Pinhel, Lamego e Esgueira, abrangendo êste partido ainda a praça do Sabugal, embora pertencente à comarca de Castelo-Branco, por assim convir à defesa da raia.

Era D. Rodrigo um grande admirador e amigo de Brás Garcia; mantinha com êste correspondência epistolar frequente, e consultava-o muitas vezes sôbre assuntos militares ¹. Apenas nomeado governador, escreveu logo ao capitão avoense a reclamar em nome da pátria e da amizade a sua pessoa e serviços para a região que ia governar, e que êle tão bem conhecia. Brás não se recusa, e vai nos fins da primavera.

O governador, que andava empenhado em organizar as suas tropas por forma que satisfizessem tanto na defensiva como na offensiva, reforça a gente paga de infantaria e de cavalaria com alguns terços de ordenanças, fazendo mestre-de-campo de um dêles Brás Garcia Mascarenhas ².

Era uma grande honra que D. Rodrigo dispensava ao nosso heroi, e uma prova da grande confiança que nêle tinha; suponho entretanto que de muito melhor vontade Brás militaría no Alentejo, continuando a comandar ali uma companhia de gente da Beira, do que assumiria aqui o comando de um terço, composto de companhias recrutadas na própria provincia. A experiência lhe dizia os graves inconvenientes que tinha o facto de os soldados servirem na região donde eram oriundos.

Quando a Guerra se faz em terra estranha
Como sempre o Invasor hê mais potente,
Posta hũa vez a Gente na campanha
Ajunta a dividida facilmente:
Mas à vista das Patrias acompanha
Seus Estandartes muyto mal a Gente;
Foge do campo, as muralhas salta,
Acode às pagas, aos rebates falta.

¹ Doc. CXII.

² *Portugal Restaurado*, liv. X, pág. 625 da ed. de 1710.

Quando a molesta o frio, ou calma abrasa,
 Cada qual com licença, ou sem licença
 Vay, & vem cada dia a sua casa
 Sem se lhe dar que vença, ou que não vença;
 Hum foge do castigo, outro se casa,
 Tacha hê moderna, que o favor dispença
 Mal se se sofre, peor se se castiga,
 Quem na Patria governa Armas, o diga ¹.



Não tarda o inimigo a dar sinal de si, entrando umas tropas pelo lado de Alfaiates. São imediatamente afugentadas, deixando alguns cavalos. Então D. Rodrigo sai de Almeida na sexta feira 23 de agôsto do presente ano de 1647 com 600 infantes pagos, 2.500 da ordenança, 160 cavalos e 3 peças grossas de artilharia; passa a fronteira, e marcha em direcção a Ciudad-Rodrigo, cautelosamente, para não ser presentido daquela praça.

Na estrada de Vimiosa observou os vestígios de uma fôrça considerável de cavalaria inimiga, que por ali passara poucas horas antes, certamente para vexar e roubar, ou com o intuito de tomar de surpresa alguma das nossas praças desprevenida. Exultou com o facto, pois o que desejava era que o inimigo estivesse distraido; e nada receando, pois deixara todas as praças bem prevenidas e guarnecidas, e os gados recolhidos, continuou a marcha até ao forte de Gallegos ².

Chegou depois do meio dia de 25. Gastou a tarde e noite em preparativos ostentosos para o ataque: uma plataforma construída primeiramente a 400 passos da muralha, e depois mais próxima.

Ao amanhecer do dia 26 principiou o ataque com grande estrondo de artilharia e arcabuseria, para ser ouvido na cidade próxima. Pela tarde recebe aviso certo de que o comando inimigo expedira de Ciudad-Rodrigo ordens urgentes, a chamar as guarnições de todas as praças da região, para que se concentrassem aceleradamente naquella cidade, afim de marcharem a socorrer Gallegos.

Era isto o que D. Rodrigo esperava. Chama logo a conselho a sua officialidade superior, e propõe que se cõrra a tomar de surpresa S. Felices-de-los-Gallegos, uma das vilas mais ricas e importantes que os espanhois tinham naquella província, e que devia estar, quando

¹ V. T., xviii, 18-19.

² Vid. a carta em frente da pág. 208 dêste volume.

lá chegassem, quase desguarnecida. Desta rendição resultaria grande crédito para o exército português e grande proveito para os soldados, que de lá retirariam um despojo abundante e de grande valor. Foi unânimemente aprovado êste alvitre.

D. Rodrigo mandou suspender o ataque ao anoitecer e retirar apressadamente a artilharia, que enviou logo para Almeida, comboiada por dois terços de ordenança, de que eram mestres-de-campo Brás Garcia Mascarenhas e Luis de Brito Saraiva, com ordem de seguirem imediatamente de Almeida para S. Felices, apenas recolhidas as peças. Deixou um cordão de tropa, afim de impedir que alguém de Gallegos saísse a levar a Ciudad-Rodrigo a notícia do levantamento do cêrco, e marchou silenciosamente para S. Felices com 1.200 infantes e 120 cavalos.

Os cálculos em nada falharam. Ao romper da manhã do dia seguinte, terça feira 27, chegava àquela praça D. Rodrigo com a vanguarda do exército. Soube por uns prisioneiros que lá dentro estava D. António Isassane, governador das armas daquele partido, com pouquíssima gente da guarnição, pois o grôssô dela tinha já partido para Ciudad-Rodrigo.

Não quis atacar imediatamente, como convinha, porque aguardava a chegada de Brás Garcia e dos terços que fizeram a volta por Almeida. Nem um tiro se deu, enquanto aquele não chegou. Só às 9 horas realizou o assalto. A resistência foi viva e desesperada, morrendo 150 castelhanos na defesa da vila, que teve de se render; foi saqueada e queimada, recolhendo os nossos soldados rico despojo nos 1.200 fogos que a constituíam.



Deve contar-se esta jornada militar como um feito de armas importante, que cobriu de brilho e glória o exército português, acusando grande finura e tacto estratégico em quem concebeu e executou o plano. Tudo isto se fez estando ali, a menos de três léguas de Gallegos e a seis de S. Felices, a fortaleza de Ciudad-Rodrigo, onde se havia concentrado todo o exército, que a Espanha tinha à sua disposição para defender a província. S. Felices-de-los-Gallegos foi tomada e saqueada sem que daquela praça pudessem acudir, pois nem sequer deram conta da marcha e do ataque a esta vila.

Brás Garcia não foi estranho, segundo creio, à elaboração do hábil plano, revelador de grande talento estratégico. D. Rodrigo

consultou-o certamente, como costumava fazer nos casos de guerra difíceis ¹, sôbre o que havia a fazer para bem responder às constantes incursões castelhanas. No plano desta jornada revela-se o dedo de Brás a gizá-lo. Nós já conhecemos suficientemente o feito psicológico do nosso herói, e êste conhecimento nos habilita a dizer que tal empresa lhe está bem a carácter.

Recorde-se o plano audacioso apresentado por êle, quando capitão-governador de Alfaiates, no conselho de guerra que nesta praça se realizou a 14 de abril de 1642, sob a presidência do general Fernão Teles de Meneses. Propunha que se atacassem de surpresa simultâneamente três praças importantes, que estavam mal guarnecidas. Foi unânimemente rejeitado, por temerário, tal plano; mas verificou-se depois que, se tivesse sido seguido, as três praças seriam nossas.

No conselho realizado a 26 de agôsto de 1647 no arrabalde de Gallegos, o plano para tomar de surpresa a praça de S. Felices exposto pelo general D. Rodrigo de Castro, não surgiu ali de momento para aproveitar circunstâncias casuais. Era bastante complexo, e muito hábilmente urdido antes da partida de Almeida. Todos os passos dados haviam sido préviamente discutidos e resolvidos, e os acontecimentos previstôs com clareza.

Provocar-se hia primeiro, com o ataque à fortaleza de Gallegos, a concentração das fôrças castelhanas da provincia em um ponto, para acudir à praça sitiada, desguarnecendo portanto as praças da região. O exército português, não aguardando o ataque do inimigo, cairia então de surpresa sôbre a rica vila, que em segrêdo fôra para isso escolhida; tomada e saqueada rapidamente, as nossas tropas retirariam sem demora, reentrando em Portugal, antes que o exército espanhol fôsse prevenido, e saísse a embaraçar-nos.

É pois evidente que o ataque à praça de Gallegos não foi a sério; simulação apenas, para desnorrear o inimigo. A intervenção da artilharia nesse ataque teve em vista simplesmente tornar a simulação mais estrondosa, de efeito mais completo. Era de prever que fariam logo concentrar em Ciudad-Rodrigo com grande rapidez, para acudir a Gallegos, todas as tropas das praças daquela região, que assim ficariam desguarnecidas. Mas a marcha sôbre a praça atacada pelo exército português, exército que supunham importante, a avaliar pelo estrondo do bombardeamento, não se faria logo, precipitadamente; tinham de proceder com a ponderação e cautela que a gravi-

¹ Doc. CXII.

dade do caso pedia, e portanto com mais alguma demora. Desta forma se ganhava tempo para realizar as quatro operações projectadas: — o salto de tigre sôbre S. Felices, a tomada da vila, a colheita dos despojos, e por fim a retirada. Para tudo isto a artilharia era inútil, e tinha o inconveniente grave de embarçar; mandar-se hia embora, apenas sortisse o efeito desejado.

A reunião do conselho de guerra não passou pois de mera formalidade, para sancionar um plano prèviamente estudado e assente, e em parte já executado com muito bom êxito. É êste plano que suponho ser da autoria de Brás; ou muito me engano, ou foi êle que o imaginou e estudou, discutindo-o com D. Rodrigo, sendo por êste aceite e perfilhado com muita satisfação. Quando o general apresentou em conselho a proposta para o assalto a S. Felices, tinha já a certeza de que seria aprovada por unanimidade, porque o estado em que as cousas se achavam fazia prever com segurança o bom êxito final.

D. Rodrigo de Castro, que já era amigo e admirador do mestre-de-campo Brás Garcia, ficou cheio de satisfação e reconhecimento pelo excelente resultado do seu plano, e enviou logo a el-rei um relatório sôbre a feliz expedição, no qual exalçava os serviços prestados por Brás¹ Garcia Mascarenhas, e os seus grandes méritos de illustração, saber, engenho e valor, que o tornavam *um capitão perfeito*. Êste mesmo escreveu no seu poema:

..... quem prudente
As letras aprendeo, & as Armas trata
Hum Capitão perfeitto em fim retrata¹.

D. João IV dirige então a Brás uma honrosíssima carta-régia, em data de 13 de setembro de 1647, a agradecer-lhe o zêlo e valor com que procedeu na empresa de S. Felices. Remata por estas palavras: — *que o serviço que nesta ocasião me fizestes, me ha de ser sempre presente para uos fazer a honra e merce que houuer logar*².



No inverno seguinte adoeceu gravemente D. Rodrigo de Castro. ¿ Uma pneumonia resultante do excessivo rigor do frio naquela região? Talvez. O que é certo é que, apenas entrou em convalescença, no princípio de 1648, o general pediu e obteve licença para ir

¹ V. T., IX, 11. — ² Doc. LXX.

reparar a saúde ao clima suave de Monte-mór-o-Novo. Durante a sua ausência foi encarregado do govêrno do partido da Guarda D. Sancho Manuel, que assim ficou governando toda a província da Beira. Mas as relações entre os dois generais não eram amistosas, pelo que D. Rodrigo pouco se demorou, regressando ainda convalescente ao seu partido ¹.

Noticias vindas da Estremadura espanhola diziam que se preparava ali gente para vir no próximo outono entrar pelo Alentejo, e conquistar Portugal; e realmente levantava-se por lá muita tropa, e faziam-se vários preparativos, que indicavam grande empresa em projecto. Era necessário de cá não haver descuidos e juntar soldados, que resistissem à receada incursão.

Como na província da Beira havia duas comarcas na beira-mar, cada uma pertencente a seu partido, a de Esgueira e a de Coimbra, que ocupavam a facha ocidental desde o rio Douro até ao Mondego, tão afastadas dos respectivos governos com as sédes na Guarda e em Castelo Branco, e tão longe da fronteira, onde a guerra mais se fazia sentir, el-rei encarregou o conde da Ericeira D. Fernando de Meneses de ir lá pessoalmente levantar 1.500 homens, mandá-los instruir e disciplinar rapidamente por officiaes, que lhe seriam fornecidos pelos governadores dos dois partidos da província, e fazê-los passar ao Alentejo, já organizados em terços e companhias com os respectivos comandantes ².

Em seguida escreveu também a D. Rodrigo e a D. Sancho a requisitar-lhes levantamentos de tropas nos seus partidos, sem *perder nisto hum só momento de tempo*, prevenindo D. Sancho, mas esquecendo-se, ao que parece, de prevenir D. Rodrigo, de que os levantamentos em Coimbra e Esgueira estavam já a ser feitos pelo conde da Ericeira, comissionado especial régio para êste fim. Como o partido de D. Rodrigo era mais extenso e populoso, encarregou-o de fazer levantar nêle 2.000 homens, ou fôsseem quatro terços, compostos de cinco companhias cada um; a D. Sancho Manuel pediu 1.500 homens, ou três terços semelhantes ³.

Partiram logo pessoas das mais competentes, uma para cada comarca, enviadas pelos governadores a fazerem com a maior diligência o levantamento. Não estando prevenido de que à comarca de Esgueira ia D. Fernando fazer as levas, D. Rodrigo pensou nas difi-

¹ *Portugal restaurado*, l. X, pág. mihi 656.

² *Ibid.*; — cf. Doc. LXXI e LXXII. — ³ Doc. LXXI.

culdades e melindres muito especiais que oferecia o levantamento naquela região, em face da repugnância incoercível da gente da beiramar a alistar-se no exército, e pela opposição dos maioraes, personagens gradas e de influência, que não queriam que seus afillados e protegidos pegassem em armas. Por estas considerações, o general escolheu o seu amigo Brás Garcia para esta missão árdua e difficil, utilizando-se assim mais uma vez do zêlo e admiráveis qualidades que nêle reconhecia, e de que largas provas havia dado anteriormente, sempre que fôra incumbido do serviço de levantamentos.

Encarregando-o da leva na mais difficil das suas comarcas, a de Esgueira, fixou-lhe em 800 o número de soldados que dali devia tirar, isto é, dois quintos da totalidade da gente a levantar em todo o partido. Como explicar e justificar esta desproporção? É que a comarca de Esgueira, sôbre ser muito populosa, achava-se tão afastada da raia, que até então havia sido muito poupada no fornecimento de contingentes para a defesa da fronteira, enquanto as outras três comarcas do partido tinham sido muito oneradas nos anos antecedentes. Pedia por isso a justiça que, em compensação, fôsse agora esta a que mais contribuisse ¹; mas tal circunstância mais difficil ainda tornava o levantamento, por aquella gente não estar habituada a contribuir, senão em proporção mínima, com soldados para a defesa da nação.

Brás Garcia não se demora em dar cumprimento à comissão recebida. Passa à comarca de Esgueira, e ali, segundo as instruções que levava, e com o zêlo que lhe era habitual, principia logo a chamar toda a gente sem admitir excepções nem compadrios, com um rigor a que não estavam acostumados, mas indispensável para dos chamados seleccionar os aproveitáveis, e elevar o contingente ao número de 800.

Tinha por sistema não alistar toda a gente, mas observá-la com cuidado, rejeitar a má, pôr de parte a que lhe parecia menos útil, e aproveitar só a boa, não dispensando desta absolutamente ninguém, quaisquer que fôsem os pedidos e empenhos que se movessem. Falava então aos escolhidos, com a eloquência persuasiva que o caracterizava, sugestionava-lhes sentimentos patrióticos, entusiasmado os e levando-os a acudirem de boa vontade à defêsa do rei e da pátria, pois sabia, por experiência, que só servia bem, quem militava movido por estímulos de ordem superior.

As suas idéas e opinião sôbre recrutamento de novos soldados

¹ Doc. LXXII.

deixou Brás consignadas nas estâncias seguintes, em que descreve um levantamento de gente lusitana, realizado à pressa, a torto e a direito, por Vandermilo, auxiliado por Dictaleão, Aulaces e Minuro :

Não se descuyda Vandermilo em nada
Do pertencente a tão ardua empresa,
Propondo a toda a Gente colligada
A importancia do caso, & da prestesa.
Alegre o segue a Gente exercitada,
A bisonha se move com lentesa,
Porque sempre em qualquer marcial enredo
Foy brioso o valor, & tibio o medo.

Com Dictaleão, Aulaces, & Minuro
As Praças parte, por que hà de ir marchando ;
Cada qual com prestesa, & com maduro
Conselho a melhor Gente afervorando
Porque menos receosa do futuro
Os queyra ir voluntaria acompanhando,
Que em fim Gente que à Guerra vay forçada
Nunca faz nella cousa sinalada

Listão presto a melhor Gente de quantas
Terras tinhão do Tejo pera o Norte,
E como as hà de boas, & mãs plantas,
As hà tambem de Gente fraca e forte :
Esta aggregada de Cidades tantas
Inutil, boa, & mã de toda a sorte,
Cada qual dos trez cabos, a recolhe
Porque quem pede, aceyta, e não escolhe.

A quantos Capitaes principitantes ¹
A ignorancia desta leva infama !
Jactaõ-se, fuy, & fiz tantos Infantes,
Que bem infantes são, pois são de mama ;
Os quais nas occasioes mais importantes,
Em que se perde, ou se ganha a fama,
Vão, como ovelhas, aonde presto acabem,
Porque nem pelear, nem fugir sabem.

Se hum potro se examina meudamente,
Antes de se comprar caro, ou barato,
De hum soldado, primeyro que se assente,
Porque se não fará exame exato ?

¹ O poeta escreveu certamente — *principiantes*.

O quererem fazer muyta, & má Gente,
 Foy causa de Pompêo romper Viriato
 Que chegando a fazer resenha della,
 Do pouco em que a reputa se acautella.

Manda que seja a destra separada
 Da bisonha, pessoa por pessoa;
 Porque tal vez em Guerra bem regrada
 Faz a Gente ruim perder a boa ¹.

Entretanto o conde da Ericeira faz a leva de Coimbra; mas sabe nesta cidade que na comarca de Esgueira andava Brás Garcia a levantar gente à pressa, com ordem escrita do governador do partido da Guarda. Estranhou o caso, e teve dúvidas em passar àquela comarca a executar o mandato régio. Obteve uma cópia da ordem de D. Rodrigo a Brás Garcia, enviou-a a D. João IV, consultando-o sôbre se devia ou não ir a Esgueira cumprir as instruções recebidas.

Responde-lhe a carta régia de 24 de julho, explicando que a ordem dada a Brás deve ter sido motivada em um mandato expedido a D. Rodrigo, para levantar mais gente no seu partido, pois toda a que se juntasse era pouca; atenta porém a situação actual, resolvia o rei que fôsse o conde à referida comarca cumprir as instruções que lhe dera, e que, apenas chegado, mandasse chamar Brás, a quem entregaria a carta régia inclusa, pedindo-lhe as listas dos homens que já tivesse. Com êstes ou com outros, constituiria o conde um contingente, não de 800 mas de 500 homens, organizados em cinco companhias, com os capitães e officiaes que D. Rodrigo lhe enviasse. Expediria para o Alentejo o mais urgentemente que fôsse possível essa tropa, já instruída, sendo em tudo isto assistido pelo mesmo Brás ².

A carta-régia dirigida a êste, datada também de 24 de julho, é quase affectuosa, e procura evitar que êle se melindre com a intervenção intempestiva do conde ³. Outra carta foi escrita na mesma data a D. Rodrigo de Castro, dando-lhe também explicações ⁴.

Brás, apesar das satisfações que lhe deram, não podia gostar do ocorrido, mas sujeitou-se como lhe cumpria; deve ter conferenciado com o conde da Ericeira no último dia de julho ou no primeiro de agôsto, recebendo então das mãos dêste a carta del-rei. Logo com data de 2 do mesmo agôsto escreveu a D. João IV dizendo-lhe o que havia já feito em execução das ordens do seu governador D. Ro-

¹ V. T., xvii, 29-34. — ² Doc. LXXII. — ³ Doc. LXXIV. — ⁴ Doc. LXXIII.

drigo, mas que suspendera a diligência desde que outro era o encarregado; que êle, incumbido por S. Magestade de assistir ao conde da Ericeira, não sabia quais as funções que lhe competiam, por isso pedia e aguardava instruções. Recebeu em resposta a carta de 9 do mesmo mês, em que, mui simplesmente, o rei lhe ordena: — *q̄ nesta diligencia, e assistencia q̄ haueis de fazer ao Conde, procedaes na conformidade das ordens q̄ para isso se uos tem dadas*¹.

Embora tudo isto o desgostasse, obedeceu, e continuou nos trabalhos da leva.



Tinha-se entretanto erguido, como era de esperar, um cõro de indignações, queixumes e protestos contra Brás Garcia e contra os actos por êle praticados.

Em nome do municipio protesta a câmara de Aveiro, dirigindo uma representação ao monarca, em data de 1 de agosto, logo após a chegada do conde da Ericeira. Alegava que daquela vila e seu termo, e bem assim dos lugares compreendidos num círculo de duas léguas de raio, se não devia tirar nenhuma gente para a guerra, pois, havendo ali uma barra aberta, sem fortificação que a defendesse de qualquer invasão do inimigo por mar, era indispensável que os habitantes estivessem sempre prontos a defendê-la. Rematava a representação pelo pedido para que na barra da vila se construísse um forte, que satisfizesse às necessidades da defesa.

Protesta também o fidalgo aveirense Tomás da Costa Côrte-Real, queixando-se dos abusos praticados por Brás Garcia no levantar da gente, e especialmente na recondução dos soldados residentes na vila, que haviam desertado das bandeiras do exército da Beira. Desconhecem-se outros factos e alegações do protesto; o verdadeiro motivo porê m da desavença e dos queixumes deve ter sido o não se prestar Brás Garcia a injustiças, e medir pela mesma bitola os afilhados e protegidos do fidalgo, e os que o não eram. À câmara respondeu o monarca dizendo que, em atenção ao alegado, se reduzira a leva de 800 a 500 homens, e que, apenas terminasse a campanha daquela ocasião no Alentejo, todos se recolheriam a suas terras; quanto ao forte na barra de Aveiro, ficava advertido, para tomar a resolução oportuna².

Em respeito à queixa de Tomás da Costa Côrte-Real, D. João IV

¹ Doc. LXXV. — ² Doc. LXXVII.

mandou-a remeter ao conde da Ericeira, encarregando-o de averiguar secretamente o que nela haveria de verdade, e de lhe enviar as devidas informações, para mandar prover o que tivesse por mais serviço seu ¹.

Não encontro vestígios do resultado desta sindicância secreta; muito provavelmente o conde da Ericeira informou ao rei, que o procedimento de Brás Garcia em nada fôra censurável, pois só revelava espirito de justiça e muito zêlo pela causa da pátria.

Apesar do carácter secreto da sindicância, é de crêr que Brás tivesse dela conhecimento, e que muito se magoasse. Foi por servir a causa pública que o nosso herói se encarregou desta missão trabalhosa e cheia de perigos e melindres; o resultado que por fim colheu foram dissabores e desgostos.

Decorridos alguns lustros, encontramos nas tradições de Avô esta commissão, que tão amargurada foi, transformada num lugar de honra, dado ao cansado poeta-patriota para entreter e distrair os seus ócios. *Superintendente da Cavalaria da Comarca de Esgueira* o denomina Bento Madeira de Castro ², o que é simplesmente um disparate. Brás era official de infantaria, não de cavalaria.



Embora os documentos guardem silêncio a tal respeito, creio que Brás acompanharia ao Alentejo as tropas da provincia da Beira, encarregado por D. Rodrigo de comandar um dos terços como mestre-de-campo. ; O de Esgueira? Talvez. O capitão, alferes e sargentos de cada companhia foram fornecidos por D. Rodrigo, a quem haviam sido enviadas de Lisboa as patentes respectivas ³.

Foi grande a quantidade de tropas concentradas no Alentejo. Esperava-se que o marquês de Lagañes, official que dispunha de grande fama de valentia, engenho, coragem e experiência, e que por esta fama fôra enviado a governar as armas na Estremadura espanhola, viesse invadir Portugal com o intuito de o conquistar, como proclamava a todos os ventos, e como davam a entender os grandes preparativos que fazia, e o importante exército de que dispunha.

Quando chegaram os contingentes da Beira, já o marquês de Lagañes havia começado a pôr em execução o seu plano, sendo contudo muito infeliz. Veiu com um exército de 8.000 infantes e 3.000 ca-

¹ Doc. LXXVIII. — ² Doc. CXII. — ³ Doc. LXXII.

valos atacar de surpresa, a 20 de junho, a nossa praça de Olivença, governada por D. João de Meneses. A defesa foi heróica, o governador recebeu três graves ferimentos no peito, houve muita mortandade, mas os castelhanos tiveram de retirar para Badajoz com grandes perdas.

Êste desastre quebrou bastante as fúrias de Lagañes, e desvaneceu os seus sonhos de conquista de Portugal. Por isso, na campanha do outono os portugueses não tiveram de se bater em combate campal, como esperavam, nem sequer tiveram de defender praças atacadas pelos espanhóis. Tudo se limitou a escaramuças, em que a adversidade continuou a perseguir as tropas inimigas.

Numa entrada que os nossos fizeram até Talavera-la-Real, sôbre o Guadiana, a mais de três léguas da fronteira, não encontraram resistência; voltaram carregados de grande presa, e passaram à vista de Badajoz, sem que daquela praça buscassem embargar-lhes o passo.

Em breve começa a época das chuvas; as tropas de socorro, que haviam vindo das outras províncias, são licenciadas, e regressam às suas terras. Brás Garcia, se é que então acompanhou ao Alentejo, como creio, os contingentes da Beira, foi, ao que parece, a última vez que abandonou a sua terra, a família e os amigos, para servir o rei e a pátria. Não mais encontro vestígios dêle em campanha, nem em outros serviços da guerra. Os desgostos que teve com a leva de Esgueira devem ter arrefecido bastante os seus ardores.

Além disso ia fazer no próximo fevereiro 53 anos; ; mais de meio século! Vida intensa, acidentada, cheia de trabalhos e de desgostos. As fôrças iam em grande decadência. Sentia necessidade, cada vez maior, de descanso.

Envelhecido antes de tempo, dá por finda a sua vida pública; retira-se definitivamente ao seu Avô, consagrando às Musas, à família e aos amigos os anos de vida que ainda lhe restavam.

VIII

No declinar da vida

Principia no outono de 1648 a decorrer o último período da vida de Brás Garcia Mascarenhas.

Foi na sua vivenda e jardim de Avô que passou a maior parte d'esses oito anos incompletos, cuidando da administração da sua casa, revendo-se na affectuosa e dedicada esposa e nos filhos, que de tempos a tempos iam aumentando em número. A criaçãda punha uma nota alegre, viva e buliçosa na velha babitação, cujos antigos moradores, já bastante palpados pela idade, pelos cuidados e pelas agruras da vida, ouviam com prazer êsse chilrear da nova idade.

Marcos Garcia, o patriarca da familia, soldado retardatário duma legião que passára, tendo atingido em 1648 os oitenta e quatro de idade, lá ia andando com passos vagarosos, mas ainda firmes, no gôzo de velhice alegre e sãdia, labutando sempre, e sentindo-se feliz no meio dos filhos, que o cercavam de carinhos, e dos netos em quem se sentia rejuvenescer. Continuava servindo o officio de escrivão das cisas gerais e dos panos, e não sei se ainda teria por sua conta a antiga fábrica de tecidos.

Dos irmãos de Brás, só a Verónica é que parece ter já a êsse tempo falecido. A última referênciã, que a ela tenho encontrado, reporta-se a 4 de fevebreiro de 1635, em que foi madrinha de um baptizado, servindo de padrinho seu irmão Brás ¹.

Continuavam a viver em comum o Dr. Manuel e as irmãs Maria, Ana, Isabel e Antónia, na mesma casa onde residia seu pai, e o nosso herói.

O padre Pantaleão lá proseguia no exercicio do ministério parochial, no seu priorado de Travanca, donde raras vezes se afastava.

¹ Doc. XXX.

Bem pouca vocação sentia para a vida sacerdotal o irmão Matias. Depois de ter recebido *prima-tonsura* e ordens menores, quando já se aproximava dos 31 anos de idade, como dito fica ¹, passou a fazer mais larga residência em companhia do Pantaleão em Travanca-de-Farinha-Pôdre, onde, não obstante a sua idade ser já bastante afastada da juventude, ia dando desgostos ao irmão com aventuras amorosas. Por fim, depois de tantos anos de vida airada, caiu em si, e resolveu-se a receber ordens sacras, sendo a seguir encarregado de pastorear a freguesia de Anceriz, na qual o vamos encontrar a exercer as funções de cura desde os princípios de setembro de 1647 ². De Anceriz a Avô é perto: por isso Matias vinha muitas vezes passar dias inteiros em companhia do pai e irmãos.

Feliciano Monteiro continuava à frente da sua casa em Anadia, com os seus filhos já criados, duas meninas e quatro rapazes, o mais novo dos quais contava, no princípio do período de que nos ocupamos, 18 anos, e o antecedente, com os seus 20 anos feitos, preparava-se para a sua próxima ordenação, e era já pelos patricios, com grande satisfação da mãe, denominado *o senhor padre Fernando*. Havia anos que ela não voltara a Avô a passar alguma temporada em companhia de seu pai e de seus irmãos, mas mantinham-se por emquanto excelentes relações eutre as duas famílias.

A respeito de Francisco Garcia Mascarenhas, nada mais sei do que deixo dito noutro lugar ³. Desde que se fez frade, cessaram todas as referências a elle. Continuo porém persuadido de que vivia no ascetério do Buçaco; as relações da família avoense dos Garcias Mascarenhas com este convento mantinham-se assíduas, amistosias, e tão íntimas, que dão lugar a me parecer não só verosímil mas bastante provável aquella hipótese. Alguns factos, para exemplo:

— Na casa de Brás havia uma escrava preta de nome Isabel, que andava em constantes caminhadas entre Avô e Buçaco, levando e trazendo encomendas e recados. Nestas idas e vindas passava sempre por Travanca, onde se deixou seduzir por um rapaz da terra, de

¹ Vid. supra, pág. 171.

² No registo paroquial de Anceriz, o primeiro assento, que nos aparece lavrado pelo padre Matias, é de um baptismo administrado pelo padre João Caramelo, por doença do padre Francisco de Queiroz, a 18 agosto 1647; remata assim: — *«e eu P.e Mathias Gr.ª que ora siruo de cura fiz este hoie des de setembro 6.47. — (a) Mathias Gr.ª»*. — Desta redacção se infere que ainda não tinha sido nomeado cura, mas já desempenhava as respectivas funções.

³ Vid. supra. págs. 170-171.

nome João, vindo a ter um filho, baptizado na igreja de Avô em dia de S. João de 1649 com o nome de Marcelino ¹.

— Quando em 1659 os irmãos de Brás Garcia quiseram instituir uma capela para sepultura de família, e para vincular em os seus bens, entenderam-se com os frades do Buçaco, e não com outros (embora ali tivessem a dois passos o convento franciscano de Vila-Cova-sob-Avô), para elles lhes cederem o padroado de uma das capelas da sua igreja conventual; a esta capela vincularam os ditos bens, instituindo com elles um duplo morgado, como a seu tempo se verá ².

— Em fevereiro de 1660, correndo um processo eclesiástico em que era réu o padre Matias Garcia, e havendo necessidade de êste apresentar uma carta inibitória na Relação metropolitana de Braga, para onde fôra interposta apelação, foi por intermédio dos carmelitas descalços do Buçaco remetido o documento aos carmelitas de Aveiro, e por êstes aos de Braga, para o apresentarem na Relação bracaraense ³.

— O padre Pantaleão escolheu em março de 1660 para sua sepultura a igreja do convento do Buçaco, ao qual pagou logo 60000 réis por compra da capela transeptal do lado do Evangelho, onde ficaria sendo a dita sepultura, e prometeu dar mais 20000 réis dentro de um ano, para a fábrica da mesma, e bem assim o cálice de prata e os paramentos da capela de S. Brás, de Avô, que seriam entregues depois da morte de seu irmão Dr. Manuel Garcia ⁴.

Tuão isto são indícios, simples indícios é verdade, mas tão repetidos, que tornam mais e mais verosimil a minha hipótese.



Quando Brás Garcia, no princípio do verão de 1648, partiu para a comarca de Esgueira a organizar a leva de soldados, a pedido de D. Rodrigo, governador da província da Beira, deixára sua mulher em estado de gravidez. Aproximava-se agora, ao regressar da campanha do Alentejo, o nascimento do seu terceiro filho. Não foi um rapaz, mas uma menina, que abriu os olhos à luz na véspera do

¹ Doc. LXXX. — ² Doc. LXXXIX.

³ Consta do respectivo processo, em que foi autor Bernardo Duarte de Figueiredo e réu o padre Matias, por êste o haver chamado *judeu*. Veja-se o processo, existente na Câmara Eclesiástica de Coimbra, a fol. 9 e segg.

⁴ Doc. XCI.

Natal, successo muito festejado de toda a familia, por ser a primeira filha.

Baptizada segundo o uso ao oitavo dia, foi-lhe imposto o nome de Isabel, escolhido talvez pelo pai, recordando com saúdoso reconhecimento a sua fuga épica (¡ já lá iam tantos anos !), em que escapou por milagre da Rainha Santa Isabel, cuja festa se celebrava naquele dia ¹. Quis assim mostrar a gratidão piedosa da sua alma para com a santa Esposa de D. Dinís, a cuja intervenção attribuir a série de circunstâncias fortuitas, sem as quais não seria possível a sua salvação. Era a primeira filha que lhe nascia: deu-lhe o nome da Santa, sua protectora.

Ainda lhe nasceram depois mais três crianças, completando o número de seis filhos: — Quitéria, baptizada a 29 de junho de 1651 ², Brás a 22 de março de 1653 ³, e Maria a 20 de maio de 1655 ⁴. Na sossegada e tranqüila vida da familia avoense, cada um destes nascimentos era festejado como um successo, que nela vinha introduzir mais uma nota alegre de expansão e felicidade.



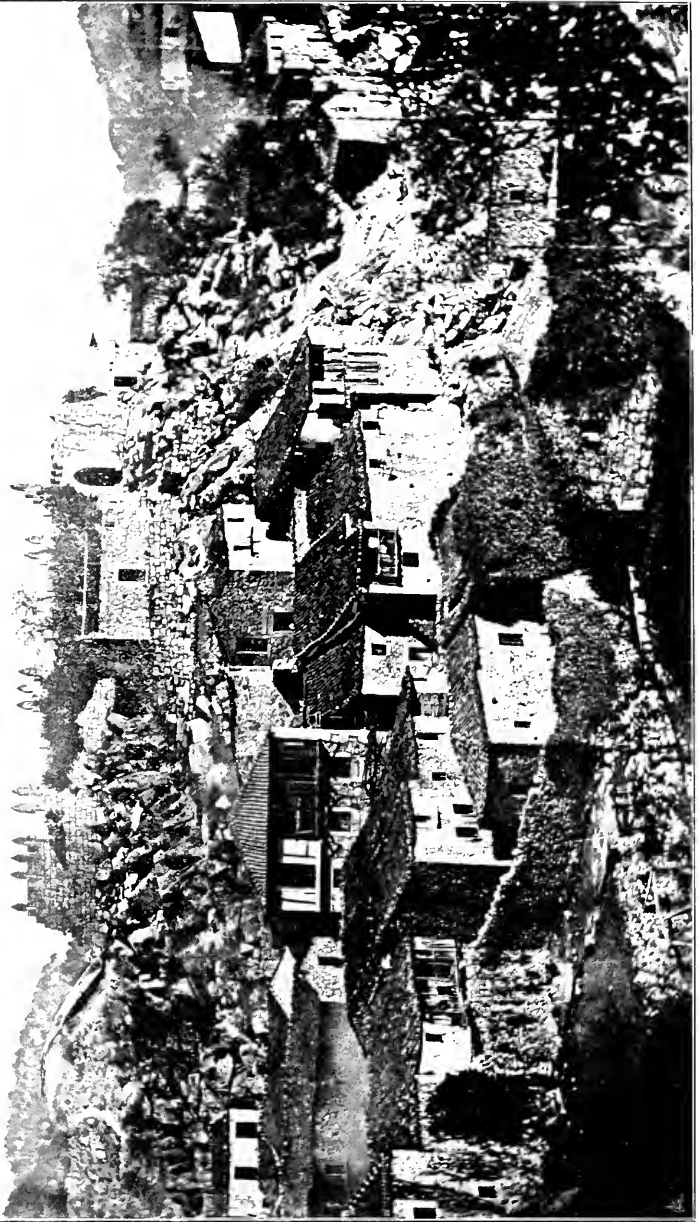
¿ Quais os entretenimentos ordinários do poeta durante êste último período de oito anos da sua vida, passados em Avô? Escusamos de dar largas à imaginação para os conjecturar; êle próprio deixou isso registado no seu poema. Viriato, adormecido naquela mesma região, sonha; e em seu sonhar maravilhoso, transpondo com vista profética longa série de séculos, vê surgir a nobre vila de Avô, e observa as obras importantes nela realizadas por *moderno filho*, que é o próprio Brás. Por último o guerreiro lusitano, atentando nêste,

Repara mais, & vê, que anda cantando
Em numerosos versos seus louvores
Entre jardim, que fez, de quando a quando
Tosando as murtas, & comendo as flores ⁵.

Entram os dois em conversa. Viriato, cheio de interesse, pede ao poeta que lhe conte a sua vida, o que êste faz prontamente, e de mistura com a auto-biografia vai narrando os successos da restauração

¹ Vid. supra, págs. 43 e seg.

² Doc. LXXXIII. — ³ Doc. LXXXVI. — ⁴ Doc. LXXXVIII. — ⁵ V. T., xv, 26.



e os serviços por êle mesmo prestados nessa guerra patriótica. Últimamente acrescenta:

Retiro-me a estes valles, a estas fontes,
A estes frescos jardins, & patrios Rios,
Quando vaõ cheos caço pellos montes,
E nelles pesco quando vaõ vasios,
Contente destes ares, & orizontes,
Sem a corte invejar, passo os Estios,
Pellos Invernos canto teus louvores,
De outra musa melhor merecedores ¹.

Não podíamos desejar testemunho mais autorizado e fidedigno. Os passatempos de Brás eram êstes: — a caça no inverno e a pesca no verão, os passeios pelos arredores de Avô respirando os excellentes ares e admirando os belos horizontes, a jardinagem no pitoresco retiro que arranjàra em frente da sua casa, além do formosissimo lago, e, finalmente, o convívio ameno com as Musas, recitando versos nos mesmos *frescos jardins*, completando, retocando e aperfeiçoando a sua obra poética, especialmente o poema de grande fôlgo que denominara *Viriato Tragico*.

Mas nem assim deixava de lembrar com orgulho as peripécias da guerra, os seus feitos patrióticos, os serviços que prestára. Freqüentes vezes, trepando pela vereda íngreme e tortuosa que dá acesso à porta do castelo de Avô, iria ali avivar saudades dos heróicos tempos de Alfaiates e gozar os *ares e horiçontes*, percorrendo o adarve circundado pela muralha ameada, subindo ao terraço da tórre de menagem, e contemplando de lá, por entre as ameias, o soberbo e encantador panorama ².

¹ V. T., xv, 104.

² Aproveito o ensejo para aqui publicar, convenientemente ampliado, um pequeno cliché fotográfico do castelo de Avô, fixado em 1871 pelo meu bom amigo sr. A. Augusto Gonçálvez, então estudante de preparatórios, por ocasião de umas férias de Natal, passadas em casa de um seu amigo daquela vila, para onde levava uma máquina fotográfica. Por um feliz acaso conservava ainda êsse cliché, embora já bastante deteriorado, e assim devo àquele distinto professor e excelente amigo a oferta desta preciosa reliquia, que, hãbilmente restaurada e ampliada na *Fotografia Conimbrigense* do sr. José Maria dos Santos, agora se reproduz em gravura. Já então as ameias se achavam destruidas em partes, e a muralha tinha pedaços demolidos. Da torre de menagem nem vestígios se divisam na fotografia, porque dela restavam, ao tempo, pouco mais do que os alicerces. Depois tudo desapareceu, demolidas as muralhas, já por particulares já pela obra-

Então, neste declinar da vida, lamentava êle não lhe ter sido possível gozar mais cêdo esta dôce e tranquila existênciã no seu belo cantinho de Avô, e, sem dar por mal empregado o tempo que dedicara à defesa da pátria, à vingança da honra e autonomia de Portugal, deplorava a má fortuna, que desde a juventude o levava para tão longe da verdadeira felicidade. São-lhe bem applicáveis as palavras que põe na bôca de Viriato:

Ay quã tarde a fortuna me declara
 Que a vingança me priva de alegria!
 Quanto ganhey em vos perder trocara
 Por vossa solitaria companhia.
 O não poder sofrer na Patria cara
 Jugo vil, do repouso me desvia,
 Guiando as vagamundas esperanças
 A sangue, estragos, mortes, & vinganças ¹.

Amigos não lhe faltavam: umas vezes, em correspondência epistolar, com êle trocavam impressões, ou o consultavam sôbre assuntos de guerra; outras, vinham de longe gozar a sua companhia, e deliciar-se com a sua conversação alegre, erudita, variada e interessante.

-pública, para o aproveitamento dos materiais em novas construções; esta applicou grande quantidade de pedras do castelo a construir os muros de suporte da estrada distrital n.º 106, que atravessa Avô. Pode confrontar-se o estado do castelo em 1871 com o que dêle restava em 1912, olhando para as estampas que se defrontam nas páginas 78-79 do presente livro. Neste último ano subsistia o arco ogival ou porta de entrada apenas, que felizmente ainda não foi demolido até ao presente, mas que provavelmente qualquer dia desaparecerá. Já depois de 1912, em que recolhi várias fotografias de Avô, algumas publicadas neste livro, a selvajaria municipal, conjugada com a inépcia interesseira dos mandantes da vila, tem-se deleitado a estragar brutalmente muitas das belezas daquela pitoresca povoação. A casa da câmara, representada na estampa da pág. 102, foi desfigurada ignôbilmente, demolindo-lhe o alpendre, arrancando-lhe as interessantes grades de ferro que resguardavam as duas varandas, trabalho bem característico de serralharia do século xvi, estendendo um terraço à frente, e fazendo outras diabruras; as fotografias das estampas fronteiras às págg. 156 e 158 já hoje não podiam ser tiradas, porque andam neste momento a construir um casarão hediondo, não sei se armazem se fábrica, na estreita faixa de terreno que medeia entre a casa de Brás Garcia e o largo do Pégo; etc., etc. ¶ Parece haver o propósito, não só de destruir todas as belezas e atractivos da linda vila, mas também de apagar tudo quanto nela recordava o poeta seiscentista, que tanto a amou e honrou! ¿ Para onde caminhamos nós?

¹ V. T., xiv, 108.

Já encontrámos o general D. Álvaro de Abranches em Avô, hospede de Brás; D. Rodrigo de Castro também o honrava com suas visitas, quando os cuidados da guerra e do govêrno da provincia lhe permitiam alguns dias de descanso; e, como êstes, outros dos muito numerosos amigos, que o admiravam e estimavam, iam fazer-lhe companhia e folgar no seu interessante convívio. Era de vêr a hospedagem affectuosa e fidalga que o poeta lhes dispensava no seu solar ¹.



Vários registos conheço da presença de Brás em Avô durante êste último período da sua vida ²; uma só vez o encontro ausente, e por pouco tempo.

Foi nos fins da primavera de 1653. Teve casualmente de passar por Coimbra, na ocasião em que na Universidade se achava anunciado para muito breve um certame poético, em demonstração de pesar pelo falecimento do príncipe-real D. Teodosio, ocorrido a 15 de Maio ³. O poeta deteve-se na cidade universitária, preparou-se, e

¹ Doc. CXII.

² Doc. LXI, LXII, LXIII, LXVI, LXXXI, LXXXII, LXXXIV, etc.

³ B. MADEIRA DE CASTRO no seu *Breve resumo da vida de B. G. M.*, que precede a 1.ª edição do V. T., diz que isto succedeu *na morte do Senkor Principe D. Duarte*; mas há nesta notícia êrro evidente. O infante D. Duarte, irmão de D. João IV, nunca teve o tratamento de príncipe, que lhe não pertencia, e em 1648, por ocasião da morte dêste infeliz mártir, vítima da fraqueza criminosa do imperador Fernando III, e da infâmia de ministros comprados pelo ouro de Castela, a Universidade não fez demonstrações públicas e solenes, por isso não estar nos usos nem nos estatutos. MADEIRA DE CASTRO equivocou-se evidentemente no nome; quis referir-se à morte do príncipe-real D. Teodosio, primogénito de D. João IV, ocorrida a 15 de maio de 1653, a qual foi profundamente sentida pela côrte e pela nação, e comemorada em demonstrações solenes de luto e de pesar pela Universidade, segundo consta das actas dos claustros-pletos reúnidos para êste fim em sessões successivas, a primeira das quais foi a 21 de maio e a última a 22 de julho. (A. U., *Conselhos*, vol. 23, liv. 1.º, fls. 73 v.º-76 v.º). O rei, logo no dia immediato à morte do príncipe, participou à Universidade o lutuoso acontecimento na carta seguinte: — «Reitor amigo, lentes, conselheiros e deputados da Universidade de Coimbra. Eu El Rey uos enuio muito saudar. — Ontem ás dose e meya do dia, foi Deos seruido levar para sy o Principe Dom Theodosio meu sobre todos muito amado e prezado filho, de que fico com sentimento igual a perda que recebeo este Reino na falta de hum Principe tão cheo de todas as uertudes, de que me pareceo auizaruos, para que me ajudeis a encomendar a Deos sua alma, e para que conforme ao costume em semelhantes occasiões ordeneis se fação officios, suffragios, Missas, E

apresentou em concurso *hũa nova esquipação de poema vulgar, que de todos os lados se lia com diversos sentidos, & todos certos na medida, & animados com epigrama ao intento, que intitulou «Laberintho do Sentimento»* — Pello qual poema lhe julgou, sem opposição de outro aventureiro, a Universidade o primeyro, & melhor premio, sendo mayor o da fama, que adquirio excedendo os raros engenhos, que illustrarão esta Athenas Lusitana, calificando-se por não menos favorecido de Marthe, que mimoso de Apollo ¹.

Vê-se pois que o poeta, que escrevera —

Nota do Alva a tragica Poesia
Desprezada em sua margem deleytosa,
Porque entre variedades tão confusas
Quem ama as armas, poem de parte as Musas ²,

— agora, postas de parte definitivamente as armas, consagra-se principalmente às Musas, aproveitando todos os ensejos para se deliciar no seu convívio.

Foi durante êste período que êle mais se occupou nos retoques do *Viriato Tragico*, já precedentemente redigido, para o levar a estado de merecer as honras da publicidade.

orações pello bem de sua alma, E aos lentes e officiais dessa Uniuersidade deueis tambem Ordenar tragão luto, roupeta, carapuça E capuz serrado por tempo de trinta dias, que abrirão passados elles, aliuirão aos seis mezes, e tirarão de todo ao anno; Espero do amor que tendes a meu seruiço, e da boa uontade q̄ uos tinha o Principe uos hajais nesta occasião de man.^{ra}, que tenha aliuiu de saber nella uosso procedimento. Escrita em Alcantara a 16 de Mayo de 1653. — (a) Rey : : ~ — P.^a a Uniuersidade de Coimbra — (A. U., *Proviçoens antes da nova fund. da Univ.*, vol. III, fol. 431). — As grandiosas manifestações de pesar realizadas pela Universidade foram agradecidas na seguinte carta régia: — «Manuel de Saldanha Reitor amigo, Deputados, Lentes, E conselheiros da Uniuersidade de Coimbra. Eu El Rey uos enuio muito saudar. — Pella uossa carta entendi o animo E a grandeza com que se ouue essa Uniuersidade nas demonstraçoens de sentimento pello falecimento do principe D. Theodosio meu sobre todos muito amado e prezado filho que Deos tem, e nos officios e suffragios com que ajudou sua Alma; tudo lhe agradeço muito, e tudo he muito conforme, ao que sempre experimentei do amor E lealdade dos sojeitos que nella me seruem, ainda em menores occasiões; quando se offerecerem de lhes fazer mee, me será muito prezente este seru.^{co}, entre os mais que tenho recebido delles, de que sempre terei a deuida lembrança, E assy lho direis em meu nome a todos, E mais particularmente aos que nesta acção tiuerão mayor parte. Escrita em Lix.^a a 10 de Julho de 1653. (a) Rey : : ~ — P.^a a Uniuersidade de Coimbra. — (A. U., *ibid.*, fol. 435).

¹ Doc. CXII. — ² V. T., XIV, 81.

Em diversos cantos se encontram vestígios cronológicos. Por êles não só conhecemos a época em que Brás Garcia resolveu escrever êste poema heróico, mas também temos indicações de quando foram redigidas algumas das suas partes, na forma em que actualmente se encontram.

Quando preso no Sabugal, isto é no ano de 1642, é que o poeta, levado por inspiração patriótica, concebeu a ideia de o escrever. Diz êle na conversa que finge ter com Viriato, comandante dos lusitanos:

Agradece a meu tragico Planeta,
E a viis emulos meus este cuydado,
De por Patricio teu, querer louvar-te,
Pois quando prezo, emprendi cantarte ¹.

Depois não o escreveu continuamente, mas aos poucos e com largos intervalos, ocupados nos serviços da guerra. Era o seu agradável entretenimento nos períodos de descanso passados em Avô. Êle mesmo o diz ao caudillo lusitano:

Entre o rumor de Marte estrepitante
As horas, que me deyxas, te concedo,
Que a cantarte na paz, mais elegante
Estilo ornàra tão capaz enredo ².

As operações da guerra realizavam-se geralmente nas estações de transição, primavera e outono; o estio e o inverno passava-os de ordinário em Avô: mas era na rigorosa estação hiemal que êle mais se ocupava do poema, segundo refere numa estância ³, já há pouco transcrita ⁴.

La alternando esta occupação literária com os cuidados de jardina-gem próprios do inverno — tosar ou espontar as murtas, plantar, podar e concertar as roseiras e outras plantas floríferas — como êle refere no primeiro quarteto de uma estância ⁵, que me dispense de aqui copiar, por ficar transcrito em dois lugares ⁶.

Fôra nos anos de 1644 e 1645, que desenvolvera maior actividade na elaboração do poema. As estâncias, em que se encontram referências a factos occorrentes, ou havia pouco occorridos, mostram isto com sufficiente clareza.

No canto v, estância 14, há uma alusão expressa ao livro III,

¹ V. T., xv, 105. — ² Ibid., 106. — ³ Ibid., 104. — ⁴ Pág. 331. — ⁵ V. T., xv, 26.

⁶ Vid. supra, pág. 153 *post. med.*, e pág. 330.

cap. 1 da obra *Successos militares das armas portuguezas*, do Dr. João Salgado de Araújo, livro que saiu a público depois do meado de dezembro de 1644, como se vê das datas das respectivas licenças, que traz à frente. Essa estância é portanto posterior a esta época.

Lêem-se na est. 20 do canto VII êstes versos :

Marchaõ daqui a Burdua, agora Ouguella
Neste mez, em que escrevo, em vam tentada
De Carlo Carachiola, porque della
Se retirou sua Gente destroçada.

Essa frustrada tentativa castelhana, para tomar de surpresa Ouguella, deu-se na manhã de 9 de abril de 1644¹; corria pois ainda êste mês, quando Brás Garcia escreveu aqueles versos.

Foi neste mesmo ano de 1644 que o poeta escreveu a estância 5 do canto XII, onde deixou consignado o enredo de amor e justiça em que andava envolvido havia dez anos, desde 1634.

É nas estâncias 59-62 do canto XIII, que vem referida, como fica dito, a campanha da Estremadura espanhola no outono de 1643, no fim da qual o poeta sofreu grave doença; não foram escritas portanto antes do princípio de 1644.

A comemoração epitalâmica do casamento do poeta, que se lê no canto XIV², é sem dúvida de 1645, embora nesse canto se encontre³ uma referência entusiástica à excelente retirada de Badajoz, ocorrida em 1643.

Temos de atribuir a redacção do canto XV, em cujas últimas três estâncias o poeta se nos apresenta a alternar os trabalhos da guerra com os escassos mas muito deleitosos descansos de Avô, no período que decorre de 1644 a 1648.

Vê-se pois que, ao principiar o periodo final da vida do poeta, em que, já livre das agitações intensas da guerra, os dias lhe decorriam tranquilos e sossegados, estava já muito adiantado o *Viriato Tragico*. Os trabalhos viriatinos, nesse período realizados por Brás, terão sido passagens de lima, obras de retoque e aperfeiçoamento, mais do que de redacção primeira.

Infelizmente Brás Garcia não poude ultimar êste trabalho de corrigir e polir o seu poema para a impressão,

Que atalha a morte muyto bons intentos⁴.

¹ *Successos militares*, fl. 225 v.º; — *Portugal restaurado*, liv. VII, pág. mihi 459.

² Est. 43-99. — ³ Est. 8. — ⁴ *V. T.*, X, 130.



Não se cuide porêem que tudo foi sossêgo e quietação neste declinar da vida do nosso Brás Garcia. Alguns desgostos vieram ainda perturbar a sua tranquilidade. Mas, antes de falarmos dêsses dissabores, temos de retroceder alguns anos, para tomarmos conhecimento do que originou os que mais o incomodaram.

Em 1641, a 8 de fevereiro, celebrou-se em Avô, na capela de Nossa Senhora do Mosteiro, o casamento de D. Maria Jácome de Mendonça, filha de Simão Madeira da Costa, irmão da que veio em breve a ser sogra de Brás, com Bernardo Duarte de Figueiredo, sargento-mór da vila de Pombeiro¹. Brás Garcia não assistiu a êste casamento, porque andava então, em companhia do general-governador da Beira D. Álvaro de Abranches, por Viseu, Trancoso e Pinhel; mas parece que mais ou menos interviera nas negociações preliminares, sendo-lhe atribuída grande parte das responsabilidades de tal união.

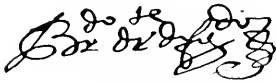
Ora, uma vez introduzido na sociedade de Avô, Bernardo Duarte, que era vivo, esperto, gracioso e insinuante, principiou a colocar-se em evidência, a captar simpatias, e a apresentar a sua candidatura aos empregos principais da terra, não só aos de eleição popular, mas também a alguns de nomeação. Assim foi dentro em pouco, além doutras cousas, alferes da milícia de Avô, e juiz ordinário da vila e seu termo; conseguiu mesmo servir alguns cargos da igreja, reputados nobres. Por fim já era também tabelião do público e judicial nas quatro vilas de Avô, Vila-Cova, S. Sebastião-da-Feira e Nogueira-do-Cravo.

Não tardou o tempo em que algumas pessoas das famílias principais avoenses se sentiram deprimidas, vexadas por êste ambicioso recém-vindo. Foram-se avolumando os ressentimentos, e por fim degeneraram em ódios profundos. Em terreno assim hostil, qualquer semente de descrédito germinaria e não tardaria a frutificar.

Aí por 1650 começou a correr o boato de que Bernardo Duarte de Figueiredo era cristão-novo, e que alguns ascendentes e colaterais seus, lá das bandas de Mortágua, haviam sido condenados pela Inquisição por judaizantes. Isto, que a principio se murmurava à bôca pequena, já por último se dizia em alta voz. Quando a murmuração

¹ *Not. geneal.*, III, vi a.

se tornou pública, a prosápia dos Madeiras da Costa sentiu-se ferida gravemente por ter caído tal labeu sôbre a família, que, apesar dos boatos em contrário, orgulhosamente se jactava da limpeza e nobreza



Assinatura
de Bernardo Duarte de Figueiredo ¹.

imaculada do seu sangue. Brás Garcia, então já casado com D. Maria da Costa Fonseca, prima inteira da mulher de Bernardo Duarte, sofreu grandes dissabores com tudo isto,

especialmente por se lhe atribuirem responsabilidades no casamento dêste ².

Nas acusações ao poeta deve-se ter salientado a sogra, cujo ódio velho andava um pouco atenuado, mas que, reacêso agora, não deixaria de se traduzir em remoques e censuras ao genro, por haver concorrido para lhe ser conspurcada a família com enxertia tão danosa. O aborrecimento de Brás Garcia, por esta atitude hostil e impertinente de D. Maria Madeira da Costa, revela-se nos dois versos seguintes, introduzidos no poema por esta ocasião, segundo conjecturo:

.....
Bella sem tacha, rica sem ter sogra,
Partes, que buscão mil, & nenhum logra ³.

Tudo isto não era segrêdo para Bernardo Duarte; e bem sabia êle que um dos principais e mais acirrados acusadores da sua honra era o padre Matias Garcia.

No ano de 1652 houve em Avô umas eleições muito renhidas, em que se interessavam, por um lado o Figueiredo, por outro o padre Matias com vários conterrâneos. Mais se azedaram os ânimos na luta eleitoral, chegando a irritação ao cúmulo ⁴. É natural que Brás se não envolvesse em tais galopinagens, que êle detestava:

Já os votos de então se subornavão,
Pellos possantes, em despreso, & dâño
De muytos benemeritos de fóra;
Mal hê de então, que se experimenta agora ⁵.

Por essa ocasião, quando mais exaltadas andavam as paixões, foi

¹ Na fôlha-corrida, junta ao processo para a ordenação de menores de Tomás Garcia Mascarenhas, na qual Bernardo Duarte, como tabelião de Avô, certifica a ausência de culpas a 9 de maio de 1664.

² Doc. LXXXV. — ³ V. T., III, 58. — ⁴ Doc. LXXXV. — ⁵ V. T., v, 31.

um dia o Bernardo a cavalo à freguesia de Anceris; ao chegar perto da aldeia, encontrou-se com o padre-cura Matias, que, vindo para Avô, seguia o mesmo caminho em sentido oposto. A explosão de ódios era fatal. Ao passarem um pelo outro, aos ouvidos do Figueiredo soou a palavra *juden*, rosnada em tom abafado pela raiva. Não foi preciso mais. Apenas ouve tal epíteto, salta do cavalo abaixo, e vibra uma chicotada à cara do Matias, que era valente e destemido, e que responde à violência com violência, desafrentando-se. Isto sucedia à vista de Anceriz, sendo observado por gente, que acudiu logo. À aproximação de pessoas estranhas apartaram-se, um montou a cavalo e seguiu o seu caminho, o outro, a pé, veio para Avô, causando grande escândalo o vergão do chicote que se divisava no rosto do padre ¹.

Seguiram-se dois processos eclesiásticos perante a cúria episcopal de Coimbra: um contra Bernardo Duarte de Figueiredo pelo crime de sacrilégio, gravemente punido pelo canon *Si quis, suadente diabolo*; outro contra o padre Matias Garcia pelo de injúria e difamação.

O escândalo aumentava, e Brás Garcia Mascarenhas, que se conservou até ali estranho a tais lutas e paixões, interveiu então, procurando evitar que as querelas prosseguissem ². ? Quem sabe se a doutrina exposta na seguinte estância, resume alguma das falas do poeta a Bernardo Duarte, procurando convencê-lo a pôr ponto final no processo e a desistir da acção, sob promessa de idêntico procedimento de Matias ?

Perdoar as injurias, que nos tocão
 Muyto na honra, obra hê meritoria;
 Opiniões a vingalas nos provocão,
 Porque hé toda opiniaõ cõmum vangloria.
 Quantos descanços por trabalhos trocaõ
 Notoriamente, os que sem notoria
 Afronta, vingam os seus pontinhos de honra!
 Que hà hum genero de honra, que deshonra ³.

Mas o argumento não colhia, e tal desistência era impossível. Bernardo Duarte de Figueiredo carecia de esclarecer a sua situação, para não continuar sob a suspeita formidanda de trazer nas veias sangue de infecta nação; e êsse esclarecimento público e solene tornava-se tanto mais indispensável, quanto era certo que parecia haver fundamento para as acusações de seus inimigos.

¹ Docc. LXXXV e XCVIII. — ² Doc. LXXXV. — ³ V. T., VII, 2.

Houvera na sua familia uma mulher, vinda dos lados do Pôrto, chamada Ambrósia de Figueiredo, que tinha fama de cristã-nova, e cuja filha Brites de Figueiredo, prima co-irmã de Catarina Gomes da Silva, mãe de Bernardo Duarte, chegou a estar presa nos cárceres da Inquisição, e saiu confiscada e sambenitada, assim como seu marido Mateus Fernandes, de Vila-Gosendo; dois irmãos dêste foram queimados, e Ambrósia de Figueiredo, filha do Mateus e da Brites, e portanto segunda prima do dito Bernardo de Figueiredo, que ainda continuava usando o mesmo apelido, foi também queimada em um auto-de-fé.

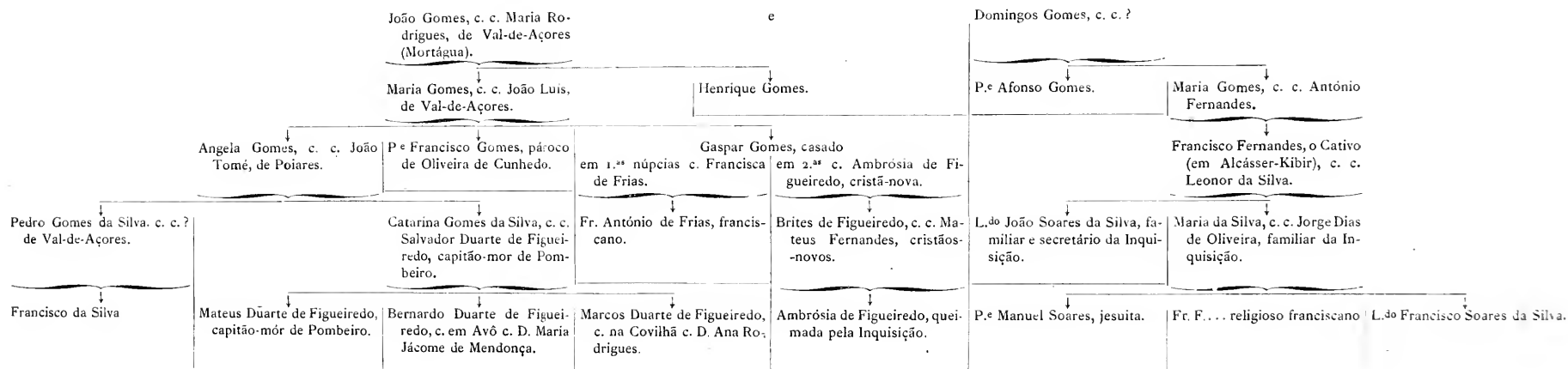
Veja-se pois que sudário êste, e se Bernardo Duarte tinha ou não necessidade de se expurgar de tal labeu. ; Era o perigo de, tanto êle como os seus, de um momento para o outro, se verem a contas com o tribunal do Santo Officio, e, talvez, depois dos tormentos do estilo, terem de figurar de carocha e sambenito em algum auto-de-fé; era ainda o vexame de se sentirem segregados da bôa sociedade, repelidos por toda a gente, pelo *foetor judaicus* que dêles emanava, bem mais repugnante do que as pústulas da lepra! Não havia pois outra solução, que não fôsse ir por deante o processo contra o padre Matias, no qual Duarte de Figueiredo trataria de demonstrar a pureza e limpeza do seu sangue, por forma que a sentença, que condenasse o réu, fôsse ao mesmo tempo reabilitadora do autor.

E assim sucedeu.

Conheço todo êsse processo, por se encontrar na câmara eclesiástica de Coimbra, apenso a um outro processo, que correu para a ordenação do Dr. Matias Jácome de Figueiredo, que foi denunciado como cristão-novo, impedimento que obstava à sua ordenação, e de que êle teve de se justificar com as sentenças pronunciadas a favor de seu pai Bernardo Duarte de Figueiredo. Provara êste, como autor, que a Ambrósia de Figueiredo, oriunda das bandas do Pôrto, de quem provinha o sangue impuro, não era sua ascendente, nem com êle tinha relação alguma de consanguinidade, apesar da identidade do apelido. Fôra casada (; infelizmente !) com um irmão de sua avó materna Angela Gomes, chamado Gaspar Gomes; mas êste seu tio-avô era de muito bom sangue, e tanto que, tendo sido casado em primeiras núpcias com Francisca de Frias, dêsse matrimónio houve um filho, o padre Fr. António de Frias, franciscano, prégador de grande nomeada, sôbre o qual jamais incidira suspeita alguma. A infelicidade do seu segundo matrimónio é que lhe conspurcou a descendência, sem que daí resultasse infâmia para seus irmãos, o padre Fran-

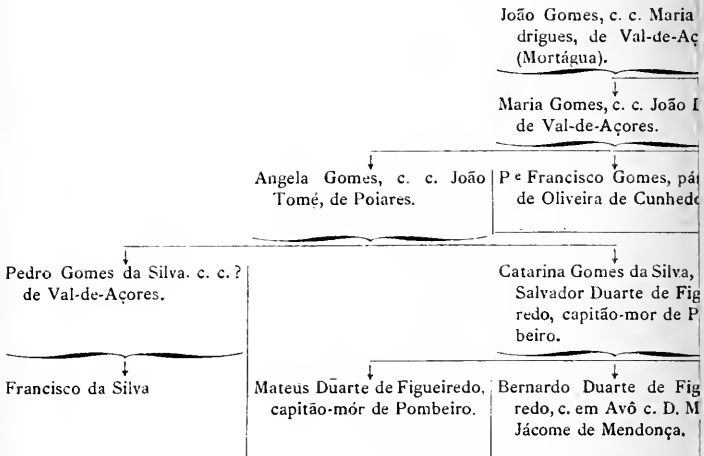
ESQUEMA GENEALÓGICO DA FAMÍLIA MATERNA DE BERNARDO DUARTE DE FIGUEIREDO, DE POMBEIRO,
 ENLAÇADA COM A DOS FIGUEIREDOS, CRISTÃOS-NOVOS DE VAL-DE-AÇORES, DONDE ÀQUELA RESULTOU RUMOR, EMBORA INFUNDADO, DE SANGUE JUDAICO,
 O QUE DEU LUGAR A PROCESSOS RUIDOSOS, E ORIGINOU GRAVES DESGOSTOS A BRÁS GARCIA MASCARENHAS (Pág. 341)

Nos fins do século xv residiam em Santa-Comba-Dão, donde eram naturais, dois irmãos :



ESQUEMA GENEALÓGICO
 ENLAÇADA COM A DOS FIGUEIREDOS, CRISTÃOS
 O QUE DEU LUGAR A PROCE:

Nos fins



cisco Gomes, pároco de Oliveira-de-Cunhêdo, e a dita Angela Gomes, avó dêle autor, nem para os descendentes desta ¹.

Podem lêr-se algumas das principais peças do processo na colecção de *Documentos*, que servem de apêndice a êste trabalho ². A causa arrastou-se pelos tribunais eclesiásticos durante largos anos. 'Em todas as três instâncias saiu condenado o réu e justificado o autor; mas, quando a última sentença foi pronunciada, em março de 1666, já o réu era falecido.

Ora esta pendência tão grave entre seu irmão e o marido de uma prima inteira de sua mulher, e as responsabilidades que lhe eram atribuídas, devem ter preocupado e magoado muito o nosso Brás, nos últimos anos da sua vida.



Em 1654 novo desgosto o vem ferir. Seu pai viera gozando velhice sãdia, alegre e bem equilibrada, até ao fim do verão dêste ano. Seus filhos estremeciam-no, e o poeta não seria uma só vez que lhe recitaria o elogio da velhice, que a propósito do ancião Lícias inserira no canto III do *Iriato Tragico*. Diz assim:

He a velhice hum mal, que debilita
A toda a cousa, que animada crece;
Ao rico enoja, ao pobre necessita,
Gasta a belleza, as forças infraquece:
As arvores robustas decrepita,
As feras vigorosas intorpece,
Erva lhe não escapa, ou flor suave,
Nadante peyxe, ou volátil ave.

He com tudo, por sabia, respeitada,
Que muyto importa do astuto velho
Em qualquer occasião calamitosa,
Que se offreça, o maduro, & bom conselho.
A idade respeitada, a barba annosa
Hê da verde puericia claro espelho
A quem se humilha, contra quem não ousa
O sangue pueril, que não repousa.

O vinho velho sempre hé mais cheyroso,
Dos corpos [não do meu] alegre amigo:
Quanto hé mais velho o barbo, mais gostoso,
E do azeyte hé melhor o mais antigo.

¹ Veja-se a árvore genealógica em frente.

² Doc. LXXXV.

Sempre Exercito velho hê temeroso,
 Que velho Terço estraga ao Inimigo;
 E velhos chama a Guerra, ou Veteranos
 Aos expertos, que são moços nos annos.

O pãno, seda, ouro, telaria,
 Que a velha idade tanto não prezava,
 Quando de tudo menor copia avia,
 Era muyto melhor, menos custava:
 Desce em bondade, sobe de valia,
 Quanto não basta hoje, então sobrava;
 Porque exemplo dos velhos não tomamos
 De cada vez de mal em peor vamos.

Era Lisias velho, era sezudo,
 Que há velhos, que caducão com a idade;
 De robusto vigor, de ingenho agudo,
 De pouco fausto, & grande authorityade:
 Com ella o Auditorio tinha mudo,
 Quando com repousada gravidade
 A boca abrindo, & a cabeça erguendo,
 Com voz clara, & pausada foy dizendo¹. *Etc.*

No principio do outono dêste ano, com grande sentimento da família, falece o velho patriarca dos Garcias de Avô, quando ia fazer 90 anos de idade.

O provedor da comarca da Guarda, a cuja circunscrição pertencia o concelho de Avô, apressa-se a dar logo parte, para a côrte, da vaga do officio de escrivão das cisas gerais e dos panos desta vila, havia 60 anos servido por Marcos Garcia *com muita satisfação, sem nunca cometer erro*; e propõe que no mesmo officio seja provido o filho Brás Garcia Mascarenhas. Não se demora a expedição da carta régia de provimento ou nomeação, datada de 2 de novembro do mesmo ano², e o agraciado entra na posse do cargo, que bem modesto era, e que pouco tempo veiu a gozar.



Com maus agouros entrou o ano de 1656.

Principiou ao sábado, dia dominado pelo fatidico planeta Saturno, o *meu trágico Planeta*, como lhe chamava o poeta Brás³, pelo facto de ter nascido ao sábado. Pior do que isso:—era ano bissexto.

A 11 de janeiro (terça feira — ; mau dia !), achando-se o sol na

¹ V. T. III, 3-7. — ² Doc. LXXXVI. — ³ V. T. xv, 105.

casa do Capricórnio (¡ tudo isto coincidências funestas !), a lua-cheia, pouco depois de nascer, principiou a tornar-se *cris*, e quase toda a sua face foi coberta por véu de sombra nefasta.

Como se êste sinal não fôsse ainda bastante para aterrar a gente simples, bem como a naturalmente predisposta a superstições, decorridos apenas quinze dias, na quarta-feira 26 de janeiro, quando o sol já havia entrado na casa do Aquário, eis que êle mesmo, o astro do dia, a meio do seu curso sôbre o horizonte, oculta parte do disco; e em Avô algumas pessoas afirmavam ter visto no interior das casas pequenas imagens da lua em quarto crescente ou minguate (neste ponto havia divergência de testemunhos), estampadas a luz onde quer que um feixe de raios solares, penetrando por qualquer orifício, fôsse beijar a parede fronteira ou o pavimento. Triste ocorrência ia dar-se, para assim se mostrar em parte

Occulto o Rey dos lucidos Planetas ¹.

¡ Maus sinais ! ¡ maus agouros ! ¿ Que desgraça iria succeder ?

Brás, espirito animoso e forte, esclarecido com a illustração do seu tempo, não devia deixar-se avassalar por temores pueris e infundados, nem dar a fenómenos naturais significação de avisos sobrenaturais de desgraças iminentes. Parece que a superstição devia ser incompativel com a illustração; mas é certo que muitas vezes se encontram irmanadas em convívio híbrido. O nosso poeta havia nos últimos tempos decaído muito, física e moralmente. Quão diferente se encontrava do que era na época em que (já lá iam cêrca de 15 anos) repreendeu severamente, no arrabalde de Almeida, os seus soldados, por se deixarem assustar com um enorme meteoro luminoso, que rasgou larga estrada de fogo na atmosfera, em frente e muito perto dêles ².

A crença em preságios, em avisos do céu, em profecias populares, teve-a êle sempre, como a teem tido muitos espiritos illustrados e superiores. ¡ Fôsse lá alguêm dizer-lhe que a restauração de Portugal não estava de há muito predita nas profecias do sapateiro Bandarra, cuja sepultura êle com devoção visitou em Trancoso, juntamente com o general e restante officialidade do exército da Beira, consagrando-lhe a memória com uma campá votiva ! ³

¹ V. T. x, 66.

² Vid. supra, pág. 216. — ³ Ibid., pág. 208.

Às *profecias* bandárricas do século xvi, alusivas a *D. fuão*, que os patriotas do século xvii hábilmente transformaram em *D. João*, encontra-se referência clara e precisa nas estâncias seguintes:

Antiguas prophecias, bem que escuras
Notadas¹ de prudentes curiosos,
Por entre a confusão das desventuras
Huns longes trasluzião venturosos.
Porém sendo em propheticas figuras
Os alvos de acertar dificultosos,
Tendo perto de si o a que atiravão,
Como cegos sem luz, todos o erravão.

Abrio-lhe os olhos a necessidade,
Ajudou a ocasião o intento honrado,
Tantalo a vista da Real Cidade,
Pondo o futuro Rey prophetisado.
Que a gosar agoa, & fruta se persuade,
Mas vendo seu intento mal logrado,
Precursor de si mesmo se publica,
O nome o diz, o tempo o verifica?

Acreditava também piamente nos *preságios* ou sinais do céu, favoráveis à restauração, cujas narrativas corriam de bôca em bôca e se espalhavam em fôlhas volantes; postas em versos de pé quebrado as noticias de tais portentos, os cegos cantavam-nas pelas provincias ao som das suas violas, ai pelos anos de 1641 e seguintes, o que muito contribuía para levantar o espirito do povo e acender os ardores patrióticos. A tais preságios se refere o poeta nestes versos:

Presagios mil celestes, & terrenos,
Por hûas, & outras partes repetidos,
Estavaõ prometendo, quando menos,
Grandes mudanças, Reynos divididos³.

Antigamente porém Brás Garcia, embora acreditasse nessas cousas, reagia e não deixava que a superstição se apossasse dêle e o dominasse; mas agora, gasto pela idade e pelos trabalhos, achava-se nesse estado em que os espiritos mais fortes sossobram e caem. Via por toda a parte multiplicarem-se os preságios calamitosos, sinais vários, insólitos, de significação aterradora; e deixava-se succumbir.

¹ *Notada*, tem a 1.^a ed., erro manifesto, emendado na 2.^a.

² V. T. xv, 74-75. — ³ V. T. xv, 76.

Suponho que os sinais fatídicos, que o poeta descreve no canto final do *Viriato Tragico*, como precedendo a morte do herói lusitano, são os que êle, com a sensibilidade super-exaltada, com a mente ofuscada por apreensões indefinidas, inexplicáveis, ia observando no declinar da vida, ia registando, e que deixavam no fundo da sua consciência um receio vago, um mal-estar incompreensível, um presentimento doloroso da proximidade da morte. Eram factos naturais, que em outro tempo não mereceriam reparo, mas que agora recebiam essa interpretação nefasta; pois

Que de desditas, que inda estam secretas,
Sam sempre os corações grandes profetas ¹.

Façamos uma leitura atenta dessas passagens, começando pela invocação à Musa:

Inspira em mim, pera chorar cantando,
Harmonia de Cisne lastimosa,
Que suas proprias exequias celebrando,
Morrendo entoa musica saudosa ².
.....

¿ Não parece que o poeta, indo falar da morte de Viriato, por um fenómeno que nele não é raro, segundo temos várias vezes notado, vê sobrepor-se e confundirem-se duas imagens distintas, uma antiga e outra moderna, ou, melhor, vê repentinamente e sem transição substituir-se à antiga imagem, que estava focada, a moderna, passando, sem se saber como, a falar de si mesmo, para um pouco adiante se achar novamente, e sem solução de continuidade, a tratar do chefe lusitano? ¿ Pois não pede êle à Musa que lhe inspire um canto lacrimoso, como a *harmonia lastimosa de cisne*, que ao morrer *celebra em musica saudosa as suas proprias exequias*? ¿ Quem é aqui o cisne? ¿ quem é que vai cantar essa harmonia lastimosa? ¿ não é o poeta? ¿ mas então as exequias que vai celebrar são as de Viriato, ou as do próprio poeta moribundo?

São evidentemente as de Viriato; há porém aqui, como em muitos outros lugares do poema, uma confusão propositada de pessoas, do tipo com o antitipo, do ideal antigo com a realidade actual, da figura com o figurado. Na vida e acções do caudilho dos lusos e dos seus companheiros, a defenderem a pátria contra a oppressão romana, o poeta

¹ V. T. xx, 79. — ² V. T. xx, 2.

quis celebrar disfarçadamente a sua própria vida e acções, e as dos outros patriotas, consagradas à defesa de Portugal contra o domínio castelhano. Daqui as confusões freqüentes, que por vezes temos notado. Não é pois estranhável que o poeta, descrevendo os preságios de mau agouro que finge precederem a morte de Viriato, fôsse nessa descrição introduzindo factos impressionantes que ia observando nestes últimos anos, e aos quais, mesmo sem querer, talvez com revolta da sua razão, por uma obsessão supersticiosa, por uma fraqueza a que nem os mais fortes escapam, quando chega a decadência da vida, dava significação presaga da sua morte, cuja proximidade *não via*, mas presentia. Elle mesmo lamentava :

Desdita humana hê, que perto estejam
Da morte os homês, & que não a veção ¹.

Se isto assim é, como suponho, Brás Garcia nos últimos tempos da existência passava uma vida triste e atribulada, vendo no céu do seu Avô, nos montes que o circundam, nas fontes, vales e rios que o embelezam, nas árvores, nas flores, nas aves, nas ovelhas, que tantas vezes cantara em seus versos e que tanto prazer lhe davam outrora, nas pessoas de família e nos amigos, que muito estremecia, repetidos avisos tétricos, constantes anúncios fatais, de que a vida lhe ia terminar brevemente.

Seja o poeta, quem fale :

.....
O Ceo cuberto de nocturno luto
Parece que sua morte lhe revela,
E que dela presago o moço louro
Avaro à terra 'oculta o monho de ouro.

Os patrios montes, asperos gigantes
Pellos olhos das fontes o choravão :
As plantas braços seus tremendo amantes
Parece que de longe lhe acenavão ;
Entre seus pês nos valles retumbantes
As agoas temerosas se queyxavão,
Sendo agoas, plantas, montes, fontes, valles,
Preságios tristes dos futuros males.

As flores, como infermas de advertidas
A se murcharem presto se condenão ;

¹ V. T. VII, 97.

As Cafilas volateis encolhidas
 Com os bicos as penas desordenão ;
 As ovelhas das ervas esquecidas
 Aos ares bálão, porque não serenão :
 Que ares, ovelhas, ervas, flores, & aves,
 Retratando-lhe estaõ prodigios graves.

As terras, em que mais o festejavão,
 Com tristeza mayor o despedião,
 Porque todos os rostos se enfiavaõ,
 Todos os olhos lagrimas vertião :
 Os coraçõs nos peytos se alteravão,
 As lingoas ao falar lhe immudecião ;
 Que lingoas, coraçõs, olhos e rostos,
 Adivinhão sua morte, & seus desgostos ¹.



As apreensões do nosso herói realizam-se enfim. O sol entrara no signo do Leão; as canículas principiaram destemperadas, com excessivos calores, mais próprios da zona tórrida, do que daquela região tão amena.

Brás sente-se doente, e recolhe à cama.

É chamado o vigário Roque Dias de Matos, para confessar e viaticar o doente. A familia, assustada, cerca-o de carinhos, e applica-lhe quantas mēzinhas a arte medicante aconselha. nenhuns cuidados porêem conseguem suster o progresso da doença.

Na terça feira (; dia aziago!) 8 de agôsto do referido ano da Graça de 1656, quando a lua caminhava para o quarto minguante (; péssima fase!), na sua casa de Avô, e no quarto cuja rasgada janela ainda hoje se encontra guarnecida com o mesmo parapeito de ferro, que nesse tempo a ornava, contemplando da cama, onde jazia, o formoso lago do *Pégo*, que êle tanto amava e tão entusiasticamente cantara em seus versos — ali, cercado de sua mulher, de seus cinco filhinhos, pois o primogénito era falecido, e de suas quatro irmãs que viviam com êle, tendo junto da cabeceira o irmão Dr. Manuel Garcia, que na sua qualidade de sacerdote e capelão da familia lhe ministrava os últimos socorros espirituais acolitado pelo outro irmão, o padre Matias, exalou o último alento Brás Garcia Mascarenhas.

Assim desapareceu desta vida, na idade de 60 anos, 6 meses e

¹ V. T. xx, 8-11.

5 dias, o maior de todos os filhos da fidalga, pitoresca e encantadora vila de Avô — grande patriota, grande soldado, grande poeta.

.....
 Saudoso accento, grave retumbando
 Console com piedade artificiosa
 A viuva Patria, que tal filho perde,
 Convertendo em cypreste o louro verde ¹.

Foi sepultado na igreja paroquial de Nossa Senhora da Assunção de Avô, em sepultura rasa e comum, sem qualquer sinal ou inscrição que a distinguisse. Passados anos ninguém podia informar onde paravam os seus ossos.

Nem o vigário da vila cumpriu o dever de lavrar o respectivo assento de óbito; esqueceu-se. Felizmente Bento Madeira de Castro teve conhecimento da data da morte por qualquer nota particular da família, e registou-a ²; se não fôra isso, nem hoje saberíamos essa data.

A má sorte, que acompanhou em vida Brás Garcia Mascarenhas, ainda pois continuou a persegui-lo na morte.

¹ V. T. xx, 2. — ² Doc. CXII.

Factos póstumos

Por morte de Brás Garcia Mascarenhas ainda não se fez, que me conste, a partilha dos bens do casal, que tivera por chefe Marcos Garcia. D. Maria da Costa continuou a viver com seus filhos na casa que agora era, indevisamente, destes e de seus tios. As dívidas, noutros tempos contraídas por Marcos, também se não tinham solvido. Aparecem-nos crêdores do casal os cunhados de Feliciano Monteiro, residentes em Anadia ¹.

D. Maria Madeira da Costa, a sogra de Brás, continuava a dar-se mal com a familia de seu genro, hostilizando-a, quando para isso se oferecia ocasião.

Pouco tempo sobreviveu D. Maria da Costa ao marido. Depois de viúva, sempre triste e doente, sempre inquieta com a preocupação do futuro dos filhos, que na morte do pai haviam perdido a melhor garantia de felicidade. No declinar do anno de 1659 achava-se tão definhada, que não era preciso ser profeta para prever um desenlace a curto prazo.

Chegam as festas do Natal. Em casa dos Garcias Mascarenhas foram êsses dias de tristeza e angústias. Receavam-se complicações desastrosas na liquidação da herança pelo falecimento de D. Maria da Costa, que estava iminente. Não era herdada de pai nem de mãe, ambos ainda vivos. Seu falecido marido nunca fizera partilhas com os irmãos. Estava pois bastante embrulhada a situação do casal. Por parte da sogra havia a temer todas as hostilidades, pelo ódio que tinha a esta familia, não exceptuando os próprios netos, pois todas as suas simpatias iam para os nascidos de suas filhas Isabel e Ana, ambas casadas em Moimenta da Serra ². Temia-se, pelo menos,

¹ Docc. LXXXIX e CVII. — ² *Not. geneal.* III, v b. 2 e 4.

que viessem demandas longas, intermináveis, que devorariam parte dos bens do casal.

Ponderada a situação numa espécie de conselho de família, tomou-se uma resolução, cujas vantagens e eficácia não posso aquilatar. A viúva, apesar-de doente *in extremis*, foi decerto conhecedora e conivente. Assentou-se no seguinte: — que os irmãos e as irmãs solteiras de Brás Garcia, isto é, Manuel, Pantaleão e Matias, Ana, Antônia e Isabel, fizessem um testamento de mão-comum, em que instituissem uma capela, à qual ficassem vinculados todos os seus bens, que seriam administrados por elles enquanto vivos, revertendo os direitos dos que fôsem morrendo para os sobreviventes. Por morte do último, seriam os bens divididos em duas partes iguais, e ficaria com a administração de uma das metades seu sobrinho Tomás Garcia Mascarenhas, filho do seu falecido irmão Brás, e na da outra metade sua sobrinha Maria Monteiro, filha de sua irmã Felicidade, residente em Anadia; com a cláusula porém de que, se em algum tempo os tios paternos da dita sua sobrinha viessem a exigir alguma dívida contraída por seu pai Marcos Garcia, de que elles fôsem credores, tal dívida seria paga somente pela referida Maria Monteiro, ou por seus herdeiros nos bens do vínculo. Acautelar-se hiam todas as hipóteses sobre sucessão em cada uma das partes dos bens vinculados, como costumava fazer-se ordinariamente em semelhantes substituições ¹.

Havia porém uma dificuldade a vencer na execução dêste plano. Era preciso que de tudo se guardasse completo segredo, e por isso não podiam pensar em fazer a escritura em Avô, onde não seria fácil obter inteiro silêncio das testemunhas: e quem lavraria a escritura? e o tabelião Bernardo Duarte de Figueiredo, cuja causa criminal contra o padre Matias andava então correndo pelos tribunais eclesiásticos?

Pretextou-se qualquer motivo para irem todos em certo dia a Travanca-de-Farinha-Pôdre, e, deixando em Avô a cunhada com seus filhos, partiram em direcção ao priorado do Pantaleão; mas a certa altura enveredaram para Norte, passaram o Mondego, e, entrando no termo da vila de Óvoa, foram até *ao fundo do Vale do Castinçal*, junto à estrada que vem do lugar do Sobral. Aí os aguardava Manuel de Lindos (?), tabelião do público, judicial e notas daquela vila e seu termo, para isso prevenido, e mais seis testemu-

¹ Doc. LXXXIX.

nhas, trazidas *ad hoc* de Travanca pelo padre Pantaleão. Logo ali em continente, aos 30 de dezembro de 1659 ¹, foi lavrada a escritura.

Voltando para Avô, ainda assistiram à cunhada nos seus últimos dias, pois veio a falecer a 4 de janeiro de 1660, depois de ter recebido os sacramentos, sem fazer disposição alguma testamentária ².

D. Maria da Costa Fonseca tem sido injustamente acusada de não haver salvado pela publicação as obras de seu marido. ¡Pobre senhora! Só poderá cometer tal injustiça, quem desconheça as condições de vida da infeliz viúva durante êsses atribulados três anos e alguns meses, que sobreviveu ao poeta.



A capela em que foi instituído o vínculo pelos Garcias Mascarenhas em seu testamento, era sita na igreja do convento do Buçaco, tendo por contrato verbal sido cedido pelos carmelitas o respectivo padroado. A escritura desta cedência veio a ser feita 3 meses depois, a 30 de março, e nela figura como comprador o padre Pantaleão apenas, que reservou o direito de ali ser sepultado êle e os seus sucessores no vínculo ³.

E não tiveram os bons dos frades de esperar muito pelo cadáver do Pantaleão, que faleceu em Travanca-de-Farinha-Pôdre a 14 de outubro imediato, sendo logo transportado para o dito convento ⁴.

A seguir foram desaparecendo dêste mundo os irmãos: — Manuel a 21 de janeiro de 1662 ⁵, Ana a 10 de fevereiro de 1663 ⁶, e Matias a 23 de dezembro de 1664 ⁷. Só restavam a Isabel e a Antónia,

¹ Diz o sr. Visconde de Sanches de Frias que o referido testamento se lavrou em 30 de dezembro de 1660. (*O Poeta Garcia*, pág. 24, nota). — Esta asserção repousa sobre um equívoco, havendo êrro de um ano na interpretação da data da escritura, que constitue o doc. LXXXIX. Escreveu o tabelião: — *no anno do nascimento de noso Senhor Jesus Cristo de mil e seis centos e sesenta annos por ser pasado dia de natal em os trinta dias do mes de dezembro etc.* A redacção desta última parte nos revela claramente que o tabelião seguia o uso, que não era raro, de antecipar uma semana o comêço do ano, principiando a 25 de dezembro, dia da festa do Natal, a datar do novo *anno do Nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo*. Se a escritura fôsse de 30 de dezembro de 1660, não podia figurar nela como parte o padre Pantaleão Garcia, falecido em outubro precedente (Doc. XCII).

² Doc. XC. — ³ Doc. XCI. — ⁴ Doc. XCII. — ⁵ Doc. XCIV. — ⁶ Doc. XCV. — ⁷ Doc. XCVII.

sôbre as quais ficou impendendo o pesado encargo de cuidarem da educação e do futuro dos sobrinhos, que viviam na sua companhia.

Tomás Garcia, o mais velho dêstes, pois o António morrera de tenra idade, foi destinado à carreira eclesiástica, por melhor lhe garantir uma colocação honrosa, sem grandes despesas. Lá ia estudando o latim, a lógica e a retórica;



Assinatura de Tomás Garcia Mascarenhas ¹.

em 1664 habilitou-se para a recepção de *prima-tonsur*a e ordens menores ². Então reaparecem neste processo de inquirição *de genere* os rumores de impureza de sangue, que acompanhavam a família, dos quais já noutra tempo se fizera éco o vigário da vila, Roque Dias de Matos, chamando judeu (ou cristão-novo) ao padre Simão Madeira, eremita de Nossa Senhora do Mosteiro, de Avô ³; mas fazendo duas testemunhas referência a êsses rumores, acrescentaram que eram infundados, como Simão Madeira demonstrara em juízo, sendo o vigário condenado por sentença pelo crime de caluniador ⁴.

Arranjaram os amigos de Brás Garcia para dote de Isabel, a mais velha das filhas do poeta, a propriedade do officio de escrivão geral das cisas e panos, que havia sido desempenhado por seu avô e por seu pai, e que agora seria servido pela pessoa que viesse a casar com ela. Tem o diploma régio a data de 6 de agosto de 1670 ⁵. Assim se ia procurando providenciar sôbre o futuro dos órfãos.

Entretanto o jôvem Tomás aspira a mais alguma cousa do que ser simples padre de *Requiem*; sente-se com fôrças para conquistar os pergaminhos universitários. Prepara-se, faz o seu exame de sufficiência, e matricula-se, em outubro de 1672, nos cursos de Instituta, que constituíam o primeiro anno comum das faculdades juridicas de Cânones e de Leis. Durante êste anno trava relações amorosas com

¹ A.U. — Esta assinatura firma a sua matrícula na cadeira de Instituta. — *Matriculas*, vol. 16, l. 3, fl. 109 v.º.

² Doc. XCVI.

³ Vid. supra, pág. 16, nota 4, e pág. 166 e segs.

⁴ Doc. XCVI. — Vê-se claramente no processo de habilitação para familiar do Santo Officio do padre António Madeira (1592), que o fundamento dêsses rumores estava apenas no facto de ser *baça* ou mestiça Leonor Fernandes, mulher de Henrique Madeira Arrais, tronco da família materna do poeta e da de sua mulher.

⁵ Doc. XCIX.

uma menina, de quem nada mais sei do que o nome de Comba da Conceição, e casa com ela nos fins daquele ano lectivo de 1672-1673. Provou ter frequentado as quatro cadeiras de Instituta desde o principio de outubro até ao fim de maio; provou mais assistir na Universidade aos exames dos bacharéis nos meses de junho e julho, e assim ficou com a frequência do 1.º ano jurídico validada ¹.

Mas a infelicidade, que acompanhou o poeta durante quase toda a vida, continuou ainda depois da morte a perseguir-lhe os filhos. Brás falece a 25 de novembro de 1673 ²; Tomás, minado pela doença, não pode prosseguir nos seus estudos, recolhe a Avô, onde, sem deixar geração, termina os seus dias a 9 de abril de 1674 ³; é seguido de perto ao túmulo pela irmã mais nova, Maria, a 20 de julho de 1675 ⁴; a mais velha, Isabel, pouco sobrevive, expirando a 8 de janeiro de 1676 ⁵: e assim, em pouco mais de dois anos, morrem quatro dos cinco filhos que Brás Garcia deixara, restando apenas a Quitéria. O officio de escrivão das cisas e dos panos, reservado para o futuro marido de Isabel, não passou em dote, por nova mercê régia, à irmã Quitéria, como era razoável; apenas aquella morreu, foi dado a pessoa estranha à familia ⁶.

Em princípios do ano de 1676, a casa dos Garcias Mascarenhas de Avô era pois habitada sòmente por duas pobres velhas, Isabel e Antónia, irmãs do poeta Brás Garcia, contando uma 71 e a outra 68 anos, e pela única filha existente do mesmo, D. Quitéria, senhora de 24 anos e meio.



¿ Só por estas três mulheres ?

Não, infelizmente. Havia um quarto morador, a quem D. Quitéria tratava por *primo Manuel*. ¿ Donde lhe viera êste priminho ? Vamos sabê-lo.

Quando Matias Garcia habitava na residência paroquial de Travanca, aí pelos anos de 1645-1646, seduziu uma rapariga do lugar, bem reputada, que então contava 23 anos. Chamava-se Ana Duarte, e era filha de João Jorge e Maria Duarte, lavradores abastados, muito bem vistos e queridos na terra ⁷.

Procuraram encobrir quanto possível, aos olhos de todos, as relações que mantinham; mas nos fins do ano de 1646 não podia ela já

¹ Doc. C. — ² Doc. CI. — ³ Doc. CII. — ⁴ Doc. CIII. — ⁵ Doc. CIV. — ⁶ Doc. CV. — ⁷ Doc. XXV.

ocultar por mais tempo a sua falta. Para evitar o escândalo, e o descrédito da rapariga, foi o Matias a Bobadela falar com sua tia paterna Isabel Antunes, e fez-lhe confissão sincera do ocorrido; então esta dispôs tudo para que a Ana Duarte fôsse recatadamente recolhida em casa de família discreta, onde deu à luz uma criança do sexo masculino, a quem, a 18 de fevereiro de 1647, foi no baptismo imposto o nome de Manuel ¹, sendo padrinho José Marques, de Oliveirinha, primo inteiro do pai da criança ², e madrinha a dita Isabel Antunes, sua tia ³. As relações entre os dois jovens tinham cessado.

Depois disto, Matias recebeu ordens sacras, e foi paroquiar Anzeriz; passado algum tempo, trouxe o filho, ainda criança, para Avô, e entregou-o a suas irmãs, em cuja companhia cresceu, até ser homem ⁴.

Viviam juntos e na maior intimidade os dois primos, intimidade inconveniente e cheia de perigos. Um dia, em 1674 ou 1675, tendo D. Quitéria de 23 para 24 anos e o Manuel cêrca de 28, esqueceram-se do que deviam à sua honra e ao bom nome da família.

; Pode-se imaginar o enorme desgosto que êste desastre causou às duas pobres velhinhas e à parentela mais chegada!

O mal estava feito; era necessário saná-lo. Mas não podiam casar sem dispensa do impedimento que havia: o próximo parentesco de 2.º grau de consanguinidade. Escreveu-se para Roma a pedi-la com urgência, e, quando veio, obteve-se do bispo-conde D. Fr. Álvaro de S. Boaventura um despacho, em que permitia que o casamento se fizesse na igreja paroquial de Galizes, recatadamente, longe da família e dos vizinhos, para se evitarem novos ditos, comentários e vexames.

Ali se realizou efectivamente o matrimónio a 11 de fevereiro de 1677 ⁵.



É uma página bem triste da história da família dos Garcias Mascarenhas de Avô, esta que acabo de esboçar; nem eu teria coragem para tocar em tal assunto, se ainda fôsse inédito. Por um bem natural sentimento de piedade e comiseração, e pela simpatia e respeito que nos merece a memória de Brás Garcia Mascarenhas, eu deixaria esta fôlha em branco e passaria adeante, sem que a consciência me

¹ Doc. LXVIII; — cf. doc. CXVI. — ² *Notas geneal.* I, III, c, 2.

³ *Notas geneal.*, I, III, c, 8. — ⁴ Doc. CXIII. — ⁵ Doc. CVI.

acusasse de ter faltado ao dever de cronista. Mas o caso deu em Avô e cercanias tal brado e causou tanto escândalo, que a sua memória transpôs as gerações e os séculos e chegou até nós. A culpa desta longa notoriedade e retumbância cai principalmente sobre a avó de D. Quitéria, a velha odienta e rancorosa, que até à morte mostrou a perversidade que lhe ia na alma.

No testamento de D. Maria Madeira da Costa, aprovado em 16 de dezembro de 1680, achando-se já sanada pelo matrimónio aquela desgraça, lê-se um trecho repugnante, reproduzido pelos genealogistas que se ocupam do ramo avoense dos Garcias Mascarenhas, e já publicado no seu livro *O poeta Garcia* pelo sr. Visconde de Sanches de Frias¹. ; Aquela mulher, no referido testamento, desherda sua neta, contando ao vivo, em termos despejados e repelentes, a desgraçada falta em que ela caíra, embora o casamento houvesse legalmente apagado essa nódoa! ; É um período infame, que define bem o ódio vesgo da megera desnaturada que o ditou! Se não fôra essa declaração testamentária, ninguém hoje saberia de tal episódio doloroso de família; passaria sem reparo o facto de haver nascido o primogénito antes do casamento dos pais, porque, de certo propositadamente, para evitar, quanto possível, que ficassem para o futuro vestígios daquela irregularidade, deixou de se lavar o assento do seu baptismo.

Mas, além de ser infame, esta denúncia está cheia de falsidades para mais denegrir a falta. Dá o Manuel Garcia Mascarenhas por *filho espirito do Padre Mathias*, o que é falso, porque foi gerado *sendo* êste *ainda leigo*², ou, mais rigorosamente, quando era simples minorista. Afirma que a mãe, Ana Duarte, então ainda viva, *alem de ser de gente vil e baixa, é molher de ruim fama*; o que não passa de flagrante mentira, pois os pais, embora fôsem de categoria social modesta, eram contudo lavradores dos principais da terra, gente honrada e de vergonha. Ana Duarte nunca foi *molher de ruim fama*, apesar de haver tido a infelicidade de cair naquela falta, que se tornou do domínio público; depois desta infelicidade, ela, pelo seu bom comportamento e pelas suas estimáveis qualidades, continuou a ser bem vista de toda a gente³. Apareceu-lhe mais tarde, ao fim de 14 anos de vida irrepreensível, um bom homem de Travanca-de-Farinha-Podre, também lavrador, viúvo, de nome Sebastião Marques,

¹ Pág. 27, nota 1.

² Doc. CXIII. — ³ Doc. CXIII e CXV.

a pedi-la em casamento a seu pai João Jorge, a êsse tempo também já viúvo. Casaram a 5 de outubro de 1661 ¹, e alguns meses depois, a 17 de fevereiro de 1662, morreu-lhe o dito pai; a 11 de agosto dêste último ano foi-lhe baptizada uma filha com o nome de Maria ². Ficou viúva a 16 de maio de 1674 ³, e veio a morrer a 15 de novembro de 1684 ⁴, sem que nesse periodo de 37 anos, decorridos depois do nascimento do seu filho bastardo, houvesse alguma nota a macular-lhe a reputação. É o que resulta da leitura dos processos de inquirição *de genere*, que correram para as ordenações de Brás Garcia Mascarenhas e Manuel Garcia Mascarenhas, filhos de D. Quitéria, e portanto netos paternos de Ana Duarte ⁵.



Nasceram a D. Quitéria três filhos e uma filha: — José, aí por cêrca de 1676; Manuel, que foi baptizado a 8 de setembro de 1678; Brás a 9 de fevereiro de 1680; e Maria a 7 de Março de 1685.

Em 1681, quando dos irmãos do poeta Brás Garcia só restavam Isabel e Antónia, estas, por escritura de 27 de janeiro, lavrada pelo tabelião Alexandre de Figueiredo Jácome ⁶, revogaram o testamento de mão-comum que com seus irmãos haviam feito em 1659, e fundaram um novo vínculo ⁷. Nomearam administradores dêste, depois da morte da última delas, seus sobrinhos D. Quitéria e marido, devendo suceder a êstes o filho mais velho. A sucessão continuaria sempre na linha da primogenitura legítima masculina, e na falta de descendência legítima masculina passaria à feminina, igualmente legítima. Faz-se nesta escritura menção de todos os prédios compreendidos na instituição, que são trinta e dois, figurando em primeiro lugar a casa de habitação onde residiam, e que ainda hoje é habitada por um dos netos do último administrador do vínculo. Explicam a revogação da primitiva instituição vincular, de metade da qual deveria ser administradora sua sobrinha Maria Monteiro, de Anadia, e sua descendência.

¹ Doc. XCIII.

² C. S., *Registo paroquial de Travanca-de-Farinha-Podre*, l. 1, cad. 2, fl. 14.

³ *Ibid.*, cad. 5, fl. inumer.

⁴ *Ibid.*, cad. final, fl. 78.

⁵ Arquivados na C. E.

⁶ Filho de Bernardo Duarte de Figueiredo. — *Notas geneal.* III, vi, a, 3.

⁷ Doc. CVII.

A explicação é esta:—havia sido na escritura testamentária posta a cláusula de que ficaria a cargo desta pagar quaisquer dívidas, que restassem das que seu avô Marcos Garcia contraíra com os cunhados de sua filha Feliciano, tios da dita Maria Monteiro; ora, em vez de assim se fazer, vieram os ditos tios vexar com uma execução os herdeiros de Marcos pela dívida de 170.000 réis, ou mais. Desgostos e aborrecimentos de família, que deram em resultado ficarem todos os bens do casal reunidos e vinculados em posse da única filha do poeta, que teve descendência.



Brás deixou inéditas as suas obras literárias todas. Estavam escritas em cadernos, que elle guardava cuidadosamente, fechados talvez na gaveta do bufete de castanho, que ainda hoje se conserva na sala nobre da sua casa de Avô, com a restante mobília do século xvii, grandes cadeiras de braços, de carvalho, substituído vergonhosamente o antigo estofado de damasco por tábuas de pinho.

Nem um só dos versos de Brás Garcia chegou a ser impresso em vida do autor; e, depois da sua morte, a má fortuna perseguiu-lhe a família, como acabamos de vêr, não havendo ocasião asada para em tal se pensar.

Em 1671 publicou-se um livro, em cujo frontispício se lê:—*A destruição / de Espanha, / restauração summaria / da mesma. / Ao Príncipe / Dom Pedro / nosso Senhor, / Governador, & legitimo Successor do Reyno / de Portugal. / (Armas reais, encimadas pelo dragão em timbre) / Por o Doutor Andre da Sylva / Mascarenhas, do Desembargo do dito Senhor. / Lisboa. Com as licenças necessarias. / Por Antonio Craesbeeck de Mello, Impressor do / Príncipe N. S. Anno 1671.*—As licenças, que traz no fim e no principio, são datadas, a primeira de 1 de setembro de 1669, a última de 5 de junho de 1671.

É um poema em oitava rima, distribuído em 9 cantos, denominados *livros*; tem por assunto a queda do reino visigótico pela invasão muçulmana, e o começo da restauração pelo inicio da reconquista cristã. Vem antecedido de um prefácio do autor *ao leitor*, e de vários elogios encomiásticos em versos portuguezes, latinos e espanhóis, assinados por diversos, entre os quais figura a M.^e Violante do Céu.

Pois nesse livro encontra-se o corpo de delito de um estupendo roubo literário, descarado e escandalosissimo. De plagiato se lhe

tem dado o nome: é certo porêem que uma grande parte do poema não passa de simples cópia de longas séries de estâncias do *Viriato Tragico*. Confronte quem quiser os dois poemas, e encontrará, entre várias outras transcrições, as seguintes: só no livro III da *Destruição de Espanha*, a série de onze estâncias compreendendo os n.ºs 26-36 são cópia da série n.ºs 2-12 do canto iv do *Viriato Tragico*; as trinta e uma que teem os n.ºs 39-69 reproduzem a n.º 6 e de 8 a 37 do canto ii; finalmente as dezasseis que vão do n.º 71 a 86 lêem-se no canto iv, onde teem os n.ºs 14-32. E não se diga que foi só neste livro III que o desembargador se apropriou da fazenda alheia. No livro IV as nove estâncias 98-106 são trasladadas do canto v, estâncias 2-10: no livro V lêmos, sob os n.ºs 7-8, as estâncias 1-2 do canto xx, e com os n.ºs 9-13 as cinco de igual numeração do mesmo canto; na que tem o n.º 16 lá estão engastados cinco versos da estância 7.^a do canto xv. E assim por deante.

Mas ¿ quem era êste extraordinário gatuno literário, que se encombria com a beca de alto magistrado judicial? Vamos sabê-lo.



O Doutor Andre da Sylva Mascarenhas, do Desembargo do Principe D. Pedro, nosso Senhor, Governador, & legitimo Successor do Reyno de Portugal, na interdição del-rei D. Afonso VI, tem sido até hoje um desconhecido para toda a gente. Sabia-se apenas que figurava como autor do poema *A Destruição de Espanha*. ¿ Qual a sua familia e naturalidade, as suas carreiras académica e judicial? Nada se sabia.

O sr. Visconde de Sanches de Frias apenas diz a tal respeito que êle —, *pelo apelido e vizinhança da sua naturalidade, parece aparentado dos Mascarenhas, de Arô*¹. Mas ¿ qual era a sua naturalidade?

Inocência Francisco da Silva escreveu a respeito dêste publicista: — *Doutor em Leis pela Univercidade de Coimbra, Desembargador da Relação do Porto, de que tomou posse a 20 d'Agosto de 1673. — Consta que fora natural de um logar da Beira alta, nos limites do bispado de Lamego*; — e mais adeante, referindo-se aos furtos por êle feitos à obra de Brás Garcia Mascarenhas, acrescenta — *que pa-*

¹ O poeta Garcia, pág. 64.

rece seria até seu próximo parente, a julgarmos pela identidade dos appellidos e proximidade das patrias d'ambos ¹.

Antes dêstes, Barbosa Machado referiu que André da Silva Mascarenhas foi — natural de hum lugar da Beira entre os limites do Bispado de Lamego. Doutor na faculdade de Direito Cesareo ². — Eis a fonte onde todos foram beber. De um modo vago, Barbosa Machado disse que êle era do bispado de Lamego. Não foi preciso mais: era da provincia da Beira, usava o apelido de Mascarenhas, logo, inferiram os outros, deverá ser parente do poeta.

A averiguação precisa e séria dêstes dois pontos — naturalidade e suposto parentesco — tem muito interesse para se vêr como é que André da Silva conseguiu apropriar-se de um exemplar do *Viriato Tragico*, poema cuja existência era conhecida apenas de uma roda muito restrita de amigos do poeta, e de que pouquíssimas cópias se tiraram, talvez somente aquella que pelo desembargador foi aproveitada. Êste viveu na persuasão de que nenhum outro exemplar subsistia; aliás não se atreveria a trazer à publicidade com o seu nome de autor à frente, um poema, que em grande parte não passava de obra alheia. Era preciso que estivesse bem seguro de não poder ser desmascarado; que supusesse com sério fundamento não existir outro exemplar além do seu.

Se êle pertencia realmente à familia, comprehende-se que obtivesse por empréstimo da mulher do poeta, ou, mais verosimilmente, do irmão Dr. Manuel Garcia, o próprio autógrafo, que o conservasse em seu poder algum tempo, até morrer quem lho emprestara, e mais tarde, seguro de que já lho não exigiam, e supondo de todo o ponto inverosimil que alguêm o tivesse copiado, realizasse então o latrocínio e a publicação, persuadido de que não poderia jamais ser descoberto.

A hipótese porêem cai pela base. Architectou-se êste castelo de cartas, que um sopro faz vir abaixo. André da Silva nem era da Beira, nem tinha parentesco algum com os Garcias Mascarenhas; também não pode ser contado entre os *doutores em leis pela Universidade de Coimbra*. Tudo pura fantasia dos biógrafos.

Vejamos o que consegui averiguar.

Fazendo parte da magistratura judicial, André da Silva tinha, sem dúvida, um curso universitário jurídico, probabilissimamente na

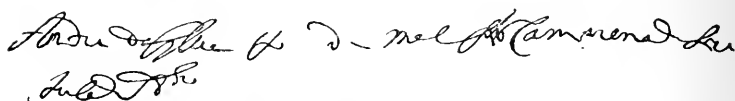
¹ *Diccionario bibliographico portuguez.*

² *Bibliotheca lusitana.*

Universidade de Coimbra, como refere Inocêncio da Silva. Foi para aqui que dirigiu as minhas primeiras investigações.

Rebusquei no Arquivo desta Universidade os termos de *Matriculas* nos cursos de *Instituta*, comuns às duas faculdades jurídicas, e nos de Cânones e de Leis, e bem assim os assentos de *Provas de curso* e os de *Autos e graus*, retrogradando de 1665 para trás. Entre os estudantes que frequentaram as faculdades de Cânones e de Leis e que nelas fizeram actos e se graduaram nos 43 anos decorridos de 1622 a 1665, não encontrei nenhum André da Silva Mascarenhas, nem André Mascarenhas; mas achei um único André da Silva. ¿Seria este?

Reparei no nome do pai, constante dos termos de matrícula: não usava nem o apelido Silva, nem Mascarenhas, pois se chamava muito chãmente Manuel Fernandes Camarena. Percorri os livros de *Provas*



Assento de matrícula de André da Silva na faculdade de Leis, a 13 out. 1640¹.

de curso respeitantes ao período em que este André da Silva foi aluno da Universidade; só ali é que, por acaso, poderia aparecer a sua assinatura, como testemunha abonatória da frequência de algum condiscípulo. Esta indagação deu resultados completos para a identificação. Encontrei três assinaturas suas: a 1.^a diz simplesmente *Andre da Silva*²; a 2.^a e 3.^a estampam um segundo apelido—*Andre da Silva Mzq*³, abreviatura bem conhecida de Mascarenhas.

Encontrara pois o nosso homem a frequentar a Universidade; e de todos os termos que d'ele rezam, com excepção de um, consta qual a sua naturalidade: era de Lisboa. Andam por tanto erradas as noticias transmitidas por Barbosa Machado, Inocêncio da Silva e Sanches de Frias.

Apurei o *curriculum vitae academicae* do autor do furto literário a Brás Garcia.

Frequentou o primeiro curso de Artes no convento de S. Domin-

¹ A.U. — *Matriculas*, vol. 8, l. 6 fl. 38 v.º.

² *Provas de curso*, vol. 21, l. 1, fl. 15 v.º.

³ *Ibid.*, l. 2, fl. 15 e fl. 55 v.º.

gos em Lisboa ¹, e depois apresentou-se na Universidade de Coimbra em outubro de 1634, a fazer a sua primeira matrícula, com certidão de sufficiência nos conhecimentos preparatórios, datada de 14 do mesmo mês ². Neste ano lectivo de 1634-35 frequentou as quatro cadeiras de Instituta ³; em 1635-36 cursou seis cadeiras de Leis ⁴; em 1636-37 seis de Cânones ⁵; em 1637-38 quatro de Leis ⁶; em 1638-39 matriculou-se em Leis a 16 de outubro ⁸, não ficando registado da sua prova de curso, entretanto a 17 de maio dêste ano fez o seu acto de bacharel e recebeu o grau em Leis ⁹; em 1639-1640 frequentou duas cadeiras de Cânones ¹⁰; em 1640-41 duas de Cânones ¹¹, e concluiu pelo respectivo acto, a 27 de maio, a sua formatura na faculdade de Leis ¹². Saiu pois de Coimbra em maio de 1641, levando as suas cartas de bacharel formado, e não mais voltou à Universidade como candidato aos graus superiores.

Assinatura de André da Silva Mascarenhas ⁷.

Assim caiu por terra quanto se tinha dito e escrito para explicar o facto de ter ido parar às mãos dêste Mascarenhas de contrabando o manuscrito do poema composto pelo outro Mascarenhas, êsse autêntico. Nem eram da mesma região, nem tinham laços de paren-

¹ Obteve depois uma provisão régia, mandando levar em conta êste curso, a qual foi apresentada na secretaria da Universidade no ano lectivo de 1636-37, onde ficou registada. — **A.U.** — *Provas de curso*, vol. 22, l. 1, fl. 17.

² *Matriculas*, vol. 7, l. 5, fl. 42 v.º.

³ *Provas de curso*, vol. 21, l. 1, fl. 15 v.º.

⁴ *Matriculas*, vol. 8, l. 1, fl. 33; — *Provas de curso*, vol. 21, l. 2, fl. 14 v.º.

⁵ *Matriculas*, vol. 8, l. 2, fl. 19 v.º; — *Provas de curso*, vol. 22, l. 1, fl. 15.

⁶ *Matriculas*, vol. 8, l. 3, fl. 37; — *Provas de curso*, vol. 22, l. 2, fl. 15.

⁷ *Provas de curso*, vol. 21, l. 2, fl. 52 v.º.

⁸ *Matriculas*, vol. 8, l. 4, fl. 39 v.º.

⁹ *Autos e graus*, vol. 31, l. 3, fl. 69 v.º.

¹⁰ *Matriculas*, vol. 8, l. 5, fl. 39 v.º; — *Provas de curso*, vol. 23, l. 2, fl. 10 v.º.

¹¹ *Matriculas*, vol. 8, l. 6, fl. 38 v.º; — *Provas de curso*, vol. 24, l. 1, fl. 7 v.º.

¹² *Autos e graus*, vol. 32, l. 2, fl. 76 v.º.

tesco, nem, provávelmente, se conheciam. Havia um fortuito encontro do mesmo apelido nos dois, mas Brás usava-o *jure hereditário*, enquanto que em André o *Mascarenhas* não passava de um anagrama, de ares afidalgados, do *Camarena*, plebeíssimo apelido (se não era alcunha) do pai. Dando outra disposição às letras, e introduzindo dois *ss*, que lá não existiam, arranjou para si o apelido *Mascareñas* ou *Mascarenhas*, de famílias nobres de Portugal e Espanha. Vê-se que desde novo o acompanhou a mania de cobiçar nobreza que não tinha, e de se apropriar do que não era seu; de eugenetómano passou a cleptómano.

¿ Como pode êle então obter o manuscrito do *Viriato Tragico*, não tendo laços alguns, nem de família, nem de provincia com os *Garcias Mascarenhas* de Avô, para quem era um estranho, um desconhecido ?

As investigações ainda não estavam concluídas. Talvez o *curriculum vitae iudiciariae* do nosso desembargador fornecesse algum elemento para a solução do problema.

Escrevi ao meu bom e velho amigo sr. Pedro de Azevedo, 1.º conservador da Torre do Tombo, a pedir-lhe notícias, e em breve recebi da sua incansável amabilidade esclarecimentos preciosos, acompanhados de cópias diplomáticas de vários registos das Chancelarias de D. João IV e D. Afonso VI.

O licenciado ¹ André da Silva Mascarenhas, depois de ter servido o cargo de juiz-de-fora na vila de Chaves, e em seguida o de corregedor da comarca da cidade de Miranda ², foi nomeado por diploma régio de 17 de novembro de 1659 para o logar de *corregedor da cidade da Guarda, por tempo de três anos* ³. Mais tarde foi provedor da comarca e vila de Santarém ⁴; em 1671 já êle se decorava, no frontispício do seu livro, com o titulo de desembargador; no ano de 1673 foi provido em um logar de desembargador extravagante da relação e casa do Porto ⁵; finalmente em 1694 passou ao de desembargador dos agravos da mesma casa ⁶.

¹ Era o tratamento que geralmente se dava naquela época aos bacharéis formados.

² *Chancelaria de D. João IV*, l. 22, fl. 163.

³ *Chancelaria de D. Afonso VI*, l. 21, fl. 92.

⁴ *Ibid.*, l. 37, fl. 137.

⁵ *Ibid.*

⁶ *Ibid.*, l. 46, fl. 130 v.º.

Ora, durante a sua estada de três anos na Guarda, era bem possível que lhe chegasse às mãos o *Líriato Tragico*. Brás Garcia, apenas terminado o seu poema, naturalmente enviaria uma cópia a qualquer dos generais ou oficiais, seus amigos e admiradores, que militavam na fronteira, com o qual mantivesse correspondência affectuosa; e esse exemplar, por uma série de circunstâncias fortuitas, poderia, decorridos anos, ir parar às mãos do corregedor da Guarda. É perfeitamente verosímil esta hipótese.

Apresenta-se-me porêem uma outra, do mesmo modo verosímil, e talvez mais provável ainda.

André da Silva Mascarenhas tinha um irmão, militar aguerrido, e patriota cheio de serviços, que se chamava Manuel da Silva Boto. Em 1641 a conspiração contra D. João IV, em que se acharam implicados alguns fidalgos da primeira nobreza, foi descoberta e denunciada por um Manuel da Silva Mascarenhas. : Haverá entre êles alguma relação? Ignoro-o.

Manuel da Silva Boto residia na vila de Moimenta da Beira, bispado de Lamego, onde era capitão-mór havia muitos anos¹, e onde tinha gente miliciania sempre equipada e pronta a combater à primeira voz. Todas as vezes que se dava alguma invasão castelhana nos territórios de Riba-Côa, ou que ali se realizava qualquer operação militar offensiva ou defensiva, êle, ao mais leve rebato, ao mais simples aviso, reunia logo a gente do seu distrito armada, corria a Pinhel, juntava-se com a tropa paga que guarnecia esta praça, e dali ia combater com denodo o inimigo, entrando várias vezes por terras de Espanha. Assim é que tomou parte activa nos *successos de Aldea do Bispo, castello da Guarda e outros muitos de incendios de villas e lugares de Castella*, sendo *dos que melhor fizeram sua obrigação e, também não faltou no incendio da villa de Albergaria*².

Tudo isto foi alegado e provado por seu irmão o licenciado André da Silva Mascarenhas. Em virtude disso foi concedida ao dito Manuel da Silva, por diploma de 28 de abril de 1671, *em satisfação de tudo*, uma renda de 20.000 reis, *assinados no almoxarifado da Guarda*³.

Deve notar-se que Aldea-del-Obispo foi tomada e queimada por D. Sancho Manuel em 1642; o assalto, saque e incêndio na vila de Albergaria, sem se conseguir tomar o castelo, realizou-se sob o co-

¹ Daqui resultou o attribuir-se esta naturalidade ao irmão.

² *Chancelaria de D. Afonso V*, l. 45, fl. 179 v.º. — ³ *Ibid.*

mando de D. Alvaro de Abranches a 3o de agôsto de 1643, tendo nesta empresa parte importante a tropa auxiliar, entre a qual a de Moimenta, que foi retida perto de vinte dias em Alfaiates pelo general, *imaginando viria o inimigo tomar satisfação da queima de Aluer-garia* ¹.

Militaram pois na mesma região e serviram com dedicação e patriotismo a causa da pátria, combatendo por ela na mesma fronteira e pela mesma época, os dois capitães, Brás Garcia e Manuel da Silva. É pois bem natural que tivessem travado relações de boa amizade, e nada inverosímil que o poeta brindasse o capitão-mór com uma cópia do *Viriato Tragico*, se porventura êste fôsse um intelectual, e nada nos diz que o não era. ¿Seria da mão de seu irmão que André da Silva recebeu o exemplar do poema? É possível.

Fôsse porêem como fôsse, o que é certo é que o manuscrito caiu em poder do juiz, e que êste, sabendo que o autor era já falecido, e supondo que ninguêem mais conhecia o poema, persuadido levianamente de que o poeta não deixára outro exemplar, entendeu que podia aproveitar dêle tudo aquilo que lhe conviesse, e apresentar, como obra sua, boa parte dêle, sem perigo de jámais ser descoberto o latrocínio.

¿E seria de entre os manuscritos de Brás Garcia, sòmente o *Viriato Tragico*, que chegou às mãos do desembargador? ¿Não iria junta cópia do *Tomo de Sanctos & Remanses varios*, ou dos *versos em que celebrou a festa das 40 horas*, ou finalmente das *Comedias cõ que festejou muytos Santos*? Levantaram-se no meu espírito algumas suspeitas ao relêr a declaração com que André da Silva remata o prefácio de *A Destruicam de Espanha* nos termos seguintes:—«Outra mais alta historia, que a da Destruicão de Espanha tenho eu proposto de compor dos milagres, que em hũa Lapa obrou aquella soberana Princesa, que em outra Lapa nos deu o Rey do Ceo, & da Terra; mas como esta divina Historia procedeu da Destruicão de Espanha, foi conveniente primeiro tratar da dita Destruicão: que sendo aceita (como confio) em breve com o favor de Deos, darei satisfação ao que nesta prometo».—Certamente que entre as poesias sacras de Brás haveria muitas tendo por objecto as excelências e milagres da Virgem santíssima.

Estava o desembargador tão côncio do excelso merecimento das

¹ *Successos militares*, fl. 172.

poesias religiosas que tencionava publicar, e que haviam de dar grande brado no mundo literário e *façer espanto a todo o universo*, que não duvida coroar o seu poema heroico, estampando-lhe as seguintes duas estâncias finais, dirigidas ao príncipe regente:

Por Tymbre as Armas tendes do divino
 Capitaõ, que por nós morreo na Cruz,
 Que Rey pode no mundo aver tão dino,
 Que na stemma logre as chagas de Jesus:
 Com tal escudo mais que adamantino,
 Mandado pello Rey da eterna luz,
 Podeis bem segurar vossa clemencia,
 Que armas de Deos não sofrem resistencia.

Nas armas de Jesus, & vossas, paraõ,
 Alto senhor meus versos numerosos;
 Em quanto as Mundas outros me preparaõ,
 Para vossos louvores gloriosos:
 Se Apolo, & as nove Irmãs me não reparaõ
 Nas audacias de feitos tão famosos,
 Ei de formar de vós taõ raro canto,
 Que a todo o universo faça espanto¹.

Prometia cantar os *louvores gloriosos* do príncipe, que no escudo tinha as próprias armas de Jesus, Deus e *Rey da eterna luz*; mas Brás já tinha cantado as grandezas d o *Monarcha da celeste glória*, quando anualmente em sua honra juntava nos *valles de Avõ côrtes bellas*, nas quais sua divina Majestade *assistia quarenta horas*, cercado de

. applausos grandiosos,
 Que inda estão repetindo eccos saudosos²

¿ Estaria André da Silva de posse também duma cópia do caderno dos *versos* com que o poeta avoense *celebrou a festa das 40 horas*, e tencionaria aproveitá-los também para a projectada publicação? Que andava entusiasmado com a excelência das espécies poéticas de carácter religioso, que possuía armazenadas para um dia, em momento oportuno, com elas causar o *espanto do universo*, não resta dúvida. ¿ Seriam elas de lavra própria ou alheia?

Isto não passa de uma suspeita, infundada talvez; é entretanto

¹ *A Destr. de Esp.* ix, 62-63.

² *V. T.* xv, 63.

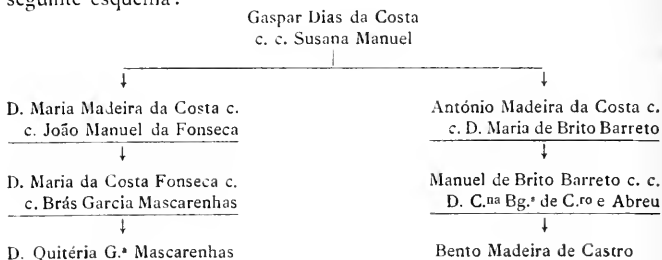
bem certo o anexim popular: — *Cesteiro que faz um cesto, também faz um cento; o caso é ter madeira e tempo*¹.



Felizmente, na casa dos Garcias Mascarenhas, de Avô, ainda continuavam a êsse tempo guardados *os copiosos cadernos e tomos* de poesias de Brás, avultando entre êles os volumes que continham o *Viriato Tragico* e as *Ausências Brasilicas*. Nos fins do século xvii foram êsses manuscritos lidos e saboreados por Bento Madeira de Castro, que em 1699 afirmava: — *que ainda existem pera credito de seu engenho; — que de sua letra hoje existem, dignos de aureos Caracteres, — desses copiosos cadernos, que durão; — Finalmente este Tomo de Viriato como morgado de sua affeição, tendo-o composto quando militava, o pretendia dar à estampa, & purificar, se a morte lhe não atalhasse os intentos, que agora em parte logramos na publicação deste seu volume*².

Não era pois único o exemplar do *Viriato Tragico*, aproveitado por André da Silva Mascarenhas. Havia outro, o que Brás deixara em sua casa, e que foi aproveitado e editado pelo referido Bento Madeira de Castro, a quem se deve o altissimo serviço de evitar que desaparecesse integralmente a obra poética do nosso biografado.

¿ Quem era êste benemérito das letras pátrias? Um rico morgado da região, senhor de importantes vinculos herdados de seus pais, bisneto de Gaspar Dias da Costa avô da mulher de Brás Garcia; era portanto segundo primo de D. Quitéria Garcia, como se pode vêr no seguinte esquêma:



¹ É esta a forma que tem na Beira-alta, referente ao material de que ali se fazem os cestos — madeira de castanho, devidamente preparada em tiras delgadas como correias. Noutras partes o anexim fala de *vêrga e tempo*.

² Doc. CXII.



Correspondeu realmente a um grande serviço a publicação do *Viriato Tragico*. Infelizmente porém a edição saiu muito imperfeita e errada ¹.

O poeta ainda não tinha dado por definitivamente pronto e devidamente limado o seu poema; trabalhava em o *purificar*, quando a morte o surpreendeu. Mas são nêle freqüentes os êrros de linguagem e de métrica, as passagens obscuras ou sem sentido, que não pode admitir-se haverem saído assim da pena do escritor, ainda mesmo na sua primitiva redacção,

Sabemos, por Bento Madeira no-lo dizer, que os cadernos poéticos do seu parente por afinidade eram autógrafos; autógrafo devia ser pois o original do *Viriato*, lido e relido muitas vezes pelo autor, que corrigiria logo à primeira leitura qualquer *lapsus calami* que tivesse escapado. Não é portanto admissível que êsses êrros da edição do *Viriato Tragico* sejam devidos à ignorância ou descuido do escrevente.

São resultantes sim, já de equívocos de leitura do tipógrafo, que mal entenderia a letra, aliás suficientemente clara, do poeta, já de lapsos tipográficos ou êrros de caixa cometidos no acto da composição. Todos êles se corrigiriam, se houvesse uma bôa e acurada revisão de provas, conferindo-as com o original e emendando as *grrahs* existentes. Mas Bento Madeira de Castro não reviu, nem para isso teria a indispensável competência técnica. Mandou para Coimbra o manuscrito, que foi entregue na officina tipográfica de António Simões, privilegiado da Universidade. Ali se compôs e imprimiu o poema, entregando-se depois os exemplares do livro já estampado, com o recheio de êrros que o conspurcam. Do manuscrito original não torna a apparecer notícia.

De muitos versos errados é fácil reconstituir o texto, sem hesitações e sem receio, pois através da lição viciada transparece claramente o que o poeta escrevera. Sirva de exemplo o seguinte facto. No canto xv descreve Brás a revolução restauradora de 1640 triunfante em Lisboa, e a aclamação do duque de Bragança, repetida de

¹ Publicamos na página seguinte uma reprodução do frontispício desta primeira edição.

VIRIATO

TRAGICO

EM

POEMA HEROICO

ESCRITO POR

BRAS GARCIA MASCARENHAS

*natural da Villa de Avòna Provincia da Beira, e
Governador, que foy da Praça de Alfayates
na mesma Provincia.*

OBRA POSTHUMA.

OFFERECIDA AO SERENISSIMO PRINCIPE

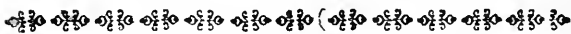
DOM IOAM

QUE DEOS GARDE.

POR

BENTO MADEYRA DE CASTRO

Cavaleyro Professo da Ordem de Christo.



EM COIMBRA, *Com as licenças necessarias.*

Na Officina de ANTONIO SIMOENS Impressor da Uni-
versidade Anno de M.DC.LXXXIX.

terra em terra, de fortaleza em fortaleza, por todo Portugal, de forma que

Em todas as mais Praças Portuguesas,
Foy com pressa tão celebre aclamado,
Que em dez dias não fica ao que bravea
Palmo de terra, nem de muro amea¹.

Conta a saída rápida de todos os espanhóis do solo português, e o amor, a quase adoração, que os nacionais tributam a D. João IV. A narrativa conclue com estas duas estâncias, em que refere como foi a bôa-nova recebida nas nossas possessões :

Nas mais partes do Imperio dilatado
Por ultra mar aonde a nova soa,
Hè logo Rey legitimo aclamado,
Sem discrepar a voz de hũa pessoa :
Porque o propinquo, ou longinquo Estadõ
Observa sempre a grimpa de Lisboa ;
Mas que os ventos lhe dem de varios modos,
Pera donde ella vira, viram todos.

Só a Terceyra pessoa, força de grã nome,
Depois de largo cerco foy tomada
Ao contrario, que a vio a pura fome,
Inda que inexpugnavel, espugnada.
Se hà força, que por força se não tóme,
Por fóme a mais difficil hè tomada,
Esta, que de grã fama o mundo enchia,
Opprimida se vio dos que opprimia².

O primeiro verso desta segunda estância, não só é horrorosamente hipermétrico, mas não faz sentido. Temos aqui erro graúdo. Não haverá porêmi individuo tão pouco atilado, que não veja logo à primeira vista que o tipógrafo, ao compôr, fez a intercalação absurda da palavra — *pessoa* — lembrando-se talvez da *terceira pessoa* da Santíssima Trindade; eliminado êste vocábulo, fica o texto com a pureza nativa que lhe deu o poeta, ao descrever a rebeldia da ilha *Terceyra*, que só pela fôrça das armas, e *depois de largo cerco, foy tomada ao contrario*.

Como êste, outros muitos versos há no poema, errados na gramática, no sentido, ou na métrica, que facilmente se restauram; mas ; quantos não se lêem por todo o poema que, reconhecidos como

¹ V. T. xv, 96. — ² V. T. xv, 99-100.

deturpados na composição tipográfica, não podem emendar-se sem grave risco de se adulterar por nova forma o que o poeta escrevera! Tenho-me abtido quanto possível, sistematicamente, de transcrever estes versos; quando porém a isto tenho sido forçado, por conterem notas auto-biográficas interessantes, uso sempre a cautela de, ao propor qualquer emenda hipotética, a indicar como tal, pois pode não corresponder ao manuscrito do autor.



Segunda edição do *Viriato Tragico* saiu em 1846, dirigida e custeada pelo Dr. Albino de Abranches Freire de Figueiredo. Também foi um bom serviço prestado por êste benemérito beirão, natural de Côja: concorreu para se divulgar o poema, que era ainda pouco conhecido, pela grande raridade dos exemplares da 1.^a edição. Mas, infelizmente, o Dr. Albino de Figueiredo não cuidou de fazer uma edição crítica, nem sequer de procurar restaurar o texto, até onde é realizável com segurança esta operação; na 2.^a edição aparecem, em regra, os mesmos êrros da 1.^a, aumentados com algumas novas *gralhas* tipográficas. Houve porém a infeliz idea de lhe *modernizar* a ortografia, e assim aparece o texto bem mais viciado a êste respeito do que na *editio princeps*.

Jus a grande reconhecimento alcançará quem, dispondo de competência, cuidado e amor, tomar sôbre si a empresa, que demanda largo fôlgo, de produzir 3.^a edição, esta crítica, da qual resulte, até onde puder ser, o restabelecimento do texto na sua forma primitiva. Quem a tal se abalançar, tem de proceder prèviamente a um estudo confrontado do poema *Destruçam de Espanha* com o *Viriato Tragico*, pois estou convencido de que algumas das lições variantes que encontramos nos versos furtados por André da Silva, serão aproveitáveis para corrigir deturpações, que o tipógrafo introduziu nos versos de Brás. É muito delicado e melindroso êsse trabalho, que se impõe, de uma edição crítica; mas não é isso razão para que o não tente alguém, que por suas superiores qualidades esteja em condições de o fazer.



Voltemos a Avô, e vejamos o que entretanto sucedia em casa dos Garcias Mascarenhas.

A 18 de agosto de 1686, com 39 anos de idade e 9 de casado, falecia Manuel Garcia ¹, deixando viuva D. Quitéria. Decorridas pouco mais de duas semanas, morrem no mesmo dia, a 11 de setembro, as duas únicas irmãs do poeta que restavam ², causando sensação na vila as duas urnas funerárias, levadas uma junto da outra no saimento para a igreja, e nesta colocadas a par sobre a éssa durante as exéquias. Quatro anos depois expira D. Quitéria Garcia, a 13 de abril de 1690 ³, deixando os quatro órfãos todos menores: — José, Manuel, Brás e Maria ⁴. Ignoro quem foi o tutor dêles.

Em 1697 casou o primogénito José da Costa Mascarenhas com D. Joana Gomes de Miranda, irmã do vigário de Avô; Luis Velho de Miranda, e filha do capitão de Miranda do Córvo, João Velho de Miranda ⁵. Contava ella 36 anos e meio, êle cêrca de 21.


Assinatura de José da Costa Mascarenhas ⁵.

O mais novo dos rapazes, o Brás, ao atingir a maioridade dos 21, passou para a companhia de um tio materno de sua mãe, o padre Matias Quaresma da Fonseca, licenciado na faculdade de Cânones, o


Assinatura do licenciado Matias Quaresma da Fonseca ⁷.

último dos filhos de D. Maria Madeira da Costa ⁸. Tinha sido reitor da igreja de S. Paio de Fão até 1692, em que veio para reitor do Espinhel, comarca de Esgueira, hoje concelho de Agueda, igreja esta, que era do padroado dos duques de Bragança.

Foi em 1701 que Brás Garcia Mascarenhas (3.º do nome na família avoense), neto do poeta, foi viver com seu tio-avô para o Es-

¹ Doc. CVIII. — ² Docc. CIX e CX. — ³ Doc. CXI.

⁴ *Not. geneal.* IV, II.

⁵ C.E. — Firma o depoimento que fez como testemunha, em Avô, a 23 fev. 1701, no processo para a ordenação de diácono de Manuel Nunes.

⁶ *Not. geneal.* IV, III.

⁷ C.E. — Em um processo para a ordenação de diácono de António Ribeiro, subscrevendo uma declaração datada em Avô a 6 jun. 1672.

⁸ *Not. geneal.* III, v b 8.

pinhel. Ordenou-se de menores em 1702¹ e de ordens sacras em 1710, sendo o seu património eclesiástico constituído em bens, que para êste efeito lhe doou por escritura de 2 de dezembro de 1705 D. Susana Manuel da Costa, irmã do licenciado Matias Quaresma². Vê-se pois que os filhos de D. Maria Madeira não herdaram os ódios desta ao poeta Brás e à sua descendência, antes pelo contrário iam reparando, quanto podiam, os males por ela causados. Em 1710 foi o padre Brás apresentado pelo tio como cura da igreja de S. Simão de Oyã, anexa à de Espinhel; ali se conservou até 12 de março de 1714, em que faleceu, deixando em testamento todos os seus bens ao irmão Manuel. Seu tio e protector Matias Quaresma havia morrido em Avô, a 14 de abril de 1713.



Assinatura de Manuel Garcia Mascarenhas⁴.

Lembrou-se então o Manuel Garcia Mascarenhas de se ordenar, o que fez em 1715-1717³, constituindo o património eclesiástico, por escritura de 3 de março de 1717, nos próprios bens que herdara do irmão.

Quanto à irmã Maria Garcia Mascarenhas nada sei, senão que morreu nova e solteira.

*

José da Costa Mascarenhas teve apenas um filho, Brás Garcia Mascarenhas (4.º do nome na descendência de Marcos Garcia, de Avô), o qual veio a casar com a sua conterrânea D. Maria da Costa de Mesquita, com quem se achava ligado por duplos laços de consanguinidade, pois seu bisavô, o poeta Brás Garcia Mascarenhas, era primo inteiro da bisavô dela, que se chamava Maria de Mesquita, e a bisavô dele, D. Maria da Costa Fonseca, era sobrinha do bisavô dela, Francisco Dias da Costa, como se vê no esquêma da página fronteira.

Tiveram quatro filhos e sete filhas. Dos rapazes houve dois, a quem foi dado o nome de Brás, o primeiro dos quais morreu criança,

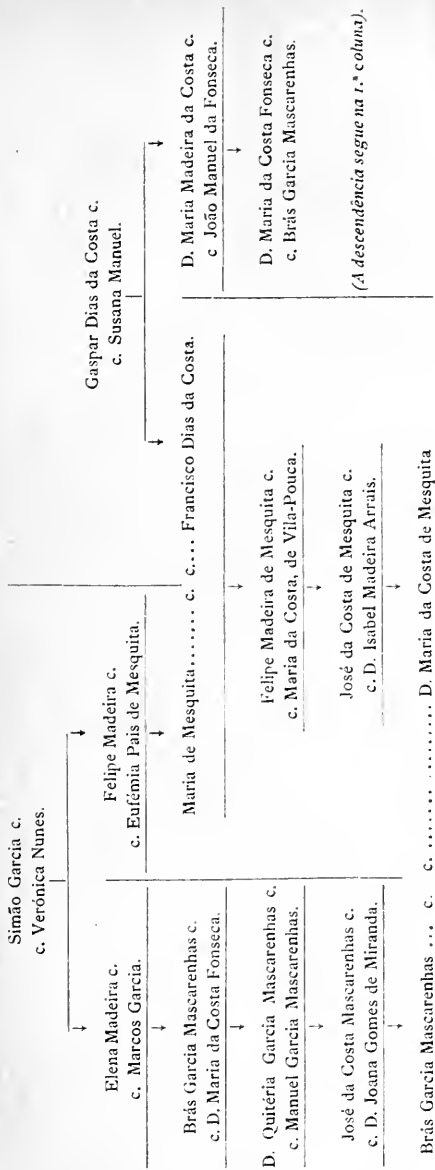
¹ Doc. CXIII.

² *Not. genel.* III, v b 6.

³ Doc. CXV.

⁴ C.E. — A autenticar o depoimento que fez na vila de Avô em 1701, sendo então estudante, no citado processo para a ordenação de Manuel Nunes.

ESQUEMA GENEALÓGICO



assim como o José; subsistiram o segundo Brás (6.º do nome na família) e o Tomás Caetano, de todos o mais novo. As irmãs chamavam-se — Quitéria-Angélica, Mariana, Josefa, Maria, Joana (única que tomou estado), Antónia, e Tomásia ¹.

Brás Garcia Mascarenhas (6.º) recebeu ordens menores em 1763 para obter o privilégio do fôro eclesiástico, sem intenção de ascender às sacras, por ser o morgado da casa. Formou-se em Cânones em 1768, e por morte de seu pai, ocorrida a 24 de novembro de 1771, sucedeu-lhe na administração do vínculo, que possuiu apenas 21 dias, pois foi surpreendido por morte prematura a 15 de dezembro imediato, sendo ainda solteiro.

Passou o vínculo para o mais novo de todos os irmãos, Tomás Caetano, único subsistente do sexo masculino. Contava então 15 anos, ficando sob a tutela de sua mãe até atingir a maioridade. Nunca lhe deixaram vêr a escritura de instituição do vínculo, cuja administração lhe pertencia; ocultaram-lha por tal forma, que muito mais tarde, em 1824, se queixava êle dêste facto, e declarava: — *quero saber em que Ley viro, e se o tal vínculo deve ser ou não reputado tal* ². Se tivesse visto essa escritura, ficaria sabendo que, conquanto fôsse êle, enquanto vivo, o administrador dos bens vinculados, por sua morte passaria o vínculo à linha feminina, revertendo para a descendência legítima de sua irmã Joana, pois os filhos que êle tinha eram excluídos da sucessão por serem bastardos. Talvez (¿ quem sabe?) se êle conhecesse as condições dos bens que administrava, tivesse dirigido a sua vida de outra maneira, por forma que, tendo prole legítima, êsses bens ficassem na sua descendência. Em carta escrita a um sobrinho ³, queixa-se das tias dêste, suas irmãs, attribuindo-lhes o terem sumido a escritura de instituição, sem deixarem traslado algum.

Contou-me o meu velho amigo António da Costa Mesquita, de Avô, parente dos Garcias Mascarenhas e conhecedor das tradições da sua casa ⁴, que as irmãs de Tomás Caetano, quando esconderam o traslado da escritura, por forma que o irmão não tivesse conhecimento das suas disposições, ao mesmo tempo queimaram toda a papelada antiga da casa, receando, na sua ignorância, que entre ela houvesse algum documento de que o irmão pudesse aproveitar-se para desviar

¹ *Not. geneal.* IV, iv.

² Doc. CXVII. — ³ *Ibid.*

⁴ *Not. geneal.* II, xiii c".

para os seus filhos ilegítimos os bens vinculados, em detrimento do filho legítimo de sua irmã Joana. Mais informava António da Costa, que foi nesse auto de fé aos documentos e papelada antiga da casa, que desapareceram os cadernos com a obra poética do nosso herói. Ignoro qual a fonte de informação daquele meu amigo, infelizmente já falecido, e qual o grau de credibilidade dessa fonte.



D. Joana Margarida de Mesquita Mascarenhas, irmã de Tomás Caetano Garcia Mascarenhas, nascera em 1750 e casou em 1789 com António da Gama e Gouveia de Abreu Leitão, já viúvo, senhor de casa abastada, residente em S. Martinho-da-Cortiça ¹. Em Avô nasceu seu filho único, Brás Garcia Mascarenhas (7.º do nome). A mãe de António da Gama era natural do Casal-do-Fundo, freguesia de S. Miguel de Rio-de-Moinhos, hoje concelho do Sátão, onde possuía bens; foi ali que Brás casou com D. Maria Albina de Lucena Cardoso, e teve dois filhos, Tomás e José Maria, e uma filha, D. Maria Amália ². Não chegou a entrar na posse da administração dos bens do vínculo de Avô, porque faleceu em 1838, sendo ainda vivo seu tio Tomás Caetano.

O primogénito, Tomás Garcia Mascarenhas ³, casou na terra da naturalidade de sua mãe, Sarrazela, hoje freguesia de Vila-de-Igreja, concelho do Sátão. Houve sete filhos, nascidos uns em Casal-do-Fundo, outros em Sarrazela. Como por morte de seu tio-avô Tomás Caetano, o Tomás Garcia lhe succedeu no vínculo dos Garcias Mascarenhas, transferiu a residência para a vila de Avô, onde ficou vivendo com seus filhos, dos quais é actualmente vivo apenas um, o senhor Francisco Garcia Mascarenhas, cujo filho único, senhor Tomás Brás Garcia Mascarenhas, é quem hoje habita com sua esposa o solar onde nasceu e viveu o capitão-poeta, seu 8.º Avô. Dos filhos falecidos de Tomás Garcia deixaram descendência: — João Tomás Garcia Mascarenhas, na freguesia dos Olivais, aros de Lisboa; António Garcia Mascarenhas em Decermilo, concelho do Sátão; Luis Augusto Garcia Mascarenhas em Avô.

José Maria de Mesquita Garcia Mascarenhas, filho segundo de Brás Garcia e irmão de Tomás Garcia ⁴, casou em Rio-de-Moinhos

¹ *Not. general.* IV, v. — ² *Not. general.* IV, vi. — ³ *Not. general.* IV, vii a. —

⁴ *Not. general.* IV, vii b.

com D. Ventura de Jesus de Almeida Souto-Maior, de quem teve uma filha e um filho. Aquela, de nome D. Constança Garcia de Mesquita Mascarenhas ¹, casou com o Dr. Luís Xavier do Amaral Carvalho, e houve dêste consórcio duas filhas, ambas ainda vivas, — a senhora D. Júlia Xavier de Carvalho Mascarenhas, viúva do juiz de direito Dr. Francisco Soares de Albergaria, sem geração; e a senhora D. Leonor Xavier Garcia Mascarenhas, casada com o senhor António Cardoso de Meneses, director da Escola Agrícola Morais Soares, que residem em Coimbra a educar seus filhos, duas meninas e um rapaz, ainda menores.

São êstes dois ramos, nos quais seguem a linha de Tomás Garcia e a de José Maria de Mesquita, os únicos que hoje representam a descendência directa do poeta avoense Brás Garcia Mascarenhas.

¹ *Not. geneal.* IV, VIII b.

SEGUNDA PARTE

Estudo crítico-literário

PELO

Prof. Dr. Carlos de Mesquita

.....
Agradece a meu tragico Planeta,
E a viis emulos meus este cuydado,
De por Patricio teu, querer louuarte,
Pois quando preso, emprendi cantarte.

Entre o rumor de Marte estrepitante
As horas, que me deyxá, te concedo,
Que a cantarte na paz, mais elegante
Estilo ornára tão capaz enredo.

.....
BRÁS GARCIA MASCARENHAS, *Viriato*
Trágico, xv, 105-106.

ADVERTÊNCIA

Incumbiu-se de escrever esta segunda parte do estudo sobre o poeta Brás Garcia Mascarenhas, com a alta competência que todos lhe reconheciam, o nosso distinto colega no professorado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Dr. Carlos de Mesquita.

Um estudo crítico-literário sobre o poema Viriato Tragico era o assunto preciso, de que se encarregara. Nêle pensava com amor e entusiasmo, quando a morte o surpreendeu a 9 de maio de 1916. Nada chegara a escrever; mas os poucos amigos, com quem trocava impressões a tal respeito, tiveram ocasião de admirar várias vezes a agudeza de engenho, a profundidade de vistas e a originalidade de apreciações da sua crítica, ao apreciar o poema viriatino. Era um trabalho de largo fôlgo, cheio de interessantes aspectos.

Em homenagem ao grande professor, aqui publicamos um artigo sobre o mesmo assunto, que êle em tempo escreverá desprezenciosamente, corrente calamo, — confiando na sua grande memória, sem dispor de recursos alguns bibliográficos, tendo à mão apenas um exemplar truncado do Viriato Tragico, — para ser estampado em um modesto jornal de província, A Gazeta da Beira, que se publicava em Oliveira do Hospital. Saiu em o n.º 111, correspondente a domingo 3 de março de 1907, sem que o autor sequer revisse as provas tipográficas.

Ainda então não cogitava, que viria a tentar fazer um estudo especial do assunto. Não pode pois, em face dêste rápido esboço, ajuizar-se dos méritos e desenvolvimento que teria o trabalho, que últimamente o preocupava.

Coimbra, 21 de abril de 1921.

A. DE VASCONCELOS.

O Viriato Tragico

A velha alegoria da Ocasão, que é preciso agarrar pelos cabelos, sendo calva da nuca e fugindo com coturnos alados, que se encontra logo nas primeiras páginas do *Viriato Tragico*, tem uma rigorosa aplicação às condições históricas dos monumentos literários. A História tem instáveis momentos de crise que, fazendo-se consciência no cérebro dum homem de génio, desabrocham nos *Lusiadas*, no *D. Quixote*, na *Comédia Humana*. Passados êles, debalde se tenta igualar essas imagens, que a onda grava do seu equilíbrio, em chapas de excepcional sensibilidade, durante a inapreciável fracção de segundo que medeia entre a ascensão e o espraiamento. Depois da sação épica, as epopeias, embora às vezes tenham excelentes trechos líricos e descritivos, não passam de pachorrentos exercicios de retórica. E na calmaria morta dos tempos, o esforço impotente para atingir o clangôr da «tuba canora e belicosa», em vez de «acender o peito» e de «mudar a côr ao gesto», só produz a compaixão por quem se mostra assim incapaz de compreender a sua época, e de se resignar sensatamente às condições dela. É o que acontece a todas as nossas pseudo-epopeias posteriores aos *Lusiadas*, as nossas epopeias de estufa, podemos assim chamar-lhes.

Os autores delas não tinham o génio de Camões, nem para lá caminhavam, porque, como todas as excepções humanas, mantendo o génio com a população uma relação numérica aproximadamente constante, e sendo exígua a sua percentagem, não era natural que o mesmo século visse nascer dois Camões num país de dois milhões de habitantes. Mas ao próprio Camões, com as mesmíssimas qualidades individuais, teria sido impossível alguns anos mais tarde escrever os *Lusiadas*.

Nesse livro maravilhoso, o mundo moderno, atingindo a plenitude da força, toma consciência da sua grandeza, e compara-se com orgulho ao mundo antigo, e é isto que constitue o interesse universal e

eterno do poema. Èle é a epopeia da civilização moderna, da Renascença, cantada pelo Poeta supremo de uma das duas nações, que vão na frente do movimento, não já da romanização de uma faixa da Europa, mas da arianização do globo. Camões appareceu no momento preciso, appareceu mesmo quando a onda, continuando com a comparação de há pouco, já se precipitava para se espriar e desfazer. Èle bem sentia em volta de si a «austera, apagada e vil tristeza», que ia avassalando tudo. Mas a grandeza ainda estava muito próxima, ainda lhe permitia crêr na possibilidade de suspender o desabamento, na possibilidade de um Portugal que fôsse, como outra Roma, a metrópole dum império imenso, não se limitando como o dela a envolver o Mediterrâneo, mas abrangendo dentro de si os grandes mares «nunca dantes navegados».

O momento duma vasta epopeia moderna passara, e o espírito público em Portugal, na época de Brás Garcia Mascarenhas, pode exprimir-se por uma palavra: o *sebastianismo*.

O profeta desta interessante religião nacional fôra, todos o sabem, Gonçalo Anes Bandarra, sapateiro de correia, natural de Trancoso, que a *Dedução Cronológica* decidiu não passar dum embuste dos jesuitas, mas cujo processo inquisitorial existe na Torre do Tombo. Bandarra era como Bunyan, o escritor caldeireiro da Inglaterra, um homem do povo exaltado pela leitura da Biblia, a que se entregara durante oito anos, segundo a sua confissão no processo, em 1541. As suas trovas vagamente proféticas, inspiradas em reminiscências biblicas, falavam de grandes desgraças e da aparição dum príncipe, que lhes poria fim. um príncipe cujo nome era «Dom foam»¹, que

Tirárá toda a Erronia,
Fará Paz em todo o mundo,

¹ Eis o texto bandárrico:

«Saya? Saya esse Infante
Bem andante?
O seu nome he Dom foam:
Correrheam o Pendam,
E o Guiam,
Poderoso e triumphante.
Virtheam nouas num instante
Daquellas terras presadas,
As quaes estam derramadas,
E declaradas
Por seu Rey dally a diante».

(Paraphrase et concordancia / de algvas Prophe-
cías de Bandarra, sapateiro / de Trancoso. / Por Dom FOAM DE
CASTRO. / Gravura tosca / 1603 — na fl. 113).

De quatro Reys, o segundo
Averá toda a vitoria ¹.

O comêntador e parafraseador dêstes enigmas proféticos, D. João de Castro, explicava em 1603 que êste príncipe era D. Sebastião, como numerosíssimas pessoas acreditavam, e que, se a trova lhe chamava o segundo dos quatro grandes reis, é porquê considerava o papa como o primeiro.

Um homem de génio, para compreender e encarnar êste espírito colectivo, devia participar do misticismo do seu país, ter um espírito filosófico que tirasse ao objecto dêle, o *príncipe encoberto*, a significação estreitamente individual, alargando-o em simbolo, e um forte saber para lhe insuflar a autoridade das «letras sagradas e profanas», dando-lhe aos olhos dos cultos o prestígio, de que pela sua humilde origem carecia.



Para agarrar esta Ocasião pelos cabelos, faltavam quase totalmente as qualidades a Brás Garcia Mascarenhas, que o seu poema nos mostra como um espírito lúcido, sem grande profundidade e sem complexidade, ponderado, são, e vendo no mundo apenas os aspectos exteriores, como um pintor ou um escultor. O homem da Ocasião foi o padre António Vieira, já Oliveira Martins o disse.

Ao contrário porém do autor da *História de Portugal*, eu ousou considerar a nação sebastianista, não como o cadáver dum povo, mas como uma nação empobrecida, inculta, ignorante, meio despovoada, sim, mas conservando o fecundo núcleo essencial duma nacionalidade: um espírito, um ideal colectivo. ¿ Como se pode dizer que estivesse morto um povo, cuja poesia consistia precisamente na fé inabalável no próximo advento duma grandeza politica, que eclipsaria as mais brilhantes épocas da sua história? Eu, pela minha parte, considero morto um povo quando êle se reduz a uma massa amorfa, sem outro elemento de coesão além do território e da lingua, e não quando os espíritos apresentam esta perfeita convergência, que foi o misticismo sebastico.

O padre António Vieira fez, com êsse misticismo politico do povo português, o que todo o homem de génio capaz de compreender o seu tempo e o seu país e de influir nêles faz com os fecundos germens

¹ Ibid., fl. 122 v.º.

da alma colectiva. O seu papel é semelhante ao de Garrett na época do romantismo. Sim, dizia elle. o rei esperado, o Encoberto, voltará, já mesmo voltou, mas feito carne em D. João IV: — e, talvez por industria sua, o príncipe *Dom foam* das trovas do Bandarra apparecia agora transformado em *Dom João*. O glorioso império profetizado virá; — e a sua erudição em letras sagradas desenterrava incansavelmente, dos profetas e dos escritores eclesiásticos dos primeiros séculos, predições que os feitos já passados dos portugueses tinham realizado em parte, o que era um seguro penhor da realização das outras. Em 1851 foi pela primeira vez publicada uma carta dêle ao conde de Cantanhede, que diz dos sebastianistas:

«... São os sebastianistas uma sorte de gente, que, quanto em si há, faz este reino seguro e feliz; ... se vêem prosperar as armas de Sua Majestade, ostentam aplausos e júbilos maiores, porque teem por certo que principia ali a sua desejada monarquia; se vêem murmurar da frouxidão e descuidos da defesa, não presumem culpa dos ministros, mas misteriosa disposição da Providência Divina; porque teem por infalível que não serve mais Portugal a Castela».

A resignação passiva perante as desgraças e o contentamento inerte perante os triunfos não eram, como se vê, do seu agrado. As profecias, diz a *História do Futuro*, asseguram-nos o Quinto-Império, mas é necessário que sejamos instrumentos dos decretos divinos. Levando essas profecias como divisa nos escudos, os nossos soldados seriam invencíveis nas batalhas; — mas era preciso batalhar. Compare-se o tom quase de gracejo da carta transcrita com a arguta dialéctica da *História do Futuro* e com o ardor de convicção dos sermões políticos, compare-se a sua fé mística no Quinto-Império com o espirito pratico revelado na sua vida de conselheiro politico e de diplomata, e ver-se-há que mixto (mas mixto coerente e organizado) de ironia, de simpatia, de sinceridade e de astúcia era o homem a quem verdadeiramente só cabe o nome de poeta, ou, melhor, de profeta do Portugal restaurado.

Desta exaltação mística da alma portuguesa no tempo de Brás Garcia Mascarenhas apenas se encontra um frouxo reflexo no canto xv do seu poema. Por aí se vê que o poeta conhecia as trovas em que o sapateiro de Trancoso profetizava grandes e jubilosos acontecimentos para a era de 40¹. Esta data não fôra forjada depois da

¹ Diz assim a trova:

«E depois da embaixada
Declarada

Restauração para pôr o facto consumado de acôrdo com a profecia. Já em 1603 D. João de Castro, na sua *Paráfrase e Concordância* dava tratos à imaginação para a aplicar ao século que começava, o que conseguia elevando ao quadrado o número 40, e obtendo assim 1600⁴. Vê-se bem pela palidez das oitavas de Brás Garcia, que êle as escreveu apenas por dever patriótico e por gratidão para com o monarca, a quem devia o govêrno de Alfaiates e a liberdade, depois da sua prisão no Sabugal, e não porque se sentisse sinceramente arrasado pelo espírito sebástico da época.

Quem não conhecesse outro documento dela, nem suspeitaria sequer que alguêm então sonhasse com um império mais quimérico do que a Ilha das Sete Cidades, que procuravam os nossos navegadores do século xv, munidos do pergaminho régio, que lhes assegurava a capitania dela, com toda a jurisdição civil e criminal sôbre os encantados que a povoavam. Todavia o *Viriato Tragico* é um poema da Restauração. Mas o espírito positivo do seu autor apenas encarou a conjuntura sob o ponto de vista prático e restrito da defesa do território, que simbolizou na resistência dos antigos lusitanos à conquista romana.

Êle próprio o dá a entender no comêço do canto II, quando diz:

Se assumpto fôra muito mais honrado,
O que a presente Guerra me offrecia
Hé melhor, por frustar Zoilos nocivos,²
Cantar aos mortos, que adular aos vivos ?

Agora que correm corenta,
Erguersea gram tormenta
No que atenta,
Mas logo sera amansada.
E tomaram a estrada
Da çllada:
Nam auera quem os acoute:
Darlheam aquella noute
Tal açoute,
Que a Fe seja exalçadas.
(Ibid., fl. 87).

¹ «Começemos pois a interpretaçam & a declarar os Corenta: os quaes se hã de entender quadrados, quero dizer, multiplicados em si, que somam mil & seis çentos. O qual numero quadragenario nam he pouco mysterioso na Escritura sagrada, de quê se Deos tem por muytas vezes seruido em castigos, como tambê agora aquy delle se serue pera o mesmo fim. Algũas cousas ha que fazem o principio desta profecã muy escuro ou mais propriamente fallando, muy escuras & difficels de alcançar». — (Ibid. fl. 88).

² V. T. II, 1.

Muito verosimilmente o poema foi concebido durante o curto período em que o autor comandou a *Companhia dos Leões*. Não podia deixar de dar-se em Brás Garcia Mascarenhas, simultaneamente letrado e homem de acção, um facto tão velho, não direi como o mundo, mas, sem dúvida alguma, como a literatura: o hábito de, mesmo nos momentos de mais febril actividade, contemplar como um espectador estranho os próprios actos, aferindo-os pelos padrões literários. D. Quixote, recitando pelos campos sobre o rocinante um começo de capítulo imaginário, em que a sua primeira sortida à procura de aventuras heroicas é descrita no estilo das suas leituras cavalheirescas, é uma caricatura desta prática, aconselhada pelo Dr. António Ferreira, como meio de estimular a bravura, numa epístola ao seu amigo João Lopes Leitão, que militava na Índia:

Ou teu armado braço estê no que usa,
Com Marte contendendo em fortaleza
Sem ao Rume aceitar ouro, ou escusa,

Ou rompendo com furia, e com braveza
As escumosas ondas, vás levando
Soccorro á quasi entrada Fortaleza,

Não deixes de ir cos olhos só passando
Estes versos, verás quanto ás trombetas
Mais animoso som estaram dando

.....
As Musas ouve sempre, e acendem fogo
Nos altos corações, e o mór perigo
Te fazem parecer prazer, e jogo¹.

Servindo-se dum daqueles similes frequentes no seu estilo e tão cheios da frescura das cousas realmente vistas, que às vezes não é excessivo dizer dêles, applicando a frase de A. de Vigny, que enternecem como uma criança afirmando simplesmente o que viu, conta-nos Brás Garcia que construiu o seu poema sobre o testemunho insuspeito das «extranhas penas»,

Como quem pela praya vae pisando
Pisadas que outro deyxá nella impressas.

É mais que possível que já então tivesse lido nos historiadores latinos as referências a Viriato, que lhe serviram mais tarde de

¹ *Poemas lusitanos do Dr. António Ferreira*, 3.^a ed. (1829), t. II, pág. 115.

guia, e que essas passagens já se misturassem na sua memória às poucas oitavas dos *Lusíadas*, de que é assunto o pastor,

..... que no seu nome
Se vê que de homem forte os feitos teve¹.

As reminiscências literárias acordadas pela analogia das situações deviam acender nêlo «o fogo» de que fala António Ferreira, e fazê-lo sentir-se como que posseso pelo espírito do remoto chefe lusitano. Para nos convencermos de que o Viriato do poema, pelo menos na fase ainda regional e guerrilheira da sua história, é o autor transportado para os tempos pre-romanos, basta comparar o feito de armas, que rendeu a Brás Garcia a prisão no Castelo do Sabugal, com um dos primeiros actos de bravura do seu herói, o que começa na estância 58 do canto II. São perfeitamente idênticos tanto no objecto como na estratégia.

O objecto do primeiro foi o destroço duma força espanhola, que levava consigo boas prezas feitas àquem fronteira; o do segundo o ataque duma força romana, que escoltava as bagagens dum forte exercito, ainda distante. A estratégia de ambos é a das guerrilhas: a emboscada num desfiladeiro de passagem forçada em país montanhoso, o ataque imprevisito, a retirada pronta. A teoria dessa tática é eloquentemente feita nesta oitava, que o poeta põe na bôca de Viriato:

A princesa das Aves nos insina,
Como ha de ser a guerra executada:
Nam vedes como dece repentina,
Sobre a caça, que pasce descuydada?
E que não pára nunca em tal rapina,
Senão que pello ar arrebatada
A vem comer sobre um penhasco duro,
Que inda que bruta, julga-o por seguro?²

Neste poema a expressão directa dos sentimentos — o amor do território, a revolta perante a invasão, a indignação contra os actos cruéis e traiçoeiros dos inimigos — é sempre breve, e, quando o não é, é frouxa e convencional. Na pintura animada dos actos, por que se traduzem êsses sentimentos, é que consiste a verdadeira superioridade dêste poeta. E assim deve ser, tratando-se duma epopeia bár-

¹ *Lusíadas*, III, 22.

² V. T. II, 51.

bara. Em espiritos simples, tendo ao seu serviço músculos fortes e ágeis, não há intervalo sentimental entre a impressão e a reacção. Por isso as decisões do herói e do seu cortejo de figuras secundárias são frequentemente comparadas aos impulsos das aves de rapina, dos lobos, dos cães de caça. As scenas de bravura e violência organizam-se quase sempre em imagem nítida no espirito do leitor. Mas um episódio então, que para mim é encantador, é o de Serralvo, espécie de Caliban gigantesco, informe e inconsciente da própria fôrça, que num recontro se esconde detrás das bagagens, amedrontado como um javardo. Uma repreensão do chefe prestigioso, que êle recebe tremendo, fá-lo partir numa explosão de furor súbito, que o torna irresistivel e destruidor como um ciclone.

Desejava poder copiar aqui todas essas oitavas¹, porque êsse admirável quadrinho é feito com tal sobriedade, e reduzido de tal forma aos traços essenciaes, que é impossivel dar uma idéa dêle e fazer comprehender porque é que a figura e a ferocidade cega, como a duma fôrça da natureza, dêsse monstro e o seu ar grotesco de urso domado, depois de vestido com os ricos despojos dum legionário, se nos gravam tão profundamente na visão interior.



Ao passo que a área das façanhas de Viriato se vai alargando, e que o seu prestígio e poder vão aumentando, fazendo-o passar de simples chefe de montanhesees, amantes da independência, a um verdadeiro general e monarca, a epopeia bárbara vai-se transformando num poema de cavalaria, com amores, descantes nocturnos, desafios e torneios.

Quando Viriato, fatigado da guerra e sentindo a sua gente e os seus cavalos igualmente fatigados, resolve ir passar umas festivas férias às suas montanhas nataes, aparece metamorfoseado num cortês, magnânimo e faustoso rei Artur. A pintura do acanhamento rústico dos serranos à chegada do seu antigo companheiro, no meio dum deslumbrante cortejo, é um dos mais breves, mas sem dúvida um dos mais admiráveis quadros, que o poeta traçou:

A turba pastoral, que prevenida
Estava, para seu recebimento,
Quando vio tanta Gente, & tão lusida,

¹ Encontram-se transcritas nas págs. 297-298.

Tão Guerreyro, & pomposo ajuntamento;
Pellos altos penhascos dividida
Com mudo, & vergonhoso acatamento,
Encolhida entre os rusticos penedos,
Seu Pastor sinalavão com os dedos¹.

Antes de partir para a serra, Viriato mandara espalhar por toda a Península cartéis convidando a um torneio todos os cavaleiros que quisessem mostrar o seu valor, prometendo aos vencedores grandes prémios. Assim costumava fazer o grande rei Artur. Acodem ao convite cavaleiros de todo o mundo então conhecido, que viajavam pela Espanha buscando glória e instrução, e trazem brasonadas nos escudos alusões a seus passados feitos, a suas mágoas amorosas, e, por baixo das insignias, divisas, ora lastimosas, ora arrogantes.

Milhares de operários, erguendo torres, anfiteatros, circos, construindo barcos para regatas nas lagôas, transformam magicamente a áspera e selvagem serrania numa cidade maravilhosa. Além do torneio e da regata, as festas compõem-se também duma tourada, do jôgo das canas, de combates de feras com cativos. Quase todo este canto é admirável, e sem dúvida o melhor do poema. A tourada, o torneio, a regata, são obras primas de colorido e de movimento. As descrições de cavalos soberbos e garbosos são verdadeiros modelos de precisão de termos, e de justeza de ritmo. Uma pequena amostra:

Soprando aqui, & ali fogo evapóra,
Com hũa, & outra mão bate na silha,
Com tanta força as desce, que sonora
Cayxa parece a terra quando a trilha².

Este poema de cavalaria, enxertado na rude epopeia da independência, e que com ela se mistura, não descende directamente da litteratura cavalheiresca anónima, nem mesmo das novelas portuguezas que nela se filiam. É um fruto tardio, talvez até o último, do interessante ramo, que a Itália dos séculos xv e xvi fez brotar da velha árvore épica com Boiardo e com o seu grande continuador Ariosto. Os elementos dos dois ciclos épicos medievais, o carolingio ou franco e o arturiano ou bretão, fundem-se. Do primeiro aproveitam o pessoal e a localização histórica, do segundo o maravilhoso e a parte

¹ V. T. xi, 15. — ² V. T. xi, 111.

do pessoal destinado a manobrá-lo: — o sábio Muerlin com o seu numeroso cortejo de encantadores e feiticeiras, e com o seu material de anéis mágicos, de lanças encantadas e outros talismans. A colossal e justíssima popularidade dessa incomparável obra-prima de poesia fantástica, humana e maliciosa, que é o *Orlando Furioso*, deteve cêrca de meio século os modelos clássicos e a poética clássica em respeito perante os domínios da poesia narrativa. Por cêrca de meio século se sucederam as tentativas infelizes, para conciliar os elementos clássicos da epopeia com os elementos cavalleirescos, que a influência dos dois *Orlandos*, principalmente do segundo, tornara inabaláveis. Mascaravam-se de pares de Carlos Magno os heróis de Homero, e pregavam-se asas de anjo aos deuses, que na *Iliada* descem do Olimpo para tomar parte nos combates em frente das muralhas de Troia. Prolongaram-se estes artificios para resolver o conflito até que, já no último quartel do século XVI, um grande poeta, não se pode bem dizer que conciliasse, mas forçou pela autoridade do seu génio as duas tendências antagonistas a uma trégua mais duradoura, com mais aparências de paz definitiva aos olhos da sua geração e da geração seguinte. Refiro-me ao Tasso e à *Jerusalem Libertada*, de que deriva imediatamente a estrutura fundamental do *Viriato Tragico*.

A actualidade, que acontecimentos contemporâneos davam aos assuntos remotos dos dois poemas — a attitude ameaçadora dos turcos no tempo de Tasso, a guerra da restauração no tempo de Brás Garcia — torna ainda maior a analogia dos dois poemas, apesar da grande, da enorme diferença de valor que os separa. No *Viriato Tragico* a supressão de todo o maravilhoso medieval aproxima mais êste poema da epopeia neo-clássica, embora também o maravilhoso pagão nêle se ache reduzido às modestíssimas proporções de ornato literário, em uma pálida alegoria, no canto 1^o, e a poucas referências a divindades antigas. E é precisamente por êsse aspecto mais clássico e também pelo grande afastamento da época em que se passa a acção, que a parte cavalleiresca, sendo nesta obra muito mais atenuada que no seu modelo italiano, tem nela um destaque muito mais violento.

A influência directa de Ariosto, além desta pelo intermédio de Tasso, é reconhecível até na criação da amazona Órmia, que é a Bradamante do *Orlando* (o poeta chama-lhe mesmo uma vez «a nossa animosa Bradamante»²) apenas com os vários auxiliares mágicos da

¹ Estâncias 32-91.

² V. T. IX, 106.

sua fôrça invencível racionalmente substituidos por uma ginástica adequada :

Era quanto bellissima, animosa
Ormia, e tanto na caça exercitada,
Que a pê corria a serra mais fragosa,
E a cavallo a campanha dilatada¹.

O enxerto cavalheiresco da obra é quase sempre incomparavelmente superior à epopeia fundamental; depois da leitura, esta empalidece em grande parte na memória, ao passo que aquelle fica gravado com um relêvo nitidíssimo.

Nas boas passagens do poema a narrativa tem o andamento inimitável da convicção. Essas boas passagens são as evoluções de fôrças, os duelos, os recontros, os galopes à rédea solta. Vê-se que o espadachim e cavaleiro precoce, que dizia de si próprio com visível indulgência —

Entro na adolescencia, ponho espada,
E della aprendo huma, & outra regra,
Ramo não fica, em que não vá provada,
Nem cabelo, em que não me dem com a negra.
O tanger, & dançar muyto me agrada,
Mais o cavallo brincador me alegra²,

— que o defensor das colónias americanas, que o reconquistador pelas armas da igreja usurpada do irmão clérigo, que o valente guerrilheiro da Restauração, aposentado agora na sua casa de Avô, se exaltava até à alucinação perante os fantasmas creados pelo seu próprio cérebro, como D. Quixote a vêr galopar Gaifeiros, com sua esposa Melisendra à garupa, deante duma nuvem de mouros, num teatro de titeres. E, arrebatada por esses sonhos heroicos, a sua pena, com a agilidade que tinha outrora a espada deposta, a aparar os golpes e a abrir caminho por entre uma multidão de inimigos, voava ritmicamente de verso para verso, deixando presa em cada curva airosa uma rima excelente e naturalíssima. A sua forma poética tinha então os movimentos infalíveis, o equilibrio prodigioso de gamo do sonâmbulo, que percorre píncaros escarpados, que desce, a correr, estreitos carreiros à beira de precipícios, que atravessa rios em pedras onde mal há logar para firmar os pés. Veja-se o combate de Silo com

¹ V. T. vi, 81. — ² V. T. xv, 34.

Órnia. O cavaleiro e a amazona partem em direcções opostas para ganhar velocidade e aumentar assim a violência do choque:

Tão velloses hum de outro se partiraõ
 Que apenas sobre a terra os cascos soaõ
 Tão valentes se encontraõ.....

; Lá se esbarrondou o sonâmbulo! exclama o leitor neste ponto, sem compreender como êles se «encontram» tendo «partido um do outro».

; Qual! As três silabas, que faltam para acabar o verso, bastam-lhe para fazer dar a volta aos cavalos, sem afrouxar o galope, aproveitando ainda êsse vacilante ponto de apoio para uma rima, que dá à descrição toda a naturalidade sintáctica, a rima dum presente com um pretérito:

Tão valentes se encontram, quando viraõ,
 Que as lanças pello ar, em rachas voaõ¹.

São assim sempre os seus bons trechos; não há neles uma palavra inútil, e as rimas são invariavelmente palavras sem as quais a frase ficaria sem sentido. Outra descrição de galope:

Sobre um Ginete tal, que parecia
 A todos, que no ar as mãos dobrava;
 E tão sómente o secco pó, que erguia,
 Insinava aos de longe que o tocava².



Espadachins e guerreiros tem havido muitos em todas as literaturas; basta citar um, que um drama, de que êle é protagonista, tornou conhecido, mesmo aos que nunca leram as suas obras: Cyrano de Bergerac.

Mas em Cyrano o espadachim e o escritor estão inteiramente ligados, e é impossivel através dêste adivinhar aquele. O que eu acho um caso fisiológico interessantissimo, é esta coincidência exacta dos dois, que se dá em Brás Garcia Mascarenhas; é sobrepôr-se ao complexo sistema de reflexos, que constitue o espadachim, um outro sistema, em que aos incidentes reais se substituem as imagens, e à faculdade de actuar com precisão um dom de expressão não menos

¹ V. T. IX, 21. — ² V. T. VI, 39.

preciso e o sentimento do ritmo. Um creador de caracteres pode inventar um organismo dêstes; de carne e ôsso não me consta que tenha havido outro exemplar em literatura alguma.

É por isto que, estudando-se atentamente a obra de Brás Garcia, desaparece toda a estranheza de êle ter escapado aos arrebiques conceitistas. ¿ Como se havia de divertir a brincar com as palavras um homem, que escrevendo obedecia a uma alucinação? Quando ela o abandonava, adeus concisão maravilhosa, movimento, quadro visível. Nas scenas, que pretendem ser comoventes, como a morte de Flora abandonada pelo amante e o suicidio do assassino de Viriato, é em vão que êle affecta a voz para fingir lágrimas. O seu talento, forte mas estreitamente limitado, não lhe permitia realizar o patético. É nessas, e noutras passagens análogas, que êle remenda a falha da imaginação com as peores extravagâncias de linguagem. A pintura da noite, em que Viriato é traiçoeiramente assassinado, constitue uma excepção, talvez única. Aí a linguagem é sóbria e sã, e o colorido trágico, sem ser extraordinário, é ainda assim intenso. Mas há nessa passagem uma parte, em que a imaginação dos conflitos humanos honraria um romancista de hoje, provando que em Brás Garcia o moralista, o conhecedor dos homens e da sociedade, era muito superior ao trágico. É a recepção glacial de Cepião aos assassinos de Viriato, que antes instigara com lisonjas e promessas de prémio:

Chegados a Scipião, grande alegria
 Tal nova em todo o Exercito causava:
 Todos applaudem, elle só fingia
 Que de tal feyto, & morte lhe pezava.
 Com differente rosto os recebia,
 Desabrido, & pesado se mostrava,
 Por não mostrarse complice no feyto,
 Que todo o medo lhe tirou do peyto,

.....

Porem, como a Scipião importunassem
 Pellas promessas vãs, lhes respondia,
 Que os cargos lhos daria, se vagassem,
 O dinheyro que dalo não podia ¹.

¹ V. T. xx, 50 e 52.



As duas parcelas do composto híbrido, que é, como já disse, o *Viriato Tragico*, prejudicam-se reciprocamente. O leve e gracioso poema de cavalaria tira à epopeia bárbara a magestade severa, e esta, por sua vez, amortece o encanto daquele. ¿Como pode a imaginação abandonar-se a um poema de cavalaria, desenvolvendo-se num cenário tão rigidamente histórico, a que os nomes de pretores e funcionários romanos, a escrupulosa cronologia e a geografia irrepreensível dão a nitidez brutal de contornos, que tomam as montanhas escalvadas sob a crueza da luz, e na secura excessiva do ar? Não há maneira de transformar a Lusitânia do século II antes de Christo, lutando pela sua independência e pela sua originalidade bárbara contra a prosaica e administrativa Roma, no país de neblina impalpável, em que só é possível a cavalaria. Modernamente Tennyson fez uma série de deliciosos poemas do ciclo arturiano, e é certo que a rude Britânia prè-saxónica não obscurece neles o brilho dos palácios de Astolat, capital do rei Artur, nem cobre de nevoeiro negro o deslumbrante Montsalvat, cujo cimo, duma alvura celeste e mística, serve de trono ao Santo Graal. Mas, entre a antiga Lusitânia e a Britânia antiga, a diferença é — para o caso — enorme. Nós só conhecemos a Lusitânia prè-romana pelos historiadores clássicos e pelos arqueólogos modernos; ao passo que o império do rei Artur, que vemos nos *Idylls of the King*, não é a Britânia da arqueologia.

O fecundissimo ciclo da *Távola Redonda* encantou dentro da ilha bárbara um mundo quimérico, que lhe repassa a aspereza, como um espaço suspenso, no fundo do qual passam as nuvens, imaterializa a espessura dum penedo, quando numa pequena depressão dêle a água da chuva para lá projecta uma imagem do céu. No poema de Brás Garcia Mascarenhas, por mais que se admire a execução, é impossível impedir um desencanto profundo perante aqueles desafios a combate em honra duma dama, aqueles torneios, aqueles pundonorosos cavaleiros, aqueles escudos brasonados e devisados, — da Lusitânia de Viriato.

Mas uma cadeia de antecedentes históricos privava o poeta da liberdade de compor por outra forma a sua obra. Ele escreveu-a assim em virtude duma pressão do passado, tão irresistível como por exemplo aquella que nos faz falar português em vez do latim que faziam os vencedores e os descendentes romanizados de Viriato.

Camões referira-se com desdém aos herois de Ariosto, opondo-lhes as figuras da história nacional

Que excedem Rodamonte, & o vão Rugeiro,
E Orlando, inda que fora verdadeiro¹.

Tasso dava-lhe o exemplo duma verdadeira epopeia cavalheiresca, baseada na história das cruzadas, e com uma população histórica e inventada substituindo a população tradicional do género. Mas Brás Garcia Mascarenhas podia, sem deixar de obedecer a esta corrente, ter escolhido para assunto do seu poema histórico um episódio da reconquista do território português aos muçulmanos, e aí achar-se ia na verdadeira Terra-da-Promissão do romanêsco. As paixões por princesas mouras, a conversão delas por amor de cavaleiros christãos, as maravilhas dos palácios *mouriscos*, que os jardins de Armida do seu mestre autorizariam e ajudariam a edificar, os encantamentos dos herois, os tesouros encantados, tudo isto, apoiado por uma forte tradição do «tempo dos mouros», reforçada pelo romantismo e pela imensa popularidade das *Mil e uma noites*, faria, sem dúvida, do poema uma das obras portuguezas hoje mais conhecidas, mais lidas e mais amadas.

Não nos iludamos porém. Pedir isto ao século xvii seria denunciar um grande desconhecimento da história literária, ou uma absoluta falta de senso histórico. Aí mesmo a força da torrente desviá-lo hia de fazer o poema, em que lastimamos não vêr empregado o seu talento. Entre o *Orlando Furioso* e o *Viriato Tragico* apparecera um livro genial, que não só acabara de dissipar às gargalhadas o já abalado maravilhoso da *Távola Redonda*, mas formulara mesmo o plano a que devia obedecer, para ser aceitável, todo o livro de cavalaria. Escusado é dizer que me refiro a *D. Quixote*.

; Como teria podido o então obscuro poeta da Beira, se pensasse (admitamos por um momento a hipótese absurda) em pintar um cavaleiro detido por sortilégios num palácio encantado, como teria êle podido, digo, resistir ao pavor do ridículo, lembrando-se de scena análoga descrita com entusiasmo pelo próprio heroi de Cervantes, mas na qual o cavaleiro, no meio das maravilhas que se ocultam no fundo dum lago, ao fim dum banquete servido por donzelas formosíssimas, — palita os dentes!

¹ *Lusiadas*, I, 11.

Uma outra personagem de Cervantes, um cônego letrado, deplorando a loucura do fidalgo manchego, e amaldiçoando as novelas de cavalaria, cheias de impossíveis, de maravilhas irrisórias, de anacronismos grosseiros e duma geografia fantástica, louva contudo o gênero cavalleiresco, que, podado dêsses absurdos, achava altamente próprio para pôr em evidência as mais nobres virtudes militares e políticas, e para o autor se mostrar consumado humanista, excelente cosmógrafo e homem versado nos negócios do Estado. Este cônego, para mim simbólico do amanhecer triste e cinzento da sensata idade clássica, oprimia Brás Garcia Mascarenhas com todo o pêso da sua autoridade de erudito. No seu discurso a D. Quixote para o chamar à razão, entre os modelos de perfeitos cavaleiros, que lhe cita como devendo substituir os desprezíveis herois da epopeia medieval, figura precisamente Viriato. Se já então existisse o poema, que lhe celebra os feitos, seria sem dúvida citado com louvor, porque o *Viriato Tragico* é um poema de cavalaria com qualidades para cair no agrado do douto eclesiástico. Foi em sua homenagem que o poeta escreveu as longas dissertações sobre a organização militar dos romanos, sobre geografia, sobre as instituições políticas de quase todas as nações, ocupando com elas talvez um terço da obra.

Esses tratados, sendo, como não podiam deixar de ser, poeticamente nulos, literáriamente são quase sempre excelentes. Realmente, não é possível escrever melhor em verso sobre assuntos daqueles.

A vivacidade do estilo, devida ao interêsse real pelas matérias tratadas, aligeira consideravelmente a leitura. ; Como ali se está longe dos circunlóquios descritivos, substituindo os nomes das cousas, e de todo o arsenal da futura poética de Boileau! Os termos técnicos ainda se chocam em rimas a cada passo, dando às oitavas sabor e animação. Além disso, essas dissertações suprem a falta de noticias contemporâneas sobre o autor, e apresentam-no como um espírito cultíssimo, amadurecido pela experiência e pelas viagens, decerto um dos portuguezes mais instruidos do seu tempo. E no decorrer dellas, como também na parte auto-biográfica do canto xv, encontram-se frequentes reflexões sobre a vida, sobre os preconceitos, sobre o século, que colocam Brás Garcia, como moralista, à altura do seu grande contemporâneo D. Francisco Manuel de Melo.

Apesar de tudo que lhe afrouxa o efeito poético, e apesar da insuportável mediocridade de certas personagens, como são as cartas de amor com oitavas bombásticas em rimas exdrúxulas, o *Viriato Tragico* é ainda assim um dos pouquíssimos livros interessantes que,

fora da literatura de claustro e de púlpito, nos legou o século xvii, e o seu autor é uma das quatro ou cinco sérias figuras literárias dessa época triste, e intellectualmente miserável, da nossa história.

¿ Antes de Brás Garcia Mascarenhas, já algum escritor português teria localizado no Herminio a pátria de Viriato, contribuindo assim para que essa figura se lhe impothesse como modelo de bravura durante sua obra patriótica de defesa da Beira, e como heroi do poema, cuja primitiva intenção foi sem dúvida simbolizá-la? A estreiteza do tempo não me consente agora pacientes pesquisas bibliográficas para o apurar. Mas, tanto quanto me é lícito fiar-me na memória, estou convencido de que essas buscas são tão escusadas, como escavações arqueológicas na Serra da Estrêla, para encontrar relíquias das construções sumptuosas, que Viriato lá fez erigir para recreio da sua côrte e dos seus antigos companheiros. A suposta tradição, quer-me parecer, data apenas da publicação do poema ¹. Se assim é, a sua influência indirecta tem sido larguíssima. Conhecimento directo dêle raríssimas pessoas o teem; e dessas ainda uma bôa parte só leu as passagens, que os compiladores de selectas, com o seu infalível faro para descobrir num livro precisamente a página mais mediocre, mais incaracterística e mais enfadonha, teem servido aos estudantes de literatura portuguesa.



Resta-me agora falar do Brás Garcia *filósofo*, na acepção popular da palavra, isto é, despido de ambições de glória e mergulhado com

¹ Apesar da sua memória tenaz e pronta, e da vasta leitura que possuía, o autor enganou-se neste ponto. Se ao escrever êste artigo tivesse à mão (que não tinha) a primeira parte da *Monarquia Lusitana*, não deixaria de recorrer a ela, como uma das fontes do *Viriato Tragico*, para verificar a exactidão desta sua suspeita. Abrindo o primeiro volume daquela obra, l. III, cap. 1, na fol. 209, col. 1.^a da edição *princeps*, leria o seguinte: — «... o insigne Capitão Viriato, nacido pera terror dos Romanos, & pera gloria, & liberdade do pouo Lusitano. Foy este singular Capitão, como diz Alladio, nacido na Lusitania interior, que he, conforme nosso estillo de fallar moderno, a que agora chamamos Beyra, filho dos Lusytanos antigos, verdadeyros moradores da terra, sê mestura de nenhũa outra nação, das muytas, que vierão pouoar esta prouincia: e como tal he necessario confessarmos ser da casta dos barbaros, moradores entre as brenhas, & asperezas da Beyra, cujos costumes, & modo de viuer, deyxamos declarado no primeiro liuro». — É o que sôbre o assunto escreveu o Dr. Fr. Bernardo de Brito no dito volume, publicado em 1597, quando Brás tinha de idade um ano. — *A. de V.*

delícia na paz do seu retiro, à beira do Alva, fase esta de que há diversos reflexos espalhados pelo poema.

Quando os lêmos pensamos em Sá de Miranda, refugiado na sua comenda do Minho, celebrando lá os encantos da vida rural e falando com horror na da côrte, cujas intrigas conhecia demasiadamente. Mas ocorre-nos então esta pergunta: ¿Porque é que Brás Garcia, desiludido do mundo e celebrando o viver de fidalgo aldeão, apesar de ter um maior dominio da forma, de exprimir não raro muito mais plenamente o seu pensamento, de ser, mais *escritor* do que Sá de Miranda, nos interessa muito menos? Parte da explicação deve ser outra vez pedida à divindade calva da nuca e de pés alados, que o poeta celebrou. Ela andava distante do seu tempo nada menos dum século.

Sá de Miranda escrevera as églogas filosóficas e a carta a António Pereira, senhor de Basto, numa época de transformação da vida portuguesa, quando o comércio da Índia e a conseqüente atracção da vida de Lisboa arrancavam aos seus solares a nobreza da província, fazendo dos antigos chefes do pais rural simples figurantes de côrte. A sua voz era a duma minoria da nação, terrivelmente lúcida no meio da embriaguez geral, e clamando contra a loucura da Índia, contra a loucura de

..... Lisboa,
Que ó cheiro desta canella
O reino nos despovoa¹.

Ele era, usando da sua própria alegoria, o homem enxuto no meio de todos os que molhara a chuva no primeiro de Maio, que, segundo uma crença popular, enlouquece. Por isso via tão bem a insânia dos outros, mas em vez de se banhar numa poça da chuva mágica, como a personagem da sua fábula, para ficar semelhante aos mais, preferia conservar estoicamente a sua lucidez, e, do isolamento em que se confinara, enviava aos loucos correndo alegremente para o abismo o seu brado triste e solene.

O caso de Brás Garcia é, pelo contrário, individual. A revoltante injustiça de que foi vítima, e que o desgostou para sempre da vida pública, não tem significação histórica; com aspectos diversos, segundo as épocas, é de todos os tempos. Leia-se esta observação do *Viriato*

¹ *Poesias de F. de Sá de Miranda*, carta v *A Antonio Pereira*, in edic. de CAROLINA MICHAELIS, pág. 237.

Tragico sôbre o servilismo da vida da côrte, que abate o orgulho aos mais soberbos:

Hé mar a Corte, & rios os senhores,
Que entrando nella, como nelle os rios,
Os que se tem cá fóra por mayores,
Perdem lá dentro a furia, nome, & brios ¹.

Sá de Miranda não escreveu nada mais eloquente nas suas poesias de carácter social. ; E todavia estes versos, tão finos, estão bem longe de ter o interêsse histórico dos conselhos ao senhor de Basto! É que isto é uma relexão abstrata, universal, de moralista dêsse árido século xvii, que, depois da agitação e das transformações profundas da Renascença, dá a impressão dum convento, cheio de quietação monótona, e estudioso.

O *filósofo* de Avô é, mais do que outra coisa, um homem fatigado duma vida aventureosa, e que resolve, como Candide, *cultiver son jardin*.

Esta particularidade é-nos fornecida por êle próprio em versos melódicos e cheios de frescura, ao descrever o sonho profético de Viriato, que se estende até à vila de Avô do século xvii, onde o poeta

..... anda cantando
Em numerosos versos seus louvores
Entre jardim, que fez, de quando a quando
Tosando as murtas & comendo as flôres ².

Além das causas históricas, há uma causa individual para a subalteridade de Brás Garcia, poeta da paz rural, relativamente a Sá de Miranda.

O autor do *Viriato Tragico* não via nos aspectos da natureza «a túnica viva da Divindade» como dizia Goete; para êle só existiam no mundo belas formas, belas atitudes, belos movimentos. Do mesmo modo, no remanso da sua aldeia e do seu jardinzito, só sentia agradáveis emoções, puramente orgânicas, de paz. E a linguagem gráfica e luminosa, que tinha ao serviço desta mediania de espirito, era como uma água transparente, deixando vêr o fundo próximo, em que se toma pé. Esta referência à música é uma prova tirada ao acaso,

¹ V. T. xv, 47. — ² V. T. xv, 26.

de entre muitas outras, da superficialidade e materialidade do seu sentir:

Amante foy sem falta o curioso,
Que a musica chamou d'alma igoaria:
Não tem o mundo prato mais gostoso
..... etc. ¹.

Sá de Miranda, pelo contrário, elevava-se à contemplação pantheista. Na sua obra encontram-se frequentemente frases, como esta da carta a António Pereira, falando da Natureza:

Deixais esta madre antiga²,

que, pelo menos aos meus ouvidos, ecôa gravemente nas naves do mistério. Até a evocação das merendas de agôsto na fonte da Barroca teem nele uma gravidade, um tom de veneração, vizinho da religiosidade. A sua obscuridade resultava dum desequilíbrio entre a profundidade da visão e o poder de a traduzir; e as incessantes correcções dos seus versos, que às vezes os punham ainda mais obscuros, representam a luta com a forma rebelde, para exprimir o inefável.



Voltando a Brás Garcia Mascarenhas.

É altamente louvável que se assinale por uma lápide, se não a sua casa, pelo menos o sítio onde ela existiu³. Ali, sem a menor esperança de glória nem de publicidade, sem mesmo ter provavelmente um auditório culto, a quem lêsse o que escrevia, passou êsse admirável artista os últimos anos da sua vida a compôr os seus qua-

¹ V. T. VIII, 120. — ² Loc. cit., pág. 248.

³ Ao escrever êste período, supunha o autor que já não existia a própria casa onde o poeta nasceu, viveu e morreu. Esta persuasão era comum em Avô; e foi pelos estudos feitos sôbre os documentos da familia Garcia Mascarenhas, em que muito me auxiliou Carlos de Mesquita, que um e outro chegámos à conclusão, segura e indiscutível, de que essa tradição era errônea, e que a primitiva casa dos Mascarenhas de Avô nos séculos XVI e XVII era a mesma que, descrita em primeiro lugar na escritura de instituição do vínculo (doc. CVII), sempre foi e ainda hoje é possuída e habitada pelos descendentes do poeta. A ela nos referimos já largamente nas págs. 9, 18, 37, 105, etc., explicando a origem do êrro vulgar na pág. 112 e segs. Acha-se hoje signalada, segundo o desejo do autor, aqui expresso, por uma bela lápide de mármore, esculpida por João Augusto Machado, comemorando que ali nascera o poeta a 3 de fevereiro de 1596. — A. de V.

drinhos, no género incomparáveis, só para se dar o prazer de os vêr ir nascendo, como as flores do jardim «que fez», de vêr a beleza ir saindo debaixo da sua pena. Grande parte dos papéis escritos com tão verdadeiro amôr, em obediência a uma vocação tão nobremente desinteressada, foram applicados em embrulhar semente de repollo, melão e outros mimos de horta, de que descendem talvez muitos dos que ainda hoje se comem em Avô e cercanias. Basta porém o que escapou aos embrulhos de sementes e aos recheios de romãs, para exigir mais que essa lápide à região, que tem a honra de ser pátria dêsse grande homem, pessoal e literariamente tão simpático.

Gustavo Flaubert teve a ideia de fazer erigir em Rouen ao seu amigo Luis Bouilhet um monumento, que consistiria em uma fonte simples e graciosa, encimada pelo busto do poeta. Se não houvesse êste precedente, eu não me atreveria a arrostar com os gracejos dos espirituosos, alvitando um monumento semelhante à memória de Brás Garcia Mascarenhas. Forte, porém, com o exemplo dum homem, que tão alto sentimento teve da beleza, e tão grande horror ao ridículo, pergunto: — ¿Tendo de se fazer uma fonte na sede do concelho de Oliveira do Hospital, a que pertence a terra onde nasceu, trabalhou e morreu o poeta, porque se não há de aproveitar esta ocasião, e dar à parte ornamental dessa fonte o carácter dum monumento modesto, mas artístico? Bastava um pedestal, encimado por um busto, e tendo uma inscrição, para que não seria difficil encontrar no *Viriato Tragico* uma sentença apropriada. Podia também ser o pedestal rodeado das armas das famílias, de quem descendia o poeta, com os paquifes no estilo das ornamentações heráldicas do seculo xvii. Para o projecto está naturalmente indicado um distinctissimo artista e arqueólogo da capital da região, o sr. António Augusto Gonçalves.

¿ O acréscimo da despesa, embora pequeno, é excessivo para os modestos recursos do município? Abra-se uma subscrição. E a região da Beira, onde o poeta estava enraizado por muitas gerações e por muitas linhas (como se vê do excelente trabalho biográfico e genealógico do sr. Visconde de Sanches de Frias), considerando que um grande homem é a flôr em que se concentra, de longe a longe, a seiva dispersa duma população, saberá mostrar-se digna de quem tão brilhantemente a representa na literatura nacional.

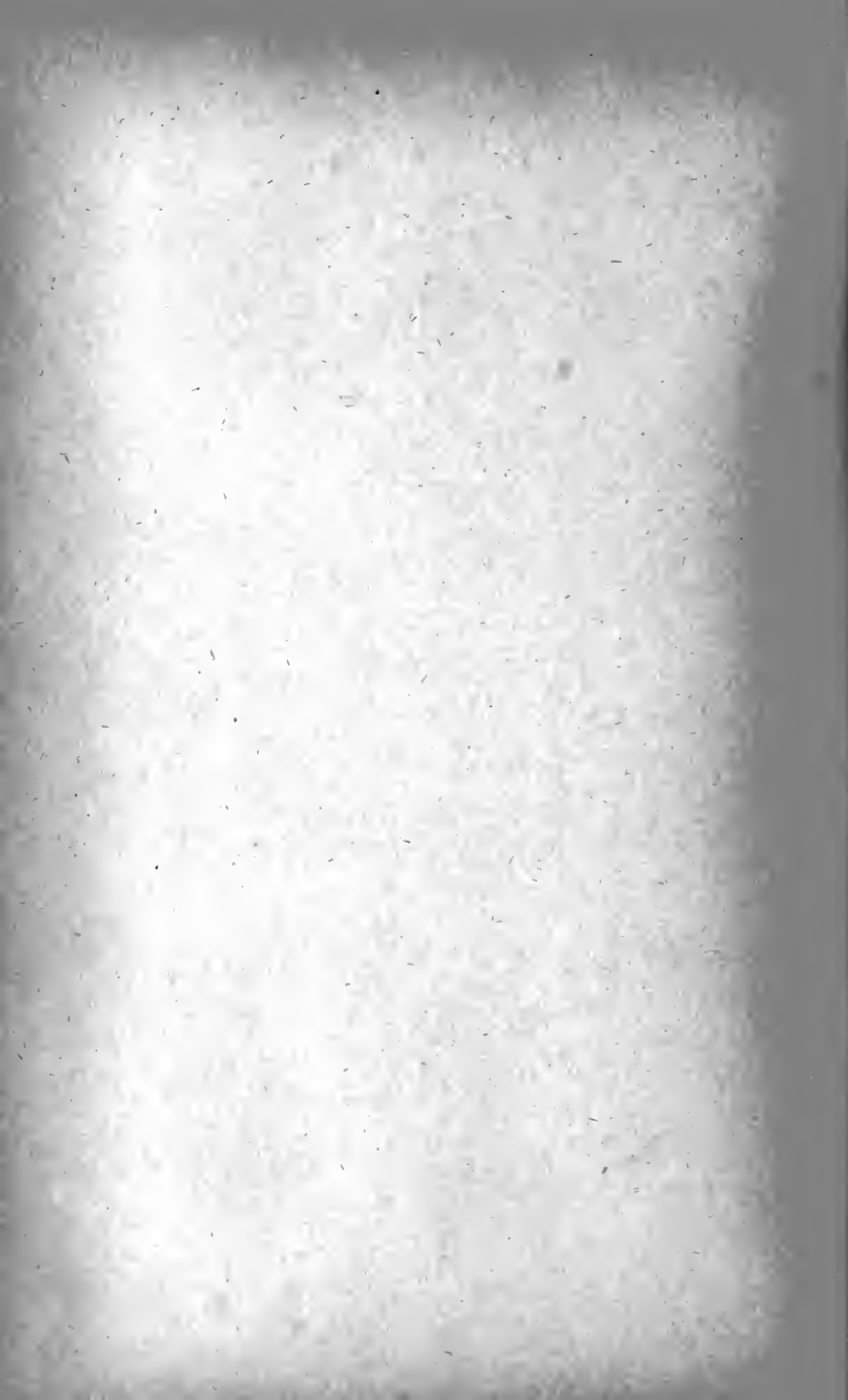


APÊNDICES



APÊNDICES

- a)* — DOCUMENTOS
- b)* — NOTAS GENEALÓGICAS
- c)* — ESQUEMAS GENEALÓGICOS



DOCUMENTOS



I

ALVARÁ DE D. JOÃO III NOMEANDO ESCRIVÃO DAS CISAS GERAIS
E DOS PANOS DE AVÓ E DE S. SEBASTIÃO A SIMÃO GARCIA,
AVÓ MATERNO DE BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS

(7 Janeiro 1557)

Dom Joham etc. aos que esta mjnha carta virem faco saber que cõfiando eu de symaõ guarcia mor na villa dauoo que nos officios de scripuam das sysas geraees e dos panos da dita villa e de são sebastiam seu Ramo me serujra bem e fielmente como a meu serujço compre e por elle ser examjnado e ayudo per auto pera me nos dtos officjos serujr plo barão dallujto vjor de mjnha fazda tenho per bem e me praz de lhe fazer delles Merce os quaees tinha per mjnha carta fernaão glz mor em olyura do espiritall e os Renüciou em mjnhas mãos per amRique madra crjado de Joham gomez tho do dro da casa da Jmdia seu ppdor per vertude de sua ppam bastamte que parecia ser fta e asynada per aº Rõiz tam do ppo e judiciall na villa de bobadella aos xxbj d. do mes de dezº que ora pasou deste ano presemte de bc lbij e a Renüciação do dito amRique madra parecia ser sobscripta e asynada per Jorge piriz tam das notas desta cidade de lixa e seus termos e casa do ciuel aos ij d. do mes de janyro deste dto ano cõ testas nelle nomeadas etc. E os dtos officios serujraa o dto symaõ guarcia emquamto eu ouuer per bem e não mãdar o comtro e auera cõ elles o mãtymto abayxo declarado ss. cõ ho das sysas geraees a Rezão de sesemta rs per mjlyeyro ate chegar a cõthya de mill rs per ano e mais não posto que as dtas sysas mais Remdão e cõ o dos panos aueraa dozentos rs per ano e mais não que são ao todo per ano mill e dozentos rs que he outro tanto como tynha e auya o dto fernão glz pla dita mjnha carta os quaees serão paguos ao dto symão guarcia a custa dos Remdros das dtas sysas quamdo forem aRemdadas e quamdo não ha custa de mjnha fazda e asy auera os proees e percallços que lhe drta mente pertencerem e forem ordenados aos dtos officios os quaees elle sera obrjguado a serujr juntamte e não serujmdo ho das sysas geraees lhe não sera esta carta guardada E Mamdo ao comtador da comarqua e a quaees qr outros officiaees a que o cto desto pertemcer que lhe dem a pose dos dtos officios e lhos deyxem serujr e aver o dto mãtymto proees e percallços pla manra que dito he sem duujda nem embargo que lhe a isto seja posto porque asy he mjnha merçe E elle jurara em mjnha chrya aos samtos euangelhos q̄ bem e verdadmte syrua os dtos officios guardamdo em todo meu serujço e as partes seu drto e paguou dordenado delles na dita chrya mill quatro cemtos vjmte rs que se careguarão e Rpta sobre o Ror della segdo se vyo per hũ seu cto em forma que se Rompeo ao asynar desta carta cõ ha outra que dos dtos officios tynha o dto

(4)

Brás Garcia de Mascarenhas

fernão glz e estromto de Renüciação el Rey noso sōr ho mamdou per dom R^o lobo barão dallujto do seu conselho v^{dor} de sua faz^{da} Joham esteuão ha fez é lixa a bij d. do mes de Janeyro ano do nacim^{to} de noso sōr Jhū xpo de jm^{bc} lbij.

(T.T. — *Chancellaria de D. João III*, l. LIV, fl. 187).

II

ASSENTO DO BAPTISMO DE MARCOS GARCIA, PAI DO POETA

(17 novembro 1564)

Ano de 1564. cura ãtonjo frz^t.

.....
Em hos dezasete dias do mes de novembro baptizei marcos f^o dantonjo alüiz e de sua molher Ana marquez foj padrinho gaspar frco¹ madrinha florentina de loureiro apresētado per marta de fig.^{do} todos m^{res} nesta vila.

ANTONJO FRZ^t.

(S.C. — *Registo paroquial da Bobadella*, l. 1, cad. 1.^o, fl. 39 v.^o).

III

ASSENTO DO BAPTISMO DE SUSANA MANUEL, AVÓ MATERNA DA MULHER DE BRÁS

(1 junho 1567)

Jo de 1567

no prim^o dia de Junho bautizey eu fernã Rõiz cura (?) a susana f^a de manael Joã e ma^a digo c^{na} Rõiz m^{res} nesta vila e forã padrinhos s^o frz^t e a c^{na} nũiz desta vila daboo hoje o primeiro de Junho 1567 anos.

(C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 2.^o, fl. 3)

IV

ASSENTO DO BAPTISMO DE HELENA MADEIRA, MÃE DO POETA

(26 setembro 1568)

Hera de 1568

.....
ao 26 de setembro bautizei a ilena f^a de Simão gracia m^{or} nesta vila e sua molher forão padrinhos ant^o de gouueia m^{or} em galizes e a molher de iõm frz^t o preto² m^{or} nesta vila³.

(C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 2.^o, fl. 8 v.^o).

¹ Casado com Maria Marques, tia materna do neõfito (Vid. *Not. geneal.* I, II, 5).

² Consta do registo paroquial de Avó que naquela época residiam na referida vila nada menos de cinco individuos de nome João Fernandes, os quais se distinguiam uns dos outros pelas designações seguintes: — o velho — o m^oço — o preto — do terreiro — da escada. — Note-se que a alcunha o preto não indica de modo algum que a pessoa a quem era applicada fosse da raça negra. Contemporâneo d'este, havia em Avó um outro homem de alcunha semelhante, que figura em vários assentos de baptismos com o nome de João Affonso o negro.

³ Não é assinado este termo, mas pela caligrafia reconhece-se ter sido lavrado pelo padre Pedro Nunes, cura de Avó.

V

ALVARÁ DE D. FILIPE II DE CASTELA PERMITINDO A SIMÃO GARCIA,
AVÓ DO POETA, QUE CONTINUE FABRICANDO PANOS COMO ATÉ ALI,
APESAR DO SEU CARGO DE ESCRIVÃO DAS CISAS

(6 julho 1582)

Eu el Rey faço saber aos q̄ este alu.^a virẽ que eu ej por bẽ e me praz que sjmão garcia mor na villa de voo posa por tempo de tres annos fazer panos de lã como os ate ora fez caregandosse os panos que asj fizer e liuro pello escrjuão da camara da dita villa como os dantes caregaua pa q̄ os drtes q̄ delles deuer possão vir e boa aRecadação o q̄ assj ej por bẽ se embargo de o dito sjmão garcia ser escrjuão das sjsas da mesma vila vista a eformação atras escripta q̄ me deste caso mandou o prouedor da comarca da cidade da guarda e o que os officiaes da camara da dita vila sobre jso apontarão pello q̄ mando ao dito prouedor e a todas mjnhas Justiças Officiaes e pas a q̄ este allua for presentado q̄ deixẽ ao dito sjmão garcia fazer os tais panos pello dito tempo de tres annos pondose e aRecadação no modo sobredito e cumprã e guardẽ este allua como se nelle contem e ej por bẽ que valha etc djo lopez o fez e lixa a bj de julho de mil b^c lxxxij e eu djo velho o fiz escrever.

(T.T. — Chancellaria de D. Filippe I, l. 5, fl. 5.)

VI

ASSENTO DO CASAMENTO DE GASPAR DIAS DA COSTA COM SUSANA MANUEL,
AVÓS MATERNOS DA MULHER DO POETA

(16 fevereiro 1586)

Do Anno de 86.

Aos 16. de feueiro recebi a gaspar diz filho de fernão gil de villa Cova com susana mel fã de Mel Joam e de cã rōiz desta villa. testã o prior de villa Cova Marcos frz^e e go mel.

ANTO DIAZ

(C.S. — Registo paroquial de Aró, l. 1, cad. 1.º, fl. 10 v.º).

VII

ASSENTO DO CASAMENTO DE MARCOS GARCIA COM HELENA MADEIRA,
PAIS DO POETA BRÁS

(19 agosto 1591)

Do Anno de 1591

.....
Aos dezanoue de Ag.^{to} recebi eu Ant.^o diaz Vig.^{ro} a Marcos gracia filho de Ant.^o alũz e de sua molher Anna marques iã defunta ¹ m.^{ors} na bobadella com Ilena

¹ É inexacta esta declaração. Quando se lavrou o presente assento eram vivos ambos os pais do noivo, que residiam na Bobadela. Antonio Alves Abranches faleceu passado ano e meio, a 21 fevereiro 1593, e Ana Marques, sua mulher, so vein a morrer quasi centenaria, e caquetica, a 18 abril 1619. (C.S. — Registo paroquial da Bobadela, l. 1, cad. 1, fl. 143 e 147 v.º).

(6)

Brás Garcia de Mascarenhas

mad.^{ra} filha de (*está roto o fundo da folha, onde continuava a linha, e acham-se intercaladas doze folhas com outros assentos; na 13.^a folha, depois desta, vem o resto do assento, assim:*) e de sua mulher Varoniqua nunez ia defuncta m.^{ors} em esta d^{ta} villa de Auo. Forão tas os p.^{es} Christouão glz^t e diogo piz^t beneficiados nesta Ig.^{ra} e o p.^e p.^o nunez cura em aldea das dez, e o p.^e bernardo caramello cura em Villa pouqua¹, e outros m^{tos}.

ANT.^o DIAZ

(C.S. — *Registo paroquial de Avó, l. 1, cad. 1.^o, fl. 134 v.^o e 147.*)

VIII

ASSENTO DO BAPTISMO DE FELICIANA MONTEIRA, IRMÃ DO POETA BRÁS

(11 junho 1592)

Do Anno de 1592

.....
Aos onze de junho baptizei eu Ant.^o diaz vig.^{to} a feliciana filha de Marcos gracia, e de sua mulher Ilena mad.^{ra} desta villa foi padrinho o s.^{or} João freire da bobadella², madrinha Joana pegada molher de simão g.^{ra} 3.

ANT.^o DIAZ.

(C.S. — *Registo paroquial de Avó, l. 1, cad. 2.^o, fl. 370.*)

IX

ASSENTO DO BAPTISMO DE MANUEL GARCIA, IRMÃO DO POETA

(10 fevereiro 1594)

Do Anno de 94

.....
Aos dez dias do mes de feue^{ro} baptizei eu Ant.^o Diaz vig.^{to} a Manoel f.^o de Marcos gracia e de sua molher Ilena madr.^a m.^{ors} nesta uilla foj padrinho João peres m.^{or} em oliueirinha, e madrinha Maria Jacome⁴ molher de Ant.^o Simões desta mesma uilla.

ANT.^o DIAZ

(C.S. — *Registo paroquial de Avó, l. 1, cad. 2.^o, fl. 39.*)

X

ALVARÁ DE D. FILIPE II DE CASTELA PROVENDO MARCOS GARCIA, PAI DO POETA,
NO OFÍCIO DE ESCRIVÃO DAS CISAS GERAIS E DOS PANOS DE AVÓ,
VAGO PELA RENÚNCIA FEITA POR SIMÃO GARCIA, SOGRO DAQUELE

(4 setembro 1595)

Dom filipe etc faço saber aos que esta carta uijrem q̄ hauendo Resp^{to} a symão guarcia Renüciar ã mjnhas maos o ofício de scripuão das sysas geraees e dos Panos

¹ Parente dos Madeiras Arrais de Avó.

² Representante da casa dos Freires de Andrada, senhores da Bobadela, ultimamente representada pela condessa de Camaride, ha poucos anos falecida.

³ Avó materno da neófito, ora casado em 2.^{as} nupcias.

⁴ Era prima coirmã de Helena Madeira, mãe do neófito (Vid. *Not. geneal.* II, III b, IV b e II, c e 3. — *Esp. geneal.* II, III, 13, 54 e 69).

da uilla dauoo e seu Ramo pa delle fazer merce a quem me aproueese como se vijo per huū estromto da dta Renūciação que dizija ser fto per paulo joão tam do ppo e judicial na villa de coja e fto e ella aos xiiijº do mes de Janeyro deste ano presēte de bc IRb cõ tas nelle nomeadas comfiando de marcos guarcia que me serujraa bem e fielmte como a meu serujco cumpre ey por bem e me praz de lhe fazer merce do dto officio de scripuão das sysas geraees e dos Panos da dta villa da voo e seu Ramo asy e da maneyra que os seruja o dto sjmão guarcia seu sogro e as maes pas que delle forão proujdas o qº officio elle marcos guarcia teraa e syrujraa equãto o eu ouuer por bem e não mādãr o comtro e cõ declaração que tyramdose ou extjmguyndo se e allgũ trº per qº qº causa que seja lhe não fique mjnha fazda por iso hobrijuada a satysfação allgũ cõ os quaees haueraa o mātymto habayxo declarado ss.cõ o das sysas geraees a Rezaõ de lx rs por mjhr.º te chegar a comtya de mill rs e cada ano e mais não e cõ o dos panos ijc rs por ano qº lhe serão paguos ha custa dos Remdros quãdo as dtas sysas forem aRemdadas e quãdo não ha custa de mjnha fazda que he outro tamto como tynha e auya o dto seu sogro plo que mamdo ao proueydor da comarqua da guarda que lhe dee a pose do dto officio e lhe deyx e auer o mātymto acima declarado e o dto marcos garcia foy examjnado e ayudo por auto pa os serujr e jurara e mjnha chrya aos sãtos euangelhos que bem e verdadmte os syrua guardando e tudo meu serujco e o dirto das partes e pagouou dordenado delles ao thro da dta chrya biiijc rs como se vyo per seu cto e forma fto plo scripuão della que os sobre elle careguou e Repta e asynado por ambos qº foy Roto ao asynar desta que por firmeza de todo mādey dar ao dto marcos guarcia selado do selo pemdente dado e a cidade de lixa a iij de setro el Rey o mādou per fernão da syllua do seu conselho do estado e vdoº de sua fazda mel vaaz a fez de jm bc IRb sebastião perestrello a fiz screpuer.

(T.T. — Chancellaria de D. Filippe I, l. 28, fl. 302).

XI

ASSENTO DO BAPTISMO DO POETA

(10 fevereiro 1596)

Do Anno de 96

.....
 Aos dez 1 de feuerº haptizou o p.º Diogo piriz a bras filho de Marcos gracia e de sua molher Ilena madr.ª foi padrinho gaspar diaz 2 e madrinha Joana pegada molher de Symão gracia 3 todos desta uilla.

ANT.º DIAZ

C.S. — Registo paroquial de Avó, l. 1, cad. 2.º, fl. 43 v.º).

1 Tinha sido escrita a palavra *noue*, que em seguida foi riscada, escrevendo a mesma mão, em entrelinha, *dez*.

2 Casado com D. Susana Manuel, avós que vieram a ser de D. Maria da Costa, mulher do poeta.

3 Avó materno do neófito, com cuja madrinha era casado em segundas núpcias.

XII

ASSENTO DO BAPTISMO DE VERÓNICA NUNES, IRMÃ DO POETA

(6 de dezembro 1597)

Do Anno de 97

.....
 Aos seis de Dezembro o p.^e Dioguo p̄z com minha licença baptizou a Varo-
 niqua filha de Marcos gracia e de sua molher Ilena madr.^a foy padrinho felippe
 madr.^a filho de Symão g.^{ra} ¹ e madrinha suzana Manoel molher de g.^{ar} d̄iz ²
 todos desta villa e por uerd. etc.

ANT.^o DIAZ.(C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 2.^o, fl. 46).

XIII

ASSENTO DO CASAMENTO DE GASPAR GARCIA, IRMÃO GERMANO DA MÃE DO POETA

(30 de dezembro 1597-7 janeiro 1598)

Do Anno de 98.

Aos sete dias do mes de Janr.^o eu Ant.^o Diaz vig.^{ro} fiz as benções a porta da
 igr.^a a g.^{ar} gracia filho legitimo de Symão g.^{ra} e de sua molher Joana pegada ja
 defunta m.^{ors} nesta villa, e a Maria manoel, filha legitima de M.^{el} João m.^{or} em
 buarcos e de sua molher C.^a roiz ia defunta m.^{or} q̄ foy nesta villa. Forão test.^{as}
 destas benções Symão madr.^a Thisour.^o nesta igr.^{ra} D.^{os} p̄z. João lopez, g.^{ar} d̄iz ³
 Juiz ordinario e outros m.^{tos}

E em o penultimo de Dezembro do anno passado de 97. recebi em face da igr.^a
 aos sobre ditos sem serē corridos os banhos por assi o mādār o l.^{do} g.^{lo} do quintal
 uisitador por lhe constar per test.^{as} q̄ perguntou q̄ maliciosa m.^{te} se podia impedir
 este matrimonio, e estando apartados se correrão os banhos e por não auer impe-
 dim^{to} lhe fiz as sobridas (?) benções. Forão test.^{as} do casam.^{to} em face da igr.^{ra}
 antes dos banhos o dito Symão mad.^{ra} Thisour.^o p.^o carualho g.^{ar} João ferrador
 Ant.^o Marques, Symão p̄z Alu.^o anes. Ant.^o frz.^o çapatr.^o Ant.^o frz.^o do outr.^o todos
 desta villa e outros m.^{tos} E por verd. etc.

ANT.^o DIAZ(C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 1.^o, fl. 138 v.^o).

¹ Portanto tio materno da baptizada, a quem deu o nome de sua mãe, Verónica Nunes (*Not. geneal.* II, III c, 3).

² Avós maternos de D. Maria da Costa, que veio a ser mulher do poeta Brás Garcia (*Not. geneal.* III, II).

³ É o mesmo Gaspar Dias da Costa, avô materno da mulher do poeta.

XIV

ASSENTO DO BAPTISMO DE MARIA GARCIA, IRMÃ DO POETA

(21 dezembro 1599)

Do Anno de 99

.....

Aos 21. de Dezembro baptizei eu Ant.^o Diaz vig.^{ro} a Maria filha de Marcos g.^{ra} e de Ilena madr.^a sua mol desta villa foy padrinh. o p.^o Ant.^o gomez vig.^{ro} do Eruedal, e madrinha Isabel nunez filha de Symão g.^{ra} ¹

ANT.^o DIAZ(C.S. — *Registo paroquial de Aró*, l. 1, cad. 2.^o, fl. 50).

XV

ASSENTO DO BAPTISMO DE PANTALEÃO GARCIA, IRMÃO DO POETA

(5 agosto 1601)

Anno de 1601

.....

Aos sinquo de Agosto baptizey eu Ant.^o Diaz vig.^{ro} a Pantalão filho de Marcos g.^{ra} e de sua mol. Ilena madr.^a foy padrinho Symão g.^{ra} ² madrinha Agost.^a lourenço mol. de fr.^{co} marquez da bobadella ³ e por verdade fiz este assento.

ANT.^o DIAZ(C.S. — *Registo paroquial de Aró*, l. 1, cad. 2.^o, fl. 53).

XVI

ASSENTO DO BAPTISMO DE ANA MONTEIRA, IRMÃ DO POETA

(15 setembro 1603)

Anno de 603

.....

Aos quinze de setembro baptizei eu Ant.^o Diaz vig.^{ro} a Anna filha de Marcos gracia, e de sua mulher Ilena madr.^a desta uilla. forão padrinhos assignados na forma do s.^{to} Concilio Affonso Vas m.^{or} em Ansariz ⁴ e madrinha suzana manool molher de gaspar diaz desta dita villa ⁵, e por verd. fiz e assiney este assento.

ANT.^o DIAZ(C.S. — *Registo paroquial de Aró*, l. 1, cad. 2.^o, fl. 58).

¹ Tia materna da neófito (*Not. general.* II, III c, 2; — *Esq. general.* II, 68).

² Avô materno do neófito.

³ Irmão de Marcos Garcia, por isso tio paterno do baptizado (*Not. general.* I, III, 2).

⁴ Casado com Leonor Jácome, segunda prima da mãe da neófito (*Not. general.* II, III b, II c, e III c).

⁵ Avós maternos da mulher do poeta.

XVII

ASSENTO DO BAPTISMO DE ISABEL GARCIA, IRMÃ DO POETA

(6 março 1605)

Anno de 1605

.....
 Aos seis de Março baptizei eu Ant.^o Diaz Vig.^{ro} a Isabel filha de Marcos g.^{ra} e de sua molher Ilena madr.^a desta uilla, forão padrinhos assignados na forma do s.^{to} Concilio João madr.^a ¹ e madrinha Eufemea paez de mesquita ² molher de felippe madr.^a todos desta dita villa, e por verd.^e fiz este assento.

ANT.^o DIAZC.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 2.^o, fl. 61 v.^o).

XVIII

ASSENTO DO BAPTISMO DE MATIAS GARCIA, IRMÃO DO POETA

(3 março 1607)

Anno de 607

.....
 Aos 3. de Março baptizou o p.^e M.^{el} Simois cura em Ansaris a Mathias filho de Marcos gracia e de sua molher Ilena madr.^a desta villa forão padrinho, e madrinha assignados na forma do s.^{to} concilio o p.^e João nunez cura em Aldea das dez e Anna gracia sobrinha do dito Marcos g.^{ra} ³ e pera lembrança fiz eu Ant.^o Diaz vig.^{ro} este termo.

ANT.^o DIAZC.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 2.^o, fl. 65 v.^o).

XIX

ASSENTO DO BAPTISMO DE ANTÓNIA GARCIA, IRMÃ DO POETA BRÁS

(2 novembro 1608)

Anno de 608

.....
 Aos dous de Novembro baptizei eu Ant.^o Diaz vigr.^o a Antonia filha de Marcos g.^{ra} e de Ilena madr.^a desta villa forão padrinho e madrinha assignados na forma do s.^{to} concilio felippe madr.^a ¹ e Antonia curada molher de Symão de freitas desta uilla.

ANT.^o DIAZC.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 2.^o, fl. 68 v.^o).¹ Marido de Joana Garcia Antunes, tia paterna da neofita (*Not. general.* I, III, 9).² Tia por afinidade da neofita, pois seu marido era irmão de Helena Madeira (*Not. general.* II, III c, 4).³ Filha de sua irmã Maria Garcia, residente na Bobadela (*Not. general.* I, III, 4).⁴ Tio materno da criança (*Not. general.* II, III c, 4).

XX

ASSENTO DO BAPTISMO DE FRANCISCO GARCIA, IRMÃO DO POETA

(9 março 1612)

Anno de 1612

.....

Aos nove de Março baptizei eu Ant.^o Diaz Vig.^{ro} a fr.^{co} filho de Marcos gracia e de sua molher Ilena madr.^a desta villa. forão padrinho e madrinha assignados Jose Marques m.^{or} em oliuejrinha¹ e Antonia Curada molher de Sjmão de Freitas desta mesma villa, e por verd.^e fiz e assinei este termo.

ANT.^o DIAZ(C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 2.^o, fl. 73).

XXI

MATRÍCULA NA UNIVERSIDADE DE COÍMBRA E FREQUÊNCIA
DE MANUEL GARCIA, IRMÃO DO POETA

(Anno lectivo de 1616-1617)

MATRÍCULA NO CURSO DE INSTITUTA

¶ m^{el} gracia f.^o de marcos gracia de Auo vinte e hum de outubro com certidão(A.U. — *Matriculas*, vol. 4, l. 5 [1616-17], fl. 35).

FREQUÊNCIA

¶ Manoel garçia de Auo.

prouou cursar de uinte e hum de Outubro de 616. te o fim de maio de 617. as
4.^o de Instituta t.^{as} Miguel peixoto E Martim da costa.

E eu sobred.^o o escrevi.D.^{or} ANTO L^{co}

MIGUEL PEIXOTO

MARTIM DA COSTA

(A.U. — *Provas de curso*, vol. 11, l. 1.^o [1616-17], fl. 128 v.^o).

XXII

ASSENTO DO CASAMENTO DE FELICIANA MONTEIRA, IRMÃ DO POETA

(21 agosto 1617)

Anno de 1617

.....

Aos 21. de Ag.^{to} Recebeo o pe feliciano gomes² m.^{or} na villa da Nadia estãodo nesta Villa de Auo com minha licença dada in scriptis e em face da ig.^{ra} a sebastião gomes filho de João gomez ia defuncto e de felippa barosa m.^{ors} na dita villa da Nadia freg.^a de São paio de Argos e de são tiago da Mouta com Feliciana Mont.^a f.^a de Marcos g.^{ra} e de Helena madr.^a m.^{ors} nesta villa de Auo. forão test.^{as} deste casam.^{to} eu Ant.^o diaz vig.^{ro} e o l.^{do} Ant.^o Diaz meu sobrinho, e os p.^{es} Sjmão

Suponho que era filho de Francisco Marques, irmão de Marcos Garcia, casado em Oliveirinha com Agostinha Lourenço (*Not. geneal.* 1, m, 2).

² Irmão do noivo.

mad.^{ra} beneficiado nesta ig.^{ra} e o p.^e Sjmão mad.^{ra} cura de pumares¹ e felippe
 madr.^a tabalião nesta villa² e outros m.^{tos}. E por uerd.^e eu sobredito Ant.^o Díaz
 vig.^{to} fiz e assinej este termo.

ANT.^o DIAZ

(C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 1.^o, fl. 150 v.^o).

XXIII

ASSENTO DO BAPTISMO DE D. MARIA DA COSTA, MULHER DO POETA

(18 novembro 1618)

Anno de 1618.

.....
 Aos dezoito dias do mes de gbro da mesma era sendo eu o padre Simão frz,
 cura nesta igr.^a de nossa srã da uilla de Auoo, com minha licenza baptizou o padre
 joam nũz cura de Anseris, A maria filha de Joam me^l e de maria madr.^a da Costa
 forão padrinhos bernardo caramelo beneficiado de Arganil³, e cesilia madr.^a soltr.^a
 filha de gaspar dias⁴ e por tudo, passar na uerdade fiz este termo e o Asinej.

SIMÃO FRZ

(C.S. — *Registo parochial de Avó*, l. 1, cad. 2.^o, fl. 81 v.^o).

XXIV

REQUERIMENTO DE MANUEL GARCIA, IRMÃO DO POETA,
 PARA SER ADMITIDO A CONCLUIR A SUA ORDENAÇÃO DE MENORES,
 E A RECEBER O GRAU DE SUBDIÁCONO

(Novembro de 1621)

Diz Manoel Guarçia f.^o legitimo de marquos Guarçia e de sua molher Illena
 madeira m.^{or} em a uilla de Auo deste Bispado de Coimbra; q̄ elle esta ordenado de
 prima tonsura, e primeiro Grao no ano de 615⁵, e que ora com o fauor deuino se
 quer ordenar dos outros tres Graus, e de ordens de Epistula nestas temporas q̄
 uem. E porq̄ nelle concorrem as partes necerarias pera as dd. ordens.

(*Acrescentamento da mesma letra:*)
 declara q̄ os auos da parte de seu pai
 forão Ant.^o alzⁱ e ana marq^z m.^{ors} na
 villa de bobadella e da mai Simão guarçia
 e varonica nunes m.^{ors} em Auo.

P. a V. S. q̄ dispensando com elle
 o admita e lhe mande fazer as deli-
 gencias necerarias.

E. R. M.

(C.E. — *Processo para a ordenação de Manuel Garcia*).

¹ Estes dois padres homonimos eram ambos parentes da noiva.

² Tio materno da noiva (*Not. geneal.* II, III c. 4).

³ Da familia dos Madeiras Arrais de Avó.

⁴ Tia materna da neóita (*Not. geneal.* III, II, 6).

⁵ Foi engano de quem escreveu o requerimento, que não é autógrafo. Manuel Garcia recebeu prima tonsura e o grau de ostiário a 18 fev. 1617, como deixamos dito no texto.

XXV

ASSENTO DO BAPTISMO DE ANA DUARTE,
MÃE DE MANUEL GARCIA DE MASCARENHAS, SOBRINHO E GENRO DO POETA

(14 agosto 1622)

As quatorze dias do mes de Agosto de seis cētos e uinte dous annos o P.^e M.^el da ponte capellão desta Igr^a de Santiago de Trauãqua baptizou a Anna f de João Jorge e de sua molher M.^a Duarte forão padrinhos D^{os} João de quintella freg.^a de S. P^o de farinha podre e frc^a simõis desta freg.^a e assinei.

O Por AMADOR VIEIRA

(C.S. — *Registo paroquial de Travanca de Farinha Podre*, l. 1, cad. 1.^o, fl. 57 v.^o).

XXVI

INFORMAÇÃO DO CURA DE AVÔ,
RELATIVA AO ORDINANDO MANUEL GARCIA, IRMÃO DO POETA

(21 fevereiro 1626)

Certefiquo eu o P.^e Ignacio Rõiz Cura q̄ ora sou nesta Igr.^a da villa de Auô que he verdade que eu publiquei e li o mandado do s^{or} Bispo Conde da Cidade e Bispado de Coimbra á estação da missa em como o P.^e M.^el gr.^{ca} natural desta Villa Clerigo de ord^{ns} de euangelho se queria ordenar de ord^{ns} de missa, o qual mãdado li, e publiquei Domingo passado que forão quinze dias deste mes de feuer.^o e o li em vos alta e entelegivel estãdo todo o pouo junto o qual li de verbo ad verbum, & ate oie nao saio impedim^{to} algũ dos cõtheudos no dito m^{do} n^o outro algũ: em comprim^{to} do qual digo que m^{to} b^e conheco ao sobre dito P.^e ser f^o legitimo de Marcos gracia e de sua molher Ilena madr.^a Christãos velhos dos principais da terra, & sendo eu Cura nesta mesma Igr.^a lhe fiz as deligencias por onde o dito P^e se ordenou de ord^{ns} de euãgelho, o qual sempre regedio nesta Vila frequentãdo suas ord^{ns} nesta Igr.^a e nas mais annexas a ella com m^{to} bom exemplo de sua p^a, e hom^e de m.^{to} boa vida e costumes, m^{to} virtuoso cõfessasse e commũga m^{tas} vezes nesta Igr.^a, he m^{to} bom latino, he m^{to} b^o casuista, & entendo em minha conçiencia que são m^{to} bem empregadas nelle as ord^{ns} que pertêde por entender & conhecer delle ter todas as partes requisitas p^a sacerdote de missa.

E no toquãte aos signais do rosto e hom^e aluo do rosto, os dentes aluos, a testa gr.^{de}, não m^{to} gordo; no toquãte aos signais do corpo não he m^{to} alto, o corpo b^e feito; de sua Idade achei... (*transcreve o assento de baptismo*). E feita assi esta carta e certidão com a deligência e segredo nescessario com forme ao mandado do Sn^{or} Ep^o a cerrei e selei, & a entreguei a um fcl, p^a que a entregasse ao Arcipres de trauãqua p^a que elle a inuiasse ao S^{or} Doctor Bern^{do} da fonssequa saraiua Provisor na Cidade e Bispado de Coimbra, oie aos uinte e um dias do mes de feur.^o da era de mil e seis centos & uinte e seis annos.

O P.^e IGNACIO RÕIZ

(C.E. — *Processo para a ordenação de Manuel Garcia*).

XXVII

INFORMAÇÃO DO CURA DE AVÔ, RELATIVA AO ORDINANDO
PANTALEÃO GARCIA, IRMÃO DO POETA

(17 fevereiro 1628)

Certifico eu o P.^e Ignacio Rõiz Cura q̄ ora sou na Igr.^a desta Villa de Auo, q̄ he Verdade, q̄ por pe do P.^e Pantaleão g.^{ra} Clerigo de ordens de Euãgelho meu freiges me foi dado hũ mādado do Sõr Dom João Manoel Bispo de Cidade & Bis-pado de Coimbra pa q̄ o desse sua devida execução, o qual recebi com o acatam^{to} devido, e loguo na segũda Domĩga deste mes, q̄ forão aos onze dias deste mes de feuer^o á estação da missa conuental q̄ disse a meus freigeses estãdo todo o pouo junto li e publiquei o sobredito mãdo em vos alta e inteliguiem em forma q̄ todos ouuirão ler, o qual li de verbo ad verbũ e não sahio ate oie impidim^{to} algũ de todos os contheudos no dito mādado, & de ferindo ao que nelle me em carregão digo e dou minha fé q̄ a seis annos, que nesta terra sou cura, & em todo este tempo conheci sempre ao ordinãdo Pantaleão gr.^a, o qual he f.^o legitimo de Marcos gr.^a, e de sua molher Ilena madr.^a Christãos velhos dos p̄cipais desta terra¹, o qual ordinãdo foi sempre e he ao presente m.^{to} virtuoso, pacifiquo, quieto, m^{to} frequẽte na Igr.^a exercita m.^{to} bẽ suas ordõs confessasse m^{tas} vezes, e comũga pello discurso do anno, & entoda esta terra não da escandallo algũ², he m^{to} curioso de aprẽder, e saber casos de consciencia, e outras cousas, que pertẽcẽ o seu officio³, E em minha consciencia digo e afirmo, q̄ as ordens, q̄ pertende são m^{to} bẽ empregadas nelle por q̄ da mostras de ser sacerdote de m^{ta} Virtude. No que toqua aos signais do rosto he homẽ alto do corpo, ainda sẽ barba⁴ a barba a modo de aguda o rosto comprido não m.^{to} aluo⁵, os olhos fermosos, as mãos grãdes e brãdo da fala⁶ e não mostra quãto ao aspecto do rosto ser de tãta Idade quanta tẽ⁷. Acerqua de sua Idade... (*transcreve o assento de baptismo*)... O que tudo passo na verdade oie em os dezassete de feueiro da era de mil e seis centos e uinte e oito annos.

O P.^e IGNACIO RÕIZ

(C.E. — Processo para a ordenação de Pantaleão Garcia).

¹ e nũqua ouue nelles raça algũa de algũa Infecta nação, acrescentava o mesmo cura na informação para a ordenação de menores do mesmo, escrita a 15 setembro 1625.

² não resediõ fora desta villa tempo algũ senão quãdo estudou nessa Cidade. (Informação para a ordenação de diãcono, escrita a 7 setembro 1627).

³ Na informação, a que se refere a nota anterior, o elogio do ordenando era feito nos termos seguintes: — he mãcebo m.^{to} hõrra.õ e de m.^{to} boa vida e costumes, e de m.^{to} entẽdim.^{to} e sabe m.^{to} bẽ latim (e algũs casos de consciencia, diz outra informação de 1 março 1626), m.^{to} temẽte a Deus m.^{to} continuo na Igr.^a dãdo sempre dessi m.^{to} bõ exẽplo, nũqua casou nẽ he casado, nẽ ate oie he sei falta algũa antes da dessi mostras de m.^{ta} virtude. (Informação cit. de 15 setembro 1625).

⁴ algũa cousa lhe apõta ia pello beijo de cima. (Ibid.)

⁵ as maçans das faces sobre o uermelho. (Ibid.)

⁶ os dẽtes aluos, sempre resediõ nesta villa. (Informação do mesmo cura datada de 1 março 1626).

⁷ No toquãte aos signais do corpo he homẽ alto não mto. grosso o rosto algũ tanto aluo, os dentes aluos as mãos grãdes, os othos garços e bẽ proporcionado en tudo. (Informação do mesmo para a ordenação de subdiãcono, escripta a 11 feveiro 1627).

XXVIII

PRIMEIRO ASSENTO DO REGISTO PAROQUIAL DE TRAVANCA DE FARINHA FODRE,
EM QUE FIGURA COMO PÁROCO MANUEL GARCIA, IRMÃO DO POETA

(8 outubro 1630)

Aos oito de Outubro de mil e seiscentos e trinta, eu o P.^e Pantaleão Garcia com licença do R.^{do} Prior M.^{el} Garcia, bautizei a Anna f.^a de Ant.^o Rûiz e Anna ferreira dos Couais forão padrinhos P.^o Glz^e e Luzia Cordeira deste lugar de Travauqua.

PANTALEÃO GARCIA

(C.S. — *Registo paroquial de Travanca de Farinha Fodre*, l. 1, cad. 1.^o, fl. 66 v.^o).

XXIX

PRIMEIRO DOCUMENTO EM QUE FIGURA COMO PRESENTE EM AVÔ
O POETA BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS, DEPOIS DO SEU REGRESSO DO BRASIL

(21 novembro 1632)

Anno de 632.

.....
Aos uinte e hũ dias de Nouembro baptizei a Antonio filho de Migel Nûz¹ e de Maria de Caceres, forão padrinhos assignados bras Garcia Mascarenhas, e Maria Gomes m.^{er} de p.^o de Matos² por uerdade fiz e assinei no mesmo dia era atras.

ROQUE DIAS DE MATTOS

(C.S. — *Registo paroquial de Avô*, l. 1, cad. 2.^o, fl. 99 v.^o).

XXX

ASSENTO DE UM BAPTISMO EM QUE FOI PADRINHO O POETA BRÁS

(4 fevereiro 1635)

1635

.....
Aos 4. dias de feuer.^o era presente baptizei a bras f.^o de Migel Nûz do casal da moura e de sua m.^{er} q̄ ueyo da Serdr.^a forão padrinhos assignados bras Gr.^{ca} mascarenhas, e sua irmão Varonica Nûz por lembr.^{ca} fiz e assinei no mesmo dia.

ROQUE DIAS DE MATTOS

(C.S. — *Registo paroquial de Avô*, l. 1, cad. 2.^o, fl. 101 v.^o).

¹ Miguel Nunes, irmão do L.^{do} António Dias, e do baptizante Roque Dias de Matos, então cura e mais tarde vigário de Avô (Vid. p. 25, nota).

² Pedro de Matos, irmão dos três a que se refere a nota antecedente. Eram todos sobrinhos do velho L.^{do} António Dias, vigário de Avô, de quem nos ocupámos no cap. II (vid. loc. cit.).

XXXI

ASSENTO DE OUTRO BAPTISMO EM QUE FOI PADRINHO O MESMO

(4 fevereiro 1635)

1635

.....
 No mesmo dia *(4 de fevereiro)* baptizei a Anna filha de Gp.^{ar} da Silua e de sua m.^{er} luisa Nüz. forão padrinhos assignados bras Gr.^{ca} Mascharenhas e Anna mad.^{ra} m.^{er} de Miguel Nüz. de Campos de q̄. fiz e assinei eodē die.

ROQUE DIAS DE MATTOS

C.S. — *Registo paroquial de Avó, l. 1, cad. 2.º, fl. 101 v.º).*

XXXII

INFORMAÇÃO DO VIGÁRIO DE AVÓ, RELATIVA AO ORDENANDO
FRANCISCO GARCIA, IRMÃO MAIS NOVO DO POETA*(22 fevereiro 1635)*

O P.^e Roque dias de mattos vig.^{ro} em a parochial ig.^{ra} de nossa Srã. da Assumpção da uilla de Avo. Certefiquo q̄ hé uerdade me foi appresentado hũ m.^{do} do Sõr. Deão, e mais dignidades do Cabido da s.^{ta} Sé de Coimbra pera ser publicado nesta ditta ig.^{ra} á stação da missa, em como fr.^{co} Garc.^a desta mesma uilla filho de Marcos Garcia e sua m.^{er} Illena Mad.^{ra} se queria ordenar de ordens menores, ao q̄ satisfiz como nelle se continha, lendo o de uerbo ad uerbum em o domingo da sexagessima onze dias de feuer.^o presente, E certefiquo não auer impedim^{to} algum, antes todos una uoce (ao publicar do m.^{do}) disserão ser o ditto ordinando fr.^{co} Gar.^{ca} mancebo benemerito, por ser honrado de sangue, pessoa, uirtude e boñs costumes, e eu assi o certefico na uerdade, Certefiquo mais ser o ditto fr.^{co} Garcia nacido nesta ditta uilla e na pia baptismal da ig.^{ra} baptisado, e de quatorze ãos pera sima de idade, e na mesma ig.^{ra} foi chrimado como tudo consta do liuro dos baptisados e chrimados q̄ ha na ditta ig.^{ra} e em poder meu está a q̄ me reporto e por uerdade passei a presente q̄ fiz e assinei hoie 22 de feuer.^o de 635 años.

ROQUE DIAS DE MATTOS

Declaro q̄ o ditto fr.^{co} Gar.^{ca} ordinando he mancebo alto do corpo idade 22 ãos (como ui do liuro) córado da cara, olhos baxos e inquietos, ou espertos, sociosio em p.^{te} da falla gentil homē, sem barba, começa o buço por uerdade fis e assinei eodē die.

ROQUE DIAS DE MATTOS

(C.E. — *Processo para a ordenação de Francisco Garcia, de Avó.*)

XXXIII

ASSENTO DE UM BAPTISMO EM QUE FOI PADRINHO O POETA

(13 outubro 1635)

1635

.....
 A 13 dias de 8.^{bro} baptizou o p.^e Simão mad.^{ra} de l.^{ca} minha João f.^o de J.^o Gomes e de m.^a misquitta¹ sua m.^{er} forão padrinhos Bras Gr.^{ca} M.^{as} e Catherina barratta pera lembr.^{ca} fiz eodem die.

MATTOS

(C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 2.^o, fl. 102).

XXXIV

ASSENTO DE OUTRO BAPTISMO EM QUE FOI PADRINHO O MESMO

(20 abril 1636)

1636

.....
 Aos 20 dias de Abril baptisei Ageda filha de Migel Nũ da Moura e de sua m.^{er} Isabel gr.^{ca} forão padrinhos assignado; bras Gr.^{ca} m.^{as} e hũa tia da baptisada do lugar da Serdr.^a cuio nome me não constou de q̄ fis este termo eodem die.

MATTOS

(C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 2.^o, fl. 102 v.).

XXXV

ASSENTO DE OUTRO BAPTISMO COM O MESMO PADRINHO

(28 setembro 1639)

Anno de 1639

.....
 Aos 28 de 7.^{bro} baptizei a Isabel f.^a de Ant.^o ferrão e de sua m.^{er} m.^a peres, forão padrinhos assignados bras Gr.^{ca} m.^{as} e m.^a de mesquitta² m.^{er} de J.^o Gomes botelho por lembr.^{ca} fis e assinei.

ROQUE DIAS DE MATTOS

(C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 2.^o, fl. 104 v.^o).

¹ Prima inteira do poeta, por ser filha de Filipe Madeira, tio materno deste (*Notas geneal.* II, III c, 4, e IV c^l; — *Esquem. geneal.* II, b).

² Vid. a nota antecedente.

XXXVI

ASSENTO DE UM CASAMENTO EM AVÓ, NO QUAL FIGURA
 COMO TESTEMUNHA BRÁS GARCIA

(10 maio 1640)

Anno de 1640

.....
 Aos dez dias de mayo se receberam nesta ig.^{ra} marcos Rõiz. com C.^{na} Gomes, elle f.^o de Ant.^o marques, e m.^a Gomes, e ella f.^a de m.^{el} frz.^e e m.^a Gomes, o p.^e Miguel frz.^e do emparo prior da feira lhe fez as bençõens nuptiaes. forão test.^{as} Ant.^o Rõiz Miguel Nũz. mathias frz.^e. marcos Gr.^{ca} bras Gr.^{ca} e outros m.^{tes} por uerdade fiz e assinei eodem die.

ROQUE DIAS DE MATTOS

(C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 1, fl. 161 v.^o).

XXXVII

RESPOSTA DE D. JOÃO IV

A CONSULTA DO CONSELHO DE GUERRA DE 23 DEZ. 1640,
 QUE FÔRA DE PARECER QUE SE NOMEASSEM DESDE LOGO
 OS OFICIAIS NECESSÁRIOS PARA O EXÉRCITO QUE SE IA CONSTITUIR

(29 dezembro 1640)

Por as considerações que se tem appontado ao Cons.^o em resposta de outras consultas, parece que por agora ate ver o numero de gente q̄ se podera leuantar no Reino E adonde conuira accudir primeiro com ella, se pode dilatar o prouimento de tantos officiaes como ha de hauer em tres exercitos, E a grande despesa q̄ será forçoso fazer com elles, consumindo o cabedal q̄ se ha de hauer mister para ao diante; com este supposto me proponha o Cons.^o de nouo sogeitos para escolher ate doze Capitães q̄ se enuiem a diferentes lugares a leuantar gente declarando per maior os seruiços e partes de cada hum; E segundo a quantidade de gente q̄ se for leuutando, e o que pedirem as occasiões se prouera no de mais. Em Lisboa a 29. de Dez.^{ro} de 640.

(*Rubrica del-rei*)

(T.T. — *Consultas do Conselho de Guerra*, março 1, n.^o 12).

XXXVIII

CARTA RÉGIA NOMEANDO D. ÁLVARO DE ABRANCHES DA CAMARA
 PARA O CARGO DE CAPITÃO-GERAL
 DE TODAS AS COMARCAS DA BEIRA, E DOS SEUS EXÉRCITOS

(15 janeiro 1641)

D. João &. faço saber aos que esta minha carta patente virem, que pela confiança que tenho de D. Alvaro d'Abranches da Camara, fidalgo da minha casa, do meu Conselho de guerra, governador e capitão geral de Mazagão, pela particular confiança que delle faço, tendo respeito as partes, qualidades, valor e merecimentos

que concorrem em sua pessoa, e á experiencia que tem das coisas da guerra, e que em tudo em que o encarregar me servirá a todo meu contentamento e satisfação e procederá com o mesmo zelo, e amor e fidelidade que procedeo na occasião presente e em tudo o mais de que foi encarregado, e da mesma maneira procederá na guarda e defensa das Comarcas da Beira e dos logares da raia della, de que ora o encarrego, e por folgar, por todos estes respeitos, de lhe fazer honra e mercê: Hej por bem e me praz de o prover do cargo de Capitão geral de todas as Comarcas da Beira e dos exercitos que nella se levantarem, para que me sirva na forma dos regimentos e ordens do dito cargo. Pelo que mando a todos os Alcaldes mores, donatarios, e fidalgos, Corregedores, Provedores, e Ouvidores, juizes, e justiças e mais pessoas das ditas Comarcas, mestres de campo, sargentos mores, capitães assi de infantaria, como de cavallo e mais officiaes e soldados e exercitos das ditas partes, a todos em geral e cada um especial, que obedeçam em tudo ao dito D. Alvaro d'Abranches da Camara, como a seu capitão geral, e cumpram suas ordens e mandados, como são obrigados e tão inteiramente como devem, sob pena de minha desgraça. E por esta carta o hei por metido de posse do dito cargo, e por firmeza de tudo lhe mandei dar esta carta por mim assinada e selada com o selo grande de minhas armas. Dada na cidade de Lisboa aos quinze dias do mes de janeiro, Domingos Luis a escreveu, anno do nascimento de Nosso Senhor Jhūs Cristo de mil e seiscentos e quarenta e um annos. Antonio Pereira a fez escrever

REJ

(T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. 1, fl. 16 e 25).

XXXIX

CARTA RÉGIA PROVENDO BRÁS GARCIA NO CARGO DE CAPITÃO DE INFANTARIA

(24 janeiro 1641)

Dom João, etc. faco saber aos que esta minha carta patente virem que pella confiança que tenho de braz gracia mass. e auendo resp.^{to} a suas partes e mercim.^{tos} seruiços e experiencia que tem das cousas de guerra e per confiar delle que en tudo o de que o emçaregar me scriuia con toda satisfação ej por bem e me praz de o prouer do cargo de capitão de hũa companhia de infantaria do exercito das comarcas da beira de que he capitão geral don aluaro dabramches da camara do meu cons.^o de guerra pera com ella me seruer a sua ordem aonde convier e isto emquanto eu ouuer por bem e não madar o cont.^o com o qual cargo auera o soldo que lhe pertence e gozara de todos preuelegios liberdades jzencões franquessas que dr.^{ta}m.^{te} lhe tocarem e de que gosão os mais capitães de infantaria e a dita companhia tera sempre prestes pera acoder com ella aonde se lhe ordenar como espero delle que o fara E per esta carta o ej per mitido de posse do dito cargo jurando pr.^o em minha Chr.^a que comprira intr.^am.^{te} as obrigacois delle E mando

REJ

(T.T. — *Chancellaria de D. João IV*, l. 12, fl. 13. 4).

1 A fl. 21 do l. 3 da *Secretaria do Conselho de Guerra* encontra-se, em seguida ao registo de uma outra carta do capitão, a nota seguinte: — *outra tal patente como a de cima de cap.m de jnfanteria pr.a a beira a Bras garcia mascarenhas.*

aos officiaes e soldados da dita companhia que o tenham per seu capitão e lhe obedeçam e guardem suas ordens como são obrigados E per firmeza de tudo lhe madejdar esta carta per mí asinada e selada cõ o sello grande de minhas armas Dada na cidade de Is.^a a uinte quatro de jan.^{ro} Antonio marques a fez ano de mil e seiscentos quarenta e hũ eu ant.^o p.^{ra} a fiz escrever diz o emmendado — Antonio.

XL

CARTA REGIA A D. ÁLVARO DE ABRANCHES DA CAMARA,
RECOMENDANDO-LHE QUE NÃO CONSINTA QUE SE PONHA INCÊNDIO
NOS LOGARES DO INIMIGO, A NÃO SER QUE ESTE, DEPOIS DE POUADO,
INCENDEIE O QUE É NOSSO; DEVENDO, EM TODO O CASO,
POUPAR-SE SEMPRE AS IGREJAS, AS MULHERES E AS CRIANÇAS

(19 setembro 1641)

Dom Alvaro de Abranches e Camara, amigo. Eu el Rei vos envio muito saudar. Considerando os grandes inconvenientes que tras consigo o modo de guerrear pondo o fogo e queimando os logares, experimentando sempre este dano, pela maior parte os mais pobres e miseraveis de cada parte, fui servido resolver que quando se offereça e haja occasião de se entrar em terras do inimigo, tomando-se alguns lugares seus que não se possam guarnecer para me ficarem, sejam saqueados, mas que não se queimem, porem se depois de feita desta parte esta demonstração, que se hade procurar seja notoria nos lugares dos inimigos, e se elles da sua proseguirem o modo de guerrear dos incendios, em tal caso se fará o mesmo com todo o rigor, guardando-se, porem, sempre as ordens dadas acerca das Igrejas, molheres e meninos. Do que me pareceu avisar-vos, para que tendo entendido o que se refere nesta carta, façaes que em conformidade della se proceda pelas partes a que abranger a vossa jurisdicção. Escrita em Lisboa 19 de setembro de 1641¹.

REI

(T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. 1, ll. 102 v.^o).

XLI

CARTA RÉGIA EXONERANDO, POR MOTIVO DE DOENÇA,
D. ALVARO DE ABRANCHES DA CAMARA,
DO CARGO DE CAPITÃO-GERAL DA BEIRA,
E COMUNICANDO QUE ERA NOMEADO PARA ESSE CARGO
FERNÃO TELES DE MENESES

(25 outubro 1641)

Dom Alvaro d'Abranches amigo. Eu el Rei vos envio muito saudar. Tendo entendido que vos achaes muito enfermo e impossibilitado de acudir ás obrigações desse cargo e que tendes precisa necessidade de vos curar houve por bem concedervos licença para o fazerdes e nomeio para o cargo de capitão geral dessa provincia da Beira a Fernão Telles de Meneses do meu Conselho de Guerra. E para que possaes logo usar da licença, sem esperar que chegue antes, mando encarregar a João de Saldanha, tenente geral da cavallaria dessa provincia, em quanto

¹ Idênticas se expediram aos outros governadores das fronteiras, com as datas de 18 e 19.

Fernão Telles não chega, que governe as armas. E vos fazendolhe entrega de tudo o que tocar a ellas, e está por vossa conta, com toda a boa razão e fazendolhe as advertencias necessarias, para melhor cumprir com a obrigação de meu serviço, vos podereis vir. Escrita em Alcantara a 25 de outubro de 641.

REJ

(T.T. — *Secretaria do Conselho da Guerra*, l. I, fl. 112 v.º).

XLII

CARTA RÉGIA NOMEANDO O CAPITÃO E SARGENTO-MÓR D. SANCHO MANOEL
MESTRE DE CAMPO DO EXÉRCITO DA BEIRA

(13 novembro 1641)

D. João etc. faço saber aos que esta minha carta patente virem que pella confiança que tenho do Capitão e Sargento mor Dom Sancho Manoel fidalgo de minha casa e por esperar d'elle que no de que o encarregar me servirá com toda a satisfação tendo respeito a suas partes qualidade merecimentos experiencia e serviços feitos por discurso de algũs annos em Milão Lombardia e flandes achandosse em muitas occasioes de guerra e particularmente na tomada de Belsuert donde sahio muito mal ferido e alem disto embarcarse para o Brasil na armada de que foi general o Conde da torre aonde assistio dous annos e achar se nas quatro batalhas que teue com a armada de Olanda sobre a Ilha de Tamaraca pelejando com muito ualor Hey por bem e me praz por todos estes respeitos de o prouer do cargo de mestre de campo da gente de guerra paga que ouer na prouincia da Beira aonde vay seruir com o qual auerá o soldo que lhe pertencer e gosará de todas as preminencias graças priuilegios isenções e franquesas que directamente lhe tocarem e de que gosão os mais Mestres de campo de meus exercitos pello que mando ao meu capitaõ geral da dita prouincia o tenha conheça honre e respõite como a tal mestre de campo e lhe deixe seruir e exercitar o dito cargo e ao Sargento mor capitaes ajudantes officiaes e soldados do dito terço lhe obedeção cumprãõ e guardem suas ordens como deuem e são obrigados e por esta o hey por metido de posse do dito cargo jurando primeiro na forma costumada que cumprirá inteiramente as obrigações d'elle e por firmesa de tudo lhe mandei dar esta carta por mim assinada e sellada com o sello grande de minhas armas. Dada na cidade de Lisboa aos treze dias do mes de nouembro Domingos Luis a fez anno do nascimento de nosso senhor Jesu Xpo. de 1641.

REJ

(T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. III, fl. 112).

XLIII

RESPOSTA DE EL-REI A DUAS CARTAS DE JOÃO DE SALDANHA, SÔBRE A URGÊNCIA
QUE HAVIA DE CONCLUIR AS REPARAÇÕES DAS PRAÇAS DA FRONTEIRA.

(3 dezembro 1641)

Joaõ de Saldanha Ev El Rej vos emuiõ muito saudar receberãõ se duas cartas vossas de 12. e 15. do mes passado em que auisais da necessidade que ha de se

1 Semelhante se escreveu a João de Saldanha.

concertarem e repararem os muros das praças dessa fronteira que falta gente para as acabar de prisiadiar por não haueir mais de 1400 infantes e faltar dinheiro para continuar as leuas, que se tomem por emprestimo 33 e tanto cruzados tocantes ao Inquisidor geral que estão na mão do Corregedor da Guarda em deposito e o que mais se ouuer de cobrar dellas pello natal e 47 cruzados que estão em Viseu depositados do Duque de pestrana e vendo tudo e o que mais aduertis me pareço dizeruos que estas duas partidas de dinheiro que apontais se ordene as pessoas em cujo poder está que o tenham em deposito prompto para quando se lhe pedir que será quando se ouuerem de continuar leuas de gente por se ter por bastante a que agora ha, e os dous Engenheiros que pedis se enuiarão para se acabarem as fortificações começadas e ausarem de outras que mais sejaõ necessarias. E por onde toca se tem ordenado que o dinheiro das 3.^{as} se não diurta das despezas das fortificações a que está applicado, de armas se tem mandado prouer essa prouincia com as mais que ha sido possivel, e das que mais forem vindo se acudirá, e em quanto esse gouerno estiuer por vossa conta espero não faltareis com o zello e cuidado deuido a quem sois Escrita em Lixboa a 3 de dezembro de 1641.

REJ

T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. 1, fl. 124 v.^o).

XLIV

CARTA RÉGIA A FERNÃO TELES DE MENESES COMUNICANDO A IDA DE
DOIS ENGENHEIROS PARA VEREM AS PRAÇAS E DESENHAREM
AS OBRAS QUE HAVIA A FAZER

(7 fevereiro 1642)

Fernão Telles de Meneses amigo Ev El Rej vos enuiu muito saudar a Pero Girles Sam Paulo e Nicolas de lile engenheiros enuiu a essa prouincia para verem as fortificações que está feitas nas praças della, e desenharem as mais que forem necessarias para sua defensão e segurança, encomendouos que com toda a breuidade procureis por em execução a obra que elles desenharem fazendo que se trabalhe nella com toda applicação para que se acabe antes que entre o verão e que com as pessoas destes engenheiros se tenha toda a boa correspondencia que se lhes deue para que obrem em tudo o que estiuer por sua conta com gosto e vontade. Escrita em Lisboa a 7 de fevereiro de 1642.

REJ

T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. 1, fl. 140).

XLV

EXCERPTO DE UMA CARTA DE FERNÃO TELES DE MENESES A D. JOÃO IV
PEDINDO A NOMEAÇÃO DE PESSOA COMPETENTE PARA GOVERNADOR
DA PRAÇA DE ALFAIATES; PARECER DO CONSELHO DE GUERRA E RESOLUÇÃO RÉGIA

(Maio-junho 1642)

De uma carta de Fernão Telles de Meneses de 22 de Mayo de 1642.

.....
Senõr. A Praça de Alfayates he a chauce de toda esta prouincia da Beira, necessita para a gouernar de hũa pessoa de grande experiencia e de grande talento,

porque nella se manda pôr o mayor golpe de gente que ouer paga, por que ademais de ser necessario para sua defenza della se acode a muitos logares uisinhos quando necessitaõ de socorros, o que soe ser muitas uezes por naõ se poderem deffender de outra maneira, e asy se V. Mg.^{de} for seruido mandar sogeito para ella tal que possa ocupar bem este lugar, entendo que será muito conueniente a seu seruiço.

.....
Portaria

Manda elRej nosso Senhor que se veja logo no Conselho de Guerra e se consulte o que parecer. Em Alcantara 2 de Junho de 642.

FRANCISCO DE LUCENA.

Consulta do Conselho de Guerra

SNOR

Aduerte o General Fernaõ Telles de Meneses no Capitulo da carta sua incluso, que V. Mg.^{de} manda se veja e consulte, quanto convem enuiarselhe hũ sogeito de grande experiencia e talento que governe a praça de Alfayates por ser a chauce de toda a Prouincia da Beira, e hauer de assistir nella o mayor golpe de gente paga que ouer nella.

O Conselho entendendo a grande importancia de que he assistir naquella praça hum sôldado de experiencia, valor, e toda a confiça e de quem se possa fiar a segurança e defenza della, e considerando em quais dos que de presente se achão nesta corte concorrem estas partes propoem logo por ganhar tempo para o posto de Capitaõ mor de Alfayates ao Sargento mór Diogo Gomes de Figueiredo que o he do terço da nobreza que gouerna o Marques de Montaluaõ, o capitao Francisco Barroso, e ao Capitaõ João Babilão de Sousa todos tres sogeitos de muitos annos de seruiço em guerra viua, e que nos postos que occuparaõ nella deraõ inteira satisfçaõ, e o que V. Mg.^{de} escolher deuz uençer o soldo que lhe tocar pelo ultimo posto que ouer tido, pagandosselhe conforme as ordens de V. Mg.^{de} por serem todos tres soldados de fortuna e naõ terem cabedal para se sustentar sem soldo, e naõ se poder escusar dalo aos Capitaes mores que o forem de praças que ficão taõ vezinhas a Raya como Alfayates. Lisboa 21 de Junho de 642.

(*Tres rubricas*¹)

Resoluçõ da Consulta

Nomeo ao Capitaõ João Babilão de Sousa e o soldo seja como parece. Em Alcantara 21 de Junho de 642.

(*Rubrica del-rei*)

T.T. — *Consultas do Conselho de Guerra* maço 2, n.º 180.

¹ De D. João de Meneses, do Conde de Penaguão, e de D. João da Costa, conselheiros presentes.

XLVI

RELATÓRIO DIRIGIDO A D. JOÃO IV POR FERNÃO TELES DE MENESES
SÔBRE ASSUNTOS DA GUERRA, EM QUE REFERE TER PRESO
POR INCONFIDENTE O CAPITÃO BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS, COM UM OUTRO;
CONSULTA DO CONSELHO DE GUERRA

(Julho-agosto 1642)

Relatório

S.^{OR}

Duas Cartas de VMg^{de} recebi com este correo hũa escrita pella secretaria de estado, e outra pella do Cons.^o de guerra, e a data de ambas em hũ mesmo dia, pella p.^a me manda V Mg^{de} que faça com breuidade segar o pam que ouuer por esta aRaya naõ admitindo pratica que o inimigo intente fazer, em rezão de se poderem Recolher os trigos de hũa e outra parte sem perigo, e que eu lhe precure fazer a guerra em toda a ocaziaõ que se me offerecer com todo o rigor, e tras disto me faz V Mg^{de} na dita carta as honrras que costuma fazer aos que o seruem com o zello e amor que em mĩ Reconhesse ter a seu Real seruisso, e pella segunda feita pelo Cons.^o de guerra me faz V M^{de} m. de me dizer que pella experiencia ter mostrado que nas emtradas que pellas fronteiras se tem feito he maior o dano que se recebe que a utilidade que se consegue e que o que couem sobre tudo he tratar de fortificar e ter as prazas em estado defensiuel e que conuinha ao seruisso de V Mg^{de} que asim como se lhe da conta das emtradas que se fazem nas terras do inimigo e do dano que recebe se lhe desse tambem dos que elle fes neste Reyno e dos danos que delle se recebe mandandome fizesse rolação por menor das emtradas e danos que o inimigo tem feito nesta Prouincia e por que partes e a que lugares chegou e o que obrou nelles así de mortes como de roubos e insendios por ser seruido de querer ter de tudo inteira noticia, e satisfazendo ao que V. Mg^{de} me manda nesta parte, digo que desdo pr.^o dia que cheguei a esta Prouincia ate hora presente em que faço esta dei conta a V Mg.^{de} mui por menor de tudo o que nella succedeo pello gouerno e como me não descuidey desta obrigação o fazello por Duplicadas uias me não pareceo necessario por não cansar a V Mg.^{de} a quem sem embargo de ter dado conta de tudo o torno a fazer agora como mo manda fazendo relação de todos os successos, e así digo que cheguando aqui em 3o de Março, traitei logo de saber o estado em que o inimigo estaua de forças e auendo conhecido seu poder que se não hera maior que o nosso não hera menor e mouido da rezão que logo reprezentei a V Mg^{de} aiuntei a gente que pude q̄ ao todo entre gente paga e da ordenança faria mil e quatro sentos infantes e com elles entrei a serra da gatta tomei o Castello d'Elges a uilla de Valuerde e a uilla d'Elges, fazendo lhe tomar a estas duas Villas a uos de V Mg^{de} clamando o por Rey e s.^{or} pella qual rezão os liurei de serem saqueados obrigandosse as ditas duas villas por este beneficio a dar cada somana o pão aseite e uinho necessario p.^a sustentação do presidio que hauia metido no Castello E nesta entrada morrerão do inimigo 8, ou 9, pessoas e da nossa parte nem morto nem ferido algũ, e no Castello deixei ao Mestre de Campo D. Sancho M.^{el} com 300 infantes e me retirei a uilla de penamacor aonde comesei a tratar da fortificação della por ser fronteira tão importante e 4 dias

depois de minha chegada me ueo noua como o inimigo tinha sitiado o dito Castello e tendo asim entêdido tratei de lhe fazer levantar o serquo aiuntando p.^a este effeito a gente que pude que foi m.^{to} menos que a da pr.^a entrada, marchei na uolta do dito Castello ao qual fiz logo levantar o serquo que o inimigo fez sem esperar m.^{tas} horas e perdeo nesta refrega 5, ou 6 soldados e da nossa parte não ouue perda algũa e somente o inimigo matou nos dias que teue cercado o dito Castello ao capitão João Correa de Sousa q̄ por hũa torneira lhe entrou hua bala perdida e na mesma noute q̄ seguio o dia que fiz levantar o serquo me aloiei na Villa de Valuerde com toda a gente q̄ leuaua. Em o outro dia auistei a uilla de são Martinho com tenção de acometer como fiz occupando tres postos por onde enuisti suas trincheiras combatendo as e dando lhe grandes cargas de mosquetaria por mais de 4 horas porem o tempo me ajudou tão mal que depois de estar arrimado as ditas trincheiras choueou tanta agoa en tanta quantidade e tão continuada q̄ molhou a poluora murão e casoletas de sorte q̄ não tomauão fogo e asim foi forcado uisto cheguar-se a noute e não ter aonde me acortelar retirarme como fiz deixando morto ao inimigo 120 homens e queimadas algũas cazas na mesma villa e estando o socorro q̄ de Cidaud Rodrigo uinha p.^a a dita villa a minha uista e constando de caualharia e infantaria não som.^{te} me não busquarão uendo o dano q̄ lhe estaua fazendo ao dito lugar mas nem me impedirão o passo na retirada e da nossa parte so ouue perda de 8 soldados e tres ou quatro feridos e naquella noute me tornei alojar na Villa de Valuerde e no outro dia auendo reconhecido hũ Padraсто que o Castello de Elges tinha de q̄ se não auia dado ja por estar na serra cuberto com algũ mato e que uoltando me eu a Portugal o inimigo poderia tornar a serqualo e não ser posiuel ir cada dia aleuantar serquos por não ter gente necessaria me resolui a desmantelar o dito Castello como logo fis queimando a maior parte delle e a uilla de Elges por auer quebrado a palaura que tinha dado de reconhecer sempre a V. Mg.^{de} por seu Rey e s.^{or} foi saqueada e abrazada e com isto me uoltei outra ues a Penamacor aonde me detiue algũs dias continuando com a fortificação e passados elles me fui a Almeida aonde logo tratei de tomar Aldea Do Bispo por ser lugar mui uezinho e auendo no dito lugar 200 soldados pagos e 200 moradores q̄ com elles tomarão armas estando bem fortificados foy Ds. seruido de q̄ conseguisse o intento entrando o dito lugar e matando lhe ao inimigo mais de 123 homens e trasendo prisioneiros 146 e o gouernador da Praça e 2 Alferes e 2 sargentos e outras pessoas particulares, e da nossa parte não ouue mais que dous (*à margem*: o lugar de Casteleio queimei neste mesmo dia) feridos e morto o Capitão alonso de touar e como o dezeio de seruir Mg.^{de} me não deixaua descuidar de o fazer depois deste dia fiz fazer 4 entradas das quais se trouxerão quantidade de gado e tras destas se fez outra em Villar de porquo de donde se trouxe outra preza e com ella a dous clerigos q̄ no dito lugar se acharão sendo hũ delles degnidade da See de Ciudad Rodrigo e outro benefeciado daldea do Bispo e saindo o inimigo a querer resgatar a dita preza com caualharia e infantaria lhe forão tomados doze caualos com seus soldados e armas e se trouxe a preza tanto a seu pezar q̄ dahí a pouquos dias fiz arazar a fontes lugar de Castella hũa cazaforte na qual se recolhia gente p.^a fazer correr a Raya e como esta caza p.^a elles hera de tanta importancia em breues dias a tornarão a reedifiquar, e así me resolui acabar aquelle lugar de hũa ves e sahi de Almeida com a pouqua caualharia q̄ ali tinha e com 500 infantes sabendo q̄ o inimigo estaua com golpe de gente lhe amanhasi sobre

o dito lugar e comesando a bater a dita caza com 2 peças que leuei me ueio auizo q̄ o inimigo por tres partes o uinha socorrer como de feito fes porem succedeu lhe tão mal que iuntandosse todo seu socorro em que uinha o seu mestre de campo general e lho rompi matando lhe m.^{ta} gente e tomando lhe cantidade de armas seis caualos 6. prizioneiros 4. tambores e entre os seus mortos hũ capitão de que fizerao grande sintim.^{to} e fiquei s.^{or} do campo e com este successo me recolhi outras ues a Almeida sem da minha parte auer mais q̄ 3 feridos e nenhũ morto e com isto o inimigo despego o lugar e eu lhe mandei arazar a cazaforte dali a huns dias de maneira ficou que a não tornarão a leuantar mais, e em 3 de julho indo comesar a tratar da sega do pam sahio o inimigo do guardão com 600 infantes e m.^{ta} caualharia e em campanha raza se cõbateo cõn nosco e da nossa parte aueria 400 infantes e 80 caualos e durou a resfregua quizi tres horas e resultou della o matar lhe ao inimigo 2 capitõis e a m.^{tos} soldados e trazer prezo hũ sargento mor e a des soldados e lhe tomarão m.^{tas} armas que deixarão no campo auendo o desemparado cõ grande desordem que foy cauza de lhe matarem tanta gente sem da nossa parte auer morto, nem ferido mais que dous, e hũ caualo morto e depois deste successo se fes outra entrada junto a gualheguos em que se tomou ao inimigo boa cantidade de gado, e agora ultimam.^{te} em 22 do presente se fez hũa entrada em o pinhal de Ciudad rodrigo 4 legoas a dentro de Castella de donde se trouxe 450 cabeças de gado uacão e alguns prizioneiros, e nas distancia destas 4 legoas saquearão os soldados alguns luguares q̄ acharão despeitados e este he o dano q̄ ao inimigo tenho feito q̄ não ha sido pouquo porque em espaço de 3 mezes q̄ ha q̄ comessei a guerra lhe tomei hũ castello e o fis des serquar e o arazei e hua cazaforte e destruy as Villas d'Elges Valuerde Aldea do Bispo Casteleio e fontes e lhe tenho morto mais de quinhentos homens e prezo mais de duzentos com tantas prezas de gado como se ue per esta carta comprindo mui inteiram.^{te} a ordem q̄ V. Mg.^{de} me tem dado p.^a q̄ faça a guerra con todo o rigor encontrandome cõ o inimigo tantas uezes ficando eu sempre s.^{or} do campo com tanta reputação das armas de V. Mg.^{de} O dano que elle nos tem feito relatarei eu agora a V. Mg.^{de}.

Estando em Penamacor aonde me recolhi da pr.^a entrada que fiz em Castella como tenho relatado me ueio auizo q̄ descarigo aquiã fogido pera Castella 2 capitõis hũ pago que ahi estaua de gornição com huma companhia e outro da ordenança con quatro ou sinquo pessoas das mais nobres do dito lugar de cujos nomes e sua fugida dei logo conta a V. Mg.^{de} e depois de estarem em Castella com informação q̄ delles deuia tomar o inimigo e com o fauor que achou em Bras gracia mascarenhas gouernador de Alfaiates que eu tenho prezo por pouquo confidente porq̄ quando menos lhe queria entregar a praça, como consta de sua deuaasa, ueio por aquella parte da noisa a Raya e achando resistencia em aldea da ponte de donde Bras gracia tinha tirado a gornição q̄ ali estaua porq̄ melhor pudesse conseguir seu intento, e uendo com isso não podia passar adiante pera se meter em Alfaiates como lhe tinha prometido o dito Bras gracia se foi fazendo algũ dano nas aldeas daquella araya como são forcalhos fuinhos lagioza aldea uelha queimando em cada hua destas aldeas algumas cazas, e seya lhe a V. Mg.^{de} presente como cada aldea destas consta hua de trinta cazas e outras de uinte e sinquo e que p.^a lhe fazer este pouquo dano bastauão seis ou sete homens porque não tem nem pode ter nenhua resistencia e se eu quisera queimar em Castella luguares semelhantes o tiuera feito a mais de sinquenta mas não me pareceo que

seria fação de estima obrar nada em couza tão uil da mesma maneira pello fauor que o inimigo achou em Rodrigo soares pantoia governador de Almeida, e prezo por mim por esta cauza como do auto de sua prizão e deuassa se uera, ueio no mesmo tempo a ual de la mula hũa aldeia nossa bem no estremo da Raya q̄ não chega a 35 cazas cuios moradores uierão a Almeida q̄ dista so meia legoa da dita aldeia a pedir socorro q̄ o dito R.^o soares lhe não quis dar pella qual rezão pegou fogo o inimigo a esta aldeia e hera tão pouquo o seu poder q̄ resolucndosse des soldados q̄ na Praça de Almeida assistião a socorrer a dita Aldeia uendo q̄ Ro soares lhe negaua o socorro bastarão elles só p.^a fazrem retirar o inimigo e trazer alguns despoios que os moradores tinhão deixado antes de se sairem deste lugar como fizerão tanto q̄ auistou o inimigo, os moradores de freneda e de escarigo e de são p.^o de rio sequo, sem o inimigo lhes fazer dano algũ obrigados do temor por estarem tão perto da Raya despeiarão os lugares recolhendosse ao certão, como tambem em Castella os Castelhanos despeiarão villar de seruo, e uilar de la egeia Alameda Barquillo espeia Tontes uilar de porco obrigados do temor q̄ lhe cauzou a minha uinda de Penamaquor a Almeida aonde logo uim em socorro das nossas aldeas fazendo m.^{tas} prizões em pessoas pouquo confidentes de q̄ logo fiz relação a V Mg.^{de} E este he o dano q̄ o inimigo tem feito fiandosse no fauor q̄ achou nos seus confidentes, agora seia V Mg.^{de} seruido de julgar se he maior o dano q̄ o inimigo nos tem feito que a utilidade q̄ se conseguiu nas emtradas e danos q̄ lhe tenho contado, como consta da relação q̄ nesta carta faço tão aiustada com os successos q̄ tem passado pellos quais V Mg.^{de} por tantas cartas suas q̄ em meu poder estão me tem honrado fazendo me a m q̄ de sua grandeza podia esperar Nosso s.^{or} G.^{de} a catolica pessoa de V. Mg.^{de} como seus vazalos auemos mister. Guarda 25 de julho 642.

FERNÃO TELLES DE MENESES¹

Consulta do Conselho de Guerra

Refere o General da Beira Fernão Telles de Meneses na carta inclusa que recebo duas de V Mg.^{de} hũa escrita pela secretaria destado e outro pela do Cons.^o de guerra. Na 1.^a lhe manda V Mg.^{de} que com toda a breuidade faça segar o pão que ouer junto á raya não admittindo pratica q̄ o inimigo intente fazer em rasão de se poderem recolher os trigos de hũa, e outra parte sem perigo, e q̄ procure fazer lhe guerra em toda a occasião com todo o rigor. Na 2.^a Que pella experiencia ter mostrado que nas entradas que pellas fronteiras se tem feito he major o dano que se recebe, que a vtilidade q̄ se consegue, conuem sobretudo tratar de fortificar, e ter as praças em estado defensauel; E que assim como da conta das entradas que tem feito nas terras do inimigo, e dos danos que lhe tem dado, a dee tambem das que elle fez neste reyno, e dos danos que delle se recebeo, mandando de tudo relação por menor, para V Mg.^{de} ter inteira noticia do q̄ nesta materia ha passado. —Ao que Fernão Tellez satisfaz na carta inclusa particularizando os successos, e os dannos q̄ o inimigo tem recebido em espaço de tres meses que ha que gouerna a guerra naquella Prouincia, fazendo entradas em Castella, nas quais tomou hum Castello ao qual sitiando depois o inimigo, o fez descerquar, e o arrazou e a hũa caza forte, destruindo lhe as villas de Elges, Valuerde, Aldea do Bispo, Castellejo,

¹ Esta carta relatório é toda autógrafa.

e Fontes matando lhe mais de quinhentos homẽs, prisionando mais de duzentos, tomando lhe m.^{to} gado, encontrandosse m.^{tas} uezes com o inimigo ficou sempre senhor do campo com muita reputação das armas de V Mg.^{de} E posto q̄ do inimigo se tem recebido tambem algum dano nas entradas que fez nas Aldeas da Ponte, Forcalhos, Lagiosa, e Aldea Velha queimando algũas casas, (dando causa a isto a infidelidade dos Capitães Bras Garcia Mascarenhas, e R^o Soarez Pantoja com que tinha trato, que por esta razão os tem prezos) com tudo foi de tão pouca consideração, a respeito do que tem recebido, como se pode ver mais particularmente da relação que faz por menor na carta inclusa.

Ao Cons.^o pareceu dizer a V Mg.^{de} que a carta que pella Secretaria deste Cons.^o se escreveu a Fernão Tellez, que se encontra com a que lhe foi da mesma datta p^{la} do Estado procedeo da resolução que V Mag.^{de} tomou em hũa cons.^{ta}, e sempre conuira que quando succeder escrever aos Generais e frontr.^{os} sobre hũa mesma materia por diferentes uias, não se diffira na sustança por não causar enleos, e o descontentamento que Fernão Tellez mostra ter de que hauendosse lhe escrito pela secretaria destado com fauor, e agradecimento, fazerse pella de guerra com aduertencias do q̄ deuera, e ha de fazer. Lx^a 8 de Agosto de 1642.

(Duas rubricas¹)

Resolução à margem

Fiquo aduertido do q̄ se contem nesta consulta. Em Lx.^a a 13 de Agosto de 642.

(Rubrica del-rei)

T.T. — Consultas do Conselho de Guerra, março 2, n.^o 243.

XLVII

CARTA DE D. SANCHO MANOEL A EL-REÍ PEDINDO LICENÇA PARA SE RETIRAR DA CAMPANHA, POR NÃO PODER CONTINUAR A SUSTENTAR-SE SEM RECEBER DINHEIRO, E POR LHE SER DIFÍCIL SERVIR COM O GENERAL FERNÃO TELES; RESOLUÇÃO RÉGIA

(7 novembro 1642)

SNR

Bem notorio sera A Vmag.^{de} ho animo E zelo q̄ Ei mostrado em todas as hocasihõis q̄ se ão hoferesido do Real seruiso de Vmg.^{de} nesta fronteira comrespõdêdo A minhas hobrigasõis. Agora se me hoferese Represẽtar a Vmg.^{de} A impossibilidade con que me Acho de poder Continuar ho que tâto dezeio nesta frôteira E É deuerẽsme oito mezes de soldo q̄ p^a quem E tão pobre como Vmg.^{de} sabe que Eu sou me parese que não A sido pouca fineza ho sustẽtarme todo este uerão sendo sêpre em tudo ho que se emprẽdeo ho primeiro E se as possibilidades de uma mai pobre e uiua forão bastãtes continuara por diante como atêqui. Ademais Srõ que nesa Corte tenho negocios así meus como de minha may q̄ nesestião de minha Assistêsia e sê ela pereserão e o inuerno q̄ impossibilita cõ seu rigor as entradas de Castela pode fasilitar A Vmg.^{de} ho fazerme merse de cõsederme lisensa polo

¹ Do Conde de Penaguião e de Joanne Mendes de Vasc.^{os}, que foram os conselheiros presentes neste Conselho.

têpo limitado que for seruido E quando Vmg.^{de} não seya seruido de comsederme esta merse ma fasa dando me lisensa que me recolha este inuerno a uma comêda de que me fes merse porq̃ alç de não ter conq̃ me sustêtar, com ho general fernão telles me é mui difficuloso seruir por uer quão pouca conta fas dos soldados hõra-dos e ualentes e quam remisso é no inportâte do seruiso de Vmg.^{de} cuia Catolica e Real pessoa Ds^t guarde largos e felizes anos como a cristãdade a mister. Guarda 7 de nouẽbro 642.

DOM SANCHO MANOEL ¹

Resolução régia

Veja-se e consulte-se no Conselho de guerra — Lisboa a 28 de novembro 642.

(Rubrica del-rei)

XLVIII

CONSULTA DO CONSELHO DE GUERRA SÔBRE ACUSAÇÕES
FEITAS POR FERNÃO TELES DE MENESES CONTRA D. SANCHO MANOEL.

(17 novembro 1642)

Sñor. — Na carta inclusa que V. Magestade manda se lhe logo dá conta a V. Magestade o general fernão Telles de meneses do motivo que o Mestre de Campo Dom Sancho Manoel tomou para se discontentar e se retirar do exercicio do seu cargo e seruiço de V. Mag.^{de} q̃ em sustancia vem a ser que mandando o general prender hum capitão de infantaria por haver afrontado a outro scandalosamente, e havendo primeiro que procedesse á prisão tirado devassa o Auditor do exercito da pendencia, lhe hir pedir o Mestre de Campo que lhe desse menagem em sua casa, o que elle fez e tornando lhe a pedir de ali a tres dias que lhe desse o lugar por prisão lho negou por evitar inconvenientes porque ou este capitão havia de ser julgado (suposto q̃ a parte o accusasse) ou haviã ella de desistir e fazerem se amigos para o poder soltar e que constaua de muitas testemunhas, como só por esta cauza deixou o Mestre de Campo o quartel e se foy para a Guarda donde está, deixando o seruiço de V. Magestade porque mandando lhe elle o general hum papel de hum soldado para informar como he costume respondeu que não hera Mestre de Campo e não exercita o officio má acção para este tempo em que o inimigo anda tão inquieto e os soldados com pouco gosto por falta das pagas e lhe parece que o seruiço de V. Magestade se atrasa muito por não hauer ali Thenente general da Cavallaria despois que se veo João de Saldanha nem agora hauerá Mestre de Campo e em toda a parte he costume serem os superiores respeitados quando obrão bem no que fazem em ordem ao seruiço de seus Reis que de tudo dá conta a Vossa Magestade para que sobre esta materia mande V. Magestade ordenar o que mais conuier a seu seruiço que sempre deve ser de modo que fique com satisfação quem serve a Vossa Magestade bem. Vendosse e considerandosse tudo Pareção ao Conselho dizer a V. Magestade que o delicto que cometteo o Mestre de Campo he grave e de muito ruim exemplo e que he de parecer que se responda ao General que elle o deuerá mandar prender logo que ser provido quar-

¹ Toda a carta é autógrafa.

tel, e que o prenda logo e depois de estar preso poderá V. Magestade usar de sua clemencia conforme elle o merecer nos termos com que conhecer o erro que fez que sem duvida foi grande e a razão de estar tão vezinho ao inimigo e a gente de V. Magestade falta de cabos fazer mayor a sua culpa e delicto e a prisão vem a ser hum castigo publico e exemplar para dar satisfação tambem publicamente a desobediencia feita ao general; e se a demonstração não passasse da reprehensão a poderá elle fazer secreta ficando com o exemplo a porta aberta para os que quiserem desobedecer aos generaes o fazerem sem nenhum respeito nem receio de castigo.

Dom José de Meneses diz que he do mesmo parecer porem que visto o general o não prender logo como pudera e se houuer metido tempo em meio, não ha-uendo hoje naquella provincia Thenente General da Cauallaria nem outro Mestre de campo e Dom Sancho segundo as noticias que ha he bom e valente soldado, ainda que se entende que não sabe muito estando a guerra tão viua de presente naquella fronteira entende elle Dom Joseph que será justo mandar V. Magestade reparar nestas razões e considerar se bastará dar-se huã reprehensão a Dom Sancho visto tambem não hauer sido ainda ouuido nem se saber a razão que poderá ter e dar em desculpa do que fez. Lx.^a 17 de Novembro de 1642.

(Com tres rubricas).

Nota do secretario

Tambem foy voto Dom Aluaro de Abranches.

Resolução

Tenho defirido em outra consulta da data desta. Lx.^a 11 de Dez.^o de 642.

(Rubrica del-rei).

(T.T. — Consultas do Conselho de Guerra, maço 2, n.^o 413).

XLIX

RELATÓRIO DIRIGIDO A D. JOÃO IV POR FERNÃO TELES DE MENESES,
SÔBRE ASSUNTOS DA GUERRA, EM QUE REFERE QUE D. SANCHO MANOEL
ABANDONÁRA O SERVIÇO, PARTINDO DE ALFAIATES PARA A GUARDA,
E DALI PARA PARTE INCERTA

(21 novembro 1642)

SROR

Com este Correio recibi hũa carta V. Mg.^{de} pella qual se seruiu V. Mg.^{de} de me mandar aduertir que depois de auerẽ marchado p.^a esta Prouincia os caualllos que uierão da Ilha como se me tinha auizado, se considerou que no estado da fra-queza em que se achauão se podia temer que morreçem no caminho, e que soçe-deria o mesmo aos que aqui chegasem por cauza da destemperança e frialdade da terra, que este dano se poderia remediar com os inuiar a alojar a terra menos fria p.^a se refazerem e por em estado de poderem com o trabalho da Guerra e que com estes supostos fora V. Mg.^{de} seruido de mandar ordenar aos capitães das compa-nhias que do lugar em que os achaçe esta ordem Marchassem pera Evora e aloja-çem naquella cidade e lugares de seu termo pera se repararem ate Março e depois

seruirem na fronteira de Alemtejo ou donde a necessidade o pedir, que dos caualllos que ha nesta Prouincia se podia ella remediar milhor e com menos despeza recolhendo aos 150 caualllos que D. Alu.^o de Avranches tinha alistado e que sendo necessario mais caualr.^a nesta mesma Prouincia se podião levantar e fazer ate 500 caualllos de mais dos 150 e que serião de mais prestimo e proueito, e se seruiua V. Mg.^{de} de me mandar auizar pera que o tiuesse assi entendido e procurasse que logo se recolhem os 150 caualllos e fizesse alistar os mais que entendesse herão necessários p.^a que haja os que baste p.^a a defença destas Praças, e que p.^a se conseruarem huns e outros, e se lhes acudir pontualm^{te} com seus socorros se me mandaria o dinheiro necessario. E auendo uisto tudo o que V. Mg.^{de} se serue de me mandar per esta carta Digo que suposto auer ja escrito a V. Mg.^{de} sobre a caualaria que se mandou retirar e hir p.^a Alemtejo não direy sobre esta materia mais nada, sem embargo do m.^{to} que esta Prouincia necessitaua della pois V. Mg.^{de} assi foi seruido; E emq.^{to} aos 150 caualllos que V. Mg.^{de} me manda que faça recolher, e são os que D. Alu.^o de Avranches tinha alistado açho que delles se seruiu V. Mg.^{de} ategora nesta fronteira porque estes tais alistados por não virem a ella derão cauallo e armas e dr.^o p.^a os soldados que em seu lugar se montarão, de modo que a caualr.^a que eu açhey q.^{do} vim a esta Prouincia em todas as companhias foi feita por este modo, e com ser tão pouca que não chegaua a 140 caualllos mais da metade anda auzente por falta de soccorros, e alguns caualllos morrerão com o excessiuo trabalho q̄ tinhão, a falta delles nesta Prouincia he grande mas sem embargo disso farey Diligencia que V. Mg.^{de} me manda em que se continue com a lista das comarcas fazendo a de todos os que tiuerem fazenda p.^a ter cauallo na forma do regim.^{to} aduertindo lhes a M. que V. Mg.^{de} lhes faz de que p.^a a conseruarê se serue de mandar com que sejião socorridos sendo isto assim e achandosse caualllos poderão estar as frontr.^{as} como conuê sem embargo de q̄ auera Dillação no effeito da execução desta Diligencia, e do q̄ della resultar darey conta a V. Mg.^{de} O inimigo tem alojado a sua caualr.^a pellos lugares vezinhos á Raya, e faz outra Praça de armas a de mais da que tinha em Cidad R.^o em Alcantara auizao assi M.^{el} Lopez brandão que esta em Saluaterria: Crece lhe o poder, e a mim se me deminue o que tinha pela Reção que tantas vezes tenho representado a V. Mg.^{de} for seruido de que esta gente seja socorrida estarão as Praças seguras e sem isso reçoeyo lhe grande trabalho porque ja auizei a V. Mg.^{de} como os soldados que estauão em Villar mayor, chegarão a dezemparar a villa e o castello de sorte que soo oito ficarão naquella praça, e os quatro mil cruzados que agora aqui remeteo o o Th.^o dos tres estados forão a mayor p.^a delles em Realles singellos castelhanos moeda que esta prohibida per hũa Ley de V. Mg.^{de} com penna de que a pessoa que for com ella açhada emcorrera na que se dà a quẽ faz moeda falça, e assi ande ter trabalho os pobres soldados em a passar porq̄ não auera quẽ lha tome, eu ordeney como ja tenho auizado que deste dr.^o que V. Mg.^{de} se seruiu de mandar se fosse dando cada dia a cada soldado jnfante e de cauallo o que lhe tocasse a Reção de seu soldo p.^a que com isso os tiueçe sertos esses dias que o dinheiro durasse suposto que não hera bastante p.^a fazer pagas; do descontentamento que sobre isso ouue entre elles dey eu conta ja a V. Mg.^{de} e do estado de tudo tão meudam.^{te} que me pareesse que poderia ser mollesto se o tornaçe a referir tudo consiste em andar a gente paga como isto seja tera V. Mg.^{de} soldados e as Praças seguras que tanto importa pois o inimigo anda vigilante.

Mandame V. Mg.^{de} conforme as ordens que tinha sua difira ao que M.^{el} Lopez

brandão gou.^{or} de Saluaterra pede em a sua carta que juntamente com a de V Mg.^{de} me veyo, e m.^{tos} dias ha que elle poderia estar prouido de tudo o que pede se ouera dr.^o e à falta delle não tem esta Praça e as demais o necessario, não faltãdo elle nesta Prouíncia mas ouue ordens p.^a todo se remeter a essa cidade e sobre esta materia tenho dado larga conta a V Mg.^{de} e poucos dias ha que ordenãdo ao Juiz de fora de Castello br.^{co} q̄ serue de C.^{or} fizesse mantim.^{tos} p.^a meter na fortaleza de Saluaterra me respondeu que pedindo ao Prouedor dr.^o p.^a os fazer lhe dissera que tinha ordem expreça de V Mg.^{de} p.^a mandar todo o que inha a essa cidade, e algũ Pão que em ocazioens apertadas que aqui ouue se tomou a Particullares se lhes esta ainda deuedo por não auer com que lho pagar e elles clamão e com isso nem a elles nem a outros se lhes pode pedir mais, assi que V Mg.^{de} se deuia seruir de mandar se satisfizesse a estes p.^{es} e sobre tudo tomar contas como tantas vezes hey pedido p.^a que o Pagador as possa dar, e com isso lhe ser a V Mg.^{de} presente o que elle tem recebido, e despendido, e assy mais o que se deue aos Particullares como tenho referido.

O Mestre de Campo D. Sancho M.^{el} tem deixado o seruiço de V Mg.^{de} a cauza de o fazer foi que mandando eu prender a hũ Cap.^{am} por auer afrontado a outro, pediu me que lhe desse omenajẽ em sua caza o que logo fiz sem embargo de ter parte por mo elle pedir, e dahi a dous dias me pediu o ditto Mestre de Campo que lhe desse o lugar por prizão, isto me pareceu que não deuia fazer sem o ditto Capitão ser julgado ou a p.^e dezistir da accusação que lhe fazia porque como se sentia aggrauada puderia resultar mayor incõuiniente de se soltar o prezo a de mais de que fazello não hera Justissa, por isto se foi, sem l.^{ca} de Alfayates a donde eu me auia recolhido o dia em que desbaratey ao inimigo em Aldea da Ponte pera a guarda, e mandando lhe hũ papel p.^a imformar sobre hũ sarjento respondeo que ja não hera Mestre de Campo, e da Guarda se foi e delle não tiue mais noua: se esta accsão foi boa, e se aos Generais de V Mg.^{de} he justo que os inferiores lhe tenham resp.^{to} V Mg.^{de} o mande julgar, e se conuẽ tão bem a seu real seruiço que as pessoas de semelhantes postos o deixẽ andando o inimigo tão inquieto como ategora andou por estas arayas, e prezẽte lhe sera a V Mg.^{de} que em todas as relaçoẽs que mandey dos bons suceços que nosso s.^{or} foi seruido de dar as armas de V Mg.^{de} por estas p.^{es} aboney nellas a pessoa do Mestre de Campo D. Sancho M.^{el} e se elle quiser fazer boa informação com verdade poderá assegurar que não poderia topar com General que tão bem lhe diferisse a tudo o que elle queria como eu, e q.^{to} mais isto asim he tãto menos desculpa terã no que fez mas eu nisto ssõ quero que o seruiço de V Mg.^{de} se respeite, e assim mandara V Mg.^{de} ordenar o que for seruido sobre este Particular.

Thenente General p.^a a Caua.^{ra} não ha nesta Prouíncia depois que se foi João de Saldanha bem pudera fazer este offiço P.^o de Souza de Castro que de presente rezide em Vizeu por Cap.^{am} mór he fidalgo de vallor, tem seruido, e sobre tudo a sua callidade: tãobem ha m.^{ta} falta de cabos, e os demais dos Cap.^{ams} e gouernadores das Praças me pedẽ l.^{ca} p.^a se hirem eu lha tenho negado pella falta que vejo ficão fazendo ao seruiço de V Mg.^{de} a quẽ me paresse que alguns deuẽ de recorrer p.^a a pedir; se a alcançarẽ não ha pessoas que possam suprir a sua prezença V Mg.^{de} fara o que for seruido cuja catolica pessoa nosso s.^{or} g.^{de} como seus vassallos auemos mister. Guarda 21 de nou.^{to} 1642.

FERNÃO TELLES DE MENESES

(T.T.— Consultas do Conselho de Guerra, maço 2, n.^o 456).

L

REQUERIMENTO DE D. SANCHO MANUEL A EL-REI, EM QUE ALEGA OS SERVIÇOS VALIOSOS
PRESTADOS NA GUERRA, EXPLICA A RAZÃO PORQUE SE AUSENTARA DURANTE UNS DIAS
E PORQUE EXIGIRA DINHEIRO AO PAGADOR SEM ORDEM DO GENERAL,
E SE QUEIXA DE ÊSTE O MANDAR PRENDER,
REMATANDO POR PEDIR UMA DEVASSA AO SEU PROCEDIMENTO

(Fins de novembro 1642)

Dom Sancho Manoel representa a V. Mag.^{de} que elle esta seruindo a V. Mg.^{de} no cargo de Mestre de campo do Exercito da Beira de que V. Mg.^{de} lhe fez mercê, com o zelo, cuidado e desejo de asertar no seruiço de V. Mg.^{de} que espera seja presente a V. Mg.^{de} não só pelas cartas e informações do general daquella provincia Fernão Telles de Meneses, mas ainda por todas as pessoas daquellas partes, de que V. Mg.^{de} fosse servido querer se mandar informar, e até o presente assistiu sempre naquellas fronteiras, tendo com os inimigos dellas os recontros e pelejas que são notorias a V. Mg.^{de} e de maneira que nunca chegou a ter vista delles, sendo muitas, que os não pusesse em desbarato e alcançasse delles muitas vitorias com que as armas de V. Mg.^{de} tem nellas a reputação que se sabe; e porque com a entrada do inverno e neves que naquellas partes fazem a campina intratavel, lhe pareceu não poderia fazer falta qualquer ausencia que fizesse, e se achou cançado da continua assistencia passada, se foi estar sete ou oito dias descansando do trabalho della em hũa aldeia, sete ou oito leguas da Guarda, continuando até li nella com o exercicio de seu officio, de que algũas pessoas pouco amigos do serviço de V. Mg.^{de} tomaram occasião para dizerem ao General que elle largava o posto e desobedecia a suas ordens por haver feito esta jornada sem lha communicar, o que não fez, por ella ser por tão poucos dias, e em que se não necessitava de sua presença. Persuadido o Geral destas razões se queixou a V. Mg.^{de} parecendolhe que elle Dom Sancho não queria exercitar seu cargo, o que nunca deixou de fazer, nem se podia esperar de seus procedimentos e qualidade, nem da larga experiencia que tem da milicia, em que sempre se criou; antes tornou logo para a Guarda, e sem saber da queixa que o General havia feito a V. Mg.^{de}, pois não havia dado causa para ella, pediu ao seu pagador lhe mandasse dar seus soldos, por não ter outra cousa para continuar o serviço de V. Mg.^{de}, e por que com elles sustentava e dava mesa a muitos soldados que o ajudam a servir a V. Mg.^{de}; e porque o pagador lhos não quis dar, tendo dinheiro para o fazer, foi a sua casa, e elle reconhecendo a razão que para isso havia lhe pagou, e por que o fez sem ordem do General, que para este caso não era necessaria, o Geral julgando por culpa a instancia que elle fez para se lhe pagarem seus soldos, o mandou logo prender e fica na cadeia publica da Cidade da Guarda, com tão grande escandalo e sentimento do povo e soldados, que teve grande trabalho em os aquietar de fazerem um grande motim. O que tudo soffreu com o animo que tem de não dar occasião a que se perca ou arrisque o serviço de V. Mg.^{de}, mormente estando a vista do inimigo; e porque sua honra e a reputação com que até gora serviu a V. Mg.^{de} e venceu tantas vezes os inimigos, está tão arriscada, nũa prisão tão afrontosa, quando devera esperar grandes satisfações da grandesa de V. Mg.^{de} merecidas por seus serviços e animo com

que tantas vezes offereceu a vida pela honra e reputação das armas de V. Mg.^{de} e de novo as arriscara outras tantas pela mesma causa.

P. a V. Mg.^{de} lhe faça merce mandar por um Ministro de grande confiança e inteireza devassar dos procedimentos com que elle tem servido a V. Mg.^{de} e achando-se que cometeu culpa algũa o mande V. Mg.^{de} castigar com todo o rigor de justiça, e quando conste o zelo, lealdade e riscos com que tem continuado até o presente o serviço de V. Mg.^{de} lhe faça V. Mg.^{de} mercê de mandar dar satisfação de vida a prisão tão afrontosa e em que tem padecido tanto sua honra e reputação, e não pede melhoramento de prisão, para que achandose-lhe culpa, o tenha V. Mg.^{de} mais pronto para o castigo. e. R. m.

(T.T. — Consultas do Conselho de Guerra, maço 3, n.º 36).

LI

RELATÓRIO DO GENERAL FERNÃO TELES DE MENESES EXPLICANDO O SEU PROCEDIMENTO COM D. SANCHO MANUEL, E AFEANDO O PROCEDIMENTO DÊSTE

(5 de dezembro 1642)

Senhor — Tenho dado conta a V. Magestade dos excessos de D. Sancho Manoel e de como per elles estaua prezo na Caza da Camera da Cidade da Gúarda sendo assi que seu Procedimento meressia outra prizão diferente porque até dali está encontráo do o seruiço de V. Magestade de modo que sendo tão necessario nas fronteiras que os Capitães e officiaes assistão nellas assi para segurança das mesmas Praças como para que os soldados com esse exemplo as não dezemparem mandou ao Capitão Manuel Teixeira de Macedo e ao Alférez Flami Pertal que o he da Companhia do ditto D. Sancho e a hũ soldado de a cauallo que veio com Sebastião de Mahe a essa cidade sem l.^{ra} minha sendo assy que V. Magestade tem ordenado que todo o official ou soldado que se for sem ella lhe não admittirá Petição algũa em rezão de seus requerimentos alem de que estas companhias totalmente faltão todas de todo assi per ficarem sem capitão e officiaes que os detiuessem como pello dito D. Sancho lhe dar occasião a isso pello que faz porque publica que se os soldados não são pagos como quizerão he porque eu faço tramoyas com o dinheiro de V. Magestade e como baste pouco para que os soldados se persuadão mayormente quando he dito por hũ mestre de Campo andão de sorte que os não posso aquietar e muitos se tem ido Particularmente da Companhia do ditto Mestre de Campo, e primeiro que se fossem vierão vinte sinco delles a Guarda armados; a tenção não sej qual fosse, mas sei que alguns fallarão com o dito D. Sancho e porque eu os mandaua prender per auerê deixado seu quartel se forão da cidade, toda a diligencia que pode fazer per me malquistar com elles faz, e não he isto em pouco prejuizo do seruiço de V. Magestade mayormente em tempo em que o ene-

migo anda tão solícito per se aprouceitar da ocazião quando se lhe offerecer; e estas inquietações e sizania que anda metendo pode ser muita parte disso o que Deos não quererá e para que em parte pudesse encubrir suas demazias andão solicitando por sua via que todas as Cameras das cidades e lugares desta Provincia escrevão a V. Magestade em abonação sua, mas os que procurão isto são duas pessoas grandes suas amigas parecendo lhe que com isso poderá sahir dali melhor do que mercede. O que eu escrevo a V. Magestade he muj ajustado com a verdade e não tão sómente não conuem que esteja ocupado em Seu Real Seruiço mas que ainda se faça com elle hũ tal exemplar castigo que sirua de exemplo para que outros se não demaziem pois por tão leue ocazião como a que teue de que ja dei conta a V. Magestade tem feito taes couzas como as que já tenho referido por outras cartas, e faço per esta tanto contra seu Real Seruiço, e respeito que deuia ter ao seu General, pello que V. Magestade se deue servir de mandar tomar com elle a rezolução que seu procedimento merece, e emquanto o eu não conheci bem sabe o mundo toda a estimação que fazia delle, e quanto abonaua suas couzas porem agora despois de se descobrirem seus excessos não fazia o que devia senão desse de tudo conta a V. Magestade nem se conservará em nenhuma parte pois em nenhuma das em que esteue deixou de fazer taes couzas que foi força deixar o seruiço como foi em Malta, flandes, Italia e o Brazil. Sobre o que conuem á defença destas Praças e dotação que V. Magestade me auizou tinha feito para ellas e o quanto importa acudir a estes soldados com suas pagas tenho escrito pello Correio desta somana e por não parecer importuno o não torno a repetir nesta, ssó digo que a defença desta Provincia está nisto porque se se lhe faltar a estes soldados com suas pagas ou de dezemparrar as Praças como já fizerão, e agora suposto o que tenho referido o farão mais facilmente nem a dotação bastará para a metade do que he necessario para a guarnissão das fronteiras como bem declaro pella carta que mandej a V. Magestade no Correio, e se eu me aproveito ou faço tramoyas do dinheiro eº diz D. Sancho couza he esta que se pode saber bem depreça, e bem de vezes tenho pedido a V. Magestade de mercê se seruire de mandar tomar contas ao pagador porque com isso se sabera o dinheiro que entrou em seu poder despois que eu estou nesta Prouinçia e o como e em que se gastou; e paresse que os que se forão para essa corte sem licença mayormente avendo culpas contra elles como ha do ditto Manoel Teixeira de Macedo e Flami Pental que os deue V. Magestade de mandar prender porque se não for assy todos se hirão, e os francezes que aqui andão trazem o mesmo pençamento de se hirem porque dizẽ que ou lhe an de arrematar contas ou se an de hir couza que nunca disserão mas os ruins exemplos podem muito. Nosso Senhor guarde a catolica pessoa de V. Magestade como seus vaçallos auemos mister. Villa 5 de Dezembro de 1642.

FERNÃO TELLES DE MENESES

(T.T. — Consultas do Conselho de Guerra, maço 2, n.º 448).

LII

CONSULTA DO CONSELHO DE GUERRA SÔBRE DUAS CARTAS
DE FERNÃO TELLES DE MENESES, NAS QUAIS RELATAVA ASSUNTOS DA GUERRA,
SENDO UM DESTES O ABANDONO DE D. SANCHO MANOEL. — RESOLUÇÃO RÉGIA

(15 de zembro 1642)

Consulta

SÑOR

.....
Escreue fernão Telles outras duas cartas a V. Mg.^{de} ambas de 21 do mesmo mes de Nou.^{ro} Em hũa dellas diz q̄ não tem que dizer acerca da ordem per q̄ V. Mg.^{de} mandou ir para Euora a cauallaria q̄ veyo da Ilha terceira. E que a q̄ V. Mg.^{de} lhe da para aleuantar cauallaria naquella Prouincia a seguira: q̄ dos cento e sincoenta cauallos q̄ deixou Dom Alu.^o de Abranches, alguns morrerão, e outros se forão por falta de soccorros, e torna a representar sua necessidade estando a vista do inimigo e com tanto poder, para q̄ V. Mg.^{de} o mande considerar e accudir com o remedio. Da conta de como o Mestre de Campo Dom Sancho Manoel deixou o seruiço de V. Mag.^{de} e se auzentou sem sua liçença, e ser a causa por não conceder a hum capitão, que elle G.^{al} mandou prender, o lugar por prisão, e que V. Mg.^{de} mande julgar se conuem de pessoas de semelhantes postos os deixem estando o inimigo tam inquieto e o resp.^{to} que os inferiores deuem ter aos superiores.

Na outra representa as mesmas necessidades com q̄ se acha de cauallaria e infantaria por falta de dr.^o s̄ o q̄ he impossuel conseruaremsse. Repete a auz.^a de Dom Sancho Manoel e as causas della atras referida e q̄ as fortificacois se não acabão pella mesma falta de dr.^o.

Ao Cons.^o pareceo remetter a V. Mag.^{de} as tres cartas referidas do G.^{al} Fernão Telles com relação em sustancia do q̄ contem para q̄ seja presente a V. Mag.^{de} os termos com que representa as necessidades com q̄ se acha sobre as quais tem o Cons.^o dito a V. Mag.^{de} em outras muitas consultas o que se lhe offerece e V. Mg.^{de} mandara se acuda a ellas na forma q̄ entender conuẽ para q̄ se possão reparar, e remediar. Lx.^a a 15 de Dez.^o de 642.

(Três rubricas 1)

Resolução da Consulta

Escreua o cons.^o a fernão telles que a Rui correa se tem dado a ordem necessaria p.^a o prouer das municoís que for pusiuel, e q̄ se lhe enuiou o dinheiro q̄ sofreu a estreitesa do tempo e q̄ se lhe não faltara com sua consignaçoẽ emq.^{to} se não cobrão os efeitos das cortes e q̄ sobre Dom Sancho se tem deferido. Lx.^a 15 de dez.^o de 642. E o Cons.^o me proponha pesoa p.^a ocupar o posto de Dom Sancho.

(Rubrica del-rei)

(T.T. — Consultas do Conselho de Guerra, maço 2, n.^o 456).

1 Do Conde de Penaguão, de D. Gastão Continho e de D. José de Menezes.

LIII

CONSULTA DO CONSELHO DE GUERRA PROPONDO A EI-REI PESSOAS QUE ESTEJAM NAS CONDIÇÕES DE OCUPAR O POSTO DE MESTRE DE CAMPO DO EXÉRCITO DA BEIRA, ATÉ AGORA EXERCIDO POR D SANCHO MANOEL. — RESOLUÇÃO REGIA

(19 de dezembro 1642-4 fevereiro 1643)

Consulta

SNOR

V. Mg.^{de} em resposta de outra Consulta que este Conselho havia feito a V Mag.^{de} em 15 do presente sobre as necessidades com que se acha o general da Beira manda se lhe proponham pessoas para o posto de mestre de Campo em que se exercitou até agora Dom Sancho Manoel.

Satisfazendo a esta ordem propoe dom Gastão Coutinho a VMg.^{de} para este cargo ao Sargento mor Manoel de Sousa de Abreu que ha trinta e quatro annos que serve na guerra, e feito no discurso delles serviços muí particulares e sinalados, e de presente está occupado no governo das armas de Villa nova de Cerveira exercitando o cargo de Capitão mor daquella praça, e diz dom Gastão que dando elle conta do prestimo e experiencia deste sujeito e terem habilitado para maiores occupações V Mg.^{de} lhe mandou responder avisasse em que poderia ser melhorado/ Roque de Barros Rego Superintendente das armas em Valença, sujeito tambem de muitos serviços, valor e experiencia, e que ha perto de dous annos serve em Valença á sua custa, e Diogo de Mello Pereira, Capitão mor de Barcellos, um dos governadores das armas da provincia de Entre Douro e Minho, fidalgo de valor e que tem servido e serve mostrando zelo do serviço de V. Mg.^{de}.

O Conde de Penaguiaõ propoe a Francisco de Mello, que servio de Capitão mor de Olivença, fidalgo sizudo e de bons procedimentos, e que tem noticia e pratica da arte da fortificação./ Ao Sargento mor Fernão Telles Cotão que tem servido com satisfação exercitando este cargo no Castello de S. Jorge e na Beira, e sobre tudo é rico e poderá com isso luzir mais o posto/ E ao tenente de Mestre de Campo general Manoel Lopes Brandaõ, que tem trinta e tres annos de serviço de Frandes, e actualmente está servindo de Capitão mor da praça de Salvaterra.

Dom Jose de Meneses a Francisco de Mello pelas mesmas razões que o Conde refere em seu favor, a Fernão Telles Cotão, e ao tenente de Mestre de Campo general Manoel Lopes Brandaõ que ambos são praticos das cousas da Beira.

Jorge de Mello e Dom Alvaro d'Abranches a Francisco de Mello, julgando-o por sujeito capaz de maiores postos por suas boas partes/ ao tenente de Mestre de Campo general Manoel Lopes Brandaõ, e a Fernão Telles Cotão que ha muitos annos que serve, e o fez no exercicio do cargo de Sargento mor no Castello e na Beira na forma que fica referida. Lisboa 19 de dezembro 642.

(Três rubricas¹)

Nota do secretário

Tambem foraõ votos o Conde de Penaguiaõ, e Dom Alvaro de Abranches e não rubricaram por não estarem presentes.

¹ De Jorge de Mello, de D. Gastaõ Coutinho, e de D. José de Meneses.

Resolução

Sentenciada a culpa de D. Sancho se poderá tratar deste posto. Lisboa 4 de fevereiro de 643.

(*Rubrica del-rei*)

(T.T. — *Consultas do Conselho de Guerra*, maço 2, n. 463).

LIV

REQUERIMENTO DE D. SANCHO MANOEL, EM QUE SE QUEIXA DE HAVER SIDO PRESO POR ORDEM DE FERNÃO TELES DE MENESES, E DE HAVER SIDO TRANSPORTADO DA GUARDA A LISBOA ENTRE SOLDADOS COM GRANDE RIGOR, SEM SE LHE DIZER DE QUE É ACUSADO; NELE PEDE A EL-REI QUE LHE MANDE DECLARAR AS CULPAS POR QUE ESTÁ PRESO, A FIM DE PODER JUSTIFICAR-SE

(*Principio de março de 1643*)

Requerimento

SR.

Diz Dom Sancho Manoel Mestre de Campo do Exercito da Beira que V. Mg.^{de} pelas razões que se lhe representaram por parte do general Fernão Telles de Menezes, foi servido de mandar que viesse preso da Guarda a esta Cidade, sem ser ouvido, nem elle Supp.^e saber até o presente as causas que o dito General teve para o mandar prender e lhe formar taes culpas, que obrigassem a V. Mg.^{de} a mandar fazer com elle taõ grande demonstraçõ de castigo, como trazerem-no preso a esta cidade com des homens de guarda um juiz, e um meirinho e um escrivão com muito maiores preços á sua custa do que se costumam dar aos ministros de justiça que saem de suas casas, parecendo esta demonstraçõ aos que o viam por essas estradas que era elle um delinquente mui facinoroso, ou que havia cometido alguã culpa de traiçõ contra o Real serviço de V. Mg.^{de} e havendo elle Supp.^e servido naquella fronteira a V. Mg.^{de} com tantos riscos de sua vida, taõ grande e taõ continuado trabalho e alcançando taõ bons successos e victorias, como deve ser presente a V. Mg.^{de} e constará geralmente em toda aquella provincia, e porque desejando tanto continuar o Real serviço de V. Mg.^{de} e mostrar o zelo, amor e fidelidade com que atégora se empregou nelle, sente muito achar-se nesta corte ocioso :

P. a V. Mg.^{de} lhe faça mercê mandar declarar as culpas porque está preso, porque espera de sua inocencia mostrar em continente a V. Mg.^{de} de serem falsas todas as que lhe puseram.

Despacho

Vejá-se e consulte-se logo no Conselho de Guerra e a Consulta me virá por mão de Pedro Vieira. Lisboa 10 de Março de 643.

(*Rubrica del-rei*)

(T.T. — *Consultas do Concelho de Guerra*, maço 3, n.º 36).

LV

REQUERIMENTO DE D. SANCHO MANOEL A D. JOÃO IV, DECLARANDO SUSPEITO O AUDITOR DO EXÉRCITO QUE LHE FEZ A DEVASSA, POR SER SEU INIMIGO FIGADAL, E FEITURA DO SEU PERSEGUIDOR FERNÃO TELES DE MENESES

(Abril? 1643)

Dom Sancho Manoel representa a V. Mg.^{de} que havendo mais de oito meses que está preso por ordem de Fernão Telles de Menezes, sendo General da provincia da Beira, sobre haver servido a V. Mg.^{de} com a lealdade, valor e bons successos que a V. Mg.^{de} lhe foram notórios, até pelo mesmo Fernão Telles, seu inimigo capital, a pedindo por algũas vezes a V. Mg.^{de} instantemente lhe fizesse merce, que mandesse devassar de seus procedimentos por todo o ministro que V. Mg.^{de} fosse servido, excepto só o Auditor do seu exercito, com quem havia tido grandes desavenças, pelo serviço de V. Mg.^{de} e era feitaura do dito General, e entendendo que V. Mg.^{de}, como Rei e Senhor, mandaria fazer a justiça que faz a todos neste particular, lhe veio ora a sua noticia que o dito Auditor tirara com effeito devassa delle Supp.^e, e a remettera ao Conselho de Guerra, onde elle Supp.^e fez a mesma supplica que se consultou a V. Mg.^{de} por constar que o Auditor era seu inimigo capital. Pela dita devassa mandava V. Mg.^{de} proceder, e inda que elle Supp.^e espera de sua innocencia e do zelo e fidelidade com que sempre serviu e V. Mg.^{de} não possa resultar contra elle Supp.^e culpa contra o serviço de V. Mg.^{de} com tudo sendo a dita devassa tirada por um inimigo seu tão conhecido e com assistencia do mesmo General que faria tudo o que pudesse pelo culpar, o representa assi a V. Mg.^{de} e em consideração do referido e do que a V. Mg.^{de} lhe tem constado de seus serviços:

P. a V. Mg.^{de} lhe faça mercê mandar tomar nesta materia a resolução que for servido, sendo-lhe a V. Mg.^{de} presente o pouco credito que se deve dar a devassa processada por um inimigo por ordem e com assistencia do mesmo General, que se empenhou em suas cousas na forma que a V. Mg.^{de} lhe é notorio

E. R. M.

(T.T. — Consultas do Conselho de Guerra, maço 3.º, n.º 36).

LVI

CONSULTA DO CONSELHO DE GUERRA FAVORAVEL A REINTEGRAÇÃO DE D. SANCHO NO POSTO DE MESTRE DE CAMPO DE UM DOS TERÇOS DO EXÉRCITO DA BEIRA. EL-REI, ANTES DE RESOLVER, PEDE RELAÇÃO POR MENOR DAS SUAS CULPAS: E DEPOIS MANDA QUE O PRESO PASSE PARA O LIMOEIRO, ONDE COM SUMO SEGRÊDO SE LHE DARÁ NOTA DAS CULPAS, E VISTA DA DEVASSA

(29 abril-29 maio 1643)

SNOR

V. Mag.^e tem resolutu que haja dous terços na Beira, e que delles sejam mestres de Campo Dom Sancho Manoel e Manoel Lopes Brandaõ, e ainda se não de-

clarou a Dom Sancho a resolução de V. Mg.^{de} por não vir deferido ao que em razão deste particular se consultou a V. Mg.^{de} em outra consulta deste Conselho de 17 do presente; e porque a pessoa de D. Sancho, por seu valor e experiencia e zelo com que tem servido a V. Mg.^{de} é justo não esteja sem occupação, e o verão é entrado, tendo os terços necessidade de quem os governe, e a causa, havendo-se de tratar ordinariamente, será dilatada, e os moradores dos logares da provincia pedem com instancia se lhes envie a Dom Sancho, lembra o Conselho a V. Mg.^{de} mande declarar se ha por bem que se avise a Dom Sancho da resolução de V. Mg.^{de} para ir servir na forma della e não perca tempo no serviço de V. Mg.^{de}

O Conde de Penaguão diz que a culpa que Dom Sancho cometeu em se fazer pagar por si é uã das maiores que se cometem na milicia, que a devassa que V. Mg.^{de} mandou tirar de seus procedimentos é vinda com uã carta do juiz que a tirou e outra de Fernão Telles, que ambas vão inclusas, e que é de parecer que Dom Sancho não deve tornar á Beira sem se livrar, ou V. Mg.^{de} mandar pôr perpetuo silencio na causa, o que elle ficará devendo á grandeza de V. M.^{de} e que sempre será de parecer que V. Mg.^{de} lhe perdoe polo que merece por seu valor e experiencia.

Dom Gastão Coutinho, o Bailio e o Conde da Torre acrescentam que da queixa que se fez de Dom Sancho se fazer pagar não consta que quebrasse arca nem fechadura nem puchasse por arma alguã, mais que o medo que o pagador quis ter. Lisboa 29 de abril de 643.

(Com três rubricas 1)

Nota do secretário

O da Torre não rubricou por se sair antes de se acabar de escrever a consulta.

Resolução

O doutor João Pinheiro me faça relação por menor do que constar das culpas de Dom Sancho, vendo para isso a devassa e mais papeis que dellas houver e me diga seu parecer e com isso me torne esta Consulta. Lisboa 8 de maio de 643.

(Rubrica del-rei)

Consulta

SNÕR

Em cumprimento da ordem dada na resposta da Consulta que torna com esta se remeteram ao Dr. João Pinheiro a devassa e mais papeis que vieram da Beira sobre os procedimentos do Mestre de Campo Dom Sancho Manoel; e João Pinheiro satisfaz com a relação que fez e vai juntamente com esta Consulta. Lisboa 28 de maio de 643.

(Com duas rubricas 2)

Resolução

Seja Dom Sancho levado ao Limoeiro desta cidade, onde estará preso, e se lhe darão em cargo, as culpas referidas na informação do dr. João Pinheiro que se guardará com summo segredo, e na descarga que der Dom Sancho poderá alegar a suspeição que dis tem ao Ministro que tirou a devassa e o mais que lhe parecer, e com os cargos que fará o fiscal ira ao Reo vista da devassa: Alcantara 29 de maio de 643.

(Rubrica del-rei)

1 Do Bailio, de D. Gastão Coutinho e do Conde de Penaguão.

2 Do Conde de Penaguão, e de Jorge de Mello.

Nota do secretário

Em virtude desta resolução remetti a devassa a Antonio de Beja com papel meu que está registado a f.

(T.T. — Consultas do Conselho de Guerra, maço 3.º n.º 36).

LVII

OFÍCIO DO SECRETÁRIO DO CONSELHO DE GUERRA A MATIAS DE ALBUQUERQUE,
COMUNICANDO-LHE A ORDEM RÉGIA PARA D. SANCHO SER LEVADO AO LIMOEIRO.

(3 junho 1643)

Para Matias d'Albuquerque

Sua Magestade, que Deus guarde, em resposta de uma Consulta do Conselho de Guerra de 24 de maio passado, manda que o mestre de campo dom Sancho Manoel seja levado ao Limoeiro desta cidade, onde estará preso para se lhe darem cargos de suas culpas e aviso a V. S.^a desta resolução de Sua Magestade para que mande executar. Guarde Deus a V. S.^a como desejo, do Paço 3 de junho de 643.

ANTONIO PEREIRA

(T.T. — Secretaria do Conselho de Guerra, l. v, fl. 87).

LVIII

PORTARIAS RECONHECENDO E ENUMERANDO OS SERVIÇOS VALIOSOS
PRESTADOS NA GUERRA PELO CAPITÃO BRAS GARCIA DE MASCARENHAS,
E DECLARANDO QUE EL-REI D. JOÃO IV LHE FAZ MERCÊ DA PROMESSA DE 20,000 REIS,
COM O HÁBITO DE S. BENTO DE AVIS

(5 abril 1644)

El Rey noso Senhor tendo respeito aos serviços que depois de sua felice aclamação lhe fez Bras garçia de Mascarenhas natural da Villa de Auo nos lugares da prouincia da Beira e Alemtejo fronteiras de Castella até o anno de 643 em praça de Capitão de Infantaria leuando gente e reconhecendo dentro das terras do inimigo os paços mais arriscados nos quaes ajudou a obrar algũas façções rendendo com valor muita gente que por vezes trouxe prisioneira, assi no tempo que gouernou as armas na villa de Alfaiates a qué fortificou e pos em estado de defença vel por meio de seu zelo e cuidado, como nas mais occasões de guerra que se offereceram em que se achou correndo por sua via e intelligencia materias de importancia que os ministros superiores fiavam de sua lealdade, para se poderem alcançar os desenhos do contrario; e passandosse depois no anno de 643 a servir na prouincia do Alemtejo donde sahio a campanha seguindo o exercito em praça de capitão reformado a principio e ultimamente de capitão vivo, governando com sua companhia e outras de capitães feridos na guerra se achar em todos os assaltos e recontros que houve na Villa de Valverde e nas mais praças de Andaluzia que o verão passado se renderã à força de armas sem receber naquelle tempo cousa algũa da fazenda real, até que do trabalho e rigor da campanha veio a adoecer gra-

vemente, procedendo nas occasiões referidas sempre com a devida satisfação : Ha por bem de lhe fazer merce de promessa de vinte mil reis de pensão em huã comenda das que se houverem de pensionar da ordem de S. Bento de Avis, para os ter com o habito della, que S. Mg.^{de} lhe tem mandado lançar. Em Lisboa a 5 de abril de 644

El Rey noso Senhor ha por bem de mandar lançar o habito de S. Bento de Avis a Bras Garcia Mascarenhas para o ter com vinte mil reis de pensão em huã comenda da ordem, dos quais lhe tem feito merce de promessa e manda que para haver de receber o habito se lhe façam as provanças e habilitações de sua pessoa, na forma dos estatutos e definições da mesma ordem. Em Lixboa a 5 de abril de 644.

(T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. 1 das *Portarias*, fl. 158 v.º)

LIX

CARTA RÉGIA E DOIS ALVARÁS DE D. JOÃO IV, COMO GOVERNADOR E GRÃO-MESTRE DA ORDEM DE S. BENTO DE AVIS, MANDANDO LANÇAR O HÁBITO DE FREIRE NOVÇO, ARMAR CAVALEIRO, E RECEBER A PROFISSÃO, A BRÁS GARCIA

(14 maio 1644)

Dom João etc. Como Gou.^{or} etc. faço saber a uos R.^{do} Dom fr. Bento Pr.^a de Mello Prior mor da d. ordem e do meu Cons.^o q̄ Bras graçia Máz me pedio por m.^{ce} q̄ porq.^{to} elle desejaua e tinha deuação de seruir a nosso s.^{or} e a mim na mesma ordem, ouuesse por bem de o receber E mandar p'uer do habito della E antes de lhe fazer a d. m.^{ce} E o receber a Ordem, habilitou sua p.^a diante do Prezidente E Deputados do desp.^o do meu Tribunal da meza da Cons.^{cia} E ordens E Juis della E per que me Constou pela habilitação que se lhe fez segundo forma das diffinições E estatutos da mesma ordem o d. Braz Gracia maz. ter as qualidades p.^{tes} pessoas, e a limpeza necess.^{ra} Conforme a ellas p.^a ser recebido E prouido do habito da d. ordem, E por Esperar que nella podera fazer m.^{tos} seru.^{os} a nosso s.^{or} E a mim. Hey por bem E me praz de o receber a d. ordem e per esta vos mando dou poder e Comissão q̄ lhe lançeis o habito dos freires nouços della nesse Conu.^{to} com todos os actos E sérimonias q̄ a Regra dispoem E tanto q̄ o dito habito lhe for lançado o fareis assentar no l.^o da matricula dos Caua.^l os nouços com declaração do dia, mes E anno E esta carta mandareis guardar na arca das semelhantes que esta nesse Conu.^{to} de que lhe passareis certidão cõ o traslado della p.^a sua guarda, E se cumprira sendo passada p.^{la} ch.^{ra} da ordem Esteuã tauares a fez em Lx.^a a 14 de Majo de 1644 Christouão de Sousa a fez escrever.

Et. REY

Ev El Rey como Gou.^{or} etc Mando a q^l quer Caua.^l p'fesso da d. ordem a que este alu.^a for apresentado que dentro da minha Cap.^a ou na Igr.^a de nossa s.^{ra} da Encarnação da mesma ordem armeis Caua.^l o a Braz graçia Máz a quem ora Mando lançar o habito della E p.^a seus padrinhos nisto ajudarem, podereis mandar requerer a dous Caualeiros mores da d. ordem, E de como asy o armardes Caua.^l o

lhe passareis Certidão na forma Costumada e se cumprira sendo passado pella Chr^a da ordem Esteuão Tauares a fez em Lx^a a 14 de Mayo de 1644 Christouão de Sousa o fez escrever

REY

Ev El Rey Como Gou^{or} etc faço saber a uos R^{do} Dom fr. Bento p^{ra} de Mello Prior Mór da d. ordem E do meu Cons^o q̄ Braz Graçia Maz a quem ora mando lançar o habito da mesma ordem nesse Conu^{to} me enuiou a dizer que dezejaua e tinha deuação de viuer Em toda sua vida e permanecer na d. ordem e nella queria fazer p^fissão E Renunçiar o anno e dia de seu nouiçiado E aprovação na forma das diffinições ouuesse por bem de o receber a ella, perq^{to} tinha Corrido folha, E vendo Eu sua deuação e como he pessoa q̄ a ordem e a mim pode bem seruir me praz de o admitir a profissão, E por este vos Mando dou poder E Comissão q̄ o Recebais a ella com todos os actos E serimonias q̄ a regra dispoem, p^a o q̄ lhe mando resida nesse Conu^{to} o t.^{po} q̄ ella ordena, assistindo aos officios diuinos q̄ nella se fizerem aprendendo as cousas q̄ os Caua^l.^{os} p^fessos da d. ordem são obrigados saber. E passado o d. t.^{po} querendo elle permanecer na Ordem e fazer expreza p^fissão vos lha fazey na man.^{ra} q̄ acima se Refere parecendouos q̄ sua vida e costumes são taes per que lhe deua ser feita E se outra cousa vos parecer mo fareis a saber p^a Eu mandar o q̄ ouuer por meu seru.^o E tanto q̄ a d. profissão lhe for feita o fareis assentar no l.^o da matricula dos Caua^l.^{os} p^fessos com declaração do dia mes E anno E o seu assinado della mandareis guardar no Cofre dos semelhantes q̄ esta nesse Conu.^{to} de q̄ lhe passareis certidão nas costas deste na forma costumada. E se cumprira sendo passado p^{la} chr.^a da ordem. Esteuão Tauares o fez em Lx.^a a 14 de Mayo de 1644. Chritouão de Sousa o fez escreuer

REY

(T.T. — Chancellaria antiga da Ordem de Avis, l. xiv, fl. 166 e 166 v.º).

LX

ALVARÁ DO MESMO REI, COMO GOVERNADOR E GRÃO-MESTRE DA ORDEM DE S. BENTO DE AVIS, EM QUE SE REFEREM OS GRANDES SERVIÇOS PRESTADOS POR BRÁS GARCIA NA GUERRA COM ESPANHA, E SE LHE FAZ MERCÉ DA PROMESSA DE PENSÃO DE 20.000 REIS EM UMA CONENDA DA DITA ORDEM

(14 maio 1644)

Ev El Rey Como Gou.^{or} etc faço saber aos q̄ este alu.^a virem q̄ tendo respeito aos seru.^{os} q̄ depois de minha felice aclamação me fes Braz Graçia Máz natural da V.^a de Auo, nos lugares das Prouincias da Beira, E Alentejo fronteiras a Castella ate o anno de seis centos E quarenta e tres Em praça de Capitão de Infanteria, leuando gente E Reconhecendo dentro das terras do inimigo os paços mais aRiscados nos quais ajudou a obrar algũas facções Rendendo com ualor m.^{ta} gente q̄ por vezes trouxe prisioneira asy no t.^{po} q̄ gouernou as armas na V.^a de Alfaiates a q̄ fortificou e pos em estado defensauel por meio de seu zello E Cuidado como nas mais occasiões de guerra q̄ se offerecerão em q̄ se achou correndo por sua via e intelligencia materias de importancia q̄ os ministros superiores fiaũo de sua lealdade, p^a se poderem alcançar os desenhos do Contrario e passandosse depois

(44)

Brás Garcia de Mascarenhas

no anno de seis sentos E quarenta e tres a servir na Prou^a de Alentejo donde saio a Campanha, seguindo o exercito em praça de Cap^{am} reformado a principio, E vltimam^{te} de Cap^{am} viuou, gouernando a sua Comp^a e outras de Capitães feridos na guerra, se achar em todos os asaltos e Recontros q̄ ouue na V.^a de Valuerde, E nas maes praças de Andaluzia que o verão passado se Renderão a força de Armas sem receber naquelle t.^{po} Cousa algũa da faz.^a Real ate q̄ do trabalho E Rigor da Campanha veo adoecer grauem.^{te} procedendo nas ocasiões referidas sempre Com a deuida satisfação Hey p' bem de lhe fazer m^{ce} de promessa de vinte Mil rs de penção em hũa Com^{da} das q̄ se ouuerem de pensionar da d. ordem de São Bento de Auis p^a os ter com o habito della q̄ lhe tenho m^{do} lançar E p^a sua guarda e minha lembr^{ca} lhe mandej dar este alu.^a que lhe mandarey inteiram^{te} Comprir E guardar sendo passado pela chr^a da Orden E valera como Carta supposto q̄ seu Efeito aja de durar maes de hũ anno sem embargo de q^l quer prouizão ou regim.^{to} en cont^{ro} Esteuão Tauares o fez em Lx^a a 14 de Mayo de 644 Christouão de Sousa o fiz escrever.

REY

(T.T. — Chancelaria antiga da²Ordem de Avis, l. xiv, fl. 166 v.º)

LXI

ASSENTO DUM BAPTISMO EM AVÔ, NO QUAL FOI PADRINHO O POETA

(14 julho 1644)

1644

.....
Aos 14 de Julho baptizei mathias filho de bernardo duarte de fig.^{do} e de sua m^{er} m.^a Jacome¹ forão padrinhos o Capitão bras Gr.^{ia} M.^{as} e m.^a madr.^a m.^{er} de João m.^{el} 2 todos desta uilla por lembr.^{ca} fis e assinei

MATTOS

(C.S. — Registo paroquial de Avô, l. 1, cad. 2.º, fl. 107 v.º).

LXII

ASSENTO DO CASAMENTO DO POETA BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS

(19 fevereiro 1645)

1645

Aos 19 de feuer.^o se receberão em minha presença (feitas 2 denunciações de l.^{sa} do ordinario) frei Bras Gr.^{ca} M.^{as} filho de marcos Gr.^{ca} e de Ilena madr.^a cõ dona m.^a da Costa filha de J.^o m.^{el} de da fonseca, e de m.^a mad.^{ra} da Costa. forão test.^{as} marcos gr.^{ca} 3 J.^o m.^{el} 4 o D. m.^{el} gr.^{ca} 5 mathias frz: e outros da mesma uilla de q̄ fiz e assinei eodem die.

ROQUE DIAS DE MATTOS

(C.S. — Registo paroquial de Avô, l. 1, cad. 1.º, fl. 163 v.º).

¹ Maria Jacome de Mendonça, prima inteira da mulher de Bras (Not. geneal. III, m.^a 4; — Esz. geneal. II, A.

² Pais da que veiu a ser, poucos meses depois, mulher de Brás.

³ Pai do noivo. — ⁴ Pai da noiva. — ⁵ O Dr. Manoel Garcia, irmão do noivo.

LXIII

ASSENTO DE UM CASAMENTO DE QUE FOI TESTEMUNHA O POETA

(12 outubro 1645)

Em dose dias de 8.^{bro} de 645 se receberão em minha presença e fiz as benções nuptiais a Silvestre Rôiz filho de João Rôiz e de m.^a J.^o sua m.^{er} m.^{ors} no lugar de moimenta, e a Isabel da fons.^{ca} da Costa ¹ filha de J.^o m.^{el} da fons.^{ca} e de m.^a mad.^{ra} da Costa desta uilla a que forão test.^{as} frei bras Gr.^{ca} m.^{as} mathias frz: Ant.^o da Costa, m.^{el} Alurz: todos desta uilla de q̄ fis e assinei eodem die.

MATTOS.

(C.S. — *Registo paroquial de Avô*, vol. 1, cad. 1, fl. 163 v.^o).

LXIV

CARTA DEL REI D. JOÃO IV AGRADECENDO A BRAS GARCIA OS SERVIÇOS PRESTADOS, E A BOA VONTADE COM QUE OS PRESTOU, NO LEVANTAMENTO DE GENTE DE VARIAS PARTES, PARA O GUARNECIMENTO DAS PRAÇAS DA FRONTEIRA

(8 novembro 1645)

Bras Garcia Mascarenhas. Ev El Rey vos enuio muito saudar. O Conde de Serem Governador das armas nessa prouincia me deu conta das Ordens q̄ vos tinha dado para fazerdes conduzir gente de diferentes partes para guarnecer as praças da fronteira dessa prouincia em quanto a gente paga q̄ tenho mandado venha de socorro a esta não se torne a recolher, e do bom animo com q̄ vos despuestes a me seruir nesta ocasião o que vos agradeço muito, tendo por certo q̄ no comprimento das ordens q̄ vos tuer dado e der o Conde e em tudo o mais q̄ conuenha a meu seruiço obrareis com tal cuidado e deligencia q̄ comprindo com vossa obrigação folgue eu de vos fazer a honra e merce q̄ tenho por certo me sabereis merecer. Escrita em Aldea galega a 8 de novembro de 1645.

REJ

(T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. vii, fl. 41 v.^o).

LXV

ASSENTO DO BAPTISMO DE ANTÓNIO GARCIA DE MASCARENHAS, FILHO DO POETA

(14 dezembro 1645)

1645 —

Baptisou o p.^e João Caramello de minha l.^{ca} Ant.^o filho de frei bras Gr.^{ca} m.^{as} e de sua m.^{er} D. M.^a em os 14. dias de 10.^{bro} foi padrinho taõ som.^{te} Steuñõ Soares de Melo. per lembr.^{ca} fis eodem die.

MATTOS

(C.S. — *Registo paroquial de Avô*, l. 1, cad. 2.^o, fl. 108 v.^o).

¹ Cunhada do poeta.

(46)

Brás Garcia de Mascarenhas

LXVI

ASSENTO DE UM CASAMENTO EM QUE FOI TESTEMUNHA O POETA

(2 fevereiro 1646)

1646

Aos ij de feuer.^o se receberam em minha presença e fiz as benções nuptiais a J.^o Rõiz filho de João Rõiz e de maria João m.^{ores} no lugar de moi(menta) e a Anna da fons.^{ca} da Costa ¹ f.^a de J.^o m.^{el} e de m.^a mad.^{ra} desta (villa) a q̄ forão test.^{as} frei bras Gr.^{ca} m.^{as} Siluestre Rõiz ² J.^o m.^{el} ³ m.^{tos} por lembr.^{ca} fis e assinei eodem die.

MATTOS

C.S. — *Registo paroquial de Avô*, vol. 1, cad. 1, fl. 163 v.^o.)

LXVII

CARTA RÉGIA DE D. JOÃO IV A BRAS GARCIA, ENCARREGANDÓ-O DE LEVANTAR NA BEIRA UMA COMPANHIA, E PASSAR COM ELLA AO ALENTEJO

(4 agosto 1646)

Capitão Bras Garcia Mascarenhas. Ev El Rej vos enuiu m.^{to} saudar Tenho mandado preuenir nessa prou.^a da beira mil homes para passarem a reforçar o Exercito de Alentejo tanto q̄ haja recado do Conde de alegrete para isso E por fazer toda a deuida estimacão de vossa pessoa e do com q̄ tendes acudido sempre as obrigaçõis de meu seruiço me pareceo encarregaruos leuantardes hũa das comp.^{as} que se hão de formar e passardes com ella a Alentejo na forma em q̄ mais particularm.^{te} o entendereis do Conde de Serem q̄ vos dara ordem do q̄ haueis de seguir em tudo e poderes estar certo q̄ sempre me sera presente o seruiço que nesta occasião me fizerdes, e particularm.^{te} nas de vossos acrescentam.^{tos} escrita em Lx.^a a 4 de agosto de 1646.

REJ

(T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. vii, fl. 132 v.^o.)

LXVIII

ASSENTO DO BAPTISMO DE MANUEL GARCIA DE MASCARENHAS,
FILHO NATURAL DE MATIAS GARCIA E DE ANA DUARTE
DE TRAVANCA DE FARINHA PODRE

(18 fevereiro 1647)

Enos dezouto dias do mes de feu.^{ro} bautizei da mesma era (1647) m.^{el} f.^o d'Anna solteira forão padr.^{os} Joseph marques doliveirina ¹ e Isabel Antunes desta uilla ².

G.^{AR} FR.^{CO}

(C.S. — *Registo paroquial da Bobadela*, l. 1, cad. 2.^o fl. 15)

¹ Cunhada do poeta.

² Irmão do noivo, e casado com uma irmã da noiva (doc. LXIII).

³ Pai da noiva.

⁴ Era primo inteiro do pai da criança, por ser filho de Francisco Marques, irmão de Marcos Garcia. Este Francisco Marques era casado em Oliveirinha com Agostinha Lourenço.

⁵ Esta Isabel Antunes tambem era irmã de Marcos Garcia, e por isso tia paterna do pai da criança. Nascera na Bobadela, e casara com Antonio Madeira, de Avô, residindo ambos naquella freguesia.

LXIX

ASSENTO DO BAPTISMO DE TOMÁS D'AQUINO GARCIA DE MASCARENHAS,
FILHO DO POÉTA

(7 março 1647)

1647 —

Aos 7. dias de Março baptizei Thomas q̄ loguo ao baptizar foi nomeado Thomas de aquino filho de frei Bras Garcia M.^{as} e de D. M.^a da Costa forão padrinhõs J.^o m.^{el} o moço ¹, e Isabel Garcia ² f.^a de Marcos Gr.^{cia} per lembr.^{ca} fiz eodem die.

MATTOS

(C.S. — *Registo paroquial de Aró*, l. 1, cad. 2.^o, fl. 110).

LXX

CARTA DE D. JOÃO IV AGRADECENDO A BRAS O ZELO E VALOR COM QUE SE HOUE
NA TOMADA DE S. FELICE DE LOS GALLEGOS

(13 setembro 1647)

Bras Garcia Mascarenhas. Eu el Rei uos enuio muito saudar. O Governador das armas Dom Rodrigo de Castro me significou o zelo e ualor com que procedestes na occasião da empresa da praça de S. Felices de los Gallegos e pareceome agradeceruolo como por esta carta o faço e dizeruos que o serviço que nesta occasião me fizestes me hade ser sempre presente para uos fazer a honra e merçe que ouer lugar. Escrita em Lisboa a 13 de setembro de 1647.

REY

(T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. xii, fl. 11).

LXXI

CARTA DE D. JOÃO IV A D. SANCHO MANOEL, CAPITÃO GENERAL
DAS ARMAS NO PARTIDO DE CASTELO BRANCO, ORDENANDO-LHE QUE LEVANTE
MIL E QUINHENTOS HOMENS NAS SUAS COMARCAS, POIS A D. RODRIGO DE CASTRO,
CAPITÃO GENERAL NO PARTIDO DA GUARDA, MANDARA FAZER OUTRA LEVA
DE DOIS MIL HOMENS NAS SUAS QUATRO COMARCAS

(15 junho 1648)

P.^a Dom Sancho m.^{el}

Dom Sancho m.^{el} Ev el Rej uos enuio m.^{to} saudar Do que me escreuestes em carta de 26 do passado entendi a diligencia que tinheis feito em ordem a formatura dos tres tercõs de infantaria que me offerecestes fazer nessa prou.^{ca} e de nouo uos torno a agradecer o bom animo com que uos tendes disposto e dispondes a fazer me este serviço, e dizer uos que sera elle neste tempo e occasião o mais agradauel e de major importancia que de uos posso receber e que me ha de ser sempre prezte

¹ Era filho de João Manuel da Fonseca, e por isso tio materno da criança.

² Tia paterna do neófito.

para folgar de uos fazer por elle toda a honra e m.^{ce} que ouuer lugar e porque conuem não se perder nisto hum so momento de tempo para que se consiga com breuidade o que tanto importa e se reparta o trabalho entre uos e dom R.^o a quem encarrego que nas quatro com.^{cas} do seu partido leuante dous mil homés e que uos nas tres do uosso leuanteis mil e quinhentos vos encomendo e mando que logo facais alistar estes mil e quinhentos que hao de ser dos mais nobres afazendados desobrigados e que tiuerem mais prestimo p.^a o seruico que se acharem e hão de seruir so nesta occasião e o Conde de São L.^{co} tem ordem minha para que acabada ella despida esta gente e a deixe ir p.^a suas terras a qual fareis tambem armar e separar formando as comp.^{as} com capitães alferезes e sargentos que hão de uencer o mesmo soldo que gosao os dos tercios pagos e auisarmeheis em toda a dilig.^{ca} logo que tenhais isto desposto e executado para se uos remeter logo dinheiro para ser socorrida esta gente e marchar porque segundo os auisos que se tem a saida do inimigo esta tão proxima que não podera dar lugar a elle se auer de aquartelar como uos na vossa carta acertadamente aduertis se deuia fazer p.^a se exercitarem os soldados e torno uos a encomendar m.^{to} o effeito deste neg.^o e a dizer uos que com o cuidado com que estou certo o auéis de dispor e executar deponho a major parte do a que me obriga o grande poder que o inimigo tem preuinido e uay juntando em dano deste Reino aduertindo uos tambem que o Conde da Ericeira com ordens minhas tem partido a fazer 400 infantes socorridos para esta mesma occasião as com.^{cas} de Coimbra e Esgueira p.^a que tendo a entendido não haja embaraço p.^{lo} que toca aos que o Conde tirar da com.^{ca} de Coimbra que he do uosso partido Escrita em Lx^a a 15 de junho de 1648.

REY

T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. xii, fl. 57 v.º).

LXXII

CARTA DE D. JOÃO IV AO CONDE DA ERICEIRA, DANDO-LHE INSTRUÇÕES
SOBRE UMA LEVA QUE ERAS GARCIA ANDAVA ORGANIZANDO NA COMARCA DE ESGUEIRA

(24 julho 1648)

Conde amigo. Eu el Rej vos enuio muito saudar, como aquelle que amo. Recebeuse a uossa carta de 18 do presente com copia da ordem com que o governador das armas Dom Rodrigo de Castro mandou ao capitão Bras Garcia Mascarenhas aleuantar oito centos infantes á Comarca de Esgueira, avisandome que tinheis remetido a Estremoz hũa tropa de vinte e oito cauallos e quarenta soldados pagos, e que os duzentos socorridos da Comarca de Coimbra partirão logo que vos chegue resposta do que me tinheis escrito em razão da duuida que se vos offereceu acerca dos Capitães, e officiaes que hauiam de leuar esta gente, a que se vos tem deferido, e persuadome que ja iria marchando esta infantaria, e tornandouos a agradecer muito o zelo e cuidado com que em tudo tendes procurado abreuiar esta leua, que é mui conforme a grande confiança que faço do zelo e amor com que uos empregais em meu seruico. Emquanto a duuida que se vos offerece em haerdes de passar de Esgueira, assistindo nella Bras Garcia fazendo outra leua, me pareceu dizervos que depois de vos passarem as ordens e vos partirdes desta corte a fazerdes a leua que vos encarreguei, pela continuação dos auisos que se tiveram do maior poder com que o inimigo se está preuenindo em Badajos e sendo precisa-

mente necessario acrecentar o do meu exercito, para se lhe opor e obviar os danos de seus desígnios, foi necessario expediremse nouas ordens aos dous Governadores das armas da Beira para fazerem levantar nos seus partidos tres mil e quinhentos infantes socorridos, para os enuiarem a Alemtejo e seruirem alli nesta occasião, que devia ser o motiuo com que Dom Rodrigo mandou a Bras Garcia à Comarca de Esgueira a levantar oitocentos homens, persuadindose que como aquella Comarca fica mais apartada da raia e menos sujeita por esta causa a acudir a ella nas occasiões de rebates se poderiam tirar dalli estes oitocentos homens; mas porque eu quero e sou seruido que o que nella obrar seja por ordem vossa, fui seruido resolver que agora que vos tendo expedido o soccorro de Coimbra, passeis logo a Esgueira e chamando a Bras Garcia e mandando lhe dar a carta que com esta será para elle, lhe peçais as listas da gente que tiver alistada e precedendo as diligencias que julgardes por necessarias dos que houuer alistados ou de outros, se entenderdes que os hauerá mais desobrigados e capazes para ir servir nesta occasião fazei separar quinhentos infantes ajustando vos para isto as ordens que leuastes e formando cinco companhias com os Capitães e officiaes que vos enuiará Dom Rodrigo com as patentes que se lhe remeteram, e socorrendoos do dinheiro que se vos proveu e do mais que vos enuiará Dom Rodrigo ireis expedindo estas companhias ãa e ãa ou na forma que vos parecer, e Bras Garcia vos assistirá a tudo o que lhe ordenardes como lhe mando aduertir e encarregar; e a Dom Rodrigo de Castro mando tambem avisar desta minha resolução e encomendar que vos faça prover o dinheiro que faltar e enue os officiaes e capitães para estas companhias, e vos lhe avisareis da quantia de dinheiro que pode faltar para que elle vola enue do que lhe está consignado para a leua que se lhe encarregou. E em tudo o mais que se offerecer tocante a esta materia, vos correspondereis com o dito Dom Rodrigo, para facilitar e expedir mais breuemente este socorro, e fio de vossa prudencia e zelo que tudo disporeis e encaminhareis como mais convenha a meu seruiço. Escrita em Lisboa a 24 de Julho de 1648.

REY

T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. x, ff. 121 v.º).

LXXIII

CARTA RÉGIA A D. RODRIGO DE CASTRO SÓBRE O MESMO ASSUNTO

(24 julho 1648)

Dom Rodrigo de Castro. Eu el Rey vos enuio muito saudar. Como ja uolo mandei auisar se tinha dado ordem ao Conde da Ericeira para levantar 400 Infantes socorridos nas comarcas de Coimbra e Esgueira para o socorro de Alentejo e tendo o Conde concluida a leua que tocava a Coimbra reparou agora em passar a Esgueira em razão de hauerdes enuiado aly a Bras Garcia Mascarenhas a levantar 800 Infantes para se prefazerem com elles os dous mil que tocão a vossa repartição e não ser possivel tirarse de hũa ues de hũa comarca tão pequena tam grande numero de gente; e porque persuadindome, que cõ a authoridade e zelo do Conde se fara aly melhor esta leua lhe mando ordene que logo passe a Esgueira e pedindo a Bras Garcia as listas que tuer feitas da gente della, ou de outra se lhe parecer que na Comarca hauerá homens mais desobrigados e capazes para hirem

seruir nesta occasião aliste 800 infantes e que destes forme cinco companhias e cõ os capitães e officiaes que lhe haueis de enuiar as faça marchar para Alentejo na forma em que expedio as duas Companhias de Coimbra, ou como melhor lhe parecer auisandouos do dinheiro que demais do que leuou lhe faltar para socorrer esta gente, para que uos da consignaçon que se uos tem dado lho prouejaes como uos encomendo o facaes para que por hũa e outra parte se procure que esta gente marche cõ a maior breuidade que for possiuel. E a Bras Garcia mando escreuer e ordenar que assista ao Conde e guarde as ordens que elle lhe der tocantes a esta leua de Esgueira e de tudo me pareceo mandaruos auisar para o terdes entendido. E destes 800 infantes os 300 hão de fazer por conta da uossa repartiçon e fio do uosso zelo e cuidado procurareis que não haja dillaçon nenhũa no que tanto conuem a meu seruiço abreuiarse por todas as partes. E ao Conde da Ericeira aduertido daquillo que se uos offerece para melhor se encaminhar o que se pertende. Escrita em Lisboa 24 de Julho de 1648.

REY.

(T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. xii, ff. 65).

LXXIV

CARTA RÉGIA A BRAS GARCIA AINDA SÔBRE O MESMO OBJECTO

(24 julho 1648)

Bras Garcia Mascarenhas. Eu el Rej vos enuiu mui^{to} saudar. Eu mando ordenar ao Conde da Ericeira, que se acha em Coimbra, passe logo a essa Comarca de Esgueira para que dos soldados que com a ordem que vos deu o Governador das Armas Dom Rodrigo de Castro tendes alistado nella, ou de outros, se lhe parecer que os hauerá mais desobrigados e mais capazes para o exercicio da Guerra, faça formar cinco companhias de quinhentos infantes que são os mais que segundo o aviso que tenho se podem tirar nesta occasião dessa comarca para o socorro do Alentejo, e o Conde estando formadas e ajustadas estas companhias com seus capitães e officiaes hade fazer marchar para Alentejo na forma que lhe mando ordenar e agradecerdouos a vos a boa diligencia que tendes feito na leua de que me tinha avisado o Governador das Armas Dom Rodrigo de Castro, vos encomendo e mando que entregando logo as listas que tinheis feitas ao Conde, lhe assistais em tudo o que elle vos ordenar para que a gente se ajuste e se formem e marchem as companhias com a breuidade que tanto conuem a meu seruiço, e para isto guardareis em tudo as ordens que o Conde vos der, assegurandouos que heide ter mui particular lembrança do seruiço que me fizerdes nesta occasião, para folgar de vos fazer por elle toda a merce e honrà que houuer logar. E ao Governador das armas Dom Rodrigo de Castro mando auisar desta minha resolução, para ter entendido a forma della. Escrita em Lisboa a 24 de Julho de 1648.

REY

(T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. x, ff. 122).

LXXV

NOVA CARTA RÉGIA A BRÁS GARCIA
EM RESPOSTA A UMA DÉSTE, VERSANDO A MESMA MATÉRIA,

(9 agosto 1648)

Bras gracia M̄arz. Ev El Rey vos inuiu m^{to} saudar Recebeosse a uossa carta de 2. do presente em que me daes conta do modo em q̄ hieis obrando na diligencia da leua de q̄ vos hauia encarregado o gou.^{or} das armas dessa prou.^{ca} Dom R.^o de Castro fizesseis na Com^{ca} de Esgueira e de como a haueis suspendido em razão de se hauer encarregado esta diligencia ao Conde da Ericceira cō ordem q̄ lhe assistisseeis nella, E hauendo uisto tudo o q̄ sobre este particular appontaes na uossa carta, me pareceo dizeruos q̄ nesta diligencia, e assistencia q̄ haueis de fazer ao Conde procedaes na conformidade das ordens q̄ para isso se uos tem dadas. Escrita em L.x.^a 9. de Agosto de 1648.

REY

(T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. IX, fl. 139).

LXXVI

OUTRA CARTA RÉGIA A D. RODRIGO DE CASTRO A RESPEITO DA MESMA LEUA

(14 agosto 1648)

Dom Rodrigo de Castro. Eu el Rej uos enuiu muito saudar. Em carta de 3o do passado me daes conta das diligencias que tinheis feito para se cobrarem os 6003000 reis que Dom Sancho Manoel uos hauia de remeter para a leua que corre por uossa conta e que estes applicareis a gente que na comarca de Esgueira alistaua Braz Garcia, e que tanto que chegasse o mais dinheiro se expediria o mais de que hade constar o socorro que corre por uossa conta, perguntando se o conto oitenta e quatro mil oitenta e sete reis que hū comissario hauia entregue ao Pagador em 25 do mesmo são para a leua ou para que outro effeito. E pareceome dizeruos que como ja uolo aduertio Antonio Pereira remetendous a resposta de hū escrito que de minha parte se escreueo ao Bispo eleito do Porto, este dinheiro era para a leua, e espero de uosso cuidado e zello que quando chegar a uossas mãos esta carta se tera expedido toda a gente da uossa repartição e não tardara muito em chegar a Alentejo. Escrita em Lisboa a 14 de Agosto de 1648.

REY.

(T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. XII, fl. 65).

LXXVII

CARTA RÉGIA Á CAMARA DE AVEIRO TRATANDO DO MESMO OBJECTO

(20 agosto 1648)

Juiz vreadores e Procurador da Camara da Villa de Aueiro. Ev El Rey vos enuiu m.^{to} saudar. Hauendo uisto tudo o q̄ na uossa carta do prim.^o deste appon-

taes em ordem a se tirar gente dessa Villa, e seu termo, nem dos lugares duas le-goas ao redor por razão de ter essa uilla porto de mar, com hũa barra aberta sem fortificação q̄ possa impedir ao inimigo a entrada della quão do intento; me pareceo dizeruos q̄ cõ attenção a tudo o q̄ aduertis e appontaes na uossa carta, e a estarem os lugares dessa Comarca tam uesinhos do mar, se reduzio o numero de oitocentos homens que hauia de leuantar nella Bras graciã Mârz a quinhentos q̄ hade fazer o Conde da Ericeira para hirem seruir nesta occasião a Alentejo e passada ella se hão de recolher as suas terras para cujo effeito foy necess.^o e preciso puxar por esta gente. E no q̄ toca ao forte que se deue fazer na barra dessa V.^a para sua deffensa fico aduertido e cõ cuidado p.^a tomar nisso a resolução que mais conuenha a meu seru.^o e a segurança da mesma barra. Escrita em Lx.^a 20 de Agosto de 1648.

REY

(T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. ix, fl. 141 v.^o).

LXXVIII

CARTA RÉGIA AO CONDE DA ERICEIRA, COMUNICANDO-LHE UMA QUEIXA FEITA CONTRA BRÁS GARCIA POR TOMÁS DA COSTA CÔRTE-REAL, DE AVEIRO, A RESPEITO DA LEVA, E ENCARREGANDO-O DE SYNDARICAR EM SEGREDO E INFORMAR SÔBRE O ASSUNTO

(10 setembro 1648)

Conde da Ericeira

Conde amigo Ev El Rej vos enuio m^{to} saudar como aquelle que amo. Com esta carta vos mando remetter outra que me escreueo de Aveiro Thomas da Costa Corte Real em q̄ me faz queixa dos procedim^{tos} do capitão bras guarcia mârç q̄ a comarca de Esgueira foi com ordem de dom R^o de castro gou^r das armas da beira a reconduzir os soldados fogidos de suas bandeiras, e a q̄ Ev tambem vos hauia mādado, e a leuantar outros. E pareceome remeteruola, E encomendaruos q̄ vendo a e fazendo com todo o segredo as diligencias que vos parecer e tiuerdes por mais acertadas para alcansar o que passa nisto me informeis de q̄ na verdade achardes para mandar prouer o que tiuer por mais seruiço meu. Escrita em Lx.^a a 10 de Set^{ro} de 1648.

REJ

(T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. viii, fl. 133).

LXXIX

ASSENTO DO BAPTISMO DE ISABEL GARCIA, FILHA DO POETA BRÁS

(31 dezembro 1648)

1648 —

Aos trinta e hũ, uel ultimo dia de 10.^{bro} baptizei Isabel filha de frei bras Gr.^{ca} M.^{as} e de sua m.^{er} dona M.^a, forão padrinhos assignados Luis de Mello e sua m.^{er} dona Maria de Villa Coua por lemb.^{ra} fiz eodem die.

MATTOS

(C.S. *Registro paroquial de Avô*, l. 1, cad. 2.^o, fl. 11 v.^o).

LXXX

ASSENTO DO BAPTISMO DO FILHO DE UMA ESCRAVA PRETA,
QUE TINHA BRÁS GARCIA

(21 junho 1649)

1649 —

Aos 24 de Junho baptizei Marcelino filho de hũa pretta cativa de bras Garcia M.^{as} nomine Isabel, filho q̄ disse ser de hũ mâcebo de Trauãqua de farinha podre por nome J.^o forão padrinhos o p.^e fr.^{co} frz:¹ e maria pretta desta uilla de q̄ fiz e assinei eodem die.

MATTOS

(C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 2.^o, fl. 112).

LXXXI

ASSENTO DUM BAPTISMO EM QUE FOI PADRINHO O POETA

(25 junho 1649)

1649

.....
Em 25 de Junho baptizei Anna filha de Miguel Nũz de Campos e de Anna mad.^{ra} sua m.^{er} forão padrinhos frei bras Gr.^{ca} m.^{as} e sua m.^{er} D. M.^a por lemb. fis eodẽ die

MATTOS

(C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 2.^o, fl. 112)

LXXXII

ASSENTO DE OUTRO BAPTISMO COM O MESMO PADRINHO

(4 setembro 1649)

1649

.....
Aos 4. dias de 7.^{bro} baptizou o p.^e m.^{el} Garcia¹ de minha l.^{ca} Ant.^o filho de J.^o Gomes botelho, e de sua m.^{er} m.^a de misquitta² forão padri. frei bras Gr.^{ca} M.^{as} e sua m.^{er} D. M.^a por lembr.^{ca} fiz eodem die.

MATTOS

(C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 2.^o, fl. 112).

¹ Irmão de Brás Garcia.

² Filha de Felipe Madeira, tio materno do poeta.

LXXXIII

ASSENTO DE BAPTISMO DE QUITÉRIA GARCIA DE MASCARENHS, FILHA DO POÉTA BRÁS

(29 junho 1651)

1651 —

Hoje 29 de Junho (Appostolorum die) baptizei Quitéria filha de frei bras Gr.^{ca} e de Dona Maria sua m.^{er} forão padrinhos o R.^{do} p.^e M.^{el} Gr.^{ca} ¹ e susana filha de J.^o m.^{el} ² por lembr.^{ca} fiz eodem die

MATTOS

(C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 2.^o, fl. 113 v.^o)

LXXXIV

ASSENTO DUM BAPTISMO EM QUE FOI PADRINHO O POETA

(18 outubro 1652)

1652

.....
Aos desoito dias do sobre dito mes (*outubro*) Baptisou o dito M.^{el} Graçia a João filho de Migel nũz. Campos e sua m.^{er} Ana mad.^a forão padrinhos bras Gr.^{ca} M.^{as} e Ceçilia madr.^a soltr.^a todos desta uilla de que fis e assinei eodem die.

MATTOS

(C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 2.^o, fl. 115).

LXXXV

PROCESSO CRIME INSTAURADO CONTRA O P.^e MATIAS GARCIA,
POR TER CHAMADO «JUDEU» A BERNARDO DUARTE DE FIGUEIREDO, AUTOR NESTE PROCESSO

*(Principiado em 1652)**Artigos do libelo*

Prouaria que sendo o Reo inimigo capital e descuberto delle autor por duvidas e differencas que tinha tido assim com elle Reo como com seus Irmãos pella qual rezam andava o Reo buscando todas as occasiois que podia pera o afrontar e injuriar em resam de lhe ter odio por ser Respeitado na dita villa sendo que tinha uindo hauia pouquo tempo pera ella de morada de sorte que assim o Reo como seus Irmãos por seus inimigos herão tidos hauidos e conhesidos no que não hauia duuida, e sendo isto assim —

Prouaria que o Reo em resam do dito odio que tinha a elle autor pellas Resois presedentes que com elle tinha tido, e com seus Irmãos aonde quer que se achaua em lugares publicos soo a fim de injuriar e afrontar a elle autor desia, e publicaua que elle hera hum judeu uindisso de fora, o que desia e Repetia muitas e uarias uezes, aonde quer que se achaua chamandolhe de judeu, e que nas Eleissois dos

¹ Tio paterno da baptizada.² Tia materna da baptizada.

carregos da dita uilla não emtrasse elle autor que emtrasse quem quer que fosse, e perguntandolhe algumas pessôas o porque, e porquem o desia, elle Respondia que pello autor em Resão de ser judeu, e o mesmo Reo se gabaua a muitas pessoas ter chamado a elle autor judeu na cara —

Prouaria que elle autor em Resão de ser assim tam publica mente de ordinario afrontado e injuriado plo Reo com elle lhe chamar judeu que sempre se dera por muito injuriado e afrontado, e tomara antes perder ou deixar de ganhar quatro mil cruzados que serlhe feita tal injuria e afronta e dita por uarias uezes pello Reo, aqual injuria e difamação que o Reo fazia da pessoa delle autor lhe fora por elle feita de outo meses a esta parte como tambem —

Prouaria que elle autor hera filho legitimo de legitimo matrimonio de Saluador Duarte de figueiredo e de sua molher Catherina Gomes que Deus tem, e o dito seu paj hera Sargento mor na uilla de Pombeiro aonde hera morador e nella fora Capitão e ouuidor do Senhor da dita uilla e asim os parentes da parte do dito seu paj como da dita sua may herão dos milhores da dita uilla, e das mais uillas aonde uiuão os quais todos seruião, e seruirão, os carguos nobres da guouernanca dellas assim na República como nas Igrejas —

Prouaria que a maj delle autor hera filha de João Thome que Deus tem morador que foj em ual de asores termo da uilla de Mortagoa, e filha de Angela Gomes os quais herão dos principais da dita uilla e fora Capitão toda a sua uida no dito conselho como de presente tambem o herão dous Irmãos da maj delle autor na dita uilla, e conselho de mortagoa, e todos seus parentes seruirão, e seruião na dita uilla e conselho todos os carguos nobres na guouernanssa della —

Prouaria que elle autor tinha dous Irmãos dos quais hum dellas estaua actual mente seruindo de Capitão de Infantaria na uilla de Pombeiro, e outro seruira de Alfes, e de Almotasel nella: sendo como hera huma uilla notauel, e elle autor tinha seruido na dita uilla de Auo de Alfes, e juis ordinario por uerdadeira elleição de Pelouro e os mais carguos nobres da igreja, e actual mente estaua seruindo de tabalião de notas publico e judicial em quatro uillas de propriedade, como hera auó, uilla coua de sob auo, nogueira, e São Sebastião da feira —

Prouaria que asim os parentes da parte do Paj delle autor como de sua maj nunqua tiuerão nem forão infamados de terem Raça alguma de mouros nem judeus nem de outra infecta nasção antes sempre de todos, e das pessoas mais uelhas das uillas, e dos ditos luguares forão sempre tidos e hauidos, e conhessidos por christãos uelhos de todos os quatro costados sem nunca hauer fama alguma de em huma ou outra geração auer Raça alguma de judeu nem de outra infecta nasção, e essa hera a fama publica que sempre ouuera assim nas ditas uillas como luguares; e sem nunca em comtrario que uerdadeira fosse, pella qual Rezam ficaua sendo muito major a injuria feita a elle autor —

Prouaria que o Reo hera hum saserdote muito soberbo e altogante e de muito Ruim lingoa que se presaua de valente, e useiro, e useiro em afronta e injuriar pessoas honrradas pello que ett.^a fama publica ad necessaria tantum. —

Artigos de comtriedade

Prouaria que o Reo nem seus Irmãos forão nunca inimigos do autor antes Bras Grasia mascharenhas Irmão delle Reo o casara, e lhe fizera despojs de ca-

sado emprestar dinheiro a Pedro de Afonseca de Arganil pera comprar o officio de Tabalião, e sempre o autor Resebera boas obras delle Reo e de seus Irmãos e por amor delles se fizera Respeitado e estimado na uilla de Auô e auendo isto feito falço dizer que herão seus inimiguos e que disião delle mal —

Prouaria que fasendosse publico e notorio a todos na dita uilla de Auo que o autor hera christão nouo sem o autor nem seus Irmãos comsintirem nisso por ser grande meixilhão, e se entrometer nos prouimentos dos carguos do conselho se escandalisara a gente muito delle e se desia que hera mal feito emtrar elle autor nas eleisiois —

Prouaria que depois de se saber na dita uilla que o autor estaua notado e emfamao de ser Christão nouo os parentes de sua molher se queixaram muito do Irmão do Reo os mesturar com elle, e de os fazer uir em tão Roim casamento, e elles mesmos o tem por Christão nouo e lho chamão na presença, e na ausencia, sem elle autor se afrontar disso nem se defender porque —

Prouaria que Catherina Gomes cujo filho o autor dis que he fora filha de Angella Gomes moradora que fora no lugar de ual de Asores, a qual Angella Gomes fora filha de Henrique Gomes natural e morador que fora em uilla gosendo, e conforme a estes graos ficaua elle autor sendo legitimo netto da dita Angella Gomes nem elle o nega, e bisnetto do dito Henrique Gomes —

Prouaria que a dita Angella Gomes auo do autor fora sempre tida nomeada e tratada no lugar de ual de Asores, uilla de mortagoa, e por todos seus arredores por Christam noua, e o dito Henrique Gomes seu bisauo por elle o tratauão, e nomeauão em uilla gosendo donde fora natural, e não ouuera nunca outra fama—

Prouaria que do dito Henrique Gomes bisauo do autor pella parte de sua maj nasceo tambem Gaspar Gomes morador que fora em mortagoa, e deste nascera Brites de figueiredo, presa que fora nos carseres do sancto ofisio por Christam noua, e sahira confiscada, e sambenitada, e desta Brites de figueiredo nascera Ambrosia de figueiredo, a qual fora tambem presa e sahira a queimar —

Prouaria que tam publico hera ser o autor da nassão hebrea que Bertholameu da guerra filho de Dominguos da guerra tio do autor estando no nouisiado de sancto . . . pera frade, o lansarão fora da Rellegião pello defeito de Christão nouo que padesia, e querendo Pedro Gomes, e Antonio Gomes Capitais e tios do autor nomeados no quinto artigo de seu libello fazer seus filhos Clerigos se lhe pos impedimento de Christãos nouos, e os purgarão no dito juiso sem parte pello que —

Prouaria que o autor motejava muito das uidas alheas, e disso hera muito notado, e de faser escarninhos e zombarias comtra as uidas alheas, e com isso fasia apurar a fama que tinha. O Reo hera saserdote de boa fama uida e costumes, e que não afrontara ninguem nem dissiera nunca mal de pessoa alguma e a todos daua bom exemplo com seus prossedimentos plo que deuia ser absoluto. E assim se deuia julgar ett.^a .

Sentença na 1.^a instancia (14 nov. 1652)

Vistos estes autos, libello do autor, comtrariiedade do Reo mais artigos Resebidos, proua por parte do autor somente dada, papeis juntos: mostrasse que sendo o Reo inimiguo do autor publica mente, e com animo de o injuriar e afrontar em toda a parte e lugares publicos e perante muita gente chamaua a elle Reo de judeu uindisso de fora Repetindo a dita afronta por muitas vezes em toda a parte

que se achaua dizendo mais que nos carguos dos eleitos não emtrasse o dito autor, e que emtrasse quem quer que fosse, de sorte que de lhe chamar tais nomes se andaua gabando a toda a pessoa e as mais que lhe perguntauão por quem o desia da qual injuria se deu loguo o autor por muito afrontado por quanto he filho legitimo de Saluador duarte de figueiredo e de Catherina gomes sua mulher, e que o dito seu paj he sargento mor na uilla de Pombeyro, onde foy Capitão, e ouuidor do senhor da dita uilla, e que todos seus parentes assim da parte do dito seu paj como da dita sua maj são dos milhores da dita uilla e das mais aonde uiuem seruiundo nellas todos os cargos nobres assim das igreias como do guouerno. Outro sim se mostra que a maj do autor he filha de João Thome de ual de Asores termo da uilla de Mortagoa e de Angella gomes que foy Capitão no dito Comselho aonde ainda o são dous Irmãos da dita sua maj, e que o dito autor tem dous Irmãos dos quais hum serue de Capitão na uilla de Pombeyro e outro de Alfes na uilla de Couilham onde tem seruido de Almotasel; e que final mente o autor tem seruido de Alfes e de juís ordinario na dita uilla de Auó e que he tabaliam proprietario do auto publico judicial nas quatro uillas, de Auó, uilla coua, nogueira, e São Sebastião da feira. Mais se mostra que assim os parentes da parte do Paj do autor como de sua maj são todos Christãos uelhos e sem Raça de mouros judeus nem mulatas nem disso forão difamados, e por tais forão sempre tidos e hauidos. Mostrasse outro si que suposto do dito autor ouuesse fama de Christão nouo ella foy pello Reo e seus Irmãos inimigos do dito autor o deuulgarem pera assim o infamarem porquanto Catherina gomes maj do mesmo autor de quem o Reo lhe impõe nota de Christão nouo nasseo de João Thome e Angella Gomes moradores que forão no ual de Asores, aqual Angella Gomes foi filha legitima de João luis e de sua molher maria Gomes moradores que forão no mesmo luguar que todos forão tidos e hauidos e conhecidos por Christãos uelhos sem nenhum outro Rumor em comtrario de sorte que a dita Angella gomes auo do autor por parte da dita sua maj não foy filha de Henrique gomes de uilla gozendo por quanto nasseo e foy moradora em ual de Asores donde falesseo, e prosedeo de sancta Comba dão. Mais se mostra que o dito João luis, e Maria Gomes uisauos delle dito autor que herão todos Christãos uelhos inteiros e que suposto Brites de figueiredo nasesse do dito Gaspar gomes foy comtudo de sua segunda molher de quem lhe uejo a Rassa que tinha de Christã noua e não pella do dito seu paj que era Christão uelho inteiro, e porque tambem a dita Brites de figueiredo foy casada com Matheus fernandes de uilla gosendo que hera Christão nouo, e foy preso, e confiscado pello sancto ofisio, e dous Irmãos seus que forão queimados e que suposto Ambrosia de figueiredo sobrinha dos sobreditos fosse queimada não prejudica a geração do autor que he limpa e sem Raça de judeu mouro, ou mullato. Mostrasse outrosi que Bertholameu da guerra não emtrou numqua em Relligião alguma de que fosse lansasado fora pello dito effeito, porque se nella entrara fora Rellegioso como o foy frej Antonio de frias frade de sancto Antonio filho do dito Gaspar gomes, e que na gerasão do autor assi por parte do dito seu paj como da dita sua maj ha muitos frades Rellegiosos clerigos, e Priores de authoridade grande, e que dado sahisssem com empedimento de Raça de Christão nouo a francisco da silua filho de Pedro Gomes de ual de Asores tio do autor esse o purgou pella dita Resam de parentesquo que lhe não prejudicou de que ouue sentença cujo treslado anda junto nestes autos. E finalmente proua o autor que o Reo he muito soberbo e aRogante e que solta pa-

lauras bem estranhadas, e descandallo grande emtendendo com todos e em tudo molestando a muitos e aos melhores sempre afronta. O que tendo uisto e considerado a qualidade do autor e de soltura costumada do Reo palauras injuriosas que lanssou Repetida mente inconsideradas contra o autor, e por sua parte não fazer proua alguma, disposissão de Direito em tal caso. Comdeno ao Reo em uinte mil rs⁴ pera o autor de emmenda e satisfasão, e nas custas destes autos. Em Rellaissão quatorze de nouembro de seis sentos sincoenta e dous.

MONTEIRO RIBEIRO

Sentença na 2.^a instancia (9 março 1655)

Accordao em Rellaissão etc.^a bem julgado foj pello vigairo geral do Bispado juís a quo em comdenar ao Reo em pena pecuniaria pera o autor porem em ser em tam pouqua quantia foj por elle menos bem Arbitrado. Reformando nesta parte sua sentença cumprasse o confirmado por seus fundamentos e o mais dos autos, os quais uistos, e como por parte do autor se proua ser pessoa nobre Christão uelho sem Raça alguma por seus auos paternos e maternos, e ser seu paj sargento mor na uilla de Pombeiro, e hum Irmão Capitão, e elle auer seruido os carguos nobres, e como outrosi se mostra não ser o autor bisnetto de Henrique gomes como o Reo articulou, mas antes ser bisnetto de João luis e sua molher Maria Gomes christãos uelhos inteiros, e como final mente se mostra insistir o Reo em seus artigos nestes autos nesta instancia em faser o autor Christão nouo, e não o prouar, com que lhe ficou fazendo major injuria, e mostrou o animo que tiçha de o injuriar e afrontar, o que tudo uisto, auendo Respeito a qualidade da pessoa do autor e da injuria que o Reo repetiu nos ultimos artigos dos embarguos com o mais que dos autos consta Comdenão ao Reo em mais sincoenta mil rs⁴ de emjuria emmenda e satisfasão pera o autor, e em hum anno de degredo pera a cidade de Euora que hira cumprir dentro de trinta dias, e pague as custas dos autos prinsipais em ambas as instancias, e dos ultimos, e dos ultimos embarguos de premeio. Bragua noue de março de seis sentos sincoenta e sinco.

MOURÃO — OLIVEIRA — FERREIRA — REBELLO

Libello appellatorio em um incidente da causa¹

Por uia de libello apellatorio nesta Instancia, ou como em direito melhor haia lugar diz o P.^e Mathias Gracia Cura da ygreia de Ançeris deste bispado contra o apellado Bernardo Duarte de figr.^{do} da villa de Auo q̄ semdo nesenario —

Pr.^a — 1 — Que o d. Bernardo duarte apellado demandou a elle aPellante ante o R.^{do} Vigr.^o geral deste Bispado de Coymbra por huma jmjuria uerbal dizemdo q̄ elle decendia de nação hebreia nam auendo tal nem elle apelante lhe disse tais pallauras —

Pr.^a — 2 — Que pondosse a dita cauza da primeira jnstançia em proua tratou o apellado composiçam na cauza com Bras graça mascarenhas Irmão delle apellante para q̄ a sôbra do femgido conçerto elle dar sua proua muito a seo guosto e sem parte como foj e elle se descudase em dar proua em sua defeza como suçedeo

¹ Foi apresentado pelo procurador do apellante padre Mathias Garcia, o licenciado Luis Cor deiro, a 13 de maio de 1662.

em boa fee, e tanto q̄ teue seu negocio preparado fes sentensear os auttos em q̄ elle appellante sahio comdenado em vinte mil rs. e por lhe parecer a comdenacam piquena appellou para a Rellacam de Bragua onde elle appellante sahio comdenado em quorenta mil reis e hum anno de degredo ou o q̄ na verdade se achar —

Pr.^a — 3 — Que desta exçeciuia comdenaçam appellou elle appellante ad sanctam sedem apostollicam em tempo habel, de que jmpetrou rescripto em q̄ ueio nomeado por juis oRd.^o uigr.^o geral deste Bispado que no tal tempo hera o D.^{or} João Alures Brandão o quoyal por se sentir peiado na cauza em Rezam de ser parente delle appellante sobdelegou no D.^{or} Dionyzio Rebello de gondim que aceitou a subdelegaçon, e mandou pasar ynhibitoria compulsoria e citatoria em forma —

Pr.^a — 4 — Que semdo ella intimada aos dezembarguadores da Rellaçon de bragua a mandaram dar vista ao appellado Bernardo Duarte, e elle por seo procurador a embargou jmpedindo que os autos se compulsasem, e pello q̄ articulou lhe foram Reçebidos seus emb.^{os} e auídos por prouados na dita Rellaçon thomando os dezembarguadores della por fundamento q̄ no dito rescripto uinha imserta a clauzulla /, seruata relleguacione /, e que em quoanto elle appellante não podia ser ouuido emquoanto não estiuesse no degredo e que allem disso a dita cauza hera criminal da quoyal o dito Doutor nam podia conhecer por nam ser uiguayro geral —

Pr.^a — 5 — Que tendo elle appellante noticia deste despacho pedio segunda ynhibitoria em que mostrou por direito e Rezulluçãõ dos Doutores que a dita clauzulla se punha por estillo e q̄ somente em tres cazos se goardaua a saber quoando o apellante se acha no degredo ou quoando he confesso ou quoando ha tres sentenças conformes e fora delles nam tem effeito e que a cauza de q̄ se trataua hera meramente siuel e que nam tinha a callidade de creminal e sem emb.^o disto não quizeram obedecer a esta segumda ynhibitoria nem a terceira que outrosim se pasou —

Pr.^a — 6 — Que uendose elle appellante sem Remedio Recorreu a dispoçissãõ do Comecillio tridentino que em cazo semelhante manda annullar os autos e sentença appellada e condenar a parte nas custas e hasim o Requerero elle appellante ao R.^{do} juis a quo como dos autos appencos largamente consta —

Pr.^a — 7 — Que deuendo o Reuerendo juis a quo deferir a elle appellante e dar a execuçon os decretos do dito comçillio sahio com despacho que se louuaua no ponto da jurisdicãõ semdo que por direito se mostrou diante delle que a elle pertençia conhecer della e nam a outro nem por allgũa das partes lhe foj Requerido q̄ se procedesse o tal louuamento do quoyal decrecto appellou elle appellante ad sanctam sedem apostollicãõ em que se pasou o rescripto de que voça merçe he yuis nesta instancia —

Pr.^a — 8 — Que elle appellante foy muito aggrauado pello R.^{do} juiz a quo por muitas Rezois. Prim.^a porq̄ conforme a direito todo o juis Regullarmente he competente para julgar se lhe pertence a jurisdicãõ da cauza de q̄ se trata o que elle não foj. Segumda em querer Reduzir esta cauza a louuam.^{to} na jurisdicãõ nam hauendo cauza p.^a hisso por quoanto histo so tem lugar quoando dous juizes ecc.^{os} ambos pertendem ser competentes na mesma jnstancia e não quoando esta controuerçia suçede entre o juiz a quo e o juis ad quem. Terceira em se louuar em juis arbitro sem elle appellante, e app.^{do} serem çitados. Quarto em não goardar a dispoçicãõ do comçillio Tridintino que em termos proprios falla a fauor delle appellante, semdo lhe pedida sua execuçon —

Pr.^a — 9 — Que o appellado não somente Impedio o compulso dos autos ao juizo do Reuerendo juiz a quo, mas tambem nesta o empede como consta da certidão que anda nestes autos fol. 21. ibi com o q̄ ham por difirido a Rezão ofrecida por emb.^{os} e isto so defejto de se não saberem as jmjustiças que os desembargadores da Rollacam de Bragua tem feito a elle appellante.

P. R.^{to} e prouado o q̄ baste integrum sibi fieri iustitiæ complementum, quod cum expencis.

(C.E. — Documentos apensos ao processo para a ordenação do Dr. Matias Jácome de Figueiredo filho de Bernardo Duarte de Figueiredo).

Sentença final (16 março 1666)

Dei nomine inuocato. Vistos estes auttos e forma do rescripto por Sua Santidade a mim commetido, em que sua S. me commete o conhecim^{to} e discisão dos Incidentes de q̄ se appellou contheudos no mesmo rescripto e juntam^{te} a discisão da cauza principal entre partes appellante o Reo originario o R.^{do} Pe Matas Gra olim cura de Anceris e appellado Bernardo Duarte de fig.^{do} m.^{or} na v.^a davó e nesta Sarg.^{to} major, tudo do Bispado de Coimbra; E uisto como ja não ha q̄ differir aos jncidentes sobre o compulso dos auttos pois a morte do juiz sobdeleguado e a do Reo originario lhe differio, e com effeito os auttos estão compulsados nem menos ao jncidente sobre o Vig^{to} Geral de Coimbra querer tornar a rezumir a si a Iurisdiction q̄ seu antecessor subdellegara com clausula reasumendi pois com este rescripto passou toda a cauza a este meu Juizo e só fica q̄ defferir as appellações q̄ o Reo originario interpos em a Curia de Bragua de lhe não auerem os artigos de noua Rezam e do conserto per prouados por quem da prim.^{ra} foj uisto dezistir em uir com segundos embarguos e bem diffamatorios que tambem lhe não foram requebidos e se sentensiou a cauza final e desta interlucutoria não nos consta q̄ appellesse, e q̄ offizesse hera injusta, porquãto o chamado concerto se não prouou, ainda q̄ duas test.^{as} tiradas subrepticiam.^{te} diserão q̄ o ouuirão ao Autor appellado, q̄ são P.^o Fran.^{co} e Fran.^{co} Pires em casa de Bras Graçia mascarenhas parenta sua da molher do Reo¹. . . nisso p^{lo} modo q̄ depoem não he verisimil o q̄ dizem, que vinha a ser, q̄ offaria excuzar de ter cauallo auxiliar se elle comprisse o q̄ tinha prometido ao vig^{to} de Farinha Podre sobre este conserto, e desistimento desta cauza; e o dito viguajro diz, que neste conserto não affectuara nada, e mais q̄ o Autor dissera q̄ se sentensiaria a cauza, e que então não faltarião homens honrados q̄ se metessem de premejo e uinha a ser estipullar pera outrem quãto mais q̄ as d.^{as} test.^{as} dizem fora p^{la} Senhora de março e consta p^{lo} escrito do Governador das Armas estar o Autor ja escuzo do cauallo em feurejro do mesmo anno e por isso os R.^{dos} Juizes aq. não fizerão cazo do chamado conserto; no q̄ tudo conforme o ness.^{to} procedim.^{to} e sn.^{ca} e sendo isto antes do Reo appellante contrariar não oppos do tal conserto, q̄ hauia de alleguar antes de contestar pois p.^{ro} tiuera nascim.^{to} se fora verdad.^{ro}. E deferindo a cauza principal da jnjurya declaro q̄ foj mal appellado p^{lo} appellante e bem julgado p^{los} R.^{dos} Juizes a qq. confirmo a sua sentensa por seus fundam.^{tos} e p^{los} mais dos auttos de q̄ consta a Iniuria não só

¹ Houve aqui evidente lapso do copista que escreveu o traslado. Na sentença original devia estar escrito: «parente da sua molher e irmão do Reo».

ser uerbal e mais uezes em publico repetida com animo de afrontar e injuriar, mas tãobem de inhabilitar ao Autor e seus f.^{os} e descendentes p.^a os cargos e officios e postos nobres mas p.^a não poderem ter estado e dignidades ecclesiasticas, afrontando uiuos, mortos e por nascer. E o pior foj confirmar por escrito, e por artigos o mesmo q̄ tinha dito in varias instancias, mostrando a sua pertinacia e obstinado odio com q̄ foj com o libello diffamatorio, q̄ em drt.^o tem graues pennas. E o peor ja depois de ter uista a largua proua do Autor appellado porq̄ se mostra por grande numero de testemunhas ser Xp̄ão uelho int.^{ro} sem raça alguma infecta e homem nobre e seus antepassados e q̄ seruião os carguos nobres nas terras aonde uiuião así da millícia como da justiça e nas lg.^{ras} e o mesmo fazem oje o Autor e seus Irmãos e parentes, e ja hũ seu primo foj por tal iulgado e de puro sangue por esta mesma parte e descendencia, q̄ o Reo appellante quis diffamar, the chegar a dizer que alcansará sn.^{ca} por negociação com os ministros q̄ tão terribele atreuido e aperfiado hera o Reo q̄ ja tera dado conta disso a Deus e dos m.^{tos} guastos q̄ fez fazer ao Autor com dillação de dezojto annos nesta cauza q̄ uejo a ser segundo laberinto de Creta, e mal compensará com a condemnação os guastos das ferraduras dos cauallos conq̄ fes tantas jornadas. Visto como Man.^{el} soltr.^o está habilitado por unico e universal erd.^{ro} do Reo originario e como tal contra elle passou a Auçam por ja estar a demanda contestada quando seu pay falleceo e ja sentenciada, julguo que contra elle pasou a Aução no tocante a penna pecuniaria dos 70 mil reis na segunda sn.^{ca} julguados e por esta confirmada e pague elle as custas na forma da mesma sn.^{ca} segunda e as mais dos jncidentes na forma das sn.^{cas} nelles dadas e as dos autos q̄ nesta Instança acresceração. Viseu 16 de m.^{co} de 666.

DUARTE PACHEQUO DE ABREU

(Traslado que andava na posse da familia Garcia de Mascarenhas, de Avó, e hoje esta em meu poder).

LXXXVI

ASSENTO DO BAPTISMO DE BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS, FILHO DO POETA

(22 março 1653)

1653 —

Em os 22 de março baptisou de minha l.^{ca} o d.^{tor} M.^{el} Garcia bras filho de bras Gr.^{ca} M.^{as} e de sua m.^{er} dona M.^a forão padrinhos o l.^{do} prior de S. Romão, e Anna montr.^a 1 filha de Marcos Gr.^{ca} por lembr.^{ca} fiz eodem die.

MATTOS

(C.S. — Registo parochial de Avó, l. 1, cad. 2.^o, fl. 115 v.^o).

1 Tia paterna do neófito

LXXXVII

CARTA RÉGIA, PELA QUAL D. JOÃO IV PROVÊ BRÁS GARCIA NO LUGAR DE ESCRIVÃO DAS SISAS GERAIS E DOS PANOS NA VILA DE AVÔ, VAGO POR MORTE DE SEU PAI

(2 novembro 1654)

Dom João etc. faço saber aos questa minha carta virem que tendo resp^{to} a Marcos gracia ia falecido que foi proprietario do offico de escriuão das sisas geraes e dos pannos da villa davoo e seu ramo e seruió sesenta annos com m^{ta} satisfação sen nunca cometer ero e bras gracia mãs seu filho ter as p^{tes} neserasias pera o seruir como se uio por informação do prouedor da com^{ca} da cidade da guarda; hei por bem fazerlhe m.^{ce} da propriedade do dito offico de escriuão das sisas geraes e dos panos da dita Villa davoo e seu ramo asi e da man.^{ra} que o seruia o dito seu pai e as mais pessoas q̄ delle forã prouidas o qual offico tera e seruira enq.^{to} eu ouuer por bem e não mandar o cont^{ro} con declaração que tirando lho en algũ tenpo minha faz.^{da} lhe não ficara obriguada a satisfação algũa com o qual hauera de mantim^{to} a saber con as sisas geraes a rezão de sesenta rs por milheiro te chegar a quantia de mil rs cada anno e mais não e con os panos dusentos rs por Anno que lhe serão pagos a custa dos Rendeiros quando as ditas sisas forem arendadas e quando não a custa de minha faz.^a q̄ he outro tanto como tinha e hauia o dito seu pai pello que mando ao prouedor da Com^{ca} da guarda lhe de a posse do dito offico e lhe deixe hauer o mantim^{to} asima declarado e juram^{to} dos santos euan-gelhos q̄ bem e uerdadr^a m^{te} o sirua guardando en tudo meu seruiso e as p^{tes} seu dir^{to} de q̄ se fara asento nas costas desta q̄ por firmeza de tudo lhe mandei dar sellada do meu selo pendente e pagara os direitos q̄ deuer e o nouo conforme o Regim.^{to} el Rei nosso sñor o mandou por Ruj de Moura telles do seu conselho de estado e do de guera e ueedor de sua faz.^a João da silua a fez en lx^a a dous de nou.^{to} de seis centos cincoenta e quatro Eu fran.^{co} guedes pereira a fis escreuer.

(T.T. — Chancellaria de D. João IV, l. 27, fl. 45 v.º)

LXXXVIII

ASSENTO DO BAPTISMO DE MARIA GARCIA DE MASCARENHAS, FILHA DO POETA

(20 maio 1655)

Era de 655 —

Aos 20 do sobredito (*m.º*) baptisei M.^a filha de bras Gr.^{ca} M.^{as} e de sua m.^{er} dona M.^a forão assignados padrinhos o p.^e M.^{el} Gr.^{ca} e Isabel fr.^{ca} todos desta uilla de q̄ fiz eodem die

MATTOS

(C.S. — Registo paroquial de Avô, l. 1, cad. 2.º fl. 117).

LXXXIX

ESCRITURA DE INSTITUIÇÃO DE UM VÍNCULO, PELOS IRMÃOS E IRMÃS DO POETA,
PARA, POR MORTE DO ÚLTIMO DELES,
SER ADMINISTRADO E POSSUIDO POR SEUS DOIS SOBRINHOS,
TOMÁS, FILHO DE BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS JÁ FALECIDO,
E MARIA, FILHA DE FELICIANA MONTEIRO,
E PELOS LEGÍTIMOS DESCENDENTES DÊSTES

(30 de dezembro 1656)

Saibam quantos este publico instrumento de testamento e doacam e instituição de Capella e Morguado na melhor forma e uia de direito que ser posa e melhor aja lugar uirem como no anno do nacimiento de noso Senhor Jesus Cristo de mil e seis centos e sesenta annos por ser pasado dia de natal em os trinta dias do mes de dezembro no fundo do ual do Castinçal junto a estrada que uem do lugar do Sobral do termo da uilla de Ouoa estando ahí presentes o Doutor Manoel gracia e seu hirmão pantaliam gracia prior de trauanqua e o Reuerendo padre Matias gracia seu hirmão e bem asim suas hirmãs Maria gracia e ana monteira Isabel gracia e Antonia gracia naturais da uilla de auo todos maiores de uinte e cinco annos todos pesoas reconhecidas de mim tabaliam loguo por elles todos juntos e cada hum de per si foi dito perante mim tabaliam e testemunhas todas ao diante nomiadas e assignadas que elles em nome da santissima trindade padre e filho e espirito santo tres pesoas e hum so deos uerdadeiro em cuja fee protesta-uam uiuer e morer asim como o tem e defende a santa madre jgra de Roma e seja notorio a todos os que este instrumento uirem que estando todos elles sobreditos jrmaos e hirmãs de pai e mai naturais da dita uilla de auo e por nam terem herdeiros forcados queriam e hera sua uontade instetuir e faser de todos seus beñs de Rais auidos e por auer huma Capella e morguado como em direito melhor se possa diser com obriguacam de cinq^{ta} misas que se ham de diser por suas almas e de seus defuntos no Conuento de Santa Cruz de busaquo he isto em cada anno e emquanto o mundo durar em altar preuillegiado ou na sua Capella delles instituidores que he da inuocacam de sam Joseh sita no mesmo Conuento por estarem contratados com o Reuerendo prior e padres do dito mosteiro no padroado della em as quais misas se dira hum responso sobre a sua sepultura que lla tem pellas almas delles instituidores disendo mais elles ditos instituidores que faziam inReuoguael doacam dos ditos seus beñs huns aos houtros e a dita Capella e instituam por administradores della huns aos houtros sobreditos instituidores e o que delles ultimamente ficar uiuo sera o ultimo adeministrador com obriguacam das ditas misas e por morte do ultimo que delles ficar socedera em ametade dos ditos seus beñs tomas gracia mascarenhas filho de seu hirmão bras gracia que deos tem e na houtra ametade sua sobrinha Maria monteira filha de sua hirmã feliciana monteira moradora na anadia e sendo caso que se peca em algum tempo alguma diuida que seu pai Marquos gracia que deos tem deuese aos absentes tios da dita sua sobrinha Maria monteira sera hella obriguada ou seus sucesores a pagar a dita diuida toda e por sua morte delles ditos administradores tomas gracia Mascarenhas e Maria monteira sucederam na dita Capella seus filhos machos mais uelhos legitimos auidos de legitimo matrimonio e nam tendo filhos machos sucederam a filha mais uelha

legitima de legitimo matrimonio cada hum na sua miacam como dito tem e nam tendo a dita filha filhos ou faltando em algum tempo em sua decendencia sucesor legitimo sucedera na dita admenistracam o parente mais cheguado de cada hum dos ditos sucesores sucedendo sempre em macho e nam no auendo a femia sendo sempre de legitimo matrimonio indo sempre em nossa linha direita e sendo caso que algum dos ditos sucesores seus sobrinhos primeiros instituidores diguo primeiros adeministradores nam tenham erdeiros de sua linha direita em tal caso a sua ametade sucedera ao outro admenistrador que uiuo for e pera que fique a dita Capella sempre conjunta em seus direitos sucesores com declaracam que qualquer dos sucesores e admenistradores seram sempre Cristãos uelhos sem raza de mouro ou judeu ou de outra nacam infecta e cometendo algum delles crime de lesa magestade diuina ou humana hum dia dantes que o cometa o ham elles doadores por priuado da dita admenistracam e ham por chamado e metido de pose della o que auia de suceder como se elle naturalmte morrera e querem que em nenhum tempo o fisquo entre nella nem leue emolumento algum e sendo caso que algum dos que nella entrar legitimamente dispois diso casar com alguma pesoa infamada de decender de alguma infecta nacam pello mesmo caso ham por priuado de todo o direito que na dita Capella e bñs a ella auinculados tinham e ham por metido de pose delles o que lhe auia de suceder se elle morrera e outrosi querem que nesta Capella nam suceda frade nem freira e se algum suceder porfesar em alguma Religiam ainda que se faca pas de bñs em comum loguo pase ao legitimo sucesor e que houtro sim queriam que na dita Capella nam sucedese pesoa douda ou de tal modo desatinada que nam tiuesse admenistracam de seus bñs proprios mas isto se nam entendera no que o nam tiuer por defeito de idade porque este a tera e admenistrara por seu tutor ou curador ate chegar a sua legitima idade nem outrosim sucedera nella surdo ou mudo ou mudo somente nem cego de ambos os olhos nem coxo de ambos os pes porem se depois de suceder legitimamente lhe suceder diguo lhe sobreuier alguma das sobreditas aleijois ou todas nam sera dellas priuado se ainda ficar com juiso em forma pera admenistrar seus bñs por seus procuradores e he sua uontade que o segundo que delles dotadores suceder faca inuentario de todos os ditos seus bñs de Rais dentro de hum anno depois de qualquer delles falecer do qual se mandara hum treslado autentico aos Religiosos do dito Conuento de busaquo e se guardara pera sempre em seu Cartorio os quais bñs andaram sempre conjuntos sem se poderem uender aliar nem escambar por modo algum nem outro sim se poderam danefiquar e sendo caso que algum dos admenistradores danefique os ditos bñs e fazenda ou alguma della ou deixar de reparar os detrimentos que naturalmente ou por obra de maos sobreuierem se refaram a sua custa por conta dos bñs proprios que delle fiquarem e bem assim as aruores que cortarem pera isto se fazer millhor cada hum que suceder dispois do ultimo delles doadores dara fianca na uilla de auo a entregar a dita fazenda millhorada ao que lhe ouuer de suceder e sera obriguado a guastar do rendimento da dita fazenda no primeiro anno no reparo e acrecentamento della e sera outrosim obriguado a mostrar todos os annos aos uisitadores da dita uilla certidam do prior do dito conuento em como tem paguo a esmolla das misas naquelle anno e o tratado e dara ao dito uisitador duas gualinhas ou sua justa ualia por tomar a dita conta e sendo caso que se descude hum anno a satisfaser a pagar a dita esmolla o dito uisitador ou uiguario geral deste bispado faram soquestro nos ditos rendimentos

da dita fazenda e pelo faserem com efeito na forma ordinaria teram mais houtras duas gualinhas que uem a ser quatro duas polla conta que ham de tomar e duas por porem o dito soquestro em efeito o qual se nam leuantara sem primeiro se pagar tudo o que se estiuer deueno e desta Capella nam poderam ministro algum secular tomar conta saluo os ecclesiasticos forem negligentes por tempo de dois annos porque em tal caso o corregedor ou prouedor da guarda poderam constringer o dito admenistrador e fazer o dito soquestro e aueram a pitança que os menistros ecclesiasticos aueriam se o formasem e constringesem na forma que fica dito e sendo caso que o pam do cerco auincullado a esta Capella se rima sera o admenistrador obriguado a empreguallo dentro em seis meses em fazenda bem parada que nam seiia de pessoa mais poderosa que elles e morrendo sem o empregar dentro em os ditos seis meses seus erdeiros o empreguaran dentro em tres immediatamente seguintes e toda a perda que nesta parte ouuer se auera por seus bñs propios e fianca e querem e sam contentes que as ditas misas se diguam loguo e comecem a correr da feitura desta em diante por tencam delles doadores e de seus erdeiros em fee e testemunho de uerdade assim o outorguaran e de tudo mandaram ser feito este ãnstormento nesta nota que todos assignaram ao que foram testemunhas presentes Manoel pires morador em laguares do termo da uilla de pena coua que assignou pellas ditas doadoras a seu Roguo e foram mais testemunhas presentes An^{to} fran^{co} e Melchior Rõiz e bertolameu fran^{co} e acenso Rõiz e domingos duarte todos moradores no lugar de trauançoa que todos nesta nota assignaram sendo-lhe primeiro lido e declararam mais elles doadores que os admenistradores da dita Capella uisto serem dois paguaram cada hum ametade da esmolla das misas que daixam em cada hum que se diguam no dito Conuento de Santa Crus de busaquo e eu Manoel de lindos (?) tabaliam que o escreui e desta nota pediram os traslados necesarios e eu sobredito o escreui — O P.^e Matias gracia — pantaliam gracia — Manoel gracia — Manoel pires — melchior rõis t.^a — Acenso rõis t.^a — An.^{to} fran.^{co} t.^a — Dos duarte t.^a — bertolameu fran.^{co} t.^a. = he eu Joam fran^{co} tabaliam do publicuo judisiall he notas nesta uilla de sam joam dareias seu termo por el rei noso S.^{or} etc. treslladei de meu lliuro de notas ben he fiel m.^{te} he asinei de meu sinall publico e raso que tall he oje uinte he tres de agosto de mill he seis semtos nouenta he sinco annos he asinei de meu p^{co} sinall.. meu publicuo j o raso que tall he

$$\frac{11}{11}$$
JOAM FRAN^{CO}

(Logar do ✠ signal público)

(Traslado autêntico existente em meu poder. As repetições extravagantes que se encontram na subscrição do tabelião, que autenticou o traslado, explicam-se pela conveniência de completar a página, onde já não cabia o aparato sinal publico, que por este artificio tabelionico passou para a página immediata.

XC

ASSENTO DO ÓBITO DE D. MARIA DA COSTA, MULHER DO POETA

(4 janeiro 1660)

Dona Maria molher de Bras gracia desta Villa faleceu em os mesmos 4 dias do mes de Janr.^o da ditta era de 1660 esta enterrada dentro Igr.^a Recebeu todos os sacram.^{tos} não fes manda dia mes era ut supra.

O P.^c GASPAS NUNEZ

(Cota marginal) — tense satisfeito com todos os off.^{os}
misa present^e dita. $\frac{||}{|} \frac{||}{|} \frac{||}{|}$

(C.S. — Registo parochial de Avó, l. 1, cad. 3.^o, fl. 105).

XCI

ESCRITURA DE COMPRA DE UMA CAPELA, EXISTENTE DENTRO DO CONVENTO DO BUÇACO,
FEITA AO PRIOR E RELIGIOSOS DAQUELE ERMITÉRIO
PELO PADRE PANTALEÃO GARCIA, PARA SUA SEPULTURA

(30 março 1660)

Saibaõ quantos este publico Instrumento de Carta de venda de Capella, ou como em Direito melhor sepossa diser ou chamar de hoje para todo o sempre virem que no anno do Nascimento de nosso Senhor Jesus Christo, de mil seis centos e sessenta annos, aos trinta dias do mes de Março do mesmo anno em o Convento de Santa Cruz do Bussaco na Casa da Hospedaria adonde Eu Taballião fui, e estando ahi presentes o Muito Reverendo Padre Frei Sabastião de Santa Maria Prior do dito Convento e os mais Relligiosos abaixo assignados, e bem assim estando ahi presente, o Reverendo Padre Pantellião Gracia Prior da Igreja de Sam Thiago de Travanca, Logo pelo dito Padre Prior Frei Sabastião de Santa Maria, emais Relligiosos do dito Convento. que elles tinhaõ concertado com o dito Padre Pantellião Gracia Prior da dita Igreja de Sam Theago de Travanca de lhe venderem huma Capella que tem no dito Convento que está a banda do Evangelho com respondente a Capella dos Reis para sempre e em quanto o Mundo durar aqual lhe vendiaõ deste dia para todo o sempre como fica dito e lhe davam o Padroado della para elle comprador e as pessoas que succederem pelo tempo adiante na forma de huma Escripura de Doaçãõ que entre ele Comprador e sseus Irmaons, e Irmaã tem feito em que ordenaõ que no altar Privelligiado ou nesta Capella se lhe digaõ sincoenta Missas em cada hum anno as quaes o Admenistrador da dita Capella sera obrigado a pagar em cada hum anno ao dito Convento pelo mez de Dezembro a sessenta reis por cada Missa, e a dita Capella lhes vendiaõ em preço de sessentã mil reis os quaes logo receberaõ da maõ do comprador em dinheiro de contado moeda ora corrente neste Reyno sem faltar nada perante mim Taballião, e Testemunhas ao faser desta Escripura com o que se deraõ por pagos intregues e satisfeitos e por todo davaõ ao comprador e seus successores por quites e livres de hoje para todo o sempre, e que dimitiaõ de si, e trespassavaõ nas maons e poder delle comprador todo o Direito que tem e podiaõ ter na dita Capella e nella seria sepul-

tado o corpo delle comprador se elle assim o ordenar, e todos o mais seus descendentes com a obrigação delle dito comprador e os ditos seus descendentes serão obrigados a toda a fabrica da dita sua Capella para a qual fabrica dará elle comprador vinte mil reis os quaes os ditos religiozos poderaõ dar a razaõ de juro para renderem para a dita fabrica e estes por huma vez somente com aquelle comprador e sseus descendentes ficaõ desobrigados da dita Fabrica para sempre; outrosim por morte do Padre o Doutor Manoel Garcia Irmaõ delle comprador hum calix deprata com mais ornamento que tem em a ssua Capella de Avó, e os vinte mil reis da fabrica dará elle comprador dentro em hum anno para se darem a razaõ de Juro como fica dito, e pelos ditos Padres Prior, e mais religiosos foi dito que elles se obrigavaõ em seu nome e de seus successores a sempre terem a dita Capella livre e fabricada na forma que fica dito, o que tudo o dito Comprador dice aceitava com todas as clauzullas, e obrigaçoens aqui declaradas; e em ffé e testemunho de verdade assim o quizeram e outorgaraõ, e de tudo mandaraõ fazer este Instrumento de carta de venda de capella neste Livro de Nottas aonde asegnaraõ, e delle mandaraõ dar ao comprador hum Instrumento deste Theor; Testemunhas que a tudo foraõ presentes Leonardo da Silva murador em villa nova de Monssarros, e Antonio Antunes morador em luzo, e Joaõ Francisco da Pampilhosa que todos aqui assignaraõ com o dito comprador e os religiozos vendedores, e Eu Miguel Ribeiro Taballiaõ que o escrevi.

FREI SABASTIÃO DE SANTA MARIA PRIOR
 FREI MAURO DE SANTA ISABEL
 FREI JOÃO DO ESPIRITO SANTO
 FREI VALLERIO DO ESPIRITO SANTO
 FREI JOSÉ DOS SANTOS
 PANTALIÃO GARCIA
 FREI INOCENCIO E SANTO ALBERTO
 FREI MANOEL DA AÇUMSSÃO
 FREI JOÃO DA TRINDADE
 FREI ANDRÉ DE SANTO ANGELO
 FREI THOMÁS DOS REIS
 LEONARDO DA SILVA
 ANTONIO ANTUNES
 JOÃO FRANCISCO

Duma certidão passada a 24 set. 1824 por José da Costa de Carvalho e Lemos, escrivão proprietário dum dos officios da Correição e chanceler da comarca de Viseu, em face de outra certidão passada a 26 maio 1757 por José de Moraes, publico tabelião de notas no couto de Vacariça, em face do respectivo livro existente no seu cartório, onde se encontrava esta escritura, a fl. 109 v.º — Pertence ao sr. António da Costa Mesquita, de Avô).

XCII

ASSENTO DO ÓBITO DO PALRE PANTALEÃO GARCIA, IRMÃO DO POETA

(14 outubro 1660)

Aos quatorze dias do mes de Sbr.º de 600 anno; faleceo o R.º P.º Pantaleão Garcia Prior desta Igr.ª de Santiago de Travanca recebeu os sacramentos por

(68)

Brás Garcia de Mascarenhas

mim o p.^e Manoel glz^t está sepultado no mostr.^o de Busaco em hũa Capella de Joseph que elle comprou ao prior e mais religiosos fes testamento in scriptis.

(Cota marginal) — Estão feitos os offisios todos, e seis mezes de estassão.

(C.S. — *Registo paroquial de Travanca-de-Farinha-Pódre*, l. 1, cad. 5.^o, fl. inumer.).

XCIII

ASSENTO DO CASAMENTO DE ANA DUARTE, MÃE DE MANUEL GARCIA DE MASCARENHAS, SOBRINHO E GENRO DO POETA

(5 outubro 1661)

Em os sinquo dias do mes de Sbr^o de 1661 annos feitas as denunciacois premitidas em tres dias santos continuos proximos a este e não auendo impedim^{to} algũ eu o P.^e Ant^o da fon.^{ca} cura nesta Igr.^a de S. Tiaguo de Trauanqua perguntei a Sebastiam Marques homem ueuo morador neste lugar de trauanqua e Anna duarte f.^a de João gorge e de sua m.^{er} Maria Duarte deste lugar de de Trauanqua desta frega e con consentim^{to} de ambos em face da Igr.^a em minha presença conforme ao concilio tridentino e constituicois deste Bispado se receberam por marido e mer aos quais dei as bençõns matrimoniais de q̄ forão mais t^{as} Grabiell Leitam de Magualhães e Gil de fg^{do} de Castro morador em Loruão e m.^{tas} mais pessoas, e eu Ant.^o da fon.^{ca} que o escreveu hoje era ut supra.

ANT.^o DA FON.^{CA}

(C.S. — *Registo paroquial de Travanca-de-Farinha-Pódre*, l. 1, cad. 4.^o, fl. 41 v.^o).

XCIV

ASSENTO DO ÓBITO DO DR. MANUEL GARCIA, IRMÃO DO POETA

(21 janeiro 1662)

Anno de 1662 —

O D.^{or} M.^{el} Gracia faleceo em 21 de Janeiro da era sobredita recebeo todos os sacramentos esta enterrado dentro da ig.^{ra} desta u.^a iunto ao altar de nossa Senhora do pranto, e não fez manda de q̄. fiz este no mesmo dia ut supra.

O P.^e M.^{el} DIAS

(Cota marginal) — missa presente dita.
feitos off.^{os}

(C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 3.^o, fl. 108 v.^o).

XCV

ASSENTO DO ÓBITO DE ANA MONTEIRA, IRMÃ DO POETA

(10 fevereiro 1663)

Anna montr.^a f.^a de marcos Garcia desta uilla faleceo em os dez dias de fevereiro da era de 1663 Annos. ias enterrada dentro da ig.^{ra} junto da porta principal. a parte do norte. e por verdade. asinei, ut supra. recebeo os sacram.^{tos}.

MATTOS

(Cota marginal) — missa presente dita.

officios de noue licois $\frac{| | | |}{| | |}$ 3.

(C.S. — Registo paroquial de Avó, l. 1, cad. 3.^o, fl. 109).

XCVI

DEPOIMENTOS DE DUAS TESTEMUNHAS, E INFORMAÇÃO DO VIGÁRIO DE AVÓ,
NA INQUIRÇÃO *de genere, vita et moribus*,

PARA A ORDENAÇÃO DE TOMÁS DE AQUINO GARCIA DE MASCARENHAS, FILHO DO POETA

(8 maio 1664)

Em os outo dias do mes de Maio da era acjma declarada (1664) nas pousadas e moradas do Reverendo prior de Couas¹ ahi em lugar secreto e apartado tiramos as testemunhas abaixo assinadas cuios ditos e nomes sam os seg.^{tes} de que elle me mandou fazer este termo de asentada que assinou e Eu o padre gaspar nunes escriuão que o escreuj.

COSTA

.....
Bento de paiua homem cassado e official de çapateiro morador em a uilla de Avó testemunha nomeada pelo parrocho do ordinando...

E perguntado elle testemunha pello contheudo no mandado atras que lhe foi lido e declarado pello Reuerendo Arcipreste disse elle testemunha quera uerdade que elle conhecia muito bem ao dito ordinando thomas gracia o qual he filho legitimo de Bras gracia e de sua molher Dona Maria ia defunctos moradores que forão da uilla de Auó e outrosi disse que tambem conhecera os Auos paternos do dito ordinando assaber Marquos gracia e sua molher ilena madeira ia defunctos moradores que forão da dita villa e outrosi disse elle testemunha que tambem conhece os Auos Maternos assaber ioão Manoel da fONSEQUA e sua molher Maria madeira moradores da dita uilla de Auo e que todos estam tidos e auidos por christãos uelhos e elle testemunha por tal os tem sem auer fama nem Rumor em contrario e so disse elle testemunha que sendo vigairo da igreia de Avó Roque dias de mattos tiuera duuidas com o padre ermitão Simão madcira e lhes chamara chris-

¹ O licenciado Manuel da Costa Brandão, arcipreste do distrito.

tão nouo de que elle lhe leuou huma iniuria e prouou ser christão uelho e o dito vigairo desia que no dito Simão madeira auia a dita Raça por decender de huma molher que uiera de Tomar que chamaão a Regateira da qual tambem era decendente o dito bras gracia mas elle testemunha sabe que o dito bras gracia tinha tres irmãos clerigos e hū frade e elle era caualeiro professo da ordem de Sam Bento por donde a dita fama ser falsa e o dito ordinando e seus ascendentes serem christãos velhos como dito tem.

E perguntado elle testemunha pellos mais interrogatorios do mandado que todos lhe forão lidos e declarados pello Reuerendo Arcipreste disse elle testemunha que era uerdade que ella não sabia impedimento algum por donde o dito ordinando deixasse de ser promouido as ordens que pertendia e mais nam disse e assinou com o Reuerendo Arcipreste e Eu o padre gaspar nunes escriuão que o escreveuj.

COSTA
BENTO DE PAIUA

.....
Pedro Fernandes o gaio por alcunho uiuuo e morador en a uilla de Auó...

E perguntado elle testemunha pelo contheudo no mandado que todo lhe foi lido e declarado pelo Reuerendo Arcipreste disse elle testemunha que hera uerdade que elle conhece muito bem o ordenando Thomas gracia o qual he filho legitimo de Bras gracia e de sua molher Dona maria ia defunctos moradores que foram da uilla de Auo deste Bispado e por tal estaua tido e auido e Reputado e outrosi disse elle testemunha que tambem conhecera muito bem os Auos paternos do ordinando assaber Marquos gracia e a sua molher ilena madeira ia defunctos moradores que forão na dita uilla de Auó e outrossj disse que tambem conhece os Auos maternos do dito ordinando assaber ioam Manoel da fONSEQUA e a sua molher Maria madeira moradores da dita uilla de Auó aos quais todos elle testemunha conhece e conheceu por christãos uelhos limpos de boa geração somente disse elle testemunha que no tempo que o vigairo Roque dias de mattos era uiuo que foi vigr.^o na uilla de Auó chamara iudeu a hū clerigo por nome Simão madeira que era parente do dito ordinando mas que sabe elle testemunha que o dito clerigo Simão madeira tiuera sentença contra o dito vigairo e lhe fizera pagar as custas e ficara o dito clerigo com sentença por sua parte e alem de que o pai do dito ordinando era caualeiro professo de Sam bento e tinha tres irmaos clerigos em que elle testemunha pelo que sabe sempre teue aos sobreditos assi a huns como outros por christãos velhos e dos principais destes pouos o que elle testemunha sabe por ser seu natural e uisinho e sempre desde o tempo de que tem lembr^a a esta parte nunqua uiu nem ouuiu diser que os sobreditos fossem com uerdade enfamados de Raça de iudeu ou de mulato ou de outra qualquer infecta nação e por serem todos vesinhos e naturais tem elle este conhecimento e sempre assi o uiu e ouuiu sempre deser.

E perguntado elle testemunha pello mais contheudo no mandado que todo lhe foi lido e declarado pelo Reuerendo Arcipreste disse elle testemunha quera uerdade que elle não sabia empedimento algum por donde o dito ordenando deixasse de

ser promovido as ordens que pertendia e mais não disse e assinou com o R.^{do} Ar-
cip.^{te} e Eu o padre Gaspar Nunes escriuão que o escreveu.

COSTA
Po † 8z

Certefiquo eu Gaspar dias de Mattos vigr^o em a parochial Igr.^a da V.^a de Avo
que sendo em os 27 do mes de abril de 664 annos em a Estaçam da missa da terça
publiquei a meus fregueses hum m.^{do} q̄ me apresentou Thomas Garcia p.^a ordens
menores e nam me sahio empedimento algum mas antes conheço do ordinando
ser Benemerito das ordens q̄ pretende christam uelho sem Raça de mouro nem
Judeo nem de outra infecta naçam de boa vida e costumes e frequente na Igr.^a e
os sinais sam os seg.^{tes} cabelo crespo e castanho sobrançella cerrada Buxigoso. e
do meu liuro dos bautizados consta. . . (*transcreve o assento de batismo*). E tudo o
sobredito passo asi e o iuro in uerbo sacerdotis e por uerdade assinei oie 8. dias
de maio da era de 664. Annos.

GASPAR DIAS DE MATTOS
(C.E. — *Processo para a ordenação de Tomás Garcia*).

XC VII

ASSENTO DO ÓBITO DO PADRE MATIAS GARCIA, IRMÃO DO POETA

(23 dezembro 1664)

O P.^e Mathias Garcia cura que foi em Anceris faleceu em os 23 dias de de-
zembro de 664 Annos. recebeu os cram.^{tos} da s.^{ta} madre igr.^a não fes manda e ias
emterrado dentro da igr.^a na cepultura de seus irmãos e para lembrança fiz e aci-
nei, em fe de verdade oie. 24 dias do dito mes em que recebeu sepultura. dia mes
e anno ut supra.

MATTOS

(*Cota marginal*) — missa presente dita

eitos officios $\frac{| | |}{| | |}$

(C.S. — *Registo paroquial de Avó, l. 1, cad. 3.º, fl. 113*).

XC VIII

DEPOIMENTO DUMA TESTEMUNHA SÓBRE O CONFLITO

HAVIDO ENTRE O PADRE MATIAS GARCIA E BERNARDO DUARTE DE FIGUEIREDO

(16 março 1668)

Pedro Dias Escriuão das cizas e décimas de sua magestade nesta dita villa de
Avo junto ao hjrol testemunha nomeada pelo Parocho a quem o Reuerendo Se-
nhor Commissario (*Dr. João Ferreira Barreto, Desembargador da Relação Ecle-
siástica de Coimbra, Juiç Commissário da Inquirição sobre a pureza de sangue do
dr. Matias Jácome de Figueiredo, filho de Bernardo Duarte de Figueiredo*) deu

juramento dos santos Evangelhos em que pos sua mão E prometeo dizer uerdade, e de sua idade disse ser de sincoenta e tres Annos pouco mais ou menos.

E perguntado elle testemunha se conhecia ao Justificante Mathias Jacome de figueiredo e seus pais e Auos donde erão naturais e moradores, disse elle testemunha q̄ conhece muito bem ao dito Jusificante Mathias Jacome de figueyredo, e sabe q̄ he filho legitimo de Bernardo Duarte de figueiredo Sargento major desta villa, e nella morador, e natural da de Pombeiro, e de Maria Jacome natural e moradora nesta dita villa; E perguntado se conhecera aos Auós paternos do Justificante disse que somente conheçera a Saluador Duarte pai do dito Bernardo Duarte, o qual Saluador Duarte vinha a esta terra algumas vezes por ser rendejo do Reuerendo Cabido de Coimbra, e quando o dito seu filho tam ao b diguo tambem nesta cazara com a dita Maria Jacome: E perguntado elle testemunha pla limpeza do sangue do dito Justificante pla parte parte paterna disse que elle testemunha teue e tem por Christão uelho ao dito Bernardo Duarte; e somente sabe que o dito Bernardo Duarte indo para Ansaris se encontrara com o Padre Mathias Graçia cura do dito lugar, e com elle tiuera differenças sobre humas Elleisois q̄ se tinhamo tratado nesta dita villa de Auó das quais differensas resultou chamar o dito Padre Judeu ao dito Bernardo Duarte, o qual se apeou e deu alguns cintarasos em o dito Padre, e offerio de q̄ resultou demandar o dito Padre ao dito Bernardo Duarte em Coimbra plo sacrilegio, e o dito Bernardo Duarte ao dito Padre pla dita Injuria, o qual teue sentenças contra o dito Padre, e a ultima deu o uigario geral de Vizeu, o que elle testemunha sabe por ver a dita Sentença, e notificar por ella ás Irmãas do dito Padre Mathias Graçia; E perguntado pla rezam do seu dito no tocante a briga q̄ disse tiuera o dito Bernardo Duarte de figueiredo com o dito Padre Mathias Graçia disse q̄ estando em Ançaris na dita occasião ouuira rumor e bulha dizen-dosse q̄ o pai do Justificante e o dito Padre brigauão, e acodindo elle, uira ao pai do Justificante porse a caualo e o dito Padre uir apee pera Auó, e logo ahi se disse publicam.te q̄ elles brigarão, e tiuerão rezois na forma q̄ dito tem; E que outro sim sabe q̄ o dito Bernardo Duarte teue hum Irmão Inteiro que chamauão Marcos Duarte o qual Marcos Duarte tem hum filho cleriguo saçerdote q̄ esta em Lisboa em caza do Conde de Pombeiro, e tem outro filho frade de samfran.co q̄ foi tomar o Abito a figueira o que elle testemunha por conhecer aos sobreditos e os uer nesta terra; E perguntandolhe testemunha plos Auos maternos do Justificante disse q̄ os conheço munto bem e se chamauão Simão Madeira e Isabel Nunes, naturais e moradores nesta dita villa, E que tambem conheço aos pais dos ditos auos maternos q̄ se chamauão Gaspar Dias da Costa, o qual ouuio dizer uiera de villa coua de sob Auo para esta villa e nella cazara com Susana Manoel natural e moradora nesta villa; E que tambem conhessera a dita diguo a Maria Jacome a uelha uisauo do Justificante natural desta villa, e q̄ a maj do dito Justificante, e seus Auos maternos na forma que declarado tem sam e foram todos Christãos velhos intejros sem raça alguma de Judeu, mouro ou mulato, nem de outra infecta nação, e que por tais foram sempre tidos e reputados geralmente de todos nesta dita villa e seus arredores, sem fama nem rumor em contrario, e que erão dos principais desta villa, e q̄ seruirão nella os cargos honrrosos da Igreja, e Republica, o que elle testemunha disse q̄ sabia por ser natural e morador em esta dita villa, e conhesser, e tratar as sobreditas peçoas na forma q̄ tem declarado. E al não disse nem do costume sendolhe perguntado. E sendolhe liço seu testemunho plo dito reuerendo Senhor Co-

missario disse estaua escripto na uerdade. E assinou com o dito Senhor Juis Comissario, E eu João Perejra notario Apostolico o escreuj.

FERREIRA

PEDRO DIAZ

(C.E. — *Processo para a ordenação de Matias Jácome de Figueiredo*, cad. final, fl. 55 v.º 56).

XCIX

ALVARÁ DO PRÍNCIPE-REGENTE D. PEDRO,
CONCEDENDO A D. ISABEL DE MASCARENHAS DA FONSECA, FILHA DO POETA,
A PROPRIEDADE DO OFÍCIO DE ESCRIVÃO DAS SISAS E PANNOS DE AVÔ,
PARA SER EXERCIDO PELA PESSÔA COM QUEM ELA VIER A CASAR

(6 agosto 1670)

Eu o Principe como regente e gou.ºr destes Rejnos de Portugal e dos Algarues faco saber aos que este meu Aluara uirem que temdo Respeito a vagar por fallecimento de Bras garcia o officio de escriuão das sisas e dos pannos geraes da villa do Auo o qual seruiu com satisfação alguns annos e por sua morte lhe ficarem sinco filhos dous machos e tres femeas, e ser a mais velha Dona Izabel Mascarenhas da fonseca com pouco Remedio: Hey por bem de lhe faser m.ºe da propriedade do d.º officio de escriuão das sisas geraes e pannos da uilla de Auo, a d.ª Donna Izabel Mascarenhas da fonseca pera a pessoa que com ella cazar, e para minha lembranca e sua goarda lhe mandey dar este Aluara que se inteiramente como nelle se comtem pello coal se pacara carta a pessoa que cazar com a d.ª Donna Izabel Mascarenhas sendo auta para o seruir e este não pacara pla chans.ª sem embargo da ordenação em contrario e ualera como carta posto que seu effeito aja de durar mais de hum anno, e pagou de dir.ºs nouos trinta rs que se carregarão ao Thez.ºo delles Aleixo pr.ª a fl. 287 do liuro de sua R.ª plo escriuão de seu cargo, Manoel gomes de oliu.ª o fes em lisboa a seis de Ag.º de seis centos e setenta annos: Seb.ªm da gama lobo o fes escrever.

PRINCEPE

(T.T. — *Chancelaria de D. Afonso VI*, l. 29, fl. 153).

C

MATRÍCULA E FREQUÊNCIA UNIVERSITÁRIAS DE THOMÁS DE AQUINO GARGIA DE MASCARENHAS,
FILHO DO POETA BRÁS

(Anno lectivo de 1672-1673)

MATRÍCULA NO CURSO DE INSTITUTA

¶ Thomas gracia M.ªs f.º de Bras gracia M.ªs do V.ª de Auo consertidão do p.º d8bro

THOMAS GARCIA MASĀ.

THOMAS GARCIA MASĀ.

THOMAS GARCIA MASĀ.¹

(A.U. — *Matriculas*, vol. 16. l. 3.º (1672-73), fl. 109 v.º).

¹ Estas três assinaturas correspondem às três épocas do ano, em que os alunos eram obrigados a ir assinar o termo de matrícula, para assim provarem a sua residência em Coimbra.

FREQUÊNCIA

- ¶ Thomas gracia Mascarenhas de auó
prouou cursar com sertidão do p^{ro} d^{sb}ro de 672 ate fim de Mayo de 673
4 enstituta t^{as} Ant.^o frasão e Fr.^{co} de serq.^{ra}— João Correa da Sylua o fiz.

O G.^{OR}FR.^{CO} CERQ.^{RA}

ANTONIO FRAZÃO

- ¶ O Mesmo Thomas gracia Mascarenhas de auo
prouou Resedir aos bb. os meses de Junho e Julho de 673. t.^{as} Roque Rib.^o
E M^{el} Alzⁱ— João Correa da Silua fiz.

O G.^{OR}ROQUE RIB.^{RO} DE AUREUM.^{EL} ALZ^I BRAMDÃO(A.U. — *Provas de curso*, vol. 37, l. 1.^o (1672-73). fl. 223 v.^o).

CI

ASSENTO DO ÓBITO DE BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS, FILHO DO POETA

(25 novembro 1673)

Em os uinte e sinco de nouembro de 673 anos faleseu bras grasia marquarenhas moso solteiro não fez testam.^{to} de q̄ fiz este termo q̄ asinei dia mes era ut supra.

LUIS VELHO MIRANDA

(Cota marginal)

Officios $\frac{|}{|} \frac{|}{|} \frac{|}{|} \frac{|}{|}$ (C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 3.^o, fl. 123).

CII

ASSENTO DO ÓBITO DE THOMÁS DE AQUINO GARCIA DE MASCARENHAS, FILHO DO POETA

(9 abril 1674)

Em os noue de Abril Da era 674 Annos faleseu tomas grasia mascarenhas casado q̄ era em Coimbra teue todos os sacram.^{tos} e por uerdade pasei esta q̄ asinei dia mes era ut supra.

LUIS VELHO DE MIRANDA

(Cota marginal)

fes hũ officio os mais
em Coimbra.(C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 3.^o fl. 124).

CIII

ASSENTO DO ÓBITO DE D. MARIA DE MASCARENHAS, FILHA DO POETA

(20 julho 1675)

Aos 20¹ de julho de 1675 Annos faleceu M.^a mascarenhas desta villa resebeu todos os sacram.^{tos} não fes testam.^{to} e por uerdade fis esta lembransa.

MIRANDA

(Cota marginal)

Ofisos
feitos

(C.S. — *Registo paroquial de Avô*, l. 1, cad. 3.^o, fl. 124 v.^o).

CIV

ASSENTO DO ÓBITO DE D. ISABEL DA FONSECA DE MASCARENHAS, FILHA DO POETA

(8 janeiro 1676)

Era de 1676

.....
Em os oito dias do mes de janeiro era asima faleceu isabel da fonsequa mascarenhas fes testam.^{to} esta en terada nesta ig^{ra} e por uerdade fis esta lenbransa dia mes era ut supra.

(Cota marginal)

Oficios
feitos

MIRANDA

(C.S. — *Registo paroquial de Avô*, l. 1, cad. 3.^o, fl. 125).

CV

ALVARÁ DO PRÍNCIPE REGENTE D. PEDRO,

PROVENDO O LOGAR DE ESCRIVÃO DAS SISAS GERAIS E PANOS DE AVÔ,

VAGO POR TER FALECIDO SEM DESCENDÊNCIA D. ISABEL DA FONSECA DE MASCARENHAS,
FILHA DO POETA

(10 julho 1676)

Dom Pedro etc. faco saber aos q̄ esta minha carta virem q̄ tendo resp.^{to} a estar vago of.^o de escriuão das sisas geraes e panos da V.^a davó por falecim.^{to} de D. Izabel Mascarenhas a quem não ficarão f.^{os} como constou por jnformação do Prou.^{or} da Com.^a da Ci.^{de} da guarda e cõfiar eu de fran.^{co} do couto frz. q̄ naquillo em q̄ o emcarregar me seruira bem e fiel.^{te} como cumpre a meu seruiso... hej

¹ O vigário Luis Velho de Miranda, ao exarar o assento, deixou um espaço em branco para depois acrescentar o dia do falecimento. O numero 20 foi depois escrito por mão diferente.

por bem faser lhe m.^{ce} da propi.^{de} do d.^o off.^o o qual tera e seruirea emq.^{to} eu ouuer por bem e não m.^{dar} o contr.^o con declaração q̄ hauendo de lho tirar ou estinguir em algũ tempo por qual cazo q̄ seia minha faz.^a lhe não ficara por isso obrigada a satisfação algũa co o qual off.^o hauera de mantim.^{to} a elle ordenado em cada hũ anno 1200 q̄ he o mesmo que tinhão e auião as maes pessoas q̄ antes delle o siruião q̄ lhe erão pagos a custa dos rend.^{os} das d.^{as} sisas q.^{do} forem arend.^{as} e q.^{do} não a custa de minha faz.^a e todos os proes e precalsos q̄ dir.^{ta}m.^{te} lhe pertenserem. Pello q̄ m.^{do} a uos prou.^{or} da com.^a da d.^a ci.^{de} lhe deis a posse do d.^o of.^o e lho deixeis siruir e delle uzar e auer o d.^o ordenado proes e precalsos como d.^o he dando lhe prim.^{ro} juram.^{to} dos santos avang.^{os} q̄ bem e uerdadeiram.^{te} o sirua guardado em tudo meu seruiço e as p.^{tes} seu dir.^{to} de q̄ se fara asento nas costas desta q̄ se conprira tão intr.^{am}.^{te} como nella se contem e não pagou nouos dir.^{tos} por ser hũ dos cau.^{os} do despeio de tangere como se uio por certidão dos off.^{es} da Chr.^a que foi roto ao assinar desta minha Carta q̄ por firmesa de tudo lhe m.^{dei} dar ao d.^{to} fran.^{co} do couto sellada cõ o meu sello pendente. o Prinsepe nosso snõr o mandou pello Conde de villar major do seu cons.^o gentilhomen da sua cam.^a vedor de sua faz.^a M.^{el} da Silua pinh.^o a fis em lx.^a a dez de julho de 1676 SeB.^{ão} da gama lobo a fis escrever.

O CONDE DE VILLAR MAJOR

P.^o MARCHÃO THEMUDO(T.T. — Chancelaria de D. Affonso VI, l. 42, fl. 362 v.^o).

CVI

ASSENTO DO CASAMENTO DE D. QUITÉRIA GARCIA DE MASCARENHAS, FILHA DO POETA

(11 fevereiro 1677)

Aos onze dias do mes de feu.^{ro} de mil e seis centos e setenta e sete annos em presença de mim o p.^e cura abaixo asinado, e de Miguel Marques, e de sua m.^{er} Maria Brandoa, e de João pegado e de sua m.^{er} e de outras pesoas se Receberão Manoel gracia mascarenhas e Qiteria gracia mascarenhas moradores na villa de Avô, por hũa ordem q̄ me mostrarão do Sr. Bispo p.^a q̄ em minha presença se pudesem receber de q̄ fiz este asento q̄ asinei dia e era ut supra.

O P.^e MEL DA COSTA BOTELHO(C.S. — Registo paroquial de Galízes, l. 1, cad. 2.^o, fl. 102 v.^o).

CVII

ESCRITURA DE INSTITUIÇÃO DUM VÍNCULO

PELAS DUAS ÚNICAS IRMÃS DO POETA SOBREVIVAS AO TEMPO,

COM REVOGAÇÃO DE SEMELHANTE ESCRITURA ANTERIOR, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1650,

DEVENDO ÊSTE VÍNCULO SER POSSUIDO E ADMINISTRADO

POR QUITÉRIA GARCIA DE MASCARENHAS, FILHA DE BRÁS,

E POR SEUS DESCENDENTES LEGÍTIMOS

(27 janeiro 1681)

Saibam quantos este publico Instrumento de Instituição perpetum fidei co misso, ou como em Direito melhor lugar haja, virem que no Anno do Nascimento

de nosso Senhor Jezus Christo de mil e seis centos oitenta e hum, sendo em os vinte e sete dias do mez de Janeiro do dito anno em esta villa de Avo casas e muradas de Isabel Garcia e Antonia Garcia muradores em a dita villa que hé correição da cidade da Guarda, e pessoas conhecidas de mim Taballiam e por elles e por cada hum delles foi dito perante mim Taballiam e das testemunhas ao diente nomeadas e assignadas que que elles ambos juntos com sseus Irmaons Manoel Garcia, e Mathias Garcia e Pantellião Garcia e Anna Monteiro e Maria Garcia tinhaõ feito hum testamento, e Doaçam de mam comum em o qual avinculavaõ todos seus bens em dois vinculos e que por morte do ultimo que delles ficasse testador e Duadores sucederia em hum dos vinculos os filhos de Brás Garcia Mascaranhas e ssua Irmaã¹ murador que foi nesta uilla de Auô; e no outro vinculo sucederiaõ nos filhos de Felliciana Monteiro morador em Anadia, e porque estas Instituições foram feitas por via de testamento e ella dita Antonia Garcia e Isabel Garcia podiaõ revogar a dita Instituição e testamento e o podem todas aveses que o quiserem revogar e for sua vontade como tambem a podiaõ revogar se fora feita por Doaçãõ porquanto não foi aceita pelas partes nem por Taballião que fez a dita Instituição, ou por outra alguma pessoa que tivesse direito poder para o aceitar digo para o poder aceitar em nome das ditas partes, e para discargos de ssuas consciencias e de suas proprias e livres vontades no que toca as suas partes de todos os seus bens revogavaõ a dita Instituição na melhor forma que haja lugar e em dereito ser possa de sser fasiaõ de novo nova Instituição de vinculo e perpeto fidei comisso por Doaçãõ entre vivos valledora na forma e maneira seguinte=Diceraõ elles ditos Isabel Garcia e Antonia Garcia maiores de vinte e sinco annos pessoas que Eu Taballião reconheço que ellas em nome da Santissima Trindade Padre filho e Espirito Santo tres pessoas e hum so Deos verdadeiro em cuja ffé protestavam viver e morrer assim como o tem e dependem² a Santa Madre Igreja de Roma e seja notorio a todos que este Instrumento virem que estando ellas sobre ditas duas Irmans de Pay e May, naturais e por não terem Erdeiros forçados dispunhaõ dos seus bens na forma seguinte = Primeiramente diceram que reservavam para si de todos os seus bens os uzos e frutos que ao presente avinculavãõ a este Morgado em ssuas vidas a dez mil reis para cada huma para delles poder testar e que nomeavam por admenistrador do dito vinculo e perpeto fidei comisso por morte da ultima que ficar a Quiteria Garcia Mascaranhas sua sobrinha filha de Brás Garcia Mascaranhas seu Irmaõ e mulher de seu sobrinho Manoel Garcia Mascaranhas muradores em esta villa de Avó, e por morte della administradora sucederá em ella seu filho varaõ mais velho, e dahi por diante hira correndo a dita sucessão na forma que sucedem os mais Morgados, e bens avincullados perferindosse sempre os machos as femias, e andara sempre na familia, e Jeracaõ dellas Isabel Garcia, e Antonia Garcia para conssevavam e memoria de geracam dellas Isabel Garcia, e Antonia Garcia e os ditos bens andaraõ sempre avincullados conjuntos e sem se poderem alienar nem vender somente se poderaõ trocar com condiçaõ que sempre o dito Morgado fique melhorado, e não peiorado com a dita troca, mas que não poderá ser vendido, qualquer peça delle por via alguma e que não sucederá, este vinculo por pessoa fidei comisso senam os filhos de legitimo matrimonio, e declararaõ ellas Isabel Garcia e Antonia Garcia que neste vinculo Frades nem clerigos havendo filhos legitimos de legitimo matrimonio

¹ Aliás seu Irmaão. — ² Aliás defende.

nem fosse digo matrimonio nem succederaõ Judeos nem Mouros, nem outras qual-quer pessoas de enfeta Naçaõ nem os que succederem em este vinculo poderaõ casar com pessoa da sobredita raça, e fazendo o contrario perderaõ o dito vinculo e passará a pessoa que por direito havia de passar por ssua morte, e sendo caso que alguns dos successores deste cometam algum crime por donde seus bens hajam desser confiscados passará logo ao futuro successor por que as suas vontades della Isabel Garcia e Antonia Garcia he averemno por excluido dois dias antes de cometerem o tal crime, e serem os ditos seus sobrinhos primeiro nomeados como as mais pessoas que succederem em o dito vinculo, e lhe mandaraõ diser pelas almas sobreditas Isabel Garcia e Antonia Garcia como desseus Irmaons, e Irmans ja defuntos sincoenta Missas cada hum anno em quanto o Mundo durar em assua Capella que he da invocassaõ de Sam Jose sita em o Convento de Santa Cruz do Bussaco, e aonde tem sua sepultura; e outro sim diceraõ ellas sobreditas Izabel Garcia, e Antonia Garcia que os successores do dito Morgado traram os bens melhorados e não peorados; e por estar presente a dita Quiteria Garcia de Mascaranhas, e sseu Marido Manoel Garcia de Mascaranhas foi dito que aceitavaõ o vinculo asima na forma dita por si, e em nome de sseus filhos presentes, e mais futuros successores do dito Morgado a quem aceitaçaõ do dito Morgado tocasse e aceitavam na melhor forma que em direito podiam e lugar ouvesse, e declararaõ ellas Izabel Garcia, e Antonia Garcia que logo ademetiam todo o dominio que tinhaõ nos ditos bens e toda a posse actual, e corporal para que os ditos seus sobrinhos primeiro nomeados neste vinculo possam tomar por si, ou por autoridade de Justiça qual mais quizerem posse e que em quanto a não tomarem se constituiaõ por suas simples Colonas e Inclinas, por quanto para sim só transferiaõ todo o dominio e posse que tinhaõ em os ditos bens; E declararaõ ellas mais ditas Izabel Garcia, e Antonia Garcia que quando fizeraõ a primeira Instituaçaõ com os ditos seus Irmaons Manoel Garcia Mathias Garcia Pantelliaõ Garcia e Anna Monteiro e Maria Garcia ja defuntos fizeraõ a dita nomeaçaõ filha de sua Irmãa Felliciana Monteiro foi com a condiçaõ que ella nomeada havia de pagar toda a divida que seu Pay Marcos Garcia devia a seus filhos digo a seus thios absentes d'Anadia, e por quanto não cumpriraõ a dita condiçam mas antes os avexaram e executaraõ por cento e setenta mil reis, ou mais na melhor forma que em direito melhor lugar tiver, e possa ser revogavaõ tambem a dita Instituaçaõ nos que podiaõ acontecer dos ditos seus Irmaons Manoel Garcia Pantelliaõ Garcia Mathias Garcia, e Anna Monteiro ja defuntos e todos anexavaõ a esta nova Instituaçaõ e os anexavaõ pela qual haõ por revogada a primeira e só esta querem que valha na melhor forma que em Direito haja lugar com as condicoens asima recontadas e ao todo cumprirem em Juiso e fora delle ao que obrigaram suas pessoas e bens e de tudo mandaraõ fazer este publico Instrumento na nota de mim Taballiam como pessoa publica stipullante e aceitante astipullei, e aceitei em nome de quem tocar aceitaçaõ dos bens do dito Morgado a quem tocar; E outro sim diceraõ e declararaõ que os bens que nomeavam e avinculavaõ, e obrigavam a esta Capela ou Morgado ou como em Direito melhor se deva chamar e lugar haja heraõ os seguintes = Porquanto nas Instituçoens que tinhaõ feito os não tinhaõ nomeados—primeiramente, as cazas em que vivem que partem com João Gomes Botelho e Rua publica, — E assim mais outras cazas que tem e parte defronte das em que vivem que partem com Manoel Garcia Madeira com sseu quintal, e com Damasio Madeira deViscu— E assim mais hum cham pumar que tem defronte das nossas

casas que parte com João Gomes Botelho, e Maria Madeira da Costa, e caminho que vae para a fonte dos piolhos — E assim mais huma orta que está por baixo da ponte nova a porta de Sam Bráz que parte com o Rio Alva e casal de Antonio Francisco—E assim mais um soito que está a fonte dos piolhos que parte comigo Taballiaõ, e com Antonio Francisco Thomé Chicharro de Villa pouca—E assim mais outro soito que esta por sima da fonte que parte comigo Taballiaõ onde chamaõ ao covam, e com Maria Madeira da Costa, e com João Gomes Botelho—E assim mais outro soito que está aonde chamaõ as Moutas que parte com Passais da Igreja desta villa, e com o Rio Alva e com Erdeiros de Joaõ Rodrigues de Moomenta—E assim mais outro soito que está aonde chamaõ ao Sarrilho que parte com os Erdeiros de Manoel Luis Guerra e com Antonio Matheus — E assim mais outro soito que está aonde chamaõ a Filgueira que parte com Maria Madeira da Costa, e com Erdeiros de Manoel Alves Ferreiro — E assim mais outro soito que está aonde chamaõ as Infestas com ssuas terras que partem com Manoel de Brito Barreto de Pomares e Antonio Afonso — E assim mais hum soito que está aonde chamaõ ope deira que parte com Antonio de Moraes e Antonio Nunes do fundo do lugar de Aldeia — E assim mais hum soito ao Porto do Mosteiro que parte com Domingos Antunes desta villa e caminho que vae para a Aldea—Mais hum olival que está aonde chamaõ avajum que parte com Erdeiros de Isabel da FONSECA e Matheus Fernandes desta villa — E assim mais outro digo mais nove oliveiras que estam no Tapado de nossa Senhora do Rosario aonde chamaõ a do Pereiro — Mais hum olival tapado sobre sim que está onde chamaõ a do Pereiro que parte com Erdeiros de Isabel da FONSECA, e olival da Confraria do Senhor desta villa — Mais hum olival que está aonde chamaõ a Siseira que parte com Antonio da Costa desta villa e com Manoel de Brito Barreto de Pomares — Mais hum olival a de Marianes no mesmo sitio que parte com Erdeiros de Joaõ Rodrigues de Moomenta e Manoel de Brito de Pomares—Mais hum olival as quelhas que parte com Erdeiros de Pedro Gomes e Erdeiros de Domingos Antunes — Mais sinco oliveiras aos Mullatos que partem com Maria Madeira da Costa e com João Dias de Asanha—Mais hum olival ao porto das Noivas que parte com Antonio Dias Madeira e passal da Igreja — Mais hum cham aonde chamaõ ao Cabreiro que parte com Antonio Francisco, e Erdeiros de Joaõ Rodrigues de Momena — Mais hum cham aonde chamaõ aos chapeiros a do carvam com outro pedaço de cham que esta por sima do caminho que vae para o cabreiro pegado ao sobredito que partem com Manoel Barata de Gois e com o Doutor Pedro Madeira—Mais hum Tapado aonde chamaõ a Santo Andre com ssuas terras de fora que partem com o caminho que vae para Santa oVaija, e Damazio Madeira de Viseu Mais huma orta tapada com suas terras de fora que está ao Loureiro que parte com Manoel Madeira desta villa, e com Fellipe Madeira de villa pouca—Mais hum Tapado aonde chamaõ a Barranha que parte com Erdeiros de Joaõ Rodrigues de Moomenta e Miguel Nunes Ribeiro desta villa—Mais humas terras que estaõ aonde chamaõ a dona Maria que partem com Erdeiros de Antonio do Abrantes de Aldea e caminho que vae para o dito Lugar — Mais hum tapado aonde chamaõ a Portella que parte com Manoel Lopes desta villa, e Joaõ Alves de villa cova—Mais humas terras a Matosa que partem com Antonio Alves desta villa, e com Francisco Fernandes Tareco—Mais hum Forno com ssua caza junta que está nesta villa que parte com Erdeiros de Joaõ Alves e Praça publica—Mais hum carvalho que esta aonde chamaõ a Larangeira que parte com Manoel Madeira, e Joaõ Gomes Botelho, e

Erdeiros de Braz Garcia Mascaranhas—E assim mais huma orta com suas terras de fora aonde chamaõ ao Casal que partem com Manoel Garcia Madeira e Maria Madeira da Costa.—Os quaes bens asima nomeados e declarados e Comfrontados estaõ no limite desta dita villa e diceram serem se digo e dicaraõ heraõ seus livres sem foro ou senssus, sem encargo algum o vinculavaõ ao Morgado digo algum onus o vinculavaõ ao Morgado asima com a obrigação declarada e sollemnidades em Direito necessarias, e requisitos, e que alguma fazenda que ao presente naõ especificaõ nem fazem menssaõ della em esta Epoteca, he que a deixaõ de fora para della poderem testar na condicçaõ declarada dos dez mil reis a cumprimento de suas almas, e que crescendo alguns dos bens de que ao presente naõ fazem menssaõ, por seus fallecimentos pagos os Legados pios o que acrescer se acumulle a este Morgado; E por de tudo serem contentes assim o quezeraõ e outorgaraõ, ouviraõ ler e por ellas assignaraõ Manoel Garcia Madeira o qual assignou a rogo de Isabel Garcia, e Domingos Pinto Ribeiro de Pomares que assignou a rogo de Antonia Garcia, e Simão Madeira da Costa que assignou arogo da dita Quiteria Garcia como aceitavam, de que foram mais testemunhas a tudo prezentes, Manoel da Costa e Gaspar Garcia todos desta villa, e Eu Alexandre de Figueiredo Jacome publico Taballião oEscrevi.

DOMINGOS PINTO RIBEIRO
 MANOEL DA COSTA
 MANOEL GARCIA MADEIRA
 SIMÃO MADEIRA DA COSTA

(Duma certidão passada a 24 set. 1824 por José da Costa de Carvalho e Lemos, escrivão proprietário dum dos officios da Correição e chanceler da comarca de Viseu.—Pertence ao sr. António da Costa Mesquita, de Avô).

CVIII

ASSENTO DO ÓBITO DE MANUEL GARCIA DE MASCARENHAS, GENRO DO POETA

(18 agosto 1686)

Em dezouto de Agosto da era de mil e seis centos e outenta e seis annos falleceo manoel gracia mascarenhas desta villa jas sepultado dentro desta igr.^a e por verdade fiz este assento era ut supra.

LUIS VELHO DE MIRANDA

(Cota marginal)
 officios feitos

(C.S. — *Registo paroquial de Avô*, l. 1, cad. 3., fl. 131).

CIX

ASSENTO DO ÓBITO DE ANTÓNIA GARCIA, IRMÃ DO POETA

(11 setembro 1686)

Em onze de setembro da era de mil e seis centos e oitenta e seis faleceu Ant.^a gracia mosa soltr.^a ¹ desta uilla foj sepultada dentro desta Igr.^a iunto ao altar da sr.^a da piedade e por uerdade fis este asento, era ut sup^l.

LUIS VELHO DE MIRANDA

C.S. *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 3.^o, fl. 131 v.^o).

CX

ASSENTO DO ÓBITO DE ISABEL GARCIA, IRMÃ DO POETA

(11 setembro 1686)

Em onze de setembro da era de mil e seis centos e oitenta e seis annos faleceu Isabel gracia mosa soltr.^a ² desta villa jas sepultada dentro desta Igr.^a junto ao Altar da sr.^a da piedade, e por uerdade fis este asento, era ut sup^l

LUIS VELHO DE MIRANDA

C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 3.^o, fl. 131 v.^o).

CXI

ASSENTO DO ÓBITO DE D. QUITÉRIA GARCIA DE MASCARENHAS, FILHA DO POETA

(13 abril 1690)

Quitéria Garcia Mascarenhas desta uilla faleceu ab intestada aos treze dias de abril de seiscentos e nouenta annos ias sepultada dentro da igr.^a ao pe da porta traves da porta do norte de q̄ fiz este termo q̄ assinei hera ut supra.

O P.^e AFFONSO RÍZ ALUAREZC.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 3.^o, fl. 138 v.^o).

¹ Não se estranhe que seja denominada *môça* uma dama de 78 anos de idade como Antónia Garcia, ou de 81 como sua irmã Isabel Garcia, de quem fala o documento CX. Entre os variados sentidos em que se empregava nos documentos antigos a palavra *môça*, não há, por vezes, referência á idade, mas á condição, ao estado e á reputação. Assim encontramos designadas mulheres que por serem solteiras, e gozarem boa reputação de honestidade, se consideravam virgens ou donzelas. É este o caso presente.

² Vid. nota precedente.

CXII

NOTAS BIOGRÁFICAS SÔBRE BRÁS GARCIA PELO SEU AFIM BENTO MADEIRA DE CASTRO,
PUBLICADAS Á FRENTE DA PRIMEIRA EDIÇÃO DO VIRIATO TRÁGICO

(1699)

BREVE RESUMO
DA VIDA DE
BRAS GARCIA MASCARENHAS
AUTHOR DESTE POEMA

A Patria, q̄ nos deu este Homero Portuguez, he a nobre, & antiga Villa de Avó não longe da Serra de Estrella na Provincia da Beyra, Bispado de Coimbra, emnobrecida cõ hum Castello, & duas Pontes fabrica primorosa do Senhor Rey D. Diniz: he retalhada de dous rios o Alva, & o Rio de Pomares, como a ambos chama Abraham Ortelio em suas taboas geograficas, & muyto mimosa de excellentes frutas. Aqui a 3. de Fevreyro na era de 1596. nasceo Bras Garcia Mascarenhas, seu pay se chamava Marcos Garcia; — & sua Mãy Helena Madeyra — gente nobre, & da principal da terra. Passada a infancia, & puericia, em companhia de outros seus Irmãos, que estudavaõ tomou algũas noticias da lingua Latina, que ao depois soube com perfeição por sua muyta, & natural curiosidade, & prompto engenho, que certo foy muyto particular, & pera tudo universal. Vindo a Coimbra assistir a hũas festas celebradas no terreyro de Sãosam por correspondências com hũa Dalila perdeo a liberdade sendo prezo na cadea da Portajem, da qual depois de algũs mezes de prizaõ ao recolher de hũ grande, & industrioso presente se escapou entre muyta gente deixando mal ferido o Carcereiro; & bem montado na Ponte por não voltar ao Cativoiro de ambas as liberdades se passou a Madrid Corte de Hespanha, & tambem nesse tempo de Portugal; & passado hũ anno neste Emporio do mundo, enfadado já da estancia, ou a instancia da bolsa se partio, & se embarcou em o porto mais vesinho em hum Pataxo, que fazia viagem a Lisboa: Apenas se tinhaõ feito ao largo quando deo sobre elles hũa forçosa Nao de Turcos, & pondo-se em resistencia tão desiguaes no partido em pouco tempo forão mortos quasi todos, & destorçado o Pataxo; Eisque antes de se renderem lhes assoma por barlavento hũa poderosa Fragata de Hereges Cossarios, à vista da qual fugirão os Turcos, & elles ficando preza dos Hereges. que os roubaraõ, & finalmente expuzeraõ em hũa praia de Italia: Aqui à custa de suas perigrinações tomou muytas noticias da Italia, França, & Hespanha pera onde voltou por mar, & terra, até que outra vez chegou à sua patria aonde ainda não esquecerão suas juvenildades, & não se dando ainda por seguro, nem cabendo seu animo em taõ curtos limites se passou á Cidade do Porto, & deahi ao novo mundo, & ambicioso de noticias, & gloria militar discorreo, naõ sem naufragios, por todo o Brasil, & ahi por espaço de nove annos militou contra Olandeses servindo de Alferes reformado, & obrando sempre como esforçado, & ardiloso: Porem vencido ja do amor da Patria pera se achar presente á Restauração do Reyno remeou outra vez o Oceano, & a pezar de tormentas, & inimigos tomou Lisboa, & voltou à Patria aonde ja era esquecido, mas logo se fez lembrar rebatendo hũa briga em que ouve mortos, & feridos por conservar hum seu Irmaõ no Priorado de Travanqua; Porém como neste comenos se levantasse o

Reyno reconhecendo a seu legitimo Rey o Senhor D. João o Restaurador, teve occasião com esta revolta de se fazer esquecido ao crime, & lembrado na guerra; por quanto ajuntou hũa Companhia de mancebos nobres, & lusidos das terras circunvesinhas, que levados de ambição da honra, & gloria militar, que elle lhes persuadia espontaneamente se apresentarão em a Praça de Pinhel, & o tomarão por seu Capitaõ como experto, & practico na guerra, & com tanto esforço, brio, & generosidade se portarão nas emprezas, que por abono lhe chamarão a Companhia dos Leoens, como ainda hoje testemunhão esses poucos, que ainda vivem. Deste posto foi assumpto pera Governador da Praça de Alfayates em que se ouve com muyto acerto, & aceitação, não sem utilidade da Praça, que fortificou na forma, que hoje permanece eternizando-se em seus marmores por Amphion desta Thebas. Mas nesta mayor prosperidade voltou a fortuna a roda, & cahio no antigo fado sendo a causa, que entrando pellas nossas terras um trosso de Cavallaria, & Infantaria Castelhana depois de feitas muytas hostilidades se retiravão carregados de despojos, & com mais de vinte mil cabeças de gados; Chegou-lhe ordem de Dom Sancho Manoel, que não sahisse da Praça pella não expor a perigo, por quanto logo chegaria com socorro; & no mesmo dia chegou recommendação de Fernando Telles de Meneses, que de outra parte o avizava visse se podia impedir o passo ao inimigo; a esta segunda ordem, como mais gloriosa, se lhe acomodou o animo, & deixadas algũas Companhias de presidio, sahio com duzentos mosqueiteiros, & os dispoz de emboscada sobre o rio Agueda em o porto de S. Martinho dividindo-os em dous montes, que abrião o valle por donde necessariamente avião de passar os Inimigos, os quais sendo ja chegados passaraõ diante todos os gados, & entrados ja no valle lhes sobrevierão tais cargas de mosquetaria, que se derão por obrigados a virar as costas persuadidos ser muyto numerozo o poder contrario, & deixando muytos mortos, & toda a preza se retirarão fugitivos: com taõ glorioso successo se voltou o nosso Governador triunfante à sua Praça de Alfayates, aonde logo chegou (como prometera) D. Sancho Manoel, & achando já a empreza vencida, sentindo, ou a perca desta gloria em que tambem hia interessado, ou naõ se guardar a sua ordem, quando o Governador se saboreava nas esperanças do premio, de improviso se achou prezo na Torre do Sabugal, & accusado a El-Rey por falsario, que tinha tratos occultos com Castella, allegando por fundamento hũa correspondencia urbana, que tinha com hum seu grande, & antigo amigo chamado vulgarmente o Maçacam Governador de hũa fortaleza fronteyra; nesta prizão solitaria o privaraõ de toda a communicação, & subtrahindolhe pouco a pouco o mantimento, lhe pretendião abreviar os dias; atè que vendo-se ja desamparado de todo o favor humano se valeo de sua industria mandando pedir pello seu servente, que ao menos lhe mandassem hũ livro seu ordinario alivio, já que lhe não consentião o divertimento de escrever, & juntamente que pera seus achaques lhe mandassem farinha, & linhas, & tisoura pera refazer seus vestidos: logo lhe mandaraõ hum Flos Sanctorum dizendo, que era o que mais lhe servia pera se encomendar a Deos, & com o livro lhe mandaraõ as mais miudezas que pedia, & pegando da tisoura foi cortando as letras hũa a hũa as que lhe servião do livro; fez cola da farinha com a qual unindo-as com muyto vagar, & industria compaginou hũa discreta carta em verso muy limado pera o Senhor Rey D. João o IV, em que relatava sua prizão, & innocencia. & dependurando-a pellas linhas da muralha no escuro da noute falou a hum soldado da guarda seu confidante, que a entregasse a seu Irmaõ

pera que logo a levasse a Lisboa, como succedeo; & lendo o paternal Rey a carta tambem lançada, despedio logo hum decreto em q̄ ordenava apparecesse sem demora em Lisboa Bras Garcia Mascarenhas. Chegou à Corte rodeado de guardas, & quando todos agouravão final sentença a sua vida, lhe deu o piadosissimo Rey audiencia affavel, na qual de tal sorte se limou, & inteirou o seu negocio, que sahio despachado com Abito de Avis, & boa tença, & restituído por entre tanto ao seu Governo de Alfayates. Voltou a Lisboa triunfando da inveja, & do odio, & repetida a posse do seu Governo a pezar de seus emulos, aconselhándose consigo se retirou a patria, assim por não irritar mais a impaciencia de seus adversos, como tambem pera lograr algum descanso devido a sua idade, & muytas perigrinações por mar, & terra em que os trabalhos sempre acompanharão a este Hercules; & pera q̄ o ocio fosse divertido o fizerão Superintendente da Cavallaria da Comarca de Esgueyra, que rectamente administrou. Finalmente ordenada sua familia se consagrou todo às Musas, sendo tambem oraculo nas emprezas de seus Comilitoens, que veneravão seu parecer por muyto acertado, & em especial seus grãdes amigos D. Rodrigo de Castro D. Alvaro de Abranches, que alem de o buscarem, por carta, quando a campanha permitia ferias, afroixavão o arco em companhia, & casa deste seu prezado amigo, que lustrosa, & amigavelmente os hospedava. Aqui instituiu, & celebrou cõ versos a festa das 40. horas, q̄ hoje logramos em Avô, & festejou muytos Santos cõ Comedias, que ainda existem pera credito de seu engenho; mais deu a luz hũ Tomo de Sanctos, & Remanses varios dignos de aureos Caracteres, que da sua letra hoje existem: sobre tudo suspira nosso affecto por hũ Tomo, que cõpoz quando se voltou do Brasil, intitulado Ausencias Brasilicas, pois nesses copiosos cadernos, que durão, nos excita as saudades do que quasi gastou o tempo, & o descuido. Finalmente este Tomo de Viriato como morgado de sua affeyção tendo-o composto quando militava o pretendia dar à estampa, & purificar, se a morte lhe não atalhasse os intentos, que agora em parte logramos na publicação deste seu volume. Não refiro outras particulares poesias, & que passando de caminho por Coimbra em occasião que se publicarão premios aquem melhor expressasse o sentimento Portuguez na morte do Senhor Principe D. Duarte de saudosa memoria, se deteve algum tempo, & sahio cõ hũa nova esquipação de poema vulgar, que de todos os lados se lia com diversos sentidos, & todos certos na medida, & animados com epigrama ao intento, que intitlou — Laberintho do Sentimento — Pello qual poema lhe julgou, sem opposição de outro aventureiro, a Vniversidade o primeyro, & melhor premio, sendo mayor o da fama, que adquirio excedendo os raros engenhos, que illustravão esta Athenas Lusitana, calificando-se por não menos favorecido de Marthe, que mimoso de Apollo. Finalmente em madura, & robusta velhice faltou aos dias na era de 1656. a 8. de Agosto sem faltar às eternas memorias, que seu valor, & poemas enthesourou no archivo de toda a posteridade mais entendida, q̄ desapaixonada o venera immortalisado em suas obras, & animado em seus escriptos, que o zelo patrio, & affinidade propinqua agora nos dá a estampa pera eterno obelisco do Heroe decantado, & credito immortal do engenhoso Author desta Lusida Viriatina.

CXIII

EXCERPTOS DOS DEPOIMENTOS DE ALGUMAS TESTEMUNHAS
 NA INQUIRÇÃO *de genere, vita et moribus*,
 PARA A ORDENAÇÃO DE BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS, FILHO DE D. QUITÉRIA,
 E NETO DO POETA

(3 e 4 março 1702)

Em os tres dias do mes de Março de mil sette centos e dous annos nesta villa de Auo e na capella de Santo Antonio da dita villa ahi em segredo o Reverendo Arcipreste¹, comigo escriuam perguntou as testemunhas que pelo Parocho desta villa foram dadas a Rol para a inquirçam de genere vita & moribus do ordinando Bras garcia Mascarenhas natural desta villa cuius ditos nomes e sobre nomes sam os que ao diante se seguem de que mandou fazer este termo de asentada que asinou. Manoel Godinho da Costa escriuam² que o escriuei.

M.^{el} Nunes Marques

.....
 Lourenço Nunes homem casado que vive de sua fazenda natural e morador nesta villa testemunha dado a rol pello Parocho... — Ao segundo disse que conhece ao ordinando Bras garcia Mascarenhas natural desta villa filho legitimo de Manuel garcia Mascarenhas e de Donna Quiteria garcia Mascarenhas e por seu filho legitimo esta tido e havido e de todos geralmente reputado sem cousa em contrario e o dito seu Paj Manoel garcia Mascarenhas nasceu em o lugar de trauanca de farinha podre e sendo menino uejo para casa de suas tias e aqui se criou, e a dita Donna Quiteria garcia he natural desta villa aos quais todos conheceu e uiuiam de sua fazenda e eram dos principais desta villa e mais nam disse a este. — Ao terceiro disse que o ordinando é netto dos Auos que nomeja em sua petiçam a saber pella parte de seu Paj e netto de Mathias garcia natural desta villa e teue o Paj do ordinando assistindo em trauanca de farinha podre sendo ainda leigo e dipois se ordenou e fez sacerdote de Missa porem nem conheceu a molher de quem o teue, porem por seu filho foi tido e hauido e reputado de todos o que he publico, e sabe por uer que o dito Mathias garcia fazia caso delle e o criou e sempre o teue em casa de suas tias Maria garcia, e Isabel garcia Irmãs do dito seu Paj e por morte lhe deixaram seus bens cre que he seu Auo paterno e declarado na petição. E pella parte Materna he o ordinando netto de Bras garcia Mascarenhas e de Donna Maria da Costa naturais e moradores que foram nesta villa aos quais conheceu e com elles tratou por mais de trinta annos indo a sua casa algumas vezes e eram os principais desta villa, e elle foj governador nos tempos da guerra³ e conhecido por homem de grande prestimo, e delles nasceu a dita Donna Quiteria garcia Mascarenhas Maj do ordinando e sam seus Auos Maternos declarados na petiçam o que nam tem duuida e tambem conheceu o Paj de Bras garcia que se chamou Marcos

¹ Manoel Nunes Marques, arcipreste de Galizes e seu distrito.

² Escrivão do arciprestado.

³ «e foi capitam de infantaria», acrescenta no seu depoimento a testemunha Padre Antonio Ribeiro.

garcia, e tambem conheceu o Paj de Donna Maria que se chamou João Manoel de Affonseca que sam os Bis Auos do ordinando e todos eram dos principais desta villa e mais nam disse a este. — Ao quarto disse que o ordinando por si, seus Pais, Auós e Bis Auos que conheceu he legitimo e inteiro Christam uelho limpo e de limpo sangue e geraçam sem raça de ludeu, mouro, mourisco, mulatto, herege ou de outra nassam infecta das reprouadas em direito contra nossa santa fee catholica e por legitimos e inteiros e inteiros Christãos velhos sam e foram sempre tidos hauidos e de todos geralmente reputados sem fama ou rumor em contrario, e elle testemunha por tais os conhece e conheceu seu Pae porque sendo de tanta idade e criandosse e uiuendo sempre nesta villa nunca ouuiu o contrario do que tem dito e mais não disse a este —

(*Sam contestes com este os depoimentos das testemunhas Bento Nunes, Pedro Gonçalves, Affonso Gonçalves, Estêvão Alvarez de Siqueira, Padre António Ribeiro, e Miguel Simões, todos de Avó, que depuseram neste dia).*

Aos coatro dias do mes de Março de mil e sete centos e dous nesta casa de Nossa Senhora das ermidas (*em Travanca-de-Farinha-Podre*) aonde estaua o R.^{do} Arcipreste Manoel Nunes Marques para tirar a inquirição do ordinando Bras Gracia Masquarenhas pella parte de sua auo Anna Duarte natural do lugar de Trauanca e por estar empedido o seo escriuão com legitimo impedimento me elegeo a mim o P.^e João Ribeiro natural e morador em farinha podre para escriuão desta deligencia e para isso me deu juramento dos Santos Euangelhos sob cargo do qual me encarregou escreuesse na uerdade tudo o que por elle me fosse dito e mandado o que prometti cumprir. . .

Sendo no mesmo dia asima dito elle R.^{do} Arcipreste comigo escriuão perguntou as testemunhas que lhe forão dadas a rol pello R.^{do} Prior de Trauanca cujos ditos e nomes são os que adiante se seguem de que mandou fazer este termo de asentada que assinou e eu o P.^e João Ribeiro escriuão que o escreui.

M.^{el} NUNES MARQUES

Manoel Gonsalves home uiuuo que uiue de sua fazenda natural e morador no lugar de Trauanca. . . — Ao terceiro diçe que munto bem conhesera Anna Duarte natural do lugar de Trauanca como tambem conheceo seo pai João Jorge e sua mai Maria Duarte, e esta Anna Duarte teue hum filho de Mathias Garcia da Villa de Auo sendo ainda leigo, e assistindo no dito lugar em casa do Prior Pantalião Gracia seo Irmão e ouuiu diser que este tal casara com huma sua prima direita filha de Bras Gracia e que tuerão filhos e hum delles he o ordinando com que he esta sua auo paterna e a mesma nomeada na petição, e hera dos bons do dito lugar e mais não diçe a este. — Ao quarto diçe que o ordinando por seu pai e sua auo paterna que tem dito he legitimo e inteiro Christão uelho sem rasa de mouro, mulato, mourisco, judeo, herege, ou outra nação infecta reprouada em direito contra nossa santa fé catholica e por legitimos e inteiros christãos uelhos são e forão sempre tidos e reputados sem fama nem rumor em comtrario e mais não diçe a este. —

(*São contestes com este os depoimentos das testemunhas António Rodriguez, João Henriquez, e Antonio Francisco, todos de Travanca-de-Farinha-Podre, que depuseram neste segundo dia).*

(C.E. — Processo para a ordenação de Brás Garcia de Mascarenhas).

CXIV

AFONTAMENTOS ESCRITOS POR LETRA DO PRIOR DE TRAVANCA-DE-FARINHA-PÓDRE

ANTÓNIO MARTINS GOULÃO, NO FIM DUM LIVRO DE BAPTISMOS.

DÊLES CONSTÃO OS USOS E COSTUMES DAQUELA FREGUESIA
SÔBRE O QUE ERA O PRIOR OBRIGADO A FORNECER À IGREJA,
E O QUE PERCEBIA DE OFERTAS, DÍZIMOS E PRIMÍCIAS,
E BEM ASSIM QUAIS OS BENS ECLESIAÍSTICOS IMÓVEIS DA PARÓQUIA,
TODOS OU QUÁSI TODOS USUFRUÍDOS PELO PÁROCO

(1711, ou um pouco posterior)

Tem obrigação o R.^{do} Prior de por o Cirio e Candieiro das treuas, e a Candelilla; e por duas uellas no altar todos os Domingos e Santos excepto na festa do Natal athe a segunda oitaua e a Semana Santa e Domingo de Pascoa e a primeira oitaua e Domingo do Spirito S.^{to} e a primeira oitaua.

Dia de S.^{ta} Anna, e tambem excepto todos os domingos terceiros dos Mezes.

Tem obrigação o R.^{do} Prior

Ao reparo da Capella Mor, e a Samcristia me diçe o R.^{do} Vizitador q̄ pertencia ao pouo sem embargo q̄ todos os Priores a vam reparando.

O R.^{do} Prior tem obrigação

de dar seis alqueires de azeite todos os annos p.^a a Lampada, e se faltar algũ, o darão os Mordomos do Senhor; e anda com quem cobra a renda. E isto despom hũ Statuto da confraria moderno, que fez Lourenço de Albuquerque, Prior q̄ foi desta Igr.^a e o aprouou pello Senhor Bispo sem ter breue, nem bulla apostolica p.^a por esta pensão á Igr.^a

.....
Do pr.^o domingo de Majo athe o S. João se pagam todos os domingos dizimo de lejte.

— Usos e costumes nesta Igr.^{ta} de S. Tiago da Trau.^a de Farinha Podre.

De pam trigo, vinho e azeitona, e castanhas, linho, gado, bacoros, lentilhas e granis fruta de maçans, peras, de cada dez se paga hum. e tambem de cebollas, alhos, & milho, feijão e boletas.

Do gado huns Priores do q̄ não chega a sinco accejtam almoedas 4 reis (?) de cada cabeça, outros as ajuntam de huns ãnos p.^a outros e tanto q̄ fazendo o numero de 5 dezimão meja cabeça. Elles não querem estar quietos mas p.^a se deffederem tem a posse quebrada, q̄ lhe era necessario continuada.

Custumão ajuntar bacoros enxames ao gado e intão dezimão.

Mas melhor dezimarião se fosse na forma da Constituição.

Em os baptizados custumão dar sua vela e offerta voluntaria em dinheiro.

Q.^{do} nos Off.^{os} sendo de 9 licois tem os clerigos de cantoria em cada hum 150 e o mesmo tem o Parocho tem mais as offertas q̄ se podem uer na Sn.^a ¹ junta q̄ esta junta em o liuro q̄ estaua p.^a seruir do inuentario dos bens e moueis &c. mas não seruiu.

¹ Sentença.

Tem cazas de residencia e hoje não estão más e reparadas.

Hũa vinha m.^{to} boa com chans e hum oliual e pomar em o assento da Ig.^{ra}.

Tem hũa courella de terra entre os bens do R.^{do} Miguel Cord.^{ro} q̄ sahe la fora a portella, e pella outra parte fora da vinha athe a fazenda de Fran.^{co} João o Mo-rejra.

Tambem hum oliual ou oliu.^{ras} em o cham da bica, cujo cham he tambem da Ig.^{ra} e de assento, como tambem a tem aonde esta o Pombal e quasi por toda a parte marquado mas não ha Tombo, mas a posse he immemorial.

Hum oliual com sua terra em Lagares.

Hũa orta pequena entre o chão do R.^{do} Miguel Cord.^{ro} p.^a o verão com poço dentro.

E tem mais hũa vinha aqual deixou perder M.^{el} Cord.^{ro} e hũa tem junto que a dej de graça por quatro annos a João Róiz da Portella aonde chamão a Serra, na Portella.

Tem mais hũa oliuejra cam.^o da Fonte.

Tem mais hum cazal q̄ possuem os goncalues, e pagam todos os ãnos dous alq.^{res} de trigo.

Tem mais outro cazal que paga M.^{el} Cord.^{ro} cujo (?) chamado da Rione-qua (?) de q̄ paga M.^{el} Cord.^{ro} tambem dous alq.^{res} de trigo, e consta q̄ o R.^{do} Prior João Philippe mandava cobrar pellas ejras os cabaços.

Os herd.^{ros} do R.^{do} Prior João Philippe de S. Pajo derão as madejras e taboas de pinho p.^a as alcobas, e dezasete mil reis para o reparo das cazas, com o q̄ entendo q̄ so o D.^{or} Fajardo deu o sustento p.^a os officiais, e não tratou de reparar as cazas.

.....
Tem mais tres casas hũa serue de adega, outra de palheiro, e outra onde esta o lagar com uara, fuso a pezo, e hũa dorna de pedra.

Declaro q̄ toda a fazenda q̄ esta pegada com a Ig.^{ra} se chama assento, e sam necessarios cem annos p.^a prescreuer.

A fazenda q̄ tem fora do assento se chamão passais, e p.^a prescreuer bastam 40 ãnos assim se pratica na prouincia do Minho.

.....
Pagasse primicia do uinho mejo almude de pam trigo de cada des hũa 4.^a e chegando a 40 hum alq.^{re} e dali p.^a não paga cousa algũa.

No cazal da Aguiejra tem assim de ojtauo como o do foro de sinco tem o morgado do Alborge tres e a Ig.^{ra} dous e sempre esteue a Ig.^{ra} de posse ha mais de 400 anos. e não ha memoria em contrario o foro o seu dizimo.

Esta Ig.^{ra} cobra o dizimo por intejro dizem elles q̄ se fizer a cobrança em azeite q̄ pagam de 12 hum alq.^{re} e assim o fazem os de fora da freg.^a.

Agora os lagarejros querem uintena e cujo se pagam de cada uinte hum e so este ano o dizim mas eu não estuia quieto e não consentj.

O lagar do portello paga hum alq.^{re} de azejte de auença todas as uezes q̄ chegu a lancarse a moer.

O lagar nouo mejo alq.^{re} de azejte no ãno q̄ se lanca a moer.

Fazendose hum off.^o so de corpo de presente he mais offertado e prefere a todas as diuidas, como a sepultura e habito.

CXV

EXCERPTOS DOS DEPOIMENTOS DE ALGUMAS TESTEMUNHAS NA INQUIRÇÃO *de genere*
 PARA A ORDENAÇÃO DE MANUEL GARCIA DE MASCARENHAS, FILHO DE D. QUITÉRIA,
 E NETO DO POETA

(11 janeiro 1715)

Aos honze dias do mes de Janeyro de mil e sete sentos e quinze, nesta Igreja de Santiago de Trauanca de Farinha podre adonde veyo com migo escriuam o Rd.º Ld.º Juliam Ribeyro pera com migo escriuam preguntar as testemunhas dadas em Rol pelo Rd.º Prior desta Igreja pera a Inquiricam do Habilitando Manoel garcia Mascarenhas pela parte de sua avo paterna Anna Duarte natural e moradora, que foj deste dito lugar e freguesia, os quais notificados por mim escriuam mandou uir a noca prezemca pera por elle serem preguntadas, na forma da commissam as quais, e seus testemunhos, sam os que ao diente se seguem, de que mandou fazer este termo de asentada, que eu o P.º Domingos de Oliueyra escriui.

Antonio Francisco laurador, natural e morador deste lugar, e freguesia de Santiago de Trauanca de farinha podre...—Ao quarto interrogatorio dice que conheseu muto bem a Anna Duarte avo paterna que se diz ser do Habilitando Manoel Garcia Mascarenhas da Villa de Avo, a qual dita Anna Duarte sabe assim se chamaua, e que nesta freguesia viueu dos rendimentos de suas fazendas como lauradora e filha de lauradores dos principais desta freguesia donde tambem foi natural, e Batizada nesta Igreja de Santiago aqual sobredita Anna Duarte, diz elle dito testemunha, que conheseu ja casada com Sebastião Marques seu marido tambem desta freguesia natural, e ao dipois de viuua sempre nesta freguesia moradora e com ella falou e conversou por tempo de quinze annos pouco mais ou menos athe seu falecimento por serem anbos vizinhos da mesma freguesia por cuya causa sabe o q̄ dito tem e mais nan dice deste — Ao seisto artigo dice q̄ sabe q̄ a dita Anna Duarte foj por sim, seus pais, e todos seus assendentes intejra e legitima Christam velha limpa e de limpo sangue e geracam sem raca ou descendencia alguma de Christam noua judia negra mulata, moura ou de outra alguma infecta nacam das reprovadas indirejto contra nosa santa ffe Catholica, nem de pesoas a ella noua mente conuertidas; e tambem dice elle testemunha, que sabe que sendo o dito Habelitando Manoel gracia Mascarenhas seu neto como alega he por esta parte digno das ordens q̄. pertende sem impedimento algum na limpeza do sangue e procedimentos destes seus Ante pasados porq̄ todos e cada um de percim foram sempre muj tementes a Ds' e zelosos da Igreja e de todos geralmente tidos e auidos nomiados, conhecidos e estimados por intejros e legitimos Christans velhos e por tais os tem e teue sempre elle dito testemunha sem fama, noticia, suspejta, ou rumor algum, em contrario o que tudo neste seu testemunho declarado dice elle testemunha que sabe he uerdade por ser homem velho noticioso natural e sempre morador deste lugar e freguesia donde o foj a dita avo paterna do ordinando per cuya cauza sabe o q̄ dito tem e tinha rezam de saber o comtrario se o ouera, e mais não dice...

Miguel Francisco laurador, natural e morador deste lugar e freguezia de Samtiago de Trauanca... — Ao tercejro interrogatorio dice que mutò bem conheheu a Manoel Garcia Mascarenhas, paj que se diz ser do Justificante Manoel garcia Mascarenhas, o qual asim se chamou, e sabe que foi natural deste lugar e freguezia de Trauanca, e Batizado nesta Igreja de Samtiago de Trauanca, adonde assistiu mutos annos com hum seu tio Pantaliam garcia Prior desta dita Igreja e daqui foj pera a uilla de avo ser morador, adonde tambem cazou ao qual elle testemunha conheheu pois com elle tratou, e conversou asim no tempo que aqui assistio solteiro, como no tempo de cazado em avo assistente por tempo de mais de trinta annos ate seu falecimento, por elle dito testemunha Ir mutas vezes a Villa de Avo, e o dito M.^{el} Gracia vir mutas vezes a esta freguezia, e mais nam dice deste. — Ao quarto Interrogatorio dice que sabe que sendo o dito Habilitando filho do dito Manoel Gracia Mascarenhas como alega, he nepo pela parte paterna de Anna Duarte desta freguezia, e por tal tido e auido a qual Anna Duarte asim se chamou, e teue este dito Manoel gracia Mascarenhas seu filho sendo solteira de hum Matias gracia Mascarenhas Irmam de Pantaliam gracia Prior desta Igreja adonde assistia, sendo natural da vila de Avo, e ao dipois de ter o dito filho cazou com Sabastiam alves deste mesmo lugar e freguezia donde hera natural e sempre foj moradora, e nesta Igreja batizada, e viveo sem outro algum officio mais que so o dos rendimentos de suas fazendas como lauradora e filha de lauradores, e dos principais desta freguezia adonde elle testemunha a conheheu solteira, e cazada, e depois viuua, por tempo de vinte annos pouco mais ou menos e pelo mesmo tempo com ella falou e conversou como vizinha sua, e mais nam dice deste. — Ao seisto Interrogatorio dice que sabe que o dito Justificante pelo dito seu Pai e avo Paterna asima nomeados he legitimo Christam velho, limpo e de limpo sangue e geraçam sem raça de Christam nouo, ludeu, negro, mulato, mouro, mourisco nem de outra alguma imfeta nasam das reprovadas imdirejto contra nosa santa ffe Catholica nem de pesoas a ella noua mente comuertidas; e tambem dice que sabe que nenhum assendente do dito Justificante por esta parte foj preso pelo Santo Officio, nem lhe pagou finta ou pedido lancado a gente de nacam ebrea nem commeteu crime de erezia contra leza Maestade Deuina, nem emcorreo em infamia publica de feyto ou de direjto, nem de tais cousas foram os desta geraçam em tempo algum infamados; mas sim foram sempre todos e cada hum de per cim tidos e auidos, nomeados conhecidos e geralmente de todos estimados por imtejeros e legitimos Christians velhos, e por tais os tem e teue sempre elle dito testemunha sem fama noticia ou rumor algum em comtrario. o que e tudo o mais que dito tem neste seu testemunho dice sabe he uerdade por ser homem velho natural e sempre morador desta freguezia donde o foram os assendentes do Justificante por esta parte por cuya cauza sabe ser uerdade o que dito tem e tinha rezam de saber o Comtrario se o ouuera e mais não dice...

(São contestes com estes dois depoimentos os das testemunhas Matheus Gonçalves, Ursula Dias, e Isabel Simões, todos da freguesia de Trauanca-de-Farinha-Pódre).

(C.E. — Processo para a ordenação de Manuel Garcia de Mascarenhas).

CXVI

CERTIDÃO PASSADA PELO PRIOR DE S. TIAGO DE FARINHA-PÔDRE,
DONDE CONSTA QUE MANUEL GARCIA DE MASCARENHAS, GENRO DO POETA,
NASCEU E FOI BAPTIZADO NA FREGUESIA DA BOBADELA

(2 março 1715)

MANDADO

O D.^{or} Manoel Mor.^a Rebello, Prothonotr.^o Ap.^{co} de Sua Sanctid.^e Juiz dos cazam.^{tos} habilitacoins de Gr.^e e Provisor em esta Cid.^e e Bispado de Coimbra pello Ill.^{mo} Sñr. Bispo Conde &c.^a Mando em virtude de S. obediencia, e sob pena de excomunhão mayor ao R.^{do} Parocho de Travanca q̄ sem a p.^{te} intervir nem outrem q̄ por elle o fassa no q̄ m.^{to} lhe encarrego sua consciencia fassa exacta delegencia nos liuros dos baptizados dessa freguezia e delles tire por certidam jurada o thior do assento do Baptismo de Manoel Garcia Mas.^{cas} Pay do habilitando Manoel Garcia Mas.^{cas} n.^{al} da V.^a de Avó o qual M.^{el} Garcia Mascarenhas pay do d.^o habilitando foi f.^o de Mathias Garcia Mas.^{cas} da d.^a V.^a de Avo e de Anna Duarte dessa freg.^a de Trauanca de Farinha podre, a qual certidam passara nas costas desta que em carta fechada remetera por via segura ao Escrivam da Camera do Bispado e delle hauera seu sellario p.^a o q̄ o declarara ao pe da mesma certidão. Dada em Coimbra sob o meu signal som.^{te} ao prim.^o de M.^{co} de 1715. Francisco Maciel Malheiro Escriuão da Camr.^a Ecclez.^a o sobscreu.

REBELLO

Ordem secreta p.^a o R.^{do} Pr.^{co} de Travanca de Farinha podre satisfazer ao q̄ nella se lhe ordena &c.^a.

CERTIDÃO

Obedecendo hordem do m.^{to} Rd.^o S.^r D.^{or} Prouisor deste Bispado de Coimbra certificado eu Antonio Míz goulão Prior de S. Tiago da Trau.^a de farinha Podre, que eu ui de uagar e con toda a exação os assentos dos baptizados q̄ fizeram M.^{el} Gracia, e Pantaliam Gracia Piores q̄ foram nesta Igreja, e não achej o assento que se me pede, so me informej q̄ Mathias Gracia sobr.^o do Prior Pantaliam Gracia digo Irmão do Prior tiuera hum f.^o chamado M.^{el} Gracia de Anna Duarte desta freg.^a a qual foj parir a Boadella que esta junto a Oliuejrinha dizem deste Bispado, onde presumo estara o assento pedido, por esta cauza não estara o assento no l.^o dos baptizados desta Ig^{ra} e o d.^o M.^{el} Gracia se criou em caza do R.^{do} Prior depois de andar. O que tudo juro in uerbo sacerdotis. S. Tiago da Trau.^a 2 de Marco de 1715.

O PRIOR AN.^{to} MÍZ GOULÃO

(C.E. — Processo para a ordenação de Manoel Garcia de Mascarenhas).

CXVII

CARTA DE TOMÁS CAETANO GARCIA DE MASCARENHAS,
A SEU SOBRINHO BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS, QUARTO NETO DO POETA,
EM QUE SE FAZ REFERÊNCIA AO DESAPARECIMENTO DE PAPEIS DE FAMÍLIA

(14 setembro 1824)

Sobrinho e amigo

Desejo te fflleccidades, e a toda a tua familia; Como ha muito tempo não sahio de caza nem faço jornadas que excedaõ a huma ou duas Legoas, por isso não vou verte e dizerte pessoalmente os meus sentimentos, mas vou por este modo expor te que tenho quebrado a cabeça para alcançar a Instituição do vinculo desta casa, porem nem trasllado, nem propria aparece e porque tuas Thias ma sumiraõ, e não deixaraõ Trasllado algum e foi o motivo porque requeri hum Alvara a Sua Magestade para abolição delle de que juntei huma Rellação dos bens, que por tais sempre foraõ tidos, não tenho empenho em o abolir, só quero saber em que Ley vivo, e se o tal vinculo deve ser, ou não reputado tal, podes responder o que quizeres, porque a nada me oponho e fico pela decisaõ do Tribunal muito satisfeito, seja qual for o Despacho, porque como já dice quero saber em que Ley vivo, e vé se te sirvo de alguma cousa nestas terras que hei de mostrar, que sou

teu Thio, e amigo.

THOMÁS GARCIA MASCARENHAS

Avô de Setembro quatorze demil oito centos vinte e quatro.

SOBESCRITO

A Bráz Garcia Mascarenhas meu Sobrinho goarde Deos muitos annos. Rio de Moinhos.

(Duma certidão passada a 24 set. 1824 por José da Costa de Carvalho e Lemos, escrivão proprietario dum dos officios da Correição e chanceler da comarca de Visen, em face do proprio original. — Pertence ao sr. António da Costa Mesquita, de Avô).

CXVIII

NOTAS BIOGRÁFICAS DE BRÁS GARCIA, ESTAMPADAS Á FRENTE DA SEGUNDA EDIÇÃO
DO *Viriato Trágico* PELO DR. ALBINO DE ABRANCHES FREIRE DE FIGUEIREDO,
PARENTE DA MULHER DO POETA

(1846)

. Na antiga villa d'Avô, a 3 de fevereiro do anno de 1596, e de paes nobres, nasceu Braz Garcia Mascarenhas, na casa que elle descreve na est. 29 do canto XV deste poema. A qual foi propriedade daquelle famoso pagem do Sr. D. Fernando (como se vé de papeis antigos de sua familia, descendente deste pagem) que, servindo d'arraes na linda barca em que o monarcha portuguez foi ao encontro do hispanhol, pela elegancia da sua figura, concorreu para a exclamação do monarcha estrangeiro, referida pelos nossos historiadores.

Nas estancias seguintes á que acima refiro dá o poeta alguma noticia da sua vida; e, porisso, sobre este objecto só direi o necessario para melhor intelligencia dellas.

Indo a Coimbra por occasião de festas publicas, entrou em uma correspondencia amorosa de que lhe resultou ser preso na cadeia da Portage. Seus irmãos, que então frequentavam a universidade, fingiram um grande presente para o preso. Ao abrir-se a porta para entrar o presente, sahio o preso, á força, deixando o carcereiro perigosamente ferido, montou em uma cavalgadura que estava para isso preparada na ponte e, pôde assim evadir-se á multidão que o seguia. Daqui principiaram as suas longas viagens (a parte das quaes elle se refere neste poema) pelo Brazil, Italia, França, Flandres e Ilispanha.

Já elle estava em Avô quando um seu irmão, que era prior do, então, rendoso priorado de Travanca, recolhendo de uma viagem que fizera a Roma, achou na sua igreja, que era d'alternativa, um intruso, appresentado na sua ausencia, por differente donatario.

Esta apresentação deu origem ao pleito, e rixa de que falla o poeta na est. 67 e seguintes do canto XV, e maiores trabalhos lhe produziria, se por esse tempo não occorresse a revolução de 1640, e se não houvesse conhecimento e necessidade dos seus talentos e serviços militares.

Depois de conquistada a igreja de seu irmão veiu á corte, e, com franqueza de soldado, expoz o succedido ao Sr. D. João IV, que lhe respondeu: — «Faze tu pela minha coroa, como fizeste pela igreja de teu irmão, e ficaremos reconciliados».

Voltou á patria, e inspirando á mocidade luzida della e suas visinhanças ambição pela honra e gloria militar, a persuadiu a formar uma companhia de cavallaria, para que elle foi escolhido commandante, honra esta que lhe era affiançada pela sua reconhecida valentia e experiencia militar.

Esta companhia occupou a praça de Pinhel, e deu do seu grande valor tão claras provas que mereceu ser reconhecida pelo nome de companhia dos leões.

Existiam no cartorio do convento das freiras daquella cidade (onde então estava uma parente de Braz Garcia Mascarenhas) esclarecimentos relativos a esta companhia, que foram recolhidos, segundo me constou, pelo curioso antiquario, bispo que foi daquella cidade, D. José de Mendonça Arraes, parente do poeta, e de alguns dos que então militavam com elle.

Fiz por obter estes esclarecimentos, dirigindo-me ao meu amigo o Sr. Joaquim Pinto de Mendonça Arraes, sobrinho daquelle illustre prelado, porém não appareceram, talvez que por estarem nessa occasião em desordem os papeis pertencentes ao exm.º bispo.

Do commando desta companhia foi Braz Garcia Mascarenhas mandado para governador da praça de Alfaiates, que logo fortificou com obras novas; e neste logar foi victima da prepotencia do general, governador das armas da provincia, D. Sancho Manuel.

Entrando pelas nossas terras um trosso de cavallaria, e infantaria castelhana, depois de feitas muitas hostilidades, se retiravam carregados de despojos, e com mais de vinte mil cabeças de gados, chegou-lhe ordem de D. Sancho Manoel, que não sahisse da praça pela não a expôr a perigo, por quanto logo chegaria com soccorro; e no mesmo dia chegou recommendação de Fernando Telles de Menezes,

que de outra parte o avizava visse se podia impedir o passo ao inimigo. A esta segunda ordem, como mais gloriosa, se lhe accommodou o animo, e, deixadas algumas companhias de presidio, sahio com duzentos mosqueteiros, e os dispoz de emboscada sobre o rio Agueda em o porto de S. Martinho, dividindo-os em dois montes, que abriam o valle por onde necessariamente haviam de passar os inimigos, os quais sendo ja chegados passaram diante todos os gados, e entrados já no valle lhes sobrevieram taes cargas de mosquetaria, que se deram por obrigados a virar as costas persuadidos ser muito numerozo o poder contrario, e, deixando muitos mortos, e toda a pressa, se retiraram fugitivos.

Com tão glorioso successo se voltou o nosso governador triunfante á sua praça de Alfayates, aondo logo chegou (como promettêra) D. Sancho Manoel, e achando já a empreza vencida, sentindo, ou a perda desta gloria em que tambem ia interessado, ou não se guardar a sua ordem, quando o governador se saboreava nas esperanças do premio, de improvizo se achou prezo na torre do Sabugal, e accusado a el-rei por falsario, que tinha tractos occultos com Castella, allegando por fundamento uma correspondencia urbana, que tinha com um seu grande e antigo amigo chamado vulgarmente o Maçacão governador de uma fortaleza fronteira.

Nessa prizão solitaria o privaram de toda a communicação, e, subtraindo-lhe pouco a pouco o mantimento, lhe pertendiam abreviar os dias. Até que vendo-se já deseparado de todo o favor humano se valeu de sua industria mandando pedir pelo seu servente, que ao menos lhe mandassem um livro, seu ordinario alivio, já que lhe não consentiam o divertimento de escrever; e junctamente que para seus achaques lhe mandassem farinha, e linhas e tisoura para refazer seus vestidos. Logo lhe mandaram um Flos Sanctorum dizendo, que era o que mais lhe servia para se encomendar a Deus, e com o livro lhe mandaram as mais miudesas que podia. Pegando da tisoura foi cortando as lettras uma a uma as que lhe serviam do livro; fez cola da farinha com a qual unindo-as com muito vagar, e industria compaginou uma discreta carta em verso mui limado para o senhor rei D. João, IV em que relatava sua prizão, e innocencia, e dependurando-a pelas linhas da muralha no escuro da noite fallou a um soldado da guarda seu confidente, que a entregasse a seu irmão para que logo a levasse a Lisboa, como succedeu. Lendo o rei a carta tão bem lançada, despediu logo um decreto em que ordenava apparecesse sem demora em Lisboa Bras Garcia Mascaranhas.

Chegou á corte rodeado de guardas, e quando todos agouravam final sentença á sua vida, lhe deu o rei audiencia affavel, na qual de tal sorte se limou, e inteirou o seu negocio, que saiu despachado com habito de Avis, e boa tença, e restituído por entre tanto ao seu governo de Alfayates.

Voltou de Lisboa triunfando da inveja, e do odio, e repetida a posse do seu governo apezar de seus emulos; aconselhando-se comsigo se retirou á patria, assim por não irritar mais a impaciencia de seus adversos, como tambem para lograr algum descanso devido á sua idade, e muitas perigrinações por mar, e terra em que os trabalhos sempre o acompanharam; e para que o ocio fosse divertido o fizeram super-intendente da cavallaria da comarca de Esgueira, que rectamente administrou. Finalmente ordenada sua familia se consagrou todo ás Musas, sendo tambem oraculo nas emprezas de seus commilitões, que veneravam seu parecer por muito acertado, e em especial seus grandes amigos D. Rodrigo de Castro, e D. Alvaro de Abranches, que, além de o buscarem por carta, quando a campanha

permittia ferias, afrouxavam o arco em companhia, e caza d'este prezado amigo, que lustrosa e amigavelmente os hospedava.

Foi zeloso pelas coisas da egreja, como provam as obras e festas a que allude nas est. 62 e 63 do cit. canto, — as comedias que, segundo o gosto do seu tempo, fez a varios santos, — e, por ventura, a capella que os administradores do vinculo da sua familia possuiam no exemplar convento do Bussaco, instituida por esses tempos.

Falleceu a 8 d'agosto de 1656 na mesma villa em que nascera. Entre os seus manuscritos appareceu este poema que o auctor pretendia publicar, logo que o tivesse revisto e corrigido. A morte lhe frustrou os intentos, no que muito perdeu a obra não só na falta das correcções que o auctor lhe pretendia fazer, mas por ficar, assim, sujeita aos defeitos d'uma edição descuidada.

Bento Madeira de Castro, capitão-mór d'Avô, senhor da casa que hoje possui seu bisneto, o sr. Antonio de Brito, de Coimbra, proximo parente do auctor foi quem publicou o poema em Coimbra no anno de 1699.

Apezar de todos os defeitos da edição, em que visivelmente se mudaram algumas palavras como no verso 5.º da est. 5.ª do canto 6, em que se escreveu «Ataide» em vez de «d'alcaide,» na primeira palavra da est. 71.ª em que se escreveu «escuta» em vez de «escusa,» em outra parte «camas» em vez de «Canas» etc.; apezar, digo, de todos estes defeitos, e d'outros em que abunda a edição, é certo que muito se deve ao primeiro editor. Sem elle, ter-se-ia perdido este poema, assim como se perderam as Ausencias Brazilicas e outros manuscritos do mesmo auctor. Mas a edição, além de tudo o mais, foi escassa, e o poema estava outra vez em risco de se perder, se não fosse este meu esforço, inspirado pelos estimulos de patricio do auctor, e pelos do sangue, á similhaça do primeiro editor (como elle nos diz no fim do que escreve sobre a vida do poeta), e animado por alguns a quem movem iguaes razões.

Vai esta edição adornada com duas estampas. A que representa o juramento de Viriato depois da traição de Galba, referido na est. 102 e seguintes do canto VI, é copia d'outra muito conhecida, estimada e rara; a segunda é o retrato do auctor, copiado daquelle que se conserva na sua casa.

Desejava ter enriquecido mais esta edição, porém corre-se em taes publicações risco de grandes perdas, em um paiz que contem tão poucos leitores, como muito bem conhecem os que d'ellas tem practica.



NOTAS GENEALÓGICAS

NOTAS GENEALÓGICAS

As notas, que não seguir-se em Apêndice ao nosso 2.º estudo, representam uma não pequena soma de trabalho em colheita de notícias pelos nobiliários e árvores genealógicas, e em buscas e verificações persistentes e conscienciosas, durante largos anos, pelos arquivos. Assim conseguimos corrigir e ampliar muitas árvores e notas genealógicas, que existiam em poder de algumas famílias nobres da provincia.

Prestaram-nos grandes e importantísimos materiais para a organização dèste trabalho: — 1.º) o registo paroquial, posterior ao meado do século XVI, arquivado no Seminário de Coimbra e nas Câmaras Eclesiásticas da Guarda e de Viseu; — 2.º) a colecção, de alto valor, de processos de genere para ordenações, que se guardava na Câmara Eclesiástica de Coimbra, e remontava aos princípios do referido século XVI; — 3.º) os processos de habilitação para familiares do Santo Ofício, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo; — 4.º) os processos de habilitação para profissões nas Ordens militares, no mesmo Arquivo; — 5.º) a muito interessante e riquíssima colecção alfabética de certidões de idade para as matrículas na Universidade de Coimbra, existente no respectivo Arquivo; etc.

As indicações genealógicas dos nobiliários e árvores de famílias foram verificadas e emendadas em face dessas fontes documentais, até onde isso nos foi possível. O leitor desculpará benèrolamente as inevitáveis incorrecções dèste modestíssimo ensaio.

Coimbra, 18 de junho de 1921.

A. DE VASCONCELOS.

NOTA I

FAMÍLIA PATERNA DE BRÁS GARCIA MASCARENHAS

Tronco

- I) — **Marcos Garcia Mascarenhas**, fidalgo vindo de Espanha, que os genealogistas dizem pertencer à primeira nobreza da nação vizinha, casou em Valezim, depois do meado do século xv, com uma filha de Martim Anes, pessoa principal da terra, e dela houve um único filho, de nome igual ao seu,
- II) — **Marcos Garcia Mascarenhas** (2.º), casado em Folhadosa com **Brites Marques**, senhora nobre e rica, da qual teve dois filhos e cinco filhas, ignorando-se a ordem cronológica dos seus nascimentos, e até os nomes de três:
- 1 (III). *Marcos Garcia*, que segue (III a).
 - 2 (III). *F.*, filho segundo, que, ao que parece, não teve prole.
 - 3 (III). *Brites Marques*, que segue (III b).
 - 4 (III). *Ana Marques*, que segue (III c).
 - 5 (III). *Maria Marques*, que segue (III d).
 - 6 (III). *N. e*
 - 7 (III). *X.* Estas duas filhas de Marcos Garcia casaram em Sandomil, lá tiveram prole, existindo ainda hoje descendência, pelo menos de uma delas — uma família de apelido *Fernando*, que nuns apontamentos do genealogista Nicolau Pereira de Mendonça do Amaral e Vasconcelos Falcão, da casa de Girabolhos, existentes no cartório da casa de Folhadosa, é denominada *a Fernandagem de Sandomil*. Estes apontamentos, que são muito interessantes, foram-me amavelmente facultados pelo último possuidor da casa de Folhadosa, meu primo o senhor António Vieira de Tovar e Albuquerque, há pouco falecido.

Ramo primário a)

- III a) — **Marcos Garcia Mascarenhas** (3.º), casado no Ervedal da Beira

a 14 de janeiro de 1542 com Helena Esteves, filha legítima de Catarina Luis e de seu marido F., já falecido ao tempo em que se celebrou este casamento. A noiva tinha dois irmãos, António Esteves e Tomé Esteves, pessoas muito consideradas no Ervedal. Além de outros filhos, este casal teve

IV a) — **António Garcia**, que casou em Folhadosa com sua prima Ana Marques, neta de sua tia Brites Marques (vid. infra III b 1, 1) e irmã do padre João Marques; vieram a falecer em Folhadosa — o António Garcia a 1 jul. 1645, e sua mulher a 11 fev. 1669. Tiveram:

- 1 (V). *L.º João Garcia Mascarenhas*, baptizado a 15 jun. 1613. Depois de formado em Cânones, foi prior da igreja de Folhadosa e da sua anexa de S. Paio de Gramaços, ordenando-se em seguida de ordens sacras em 1646.
- 2 (V). *António Garcia*, b. 28 set. 1616.
- 3 (V). *Domingos Garcia*, b. 1 abr. 1619, que segue (V a').
- 4 (V). *Maria*, b. 19 out. 1621, que faleceu criança.
- 5 (V). *D. Maria Mascarenhas*, b. 24 ag. 1624, c. em Trevões c. Manuel de Afonseca de Almeida, filho de Gaspar de Anciães da Costa, familiar do S.º Ofício¹, e de Isabel Caiado de Almeida, de Trevões. Teve os filhos seguintes:
 - 1 (VI). *Dr. Francisco de Almeida Caiado e Gambôa*, cônego doutoral, deputado do Santo Ofício, lente de Cânones da Universidade;
 - 2 (VI). *L.º Nicolau de Almeida Mascarenhas*, cavaleiro da Ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício, juiz de fora em Coimbra;
 - 3 (VI). *Manuel da Fonseca de Almeida*, c. c. . . . ?, de quem nasceram:
 - a (VII). *Domingos Caiado*, que casou com uma senhora da família dos Almeidas e Vasconcelos, da quinta de Santo Estêvão, junto de Viseu (cf. infra VI a'' .. 1);
 - b (VII) *D. Paula de Almeida Caiado*, c. c. Mateus Correia de Seixas, capitão-mor da Fonte-Arcada, de quem teve — (VIII). *Carlos Correia de Almeida*.
- 6 (V). *Pe Marcos Garcia*, b. 7 out. 1627.
- 7 (V). *Manuel Garcia Mascarenhas*, n. em 1630, que segue (V a'').
- 8 (V). *Francisco Garcia Mascarenhas*, b. 9 maio 1633, que segue (V a''').
- 9 (V). *Dr. Simão Garcia Mascarenhas*, b. 5 set. 1636, que segue (V a''').

¹ Nunca deixo de mencionar esta qualidade de *familiar do S.º Ofício*, como indicação aos que desejem esmiuçar mais, ou verificar a árvore genealógica, pois assim ficam sabendo que no Arquivo da Torre do Tombo, na secção dos processos de habilitação para familiares, que se acha muito bem organizada com índice alfabético, encontram excelentes elementos de estudo.

Ramo secundário a¹⁾

V a¹⁾ — **Domingos Garcia** c. c. D. Maria Ferrão, filha do capitão-mór Francisco de Abranches Ferrão, de Torrosêlo, e de sua mulher e prima D. Luísa Ferrão, e neta de Mateus de Abranches, filho segundo da casa da Boa-Vista, de Sameice, sobrinho, afillhado e legatário do inquisidor Mateus de Abranches. Tiveram:

1 (VI). *Marcos Garcia Mascarenhas*, que segue.

2 (VI). *D. Maria Ferrão de Abranches* c. c. o juiz dos órfãos António Mendes de Abreu, de S. Romão, de quem teve

— (VII). *Antonio Mendes de Abreu Mascarenhas*, também juiz dos órfãos da mesma vila e de outras, que casou em Valezim com D. Teresa Rosa Freire de Figueiredo, filha do Dr. João Nunes de Figueiredo e Lima, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, corregedor de Portalegre, e de D. Maria Freire da Cunha Castelo-Branco. Tiveram:

— a (VIII). *D. Maria Rita Barbara Freire Mascarenhas*, que faleceu solteira;

— b (VIII). *Manuel Freire Mascarenhas Castelo-Branco*, que casou na Lageosa de Celorico com D. Maria Clara Mendes Escobar, filha do Sargento-mór António Mendes e de D. Ana Escobar, e teve, além de outros que morreram crianças, quatro filhos e duas filhas, uma das quais

— (IX). *D. Ana Cândida Freire Mascarenhas Castelo-Branco*, casou em Valezim com Joaquim António Calheiros, de quem teve:

— (X). *Antonio Mascarenhas Calheiros*, bacharel formado em Leis c. c. D. Henriqueta de Oliveira Sá Prego; — (XI). *P.º Jose Freire Calheiros*; — (X). *Augusto Freire Mascarenhas de Calheiros*; — (X). *Albino Freire Mascarenhas*; — e (X). *Alexandre Augusto Freire de Calheiros* c. c. D. Maria Vilhena do Quental e Câmara, da ilha de S. Miguel (Açores).

3 (VI). *P.º Manuel Garcia Mascarenhas*, b. 1 nov. 1663, ordenou-se em 1675-1689, e foi beneficiado.

4 (VI). *Fr. Nuno Mascarenhas*, cisterciense, professou em S. João de Tarouca em 1694. Ocupou os cargos mais elevados e honrados da sua Ordem, chegando a ser eleito em 1729 Dom Abade do R. Mosteiro de Ceiça, em 1732 Prior do R. Mosteiro de Alcobaça, e em 1735 Dom Abade geral e Esmolermór do reino. Foi em 1744 nomeado definidor da sua Ordem por *motu proprio* do papa Bento XIV, cargo que pouco tempo pôde desempenhar, por falecer a 2 de junho do mesmo ano¹.

¹ Encontram-se notícias minuciosas de Fr. Nuno Mascarenhas no códice

5 (VI). *Soror F.*, religiosa de Semide.

VI a') — **Marcos Garcia Mascarenhas**, cavaleiro professo da ordem de Cristo, moço-fidalgo com exercício, c. c. D. Maria de Elvas de Abreu, de Penamacôr, filha de Belchior Ferreira da Costa, moço da câmara de D. João IV por alvará de 14 fev. 1647, e de D. Felipa de Abreu; neta paterna de António Simões, cavaleiro-fidalgo por alvará de 30 mar. 1615. Tiveram:

- 1 (VII). *Dr. João de Elvas Mascarenhas*, que segue
- 2 (VII). *P.e Marcos António Garcia Mascarenhas*, que se ordenou em 1732-1737.
- 3 (VII). *P.e Luis de Abranches*.
- 4 (VII). *D. Maria Mascarenhas*.
- 5 (VII). *D. Felipa de Elvas Mascarenhas*.
- 6 (VII). *D. Micaela de Elvas Mascarenhas*.
- 7 (VII). *D. Bernarda de Elvas Mascarenhas*.
- 8 (VII). *D. Rosa Perpétua Mascarenhas*.

VII a') — **Dr. João de Elvas Mascarenhas**, moço-fidalgo, c. em primeiras núpcias em Travanca de Lagos, com D. Ana de .. (tia de D. Bernarda Umbelina, de Midões, mãe de Sebastião de Albuquerque, do Ervedal), que faleceu sem geração, deixando ao marido a sua casa de Travanca; casou em segundas núpcias em Vila-Pouca com D. Josefa Maria de Figueiredo, de quem teve:

- 1 (VIII). *Luis de Elvas Mascarenhas*, que segue.
- 2 (VIII). *João de Elvas Mascarenhas*.
- 3 (VIII). *José António de Elvas Mascarenhas*, c. em Vila-Gova com D. Maria da Conceição, de quem teve três filhos: — (IX). *João, José e D. Ludovina*.
- 4 (VIII). *D. Rita de Elvas Mascarenhas* c. c. Rafael José de Abranches, filho de João de Abranches da Costa, e de D. Ana de Brito da Fonseca.

VIII a') — **Luís de Elvas Mascarenhas** c. em Sandomil c. D. Ana Joa-

manuscrito intitulado — *Catalogo dos Dons Abbades Triemaes do Real Mosteiro de Ceixa... por FR. MANOEL DE FIGUEIREDO Chronista Mor dos Cistercienses de Portugal. Anno de 1763* — a fl. 232. (Bibl. Nacional de Lisboa, *Fundo geral*, cód. 1485). Á amabilidade do muito zeloso e obsequialor funcionário daquela Biblioteca, sr. Nogueira de Brito, devo a comunicação de uma cópia do parágrafo relativo a Fr. Nuno.

quina Mendes de Abreu, filha de Domingos Mendes de Abreu, de S. Romão, e de D. Maria Alves da Fonseca, de Sandomil. Tiveram:

- 1 (IX). *João de Elvas Mascarenhas*, que segue.
- 2 (IX). *D. Maria Rosália de Elvas Mascarenhas*, c. c. Francisco António Jácome de Gouveia Freire e Vasconcelos, filho de Francisco Jácome, de Paranhos, e de D. Antónia Caetana, de S. Romão, senhor dos vínculos da antiga casa de Paranhos de Cima. Tiveram:

- 1 (X). *D. Maria Amália* † solteira;
- 2 (X). *D. Ana Casimira Freire* † solteira em 1845;
- 3 (X). *D. Francisca de Vasconcelos Jácome*;
- 4 (X). *D. Antónia Luísovina Freire e Vasconcelos*;
- 5 (X). *Francisco Jácome Freire de Gouveia e Vasconcelos*, que seguiu a Magistratura judicial, sendo juiz de fora em Aldeia-Galega, mas abandonou a vida pública em 1834. Casou com sua parenta D. Ana Carolina de Abreu Magalhães e Figueiredo, filha do desembargador do Paço João de Figueiredo de Moura, Fid. da C. R., e de D. Joaquina de Magalhães e Abreu, de quem se falará adiante (infra, VII a'', 2. 2), e teve:

- a (XI). *D. Maria Carolina Jácome Freire de Gouveia e Vasconcelos*, n. em Lisboa a 25 jan. 1830, c. c. João de Albuquerque do Amaral Cardoso, filho segundo de António José de Albuquerque, de Viseu (X a''' 3), e teve: — (XII). *Afonso de Albuquerque do Amaral Cardoso*, c. c. D. Maria Inácia de Ustestre de Auvergne Soares de Albergaria, filha de Mignel Aquiles Soares de Albergaria, senhor da casa de Vila-do-Mato (Middões), com três filhas; — (XII). *P. João de Albuquerque do Amaral Cardoso*, da Companhia de Jesus, falecido; — (XII). *D. Maria Emília de Albuquerque do Amaral Cardoso*, solteira; — (XII). *D. Maria de la Sallette de Albuquerque do Amaral Cardoso*, solteira; — (XII). *D. Maria das Dores de Albuquerque do Amaral Cardoso*, falecida; — (XII). *D. ...*, falecida; — (XII). *D. Maria da Conceição de Albuquerque do Amaral Cardoso*, c. c. Nicolau Nunes Ferreira, com quatro filhos; — (XII). *D. Maria Ana de Albuquerque do Amaral Cardoso*, c. c. António Carneiro de Sousa Lara, com quatro filhos;
- b (XI). *D. Maria Augusta Jácome Freire de Gouveia e Vasconcelos*, n. em Lisboa a 27 fev. 1836.

IX a') — **João de Elvas Mascarenhas** c. na Lageosa (Oliveira do Hospital) c. D. Maria Rita Pinto de Figueiredo e Castro, de quem houve:

- 1 (X). *D. Maria Amália*, freira no convento do Desagravo em Vila-Pouca-da-Beira;
- 2 (X). *D. Maria Pulquéria*, idem.
- 3 (X). *Luis de Elvas Mascarenhas*, que segue.

- 4 (X). *Francisco Maria de Elvas Mascarenhas*, militar.
 5 (X). *José Maria de Elvas Mascarenhas*, idem.
 6 (X). *P.e João de Elvas Mascarenhas*.
 7 (X). *D. Ana Emilia de Elvas Mascarenhas*.
 8 (X). *D. Rosa de Elvas Mascarenhas*.
 9 (X). *D. Inês de Elvas Mascarenhas*.

X a') — **Luis de Elvas Mascarenhas** foi official de voluntários de Arganil, e c. c. D. Maria Emilia Xavier de Pina, filha de Estanislau Xavier de Pina, de Várzea de Meruge, que veiu a ser assassinado a 8 jan. 1850, junto de Lourosa, pela quadrilha dos Brandões.

Ramo secundário a'')

V a'') — **Manuel Garcia Mascarenhas**, filho de António Garcia (IV a 7), c. c. D. Maria da Mota Godinho, de Midões, filha de Jerónimo Godinho da Costa, de Midões, e de Ana Pais da Veiga, de Gavinhos, freguesia de Oliveira do Hospital. Teve:

- 1 (VI). *D. Antónia Godinho Mascarenhas*, que segue (VI a'').
 2 (VI). *D. Maria da Mota Godinho Mascarenhas*, que segue (VI a'').

Ramo terciário a''')

VI a''') — **D. Antónia Godinho Mascarenhas** c. em Seia c. o L.^{do} Manuel de Magalhães Basto de Castelo-Branco, cavaleiro da Ordem de Cristo, corregedor de Santarém, bisneto por sua avó materna de Atanásio Ribeiro de Abreu, governador de Cascais, fid. da C. R. por alvará de 1583, ano em que também lhe foi concedida carta de brasão de armas dos apelidos de Abreus e Regôs (cf. infra V a'''). Teve entre vários filhos, que desempenharam elevados cargos:

- 1 (VII). *Inácio de Magalhães Castelo-Branco*, que segue (VII a''').
 2 (VII). *D. Josefa de Magalhães Castelo-Branco*, que segue (VII a''').

Ramo quaternário a''''*)

VII a''''*) — **Inácio de Magalhães Castelo Branco**, cavaleiro da Ordem

de Cristo, familiar do S.^{to} Ofício, viveu em Seia cercado de grande fausto e aparato, e c. c. D. Josefa Caetana da Mota Veiga, de Farinhão, filha de José Cardoso Coelho e de D. Maria da Mota Veiga. Tiveram, entre outros filhos,

VIII a^o (*) — **Manuel Carlos de Magalhães Castelo-Branco e Vasconcelos**, cavaleiro da Ordem de Cristo, c. c. sua prima D. Isabel Antónia Pinto de Sequeira Cabral, filha de Manuel Pinto Monteiro, de Folhadosa, de quem adiante falaremos (VI a^o 3), e de sua 2.^a mulher. Teve

IX a^o (*) — **Inácio de Magalhães Pinto de Sousa Ferrão Castelo-Branco** († 4 abr. 1801), c. c. sua prima D. Clara Maria Pinto Boto Machado († 27 mar. 1801), filha de Jorge Boto Machado, de S. Romão, e de D. Maria Mendes Pinto de Gouveia, de Vila-Cova-à-Coelheira (VII a^o 1), e teve

X a^o (*) — **D. Maria Máxima Pinto Boto de Castelo-Branco**, n. 13 out. 1772, c. 22 abr. 1792 c. Francisco de Paula Vieira da Silva Tovar, n. 8 fev. 1774, 1.^o Barão de Molelos por decr. 17 dez. 1815, 1.^o Visconde do mesmo título por decr. 6 fev. 1820, m^oço-fid. com exercício por alvará 14 fev. 1779, do Cons. de El Rei D. João VI, comendador das Ordens de S. Tiago e da Torre e Espada, brigadeiro dos reais exércitos em 1826, condecorado com a cruz da Campanha n.^o 3 da guerra peninsular, deputado às c^ortes em 1821 e 1822, ajudante-general do exército de observação na guerra contra os franceses, secretário militar do Infante comandante-em-chefe do exército em 1823, governador das armas da Beira, tenente-general, bacharel formado em matemática e filosofia, † 7 dez. 1852, tendo sua esposa falecido a 24 out. 1834. Tiveram

XI a^o (*) — **D. Maria Carlota Vieira de Tovar Pinto de Magalhães**, n. 8 março 1800 († em 1872), c. 8 ag. 1824 c. seu tio paterno António Vieira de Tovar e Albuquerque, n. 15 maio 1786 († 14 jun. 1838), m^oço-fid. com exerci-

ció, comendador da Ordem de S. Tiago, desembargador da Casa da Suplicação, fiscal das matas, etc. Tiveram:

- 1 (XII). *Francisco de Paula de Tovar de Magalhães e Albuquerque*, n. 19 mar. 1826, † maio 1847.
- 2 (XII). *José Maria*, n. 2 jan. 1827, † em 1831.
- 3 (XII). *Antônio Vieira de Tovar de Magalhães e Albuquerque*, que segue.

XII a'' (*) — **Antônio Vieira de Tovar de Magalhães e Albuquerque**, n. póstumo a 19 ag. 1838, † a 5 mar. 1920, bacharel formado em Direito, c. 7 set. 1861 c. D. Maria dos Prazeres de Magalhães Perfeito, n. 14 abr. 1837, filha de José de Magalhães de Meneses Vilas-Bôas Sampaio de Barbosa (môço-fid., alferes de cavalaria em 1827, coronel do regimento de milícias de Barcelos em 1831, comendador da Ordem de Cristo, cavaleiro da Tôrre e Espada, senhor da Casa de Vilas-Bôas em Barcelos; e da casa de Alvelos em Amarante, deputado às Côrtes em 1857, † em 24 out. 1870), e de sua mulher D. Ana Adelaide Perfeito de Aragão Sousedo, senhora da casa da Corredora e da de Mesão-Frio. Teve uma única filha,

— (XIII). *D. Maria dos Prazeres*, n. 25 nov. 1865, † 24 fev. 1869.

Ramo quaternário a'' (**)

VII a'' (**) — **D. Josefa de Magalhães Castelo-Branco**, filha de D. Antônia Godinho de Mascarenhas e de seu marido o L.^{do} Manuel de Magalhães Basto de Castelo Branco (supra, VI a''), c. c. o capitão Roque de Abreu, descendente legítimo dos Abreus de Vila-Pouca (cf. infra VI b'' (** 1), e *Not. geneal.* III, IV 2, e VI c), filho de Luís de Abreu e de sua mulher D. Maria do Amaral, a qual descendia de um ramo da família Garcia Mascarenhas, como a seu tempo diremos (infra VI b'' (** 1), que tinha fixado residência em Sandomil, onde possuía uma importante casa. Teve:

- 1 (VIII). *Luís de Abreu Magalhães*, que segue.

2 (VIII). *D. Teodora de Abreu Magalhães*, que casou em Sandomil com João Félix, e teve:

1 (IX). *D. Maria de Magalhães Abreu*, casada contra vontade da família em Sandomil com Félix Nunes Machado, de quem houve três filhas: — a (X). *D. Maria Amália de Magalhães*, c. c. Joaquim Pereira Maciel, de Faro, com ger., — b (X). *D. Rita Valentina de Abreu Magalhães*, c. c. António de Sousa Sobral, de Sandomil, sem ger., — c (X). *D. Joaquina de Abreu Magalhães* c. c. Manuel Nunes Machado, de Sandomil, com ger., — as quais todas casaram; como sua mãe, com desgosto e reprovação da família.

2 (IX). *D. Joaquina de Magalhães e Abreu* c. c. João de Figueiredo de Moura, de Sandomil, fid. da C. R., cavaleiro da Ordem de Cristo, desembargador da Relação do Rio de Janeiro, e ali provedor da Casa da moeda, falecido em Lisboa em 1834. Tiveram:

— a (X). *Manuel Luciano de Magalhães de Abreu e Figueiredo*, n. no Rio de Janeiro a 22 jan. 1800, seguiu a magistratura judicial, sendo já desembargador efectivo da Casa da Suplicação aos 24 anos de idade; foi môço-fid. com exercício, cavaleiro da Ordem de Cristo, e desempenhou várias comissões importantes com grande rectidão e desinteresse; exilado em 1834, só voltou à pátria em 1850, falecendo pouco depois, a 15 dez. do mesmo ano:

— b (X). *D. Ana Carolina de Abreu Magalhães e Figueiredo*, n. também no Rio de Janeiro, succedeu na casa de Sandomil a seu pai e a seu irmão; casou com seu parente Francisco Jácome Freire de Gouveia e Vasconcelos, juíz de fora de Aldeia-Galega, senhor da casa e morgado de Paranhos de Cima, no termo de Seia, de quem já nos ocupámos e cuja descendência apontámos (supra VIII a' 2, 5).

VIII a'', **) — **Luis de Abreu Magalhães** c. c. sua prima D. Antónia de Barros, filha de Mateus Garcia Lobo e de D. Francisca de Barros e Oliveira (infra VIII b'', 2), e teve, além de outros filhos:

1 (IX). *José Calisto de Abreu Magalhães*, c. c. . . . ?

2 (IX). *D. Maria Rita de Magalhães e Barros*, que casou em S. Gião.

3 (IX). *Roque de Abreu Magalhães*, que segue.

IX a'', **) — **Roque de Abreu Magalhães** teve de Ana Mendes, mulher solteira, uma filha natural, reconhecida e legitimada por provisão régia, de nome

X a'', **) — **D. Perpétua Margarida de Abreu Magalhães**, que succedeu na casa de seu pai, e c. c. Francisco de Paula Figuei-

redo, major de milícias de Arganil, filho do bacharel Domingos José de Figueiredo, e de sua mulher D. Rita Maria da Silva. Teve:

- 1 (XI). *Luis de Abreu Magalhães Figueiredo*, bacharel formado em Cânones.
- 2 (XI). *José de Abreu Magalhães Figueiredo*, b. 25 nov. 1811, bacharel em Teologia.
- 3 (XI). *Francisco de Paula Magalhães Figueiredo*, que segue.
- 4 (XI). *António de Barros Magalhães Figueiredo*, professor régio em S. Gião.
- 5 (XI). *D. Maria da Natividade Magalhães Barros de Figueiredo*.
- 6 (XI). *D. Ana Alexandrina de Magalhães Figueiredo*.
- 7 (XI). *D. Ângela Adelaide de Magalhães Figueiredo*.
- 8 (XI). *D. Rita Cândida de Magalhães Figueiredo* c. c. Luis António Monteiro, senhor da casa da Póvoa-das-Quartas (Lagos-da-Beira), onde residia, a qual deixou a seu sobrinho por afinidade Luis de Abreu Magalhães Figueiredo de Moura Portugal (infra XI a'', ** 4).
- 9 (XI). *D. Felicia de Magalhães Figueiredo*.

XI a'', ** — **Francisco de Paula Magalhães Figueiredo**, b. 26 nov. 1817, bacharel formado em Direito, deputado a Côrtes, c. c. D. Maria Bárbara de Moura Portugal, filha de Joaquim Homem de Moura Portugal, de Rio-Tôrto, concelho de Gouveia. Tiveram:

- 1 (XII). *Francisco de Paula de Figueiredo Moura Portugal* c. c. D. Sofia da Glória Brito Madeira Portugal, e tiveram:
 - 1 (XIII). *Francisco de Paula Figueiredo de Portugal e Brito*;
 - 2 (XIII). *D. Inácia de Barros Magalhães Portugal e Brito*, c., com descendência;
 - 3 (XIII). *D. Elvira de Barros Magalhães Portugal*, com descendência;
 - 4 (XIII). *D. Maria Vitoria de Barros Magalhães Portugal*;
 - 5 (XIII). *D. Alice de Barros Magalhães Portugal*.
- 2 (XII). *D. Maria Adelaide de Moura Portugal* c. c. Artur Soares de Brito, e tiveram:
 - 1 (XIII). *Humberto Soares de Brito Portugal*;
 - 2 (XIII). *D. Maria Olímpia Soares de Brito Portugal*, c., com descendência;
 - 3 (XIII). *Raul Soares de Brito Portugal*, c., com descendência;
 - 4 (XIII). *Alfredo Soares de Brito Portugal*, c.;
 - 5 (XIII). *Artur Soares de Brito Portugal*, c.;
 - 6 (XIII). *D. Lúcia Soares de Brito Portugal*, c. c. o Dr. Germano Antunes do Amaral, advogado, notário em Tábua, com descendência.

- 3 (XII). *D. Ana da Natividade de Moura Portugal* † solteira.
 4 (XII). *Luis de Abreu Magalhães Figueiredo de Moura Portugal*
 c. c. D. Maria do Ceu da Costa Moraes, e tiveram :
1. (XIII). *D. Maria da Natividade Moraes Portugal*, c. com descend. ;
 2. (XIII). *João de Moraes Portugal*, capitão de artilharia, † solt. ;
 3. (XIII). *D. Maria Margarida de Moraes Portugal*, c. c. Dr. José Cra-
veiro Lopes, com desc. ;
 4. (XIII). *D. Maria Bárbara de Moraes Portugal*, c. c. Dr. Elmano da
Cunha e Costa, com desc. ;
 5. (XIII). *Luis de Moraes Portugal*, alferes de artilharia, c. ;
 6. (XIII). *José de Moraes Portugal*, alferes de artilharia, † solt. ;
 7. (XIII). *D. Maria José de Moraes Portugal*, c. com desc. ;
 8. (XIII). *Antonio de Moraes Portugal*.
- 5 (XII). *Antônio de Barros de Moura Portugal* † solteiro.

Ramo terciário a''.)

VI a''.) — **D. Maria da Mota Godinho Mascarenhas**, filha de Manuel Garcia Mascarenhas e de D. Maria da Mota Godinho (supra V a''), casou em S. Romão com o desembargador do Pôrto e juiz da corôa Manuel Pinto Monteiro, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, auditor geral da gente de guerra do Alentejo, familiar do S.^{to} Officio, filho de Manuel Duarte Pinto, capitão da vila de S. Romão, e de D. Maria da Mota. Por falecimento de sua mulher, Manuel Pinto Monteiro veiu a contraír 2.^{as} núpcias com D. Maria Luisa Saraiva, viúva do familiar do S.^{to} Officio Antônio de Almeida Beltrão. D. Maria da Mota Godinho Mascarenhas deixou a seguinte prole :

- 1 (VII). *D. Inácia Maria Pinto*, c. c. João de Almeida de Melo e Vasconcelos, senhor da quinta de S.^{to} Estêvão, junto de Viseu, filho de Antônio Peçanha de Vasconcelos (filho 2.^o da casa dos Almeidas), e de sua mulher D. Maria Soares de Melo, senhora da referida quinta de S.^{to} Estêvão, e da casa da Torre, na rua da Cadeia, em Viseu, que fôra de seu avô materno Diogo Soares de Melo, môço-fidalgo da C. R., filho de Gomes de Abreu, clérigo *in minoribus*, cônego da Sé daquela cidade, primo co-irmão da duquesa de Bragança D. Joana de Mendonça, 2.^a mulher do duque D. Jaime, e descendente por varonia dos Abreus, senhores de Regalados. Teve, entre outros filhos,

— (VIII). *José de Almeida e Vasconcelos*, c. c. D. Francisca de Abreu Castelo-Branco, filha bastarda legitimada de Francisco de Abreu Castelo-Branco de Figueiredo, e teve: — (IX) D. F. . . .

de Almeida e Vasconcelos, herdeira da grande casa de seus pais, c. c. Luís Augusto de Nápoles, senhor das casas dos Lemos e Nápoles, de Visen, Penacova e Tourais. Falecendo sem geração esta última senhora de S.^{to} Estêvão, sucederam-lhe na casa os Caiados de Trevões (Pesqueira), por Domingos Caiado (IV a 5, 3 a) ser casado com uma irmã (ou tia?) daquela última possuidora.

- 2 (VII). *D. Antónia Pinto da Mota*, que segue.
 3 (VII). *Manuel Pinto Monteiro*, cav. da Ordem de Cristo e familiar do S.^{to} Offício, sucedeu na casa de seus pais, e c. c. sua prima D. Maria Eufêmia de Sequeira Cabral, de S. Romão, de quem falaremos adiante (VI a^o, 2) e teve

— (VIII). *D. Isabel Antonia Pinto de Sequeira Cabral*, herdeira da casa de seus pais, c. c. seu primo Manuel Carlos de Magalhães Castelo-Branco e Vasconcelos, de quem já nos ocupámos (VIII a^o, *) e cuja descendência já descrevemos.

- 4 (VII). *José Pinto Monteiro*, cavaleiro de Cristo.

VII a^o (c) — **D. Antonia Pinto da Mota**, c. c. Luís de Oliva de Sousa Cabral, de Sameice, seu parente, bisneto por varonia de João de Oliva de Sousa. Teve

VIII a^o (c) — **D. Maria Angélica Pinto de Sousa Cabral**, c. c. Manuel de Lemos e Nápoles, fid. da C. R., capitão-mór de Penaverde (Aguiar-da-Beira), filho de Diogo de Lemos e Nápoles, e de D. Mariana Pereira Pimentel, de Freixo de Numão. Teve:

- 1 (IX). *António Manuel de Lemos e Nápoles*, fid. da C. R. e familiar do S.^{to} Offício, † sem descendência.
 2 (IX). *D. Isabel Maurícia de Nápoles*, c. c. Luís Sebastião da Cunha Pereira de Castro, fid. da C. R., capitão-mór de Proença-a-Velha, cavaleiro de Cristo, filho de João Felipe Pereira de Castro, fid. da C. R., comendador da Ordem de Avis, governador de Salvaterra, e de D. Brites da Cunha, senhora da casa dos Cunhas de Proença-a-Velha. Teve:

- 1 (X). *D. F... de Lemos Nápoles e Castro*, c. c. seu primo direito Luís Ferreira de Nápoles (infra 5, 2), senhor da casa do Sarzedo, termo de Leomil, e teve, entre outros filhos, — (XI) *José de Lemos e Nápoles*, sucessor naquela casa, que casou com sua prima D. Maria de Meneses (infra 4, 2).
 2 (X). *João Felipe da Cunha e Castro*, fid. da C. R., capitão-mór de Proença, c. c. D. Ana Joaquina de Meneses, filha de Inácio Pita Leite e de D. Sebastiana Maria de Meneses, a qual D. Ana era irmã de D. Maria Rosa Pita Leite c. c. José de Lemos e Nápoles, tio de João Felipe (infra 4), e tiveram — (XI). *Rodrigo Pita de*

-Nota I.— Família paterna do poeta (III)

Castro e Meneses, que em 1838 era juiz de direito em Castelo-Branco.

- 3 (IX). *D. Florência Jacinta de Lemos e Nápoles*, que segue
4 (IX). *José de Lemos e Nápoles*, fid. da C. R., c. c. D. Maria Rosa Pita Leite, a quem já nos referimos (supra 2, 2), e teve:

- 1 (X). *Diogo de Lemos e Nápoles Manuel*, senhor das casas de Penaverde e Sameice, fid. da C. R., bacharel formado em Cânones;
- 2 (X). *D. Maria de Meneses*, c. c. seu primo José de Lemos e Nápoles, senhor da casa do Surzedo e da quinta da Boa-Vista, de quem já falámos (supra 2, 1), e teve geração;
- 3 (X). Um outro filho F....

- 5 (IX). D. F..., c. c. José Bernardo Ferreira, senhor de importante casa, e teve:

- 1 (X). *Francisco Ferreira de Nápoles* † sem geração na sua casa de Dairei, concelho de Mangualde;
- 2 (X). *Luis Ferreira de Nápoles*, c. c. sua prima direita D. F... de Lemos Nápoles e Castro, a quem já se fez referência (supra 2, 1).

IX a) — **D. Florência Jacinta de Lemos e Nápoles**, c. c. Manuel Metelo Monteiro, senhor da casa e morgado dos Metelos da Freixeda do Torrão, termo de Castelo Rodrigo. Teve:

- 1 (X). *António Metelo Pacheco Monteiro de Nápoles*, c. c. D. Mariana de..., filha de Gaspar Felipe, de Manteigas (senhor da casa de Teixoso, Covilhã), e de sua mulher D. Rosa, Ti-veram:

- 1 (XI). *Manuel Metelo Pacheco* † solteiro, sem geração;
- 2 (XI). *António da Cunha Metelo* (que succedeu, já velho, a seu irmão), c. c. D. F... Metelo, filha de Manuel Maria Metelo, capitão-mór de Pinhel, descendente de Alexandre Metelo, do Conselho Ultramarino, embaixador na China. Faleceu este António da Cunha Metelo sem geração, deixando a parte da sua fortuna, de que podia dispôr, a sua mulher, que veio a casar em 2.^{as} núpcias com Tomás Metelo Pacheco, primo de seu primeiro marido (infra 2, a).

- 2 (X). *António Monteiro Metelo Pacheco de Nápoles*, filho 2.º, c. c. D. F..., rica proprietária no termo de Pinhel, e teve, entre outros filhos,

- (XI). *Manuel Metelo Pacheco Monteiro de Nápoles*, sucessor na casa de sua mãe, vindo no fim da vida, quando já tinha mais de noventa anos, a herdar a casa de seu primo direito António da Cunha Metelo (supra 1, 2). Casou em 1.^{as} núpcias com D. F... e em 2.^{as} com D. Vicência Côrte-Real, irmã de sua primeira mulher, e senhora da casa da Freineda, termo de Castelo-Bom. Teve do 1.º matrimónio: — a (XII). *Tomás Metelo Pacheco*, que casou com a viúva de seu primo António da Cunha Metelo (supra 1, 2), para tornar a reunir a grande casa d'este, e teve descendência; — b (XII) *Jerô-*

nimo Metelo, senhor de uma importante casa em a Nave do Sabugal. Do 2.º matrimónio teve: — c (XII). *D. Maria Augusta Metelo*.

3 (X). *D. Maria Benedita Metelo*, que segue.

X a'' (c) — **D. Maria Benedita Metelo**, c. c. António Pacheco Loureiro de Vasconcelos, senhor da casa dos Pachecos de Celorico da Beira e monteiro-mór do respectivo castelo, cuja chave esteve em seu poder até 1834, em que a re-reação municipal foi solenemente recebê-la. Teve:

1 (XI). *António Pacheco*, que foi capitão de voluntários realistas na Guarda, herdeiro da casa de seus pais, e administrador dos vinculos. Faleceu solteiro.

2 (XI). *Luis Metelo*.

3 (XI). *Manuel Metelo*.

4 (XI). *D. Maria Miquelina Metelo Pacheco de Lemos e Nápoles*, que segue.

5 (XI). *D. Maria da Conceição Pacheco*.

XI a'' (c) — **D. Maria Miquelina Metelo Pacheco de Lemos e Nápoles**, de Celorico, c. c. Francisco Cabral da Fonseca Cerveira da Cunha Osório, de Açores (Guarda), senhor da casa dos Cabrais de Açores. Teve:

1 (XII). *Francisco Cabral Metelo Pacheco de Lemos e Nápoles Manuel*, que segue.

2 (XII). *António Pacheco Metelo de Nápoles Manuel*, bacharel formado em Direito, deputado às côrtes em diversas legislaturas.

3 (XII). *Luis Metelo Pacheco de Lemos e Nápoles Manuel*.

4 (XII). *José Metelo Pacheco de Lemos e Nápoles Manuel*.

5 (XII). *D. Maria Francisca Metelo Pacheco de Lemos e Nápoles*.

6 (XII). *D. Emilia Metelo Pacheco da Cunha Coutinho*, c. c. Dr. António Augusto da Cunha Coutinho, juiz de Direito aposentado como auditor militar em Viseu.

XII a'' (c) — **Francisco Cabral Metelo Pacheco de Lemos e Nápoles Manuel**, c. c. D. Maria Amália Freire Cortês de Albuquerque (XII a'''), e teve:

1 (XIII). *D. Maria Rita Freire Cabral Metelo de Sacadura*, c. c. o Dr. Júlio César de Sande Sacadura Bote, lente da Faculdade de Medicina. Tiveram:

1 (XIV). *Francisco Cabral de Sacadura*, bacharel formado em Direito, c. c. D. Maria de Sousa Sacadura Bote, e tem:
— a (XV). *D. Maria Liberata*;

- *b* (XV). *D. Maria Luísa* ;
 — *c* (XV). *D. Maria de Lourdes* ;
- 2 (XIV). *D. Maria Cabral de Sacadura* († na Suíça) c. c. o Doutor António Faria Carneiro Pacheco, lente da Faculdade de Direito, sem ger.
- 2 (XIII). *António Freire Cortês Cabral Metelo Pacheco de Albuquerque*, c. c. D. Maria da Conceição Madeira de Abreu, da Quinta-da-Costa (*Not. gen.* III, XI a" 1). Tiveram :
- 1 (XIV). *Antonio Freire Cortês Cabral Madeira*, c. c. D. Sara Madeira, com ger. ;
- 2 (XIV). *João Carlos Freire Cortês Cabral Madeira*, c. c. D. Cesaltina Planas Dória, com ger. ;
- 3 (XIV). *D. Maria de Lourdes Madeira de Abreu*, c. c. Arnaldo Portas, contador na comarca da Guarda.
- 3 (XIII). *Francisco Cabral Metelo*, n 18 abr. 1858, bacharel formado em Direito, grã-cruz de Isabel a Católica, antigo deputado da Nação, governador civil de Lisboa, secretário geral da Câmara dos Pares, c. c. D. Maria Emília de Vasconcelos Pereira Coutinho de Macedo, filha do par do Reino, juiz da Pelação de Lisboa, Dr. António de Vasconcelos de Faria Pereira Coutinho, herdeira do vínculo de Oliveira-do-Hospital, fundado no século XVII por Jorge de Faria Garcês. Tiveram :
- 1 (XIV). *D. Maria Luísa Cabral Metelo Pinto Barreiros*, c. c. o engenheiro civil Domingos Pinto Barreiros, sem ger. até hoje ;
- 2 (XIV). *Francisco Manuel Cabral Metelo de Vasconcelos*, solteiro.
- 4 (XIII). *D. Maria Miquelina Freire Cabral Metelo Pacheco*, † solteira.
- 5 (XIII). *D. Maria da Conceição Freire Cabral Metelo do Amaral*, c. c. António do Amaral Cabral Saraiva, senhor da casa de Val-de-Azares. Tiveram :
- 1 (XIV). *D. Maria Amália do Amaral Cabral*, c. c. João de Passos de Sousa Manuel Canavarro, bacharel formado em Direito, e teem :
- *a* (XV). *António Canavarro do Amaral Cabral*,
 — *b* (XV). *D. Maria da Conceição Canavarro do Amaral Cabral*,
 — *c* (XV). *João Canavarro do Amaral Cabral*,
 — *d* (XV). *D. Maria Amália Canavarro do Amaral Cabral*,
 — *e* (XV). *D. Maria Luísa Canavarro do Amaral Cabral*,
 — *f* (XV). *D. Maria Isabel Canavarro do Amaral Cabral*,
 — *g* (XV). *D. Maria do Carmo Canavarro do Amaral Cabral* ;
- 2 (XIV). *D. Maria Adelaide do Amaral Cabral Campos Melo*, c. c. Alberto de Campos Melo, bacharel formado em Direito, e teem :
- *a* (XV). *António do Amaral Campos Melo*,
 — *b* (XV). *D. Maria da Luz Campos Melo* ;

Brás Garcia Mascarenhas

- 3 (XIV). *D. Maria Emília do Amaral Cabral*, solteira ;
 4 (XIV). *D. Maria das Dores do Amaral Cabral*, solteira ;
 5 (XIV). *D. Isabel Maria do Amaral Cabral Parreira*, c. c. seu primo António Parreira Luzeiro de La-Cerda (infra 6 [XIII] 1), com geração ;
 6 (XIV). *D. Maria Constança do Amaral Cabral de Almada e Melo*, c. c. José de Almada e Melo, bacharel formado em Direito, sem geração ;
 7 (XIV). *José Cabral Metelo do Amaral*, c. c. D. Maria Augusta Pais de Faria Amaral, e teem :
 — a (XV). *António Cabral Metelo do Amaral*,
 — b (XV). *D. Maria de Lourdes Pais Cabral do Amaral* ;
 — c (XV). *D. Maria Fernanda Pais Cabral do Amaral* ;
 8 (XIV). *António do Amaral Cabral*, † solteiro ;
 9 (XIV). *Luis do Amaral Cabral*, † solteiro ;
 10 (XIV). *D. Maria Teresa do Amaral Cabral Fesas Vital*, c. c. o Dr. Domingos Fesas Vital, lente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, e teem :
 — a (XV). *João do Amaral Cabral Fesas Vital* ;
 — b (XV). *D. Maria da Conceição do Amaral Cabral Fesas Vital*.
- 6 (XIII). *D. Maria Teresa Freire Cabral Metelo Parreira*, c. c. António Parreira de Aboim La-Cerda, bacharel formado, de Santiago de Cacém. Tiveram :
- 1 (XIV). *António Parreira Luzeiro de La Cerda*, bacharel-formado em Medicina e Filosofia, c. c. sua prima D. Isabel Maria do Amaral Cabral Parreira (supra 5 [XIII] 5) e teem :
 — a (XV). *António Parreira do Amaral*,
 — b (XV). *D. Maria Teresa Parreira do Amaral Cabral* ;
 2 (XIV). *D. Maria Amália*, † criança ;
 3 (XIV). *D. Maria das Dores Parreira Cabral Luzeiro de La-Cerda*, c. c. António Lobo de Portugal e Vasconcelos ;
 4 (XIV). *D. Maria da Conceição Parreira Cabral do Amaral*, c. c. Nicolau de Mendonça Falcão do Amaral, bacharel formado em Direito, com geração ;
 5 (XIV). *Carlos José Parreira*, solteiro ;
 6 (XIV). *D. Maria Emília Parreira Cabral do Amaral*, solteira.
- 7 (XIII). *Baltasar Freire Cabral*, c. c. D. Maria Luísa de Almeida e Vasconcelos, filha dos Condes de Mossâmedes e neta dos Condes da Lapa. Teem :
- 1 (XIV). *Francisco de Vasconcelos Freire Cabral* ;
 2 (XIV). *José de Vasconcelos Freire Cabral*.
- 8 (XIII). *D. Maria Francisca Freire Cabral Metelo Lobo de Vasconcelos*, c. c. o engenheiro civil Francisco Lobo de Vasconcelos, da Quinta-da-Ponte (Guarda). Teem :
- 1 (XIV). *D. Maria Amália Cabral Lobo de Vasconcelos* ;
 2 (XIV). *José Cabral Lobo de Vasconcelos* ;
 3 (XIV). *Francisco Cabral Lobo de Vasconcelos*.
- 9 (XIII). *D. Maria Isabel Freire Cabral Metelo*, † solteira.

Ramo secundário a^o)

V a^o) — **Francisco Garcia Mascarenhas**, filho de António Garcia (IV a) e de Ana Marques, de Folhadosa, foi cavaleiro professo da Ordem de Cristo, e c. em Seia a 18 out. 1678 c. D. Maria Coelho de Sousa, filha de João Cabral de Abreu, de Seia, fid. da C. R., e de D. Antónia Coelho de Sousa, de S. Romão; neta paterna de António Ribeiro de Abreu, moço da Câmara, e de D. Maria Cabral, de Seia, e bisneta de Atanásio Ribeiro de Abreu, fid. da C. R., governador de Cascais, tronco de muitas famílias ilustres da Beira (cf. supra VI a^o). Este Francisco Garcia Mascarenhas instituiu o vínculo da casa de Folhadosa, de que foi último administrador António Vieira de Tovar de Magalhães e Albuquerque (Molelos), 6.º neto do instituidor, e há pouco falecido (5 mar. 1920). Tiveram:

- 1 (VI). *D. Maria Garcia Coelho*, b. 16 jun. 1680, que segue (VI a^o).
- 2 (VI). *Manuel Cabral Mascarenhas*, b. 21 jun. 1682, que segue (VI a^o).
- 3 (VI). *D. Maria Dorotêa Coelho*, b. 3 set. 1683, que foi freira.

Ramo terciário a^o)

VI a^o) — **D. Maria Garcia Coelho**, casou com opposição e grande desgosto da família, a 22 mai. 1702, com o seu parente António Marques, mercador de panos e chapéus, de Folhadosa. Teve:

- 1 (VII). *Maria*, b. 2 fev. 1703, † pouco depois.
- 2 (VII). *Isabel*, b. 4 out. 1704, † creança.
- 3 (VII). *Manuel Garcia Marques*, b. 11 out. 1706, que segue.
- 4 (VII). *D. Maria Garcia Marques*, b. 21 mar. 1709.
- 5 (VII). *António Garcia Marques*, b. 13 jul. 1713.

VII a^o) — **Manuel Garcia Marques**, c. a 8 nov. 1731 c. D. Maria Ribeiro († 20 out. 1763), filha de José Rodrigues Sêco, proprietário e mercador de panos, de Paços, e de D. Maria Ribeiro, da família dos Ribeiros de S.^{ta} Eulália. De uma irmã daquela D. Maria Ribeiro, chamada D. Inês Ribeiro, também casada em Paços, era bisneto o R.^{do} Manuel Joaquim Pereira Ribeiro da Rocha, cônego capitu-

lar da Sé de Coimbra; e era 3.^o neto o sobrinho dêste, Monsenhor António Ribeiro dos Santos Viegas, prior dos Mártires em Lisboa, e depois abade de S. Tiago-de-Anta, proto-notário apostólico *ad-instar* e prelado doméstico de S. Santidade, deputado em várias legislaturas, presidente da Câmara dos deputados, e por fim par do Reino. Manuel Garcia Marques teve:

- 1 (VIII). *Fr. Manuel Garcia Ribeiro*, n. 26 set. 1734, freire professor da Ordem de Malta, vigário de Oliveira-do-Hospital, respeitabilíssimo e muito venerado por suas virtudes, prudência e saber. Foi uma e outra vez instado pelo bispo-conde D. Miguel da Anunciação para que entrasse para o Seminário de Coimbra (que aquele benemérito prelado acabara de fundar), como professor de Teologia moral; mas recusou-se, resistindo quanto poudo, a essas grandes instâncias e às vantagens que o prelado lhe oferecia. A interessante correspondência autógrafa que então se trocou entre o bispo-conde e o pádre Manuel Garcia existe em poder do Dr. António de Vasconcelos, sobrinho bisneto dêste. Chegou a ser por algum tempo professor do Seminário, mas não descansou enquanto não obteve dispensa dêste *munus*, para se consagrar inteiramente ao ministério paroquial. Faleceu na sua vigararia a 7 mai. 1813.
- 2 (VIII). *Francisco José*, b. 30 dez. 1736, † creança.
- 3 (VIII). *D. Bernardina Garcia Ribeiro*, b. 31 mar. 1739, † solteira.
- 4 (VIII). *D. Maria do Nascimento Garcia*, b. 1 jan. 1742, † de idade de 19 anos.
- 5 (VIII). *D. Josefa Garcia Ribeiro*, n. 27 abr., b. 10 mai. 1744, c., com descendência.
- 6 (VIII). *D. Quitéria Garcia*, n. e b. 25 out. 1746, † solteira.
- 7 (VIII). *D. Francisca Bernarda Garcia Ribeiro*, que segue.
- 8 (VIII). *Tomás Garcia Ribeiro*, n. 5 mar. 1755, † solteiro.

VIII a^{ma}) — **D. Francisca Bernarda Garcia Ribeiro**, n. 8 jul. 1752, c. a 4 mai. 1778 c. José Fernandes Nunes Martins, de Sazes, e † a 25 nov. 1790. Teve:

- 1 (IX). *P.e Joaquim Bernardo Garcia Ribeiro*, b. de oito dias a 24 out. 1779. Foi vigário de Oliveira-do-Hospital em seguida a seu tio Fr. Manuel Garcia Ribeiro, de quem fôra coadjutor com futura sucessão, por bula pontificia.
- 2 (IX). *José Garcia Ribeiro*, b. 16 jan. 1782, † creança.
- 3 (IX). *D. Maria Garcia*, n. 13, b. 19 out. 1784 em Sazes, sendo padrinhos o capitão-mór de Oliveira-do-Hospital, Diogo

Nota I— Família paterna do poeta (117)

José de Faria Macedo e Vasconcelos, e sua mulher D. Maria Josefa Pinto.

- 4 (IX). *Agostinho Garcia Ribeiro*, b. de nove dias a 4 set. 1787, c., e deixou descendência.
- 5 (IX). *João Garcia Ribeiro*, b. de nove dias a 29 nov. 1790, que segue.

IX a^{ma})— **João Garcia Ribeiro**, c. a 22 mar. 1808 c. sua parenta D. Maria Clara da Conceição Rodrigues Alves, de S. Paio de Gramaços († 5 set. 1840), e † a 17 abr. 1870. Tiveram:

- 1 (X). *José de Cupertino Garcia*, b. 3 jan. 1809, foi tabelião em Oliveira-do-Hospital, † solteiro a 2 nov. 1865.
- 2 (X). *D. Claudina Rita da Conceição Garcia*, n. no Parceiro, logarejo da serra, pertencente à freguesia de S. Gião, quando a família andava homiziada por motivo da incursão francesa; veiu a ser baptizada em S. Paio-de-Gramaços doze dias depois, a 11 março 1811; † solteira a 13 out. 1886.
- 3 (X). *Maria Augusta*, b. 13 abr. 1813, † 18 out. 1818.
- 4 (X). *Joaquim José*, b. de vinte dias a 16 fev. 1815, † 23 nov. 1816.
- 5 (X). *Antónia*, n. 1; fev., b. 4 mar. 1817, † 30 abr. 1824.
- 6 (X). *D. Maria Luísa Garcia Ribeiro*, n. 7, b. 27 abr. 1819, † 15 nov. 1837.
- 7 (X). *P.º Dionísio Garcia Ribeiro*, n. 22 ag., b. 9 out. 1821. Destinando-se ao estado eclesiástico, estudou os preparatórios com o P.º Joaquim de Miranda, da Lageosa, e com o P.º Francisco Gomes Viegas, arcipreste-pároco de Vila-Ponca-da-Beira, afamados leccionistas, aquele de latim e êste de humanidades. Em outubro de 1840 entrou para o Seminário de Coimbra, donde frequentou a Universidade, seguindo o curso eclesiástico da faculdade de Teologia, no qual foi condiscípulo de Joaquim Cardoso de Araújo, José da Encarnação Coelho e António José de Freitas Honorato, que depois se doutoraram e foram lentes daquela Faculdade, subindo o último às mais altas dignidades eclesiásticas, pois foi arcebispo de Mitilene, durante anos governador do Patriarcado, e por fim arcebispo de Braga, primás das Espanhas, conservando sempre com o seu condiscípulo Dionísio as mais affectuosas relações de amizade. Também pertenceu a êste curso o notável humanista e classicista Dr. Joaquim Alves de Sousa, que veiu a ser professor de filosofia e de hebreu no Liceu de Coimbra, e mais tarde preceptor do príncipe-real D. Carlos e do infante D. Afonso. — Terminado o curso, foi pelo vi-

gário-capitular Dr. António Lopes de Morais e pelo vice-reitor do Seminário José Henriques Toscano convidado e instado para professor do dito estabelecimento de ensino; não acedeu porém, por desejar regressar para junto de seu pai e irmãos, a quem estremecia. — Recebeu primatonsura e os quatro graus de ordens menores a 16 dez. 1842, e o subdiaconado a 10 jun. 1843, na igreja paroquial de S.^{ta} Catarina, próximo das Caldas-da-Rainha, patriarcado de Lisboa, das mãos do Bispo de Bragança e Miranda D. José António da Silva Rebelo, que ali residia. Foi promovido à ordem de diácono a 23 set. 1843 pelo bispo de Leiria D. Guilherme Henriques de Carvalho (mais tarde cardial-patriarca) na capela do seu paço episcopal; ordenado presbítero pelo mesmo D. Guilherme a 21 set. 1844 na capela do Seminário episcopal de Coimbra, ali celebrou a sua primeira Missa no dia 23 do mesmo setembro. — Por decreto de 12 jul. 1845 foi apresentado prior da igreja paroquial de S. João Baptista de Moimenta-da-Serra; sendo-lhe passada carta-régia a 24 set. seguinte, recebeu instituição canónica a 27 nov. do mesmo ano, e tomou posse a 12 jan. 1846. Obteve em data de 22 ag. 1850 permissão régia para permutar com o pároco de S. Paio-de-Gramaços, sua terra natal, sendo-lhe conferida instituição canónica d'este priorado a 14 nov. seguinte, e tomando posse a 27. jan. 1851.— Querendo dirigir pessoalmente em Coimbra a educação literária de seu sobrinho, que escreve estas linhas, e que ao tempo contava 8 para 9 anos, concorreu à igreja paroquial de S. Martinho-do-Bispo no subúrbio desta cidade. Nela foi apresentado por decreto de 3 dez. 1868, de que se passou carta-régia a 21 jan. 1869; recebeu instituição canónica a 5 fev., e tomou posse a 11 do mesmo mês. — Em todas estas freguesias, que pastoreou sucessivamente e sem interrupção durante o largo período de 41 anos, deixou a sua passagem sinalada por obras importantes; e assim é que o seu nome ainda hoje nelas se memora com respeito, admiração e louvor. Em todas três construiu cemitérios, vencendo com muita prudência e bom senso a relutância que os povos a isso opunham; fundou e reformou instituições beneméritas; promoveu a construção ou reparação de edifícios públicos, dando para isso do seu bolso subsídios importantes, etc. Enquanto foi prior de S. Paio, manteve ali sempre uma escola de instrução primária inteiramente gratuita, por êle mesmo regida, na qual eram fornecidos, a expensas suas, aos alunos pobres, livros, papel, tinta e restante material necessário à aprendizagem; daqui resultou que nas gerações de rapazes que

se criaram durante aqueles 18 anos, não havia analfabetos, a não ser uma ou outra excepção raríssima. Em reconhecimento dos altos serviços por êle prestados à Igreja e ao Estado, o bispo-conde D. José Manuel de Lemos solicitou oficialmente do governo o grau de cavaleiro da Ordem militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila-Viçosa para êste seu pároco, tão cheio de benemerências. Por decreto de 1 jul. 1865 foi-lhe realmente dispensada esta graça régia, de que o agraciado teve conhecimento, com grande surpresa sua, por um officio, datado de 26 do referido mês, assinado pelo vigário-geral Dr. Manuel Correia de Bastos Pina em nome do Prelado, em que lhe era comunicado o facto e a sua explicação, em expressões de congratulação e elogio; a carta régia tem a data de 7 jul. — Foi nomeado arcepreste do distrito eclesiástico de Cernache por provisão episcopal de 12 nov. 1875, em termos altamente honrosos. — Em officio de 18 dez. 1881 comunicou-lhe o bispo-conde D. Manuel Correia de Bastos Pina *com muita satisfação*, que por decreto de 15 havia êle prior-arcepreste sido por S. Majestade apresentado arceidiago de Seia, dignidade da Sé de Coimbra, como *testemunho de consideração pelos seus merecimentos*. Não chegou a ser passada a respectiva carta-régia, porque foi pouco depois promovido à dignidade de arceidiago da cidade, ou do báculo, na mesma Sé, por decreto de 16 mar. 1882. A carta-régia desta apresentação tem a data de 6 jul. do mesmo ano; a instituição canónica foi a 25 set. e a posse a 14 out. seguintes. — Faleceu em S. Martinho-do-Bispo a 12 nov. 1886, cheio de méritos e consumido de desgostos, causados por alguns dos seus paroquianos, que mais favores lhe deviam. e que injusta e infamemente torturaram os últimos meses da sua vida. Ao funeral, realizado na igreja de S. Martinho-do-Bispo, e no qual a fréguesia em pêso manifestou em lágrimas e lamentos quanto o amava e considerava, assistiu o Cabido da Sé de Coimbra, presidindo e dando a absolvição *ad feretrum* o governador do bispado na ausência do bispo-conde, o cônego Dr. José Ferreira Fresco, e fazendo o elogio fúnebre o Doutor Francisco Martins, opositor ao professorado da faculdade de Teologia, amigo e confessor do finado, que tomou para tema do seu sentido e improvisado discurso o texto da 1.ª Epístola de S. Paulo a Timóteo v, 17: — *Qui bene praesunt presbyteri, duplici honore digni habeantur*. — Um sobrinho, que lhe deve a educação e a situação social, e que, na qualidade de sacerdote, teve a santa consolação de lhe ministrar os últimos sacramentos e de lhe assistir à morte edificante, aqui deixa consignado êste singelo tributo de amor filial.

- 8 (X). *Serafim Garcia Ribeiro*, n. 3, b. 16 set. 1823, † 17 set. 1912, que segue.
- 9 (X). *António Garcia Ribeiro*, n. 24 set., b. 17 out. 1825, † solteira a 16 jun. 1853.
- 10 (X). *D. Maria Augusta da Natividade Garcia*, b. 29 mai. 1828, † solteira a 22 mar. 1881.
- 11 (X). *João Garcia Ribeiro*, n. em 1831, foi director da estação do correio de Oliveira-do-Hospital, † a 22 dez. 1918, com geração.

X a''') — **Serafim Garcia Ribeiro**, c. em 1.^{as} núpcias com D. Maria Máxima Garcia da Fonseca (n. em 1815, † em 30 abr. 1850), de S. Paio-de-Gramaços, filha do tenente de milicias Manuel Joaquim da Fonseca Ferreira e de D. Maria Rosa Garcia da Fonseca, 4.^a neta de D. Maria Borges da Fonseca e de seu marido António Lopes, a qual D. Maria Borges era irmã do P.^e Manuel da Fonseca, de S. Paio, que viveu na segunda metade do século xvii, e que foi o instituidor de um dos vínculos da casa de Girabolhos (Seia), onde casou sua sobrinha D. Ana Águeda Borges da Fonseca, uma das avós dos Pereiras de Mendonça, senhores daquela casa, em cuja capela, da invocação de Nossa Senhora da Natividade, se vêem as armas dos FONSECAS, e ali está sepultado o dito P.^e Manuel da Fonseca, seu fundador. Não havendo prole daquele 1.^o casamento, Serafim Garcia Ribeiro casou em 2.^{as} núpcias em Arganil, a 8 jun. 1857 com D. Maria José Cândida Coelho Freire de Faria da Cunha e Vasconcelos (n. 12, b. 24 out. 1825, † 5 nov. 1865), filha de Francisco Inácio Coelho Freire de Faria, da casa de Folques; da sua ascendência se falará em nota a IX a''') 2. — Teve de sua segunda mulher:

- 1 (XI). Menino, que apenas nascido, logo faleceu, a 7 abr. 1859.
- 2 (XI). *António Garcia Ribeiro de Vasconcelos*, sacerdote, doutor nas Faculdades de Teologia e de Letras pela Universidade de Coimbra, lente catedrático daquela, professor ordinário e 1.^o director desta, na mesma Universidade.
- 3 (XI). *D. Maria do Carmo Cândida Garcia Ribeiro de Vasconcelos*, que segue.
- 4 (XI). Menina, n. 30, † 31 out. 1865.

XI a''') — **D. Maria do Carmo Cândida Garcia Ribeiro de Vasconcelos**,

Nota I — Família paterna do poeta (121)

n. 23 out., b. 19 nov. 1861, c. 23 jan. 1886 na igreja paroquial de S. Martinho-do-Bispo, concelho de Coimbra, com Adelino Mendes de Abreu, de S. Paio, e † ela a 19 mar. 1903 e êle a 30 abr. 1921. Tiveram:

- 1 (XII). *Antônio Maria Ribeiro de Abreu e Vasconcelos*, que segue.
- 2 (XII). *José Mendes de Abreu e Vasconcelos*, n. 19 mar. 1888, † 4 out. 1918.
- 3 (XII). *D. Maria das Prazeres de Abreu e Vasconcelos*, n. 8 nov. 1889, c., com descendência.
- 4 (XII). *D. Maria Claudina Ribeiro de Abreu e Vasconcelos*, n. 25 jan. 1891, c., com desc.
- 5 (XII). *Lourenço Garcia de Abreu e Vasconcelos*, n. 10 jan., † 5 jun. 1893.
- 6 (XII). *D. Maria da Assunção de Abreu e Vasconcelos*, n. 3 jul. 1895.
- 7 (XII). *Plínio de Abreu e Vasconcelos*, n. 14 jul. 1898.
- 8 (XII). *D. Maria do Rosário Garcia de Abreu e Vasconcelos*, n. 1 abr. 1900.
- 9 (XII). *D. Maria Isabel Garcia Ribeiro de Abreu e Vasconcelos*, n. 2 mar. 1902.

XII a^{'''}) — **Antônio Maria Ribeiro de Abreu e Vasconcelos**, n. 22 mar. 1887, diplomado pela Escola Superior de Farmácia da Universidade de Coimbra, tenente-farmacêutico do quadro do serviço de saúde da provincia de Moçambique, actualmente director da Farmácia do Estado e do Laboratório de análises químicas de Lourenço Marques; c. em Quelimane c. D. Maria Luisa Pontes de Abreu e Vasconcelos, e tem os seguintes filhos:

- 1 (XIII). *Antônio Maria*, n. 23 mai. 1917, em Lourenço-Marques.
- 2 (XIII). *Maria do Carmo*, n. 7 jul. 1918, em Quelimane.
- 3 (XIII). *Maria Isabel*, n. 28 maio 1920 em Lourenço-Marques.

Ramo terciário a^{'''})

VI a^{'''}) — **Manuel Cabral Mascarenhas**, filho de Francisco Garcia Mascarenhas (V a^{'''}), c. c. D. Eufémia Sequeira Boto, de S. Romão, irmã do cônego Boto, tesoureiro-mór da Sé da Guarda, filha de Dionísio Boto Machado e de D. Eufémia da Mota, de S. Romão, e bisneta do comendador Denis Boto Machado. Teve:

- 1 (VII). *Antônio de Sequeira Boto Machado*, que segue.

- 2 (VII). *D. Maria Eufémia de Sequeira Cabral*, c. c. seu primo Manuel Pinto Monteiro (VI aⁱⁱ, 3), cuja descendência já foi descrita (ibid., e segue em VIII aⁱ,* etc.).
- 3 (VII). *Manuel Cabral Mascarenhas*, que foi clérigo, habilitando-se para a ordenação em 1718.

VII aⁱⁱⁱ) — **António de Sequeira Boto Machado**, foi capitão de ordenanças em S. Romão, e casou com D. F... Teve:

- 1 (VIII). *Jorge Boto Machado*, c. c. D. Maria Mendes Pinto de Gouveia, de Vila-Cova-à-Coelheira, e teve:

1 (IX). *Antonio Boto Machado*, que sucedeu a seus pais no morgado de S. Romão, c. em Vila-Cova-à-Coelheira c. D. Josefa Micaela, de quem teve:

— a (X). *Antonio Joaquim Boto Machado*, c. em Vila-Cova c. D. Maria José Freire de Andrade Castelo-Branco;

— b (X). *D. Bernardina Rosa Boto Machado*;

— c (X). *D. Clara Delfina Boto Machado*, que em Midões c. Roque Monteiro Cabral de Vasconcelos, e teve: — (XI). *Antonio Cabral de Vasconcelos*; — e (XI). *D. Maria Carlota*;

2 (IX). *D. Clara Maria Pinto Boto Machado*, de S. Romão, c. c. seu 2.º primo Inácio de Magalhães Pinto de Sousa Ferrão Castelo-Branco, de quem já tratamos (IX aⁱ,*).

2 (VIII). *Leonardo Boto Machado*, que segue.

3 (VIII). *Bernardo Boto Machado*.

4 (VIII). *Fr. Manuel*, religioso de S. Paulo em Évora.

5 (VIII). *Fr. Inácio*, idem.

6 (VIII). *P.º José Boto Machado*.

7 (VIII). *D. Maria Boto Machado*, c. c. F..., de S. Romão, com geração.

VIII aⁱⁱⁱ) — **Leonardo Boto Machado**, c. em S. Romão c. D. Eufémia de Abranches, filha de Francisco Ferrão de Abranches, pessoa das principais da terra. Teve

IX aⁱⁱⁱ) — **D. Maria Cândida Boto Machado Pinto**, c. c. José Joaquim de Abranches Homem de Oliveira e Cunha, cuja geração será descrita noutra lugar (XI bⁱⁱⁱ).

Ramo secundário aⁱⁱⁱⁱ)

V aⁱⁱⁱⁱ) — **Dr. Simão Garcia Mascarenhas**, filho de António Garcia (IV a), c. em Tourais c. sua parenta D. Catarina Garcia Mascarenhas, filha de Pedro Garcia Mascarenhas (?), e

Nota I— Família paterna do poeta (123)

foi o instituidor do vínculo da casa de Tourais. Jaz sepultado na capela desta casa. Teve

VI a''''— **D. Maria Josefa Mascarenhas**, c. c. o mestre-de-campo Luís do Loureiro e Vasconcelos, de Celorico, filho de Manuel de Figueiredo Loureiro, de Figueiredo, freguesia de Tourais (Seia), e de D. Isabel de Vasconcelos, de Celorico. Teve:

- 1 (VII). *Manuel de Loureiro e Vasconcelos*, que segue.
- 2 (VII). *D. F...*, que casou na casa dos Pachecos, de Celorico, de quem procedem os senhores daquela casa.

VII a''''— **Manuel de Loureiro e Vasconcelos**, cavaleiro da Ordem de Cristo, familiar do S.^{to} Offício (carta de 11 jul. 1710), c. c. D. Ana Maria Mafalda de Morais e Castro, filha do capitão-mór de Penaguião, Francisco Borges de Carvalho, e de D. Ana Maria Teixeira de Morais. Tiveram:

- 1 (VIII). *D. Maria Vitória de Vasconcelos Loureiro e Meneses*, que segue.
- 2 (VIII). *D. Luísa de Vasconcelos e Meneses*, c. c. F... Sanches Farinha, de Lisboa, fid. da C. R., secretário da Mesa do Desembargo do Paço, e tiveram

— (IX). *António Sanches Farinha*, fid. da C. R., que sucedeu a seu pai na casa e no ofício.

VIII a''''— **D. Maria Vitória de Vasconcelos Loureiro e Meneses**, c. c. António José de Albuquerque do Amaral Cardoso, fid. da C. R., cavaleiro da Ordem de Cristo, familiar do S.^{to} Offício, senhor da casa dos Coutos, em Viseu, a quem fazemos referência adiante (VII b'', *). Teve:

- 1 (IX) *Francisco de Paula e Albuquerque do Amaral Cardoso*, que segue.
- 2 (IX). *D. Josefa Pórcia de Gusmão*, † em 1849.
- 3 (IX). *D. Maria Cândida de Gusmão e Albuquerque*, c. c. Manuel de Sequeira de Almeida, do Douro, e tiveram três filhas, — (X) *D. Rosa*, *D. Emilia* e *D. Carlota*, que viveram em Tourais, e existe no Douro geração da primogénita;
- 4 (IX). *António José de Albuquerque do Amaral Cardoso*, fid. da C. R., c. c. D. Ana Vitória de Carvalho e Meneses Pinto de Sousa, filha natural legitimada de Alexandre Luís Mendes

de Vasconcelos Pinto de Sousa e Carvalho, cavaleiro da Ordem de Malta, môço-fidalgo, senhor da antiga casa dos Rangeis de Vila-Bôa-de-Quires (Marco-de-Canavezes). Teve, entre outros filhos — (X). *Antônio de Vasconcelos Carvalho de Meneses e Albuquerque*, fidalgo-cavaleiro da C. R., corregedor em Angra do Heroísmo, c. c. D. F. . . ., do Pôrto.

- 5 (IX). *Manuel de Loureiro de Albuquerque do Amaral Cardoso*, fidalgo da C. R., que foi juiz-de-fora em Trancoso, e na Cachoeira (Brasil), † solteiro em Tourais.
- 6 (IX). *D. Tomázia Antônia de Gusmão e Albuquerque*, † solteira em Tourais.
- 7 (IX). *José Francisco de Albuquerque do Amaral Cardoso*, fidalgo da C. R., foi capitão-ajudante de seu irmão Francisco de Paula, que lhe deu a capitania de Sofala e Rios-de-Sena, e † solteiro em Tourais.
- 8 (IX). *D. Maria Benedita de Gusmão e Albuquerque*, que † solteira em Tourais.

IX a'''') — **Francisco de Paula de Albuquerque do Amaral Cardoso**, fidalgo da C. R., comendador da Ordem de Cristo, coronel de milicias da Guarda e, em seguida, de Viseu, mais tarde brigadeiro de milicias, e últimamente capitão-general de Moçambique, onde faleceu a 27 (ou 29) de dezembro de 1807. Casou com D. Francisca de Sampaio Cortês de Carvalho e Vasconcelos, irmã da 1.^a condessa de Anadia, e de D. Josefa Cortês de Carvalho, c. c. Baltasar Freire, senhor da casa de Freineda, concelho de Almeida, sendo estas três damas filhas de Manuel Antônio Cortês de Carvalho, môço-fidalgo com exercicio, senhor da antiga casa e quinta de S.^{ta} Eufémia, no termo de Trancoso (cf. XI a''''). Teve:

- 1 (X). *D. Maria Rosa de Sampaio de Albuquerque*, † solteira em 1850.
- 2 (X). *D. Maria José do Carmo de Sampaio e Albuquerque*, c. c. José Freire de Sequeira Coelho Neves Geda, senhor da casa do Barril (Vila-Cova-sob-Avô), filho do capitão-mór de Vila-Cova Bento José Freire de Faria Sequeira Geda (a quem foi por D. Maria I concedida carta de brasão de armas a 8 jan. 1785) e de D. Isidora Bernarda de Abreu; neto paterno de Luís Marques de Sequeira, capitão-mór da mesma vila, e de D. Engrácia Luísa Freire de Faria Geda, de Folques, filha do Dr. Simão Martins da Costa Coelho, ouvidor em Arganil, e de D. Maria Micaela Freire

Nota I — Família paterna do poeta (125)

de Faria Geadá, 4.^o avós maternos do compilador destas notas¹. Teve:

- (XI). *D. Maria Jose Freire Cortés de Carvalho e Albuquerque*, c. c. seu parente José Monteiro de Abreu Lopo, dos Casais do Campo (S. Martinho-do-Bispo), filho do Dr. José Inácio Monteiro Lopo e de D. Maria Vitória Monteiro, dos Casais do Campo, e tiveram
- (XII). *José Freire de Carvalho Lopo e Albuquerque*, do Barril, n. 8 abr. 1839, c. 20 fev. 1865 c. D. Maria Emília Freire de Carvalho Amorim Pacheco, filha de Antonino Ribeiro de Carvalho Pessoa Amorim Pacheco, da casa do Sarzedo, e de D. Maria Máxima

¹ Eis a árvore genealógica:

- I). — **Dr. Simão Martins da Costa Coelho**, de Folques. c. c. D. Maria Micaela Freire de Faria Geadá, do Espinhal. Dêstes:
 - 1 (II). *D. Bernarda Jacinta*, que segue;
 - 2 (II). *P.º Paulinho Antonio Coelho de Faria*, bacharel formado em Cânones a 27 maio 1761 pela Univ. de Coimbra;
 - 3 (II). *P.º Estanislau da Costa*, doutorado *in utroque jure* a 19 maio 1794 pela Universidade italiana de Macerata, conde palatino, cavaleiro da milícia dourada, etc.;
 - 4 (II). *D. Engrácia Luísa Freire de Faria Geadá*, c. c. Luís Marques de Sequeira, senhor da casa do Barril, acima referido.

- II). — **D. Bernarda Jacinta Angélica de Faria**, de Folques, c. c. o capitão Lourenço Mendes Pimenta, de Ribalva (S. Aleixo-do-Beco, concelho de Ferreira do Zêzere). Dêstes nasceu

- III). — **Capitão António Inácio Coelho de Faria**, de Ribalva, c. 2 março 1783 c. D. Maria Inácia do Rosário Marques, de Folques. Tiveram nove filhos, entre os quais:
 - 1 (IV). *Dr. Antonio Freire Coelho de Faria*, n. 21 dez. 1783, sacerdote, vigário-geral e provisor do bispo-conde D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho;
 - 2 (IV). *José Freire Coelho de Faria*, n. 28 fev. 1785, avô do Dr. Antonino Augusto Freire Ribeiro de Campos, actualmente juiz da Relação do Porto;
 - 3 (IV). *Francisco Inacio Coelho Freire de Faria*, n. 2 maio 1792, que segue;
 - 4 (IV). *D. Teresa Freire Coelho de Faria*, n. 5 dez. 1795, entrou em religião no convento do Desagravo de Vila-Penca-da-Beira, onde foi abadessa e floresceu em virtudes, com o nome de Madre Maria do Lado; os seus restos jazem em S. Paio-de-Gramaços, em edículo especial com inscrição latina, na capela sepulcral do seu sobrinho-neto Dr. António de Vasconcelos.

- IV). — **Francisco Inácio Coelho Freire de Faria**, c. 24 nov. 1824 c. D. Beatriz Cândida da Cunha e Vasconcelos, de Arganil. Tiveram:
 - 1 (V). *D. Maria Jose Cândida*, n. 12 out. 1825, que segue;
 - 2 (V). *P.º António Inacio de Vasconcelos Delgado*, n. 14 março 1827;
 - 3 (V). *P.º Joaquim Inácio de Vasconcelos Delgado*, n. 11 set. 1828;
 - 4 (V). *D. Maria do Nascimento Freire de Faria da Cunha e Vasconcelos*, n. 20 dez. 1830;
 - 5 (V). *Manuel Inácio*, n. 7 ag. 1834, † criança;
 - 6 (V). *Gabriel da Costa de Vasconcelos*, n. 10 julho 1836, c. em Nogueira do Cravo, e deixou descendência;
 - 7 (V). *Dr. Jose da Costa de Vasconcelos Delgado*, n. 28 nov. 1839, c. c. D. Mariana de Paiva e Vasconcelos, de Arganil, e deixou descendência.

- V). — **D. Maria José Cândida Coelho Freire de Faria da Cunha e Vasconcelos**, c. c. Serafim Garcia Ribeiro, de S. Paio-de-Gramaços, de quem já nos ocupamos (X a^o), pais do organizador destas notas.

Cardoso Homem Freire, da Bobadela. Houve os filhos seguintes: — *a* (XIII). *António Freire de Carvalho e Albuquerque*, n. 5 dez. 1865, c. c. D. Leopoldina de Abreu Magalhães, filha de Gelásio Valério da Cunha Pereira de Magalhães, de Óvoa, e de D. Inês Augusta de Abreu Castel-Branco (n. 21 jan. 1835), filha dos 2.^{os} condes-de-Fornos-de-Algodres, Alexandre de Abreu Castel-Branco Cardoso e Melo e D. Maria Emilia de Melo Mendonça Abreu Magalhães; tiveram: — (XIV). *António Freire de Abreu e Albuquerque*, n. 23 dez. 1892, — e (XIV). *D. Maria da Conceição Freire de Abreu e Albuquerque*, n. 2 maio 1895, c. c. o tenente da armada Armando Perestrelo Botelho, filho do Dr. Manuel Fernandes Botelho, juiz de direito, e de D. Júlia Perestrelo Botelho, † deixando uma filha; — *b* (XIII). *José Monteiro Freire de Carvalho e Albuquerque*, n. 9 jan. 1867, c. c. D. Margarida Pinto Ferreira Leite Borges de Castro Soares de Albergaria e Albuquerque, filha de António Pinto Borges de Castro Soares de Albergaria, e de D. Maria Teresa Leite Ribeiro Freire; neta paterna do Dr. António Ferreira de Abreu Pinto, de Pomares, e de D. Carlota Borges de Castro Soares de Albergaria, filha dos Viscondes de Oliveira do Conde Miguel Borges de Castro Tavares e D. Ana Soares de Albergaria; neta materna do Dr. Luís Leite Ribeiro Freire e de D. Cândida Leite Pessoa, de Montessão (S. Martinho do Bispo): tem — (XIV). *Jose Freire de Carvalho e Albuquerque*.

- 3 (X). *António José de Albuquerque do Amaral Cardoso*, que segue.
- 4 (X). *Francisco de Albuquerque Cortês de Carvalho Maltês*.
- 5 (X). *Francisco de Albuquerque de Vasconcelos Maltês*.
- 6 (X). *D. Maria das Dores de Sampaio*.
- 7 (X). *D. Maria da Piedade de Sampaio Albuquerque*.

X a^{3ma}) — **António José de Albuquerque do Amaral Cardoso**, bacharel formado em Matemática, m^oço-fidalgo com exercício, comendador da Ordem de Christo, coronel de milícias em Viseu, c. c. D. Emília José de Bourbon e Almeida, filha de Silvério da Silva da Fonseca, m^oço-fidalgo, senhor da casa de Alcobaça, alcaide-mór de Alfaiçeira, e de D. Maria Cândida da Silva Barba Alardo, senhora da casa do Castelo em Leiria, e morgada de Cardelas.
Teve:

- 1 (XI). *D. Rita de Bourbon Silva e Albuquerque*, que segue (XI a^{4ma}).
- 2 (XI). *António de Albuquerque do Amaral Cardoso*, que segue (XI a^{4ma}).
- 3 (XI). *João de Albuquerque do Amaral Cardoso*, c. em Paranhos

Nota I — Família paterna do poeta (127)

- c. D. Maria Carolina Jácome Freire de Gouveia e Vasconcelos (VIII a' 2, 5 a), e já lhe descrevemos a geração.
- 4 (XI). *D. Emilia de Bourbon Silva e Albuquerque*, c. c. Pedro Carlos Teixeira de Sampaio, filho 2.º de José Ernesto Teixeira de Carvalho, de Vilar-Sêco, e de D. Maria José de Sampaio, irmã do conde de Laborim, José Joaquim Giraldo de Sampaio. Foi oficial de caçadores, e teve:
- 1 (XII). *António Teixeira de Albuquerque*, que casou em Nápoles (Itália), e teve um filho;
 - 2 (XII). *José Teixeira de Albuquerque*, engenheiro, c. c. D. Constança Ernesto Teixeira de Albuquerque, viúva de seu primo co-irmão Silvério de Albuquerque Pereira da Silva, de quem se falará adiante (XI a''', 2);
 - 3 (XII). *Francisco Teixeira de Albuquerque*, c. c. D. Perpétua, de Leiria;
 - 4 (XII). *D. Maria das Dores Teixeira de Albuquerque*, freira no convento de Santa Teresa de Coimbra.
- 5 (XI). *D. Carolina de Bourbon Silva e Albuquerque*.
- 6 (XI). *José de Albuquerque do Amaral Cardoso*, bacharel formado em Direito, fidalgo-cavaleiro, c. c. sua sobrinha D. Margarida de Albuquerque do Amaral Cardoso de Almeida Teles da Silva (XI a''', 6).
- 7 (XI). *D. Maria Cândida de Bourbon*, † solteira em 1833.
- 8 (XI). *Manuel de Albuquerque do Amaral Cardoso*, † criança.
- 9 (XI). *Luis de Albuquerque do Amaral Cardoso*, † criança.
- 10 (XI). *Francisco de Albuquerque do Amaral Cardoso*, † novo.
- 11 (XI). *Luis de Albuquerque do Amaral Cardoso*, c. c. D. Maria dos Prazeres de Melo e Nápoles, da casa da Prebenda, em Viseu. Teve:
- 1 (XII). *António José de Albuquerque do Amaral Cardoso*, engenheiro, c. c. D. Maria dos Prazeres Mimosa, com três filhos — (XIII) *Luis*, falecido em Campolide, *Bernardo*, engenheiro em África, e *D. Maria*, todos solteiros;
 - 2 (XII). *D. Emilia de Albuquerque do Amaral Cardoso*, que professou nas Salésias.
- 12 (XI). *Manuel de Albuquerque do Amaral Cardoso*, frequentou a faculdade de Matemática, casou em Gouveia com D. Maria do Carmo de Figueiredo Homem, e teve:
- 1 (XII). *Aires de Albuquerque do Amaral Cardoso*, bacharel formado em Direito, conservador do registo predial em Gouveia, c. c. D. Efigénia Côte-Real, da casa de Pinhanços, e tem:
 - a (XIII). *Fernando de Albuquerque*, c. c. D. Alda de Lacerda, de Lourosa, irmã do falecido conde de Beirós, divorciados, com um filho;
 - b (XIII). *José de Albuquerque*, c. c. D. Maria Luísa Sáveda, filha de Hipólito Sáveda, de Fornos de Algodres;
 - c (XIII). *Nicolau de Albuquerque*.
 - 2 (XII). *D. Maria Joana de Albuquerque do Amaral Cardoso*, c. c. José Caetano Côte-Real, e teve:

- a (XIII). *Afonso de Albuquerque*, c. no Rio de Janeiro, onde vive;
 - b (XIII). *Antonio de Albuquerque*, solteiro;
 - c (XIII). *Álvaro de Albuquerque*, solteiro.
- 3 (XII). *D. Maria Emilia de Albuquerque do Amaral Cardoso*, c. c. o Dr. Domingos Pais Saraiva do Amaral, de Paços-da-Serra, que foi juiz de direito, e tiveram:
- a (XIII). *D. Margarida de Albuquerque*, c. c. o Dr. Luís Osório da Gama e Castro de Oliveira Baptista, com dois filhos;
 - b (XIII). *Jose do Amaral Albuquerque*, solteiro;
 - c (XIII). *D. Maria Rita de Albuquerque*, c. c. o Dr. José Dias, de Seia, com um filho;
 - d (XIII). *Manuel do Amaral e Albuquerque*, solteiro;
 - e (XIII). *D. Maria José de Albuquerque*, solteira;
 - f (XIII). *D. Emilia de Albuquerque*, solteira;
 - g (XIII). *D. Beatriç de Albuquerque*, solteira;
 - h (XIII). *Domingos do Amaral e Albuquerque*, solteiro;
 - i (XIII). *Vitor do Amaral e Albuquerque*, solteiro.
- 4 (XII). *Jose de Albuquerque do Amaral Cardoso*, c. c. D. Beatriz Quirino, da casa de Cassurrães, com geração;
- 5 (XII). *Afonso de Albuquerque do Amaral Cardoso*, c. c. D. Maria José, com uma filha — (XIII). *D. Maria de Lourdes*;
- 6 (XII). *D. Maria do Carmo do Amaral Cardoso*, c. em 1.^{as} núpcias com o Dr. Vitor Saraiva Pais do Amaral, e em 2.^{as} c. Avelino Pais Borges de Brito (dos barões de Nelas), sem geração.
- 13 (XI) *João de Albuquerque do Amaral Cardoso*, bacharel formado em Direito, c. c. D. Carolina de Abranches, de Sandomil, com geração.
- 14 (XI). *Miguel de Albuquerque do Amaral Cardoso*.

Ramo terciario a''''')

XI a''''') — **D. Rita de Bourbon Silva e Albuquerque**, c. em 1.^{as} núpcias com o primo de seu pai, António Freire Cortês da Fonseca Osório, fidalgo da C. R., coronel de milicias em Lisboa, tenente-rei de Almeida, senhor da casa de Freinada na raia, o qual faleceu em Lisboa ao regressar da emigração. Casou D. Rita em 2.^{as} núpcias com seu tio materno José Maria da Silva da Fonseca, senhor da casa de Alcobaça, proprietário da Quinta das Varandas, subúrbio de Coimbra, que comprou ao conde de Farrobo. Teve do 1.^o matrimónio:

- 1 (XII). *D. Maria Amália Freire Cortês de Albuquerque*, que segue.

Teve do 2.^o matrimónio:

- 2 (XII). *Silvério de Albuquerque Pereira da Silva*, senhor da casa de Alcobaça, c. c. D. Constança Ernesto Teixeira de Al-

buquerque, a qual, depois de viuva, sem geração, veio a casar com José Teixeira de Albuquerque, primo co-irmão de seu 1.º marido (X a^{'''} 4, 2).

XII a^{'''}) — **D. Maria Amália Freire Cortês de Albuquerque**, n. 11 agosto 1838, c. em 1.ª núpcias c. Francisco Cabral Metelo Pacheco de Lemos e Nápoles Manuel, de quem já se falou, e teve dele nove filhos, cuja descendência se descreveu (XII a^{'''}); c. em 2.ª núpcias com o Doutor Manuel Paulino de Oliveira, lente da Faculdade de Filosofia, de quem teve um único filho,

10 (XIII). *Fernando Paulino Freire de Oliveira*, † solteiro, sendo aluno da Escola do Exército.

Ramo terciário a^{'''})

XI a^{'''}) — **Antônio de Albuquerque do Amaral Cardoso**, fidalgo-cavaleiro, fez como cadete em infantaria 11 a campanha legitimista até Évora-monte, tendo já então o pôsto de alferes. Emigrou e militou em Espanha no exército de D. Carlos, com distinção, subindo os diversos postos militares até coronel de linha, e alcançando a cruz de ouro de S. Fernando. Duas vezes prisioneiro, foi por fim entregue ao govêrno portuguez, e esteve para ser fusilado. Casou com D. Ana Teles da Silva (n. 4 dez. 1825), filha de Luis Teles da Silva Caminha e Meneses (5.º marquês de Alegrete, 8.º conde de Tarouca, 12.º senhor de Penalva, par do reino em 1825, gentil-homem da câmara da rainha D. Maria I, grã-cruz da Ordem da Torre-e-Espada, comendador das de Cristo e da Conceição, governador e capitão-general de S. Paulo e Rio-Grande-do-Sul), e de sua 2.ª mulher a marquesa D. Margarida de Almeida. Teve:

1 (XII). *Antônio de Albuquerque do Amaral Cardoso*, senhor da casa do Arco em Viseu, c. c. D. Emília Bárbara Alardo de Lencastre e Barros, filha dos viscondes do Amparo, de quem foi herdeira como filha única. Tiveram:

1 (XIII). *Rodrigo Barba Alardo de Lencastre e Barros*, † criança;

2 (XIII). *Antônio de Albuquerque do Amaral Cardoso*, c. c. D. Maria Luísa de Pinho Mousinho de Albuquerque, filha dos Barões de Salgueiro, de Leiria, com ger.

3 (XIII). *Alfredo Barba Alardo de Lencastre e Barros*.

2 (XII). *Luis de Albuquerque do Amaral Cardoso*, c. na casa das Obras (Seia) c. D. Maria Joana Pinto de Mendonça Arrais de Melo Stockler, filha de António de Melo Cardoso Pinto de Mendonça Stockler, de Vila-Cova-à-Coeleira, e de D. Maria Joana Pinto de Mendonça Arrais, de Seia. Tiveram:

- 1 (XIII). *D. Ana de Guadalupe Pinto de Albuquerque*, † criança;
- 2 (XIII). *B.ª Antonio Pinto de Albuquerque Stockler do Amaral Cardoso*, † solteiro;
- 3 (XIII). *D. Maria da Conceição de Albuquerque Stockler do Amaral Cardoso*, c. c. o Dr. António Máximo Branco de Melo e Figueiredo, juiz de Direito, com ger.;
- 4 (XIII). *B.ª Luis Pinto de Albuquerque Stockler do Amaral Cardoso*, solteiro;
- 5 (XIII). *Jose Pinto de Albuquerque*, empregado publico;
- 6 (XIII). *B.ª Fernando Pinto de Albuquerque Stockler do Amaral Cardoso*, médico, c. c. D. Ester Beltrão Seabra, com ger.;
- 7 (XIII). *Dr. Henrique Pinto de Albuquerque Stockler do Amaral Cardoso*, juiz de Direito, c. c. D. Julieta de la Sallete Mota, de Melgaço, com ger.;
- 8 (XIII). *Francisco de Albuquerque Pinto Stockler do Amaral Cardoso*, capitão do exército em serviço no Ultramar, c. c. D. Ilda Castela, com ger.;
- 9 (XIII). *D. Maria de Lourdes Pinto de Albuquerque Stockler do Amaral Cardoso*, solteira;
- 10 (XIII). *Afonso Pinto de Albuquerque Stockler do Amaral Cardoso*, † solteiro, sendo estudante em Coimbra;
- 11 (XIII). *João Pinto de Albuquerque*. † criança.

- 3 (XII). *Francisco de Albuquerque do Amaral Cardoso*, zuavo pontifício, official da Câmara dos Deputados, falecido.
- 4 (XII). *Fernando de Albuquerque do Amaral Cardoso*, general reformado de cavalaria, c. c. D. Maria Francisca Brandão Guedes, filha do conde de Terena e viuva de D. Luís Teles da Silva (Alegrete, Penalva e Tarouca), falecido;
- 5 (XII). *Miguel de Albuquerque do Amaral Cardoso*, falecido.
- 6 (XII). *D. Margarida de Albuquerque do Amaral Cardoso de Almeida Teles da Silva*, c. c. José de Albuquerque do Amaral Cardoso (X a^o 6), senhor das casas do Sardoal e de Alcobaça.

Ramo primário b)

III b) — **Brites Marques**, filha de Marcos Garcia Mascarenhas 2.º (II, 3), casou em Torrocelo com Domingos Afonso. Teve:

1 (IV). *João Marques*, c. c. Catarina Mendes, de Manteigas, de quem houve:

- 1 (V). *Ana Marques*, c. c. seu primo António Garcia, de quem nos occupamos já (IV a), descrevendo a sua larga descendência;

Nota I— Família paterna do poeta (131)

2 (V). *P.º João Marques*, ordenado de menores e subdiácono antes de 1629. Quando se preparava para a ordenação de diácono, appareceu denuncia de que sua mãe Catarina Mendes tinha sangue judaico, e daí resultaram embaraços para a ordenação; pelo que teve de correr um rigoroso processo *de genere* nos bispados de Coimbra e Guarda, julgado por sentença curial do bispo-conde D. João Manuel, datada de 23 de janeiro de 1630, em que foi julgado e declarado *cristão velho inteiro de pais e avos de uma e outra parte, sem raça de infecta nação*. Esta sentença original existe em poder do compilador destes apontamentos, 7.º neto da referida Catarina Mendes.

2 (IV). *António Marques*, c. em Folhadosa com uma sua parenta, de quem houve prole.

3 (IV). *Isabel Garcia*, que segue (IV b').

4 (IV). *Clara Garcia*, c. c. Tomé Mendes Pinto, da Lagosa, de quem teve :

— (V). *Antonio Mendes Mascarenhas*, c. c. D. Paula de Abranches da Costa, do Carvalhal-Redondo (Causa de Senhorim), filha de António de Abranches da Costa, do Carvalhal-Redondo, e de D. Leonor Marques de Abranches, das Contenças, bispado de Viseu Tiveram :

— (VI). *Martinho de Abranches da Costa*, familiar do Santo-Officio, habilitado em 1675, c. c. D. Maria Monteiro Godinho, de Oliveirinha, filha de António Godinho da Costa, de Oliveirinha, e de D. Maria Monteiro Velosa, de Oliveira-do-Conde.

5 (IV). *Catarina João*, c. em Sandomil, e teve descendência.

6 (IV). *Maria João*, que segue (IV b'').

7 (IV). *Ana Garcia*, c. c. Luís Fernandes, de Várzea-de-Cima, freguesia de Várzea-de-Meruge.

8 (IV). *F. . .*, c. c. Tomé Luís, de S. Romão.

9 (IV). *Francisca Garcia*, c. c. Salvador Nunes, da Cerdeira.

Ramo secundário b')

IV b') — **Isabel Garcia**, de Torrosêlo, filha de Brites Marques (III b), c. c. Diogo Brás Pinto de Gouveia, filho de António Pinto de Gouveia e de D. Inês Pinto, neto paterno de Jerónimo Ferreira e de Isabel de Gouveia, e materno do capitão António Pinto Ribeiro e de D. F. . . Teve

V b') — **D. Maria Pinto Garcia**, c. em Lagares c. António Pires, de quem houve

VI b') — **António Garcia Mascarenhas**, de Lagares, c. em 1.^{as} núpcias c. D. Ana Antunes, de quem teve :

1 (VII). *Dr. Nicolau Garcia Pinto Mascarenhas*, que segue.

2 (VII). *Manuel Garcia Pinto*, c. c. D. Serafina Ribeiro, da casa de Santa Eulália, e teve

— (VIII). *D. Patrícia Garcia*, de Lagares, c. c. Manuel de Abranches Cardoso, da Póvoa-de-Miães, os quais tiveram

— (IX). *D. Maria Josefa do Espírito Santo Mascarenhas*, que casou com o seu parente João do Amaral Garcia Mascarenhas Castel-Branco, de quem logo falaremos (IX b').

VII b') — **Dr. Nicolau Garcia Pinto Mascarenhas**, c. c. sua parenta D. Inácia Coelho de Figueiredo, de quem adeante falaremos (VI d' 1). Delá teve

1 (VIII). *D. Maria Garcia Mascarenhas*, que segue.

Também teve de Maria Simões, mulher solteira,

2 (VIII). *António Garcia Mascarenhas*, c. c. Maria de Gouveia, do Ervedal, de quem houve

— (IX). *Jose Garcia Mascarenhas*, c. c. F. . . ., e teve

— (X). *Manuel Garcia Nuncs de Gouveia*, c. c. D. Joana Baptista da Silva Ribeiro, de Travanca-de-S. Tomé (Oliveira-do-Conde); destes nasceu — (XI). *D. Maria Eufrásia Pinto Mascarenhas*, c. c. Antonio José da Fonseca Saraiva, de Correlos, que houveram — (XII). *Jaine Garcia Mascarenhas*, o célebre e popularíssimo patriota da patoleia, c. c. D. Teresa Emilia Pais, de Travanca-de-S. Tomé, da qual nasceu — (XIII). *Adriano Augusto Garcia Mascarenhas*, bacharel formado em Medicina, c. c. D. Eduarda Augusta Monteiro Lopes Mascarenhas, da freguesia do Sobral, concelho de Mortágua; e tiveram um filho e duas filhas — (XIV). *Jaine Garcia Mascarenhas*, bacharel formado em Direito, *D. Angelina Garcia Mascarenhas*, já falecida, e *D. Amelia Garcia Mascarenhas*.

VIII b') — **D. Maria Garcia Mascarenhas**, c. c. Dionísio Soares do Amaral Castel-Branco, de Gouveia, filho de Luís Marques da Fraga e de D. Maria do Amaral Castel-Branco, residentes em Gouveia, neto paterno de Domingos Dias Fragoso (ou da Fraga), fidalgo-cavaleiro da C. R., instituidor das capelas da Póvoa de Cervães e de Santa Marinha. Teve

IX b') — **João do Amaral Garcia Mascarenhas Castel-Branco**, c. c. sua prima D. Maria Josefa do Espírito Santo Mascarenhas, de Lagares da Beira, ambos bisnetos de António Garcia Mascarenhas (VI b'); e tiveram

X b') — **Dionísio Soares do Amaral Garcia Castel-Branco**, bacharel

formado em Leis, de Lagares, c. c. D. Eufrásia Rita de S.^{ta} Clara Mascarenhas Soares, de Folques (b. 1 jan. 1756). Tiveram

XI b') — **José António Soares Pinto Mascarenhas Castel-Branco**, bacharel formado em Leis, corregedor de Vila-Franca, juiz do crime em Coimbra, desembargador da Casa do Cível. Foi senhor dos importantes vínculos de Gouveia e Lagares, e casou com D. Rita de Azevedo Costa e Andrade, senhora da quinta da Corredoura, em Sortelhe, comarca do Sabugal. Dêles nasceram:

- 1 (XII). *D. Luísa Benedita Pinto Mascarenhas Furtado*, que segue (XII b₁);
- 2 (XII). *João Soares Pinto Garcia Mascarenhas*, † assassinado como miguealista, sem ger.
- 3 (XII). *B.^{el} José António Soares Pinto Mascarenhas*, que segue (XII b₂).

4 (XII). *Dionísio Soares Pinto Mascarenhas Castel-Branco*, que herdou de suas tias paternas, D. Maria e D. Joaquina, a casa de Folques (Arganil), e ali se estabeleceu. Casou com D. Maria da Conceição de Brito Castelo-Branco, de Vila-Cova-sob-Avô, filha de António de Brito da Costa Brandão Castelo-Branco, e de D. Luísa Emilia de Freitas Leitão, de quem houve:

- 1 (XIII). *Dionísio Soares Pinto Mascarenhas*, com geração;
- 2 (XIII). *Francisco Soares Pinto Mascarenhas*, sem ger.;
- 3 (XIII). *D. Maria da Conceição Soares Pinto Mascarenhas*, sem ger.;
- 4 (XIII). *José Mascarenhas Castelo-Branco*, sem ger.

5 (XII). *Pedro Soares Pinto Mascarenhas Castel-Branco*, que segue (XII b₃).

6 (XII). *Fernando Soares Pinto Mascarenhas Castel-Branco*, que se estabeleceu na casa da Corredoura (Sortelhe), herdada de sua mãe. Casou com sua sobrinha D. Maria Luísa de Sacadura Bote Pinto Mascarenhas (XII b₄), e faleceu deixando dois filhos:

- 1 (XIII). *Fernando Soares Pinto Mascarenhas*;
- 2 (XIII). *D. Maria Júlia Soares Pinto Mascarenhas*.

Ramo terciário b')

XII b') — **D. Luísa Benedita Pinto Mascarenhas Furtado**, c. em Foz-de-Arouce (Louzã) c. Francisco Furtado de Mesquita Paiva Pinto, filho de Joaquim José Furtado de Mesquita

Paiva Pinto e D. Maria Caetana Joaquina Angélica de Paiva Pinto: neto paterno de Mateus António de Paiva Pinto e de D. Maria Angélica Furtado de Mesquita e Távora, de Vilarinho da Louzã; materno de Ascenso Rodrigues de Paiva Pinto e de sua 2.^a mulher D. Catarina Marques, de Foz-de-Arouce. Era mōço-fidalgo da C. R., e teve

XIII b') — Doutor Francisco Augusto Furtado de Mesquita Paiva Pinto,

1.^o visconde e 1.^o conde de Foz-de-Arouce, n. 22 mai. 1833, mōço-fidalgo da C. R., c. 18 abr. 1860 c. D. Maria Joana de Bourbon Melo Giraldes de Sampaio Pereira, n. 2 fev. 1842, filha dos 1.^{os} condes e 1.^{os} marqueses da Graciosa, Fernando Afonso Giraldes de Melo Sampaio Pereira e D. Maria José Caldeira Pinto de Albuquerque Leitão. Teve:

- 1 (XIV). *D. Maria de Melo Furtado Caldeira Giraldes de Bourbon*, n. 8 jun. 1864, c. 4 jun. 1884 c. o 2.^o visconde de Proença-a-Velha João Felipe Osório de Meneses Pita, e teve:

1 (XV). *D. Maria Joana*, n. 20 jul. 1886;

2 (XV). *D. Luísa*, n. 20 jul. 1888.

- 2 (XIV). *Francisco Furtado de Melo*, n. 8 mar. 1866, 3.^o marquês da Graciosa.

- 3 (XIV). *Emília Furtado de Melo*, n. 9 mar. 1868, sem ger.

- 4 (XIV). *D. Luísa Furtado de Melo*, n. 1 abr. 1870, c. c. Melchior Barata de Tovar Pereira Coutinho, já falecido; reside na quinta da Arregaça, em Coimbra.

Ramo terciário b'')

XII b'') — José António Soares Pinto Mascarenhas, bacharel formado

em Direito, c. em Vila-de-Barba (Santa-Comba-Dão) c. D. Maria Peregrina de Gouveia Juzarte Figueiredo e Sousa. Teve:

- 1 (XIII). *José Soares Pinto Mascarenhas Gouveia*, que foi tesoureiro da Universidade de Coimbra. Casou com D. Maria da Assunção de Cabedo Henriques Lencastre e Almeida, de Taveiro, filha de José Bruno de Cabedo Lencastre e Almeida e de D. Maria Quitéria de Lencastre Henriques. Teve:

1 (XIV). *Dr. José Soares Pinto de Cabedo e Lencastre*, juiz de Direito, c.

Nota I— Família paterna do poeta (135)

c. D. Clarisse Braamcamp Freire, e tiveram — (XV). *José António*, † criança;

2 (XIV). *D. Maria Joana Pinto Mascarenhas*;

3 (XIV). *D. Maria do Amparo Pinto Mascarenhas*;

4 (XIV). *Jorge Soares Pinto Mascarenhas*, capitão condecorado com o officiato da Torre e Espada pelos serviços distintos prestados na campanha do Cuamato, c. c. D. Maria da Assunção de Mancelos Ferraz, da casa da Corujeira.

2 (XIII). *D. Maria José Soares Pinto Mascarenhas Gouveia*, c. em S. Joaninho (Santa-Comba-Dão) c. seu primo Francisco de Gouveia Almeida Bandeira de Figueiredo. Tiveram:

1 (XIV). *Francisco de Gouveia Pinto Mascarenhas*, bacharel formado em Direito, visconde de Freixedo, com descendência;

2 (XIV). *Afonso Gouveia Pinto Mascarenhas*, bacharel formado, solteiro;

3 (XIV). *Fernando de Gouveia Pinto Mascarenhas*, solteiro.

Ramo terciário b'...

XII b'... — **Pedro Soares Pinto Mascarenhas Castel-Branco**, c. na Louzã c. D. Ana Bárbara de Sande Sacadura Bote, filha do bacharel José Maria Côte-Real Sacadura, e de D. Maria Liberata Arnau Gambôa, de Alfochim. Dêles nasceram na Louzã (casa da Rua-Nova, do ramo Arnau) os seguintes filhos:

1 (XIII). *D. Maria José de Sacadura Mascarenhas de Sousa Pinto*, c. c. o Doutor José Freire de Sousa Pinto, lente da faculdade de Matemática, proprietário da quinta de S. Jerónimo, aros de Coimbra, por herança de seu tio paterno o doutor Basílio Alberto de Sousa Pinto, visconde de S. Jerónimo, sem ger.

2 (XIII). *D. Maria Miquelina de Sacadura Bote Pinto Mascarenhas*, recolhida no convento das comendadeiras de Santos-o-Novo (Sintra), sem ger.

3 (XIII). *D. Maria Lusitana de Sacadura Mascarenhas de Lemos*, c. na Louzã c. João Gonçalves Viana de Lemos, da fábrica de papel do Penedo. Teve:

1 (XIV). *Pedro Mascarenhas de Lemos*, bacharel formado em Direito, cartório da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, c. a 20 out. 1913 c. D. Eugénia de Almeida de Abreu Castel-Branco, filha dos condes de Fornos de Algôdres;

2 (XIV). *D. Maria Luísa Mascarenhas Viana de Lemos*, c. c. seu primo bacharel Américo Viana de Lemos, residentes no Penedo da Saudade (Coimbra), com ger.;

3 (XIV). *João Mascarenhas Viana de Lemos*, administrador da fábrica de papel do Penedo, c. c. D. Maria de Nazaré Magalhães Mexia Macedo Pimentel, única filha legítima do morgado de Santa Rita (Louzã). Luís de Magalhães Mexia, e tem ger.;

Brás Garcia Mascarenhas

- 4 (XIV). *Alexandre Mascarenhas Viana de Lemos*, alferes da administração militar, solteiro; *c. c. D. Cecilia Pereira f. de Carlos Pereira, o distador das aguas e do Tenente de Guerra*
- 5 (XIV). *B.ª Júlio Mascarenhas Viana de Lemos*, solteiro;
- 6 (XIV). *José Mascarenhas Viana de Lemos*, solteiro;
- 7 (XIV). *Eugénio Mascarenhas Viana de Lemos*, solteiro.
- 4 (XIII). *D. Maria Luisa de Sacadura Bote Pinto Mascarenhas*, c. em 1.ª núpcias com seu tio Fernando Soares Pinto Mascarenhas Castel-Branco (XI b' 6), e em 2.ª núpcias com João de Sacadura Bote Côte-Real, filho de João de Sacadura Bote Côte-Real, e de D. Margarida Amélia Santiago de Lisboa, senhor por vinculo da casa da Aguieira, freguesia de Carvalhal-Redondo (Nelas). Tem do 1.º matrimónio dois filhos, já mencionados (XI b' 6); do 2.º matrimónio tem:
- 3 (XIV). *João de Sacadura Bote Côte-Real*, bacharel formado em Direito, advogado, c. c. com descendência;
- 4 (XIV). *D. Maria Luisa Mascarenhas Sacadura*, c. c. Joaquim Ferreira Cabral Teixeira Homem Barbosa, bacharel formado em Direito, filho do Conselheiro Alexandre Ferreira Cabral Pais do Amaral, antigo ministro do Reino e Reitor da Universidade de Coimbra, e tem:
- a (XV). *D. Maria Virginia* n. na casa de Sequeiros (Ancêde) a 3 nov. 1914. e
- b (XV). *Alexandre Ferreira Cabral Teixeira Homem de Barbosa*, n. ibid.;
- 5 (XIV). *José da Costa Pereira Côte-Real Sacadura*;
- 6 (XIV). *Nuno Pereira de Sante Sacadura Bote, f. c.*
- 5 (XIII). *Carlos de Sacadura Bote Pinto Mascarenhas*, bacharel formado em Direito, advogado e conservador na Louzã; casou em Celas (quinta de Vimarães), subúrbio de Coimbra, com D. Emilia Soares de Albergaria Pessoa, filha do B.ª José Pessoa da Silva Pinheiro e de D. Maria José Soares de Albergaria, e tem os filhos seguintes:
- 1 (XIV). *José Arnau Soares de Albergaria Pinto Mascarenhas*;
- 2 (XIV). *D. Ana de S. José Soares de Albergaria Pinto Mascarenhas*;
- 3 (XIV). *Pedro Soares Pinto Mascarenhas Castel-Branco*;
- 4 (XIV). *D. Maria Emilia*, gêmea com sua irmã —
- 5 (XIV). *D. Maria Jose*.
- 6 (XIII). *D. Maria Emilia de Sacadura Bote Mascarenhas Castro e Almeida*, c. c. o Dr. Aires de Castro e Almeida, juiz de Direito, filho do Conselheiro Dr. Luís da Costa e Almeida (lente-decano da Faculdade de Matemática, e últimamente director da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra) e de D. Ermelinda de Castro Freire de Vasconcelos. Tem os filhos seguintes, todos ainda menores:
- 1 (XIV). *D. Maria Ermelinda*;
- 2 (XIV). *D. Maria Antónia*;
- 3 (XIV). *Pedro Mascarenhas de Castro e Almeida*;
- 4 (XIV). *D. Maria Eugénia*.

Ramo secundário b'')

IV b'') — **Maria João**, filha de Brites Marques (III b 6) casou em Sandomil com João Dias, de quem houve:

- 1 (V). *D. Ana Garcia*, que segue (V b'');
- 2 (V). *D. Maria João Garcia*, que segue (V b''_u).

Ramo terciário b''_i)

V b''_i) — **D. Ana Garcia**, c. c. Belchior Pais do Amaral, filho de Marcos Pires e de D. Leonor Pais do Amaral, moradores nas Contenças (Mangualde), sendo esta da família dos Pais do Amaral de Azurara-da-Beira (Mangualde). Viviam aqueles em Sandomil, onde tiveram:

- 1 (VI). *D. Ana do Amaral*, que segue (VI b''_i *).
- 2 (VI). *D. Josefa do Amaral*, c. c. Sebastião Garcia, seu primo, de quem se falará adeante (VI b''_u).
- 3 (VI). *D. Maria do Amaral*, que segue (VI b''_i **).
- 4 (VI). *P.º António do Amaral*, prior de Sandomil, senhor de uma importante casa, que deixou a sua sobrinha D. Maria do Amaral (VI b''_i ** 1),

Ramo quaternário b''_i *)

VI b''_i *) — **D. Ana do Amaral**, casou em Azurara (Mangualde) com o seu parente Miguel Pais do Amaral, filho de Miguel Pais do Amaral, familiar do S.^{to} Offício, e de D. Jerónima do Amaral. Foi capitão-mór de Azurara-da-Beira, cavaleiro da Ordem de Avis, 1.^o senhor do mórgado de S. Bernardo em Mangualde (instituído por seu tio Gaspar Pais do Amaral em 1646); teve o fôro de fidalgo da C. R. por mercê de 1665, em virtude de serviços que prestou na guerra da restauração. Houveram:

- 1 (VII). *Bernardo Pais do Amaral Castelo-Branco*, e
- 2 (VII). *Gabriel Pais do Amaral Castelo-Branco*; ambos estes irmãos foram mortos em Santar, numa pendência que tiveram com alguêem da casa dos Lucas-Melos daquela vila, a quem foram provocar à própria casa.
- 3 (VII). *P.º Miguel do Amaral*, jesuíta, que em 1682 foi como missionário para Gôa, onde exerceu os cargos de provincial e visitador, indo mais tarde para Roma.

- 4 (VII). *Simão Pais do Amaral*, que segue.
 5 (VII). *D. Mariana da Purificação*, que professou no mosteiro beneditino de Ferreira-de-Aves (Sátão).

VII b''*) — **Simão Pais do Amaral**, fidalgo da C. R., capitão-mór de Azurara, sucessor na casa de seus pais, cavaleiro da Ordem de Cristo, familiar do S.^{to} Officio, capitão-mór de Azurara-da-Beira, c. c. D. Leonor Maria de Castel-Branco e Albuquerque, filha de Manuel de Vilhegas Cardoso (bisavô por varonia de António José de Albuquerque do Amaral Cardoso, de quem já falámos em VIII a'''), e de D. Maria de Albuquerque Pacheco, neta paterna de Gonçalo Vilhegas Cardoso e D. Leonarda de Castel-Branco, da freguesia do Couto-de-Baixo (Viseu), e materna de Jerónimo Rebelo de Albuquerque, alcaide-mór de Ormuz, e D. Leonor de Albuquerque, de Esporões. Teve:

- 1 (VIII). *Miguel Pais do Amaral*, que segue.
 2 (VIII). *Fr. Bernardo Pais de Castelo-Branco*, comendador e grão-chanceler da Ordem de Malta.
 3 (VIII). *Dr. Bento Pais do Amaral*, canonista, inquisidor em Coimbra, fidalgo da C. R., do conselho del-rei, mestre-escola da Sé de Viseu, beneficiado da Colegiada de Santa Justa de Coimbra.
 4 (VIII). *L.^{do} Simão Pais do Amaral*, canonista, fidalgo da C. R., prior de Freixedo.
 5 (VIII). *Francisco Xavier Pais do Amaral*, que professou na Companhia com o nome de Miguel do Amaral, foi lente do Seminário de S. Patricio, e examinador das Ordens militares.
 6 (VIII). *Gabriel Pais*, † criança.
 7 (VIII). *Pedro José*, † criança.
 8 (VIII). *João Pedro Pais do Amaral*, que entrou para a Companhia com o nome de Pedro do Amaral.
 9 (VIII). *Fr. Gabriel do Amaral*, monge cisterciense.
 10 (VIII). *Fr. Inácio do Amaral*, dominicano.
 11 (VIII). *D. Bernarda Teresa de Castelo-Branco*, freira em Viseu.
 12 (VIII). *D. Dorothea Micaela*, idem.
 13 (VIII). *D. Antónia Felipa*, idem.
 14 (VIII). *D. Maria Eufrásia*, idem.
 15 (VIII). *D. Ana Josefa*, idem.
 16 (VIII). *D. Leonor Clara*, idem.
 17 (VIII). *D. Maria Luisa Manuela Natália de Castelo-Branco e Albuquerque*, c. c. Antonio de Aragão Sanzedo Pinheiro,

Nota I— Família paterna do poeta (139)

fidalgo da C. R., senhor da casa dos Pinheiros de Aragão, de Lamego, cavaleiro de Cristo, familiar do S.¹⁰ Ofício; de quem foi neto João Pinheiro de Aragão, que voltou a casar nesta casa dos Pais de Amaral, como adeante se dirá (X b'*, * 5). Tiveram geração.

VIII b'*, *) — **Miguel Pais do Amaral**, fidalgo da C. R., cavaleiro de Cristo, familiar do S.¹⁰ Ofício por carta de 10 mar. 1710, serviu na guerra no pôsto de capitão de cavalaria, e depois no de mestre-de-campo de auxiliares da comarca de Viseu; c. c. sua prima D. Maria Arcangela de Castelo-Branco, senhora de Albergaria, de Alcafache, e de seis vinculos, com capela de S. Lourenço na igreja de S. Tiago, instituída em 1672, e o de Abrunhosa-Velha com grande rendimento, e ainda o da Cunha-Alta, instituído em 1627; e era filha de Domingos (ou Diogo?) Marques Ferrão Castelo-Branco, das Folgosas, e de D. Juliana Marques Pimentel, da Cunha-Alta, concelho de Azurara-da-Beira; neta paterna de João Ferrão, das Folgosas, e de D. Luísa Coelho, de S. Romão; materna de António Marques Pimentel, das Contenças, e de D. Maria Cardoso do Amaral, da Cunha-Alta. Tiveram:

- 1 (IX). *Simão Pais do Amaral*, † criança.
- 2 (IX). *Bernardo* (depois crismado com o nome de *Simão Pais do Amaral*, habilitou-se para familiar do S.¹⁰ Ofício, mas não chegou a tirar a respectiva carta, porque faleceu novo, sem geração.
- 3 (IX). *Miguel Pais do Amaral*, que segue.
- 4 (IX). *D. Leonarda Maria Xavier de Castelo-Branco*, freira em Viseu.
- 5 (IX). *D. Bernarda Constantina de Castelo-Branco*, idem.
- 6 (IX). *D. Maria Joaquina de Castelo-Branco*, idem.
- 7 (IX). *D. Ana Felícia de Castelo-Branco*, freira em Ferreira-de-Aves.
- 8 (IX). *D. Eufrásia Inocência de Castelo-Branco*, idem.
- 9 (IX). *D. Micoela Natália de Castelo-Branco*, idem.
- 10 (IX). *D. Maria Eugénia de Castelo-Branco*, idem.
- 11 (IX). *D. Rosália Margarida de Castelo-Branco*, idem.

IX b'*, *) — **Miguel Pais do Amaral**, fidalgo da C. R., sucedeu na casa de seu pai, e foi senhor de Abrunhosa e Vila-Macedo,

cavaleiro de Cristo, juiz de fora em Coimbra, familiar do S.^{to} Offício por carta de 24 ag. 1745; c. a 8 set. 1749 c. D. Joaquina Teodora de Sá e Meneses, n. em 1729, segunda filha de Manuel de Sá Pereira (cavaleiro de Cristo, fidalgo da C. R., familiar do S.^{to} Offício, mestre-de-campo dos auxiliares na comarca de Coimbra, senhor da casa dos Sás de Condeixa e da quinta da Anadia, subúrbio de Coimbra) e de sua 2.^a mulher D. Mariana Plácida de Meneses, senhora das casas da Freiria e de Argemil, e de alguns mórgados. Teve:

- 1 (X). *Simão Pais do Amaral*, que segue.
- 2 (X). *Miguel Pais de Meneses*, mção-fidalgo da C. R., n. 22 dez. 1758, seguiu primeiro a magistratura, que depois largou para professar na Ordem militar de Malta, na qual foi comendador, e † em Mangualde a 7 abr. 1839. A êle se deve o moderno templo de Nossa Senhora do Castelo, acabado em 1838, e bem assim o arranjo magnificante do jardim e mata da casa de Mangualde.
- 3 (X). *Bernardo Pais de Castelo-Branco e Meneses*, n. 22 ag. 1761, mção-fidalgo da C. R., professou novo na Ordem de Malta, e ainda esteve com seus irmãos em serviço da Ordem nesta ilha; foi bálho de Leça, e acompanhou durante muitos anos seu tio materno José de Sá Pereira de Meneses, 2.^o conde de Anadia (vid. X b", * 2), na embaixada de Nápoles; a êle se deve em grande parte a sumptuosidade com que foi mobilada e ornada a casa de Mangualde, sendo obra sua grande número de quadros que nela há, com paisagens de Malta, Nápoles, e vários pontos de Itália. De idade avançada † em Mangualde a 13 set. 1840, e jaz na igreja de Nossa Senhora do Castelo.
- 4 (X). *Manuel Pais de Sá e Meneses*, mção-fidalgo da C. R., comendador da Ordem de Malta, à qual prestou bons serviços.
- 5 (X). *José Pais de Sá e Meneses*, n. 12 nov. 1766, mção-fidalgo da C. R., foi cónego na Sé de Coimbra, arceidiago na de Viseu, inquisidor em Coimbra, † em Mangualde a 27 mar. 1837, e jaz em N. Senhora do Castelo.
- 6 (X). *Bento Pais do Amaral*, mção-fidalgo da C. R., deputado do Conselho geral do S.^{to} Offício, inquisidor em Lisboa.
- 7 (X). *João Pais do Amaral e Meneses*, conhecido vulgarmente pelo nome de João dos Vargos, foi mção-fidalgo da C. R., senhor da vila de Carrapato, comendador de Cristo, coronel do regimento do termo oriental de Lisboa, c. c. D. Maria Leocádia de Faria Pereira e Sousa, senhora da casa dos Vargos, filha de Simão José de Faria, desembar-

Nota I — Família paterna do poeta (141)

gador do Paço e riquíssimo proprietário do Ribatejo.
Teve:

1 (XI). *João Miguel Pais do Amaral de Faria*, mção-fidalgo da C. R., n. 5 set. 1804, c. c. D. Maria Joana de Sousa de Barros Carvalhosa, filha dos 1.^{os} viscondes de Santarém, da qual houve:

- a (XII). D. *Maria Joana Pais de Faria Pereira*, c. c. Roque Jacinto da Câmara e Melo, que teve: — 1 (XIII). D. *Maria Joana Pais de Faria da Câmara e Melo*, c. em novembro de 1886 c. Mannel da Silva Gaio, bacharel formado em Direito, actual Secretário geral da Universidade de Coimbra, sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, e de várias outras sociedades literárias, filho do Dr. António de Oliveira da Silva Gaio, lente da faculdade de Medicina de Coimbra, e de D. Emilia Augusta de Campos Paredes; neto paterno do Dr. Manuel Joaquim de Almeida Silva Gaio, magistrado distinto, que muito sofreu nas prisões de Almeida, e de D. Ana Augusta de Oliveira e Almeida: neto materno do Conselheiro Mannel da Cunha Paredes, juiz do Supremo Tribunal de Justiça, deputado às côrtes; governador civil de vários distritos, e de D. Ana Augusta de Campos, filha do Dr. António Joaquim de Campos, do Conselho de S. M., lente de prima da faculdade de Medicina. Houve d'este consórcio uma filha — (XIV). D. *Maria Manuela Pais de Faria da Câmara Melo e Silva Gaio*, c. a 12 out. 1916 c. Manuel de Oliveira Esteves, proprietário, e tem actualmente dois filhos de tenra idade — (XV): *Manuel Pais de Faria da Câmara Melo Silva Gaio de Oliveira Esteves*, e D. *Joana Maria da Conceição de Sa Pereira Meneses Silva Gaio de Oliveira Esteves*. — Aquela primeira D. Maria Joana teve mais: — 2 (XIII). D. *Maria Carlota Pais de Faria da Câmara e Melo*, c. c. Joaquim José Ferreira de Aguiar, com sete filhos: — (XIV). D. *Maria do Pilar de Melo Ferreira de Aguiar*, Roque Artur de Melo Ferreira de Aguiar, c. c. D. *Carlota F. de Melo Ferreira de Aguiar*, c. p. d. *de Aguiar*, c. c. Gonçalo Cabral, com ger., *Joaquim José de Melo Ferreira de Aguiar*, Antonio de Melo Ferreira de Aguiar, D. *Maria da Arrábida de Melo Ferreira de Aguiar*, e *Francisco de Melo Ferreira de Aguiar*;
- b (XII). *Simão Pais de Faria Pereira do Amaral e Meneses*, c. c. D. Maria do Pilar Sérgio de Sousa, filha dos 1.^{os} condes de Sérgio de Sousa, sem ger.;
- c (XII). D. *Rita Pais de Faria*, que vive solteira;
- d (XII). D. *Ana Pais de Faria Pereira*, † solteira;
- e (XII). *Alvaro Pais de Faria*, † solteiro;
- f (XII). D. *Irene Pais de Faria*, c. c. Pedro de Lima Coupers, com ger.;
- g (XII). *Francisco Pais de Faria Pereira*, † solteiro;

2 (XI). *Bernardo Pais do Amaral*;

3 (XI). *José Pais do Amaral*, que morreu no cêrco do Pôrto, sendo capitão de artilharia;

4 (XI). *Simão Pais do Amaral*.

- 8 (X). *Joaquim Pais do Amaral e Meneses*, moço-fidalgo da C. R., comendador de Malta, † afogado no Tejo.
- 9 (X). *D. Joana Brigida de Meneses*, c. c. Manuel Estêvão de Almeida Vasconcelos Quifel Barbarino, que já era viúvo, sogro de seu irmão Simão Pais do Amaral, que segue; não teve ger.

X b", *) — **Simão Pais do Amaral**, sucedeu a seu pai na casa de Mangualde, de que foi 9.º senhor, sendo 2.º senhor da Abruñhosa e Vila-Mendo, moço-fidalgo da C. R., cavaleiro da Ordem de Cristo, do Conselho Ultramarino. Casou com D. Isabel Luísa de Almeida e Vasconcelos Quifel Barbarino, senhora dos morgados de Monperres e Almeida, filha de Manuel Estêvão de Almeida Vasconcelos Quifel Barbarino (moço-fidalgo da C. R., desembargador da Casa da Suplicação, alcaide-mór de Penegono, cavaleiro de Cristo, do Conselho Ultramarino), e de sua 1.ª mulher D. Caetana Eugénia do Vale de Brito e Silva, filha de Mateus Martins do Vale Botelho e de D. Escolástica de Abreu. Teve:

- 1 (XI). *Miguel Pais do Amaral de Almeida Quifel Barbarino*, n. 6 fev. 1777, moço-fidalgo com exercício, sucessor de seus pais, comendador de Cristo, tenente-coronel de cavalaria, c. 13 maio 1810 c. D. Maria Joana de Saldanha Oliveira e Daun, filha dos 1.ºs condes de Rio-Maior, João de Saldanha Oliveira e Sousa, e D. Maria Ana de Carvalho e Daun, 3.ª filha do 1.º marquês de Pombal; † sem ger. deixando a sua mulher todos os seus bens livres.
- 2 (XI). *D. Maria Joana de Sá e Meneses*, dama da Ordem de S. João de Jerusalém, n. 13 dez. 1779; c. c. seu tio-avô José de Sá Pereira de Meneses (vid. IX b", * 3), comendador de Cristo, cavaleiro não professo de Malta, enviado em missão diplomática a várias côrtes, ministro plenipotenciário de Portugal em Nápoles, o qual veio a suceder nos títulos a seu irmão João António de Sá Pereira, 1.º barão de Alverca, e a seu sobrinho João Rodrigues de Sá e Melo Meneses Souto-Maior, 1.º conde de Anadia. Foi 1.º visconde de Alverca e 2.º conde de Anadia, mas a carta-régia desta mercê, expedida do Rio de Janeiro, onde se achava a côrte, já o não encontrou vivo quando chegou a Portugal, pelo que sómente sua mulher usou o título de 2.ª condessa de Anadia. Não teve filho varão, mas apenas as seguintes filhas:

1 (XII). *D. Maria Luísa de Sá Pereira de Meneses de Melo Souto-Maior*,

Nota I — Família paterna do poeta (143)

- 3.^a condessa de Anadia e 2.^a viscondessa de Alverca, n. 28 abr. 1801, c. c. seu tto materno Manuel Pais de Sá, que segue (XI b'', *), com descendência;
- 2 (XII). *D. Maria José de Sá*, n. 20 set. 1804, c. c. José Maria Salema de Saldanha, mção-fidalgo, de quem teve geração, e † mção do côro no R. Mosteiro da Encarnação das comendadeiras de Avis, em Lisboa, a 29 abr. 1837;
- 3 (XII). *D. Maria Joana de Sá*, n. 11 jun. 1807, † solteira.
- 3 (XI). *Manuel Pais de Sá e Meneses*, que segue.
- 4 (XI). *Simão Pais do Amaral e Meneses*, c. c. a filha de um negociante rico de Lisboa, pelo que a família de Mangualde teve tal desgosto, que se vestiu de luto, e mandou cobrir as armas. Teve um só filho, que morreu novo, do qual o pai herdou grossa fortuna, que deixou à sua família de Mangualde, a qual a não rejeitou.
- 5 (XI). *D. Maria do Patrocínio do Amaral e Meneses*, c. c. seu primo João Pinheiro de Aragão (vid. VII b'', 17), fidalgo da C. R., senhor da casa dos Pinheiros de Aragão, de La-mego.

XI b'', *) — Manuel Pais de Sá do Amaral de Almeida e Vasconcelos

Quifel Barbarino, n. 7 abr. 1781, filho 2.^o de Simão Pais do Amaral, sucedeu a seu irmão Miguel, em novembro de 1850, nos vinculos apenas. Formou-se na Faculdade de Leis em 1802. Foi deputado presidente da Junta da Casa de Bragança, comendador de Cristo, mção-fidalgo com exercício, par do reino, 3.^o conde de Anadia e 2.^o visconde de Alverca pelo casamento que fez a 23 mai. 1821 com sua sobrinha materna D. Maria Luísa de Sá Pereira de Meneses de Melo Souto-Maior, filha mais velha e sucessora dos 2.^{os} condes de Anadia e 1.^{os} viscondes de Alverca ((X b'', * 2). Teve:

- 1 (XII). *D. Maria Joana de Sá Pereira de Meneses Melo Souto-Maior*, n. 29 ag. 1822, c. 15 jan. 1842 c. o 4.^o conde da Louzã D. João José de Lencastre de Basto Baharem, e faleceu um mês depois, a 19 fev. do mesmo ano de 1842.
- 2 (XII). *D. Maria Isabel*, n. 29 mar. 1825, † 7 dez. 1859.
- 3 (XII). *D. Maria da Glória*, n. 27 jun. 1826, † em abril de 185...
- 4 (XII). *José Maria de Sá Pereira de Meneses*, que segue.
- 5 (XII). *Simão das Chagas de Sá Pereira de Meneses*, n. 6 fev. 1841, c. c. D. Carlota Amália de Moraes Sarmiento, n. em Londres a 2 fev. 1840, filha do 1.^o matrimónio do 1.^o visconde da Torre de Moncorvo, e mais tarde marquesa de Oldoini, pelo seu casamento em 2.^{as} núpcias, a 28 nov. 1877 com o marquês d'este título, enviado extraordinário

do rei de Itália em Lisboa. Houve do casamento de Simão das Chagas as filhas seguintes:

1 (XIII). *D. Maria Luísa*, n. 24 abr. 1863, solteira;

2 (XIII). *D. Maria Carlota de Sá Pereira e Meneses*, n. 4 mar. 1864, c. c. D. João de Lencastre e Távora de Sá Meneses Almeida Castelo-Branco Vasconcelos Silveira Valente Coutinho Barreto Lemos e Gois, 12.º conde de Vila-Nova-de-Portimão.

6 (XII). *D. Maria das Dores de Sá Pereira de Meneses*, n. 6 ag. 1842, c. 13 junho 1861 c. Manuel de Almeida e Vasconcelos de Soveral de Carvalho da Maia Soares de Albergaria, 5.º barão de Mossamedes, filho dos 2.ºs condes da Lapa. Tiveram:

— (XIII). *D. Maria Luísa*, n. 25 abr. 1864, c. c. D. Francisco Lobo de Almeida Melo e Lencastre, com geração.

XII b", *) — **José Maria de Sá Pereira de Meneses Pais do Amaral de Almeida e Vasconcelos Quifel Barbarino**, n. 4 mar. 1839, 4.º conde de Anadia, c. 12 dez. 1861 c. D. Ana Maria Juliana de Moraes Sarmiento, n. em Londres a 10 fev. 1844, filha dos 1.ºs barões e 1.ºs viscondes da Tôrre de Moncorvo. Houveram:

1 (XIII). *Manuel de Sá Pais do Amaral Pereira de Meneses*, 5.º conde de Anadia, que segue.

2 (XIII). *José de Sá Pais do Amaral Pereira de Meneses*, 4.º visconde de Alverca, n. 7 março 1864, c. c. D. Felipa Lopes Casado, e teve:

1 (XIV). *José de Sá Pais do Amaral*, n. 12 jan. 1886;

2 (XIV). *D. Felipa de Sá Pais do Amaral*, c. c. Armando Coelho, com descendência.

3 (XIII). *Carlos de Sá Pais do Amaral Pereira de Meneses*, 1.º Visconde e 1.º Conde de Alferrarede, n. 3 out. 1865, ç. c. D. Maria da Luz de Barros Lima, e teve:

— (XIV). *D. Maria de Barros Lima Sá Pais do Amaral*, Condessa de Calhariz, c. c. o Conde de Calhariz, filho dos Duques de Palmela.

XIII b", *) — **Manuel de Sá Pais do Amaral Pereira de Meneses**, 5.º Conde de Anadia, n. 2 out. 1862, c. c. D. Maria da Graça de Barros Lima, 13.º senhor da casa de Mangualde. Teve, além de outros filhos:

1 (XIV). *José de Sá Pais do Amaral*, 6.º Conde de Anadia, ainda solteiro.

Nota I — Família paterna do poeta (145)

2 (XIV). *Miguel de Sá Pais do Amaral*.

3 (XIV). *D. Maria de Sá Pais do Amaral*.

Ramo quaternário *b''*, **)

VI *b''*, **) — **D. Maria do Amaral**, filha de D. Ana Garcia e de Belchior Pais do Amaral (V *b''*, 3) c. c. Francisco Nunes Lobo, da Bobadela, já viúvo de Isabel de Sequeira, de S. Romão, e teve

- 1 (VII). *D. Maria do Amaral*, única herdeira da importante casa de seu tio, o prior de Sandomil P.^e António do Amaral (V *b''*, 4), pelo que passou a viver nas suas propriedades da vila de Sandomil; casou com Luís de Abreu, da linhagem dos Abreus de Vila-Pouca da Beira (vid. III d 3; cf. *Nota genealog.* III, IV 2, e VI c), que veio residir para casa de sua mulher, de quem teve:

— (VIII). *Roque Fernandes de Abreu*, que casou com sua parenta D. Josefa de Magalhães, e a descendência que houve já fica descrita (VII a'', **).

- 2 (VII). *António do Amaral Lobo*, que segue.

- 3 (VII). *P.^e Manuel do Amaral Lobo*, cuja escritura de património foi feita pelos pais em abril de 1671, e existe na Câmara Eclesiástica de Coimbra.

VII *b''*, **) — **António do Amaral Lobo**, b. 19 maio 1654, sendo padrinho seu tio, prior de Sandomil; c. 3 nov. 1699 em Lourosa c. D. Ana de Quadros, b. 5 jun. 1678, filha de Manuel Correia e D. Ana de Quadros; na Bobadela, onde residiam, tiveram

VIII *b''*, **) — **D. Caetana do Amaral**, c. c. Sebastião de Campos, filho de Sebastião de Campos, da freguesia de S. Tiago de Coimbra, e de Maria Antunes, de S. Paio de Graça, e houveram

- 1 (IX). *Dr. Bartolomeu José de Campos Lobo do Amaral*, que segue.

- 2 (IX). *Onofre Lobo do Amaral*, b. 17 junho 1739.

- 3 (IX). *José Lobo do Amaral*, b. 10 maio 1744.

IX *b''*, **) — **Dr. Bartolomeu José de Campos Lobo do Amaral**, b. 30 ag. 1732, c. em 1.^{as} núpcias c. D. Micaela Vitória Freire

de Figueiredo, e em 2.^{as} a 26 jan. 1785 c. D. Joaquina Rosa Freire de Figueiredo Castelo-Branco, de S. Gião, filha de João Francisco Mendes de Castelo-Branco, de Alvôco da Serra, e de D. Rita Bernarda Freire de Figueiredo e Cunha. Teve sucessão apenas do 2.^o matrimónio:

- 1 (X). *Bartolomeu José Lobo*, sargento-mór de Lagos da Beira, † solteiro.
- 2 (X). *Dr. Francisco Freire Lobo do Amaral*, que segue.
- 3 (X). *Dr. António Freire de Campos*, gémeo com o anterior, † 16 junho 1854.
- 4 (X). *P.e João Freire de Campos Castelo-Branco*, abade de Samodães, † em Gramaços a 26 dez. 1846.
- 5 (X). *D. Maria Freire de Campos*.
- 6 (X). *D. Rita Emilia Freire*.
- 7 (X). *D. Aurélia Ermelinda Freire*.
- 8 (X). *D. Joaquina Máxima Freire*.

X b'', ** — **Dr. Francisco Freire Lobo do Amaral** († 12 mai. 1867), c. em Gramaços a 27 set. 1837 c. D. Antónia Delfina Garcia († 23 dez. 1852), herdeira da casa de Gramaços, e houve:

- 1 (XI). *Dr. Francisco Freire Lobo do Amaral*, n. 10 ag. 1838, † solteiro, na Bobadela, a 24 abr. 1903.
- 2 (XI). *D. Maria dos Prazeres Freire*, b. de 13 dias a 30 dez. 1839, † solteira, em Gramaços, a 15 out. 1866.
- 3 (XI). *Dr. António Freire Garcia Lobo*, que segue.
- 4 (XI). *Bartolomeu José Lobo do Amaral*, n. 28 nov. 1842, † na Bobadela a 27 maio 1910.
- 5 (XI). *Joaquina*, n. 19 mar. 1844, † 22 dez. 1845.
- 6 (XI). *Dr. João Freire Garcia Lobo*, b. de 26 dias a 3 nov. 1846, único dos irmãos que ainda vive, no estado de solteiro.
- 7 (XI). *Dr. Alexandre Freire Garcia Lobo*, médico, n. 16 maio 1848, † em Gramaços 13 out. 1905, e teve
— (XII). *Alfredo Freire Garcia Lobo*, que vive em Gramaços, solteiro.
- 8 (XI). *Dr. José Freire Lobo do Amaral*, n. 13 jan. 1850, do Conselho de S. M., juiz do Supremo Tribunal Administrativo, † em Gramaços em ag. 1919.
- 9 (XI). *Dr. Manuel Freire Garcia Lobo*, n. 11 nov. 1851, † nas Caldas de S. Paulo (Penalva de Alva), a 17 nov. 1901.

XI b'', ** — **Dr. António Freire Garcia Lobo**, n. 11 jul. 1841, coronel-

Nota I — Família paterna do poeta (147)

-médico († em Galizes a 17 jan. 1915), c. 25 nov. 1897
c. D. Maria Emilia Toscano Tinoco, e teve:

1 (XII). *D. Maria da Assunção Freire Tinoco Lobo do Amaral*, n.
20 out. 1898, vive solteira.

2 (XII). *D. Antónia Freire Tinoco Lobo do Amaral*, que segue.

XII *b''*, **) — **D. Antónia Freire Tinoco Lobo do Amaral**, n. 15 dez.
1899 em Galizes, c. 23 out. 1920 c. o Dr. António
Vaz Pato de Figueiredo Martins, médico.

Ramo terciário *b''*,)

V *b''*,) — **D. Maria João Garcia**, filha de Maria João e João Dias (IV
b'',), c. c. o seu parente Marcos Garcia, de Sandomil.
Teve

VI *b''*,) — **Sebastião Garcia**, c. c. sua prima D. Josefa do Amaral (V
b'', 2), e foi o 1.º administrador do vínculo de Sandomil,
instituído em 1653. Teve

VII *b''*,) — **Mateus Garcia Lobo**, 2.º administrador do vínculo de San-
domil, c. c. sua parenta D. Águeda Mendes de Gouveia,
de Vila-Cova-à-Coelheira, e houve

VIII *b''*,) — **Mateus Garcia Lobo**, 3.º administrador do referido vínculo,
c. c. D. Francisca de Barros e Oliveira, da antiga casa
de Outeiro-do-Bispo, em Aldeia-Nova-do-Cabo (Fundão).
Dêles nasceram:

1 (IX). *Anacleto Garcia Lobo*, que segue.

2 (IX). *D. Antónia de Barros*, que casou com seu parente Luís de
Abreu Magalhães, de Sandomil, com geração já descrita
(VIII *a''*, **).

IX *b''*,) — **Anacleto Garcia Lobo**, corregedor de Castelo Branco, c. c.
D. Margarida de Gouveia. Tiveram um filho e algumas
filhas, que morreram novos, sobrevivendo apenas a única
herdeira,

X *b''*,) — **D. Ana Joaquina de Barros e Oliveira**, c. em Torrosêlo c.
Luís José de Abranches Homem Ferrão, bacharel for-

mado em Cãones, sargento-mór de Torrosêlo, Lagos e mais vilas da Universidade, senhor da casa dos Abranches-Homens, de Torrosêlo. Teve:

- 1 (XI). *Antônio Homem de Abranches*, herdeiro da casa e vínculos de seu pai, † solteiro em 1833.
- 2 (XI). *José Joaquim de Abranches Homem de Oliveira e Cunha*, que segue.

XI b'') — **José Joaquim de Abranches Homem de Oliveira e Cunha**, sucessor de seu irmão primogénito, sargento-mór de Torrosêlo, senhor da casa dos Abranches-Homens, de Torrosêlo, da de Aldeia-Nova-do-Cabo (Fundão), e do morgado de Sandomil. Casou com sua parenta D. Maria Cândida Boto Machado Pinto, de S. Romão. Tiveram:

- 1 (XII). *D. Ângela Adelaide Augusta de Abranches Boto Machado*, que † solteira.
- 2 (XII). *D. Ana Júlia de Abranches Boto Machado*, c. c. José Caetano da Costa Brandão Brito de Mesquita (infra IX d' 3), sem descendência.
- 3 (XII). *D. Maria Máxima Leopoldina de Abranches Boto Machado*, c. c. seu primo Luís de Albuquerque Pimentel de Vasconcelos, filho 3.º de José Bernardo de Albuquerque Pimentel Souveral (fidalgo-cavaleiro da C. R., senhor de vários vínculos em Fornos-de-Algodres, Figueiró-da-Granja e Quinta-de-Azurara), e de sua mulher D. Maria Antónia Pinto de Sá Machado. Tendo falecido solteiro seu irmão mais velho António Maria, e tendo o imediato José Maria (primeiro e único barão de Fornos-de-Algódres, casado com uma senhora da casa dos condes de Samodães), morrido também sem geração, sucedeu-lhes nos vínculos da casa de seus maiores. Foi oficial do exército na campanha peninsular. Teve:

- 1 (XIII). *D. Maria Cândida de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos*, n. 8 out. 1836, c. c. seu primo José Maria de Sá Melo Côte-Real, de Fornos-de-Algodres, e teve — (XIV). *José Côte-Real de Albuquerque*, bacharel-formado, c. c. D. Maria Isabel Jacome, da casa do Avelar, em Braga, com três filhos — (XV). *Vasco Anes de Albuquerque*, *José Maria Côte-Real de Albuquerque*, e *Francisco Augusto de Albuquerque*;
- 2 (XIII). *D. Ana de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos*, n. 5 out. 1837, † solteira cêrca do ano de 1906;
- 3 (XIII). *Cristina*, † criança;
- 4 (XIII). *Jose de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos Souveral*, n. 20 jan. 1840, bacharel formado em Direito, c. c. sua prima co-irmã D. Ana Isabel de Albuquerque Côte-Real. Tiveram: — a (XIV). *Jose de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos*, n. 15 jan. 1870,

bacharel formado em Direito, conservador do registo predial em Fornos-de-Algodres, c. c. D. Maria Helena Homem Rebelo Freire de Almeida, filha do Dr. João Homem Rebelo de Almeida, auditor administrativo em Viseu, e tem dois filhos e três filhas — (XV). *D. Maria Helena Homem de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos, José de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos, D. Maria Francisca de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos, João de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos, e D. Ana de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos*; — *b* (XIV). *D. Maria Luisa de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos, c. c. seu primo em 3.º grau Dr. José Maria de Albuquerque da Costa Brandão, actualmente juiz de direito em Vila-Nova-de-Ourense, cuja prole vai indicada noutro lugar (X d' 3)*; — *c* (XIV). *D. Maria da Conceição de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos, c. c. seu con-cunhado e primo o 2.º visconde do Ervedal da Beira, cuja prole se menciona noutro lugar (XI d' 1)*; — *d* (XIV). *D. Ana Ermelinda de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos, sem estado*; — *e* (XIV). *Francisco, † criança*; — *f* (XIV). *Luis de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos, solteiro, capitão de infantaria 14, actualmente batendo-se em França com os inimigos da pátria*; — *g* (XIV). *D. Maria José de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos, c. c. João de Azeredo Lobo Pinto Melo e Leme, filho do Dr. Alexandre de Azeredo Pinto Melo e Leme, e de D. Maria do Carmo Vasconcelos (Leiria), sem descendência*;

5 (XIII). *D. Carlota de Albuquerque Pimentel, viscondessa do Granjão, n. 19 fev. 1841, c. em 1857 c. António Botelho Teixeira, visconde do Granjão, já falecidos; deixaram uma filha* — (XIV). *D. Amelia Botelho Teixeira e Albuquerque, c. c. o Dr. José de Abranches Homem da Costa Brandão, de Torrescôlo (XII b' . 4), sem descendência*;

6 (XIII) *Antonio de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos, n. 8 nov. 1842, c. em 1.ª núpcias c. sua prima D. Carlota Ermelinda de Sá Melo Côte-Real, e em 2.ª c. D. Clotilde Osório de Castro e Vasconcelos, e teve cinco filhos*: — *a* (XIV). *Luis de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos, c. c. D. Estrêla da Conceição Ribeiro da Costa, de Torres-Novas, que teve* — (XV). *D. Maria Helena Ribeiro de Albuquerque, D. Maria Francisca Ribeiro de Albuquerque, D. Maria Estrêla Ribeiro de Albuquerque, José de Albuquerque, António de Albuquerque, e Luis de Albuquerque*; — *b* (XIV). *Francisco de Albuquerque Côte-Real*; — *c* (XIV). *D. Carolina de Albuquerque Côte-Real*; — *d* (XIV). *D. Maria Joaquina de Albuquerque Côte-Real*; — *e* (XIV). *D. Maria Carlota de Albuquerque Côte-Real, c. c. o Dr. José de Brito e Faro, e tiveram* — (XV). *D. Maria Antónia de Albuquerque, e José Maria de Albuquerque Côte-Real e Faro*.

7 (XIII). *Luis de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos, c. c. D. Virgínia de Almeida Borges, filha do Dr. José Januário de Almeida Borges, de Oliveira, concelho de Mesão-Frio, falecidos sem descendência*.

4 (XII). *Francisco Augusto de Abranches Homem, que segue.*

XII b' „) — **Francisco Augusto de Abranches Homem de Oliveira e Cunha,** bacharel formado em Leis, capitão de voluntários rea-

listas de Mangualde, c. a 14 fev. 1811 c. D. Maria Emília da Costa Brandão e Albuquerque, filha do capitão-mór de Oliveirinha, António José da Costa Brandão (infra IX *d'*), e irmã de José Caetano da Costa Brandão Brito de Mesquita (supra XI *b''*, 2). Tiveram :

1 (XIII). *D. Carlota de Abranches Homem da Costa Brandão, c. c.* o Dr. César Augusto Homem de Abranches Brandão, desembargador da Relação de Lisboa, filho do Dr. António Henriques Ferreira, do Ervedal, e de D. Maria Amália de Abranches Brandão, de Travancinha. Tiveram :

1 (XIV). *D. Elvira das Dores de Abranches Brandão, c. c.* Armando de Azevedo de Almada, sem geração ;

2 (XIV). *Francisco Augusto de Abranches Brandão*, médico pela Escola de Lisboa, vive em Mangualde, solteiro ;

3 (XIV). *D. Clotilde de Abranches Brandão, c. c.* Domingos António Lopes, médico pela Escola de Lisboa. Vivem em Pedrógão-Pequeno, com dois filhos menores—(XV). *Eduardo, e D. Maria Constança* ;

4 (XIV). *D. Henriqueta de Abranches Brandão, c. c.* o Dr. Luís de Sousa Sereno, delegado na Certá, sem ger. ;

5 (XIV). *D. Maria Emília de Abranches Brandão, c. c.* Mário Júdice de Oliveira, farmacêutico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com dois filhos menores — (XV). *D. Maria Emília, e Ernesto.*

2 (XIII). *D. Maria Constança de Abranches Homem da Costa Brandão, c. c.* Manuel José da Silveira Castelo-Branco, o *Morgado de Sandomil*, que tinha casa em Arganil, onde foi administrador do concelho largos anos, e onde faleceu sem descendência.

3 (XIII). *D. Maria Emília de Abranches Homem da Costa Brandão, c. c.* 7 jan. 1867 c. seu tio materno, o conselheiro Dr. Sebastião Carlos da Costa Brandão e Albuquerque, visconde do Ervedal-da-Beira, de quem adeante se faz menção, e se descreve a descendência (X *d'*).

4 (XIII). *Dr. José de Abranches Homem da Costa Brandão*, fidalgo da C. R., deputado da Nação, senhor das casas de Torrosêlo e Sandomil, c. c. sua prima D. Amélia Botelho Teixeira e Albuquerque, filha única de sua prima D. Carlota de Albuquerque Pimentel, viscondessa do Granjão (XI *b''*, 3, 5), sem descendência.

Ramo primário c)

III c) — **Ana Marques**, filha de Marcos Garcia (2.^o), de Folhadosa (II, 4), casou na Bobadela com António Alves de Abranches.

Nota I— Família paterna do poeta (151)

Ele faleceu a 21 fev. 1593, ela veio a falecer a 18 abr. 1619. Tiveram:

- 1 (IV). *Manuel Garcia*, b. 13 abr. 1552, c. em Pinhanços, com ger.
- 2 (IV). *Francisco Marques*, b. 10 abr. 1554, c. c. Agostinha Lourenço, filha de Pedro Afonso de Figueiredo, de Oliveirinha, teve alguns filhos, em cujo número se conta

— (V). *José Marques*.

- 3 (IV). *Ana Garcia*, b. 25 fev. 1556, c. 12 out. 1572 c. Pedro Anes, o *Ruivo*, de Galizes, com ger.
- 4 (IV). *Maria Garcia*, b. 30 jan. 1558, c. 31 ag. 1578 c. Manuel Afonso, de Sinde, ficando a residir na Bobadela, onde aquela faleceu a 12 jan. 1595, com geração, da qual mencionamos

— (V). *Ana Garcia*, c. 28 jan. 1610 c. Lourenço Vaz, filho de Belchior Vaz e de Catarina Jácome, de Sinde.

- 5 (IV). *António Marques*, b. 28 abr. 1560, c. c. Florentina Borges, com ger.
- 6 (IV). *Brites Marques*, b. 5 mar. 1562, que segue (IV c').
- 7 (IV). *Marcos Garcia*, que segue (IV c'').
- 8 (IV). *Isabel Antunes*, b. 16 abr. 1567, c. c. António Madeira, de Avô, que veio residir para a Bobadela, onde tiveram ger.
- 9 (IV). *Joana Garcia Antunes*, b. 6 fev. 1569, c. 18 ag. 1591 c. João Madeira, filho de Simão Garcia e Verónica Nunes, de Avô, e irmão de Helena Madeira, mãe do poeta Brás Garcia Mascarenhas; e tiveram, entre outros filhos:

1 (V). *Maria Garcia*, b. 10 mai. 1592;

2 (V). *António Madeira*, b. 4 mar. 1594;

3 (V). *Helena Antunes*, b. 18 dez. 1606;

4 (V). *João Madeira Garcia*.

- 10 (IV). *Antónia Garcia*, b. 5 out. 1570, c. 26 abr. 1593 c. Gaspar Antunes, filho de António Afonso e de Mecia Rodrigues, da Barrosa (Tábua), e irmão de Baltasar da Fonseca, c. em Avô c. Brites Madeira (*Nota geneal.* II, III b 3).
- 11 (IV). *Felipa Garcia*, b. 2 ag. 1574, c. c. Simão das Neves, da freguesia do Couto-do-Mosteiro (Santa-Comba-Dão).

Ramo secundário c')

IV c')—**Brites Marques**, c. 29 abr. 1582 c. António Afonso da Costa, da Barrosa, freguesia de Tábua, onde era capitão-mór, filho de João Afonso de Figueiredo (que se dizia ser descendente, por um lado, de João Afonso da Costa, que no meado do século xv vivia na Bobadela, sendo neto de

Fernando Afonso da Costa, vassalo de D. Afonso IV, e, por outro lado, de Gonçalo de Figueiredo, fidalgo muito ilustre, valido de D. Pedro I), e de sua mulher Catarina Anes Homem, do Vale-de-Bêsteiros. Teve, entre outros filhos:

1 (V). *Manuel de Afonseca da Costa*, que segue (V c').

2 (V). *Ana de Afonseca de Brito*, c. c. Manuel Homem de Figueiredo, de Vila-Cova-sob-Avô, e tiveram, além de duas filhas,

— (VI). *Manuel Homem Afonso*, avô de — (VIII). *Manuel de Gambôa*, da quinta da Barrosa.

3 (V). *Simão de Afonseca de Brito*, que segue (V c'').

Ramo terciário c')

V c') — **Mannel de Afonseca da Costa**, c. em Oliveira-do-Conde c. Isabel Simões, e teve

VI c') — **Antônio de Brito da Costa**, que foi soldado da *companhia dos leões*, capitaneada por seu primo o poeta Brás Garcia Mascarenhas, sendo depois capitão-mór de Oliveira-do-Conde, e c. c. D. F. . . . Teve

VII c') — **Manuel de Brito Ribeiro de Figueiredo**, capitão-mór de Oliveira-do-Conde e de Correlos, c. c. D. Maria Bernardes, e tiveram

VIII c') — **João de Brito Ribeiro de Figueiredo**, capitão-mór de Oliveira-do-Conde e de Correlos, c. c. D. Maria Caetana de Abranches Madeira. Houve

IX c') — **Manuel Antônio de Brito Madeira de Figueiredo**.

Ramo terciário c'')

V c'') — **Simão de Afonseca da Costa**, c. c. D. Maria da Cunha de Essa, neta de Gaspar da Cunha, fid. da C. R. por alvará do ano de 1522, filho de João Gomes da Cunha, de Tábua, também fid. da C. R. Esta D. Maria era senhora, por sucessão, do morgado instituído em 1435 por Vasco Mar-

Nota I — Familia paterna do poeta (153)

tins da Cunha, filho de Martim Vasques da Cunha, que se notabilizou nas guerras com Castella. Tiveram

VI c'_{ii}) — **D. Ana da Cunha da Costa**, c. c. o seu parente Luís Pessoa de Melo, e tiveram

VII c'_{ii}) — **Luís Vasques da Cunha e Melo**, c. c. D. F...., e nasceu

VIII c'_{ii}) — **Bernardo da Cunha e Melo**, c. c. D. F...., e houve:

1 (IX). *Luís Atanásio da Cunha e Melo*.

2 (IX). *D. Ana da Cunha e Melo*, que segue.

IX c'_{ii}) — **D. Ana da Cunha e Melo**, c. c. o seu parente António Pedro de Gambôa e Vasconcelos, descendente de Ana de Afonseca de Brito, de quem já falámos (IV c' 2).

Ramo secundário c''

IV c''') — **Marcos Garcia**, b. 17 nov. 1564 na Bobadela, c. em Avô a 19 ag. 1591 c. Helena Madeira (*Not. geneal.* II, iv c'), filha de Simão Garcia e de sua primeira mulher Verónica Nunes, pertencente à familia dos Madeiras Arrais, de Avô. Pela resignação de seu sogro, foi Marcos Garcia provido, a 4 set. 1595, no cargo de escrivão das cisas e dos panos nas vilas de Avô e S. Sebastião-da-Feira. Faleceu em 1654, sendo viúvo desde 1634 ou principio de 1635. Tiveram os seguintes filhos:

1 (V). *Feliciano Monteiro*, b. 11 jun. 1592, c. 21 ag. 1617 c. Sebastião Gomes, irmão do padre Feliciano Gomes, de Anadia, e teve os filhos seguintes:

1 (VI). *João*, b. em S. Paio de Arcos (Anadia) a 19 jul. 1618;

2 (VI). *Maria*, b. ibid. a 17 jul. 1620;

3 (VI). *Catarina*, b. em Avô a 25 nov. 1622;

4 (VI). *Fernando*, que veio a ordenar-se, e seu irmão gémeo

5 (VI). *Pedro*, ambos b. em S. Paio de Arcos a 23 jul. 1628;

6 (VI). Um menino, cujo nome não chegou a ser escrito no espaço, que para isso ficou em branco no assento de baptismo, realizado ibid a 11 março 1630.

2 (V). *Dr. Manuel Garcia*, n. 3, b. 10 fev. 1594, presbítero, prior de Travanca-de-Farinha-Pôdre desde 1630 até 1636, † a 21 jan. 1662.

- 3 (V). *Brás Garcia Mascarenhas*, o nosso poeta, que segue.
- 4 (V). *Verónica Nunes*, b. 6 dez. 1597, ainda era viva a 4 fev. 1635, em que figura como madrinha em um baptismo (doc. XXX); nenhuma referência encontro a ela, posterior a esta data.
- 5 (V). *Maria Garcia*, b. 21 dez. 1599, ainda era viva em 30 dez. 1659, quando com seus irmãos e irmãs fez testamento de mão comum (doc. LXXXIX).
- 6 (V). *P.º Pantaleão Garcia*, b. 5 ag. 1601, cura de Santo Isidoro de Almassa desde meado de 1631 até fins de 1635; em seguida pároco encomendado de Travanca-de-Farinha-Pôdre até 1638, e por fim prior da mesma igreja até ali falecer a 14 out. 1660.
- 7 (V). *Ana Monteiro*, b. 15 set. 1603, † 10 fev. 1663.
- 8 (V). *Isabel Garcia*, b. 6 mar. 1605, † 11 set. 1686.
- 9 (V). *P.º Matias Garcia*, b. 3 mar. 1607, foi cura de Anceriz desde meado de 1647 até falecer a 23 dez. 1664 em Avô; antes de ser sacerdote, teve de Ana Duarte, mulher solteira de Travanca-de-Farinha-Pôdre, um filho,
- (VI). *Manuel Garcia Mascarenhas*, b. na Bobadela a 18 fev. 1647, que veio a casar com sua prima D. Quiteria, filha do poeta, cuja descendência se descrevera (*Nota geneal.* IV).
- 10 (V). *Antónia Garcia*, b. 2 nov. 1608, † 11 set. 1686.
- 11 (V). *Francisco Garcia*, b. 9 mar. 1612, começou a sua ordenação na Quaresma de 1635, e em seguida entrou em religião.

V c'') — **Brás Garcia Mascarenhas**, capitão de infantaria, governador da praça de Alfaiates, autor do poema épico *Viriato Tragico*, n. 3, b. 10 fev. 1596, c. 19 fev. 1645 c. D. Maria da Costa Fonseca, de Avô, e † a 8 ag. 1656, com ger. A sua descendência até à actualidade vai descrita em a *Nota genealógica* IV.

Ramo primário d)

III d) — **Maria Marques**, filha de Marcos Garcia (2.º), de Folhadosa (II 5), c. na Bobadela c. Gaspar Francisco, e teve

- 1 (IV). *Belchior Francisco*, que segue.
- 2 (IV). *Francisco Nunes*, sem ger.
- 3 (IV). *Doningos Marques*, c. c. António Fernandes de Abreu, de Vila-Pouca-da-Beira, filho de outro António Fernandes de Abreu e de Isabel Nunes; neto paterno de Roque Fernandes de Abreu, de Lourosa, e de sua mulher Briolanja Fernandes Sequeira Castelo-Branco, tronco êste de que procedem por varonia os Abreus da Quinta da Costa (Nogueira-do-Gravo), e por linha feminina os Abreus de Vila-Pouca, os de Lou-

Nota I — Família paterna do poeta (155)

rosa, e os de Sandomil, e muitas outras famílias nobres da Beira. Domingas Marques teve os filhos seguintes:

- 1 (V). *Isabel Nunes*, c. c. Belchior Dias, de Nogueira, de quem descendem os Lobos de S. Miguel-do-Outeiro;
- 2 (V). *Maria Marques*, c. c. Ascenso Unhão, de Nogueira;
- 3 (V). *Francisco Fernandes*, c. em Travanca c. Meclá Correia;
- 4 (V). *P.^e Inácio Nunes*;
- 5 (V). *Joana Francisca*, c. c. João da Fonseca;
- 6 (V). *António Nunes*;
- 7 (V). *António Fernandes*.

IV d) — **Belchior Francisco**, c. c. Brites de Abranches, de Sameice, e tiveram:

- 1 (V). *D. Maria de Abranches*, b. 4 jan. 1590, c. c. Domingos Nunes, de Covas.
- 2 (V). *D. Apolónia de Abranches*, que segue (V d').
- 3 (V). *D. Ana Francisca de Abranches*, que segue (V d'').
- 4 (V). *D. Leonor de Abranches*, b. 19 fev. 1598.
- 5 (V). *D. Antónia de Abranches*, b. 11 ag. 1600.
- 6 (V). *D. Isabel de Abranches*, b. 23 jan. 1603.
- 7 (V). *D. Beatriz de Abranches*, b. 4 abr. 1611¹.

Ramo secundário d')

V d') — **D. Apolónia de Abranches**, b. 23 fev. 1592, c. 11 jan. 1615, c. Gaspar Nunes, de Covas, oficiando o vigário de Avô licenciado António Dias, da casa do Adro, daquela vila. Tiveram

VI d') — **D. Isabel de Abranches**, b. 20 nov. 1624, sendo padrinhos Francisco Nunes e D. Leonor de Abranches, e c. em Covas a 9 out. 16. . c. João da Costa Brandão, filho de Gaspar Nunes Brandão e Maria Godinho. Tiveram

VII d') — **João da Costa Brandão Nunes**, c. na Bobadela a 15 mai. 1698, c. D. Maria Barreto de Figueiredo, filha de Manuel de Figueiredo Brandão (2.º administrador do vínculo de

¹ Esta família bobadelense abandonou mais tarde o apelido de *Abranches*, que usara através de várias gerações, passando os seus membros a ser conhecidos pelo apelido de *Godinhos*, que usam, desde que uma senhora, única representante desta casa, se casou com um Godinho, de Midões, que veio residir para a casa de sua mulher na Bobadela, onde deixou prole. Morreram há umas dezenas de anos naquela freguesia duas velhinhas fidalgas, de quem ainda me recorro, conhecidas pela denominação de — as senhoras Godinhos da Bobadela —. Foram as últimas representantes da família, residentes nesta terra.

Vila-Cova-sob-Avô, instituído por seu tio-avô, o padre João Homem de Figueiredo, e de que fôra 1.º administrador o dito seu pai Manuel de Figueiredo Brandão) e de sua mulher D. Maria Barreto. Ele faleceu a 27 mar. 1736, ela a 17 nov. 1755, em Oliveirinha. Tiveram

VIII d') — **José Caetano da Costa Brandão**, c. em 2.ªs núpcias c. D. Luísa Teresa Joaquina da Nazaré Almeida Castelobranco, de Vila-Deanteira. Tiveram

IX d') — **António José da Costa Brandão Brito de Mesquita Vaz Velho Castel-Branco**, b. 9 mai. 1754, capitão de Oliveirinha, senhor da casa dos Costas de Oliveirinha e dos Britos de Vila-Deanteira, c. em 1.ªs núpcias c. sua prima D. Maria Francisca Emilia de Albuquerque Pinto Tavares Castel-Branco, e em 2.ªs c. sua prima, afilhada, cunhada e comadre D. Teresa Augusta de Albuquerque Pinto Tavares Castel-Branco. Teve do 1.º matrimónio:

1 (X). *Comendador António da Costa Brandão e Albuquerque Brito de Mesquita*, n. 15 dez. 1809, fidalgo da C. R., coronel do exército de D. Miguel, bateu-se heroicamente no cerco do Pôrto e na batalha de Asseiceira; c. c. sua prima D. Ana Delfina de Loureiro Cardoso, de Carvalhiços, e tiveram:

1 (XI). *António da Costa Brandão e Albuquerque Brito de Mesquita*, † solteiro.

2 (XI). *D. Maria da Conceição*.

2 (X). *D. Maria Emilia da Costa Brandão e Albuquerque*, b. 14 fev. 1811, c. c. seu primo Dr. Francisco Augusto de Abranches Homem de Oliveira e Cunha, cuja descendência já fica descrita (XII b'').

3 (X). *José Caetano da Costa Brandão Brito de Mesquita*, fidalgo da C. R., c. c. sua prima D. Ana Júlia de Abranches Boto Machado, (XI b''), 2), sem descendência.

4 (X). *D. Maria dos Prazeres da Costa Brandão e Albuquerque*, † solteira.

5 (X). *Dr. Luis Cândido da Costa Brandão e Albuquerque*, fidalgo da C. R., senhor da casa de Oliveirinha, † solteiro.

6 (X). *D. Maria da Glória da Costa Brandão e Albuquerque*, c. c. o Dr. Miguel António de Sousa Horta, filho dos barões de Santa-Comba-Dão (já viúvo de D. Maria Ludovina de Sousa Almeida e Vasconcelos, filha dos 1.ºs barões de Alvaizere, da qual tinha uma filha, D. Maria Ludovina de Sousa Horta,

que casou com o Dr. António Osório Sarmento de Figueiredo, advogado, antigo ajudante do procurador geral da Corôa e Fazenda, e juiz de direito). Teve:

- 1 (XI). *Dr. Miguel Maria de Sousa Horta e Costa*, juiz da Relação do Pôrto, c. c. D. Maria Leonor de Sousa Monteiro Gomes, e teve os filhos seguintes: — a (XII). *Dr. Miguel de Sousa Vasconcelos Horta e Costa*; — b (XII). *António*, falecido; — c (XII). *Maria Mannela*, falecida;
 - 2 (XI). *José Maria de Sousa Horta e Costa*, coronel de engenharia, c. c. D. Adelaide Silvano, de quem tem os seguintes filhos: — a (XII). *Miguel Silvano Horta e Costa*; — b (XII). *D. Vera Silvano Horta e Costa*; — c (XII). *Vasco Silvano Horta e Costa*;
 - 3 (XI). *Dr. António Maria de Sousa Horta e Costa*, juiz da Relação de Lisboa, c. c. D. Maria Luísa da Câmara, e tem: — a (XII). *Dr. António Miguel da Câmara Horta e Costa*, — b (XII). *Álvaro Luís da Câmara Horta e Costa*, — c (XII). *D. Maria Luísa da Câmara Horta e Costa*;
 - 4 (XI). *Dr. Sebastião Maria de Sousa Horta e Costa*, c. c. D. Maria Clara Monteiro Gomes, e tem os seguintes filhos: — a (XII). *D. Maria Susana Monteiro Gomes Horta e Costa*, c. c. o capitão Carlos Mascarenhas de Meneses; — b (XII). *D. Maria da Glória Monteiro Gomes Horta e Costa*, c. em 1.^{as} núpcias c. o Dr. Francisco de Paula do Vale e Vasconcelos, de quem teve um filho — (XIII). *Francisco*, e em 2.^{as} núpcias c. o 1.^o tenente da armada Francisco Eduardo de Azeredo e Vasconcelos;
 - 5 (XI). *D. Maria da Conceição de Sousa Horta e Costa*, c. c. José da Costa Henriques, de Oliveira do Hospital, chefe da secretaria da extinta Circunscrição escolar da Instrução primária em Coimbra, professor da Escola Normal Primária da mesma cidade, e professor livre de ensino secundário. Tem: — a (XII). *Sebastião José Horta da Costa Henriques*; — b (XII). *Luciano Jose Horta da Costa Henriques*; — c (XII). *Joaquim Jose Horta da Costa Henriques*; — d (XII). *Francisco José Horta da Costa Henriques*;
 - 6 (XI). *Dr. Luis Maria de Sousa Horta e Costa*, juiz de direito em Olhão, e tem os seguintes filhos, todos legítimos: — a (XII). *D. Maria Margarida*, falecida, — b (XII). *D. Fernanda Margarida*, falecida, — c (XII). *D. Maria Raquel Pereira Horta e Costa*, — d (XII). *Gastão Pereira Horta e Costa*;
 - 7 (XI). *Diogo Maria de Sousa Horta e Costa*, 1.^o official do Ministério da Instrução, solteiro, com um filho — (XII). *Luis Diogo de Sousa Lopes e Horta*;
 - 8 (XI). *Bernardo Maria de Sousa Horta e Costa*, proprietário, c. c. D. Carolina Borges, de quem tem um filho — (XII). *Miguel António Borges Horta e Costa*.
- 7 (X). *Dr. João da Costa Brandão e Albuquerque*, fidalgo da C. R., deputado da Nação, director do Arquivo do Ministério das Obras Públicas, c. c. D. Maria Luísa Vilar Ferreira Palha e Almeida, sem ger.
 - 8 (X). *Conselheiro Dr. Sebastião Carlos da Costa Brandão e Albuquerque*, 1.^o visconde do Ervedal-da-Beira, que segue.

X d¹) — **Conselheiro Dr. Sebastião Carlos da Costa Brandão e Albuquerque**, 1.^o visconde do Ervedal-da-Beira, n. e b. em Olivei-

rinha (Tábua) a 7 out. 1833, fidalgo da C. R., presidente da Câmara dos Deputados, juiz aposentado do Supremo Tribunal Administrativo, c. em 7 jan. 1867 c. sua sobrinha D. Maria Emilia de Abranches Homem da Costa Brandão (supra XII b''₃). Tiveram:

- 1 (XI). *Sebastião de Albuquerque Pinto Tavares*, 2.º visconde do Ervedal-da-Beira, que segue.
- 2 (XI). *D. Maria Emilia da Costa Brandão e Albuquerque*, c. c. o Dr. Henrique Borges de Castro Homem, filho de Luís Borges de Castro Soares de Albergaria Alvares Pereira Brandão (filho dos Viscondes de Oliveira-do-Conde, Miguel Borges de Castro Tavares e D. Ana Soares de Albergaria) e de D. Maria Henriqueta de Abranches Brandão, de Travancinha, sem descendência.

- 3 (XI). *Dr. José Maria de Albuquerque da Costa Brandão*, n. 12 jan. 1870, juiz de Direito em Vila-Nova-de-Ourém, c. 24 fev. 1900 c. sua prima D. Maria Luísa de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos (supra XI b''₃, 3, 4 b). Teve nove filhos, dos quais sete faleceram crianças, restando vivos:

1 (XII). *José Maria de Albuquerque da Costa Brandão*, n. 1 set. 1903 em Mesão-Frio, actualmente estudante de preparatórios;

2 (XII). *D. Maria Luísa de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos da Costa Brandão*, n. 29 nov. 1904 em Fornos-de-Algôdres.

- 4 (XI). *D. Maria Francisca da Costa Brandão e Albuquerque*, c. 7 out. 1900 c. D. Manuel Maria da Câmara, da família dos Condes da Ribeira-Grande, diplomado pelo Curso Superior do Insitúto Industrial de Lisboa, amanuense de 1.ª classe da Contadoria da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, falecido a 22 fev. 1915. Teve:

1 (XII). *D. Maria Francisca de Albuquerque da Câmara*, n. 10 set. 1901;

2 (XII). *Luís da Câmara e Albuquerque*, n. 26 out. 1902;

3 (XII). *D. Maria Emilia de Albuquerque da Câmara*, gêmea com o anterior;

4 (XII). *D. Maria Luísa de Albuquerque da Câmara*, n. 18 ag. 1905;

- 5 (XI). *Carlos*, † criança.

- 6 (XI). *D. Maria Luísa*, † criança.

- 7 (XI). *D. Maria Teresa da Costa Brandão e Albuquerque*, c. c. Francisco Aires de Melo Sá Nogueira, filho dos Viscondes de Sá da Bandeira, e neto do Marquês dêste título; teem dois filhos:

1 (XII). *Francisco de Melo Sá Nogueira*;

2 (XII). *D. Maria Teresa*.

- 8 (XI). *Carlos Augusto da Costa Brandão e Albuquerque*, com o Curso Superior de Agronomia, professor da Escola Agrícola Moraes Soares, de Santarém, † solteiro, com 34 anos.

Nota I — Família paterna do poeta (159)

9 (XI). *Augusto Carlos da Costa Brandão e Albuquerque*, c. c. D. Maria Máxima de Amorim Pacheco, da casa do Sarzedo, separados judicialmente, sem descendência.

XI d') — **Sebastião de Albuquerque Pinto Tavares**, 2.º visconde do Ervedal-da-Beira, diplomado pelo Curso Superior de Letras, c. 10 out. 1900 c. sua con-cunhada e prima D. Maria da Conceição de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos (supra XI b' c, 3, 4 c), e † em 1905. Deixou dois filhos:

1 (XII). *Sebastião de Albuquerque*, estudante de preparatórios.

2 (XII). *D. Maria da Conceição de Albuquerque*.

Ramo secundário d'')

V d'') — **D. Ana Francisca de Abranches**, filha de Belchior Francisco (supra IV d), c. c. Francisco Pinto, de Sinde. Teve

VI d'') — **António de Abranches Pinto**, c. c. D. Maria Coelho, de Sinde, e tiveram:

1 (VII). *D. Inácia Coelho de Figueiredo*, c. c. o seu parente Dr. Nicolau Garcia Pinto Mascarenhas, de cuja descendência já nos ocupámos (supra VII b').

2 (VII). *D. Antónia de Abranches Pinto de Figueiredo*, que segue.

VII d'') — **D. Antónia de Abranches Pinto de Figueiredo**, de Sinde, c. c. Francisco da Maia da Gama, filho de Manuel da Maia da Gama e Abreu (padroeiro e administrador das duas capelas do convento do Carmo em Aveiro) e de sua mulher D. Maria de Souto-Maior, da Redinha. Teve

VIII d'') — **João da Maia da Gama**, c. em Guimarães c. D. Luísa Jacinta Caetana de Figueiredo Morgado, filha de Jerónimo de Figueiredo Morgado, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, e de sua mulher D. Mariana Josefa Mendes de Castro, de Azurara (Vila-do-Conde). Teve:

1 (IX). *Fr. Francisco da Maia da Gama*, carmelita descalço.

2 (IX). *D. Mariana Teresa da Maia da Gama Abranches Pinto de Figueiredo Morgado*, que segue.

3 (IX). *D. Antónia Genoveva da Maia da Gama*, c. no Vimieiro c. Sebastião Duarte e Oliveira.

4 (IX). *D. Joana da Maia da Gama*, c. em S. Paio c. o Dr. José Coelho.

5 (IX). *D. Catarina da Maia da Gama*, † solteira.

IX d'') — D. Mariana Teresa da Maia da Gama Abranches Pinto de Figueiredo Morgado, padroeira e administradora das capelas e vínculo de Aveiro, c. c. Manuel Pinto de Figueiredo, filho de Agostinho Pinto de Figueiredo e sua mulher D. Ana Duarte e Oliveira, da Vila-Dianteira (S. João-de-Areias). Tiveram:

1 (X). *João da Maia e Gama*.

2 (X). *Joana*, † criança.

3 (X). *Luisa*, † criança.

4 (X). *D. Ana da Maia e Gama*, † solteira.

5 (X). *Francisco da Maia e Gama Abranches Pinto de Figueiredo*, que segue.

6 (X). *Luis da Maia e Gama*, clérigo.

7 (X). *D. Joana Leonor da Maia*.

8 (X). *Sebastião da Maia e Gama*.

9 (X). *D. Maria José da Maia e Gama*.

10 (X). *José da Maia e Gama*.

11 (X). *António da Maia e Gama*, clérigo.

12 (X). *D. Luisa da Maia e Gama*.

13 (X). *Antónia*, † criança.

X d'') — Francisco da Maia e Gama Abranches Pinto de Figueiredo, c. c. D. Joaquina Bárbara Cortês Serra, filha de João António Baeta Cortês Serra e de sua mulher D. Maria Joaquina de Proença Veloso, da Louzã. Tiveram:

1 (XI). *António Maria da Maia e Gama*, † sem sucessão.

2 (XI). *Francisco Maria da Maia e Gama*, que segue.

XI d'') — Francisco Maria da Maia e Gama, teve uma filha legitimada,

XII d'') — D. Maria Bárbara da Maia e Gama, c. c. Bernardino Henriques de Carvalho. Tiveram

XIII d'') — Augusto da Maia e Gama Henriques, c. c. D. Amélia Augusta de Sá Osório Cardoso Maia, com descendência.

NOTA II

FAMÍLIA MATERNA DE BRÁS GARCIA MASCARENHAS

Tronco

I) — **Henrique Madeira Arrais**, segundo o testemunho de documentos antigos, nasceu em Avô em maio de 1458. Tinha um irmão, de nome Simão Madeira, a quem faremos referência abaixo (III c). Era fidalgo-escudeiro da rainha D. Leonor, mulher de D. João II, e casou em 1.^{as} núpcias com Leonor Fernandes, que fôra criada de uma colação daquele rei. Diz-se que este Henrique Madeira Arrais faleceu em 1525, sendo sepultado na igreja matriz de Avô, onde possuía um altar lateral, por êle erigido. Teve, que se saiba, os seguintes filhos, ignorando-se a ordem cronológica dos seus nascimentos :

1 (II). *D. Catarina Madeira Arrais*, que segue (II a).

2 (II). *P.^e João Madeira*.

3 (II). *Henrique Madeira*, que segue (II b).

4 (II). *Jácome Madeira*, que segue (II c).

5 (II). *L.^{do} António Madeira*, c. em Viseu c. Isabel Mendes, filha de Fernão Lourenço (que depois de viúvo foi cónego da Sé de Viseu e vigário geral do bispo D. Miguel da Silva) e de sua mulher Joana Mendes, parece que a Isabel Mendes era natural de Celorico da Beira e descendente dos Mendes de Seia ou de S. Romão. Tiveram um filho,

— (III). *António Madeira*, presbítero secular, licenciado em Cânones, habilitado em 1592 para familiar do Santo Offício.

Ramo primário a)

II a) — **D. Catarina Madeira Arrais**, c. c. Domingos Fernandes, de Vila-Cova-sob-Avô, teve :

1 (III). *D. Maria Madeira Arrais*, de Vila-Cova-sob-Avô, c. c. Fernão Gil da Costa, de Arganil, e houveram larga descendência,

entre a qual se conta, na 4.ª geração, a mulher do poeta Brás Garcia Mascarenhas, como a seu tempo veremos (*Nota geneal.* III, vi b).

2 (III). *António Madeira*, que segue.

3 (III). *João Madeira*, n. c.êrca de 1557; em 1635 era juiz ordinário da vila de Avô e seu termo, e em 1647 depunha como testemunha em um processo *de genere*, declarando no seu depoimento que tinha 90 anos de idade.

4 (III). *P.e Simão Madeira*, foi beneficiado na igreja colegiada de Avô, e ainda vivia em 1633.

III a) — **António Madeira**, c. em 1575 c. Brites Afonso, filha de Aleixo Afonso, de Anceriz, e de Isabel Alvres, de Vila-Cova-sob-Avô (cf. infra III b 2). Tiveram

IV a) — **D. Maria de Brito**, c. c. Sebastião Rodrigues Barreto, de Gois, de quem houve

V a) — **D. Maria de Brito Barreto**, que veio a casar com seu 2.º primo António Madeira da Costa (*Not. geneal.* III, v c), sendo ambos bisnetos de D. Catarina Madeira Arrais. Em a *Nota genealógica* III, ramo c, se descreverá a sua descendência, na qual se conta Bento Madeira de Castro, 1.º editor do poema *Viriato Tragico*.

Ramo primário b)

II b) — **Henrique Madeira**, filho de Henrique Madeira Arrais, que é o tronco desta árvore genealógica, c. c. sua prima Leonor Madeira. Em 1586 foi eleito deputado para com seu irmão Jácome Madeira, e com Simão Garcia, genro deste (cf. infra II c, e III c), regular os aforamentos dos bens das confrarias de Avô. Teve

III b) — **Domingos Fernandes**, sargento-mór de Avô, c. c. sua prima co-irmã Maria Jácome (II c 1). Teve:

1 (IV). *Maria Jácome*, que segue.

2 (IV). *Leonor Jácome*, c. 6 abr. 1583 c. Afonso Vaz, de Anceriz, irmão de Brites Afonso, casada com seu primo António Madeira (supra III a).

3 (IV). *Brites Madeira*, c. 5 set. 1593 c. Baltasar da Fonseca, irmão de

Nota II — Família materna do poeta (163)

Gaspar Antunes e filho de António Afonso e Mecia Rodrigues, da Barrosa (*Nota geneal.* I, III c 10), com ger.

- 4 (IV). *Felipe Monteiro*, c. 3 jun. 1602 c. Águeda Nunes, sua prima em 4.º grau de consanguinidade, a qual era filha de João Fernandes e Maria Nunes.
- 5 (IV). *Ana Monteiro*, c. 27 abr. 1603 c. João Gomes, filho de Gaspar Gomes e Catarina João.

IV b) — Maria Jácome, c. c. António Simões, de Vila-Cova-sob-Avô.
Teve:

- 1 (V). *Helena*, b. 5 maio 1597, † criança.
- 2 (V). *Pedro Simões*, b. 24 dez. 1600.
- 3 (V). *Bento Simões*, b. 21 abr. 1603.
- 4 (V). *Helena Nunes*, b. 17 dez. 1605, c. c. o L.º António Simões, filho de Simão Alvres e Eufémia Fernandes, e tiveram:
 - 1 (VI). *Manuel Jácome*, habilitado em 1648 para a recepção de ordens menores;
 - 2 (VI). *Paulo Jácome*, b. 1 fev. 1633.
- 5 (V). *Isabel Nunes de Mendonça*, c. c. seu primo Simão Madeira da Costa, de quem adeante falaremos indicando a sua descendência (*Nota geneal.* III, v a).

Ramo primário c)

II c) — Jácome Madeira, casou em Avô com Maria Gomes. Foi uma das pessoas mais consideradas da vila, onde o encontramos comemorado em numerosos documentos, especialmente em assentos de baptismos, e de casamentos, na qualidade de padrinho ou de testemunha; a êle tinha boa aplicação o aforismo popular beirão: — *Não há boda ou baptizado — a que não seja chamado.* — Prolongam-se as referências até quase ao fim do século XVI. Em 1586, como já fica dito, foi Jácome Madeira, com seu irmão Henrique Madeira e com seu genro Simão Garcia, marido de Verónica Nunes, eleito deputado para regular os aforamentos dos bens das confrarias de Avô. Teve de sua mulher os filhos seguintes:

- 1 (III). *Maria Jácome*, c. c. seu primo Domingos Fernandes, sargento-mór de Avô (III b).
- 2 (III). *Fernando Madeira*, c. c. F... , de quem teve
 - (IV). *Ana Jácome*, b. 20 out. 1566
- 3 (III). *Verónica Nunes*, que segue.
- 4 (III). *Inácio Madeira*, c. 16 ag. 1573 c. Maria de Sequeira.

5 (III). *Henrique Madeira*, que, por morte de seu irmão Inácio, obtida a necessária dispensa, casou com a viúva Maria de Sequeira a 16 out. 1585, da qual teve uma filha, também chamada

— (IV). *Maria de Sequeira*, b. 23 mai. 1587.

6 (III). *Isabel Jácome*, c. c. João Manuel, de Avô, e houve os filhos seguintes:

1 (IV). *Jácome Madeira*, b. 18 jan. 1587;

2 (IV). *Águeda Jácome*, b. 11 dez. 1588

7 (III). *P.º Simão Madeira*, eremitão de Nossa Senhora do Mosteiro, em Avô, a quem o vigário da vila Roque Dias de Matos injuriou, chamando-o *cristão-novo*, alusão à fama de *mourisca* que tivera a sua avô paterna (vid. I, e cf. doc. XCVI); mas foi condenado, provando o P.º Simão que tal fama era infundada e falsa.

Além dêstes filhos legítimos, Jácome Madeira teve mais, que eu saiba, de Leonor Fernandes, mulher solteira, os seguintes naturais:

8 (III). *Crisóstoma Fernandes*, c. 7 fev. 1574 c. Gaspar de Paiva, filho de Lopo de Paiva, de Nogueira do Cravo.

9 (III). *Estácio Madeira*, c. 29 set. 1586 c. Maria Manuel, filha de Manuel Rodrigues e Maria João.

10 (III). *Gaspar Fernandes*, c. 5 fev. 1589 c. Isabel Pires.

11 (III). *António Fernandes*, c. 24 set. 1589 c. Catarina Francisca, de quem teve uma filha

— (IV). *Maria*, b. 23 out. 1590.

12 (III). *Maria Gomes*, c. 28 jan. 1593 c. António Marques.

III c) — **Verónica Nunes**, casada por cêrca do ano de 1556 com seu primo Simão Garcia, filho de Simão Madeira, o qual era irmão de Henrique Madeira Arrais, avô paterno dela Verónica Nunes. Simão Garcia era talvez por sua mãe, cujo nome ignoro, parente dos Garcias Mascarenhas, de Follhadosa, e foi tabelião do público e judicial em Avô, cargo que já exercia a 5 set. 1593, segundo consta de um assento de casamento neste dia realizado, em que figura como testemunha. Também exercia as funções de escrivão das cisas e dos panos na mesma vila e na de S. Sebastião da Feira, cargo que obteve em 1557 por virtude de renúncia feita por Fernão Gonçalves, de Oliveira do Hospital. Por último acrescentarei que Simão Garcia era também industrial, fabricante de tecidos. Faleceu Verónica Nunes entre

Nota II — Família materna do poeta (165)

o mês de dezembro de 1574 e o anno de 1577, e o viúvo passou então a 2.^{as} núpcias com Joana Pegado, talvez da família dos Pegados, que residiam em Balocas, freguesia de Covas. Verónica Nunes teve os seguintes filhos:

- 1 (IV). *Ana Nunes*, que veiu a casar a 28 jul. 1577 c. Pedro Fernandes, filho de Mateus Fernandes e Isabel Fernandes, de Anceriz.
- 2 (IV). *Isabel Nunes*.
- 3 (IV). *João Madeira*, c. 18 ag. 1591 c. Joana Garcia Antunes, irmã de Marcos Garcia, que no dia seguinte casou com Helena Madeira, irmã do João Madeira; com ger.
- 4 (IV). *Helena Madeira*, que segue (IV c').
- 5 (IV). *Felipe Madeira*, que segue (IV c'').
- 6 (IV). *António Garcia*, b. 25 out. 1572.
- 7 (IV). *Maria Nunes*, b. 2 dez. 1574¹.

Ramo secundário c')

IV c') — **Helena Madeira**, b. 26 set. 1568, c. 19 ag. 1591 c. Marcos Garcia, da Bobadela (*Nota geneal.* I, iv, c''). A sua descendência é descrita em a *Nota genealógica* I, iv, c''). Entre os seus onze filhos figura

V c') — **Brás Garcia Mascarenhas**, o nosso poeta-guerreiro, cuja descendência até à actualidade é objecto da *Nota genealógica* IV.

Ramo secundário c'')

IV c'') — **Felipe Madeira**, b. 16 jan. 1571, casou com Eufêmia Pais de Mesquita, oriunda de uma família nobre de Viseu. Sucedeu a seu pai no cargo de tabelião do público e judicial de Avô e seu termo. Teve:

- 1 (V). *António Madeira de Mesquita*, b. 1 dez. 1598.

¹ De sua 2.^a mulher, Joana Pegado, teve Simão Garcia um 8.^o filho, *Gaspar Garcia*, que foi baptizado a 6 nov. 1578, e casou a 30 dez. 1597 com Maria Manuel, de Buarcos, sem haver os prévios proclamas, segundo determinação do visitador, o L.^{do} Gonçalo do Quental, *for the const'ar per test.^{as} que perguntou q málciosam.^{te} se podia impedir este matrimonio*. Depois de realizado o casamento, foram então proclamados na forma do estito, e receberam as bênçãos nupciais a 7 jan. 1598. Houveram os filhos seguintes: — a) *Joana Garcia*, b. 2 fev. 1600; — b) *Simão Garcia*, b. 23 set. 1602; — c) *Isabel Garcia*, b. 25 jan. 1605 († 14 abr. 1664), c. 24 fev. 1633 c. António Madeira, o Mata, de Avô, filho de João Fernandes e Maria Madeira (de quem houve — *Antonio Madeira*, b. 18 dez. 1633, habilitado para a recepção de ordens menores em 1651 — e *Manuel Garcia*, b. 17 jan. 1636, admitido à recepção de menotes em 1655); — d) *Maria Manuel*, b. 3 jun. 1607; — e) *Marta Garcia*, b. 5 nov. 1609.

- 2 (V). *Cristóvão Madeira*, b. 17 out. 1600.
 3 (V). *Manuel Madeira*, b. 2 jun. 1602.
 4 (V). *Boaventura Madeira*, b. 22 jul. 1603.
 5 (V). *Luis de Figueiredo*, b. 5 dez. 1604, c. 21 fev. 1629 (depois de larga ausência no Brasil) c. Maria Gaspar († 28 out. 1678), filha de Francisco Anes e Águeda Fernandes, obrigando-se Luís de Figueiredo, antes do casamento, a apresentar dentro de dois anos documento justificativo do seu estado livre, sendo êste compromisso caucionado com o depósito de 500 cruzados de fiança. Faleceu no Pôrto em 1672, chegando a Avó a notícia da sua morte a 24 de julho. Teve os filhos seguintes:
- 1 (VI). *Manuel*, b. 27 nov. 1631;
 2 (VI). *Ana*, b. 17 dez. 1633;
 3 (VI). *Felipe*, b. 23 ag. 1637;
 4 (VI). *Eufemia*, b. 2 jun. 1640;
 5 (VI). *Águeda*, b. 18 fev. 1643;
 6 (VI). *Francisco*, b. 7 out. 1646, † 26 mar. 1665;
 7 (VI). *Isabel*, b. 10 ag. 1650.

6 (V). *Maria de Mesquita*, que segue.

V c^o) — **María de Mesquita**, b. 21 ag. 1607, c. em 1.^{as} núpcias a 30 out. 1623 c. seu primo Francisco Dias da Costa, irmão da sogra do poeta Brás Garcia (*Not. geneal.* III, iv, 5). Falecido seu marido, passou a 2.^{as} núpcias a 26 fev. 1629 c. João Gomes Botelho, do Couto da Vacariça, filho de Antônio Lopes Botelho e de Luísa Gomes, o qual faleceu a 17 março 1699. Teve do 1.^o marido duas filhas:

- 1 (VI). *Susana Manuel*, b. 11 dez. 1624, c. 10 jan. 1645 c. Jacinto Gomes Botelho, irmão de seu padraсто, e teve:
- 1 (VII). *Francisco Gomes*, b. 10 set. 1646;
 2 (VII). *P.^e António Lopes*;
 3 (VII). *João Gomes de Mesquita*, c. em 1.^{as} núpcias em Santa Comba-Dão, e em 2.^{as} na Mealhada, havendo filhos somente deste 2.^o matrimônio, entre os quais se conta — (VIII). o *Dr. Alexandre Ribeiro de Mesquita*, que casou na quinta da Coitena (Bobadela), onde deixou geração;
 4 (VII). *Joana de Mesquita*, c. c. Bento Toscano de Albuquerque, da Vacariça, com geração.
- 2 (VI). *Águeda de Mesquita*, n. em 1626, c. 22 jul. 1645 c. Domingos Nunes, da vila de Covas, filho de Simão Nunes e de Catarina Simão, e teve:
- 1 (VII). *Dr. Fr. Urbano de Mesquita*, Dom Prior de Tamar;
 2 (VII). *P.^e Nicolau de Mesquita Castel-Branco*, prior de Ois-da-Fieira;
 3 (VII). *Dr. Miguel Nunes de Mesquita*, desembargador no estado da Índia, e depois membro do Conselho Ultramarino, com ger.

Maria de Mesquita teve do 2.º marido os filhos seguintes :

- 3 (VI). *Maria*, b. 20 mar. 1630, † criança.
- 4 (VI). *Felipe*, b. 1 nov. 1632, † criança.
- 5 (VI). *João Madeira de Mesquita*, b. 13 out. 1635; ausentou-se para longe e por lá morreu, fazendo-se-lhe em Avô as exéquias a 16 dez. 1667.
- 6 (VI). *Felipe Madeira de Mesquita*, b. 20 set. 1638, que segue.
- 7 (VI). *Manuel Madeira de Mesquita*, b. 17 jan. 1642, † 6 abr. 1662.
- 8 (VI). *Maria de Mesquita*, b. 7 mar. 1645, † 17 set. 1688.
- 9 (VI). *Quitéria de Mesquita*, b. 10 set. 1646, † 10 abr. 1663.
- 10 (VI). *Antônio de Mesquita*, b. 4 set. 1649.

VI c'') — **Felipe Madeira de Mesquita**, c. c. Maria da Costa, de Vila-Pouca, filha de João Alvres, da mesma vila, e de Maria Pegada, de Balocas, freguesia de Covas. Teve em Vila-Pouca, onde ficou residindo,

VII c'') — **José da Costa de Mesquita**, b. em Vila-Pouca a 24 mar. 1672, capitão-mór de Avô, c. em Santa Ovaia a 7 fev. 1701 c. D. Isabel Madeira Arrais. Êle faleceu a 10 set. 1732, e ela a 24 mai. 1752. Tiveram :

- 1 (VIII). *P.º Manuel da Costa de Mesquita*, n. 3 set., b. 21 out. 1703. Princípiou a sua ordenação em 1722, e faleceu a 22 mai. 1736.
- 2 (VIII). *Felipe Madeira da Costa de Mesquita*, que segue.
- 3 (VIII). *D. Maria da Costa de Mesquita*, b. 27 abr. 1713, c. 9 fev. 1736 c. Brás Garcia Mascarenhas, bisneto do poeta do mesmo nome; houve geração, descrita noutra lugar (*Nota geneal.* IV, iv). Faleceu a 10 mar. 1797.
- 4 (VIII). *Dr. Pantaleão da Costa de Mesquita Arrais*, b. 27 jul. 1716, canonista, ordenado de menores em 1736.

VIII c'') — **Felipe Madeira da Costa de Mesquita**, b. 30 out. 1706, foi capitão-mór de Avô, onde faleceu solteiro a 10 dez. 1780. De Teodora Madeira, filha de Manuel Madeira e Maria Mendes, da mesma vila, teve

IX c'') — **D. Maria da Costa**, b. 17 jul. 1730, c. 13 jun. 1747 c. Gonçalo Nunes, filho de Domingos Nunes e de Ana Fernandes, de S. Sebastião-da-Feira. Teve alguns filhos, entre os quais

X c") — **Manuel Nunes da Costa**, cirurgião, n. 10, b. 17 mar. 1751, c. c. D. Ana Bernarda Antunes, filha de Manuel Antunes e de D. Isabel Maria, de Valbona, freguesia de Arganil. Teve:

1 (XI). *Manuel Nunes da Costa*, bacharel formado em Cânones, que teve de Maria Tavares um filho

— (XI). *Leonel da Costa de Mesquita*, farmacêutico em Avô.

2 (XI). *Francisco Madeira da Costa de Mesquita*, que segue.

3 (XI). *P.º António da Costa de Mesquita*, prêso como constitucional, morreu nas cadeias por cêrca de 1833;

4 (XI). *B.º José da Costa de Mesquita*, médico muito distinto e afaado.

XI c") — **Francisco Madeira da Costa de Mesquita**, capitão de uma companhia de fusileiros na guerra peninsular, c. c. D. Maria Rita da Conceição, do Pisão-de-Côja, e teve

XII c") — **D. Joaquina Máxima da Costa de Mesquita**, c. c. seu primo Leonel da Costa de Mesquita (X c" 1), e teve

XIII c") — **António da Costa de Mesquita**, c. c. D. Maria da Assunção da Fonseca e Brito Serra, de Pomares. Tiveram:

1 (XIV). *D. Maria Eduarda de Mesquita*.

2 (XIV). *D. Beatriz Ester de Mesquita*.

3 (XIV). *D. Isabel Maria de Mesquita*.

NOTA III

FAMÍLIA DE D. MARIA DA COSTA, MULHER DE BRÁS GARCIA MASCARENHAS

Tronco

I) — **André Quaresma**, de Arganil, fidalgo-cavaleiro da casa de el-rei D. João III, descendente, segundo se afirmava, de D. Paio Soares Correia (da nobre estirpe de Paio Ramires, que passou a Portugal com o conde D. Henrique) e de D. Maria Pais, filha de D. Vasco Martins. Casou com Ana Esteves, e tiveram

II) — **Branca Quaresma**, c. c. Pedro Dias da Costa, também de Arganil, escudeiro-fidalgo da C. R., filho de Diogo Alves da Costa, da família, segundo se diz, dos Costas de Alpedrinha, à qual pertenceu o célebre cardial D. Jorge da Costa e o arcebispo de Braga e de Lisboa D. Martinho da Costa. Teve

III) — **Fernão Gil da Costa**, de Arganil, c. em Vila-Cova-sob-Avô c. D. Maria Madeira Arrais (*Nota geneal.* II, n a 1), neta de Henrique Madeira Arrais, tronco da família descrita em a *Nota geneal.* anterior. Foi industrial de lãs e fabricação de tecidos, indústria que depois abandonou. Houve:

1 (IV). *Gaspar Dias da Costa*, b. em Vila-Cova a 21 set. 1555, que segue.

2 (IV). *D. Maria Madeira da Costa*, c. c. Domingos Fernandes de Abreu, com ger.

3 (IV). *Bernardo Madeira da Costa*, c. c. a filha e herdeira de Lourenço Mimoso, de Linhares, de quem houve

— (V). *Lourenço da Costa Mimoso*, mestre-de-campo do exército da Beira, militar de grandes méritos, o qual casou em 1.^{as} núpcias c. a herdeira de Gaspar da Fonseca, e em 2.^{as} na casa de Isidro Ferreira da Cunha e de Catarina Pacheco da Costa Côte-Real, tendo d'este 2.^o casamento — (VI). *Bernardo da Costa Mimoso*, cavaleiro da Ordem de Cristo, alcaide-mór de

Monsanto, casado com a herdeira de Manuel da Fonseca, de quem teve — (VII). *Manuel da Costa Mimoso*, desembargador da Mesa da Consciência, casado com a herdeira de Francisco de Araújo, fidalgo da C. R., e teve — (VIII). *José Bernão da Costa Mimoso Pereira de Vasconcelos*, fidalgo da C. R., casado na casa de Francisco Xavier de Alpoim e Abreu.

IV) — **Gaspar Dias da Costa**, c. em Avô a 16 fev. 1586 c. Susana Manuel, que fôra baptizada a 1 jun. 1567, filha de Manuel João, da vila de Buarcos, e de Catarina Rodrigues, de Avô, que se dizia descendente de António Rodrigues, de Buarcos, escudeiro de D. João I. Um irmão de Susana Manuel, de nome Manuel João como seu pai, casou também em Avô a 2 set. 1596 c. Ana Fernandes, filha de João Fernandes, o Mõço, e de Catarina Gonçalves. Foi Gaspar Dias da Costa capitão-mór de Avô, e, além dos avultados rendimentos de sua casa, auferia lucros da indústria de fabricação de tecidos de linho e lã, e do comércio. Teve:

- 1 (V). *Manuel Dias da Costa*, b. a 3 set. 1586, que ainda vivia em 1624.
- 2 (V). *Gaspar Dias da Costa*, b. 30 abril 1590, familiar do Santo Offício, c. em 1.^{as} núpcias em Vila-Pouca (para onde mudou a residência) c. D. Maria Nunes de Abreu, filha de Roque Fernandes de Abreu e de sua mulher Isabel Francisca de Figueiredo (cf. infra vi c, e *Nota geneal.* I, vii a", **). Depois de viúvo, casou em 2.^{as} núpcias com Maria Garcia de Sequeira, da Bobadela, filha de Manuel Fernandes, de S. Gião, e de Luísa de Sequeira, e neta materna de João Garcia, de Oliveira-do-Hospital, e de Helena de Sequeira. Teve numerosa geração de ambos os casamentos; sua filha — (VI) *Maria Madeira* casou na última metade de 1630 c. Matias Fernandes, de Avô.
- 3 (V). *Simão Madeira da Costa*, b. 8 nov. 1592, que segue (V a).
- 4 (V). *D. Maria Madeira da Costa*, b. 11 set. 1595, que segue (V b).
- 5 (V). *Francisco Dias da Costa*, b. 25 ag. 1598, c. 30 out. 1623 c. Maria de Mesquita, filha de Felipe Madeira (tio materno do poeta Brás), e de Eufémia Pais de Mesquita, dama nobre de Viseu. Já nos ocupámos (*Nota geneal.*, II, v c") da descendência que teve pelas suas únicas duas filhas — (VI) *Susana Manuel* e *Águeda de Mesquita*.
- 6 (V). *D. Cecília Madeira da Costa*, b. 11 mai. 1600, c. 16 ag. 1623 c. Aleixo Afonso, de Anceriz, irmão de João Manuel da Fonseca, já casado com D. Maria Madeira da Costa, irmã de D. Cecília (V b). Foi viver com seu marido para Anceriz, e teve oito filhos, que já deixamos enumerados na pág. 124 do precedente estudo histórico. Entre eles se conta — (VI) o padre jesuíta *Gaspar Afonso*, b. 29 out. 1626, que veio a ser bispo de S. Tomé de Meliapor. Na descendência de D. Cecília houve numerosos homens de letras, que

Nota III— Família da mulher do poeta (171)

exerceram elevados cargos na igreja, na magistratura judicial, e no professorado.

7 (V). *Antônio Madeira da Costa*, b. 14 jun. 1605, que segue (V c).

8 (V). *João Madeira da Costa*, b. 24 mar. 1607, que se habilitou em 1625 para a recepção de ordens menores.

Ramo primário a)

V a) — **Simão Madeira da Costa**, escrivão dos órfãos de Avô, Vila-Cova e S. Sebastião-da-Feira, c. c. sua prima Isabel Nunes de Mendonça († em 1641), filha de Antônio Simões, de Vila-Cova, e de Maria Jácome, de Avô (*Nota geneal. II*, iv b 5). Houveram:

1 (VI). *Bento Madeira da Costa*, b. 23 mar. 1616.

2 (VI). *D. Teodora Madeira da Costa*, b. 26 mar. 1618 († 16 mai. 1701), c. 14 jun. 1632 c. Antônio da Costa, de Oliveira-do-Hospital, que passou a residir com sua mulher em Avô, onde foi escrivão dos órfãos, logar concedido por el-rei D. Felipe, em diploma de 5 jun. 1632, a Isabel Nunes de Mendonça (visto achar-se vago pelo falecimento de seu marido), para servir de dote a uma de suas filhas. Teve:

1 (VII). *P. Gaspar da Costa*, b. em casa a 15 jun. 1634, veio a ser beneficiado na colegiada de Avô;

2 (VII). *Manuel da Costa Jácome*, c. em Galizes c. Maria Brandão, sem ger.;

3 (VII). *D. Maria da Costa*, c. em Arganil c. Manuel de Andrade Monteiro, sem ger.;

4 (VII). *Antônio da Costa*, b. 17 set. 1641;

5 (VII). *D. Mariana da Costa*, b. 15 set. 1641, c. c. Cosme Fernandes de Abreu, de Sandomil, com geração numerosa, na qual figuraram juizes, que se notabilizaram na magistratura do continente e de ultramar, e outros varões importantes. Dêste tronco descendem os Madeiras Arrais, representados pela familia da casa das Obras de Seia, entre os quais figura *D. José Antonio Pinto de Mendonça Arrais*, bispo de Pinhel, e mais tarde da Guarda;

6 (VII). *D. Isabel da Costa*, b. 28 mar. 1647;

7 (VII). *D. Teodora da Costa*, b. 14 out. 1652, † 27 set. 1677;

8 (VII). *D. Ana da Costa*, b. 23 jan. 1655;

9 (VII). *Simão Madeira da Costa*, b. 19 nov. 1658, habilitado para a ordenação de menores em 1682, embarcou em seguida para a Índia, onde faleceu, fazendo-se em Avô exéquias na primeira semana de março de 1695.

3 (VI). *Pedro Madeira da Costa*, b. 30 jul. 1620

4 (VI). *D. Maria Jácome de Mendonça*, que segue.

VI a) — **D. Maria Jácome de Mendonça**, c. na capela de Nossa Senhora do Mosteiro em Avô a 8 fev. 1641 c. Bernardo Duarte de Figueiredo († 25 mai. 1670), sargento-mór que mais tarde

foi de Avô, e tabelião do público e judicial; era filho de Salvador Duarte de Figueiredo, capitão-mór de Pombeiro-da-Beira, e de Catarina Gomes da Silva, da qual proveiu aos seus descendentes fama, embora infundada, de impureza de sangue. Tiveram:

- 1 (VII). *D. Maria Jácome de Mendonça*, b. 3 mar. 1642, freira no mosteiro de Celas, aros de Coimbra, onde entrou em 1673, e ali faleceu a 23 abr. 1724, segundo consta do seu epitáfio no claustro do referido mosteiro, lado oriental.
- 2 (VII). *Dr. Matias Jácome de Mendonça Figueiredo*, teólogo, b. 14 jul. 1644, sendo padrinhos o poeta Brás e sua futura sogra D. Maria Madeira da Costa, tia do neófito: Principiou o processo de *genere* para a sua ordenação em novembro de 1666; mas, aparecendo denúncia do impedimento de impureza de sangue, teve de correr um processo especial de investigação em várias localidades, apensando-se a êste um outro processo, que correrá contra o P.^e Matias Garcia, irmão de Brás, por ter chamado *judeu* ao pai do Dr. Matias. Por fim foi pronunciada, a 12 abr. 1668, a sentença declarando-o cristão-velho, limpo de qualquer contágio de sangue de *infecta nação, das reprovadas em direito*. Ordenou-se logo a seguir, e, depois de presbítero, embarcou para a Índia, onde foi provisor do arcebispado de Gôa, e lá faleceu a 8 jan. 1676.
- 3 (VII). *Alexandre de Figueiredo Jácome*, que segue.
- 4 (VII). *D. Quitéria de Mendonça*, b. 15 jun. 1648, professou no mosteiro de Celas, para onde entrou com sua irmã Maria em 1673.
- 5 (VII). *D. Ângela Teresa de Mendonça*, b. 19 mai. 1650, entrou também para o mosteiro de Celas, no mesmo dia em que entraram as suas irmãs Maria e Quitéria, e, como elas, lá professou. Faleceu ali a 29 jan. 1722, sendo sepultada no claustro, onde tem epitáfio.
- 6 (VII). *Fr. Bernardo da Conceição*, b. 17 jul. 1651, cisterciense.
- 7 (VII). *Fr. Manuel de Figueiredo*, b. 20 jul. 1653, trino.
- 8 (VII). *P.^e Simão Madeira da Costa*, b. 28 jun. 1656, também teve dificuldades para a ordenação, por denúncia de impureza de sangue. Vencidas elas, ordenou-se em 1682, e foi abade de Moncorvo, e, depois, de Fornos.

VII a) — **Alexandre de Figueiredo Jácome**, b. 13 mar. 1646, habilitado para receber ordens menores em dezembro de 1661, c. em S. Romão a 7 mar. 1672 c. D. Feliciano Coelho de Miranda († 14 nov. 1708), filha de António Coelho de Miranda, de S. Romão, e de Maria Mascarenhas, de

Nota III — Família da mulher do poeta (173)

Coja. Sucedeu a seu pai no officio de tabelião do público e judicial. Teve:

- 1 (VIII). *D. Maria Jácome Coelho*, b. 17 fev. 1683, † solteira, no Pôrto, em casa de seu irmão Bernardo, a 20 jun. 1757.
- 2 (VIII). *D. Catarina Coelho de Miranda*, b. 25 out. 1684, † solteira no Pôrto, como a antecedente.
- 3 (VIII). *D. Francisca do Anaral de Mascarenhas*, b. 24 abr. 1686, † solteira, em Avô, a 10 dez. 1708.¹
- 4 (VIII). *Dr. Bernardo Duarte de Figueiredo*, que segue.

VIII a) — **Dr. Bernardo Duarte de Figueiredo**, b. 12 fev. 1688, cano-nista, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, familiar do Santo Officio (habilitado em 1718), juiz de fora na cidade de Miranda, e depois na Covilhã, para onde passou em 1724; corregedor de Pinhel em 1726, e de Coimbra em 1729; desembargador dos agravos e supplicações, ser-vindo de chanceler, em 1755. Prestou relevantes serviços na fundação da Companhia dos Vinhos do Alto Douro, e veiu a falecer a 6 fev. 1769. Casou em 1.^{as} núpcias na quinta da Costa (Nogueira-do-Cravo) em 1744 com sua prima D. Ana Geralda de Brito Brandão e Abreu, filha de Manuel Madeira de Abreu, de Anceriz, e de D. Ma-riana Teresa de Brito e Costa, de Coja; neta paterna do Dr. Pedro Madeira de Abreu, de Oliveira-do-Hospital, e de D. Maria de Figueiredo Brandão, de Vila-Cova-sob-Avô; materna de Luís de Brito da Costa, e de D. Maria Nunes de Brito, ambos de Coja. Falecida sua 1.^a mulher em 1751 sem descendência, passou a 2.^{as} núpcias c. D. Antónia Luísa de Melo Cardoso, natural da quinta dos Corvos à Nogueira, freguesia de Santos Evos, co-marca de Viseu; era filha de Bernardo da Silva Castel-Branco e Melo, e de D. Francisca Xavier Juzarte Car-doso, irmã de António Xavier Juzarte Cardoso, fidalgo da C. R., correio-mór de Coimbra, onde residia na fre-guesia de S. Cristóvão¹. Houve dêste 2.^o matrimónio

IX a) — **Alexandre José de Figueiredo e Melo Cardoso**, n. 6, b. 16 nov. 1757. Foi tenente-coronel de milícias do batalhão de Ar-

¹ É uma família muito distinta de Coimbra, está dos Juzartes, cuja pedra de armas ainda hoje se vê sobre o portão da sua casa na antiga rua das Fangas, hoje chamada de Fernandes Tomás, logo abaixo das escadas que communicam esta rua com a antiga do Correlo, ora de Joaquim António de Aguiar. Per-

(174)

Brás Garcia Mascarenhas

ganil, e sargento-mór de Avô. Casou a 28 mai. 1793 c. sua prima D. Ana Máxima Soares de Albergaria, de Seia,

tence hoje esta casa a um ramo da família dos Garcias Mascarenhas, enlaçada com a dos Juzartes (*Nota geneal.* I, xii b^o,).

Eis a árvore genealógica dos Juzartes, segundo um nobiliário dos princípios do século XIX, pertencente ao meu illustre colega Dr. Engénio de Castro e Almeida:

Pedro Rodrigues Juzarte, que parece foi filho de Rodrigo Juzarte, e neto do conde de Lizarte, estribeiro do infante D. Pedro duque de Coimbra, regente na menoridade de D. Afonso V; e casou com Catarina de Oliveira, de Monte-Mór-o-Velho

Vasco de Oliveira Juzarte, morador em Monte-Mór-o-Velho no reinado de D. Afonso V, casou na casa de Francisco de Andrade, o qual era marido de uma irmã do bispo D. Brás Neto

Miguel Juzarte, filho 2.^o, ouvidor em Cantanhede, onde casou em casa de Domingos Gonçalves Godinho

Agostinho Juzarte, morador em Cantanhede, casou em casa de Pedro Soares

Miguel Juzarte de Andrade, c. c. a herdeira de Lançarote Ribeiro

Francisco Cardoso Juzarte, vcreador e correio-mór de Coimbra em 1653, c. c. a filha e herdeira de Agostinho Maldonado, tabelião em Coimbra, filho de António Alves Antunes e de Guiomar Vaz Maldonado

Agostinho Juzarte Maldonado, familiar do Santo Offício, c. c. D. Ana Teresa da Silva, filha e herdeira de Francisco Gonçalves Tojeiro da Silva, e de sua mulher D. Maria Gonçalves Tojeiro, de Matozinhos

Francisco Juzarte Maldonado Cardoso Ribeiro da Silva, fidalgo-cavaleiro da C. R. em 1717, senhor de Eiras e Vilarinho, c. c. a herdeira de António Machado de Paços, do Pôrto

D. Teresa Maria da Silva Juzarte, c. c. Benfo Madeira de Castro, 1.^o editor do *Viriato Tragico*. Da sua descendência nos occuparemos adeante (VII c)

António Xavier Juzarte Cardoso, fid. caval., c. na casa de Pedro Lopes

Francisco Xavier Juzarte de Quadros, fid. caval., correio-mór de Coimbra, c. na casa de Francisco Baptista Montes, de Fontelas, sobre o Douro

Antonio Juzarte de Quadros, n. em 1784

D. Francisca Xavier Juzarte Cardoso, c. c. Bernardo da Silva Castelo-Branco e Melo, da quinta dos Corvos á Nogueira, freguesia de Santos Evos

D. Antónia Luísa de Melo Cardoso, c. c. o Dr. Bernardo Duarte de Figueiredo, de Avô, cuja descendência estamos descrevendo

Nota III — Família da mulher do poeta (175)

filha de José Bernardo de Miranda Brandão Castelo-Branco, sargento-mór de Seia, e de D. Antónia Joaquina de Melo e Távora. Entre outros filhos, falecidos sem descendência, houve os seguintes:

- 1 (X). *António de Figueiredo Miranda Brandão Castelo-Branco*, que segue (X a').
- 2 (X). *Francisco de Figueiredo Cardoso e Melo*, que segue (X a'').
- 3 (X). *D. Casimira Cândida de Figueiredo Cardoso e Melo*, que segue (X a''').

Ramo secundário a')

X a') — **António de Figueiredo Miranda Brandão Castelo-Branco**, c. no Fundão c. D. Bernarda Carolina Godinho de Sampaio e Melo, filha do Dr. Francisco Maria Godinho da Fonseca do Amaral, e de D. Ana Cândida da Cunha Soto-Maior de Sampaio e Melo. Tiveram:

- 1 (XI). *Alexandre de Figueiredo Miranda Soares de Albergaria de Sampaio e Melo*, c. c. D. Ana Leopoldina de Carvalho e Albuquerque, de Vila-de-Igreja, sem sucessão.
- 2 (XI). *D. Maria Delfina de Figueiredo*, que faleceu solteira em Tortosendo.
- 3 (XI). *D. Francisca de Figueiredo Godinho Soares de Albergaria*, que segue.

XI a') — **D. Francisca de Figueiredo Godinho Soares de Albergaria**, c. c. João Soares de Albergaria Cabral da Costa e Faro, de Maceira (Seia), e teve:

- 1 (XII). *Augusto Soares de Albergaria Cabral*, n. 4 nov. 1875, que segue.
- 2 (XII). *João Soares de Albergaria Cabral*, n. 5 dez. 1877.
- 3 (XII). *D. Maria Jerónima Soares de Figueiredo*, n. 23 fev. 1883.
- 4 (XII). *D. Maria da Exaltação Soares de Albergaria*, n. 1 jun. 1885.
- 5 (XII). *Eduardo Soares de Albergaria*, n. 14 jun. 1888.
- 6 (XII). *Gastão Soares Coelho*, n. 1 out. 1891.
- 7 (XII). *Ausindo Soares de Albergaria Coelho*, n. 4 ag. 1898.

XII a') — **Augusto Soares de Albergaria Cabral**, c. c. D. Maria da Piedade Gouveia Pinto, e tem:

- 1 (XIII). *João Soares Pinto de Albergaria*, n. 26 jun. 1901.
- 2 (XIII). *D. Natércia Soares de Albergaria*, n. 23 jun. 1904.

Ramo secundário a'')

X a'') — **Francisco de Figueiredo Cardoso e Melo**, c. na Quinta da Costa (Nogueira-do-Cravo) c. D. Ana Augusta Madeira, e teve:

- 1 (XI). *D. Maria da Piedade Madeira Tovar de Albuquerque*, c. c. António de Abreu Gama Lobo, de Canas de Senhorim, sem descendência por falecer o filho único que tiveram.
- 2 (XI). *D. Ana Sancha Madeira de Abreu Tovar e Albuquerque*, que segue.

XI a'') — **D. Ana Sancha Madeira de Abreu Tovar e Albuquerque**, c. c. o cunhado de sua irmã, João Lobo de Abreu da Gama Mascarenhas, de Canas de Senhorim, que veio residir para a quinta da Costa. Tiveram:

- 1 (XII). *D. Maria da Conceição Madeira de Abreu*, c. em 1.ª núpcias c. António Freire Cortês Cabral Metelo Pacheco de Albuquerque, de quem teve três filhos, que já ficam descritos (*Nota geneal.* I, xu a''), 2). Casou em 2.ª núpcias c. Luis Ribeiro da Silveira Portugal, da casa dos Ribeiros de Man-teigas, de quem tem um filho
 - 4 (XIII). *António Madeira Ribeiro Portugal*, c. c. D. F.... Patricio, da Guarda.
- 2 (XII). *D. Maria José de Abreu Madeira Lobo*, c. c. António Pinto Toscano Tinoco, de Nogueira-do-Cravo. Teve:
 - 1 (XIII). *António Madeira Tinoco*, bacharel formado em Direito, c. c. M.^{me} Madeleine Lepierre, havendo deste matrimónio: — a (XIV). *Carlos António Lepierre Tinoco*, — b (XIV). *António Carlos Lepierre Tinoco*;
 - 2 (XIII). *D. Maria José Madeira Tinoco*, c. c. o Dr. António Borges Rodrigues, de Vila-Nova-de-Fazem, já falecido, e teve — (XIV). *D. Ana Maria Madeira Tinoco Borges*.
- 3 (XII). *Bernardo Madeira de Abreu da Gama*, c. c. D. Maria Calheiros Mascarenhas Pita de Noronha, de Ois-do-Bairro; êle faleceu deixando dois filhos:
 - 1 (XIII). *João Madeira Calheiros*;
 - 2 (XIII). *D. Maria Mascarenhas Madeira Pita de Noronha*, c. c. António de Azevedo, bacharel formado em Direito, com descend.
- 4 (XII). *João Carlos Madeira de Abreu Lobo*, c. c. sua cunhada D. Maria Calheiros, viúva do precedente, e dela tem:
 - 1 (XIII). *D. Marta da Piedade*;
 - 2 (XIII). *D. Casimira*.

Nota III — Família da mulher do poeta (177)

- 5 (XII). *António Madeira de Abreu Lobo*, solteiro.
6 (XII). *Francisco de Paula Madeira de Abreu Lobo*, solteiro.
7 (XII). *José Madeira de Abreu Lobo*, solteiro.
8 (XII). *Miguel Madeira de Abreu Lobo*, † solteiro.

Ramo secundário a^{'''})

X a^{'''}) — D. Casimira Cândida de Figueiredo Cardoso e Melo, c. c. o Dr. João da Costa Garcia, da Foz-da-Moura, e tiveram:

- 1 (XI). *Alexandre de Figueiredo da Costa Soares de Albergaria e Melo*, que segue.
2 (XI). *D. Maria da Assunção da Costa Figueiredo Cardoso de Albergaria e Melo*, c. c. Jerónimo de Moraes Almeida e Sousa, da Foz-da-Moura, e teve:
1 (XII). *D. Maria da Assunção de Figueiredo Moraes e Sousa*, n. 21 abr. 1865, c. em Coja a 8 out. 1890 e José Duarte das Neves Cardoso, havendo deste matrimónio: — a (XIII). *D. Maria Paulina de Figueiredo Cardoso*; — b (XIII). *D. Maria da Assunção de Figueiredo Cardoso*; — c (XIII). *D. Maria José de Figueiredo Cardoso*;
2 (XII). *Heitor de Figueiredo de Almeida e Sousa*, n. 28 mai. 1866, c. em 1900 no Brasil c. D. Lídia de Freitas e Sousa, sem ger. São os actuais proprietários da pitoresca residência dos Figueiredos, sobre o Pêgo em Avô.

XI a^{'''}) — Alexandre de Figueiredo da Costa Soares de Albergaria e Melo, c. c. D. Maria Fortunata Guedes Themes Brito e Faro de Albuquerque, de Vilar-Sêco, e tiveram:

- 1 (XII). *Arnaldo Juçarte Faro de Figueiredo*, n. 3 ag. 1870 em Avô, c. em set. 1899 c. sua parenta D. Ana du Tarte Soares de Albergaria, de Vila-de-Mato (Midões), e faleceu sobre o mar em regresso da ilha de S. Tomé. Deixou dois filhos, que vivem em Lisboa com sua mãe:
1 (XIII). *Arnaldo*;
2 (XIII). *D. Ana*.
2 (XII). *Salvador Duarte de Figueiredo Faro Themes*, n. 13 ag. 1872 em Vilar-Sêco, c. em Currelos (Carregal-do-Sal) em ag. 1899 c. sua parenta D. Josefina Soares de Albergaria, de Travanca-do-Douro, e têm:
1 (XIII). *Alexandre*;
2 (XIII). *Salvador*;
3 (XIII). *Oscar*.
3 (XII). *D. Maria Isabel de Figueiredo Faro Themes*, n. 30 set. 1875 em Avô, c. 29 jul. 1901 na Colmeosa (Couto do-Mosteiro)

c. o Dr. António Tavares Festas, já falecido. Tiveram dois filhos:

- 1 (XIII). *Manuel*;
- 2 (XIII). *D. Maria*.

Ramo primário b)

V b) — **D. Maria Madeira da Costa**, c. cêrca do ano de 1617 com João Manuel da Fonseca († 16 jul. 1664), de Anceriz, filho legítimo de Manuel Dias e de Maria Afonso, o qual veio viver para casa de sua mulher em Avô. onde foi capitão-mór, enquanto que seu irmão Aleixo Afonso, casado pouco depois com sua cunhada D. Cecília Madeira (IV, 6), ficou vivendo em Anceriz. Teve os filhos seguintes:

- 1 (VI). *D. Maria da Costa Fonseca*, que segue.
- 2 (VI). *D. Isabel da Fonseca da Costa*, n. 21 mai. 1621, c. 12 out. 1645 c. Silvestre Rodrigues, de Moimenta-da-Serra, filho de João Rodrigues e de Maria João, sendo testemunha dêste casamento o poeta Brás. Tiveram os filhos seguintes:
 - 1 (VII). *Daniel Rodrigues da Fonseca*, b. 13 out. 1645, c. em Lourosa em 1658 c. D. Mariana de Abreu Ferreira, filha de Manuel Ferreira de Abreu e de Teodora de Abreu, com ger.;
 - 2 (VII). *Dr. João Rodrigues da Fonseca*, b. 22 dez. 1648, canonista, o qual, sendo juiz de fora em Avô, ali foi assassinado a 10 jan. 1686, no estado de solteiro, sem ger.
 - 3 (VII). *Silvestre Rodrigues da Fonseca*, † solteiro.
- 3 (VI). *Ana*, b. 22 mai. 1623, † criança.
- 4 (VI). *D. Ana da Fonseca da Costa*, b. 2 dez. 1625, c. 2 fev. 1646 c. João Rodrigues, de Moimenta-da-Serra, irmão de Silvestre Rodrigues, casado com D. Isabel, de quem acabamos de falar (supra n.º 2). Brás Garcia assistiu também como testemunha ao casamento. Tiveram vários filhos.
- 5 (VI). *João Manuel da Fonseca*, o Môço, b. 11 jun. 1628, capitão-mór de Avô, † solteiro a 19 fev. 1685.
- 6 (VI). *D. Susana Manuel da Costa*, b. 23 mai. 1631, † solteira a 11 abr. 1713.
- 7 (VI). *D. Paula Madeira*, b. 5 abr. 1634, † solteira a 24 dez. 1679.
- 8 (VI). *L.º Matias Quaresma da Fonseca*, presbítero, reitor da igreja de S. Paço-de-Fão, e depois, em 1692, reitor do Espinhel, comarca de Esgueira, hoje concelho de Águeda, pertencente ao padroado dos duques de Bragança. Provou no processo para a sua ordenação ter nascido cêrca do ano de 1636; ordenou-se em 1660-1663. Conservou-se na reitoria de Espinhel até à morte, ocorrida em Avô a 14 abr. 1713.

- VI b) — **D. Maria da Costa Fonseca**, b. 18 nov. 1618, c. 19 fev. 1645 c. o capitão-poeta Brás Garcia Mascarenhas, e faleceu a 4 jan. 1660. A sua descendência é descrita em a *Nota genealógica IV*.

Ramo primário c).

- V c) — **Antônio Madeira da Costa**, c. em Vila-Cova-sob-Avô c. sua 2.^a prima D. Maria de Brito Barreto (*Nota geneal. II, v a*). Militou nas campanhas da restauração, foi soldado da *companhia dos leões*, de que era capitão seu primo Brás Garcia Mascarenhas, e chegou a atingir o posto de capitão, servindo sempre bem e à sua custa. Residiu em Pomares, pois era senhor do vínculo que ali herdou de seu pai. Teve, filho único,

- VI c) — **Manuel de Brito Barreto**, b. 27 abr. 1631 em Avô, familiar do Santo Ofício, habilitado em 1662, senhor do vínculo de Pomares, capitão-mór de Avô, c. em Galizes c. sua parenta D. Catarina Borges de Castro e Abreu, filha de Pedro Borges de Castro, senhor do morgado de Galizes (o qual era filho de Álvaro Borges e de Catarina Gonçalves, de Lourosa, neto paterno de Pedro Álvares, de Lourosa, e de Ana [ou Catarina?] Borges de Castro), e de sua mulher D. Maria Madeira Arrais, filha e herdeira de João Madeira Arrais (senhor dos morgados dos Roucos de Cima e de Baixo, na freguesia de Cambas, hoje concelho de Oleiros, e do de Vale-das-Ovelhas, freguesia de Oleiros, tudo no actual distrito de Castelo-Branco) e de D. Ana Francisca de Abreu, filha de Roque Fernandes de Abreu e de Isabel Francisca de Figueiredo, de Vila-Pouca, e portanto irmã de D. Maria Nunes de Abreu, mulher de Gaspar Dias da Costa, de Avô (supra iv, 2; cf. *Nota geneal. I, vii a''*, **). Tiveram:

1 (VII). *Bento Madeira de Castro*, que segue.

2 (VII). *Manuel de Brito*, cônego da Sé de Coimbra.

3 (VII). *Fr. Luls de Brito*, cisterciense.

4 (VII). *Fr. Antúio de Brito*, trino.

5 (VII). *P.e José de Brito*, jesuíta.

6 (VII). *D. Maria de Brito*, c. c. seu parente Antônio Barreto Perdígão,

cavaleiro-professo da Ordem de Cristo, capitão-mór da vila de Gois, e teve vários filhos, entre os quais

— (VIII). *Dr. Bernardo Barreto Perdigão Vilas-Boas*, capitão-mór de Gois, com ger.

7 (VII). *D. Paulino de Brito Barreto*, cônego-regrante de Santa Cruz de Coimbra.

VII c) — **Bento Madeira de Castro**, senhor do morgado de Pomares, capitão-mór de Avô, cavaleiro da Ordem de Cristo, familiar do Santo Officio (habilitado em 1686), editor do poema *Viriato Tragico*. Casou em 1.^{as} núpcias em Coimbra com D. Teresa Maria da Silva Juzarte (vid. supra VIII a, nota); em 2.^{as} núpcias em Celorico-da-Beira com D. Maria da Piedade de Almeida, viúva de Luís Ribeiro da Fonseca, e filha de Manuel de Almeida Coelho. Teve filhos somente do 1.^o matrimónio, e foram:

1 (VIII). *Manuel de Brito Barreto de Castro*, que segue.

2 (VIII). *D. Ana Antónia de Castro*, que casou em Celorico com um irmão de sua madrastra, o Dr. Bernardo de Almeida Coelho. Houveram filhos, entre os quais era primogénito

— (IX). *Diogo Henrique Coelho de Almeida*, que foi capitão-mór da vila de Celorico.

3 (VIII). *D. Catarina de Castro*, freira em Santa Ana de Coimbra.

VIII c) — **Manuel de Brito Barreto de Castro**, senhor do morgado de Pomares, do de Galizes, e dos dos Roucos de Cima e de Baixo, fidalgo-cavaleiro, capitão-mór de Avô, familiar do Santo Officio (habilitado em 1717). Casou a 17 nov. 1727 em Guimarães com D. Paula Jerónima de Alarcão de Castro de Essa, filha de Gonçalo Lopes de Carvalho (senhor dos coutos de Abadim em Cabeceiras de Bastos, e de Negrelos em Santo Tirso, e do morgado da Camoeira) e de sua mulher D. Guiomar Bernarda da Silva Alarcão (filha de Gonçalo Peixoto da Silva e de D. Paula Maria Pereira). Depois de viúvo ordenou-se, e foi deão da Sé de Coimbra. Teve:

1 (IX). *Francisco Xavier de Brito Barreto da Costa e Castro*, que segue.

2 (IX). *D. Guiomar Joaquina de Castro de Essa*, n. 22 fev. 1731.

3 (IX). *D. Teresa Maria Peixoto da Silva Alarcão*, gémea da precedente, casou em Gois, onde deixou descendência.

Nota III— Família da mulher do poeta (181)

- 4 (IX). *Pedro Gonçalo Peixoto*, n. 29 jun. 1732.
5 (IX). *D. Francisca Rosa*, n. 19 maio 1734.
6 (IX). *D. Maria do Pilar*, n. 28 nov. 1735.

IX c) — Francisco Xavier de Brito Barreto da Costa e Castro, n. em Guimarães a 10 dez. 1728, capitão-mór de Avô, c. 4 ag. 1756 c. D. Maria Manuela Joaquina de Figueiredo de Melo Castelo-Branco de Sousa, e teve:

- 1 (X). *D. Maria Paula de Brito Castro e Essa*, n. em Galizes a 27 nov. 1759, c. na Sé de Coimbra c. Francisco de Paula Lobo Peçanha, de Loulé, onde faleceu, e deixaram dois filhos, ambos sem sucessão:

- 1 (XI). *D. Francisca Rosa*;
2 (XI). *Sebastião Alexandre*.

- 2 (X). *D. Guiomar José de Brito e Castro*, n. em Galizes a 10 nov. 1760, † solteira a 25 jun. 1824 em Coimbra.
3 (X). *D. Paula Jerónima de Castro e Essa*, n. em Galizes a 1 fev. 1762, † solteira em Coimbra a 17 fev. 1844.
4 (X). *Sebastião José de Carvalho e Melo de Brito Barreto da Costa e Castro*, n. 19 abr. 1764; levantou à sua custa uma companhia de cavalos na última guerra com Espanha. Obteve mercê régia de tratamento de *Senhoria*. Faleceu a 24 out. 1835.
5 (X). *D. Ana de Brito e Castro*, n. em Coimbra a 19 mar. 1773, e † solteira a 2 abr. 1843.
6 (X). *Dr. António de Brito e Castro de Figueiredo e Melo da Costa*, que segue.

X c) — Dr. António de Brito e Castro de Figueiredo e Melo da Costa, n. em Coimbra a 2 ag. 1775, foi canonista, fidalgo-cavaleiro da C. R., e deão da Sé de Coimbra, apenas ordenado de menores. Pelo falecimento de seu irmão herdou os importantes vínculos da casa de seus pais, e, renunciando o deado, casou a 18 nov. 1839 c. D. Maria Inês de Carvalho Daun e Lorena, n. 17 fev. 1821, filha legítima do conde da Redinha, D. Nuno Gaspar de Carvalho Daun e Lorena, neto do 1.º marquês de Pombal. Faleceu a 7 jan. 1848. Teve:

- 1 (XI). *D. Maria Vitória*, † criança.
2 (XI). *D. Maria Manuela de Brito e Castro*, que segue.
3 (XI). *D. Maria Francisca de Brito e Castro*, † criança.
4 (XI). *Francisco Xavier de Brito e Castro*, † criança.

(182)

Brás Garcia Mascarenhas

XI c)—**D. Maria Manuela de Brito e Castro**, n. 9 mar. 1844, casou a 30 jan. 1860 com seu tio materno **D. Luis Maria de Carvalho Daun e Lorena**, n. 9 mai. 1828, mōço-fidalgo da C. R., par do reino. Foram agraciados por el-rei **D. Luis I**, a 26 mai. 1886, com o titulo de marqueses de Pomares.

NOTA IV

DESCENDÊNCIA DE BRÁS GARCIA MASCARENHAS

Tronco

I) — **Brás Garcia Mascarenhas**, n. em Avô a 3 fev. 1596, casou na mesma vila a 19 fev. 1645 com **D. Maria da Costa Fonseca**. As ascendências de um e outra acham-se descritas nas precedentes *Notas genealógicas*. Tiveram os seguintes filhos:

- 1 (II). *António Garcia Mascarenhas*, b. 14 dez. 1645, † criança.
- 2 (II). *Tomás de Aquino Garcia Mascarenhas*, b. 7 mar. 1647; sendo estudante do 1.º ano jurídico na Universidade de Coimbra, ali casou com **D. Comba da Conceição** em 1673, e veio falecer a Avô a 9 abr. 1674 sem ger.
- 3 (II). *D. Isabel da Fonseca Mascarenhas*, b. 31 dez. 1648, † solteira a 8 jan. 1676.
- 4 (II). *D. Quitéria Garcia Mascarenhas*, que segue.
- 5 (II). *Brás Garcia Mascarenhas* (2.º), b. 22 mar. 1653, † solteiro em Avô a 25 nov. 1673.
- 6 (II). *D. Maria Garcia Mascarenhas*, b. 20 mai. 1655, † solteira a 20 jul. 1675.

II) — **D. Quitéria Garcia Mascarenhas**, b. 29 jun. 1651, c., com grande desgosto da família, ocultamente, na igreja paroquial de Galizes, a 11 fev. 1677, c. seu primo **Manuel Garcia Mascarenhas**, filho ilegítimo de seu tio paterno **Matias Garcia** (*Nota geneal.* I, IV c" 9) e de **Ana Duarte**, solteira, de **Travanca-de-Farinha-Pôdre**, filha de **João Jorge** e de **Maria Duarte**, lavradores bem reputados e estimados. Teve:

- 1 (III). *José da Costa Mascarenhas*, primogénito, que segue.
- 2 (III). *P.º Manuel Garcia Mascarenhas*, b. 8 set. 1678, ordenou-se em 1715-1717, depois da morte do P.º Brás, seu irmão mais novo, constituindo o seu património eclesiástico, por escritura de 3 mar. 1717, nos bens que herdara do mesmo P.º Brás. Faleceu a 2 nov. 1741,

instituiu seu herdeiro o sobrinho Brás, filho de seu irmão José da Costa.

- 3 (III). *P.^e Brás Garcia Mascarenhas* (3.^o), b. 9 fev. 1680, viveu desde 1701 em Espinhel, na companhia de seu tio reitor, o L.^{do} Matias Quaresma da Fonseca (*Nota geneal.* III, v b 8), Ordenou-se de menores em 1702 e de sacras em 1710, sendo o seu patrimônio eclesiástico constituído em bens, que para êste efeito lhe foram doados, em escritura de 2 dez. 1705, por sua tia D. Susana Manuel da Costa (*Nota geneal.* III, v b 6). Foi cura de Oia desde junho de 1710 até que faleceu nesta sua freguesia a 12 mar. 1714. Instituiu universal herdeiro seu irmão Manuel.
- 4 (III). *D. Maria Garcia Mascarenhas*, b. 7 mar. 1685, † solteira.

III) — **José da Costa Mascarenhas**, n. cêrca do ano de 1676, c. 13 jan. 1697 em Avô com D. Joana Gomes de Miranda, b. em Miranda do Côrvo a 10 jul. 1660 († em Avô 22 juñ. 1751), filha do capitão João Velho de Miranda e de sua mulher D. Antônia Gomes, da dita vila de Miranda, e irmã do vigário de Avô, Luis Velho de Miranda, cuja parochialidade se estendeu desde a posse a 17 jul. 1672 até 19 out. 1705. Tiveram um único filho,

IV) — **Brás Garcia Mascarenhas** (4.^o), baptizado em casa, recebeu os santos óleos a 9 maio 1702. Casou em Avô a 9 fev. 1736 com sua parenta D. Maria da Costa de Mesquita (*Nota geneal.* II, vii c^o 3). Faleceu a 24 nov. 1771. Teve:

- 1 (V). *D. Quitêria Angélica de Mesquita Mascarenhas*, b. 29 nov. 1736, † solteira a 24 mar. 1800.
- 2 (V). *D. Mariana de Mesquita*, b. 28 mai. 1738, † solteira a 19 abr. 1798.
- 3 (V). *Brás Garcia Mascarenhas* (5.^o), b. 14 dez. 1739, † criança.
- 4 (V). *José Garcia Mascarenhas*, b. 16 jan. 1742, † solteiro, de pouca idade.
- 5 (V). *D. Josefina de Mesquita Mascarenhas*, n. 7, b. 13 jan. 1744, † 3 fev. 1793.
- 6 (V). *D. Maria Garcia Mascarenhas*, n. 21 jan., b. 1 fev. 1745, † solteira a 18 jul. 1759.
- 7 (V). *L.^{do} Brás Garcia Mascarenhas* (6.^o), n. 6, b. 13 abr. 1748, matriculou-se na Universidade em 1762, ordenou-se *in minoribus* em 1763, recebeu o gráu de bacharel em Cânones a 4 jun. 1767, formou-se a 19 jun. 1768, † solteiro em Avô a 15 dez. 1771.
- 8 (V). *D. Joana Margarida de Mesquita Mascarenhas*, que segue.
- 9 (V). *D. Antônia de Mesquita Mascarenhas*, n. 13, b. 19 jun. 1752, † solteira a 9 nov. 1799.

Nota IV—Descendência do poeta (185)

10 (V). *D. Tomás Garcia Mascarenhas*, n. 28 jul., b. 3 ag. 1754, † solteira em 1838.

11 (V). *Tomás Caetano Garcia Mascarenhas*, n. 28 nov., b. 4 dez. 1756. Foi sargento-mór da capitania-mór de Avô, segundo se vê na *Lista militar dos officiaes do exército de Portugal*, referida a 1 ag. 1830, a pág. 264. Faleceu solteiro. Teve em Avô, de uma mulher solteira de nome Micaela da Costa Ramos, os seguintes filhos:

1 (VI). *Tomás Joaquim Garcia Mascarenhas*, boticário com carta profissional passada em Lisboa a 10 abr. 1823.

2 (VI). *Henrique Garcia Mascarenhas*, que morreu assassinado a 11 fev. 1811.

3 (VI). *Matilde Garcia Mascarenhas*, b. 16 out. 1805, que morreu nova.

V) — **D. Joana Margarida de Mesquita Mascarenhas**, n. 27 abr., b. 4 mai. 1750, c. 5 jun. 1789 c. António da Gama e Gouveia de Abreu Leitão, rico proprietário do lugar da Cortiça, freguesia de S. Martinho da Cortiça (b. 17 set. 1733, † 26 jan. 1770), filho de António da Gama e Gouveia, do lugar da Urgueira na mesma freguesia (o qual era irmão do Dr. Manuel da Gama e Gouveia, abade sem cura de almas de S. João de Campos, comarca de Valença, e tinha mais duas irmãs religiosas no convento de Celas de Coimbra), e de sua mulher D. Maria Nunes Leitão, do Casal-do-Fundo, freguesia de S. Miguel-de-Rio-de-Moinhos, hoje concelho de Sátão; neto paterno de Manuel da Gama e de Domingas Martins, da Urgueira, e materno de Inocência Leitão, do dito Casal-do-Fundo, e de sua 1.^a mulher Maria Nunes, da Abrunhosa, freguesia de Vila-Bôa, hoje concelho de Sátão. O noivo era já viúvo de Teodora Brandão, filha de Francisco Brandão, do Carapinhal, e de sua mulher Antónia Jorge, da Carvalheira, tendo-se realizado o casamento de 1.^{as} núpcias a 23 abr. 1761. Teve a D. Joana Margarida, filho único,

VI) — **Brás Garcia Mascarenhas** (7.^o), n. em Avô a 23 mar., b. 3 abr. 1790 († 3 set. 1838). Casou no Casal-do-Fundo, freguesia de Rio-de-Moinhos, a 25 abr. 1816, com D. Maria Albina de Lucena Cardoso, filha de João Pedro Soares do Amaral e de D. Maria Bernarda de Lucena Cardoso, de Sarrazela, freguesia de S. Pedro de Mioma (hoje de Vila-de-Igreja), a qual D. Maria Albina † 3 set. 1838. Tiveram no Casal-do-Fundo os filhos seguintes, todos baptizados na igreja parochial de Rio-de-Moinhos:

1 (VII). *Tomás Garcia Mascarenhas*, que segue (VII a).

- 2 (VII). *José Maria de Mesquita Mascarenhas*, que segue (VII b).
 3 (VII). *D. Maria Amália Garcia Mascarenhas*, n. 24 mar., b. 27 abr. 1824.

Ramo a)

VII a) — **Tomás Garcia Mascarenhas**, n. 30 nov., b. 15 dez. 1818, c. 14 jun. 1839 em Sarrazela com D. Maria dos Prazeres do Amaral, n. em 1818, filha de Joaquim Lopes do Amaral e de D. Libânia Peregrina. Residiu, ora na sua casa do Casal-do-Fundo, ora na de sua mulher em Sarrazela; mais tarde porém, depois que os bens do vínculo da casa de Avô, por morte do irmão de sua avó Tomás Caetano (supra IV, 11) sem descendência legítima, passaram para a linha feminina, de que elle era agora o representante, mudou definitivamente a residência para a sua casa de Avô, onde faleceu a 7 fev. 1895, e sua mulher a 3 nov. 1896. Tiveram:

- 1 (VIII). *Joaquim Tomás Garcia Mascarenhas*, n. 5, b. 25 mar. 1840 em Vila-de-Igreja, c. 27 fev. 1858 c. D. Maria Máxima de Oliveira, de Côja, n. 21 set. 1839, filha legítima de José Joaquim Marques de Oliveira, vulgarmente conhecido pela alcunha de «Boi de Coja». Faleceu em Loures, subúrbio de Lisboa, a 3 jun. 1890, vivendo ainda a viúva em Avô. Não tiveram filhos.
- 2 (VIII). *Tomás Garcia Mascarenhas*, n. 15 abr., b. 8 mai. 1842 em Rio-de-Moinhos, † ainda criança.
- 3 (VIII). *João Tomás Garcia Mascarenhas*, n. 20 jan., b. 4 fev. 1844 em Vila-de-Igreja, c. em 1.^o núpcias na igreja de S. Francisco de Paula (Lisboa) c. D. Ana Rodrigues Jorge, de Avô. Viveu na freguesia dos Olivais (Lisboa), com os seguintes filhos, todos havidos do 1.^o matrimónio:

- 1 (IX). *D. Ana Garcia Mascarenhas*, n. 13 mai. 1879;
 2 (IX). *D. Aline Garcia Mascarenhas*, n. em 1881;
 3 (IX). *Alberto Garcia Mascarenhas*, n. em 1883;
 4 (IX). *D. Aurelina Garcia Mascarenhas*, n. em 1885;
 5 (IX). *D. Elisa Garcia Mascarenhas*, n. 1 jun. 1890.

- 4 (VIII). *Francisco Garcia Mascarenhas*, n. 26 nov., b. 23 dez. 1845 em Rio-de-Moinhos, c. em Avô, onde vive na casa que foi sempre o solar dos Garcias Mascarenhas desta vila, com D. Maria Lúcia Lobo, a 16 nov. 1908, e tem um filho único

— (IX). *Tomás Brás Garcia Mascarenhas*, n. em Avô em 1896.

Nota IV — Descendência do poeta (187)

- 5 (VIII). *Antônio Garcia Mascarenhas*, n. 1 abr, b. 4 mai. 1848 em Rio-de-Moinhos, c. na freguesia de Decermilo (Sátão) a 14 ag. 1888 c. D. Maria do Carmo de Almeida Pais, viúva de Francisco de Almeida, de Travasso, freguesia de Santa Marinha-de-Barreiros, concelho de Viseu, sendo ela filha de Antônio Maria de Almeida Pais, e de D. Maria Augusta de S. Bento. Teem os seguintes filhos:

- 1 (IX). *D. Maria Angelina Garcia Mascarenhas*, n. 19 fev. 1890;
- 2 (IX). *D. Augusta dos Prazeres Garcia Mascarenhas*, n. 21 dez. 1891;
- 3 (IX). *D. Maria do Ceu Garcia Mascarenhas*, n. 13 fev. 1894;
- 4 (IX). *D. Albertina Garcia Mascarenhas*, n. 4 jun. 1895;
- 5 (IX). *Abel Garcia Mascarenhas*, n. 25 ag. 1899;
- 6 (IX). *D. Palmira Garcia Mascarenhas*, n. 2 jun. 1901.

- 6 (VIII). *D. Elisa Garcia Mascarenhas*, n. 16 jul, b. 5 ag. 1850 em Vila-de-Igreja, † criança.
- 7 (VIII). *Luis Augusto Garcia Mascarenhas*, n. 13 mai. 1851, † solteiro em Avô. Teve de Prudência Augusta, mulher solteira, de Travanca-de-Lagos, dois filhos nascidos e baptizados nesta freguesia:

- 1 (IX). *Ivo Garcia Mascarenhas*, n. 17 julho 1889;
- 2 (IX). *Gilberto Garcia Mascarenhas*, n. 25 mar. 1892.

Ramo b)

- VII b) — **José Maria de Mesquita Garcia Mascarenhas**, n. 4, b. 15 ag. 1821, casou a 8 abr. 1845 na freguesia de Rio-de-Moinhos com D. Ventura de Jesus de Almeida Souto-Maior, n. em 1818 na vila de S. Vicente-da-Beira, filha de Antônio Cardoso de Almeida Souto-Maior, natural de Crestelo, freguesia de Povolide, e de D. Ana Cândida Osório da Fonseca, natural da vila de Miusela-da-Raia. Tiveram:

- 1 (VIII). *D. Constança Garcia de Mesquita Mascarenhas*, que segue.
- 2 (VIII). *Antônio Garcia de Mesquita Mascarenhas*, n. 25 out., b. 16 nov. 1846, † 16 dez. 1909.

- VIII b) — **D. Constança Garcia de Mesquita Mascarenhas**, n. 6 dez. 1845, b. 21 jan. 1846, c. em Rio-de-Moinhos a 3 jun. 1868 com o Dr. Luis Xavier do Amaral Carvalho, filho de Bento José de Carvalho, de Rio-de-Moinhos, e de D. Maria Delfina, de Mioma. Tiveram:

- 1 (IX). *D. Júlia Xavier de Carvalho Mascarenhas*, n. 5 mar. 1869, c. 7 ag. 1892 c. o Dr. Francisco Soares de Albergaria, da fre-

guesia de Silvã-de-Cima (Sátão), juiz de Direito, † em 1913, filho de Lino Soares de Albergaria, de Cabanas, e de D. Emilia Eduarda Castro Borges, de Viseu. Sem ger.

2 (IX). *D. Leonor Xavier Garcia Mascarenhas*, que segue.

IX b) — D. Leonor Xavier Garcia Mascarenhas, n. 16 jan. 1870, c. em Rio-de-Moinhos a 10 abr. 1902 c. António Cardoso de Meneses, da freguesia da Ínsua, concelho de Penalva-do-Castelo, filho do Dr. José Cardoso de Meneses, e de D. Maria Henriqueta de Meneses, da Ínsua. É professor e director da Escola Nacional de Agricultura de Coimbra. Teem:

1 (X). *D. Maria Leonor Garcia Mascarenhas*, n. 19 mar. 1903.

2 (X). *D. Maria José Garcia Mascarenhas*, n. 2 jul. 1904.

3 (X). *José Garcia Mascarenhas*, que segue.

X b) — José Garcia Mascarenhas, n. 2 abr. 1906, é estudante de preparatórios em Coimbra.

ESQUEMAS GENEALÓGICOS

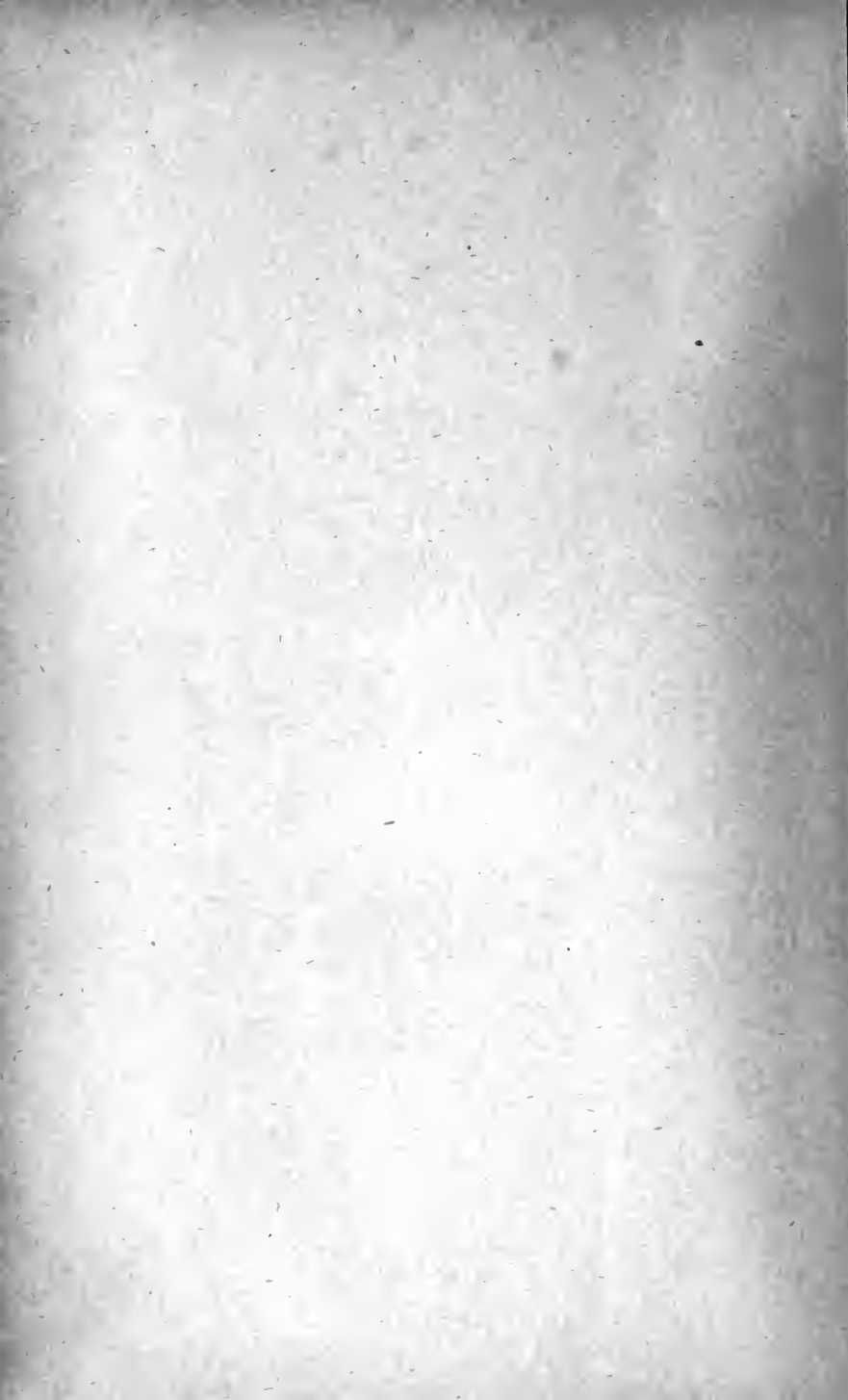
ESQUEMAS GENEALÓGICOS

Este 3.º Apêndice ao nosso estudo de investigação histórica é constituído por quatro índices simplificados das genealogias que fazem objecto das quatro precedentes Notas genealógicas. Neles se encontram as principais linhas, como que o esqueleto, das árvores genealógicas da família Garcia-Mascarenhas, e das suas afins Madeira-Arrais, e Madeira-da-Costa. Denominamo-los Esquemas genealógicos.

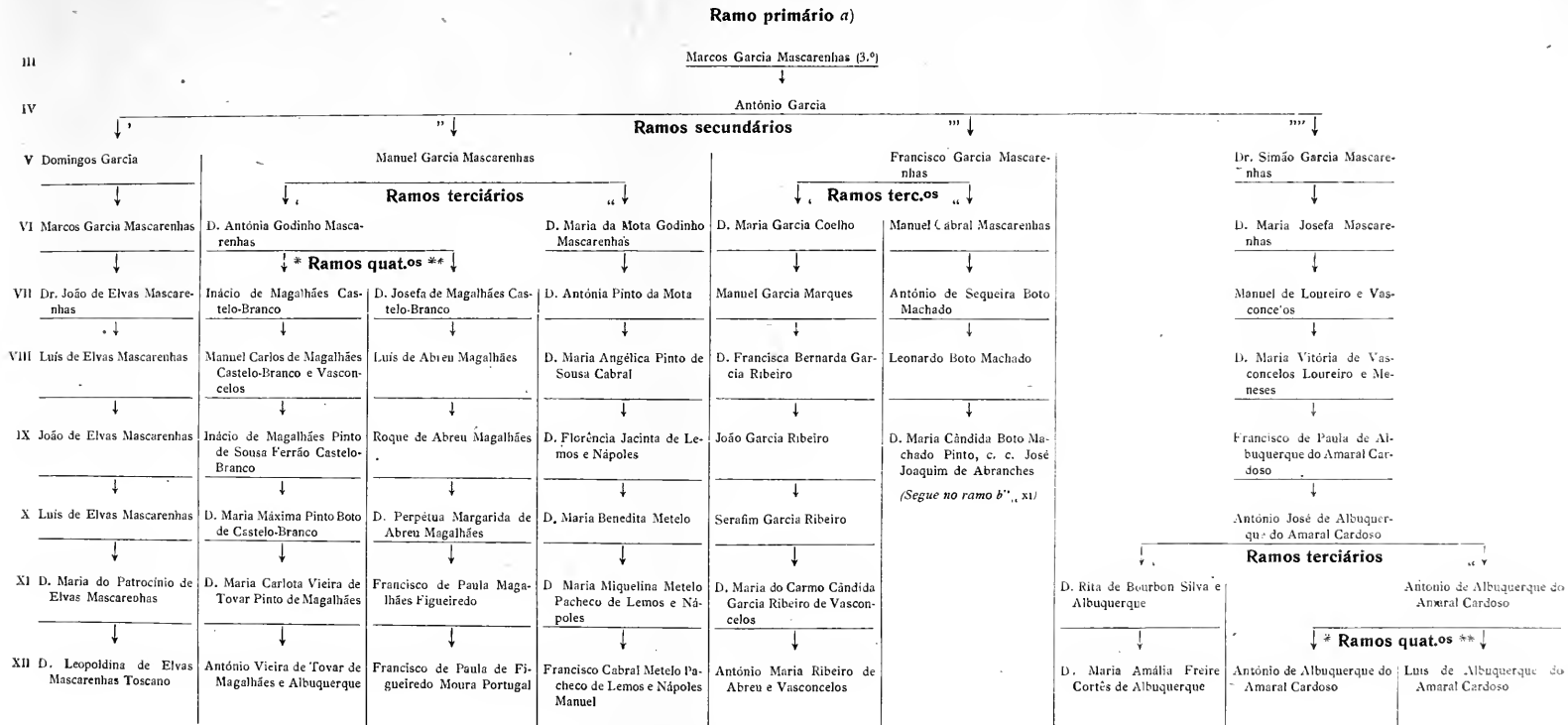
A primitiva forma, que lhes demos, era muito mais complexa. Abrangiam todos os ramos colaterais, e todos os nomes que figuram nas referidas Notas. Quando porém se tratou da sua composição tipográfica, reconhecemos as enormes dificuldades, algumas quase insuperáveis, que se deparavam. Verificámos também que a sua complexidade prejudicava a clareza; em nada contribuía para facilitar a compreensão e estudo das Notas genealógicas. Resolvemos por isso simplifi-cá-los, reduzindo-os às linhas principais. Assim vão ser dados à estampa; e ficam explicadas as discrepâncias que se notam no decorrer da obra, entre as citações que se referem ao primitivo manuscrito, e os Esquemas genealógicos, tais como saem publicados. Desta incorrecção pedimos desculpa ao leitor.

*Quinta-do-Montalegre (Oliveira-do-
-Hospital), 31 de agosto de 1921.*

A. DE VASCONCELOS.



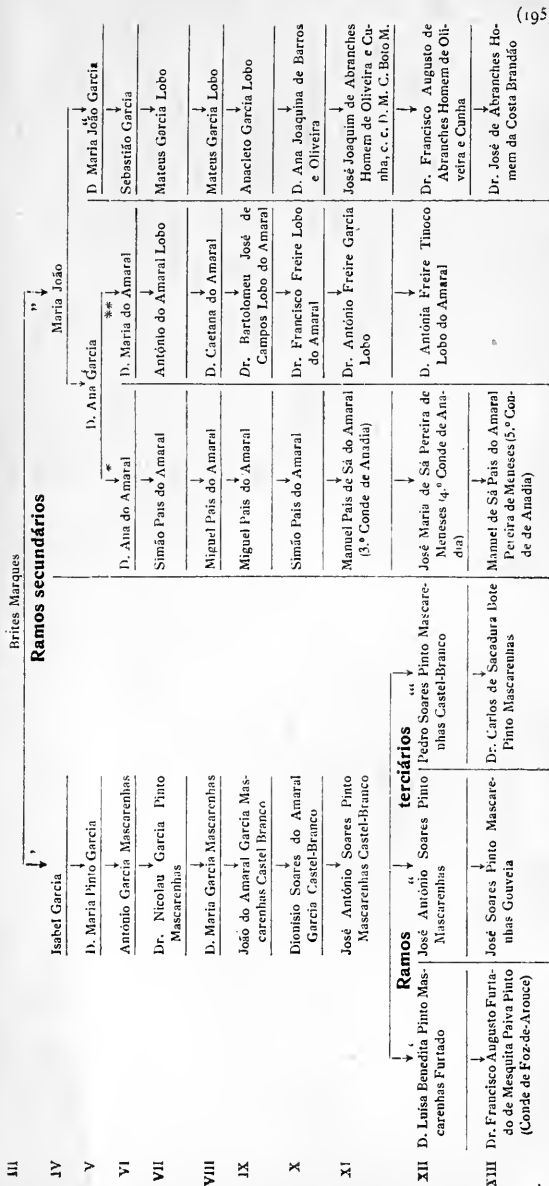
ESQUEMA GENEALÓGICO I (continuação)

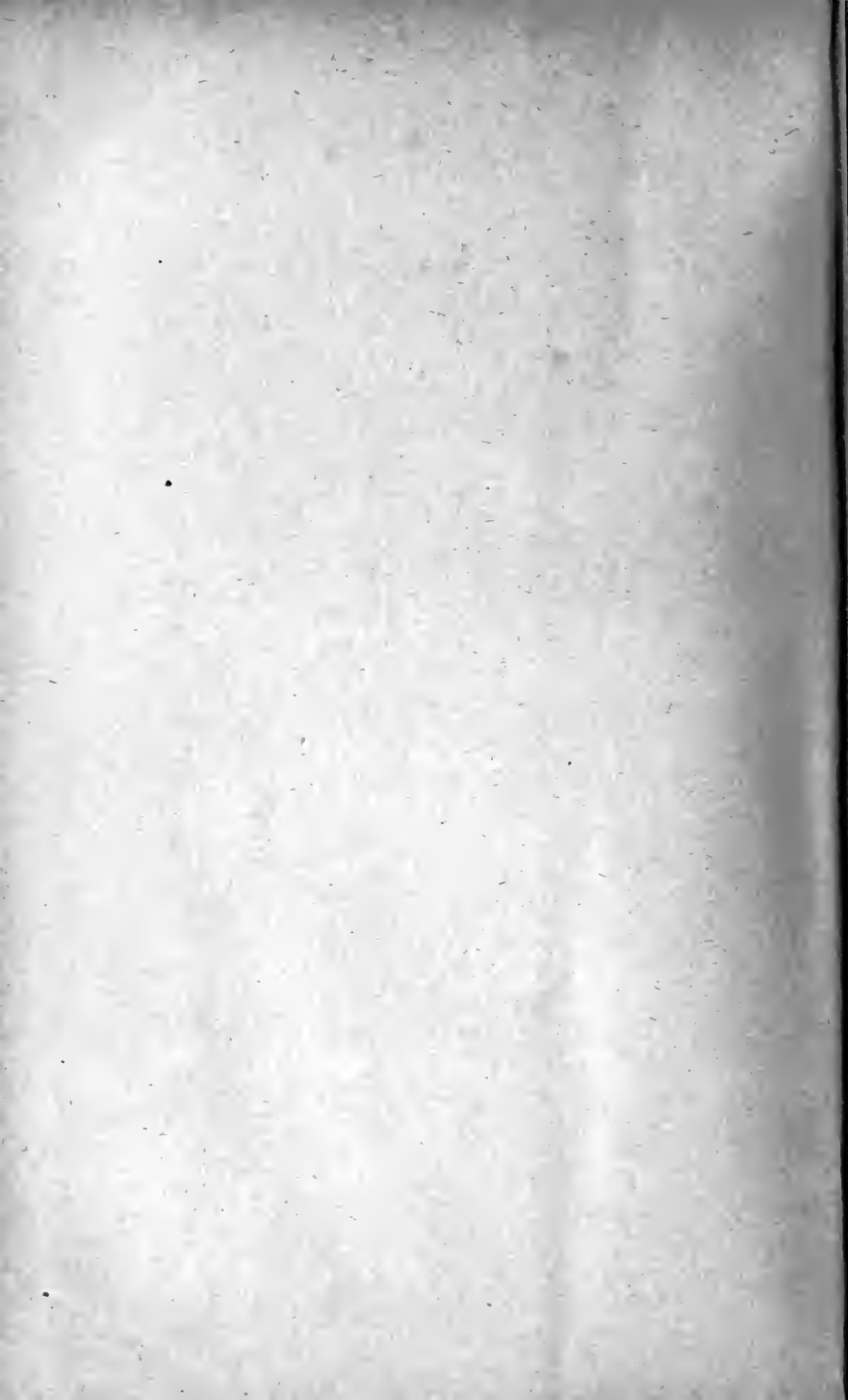




ESQUEMA GENEALÓGICO I (continuação)

Ramo primário b)





ESQUEMA GENEALÓGICO I (continuação)

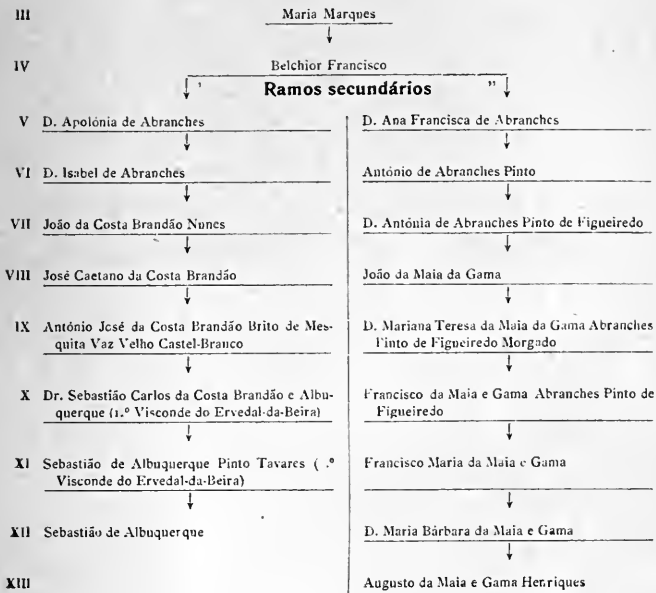
Ramo primário c)

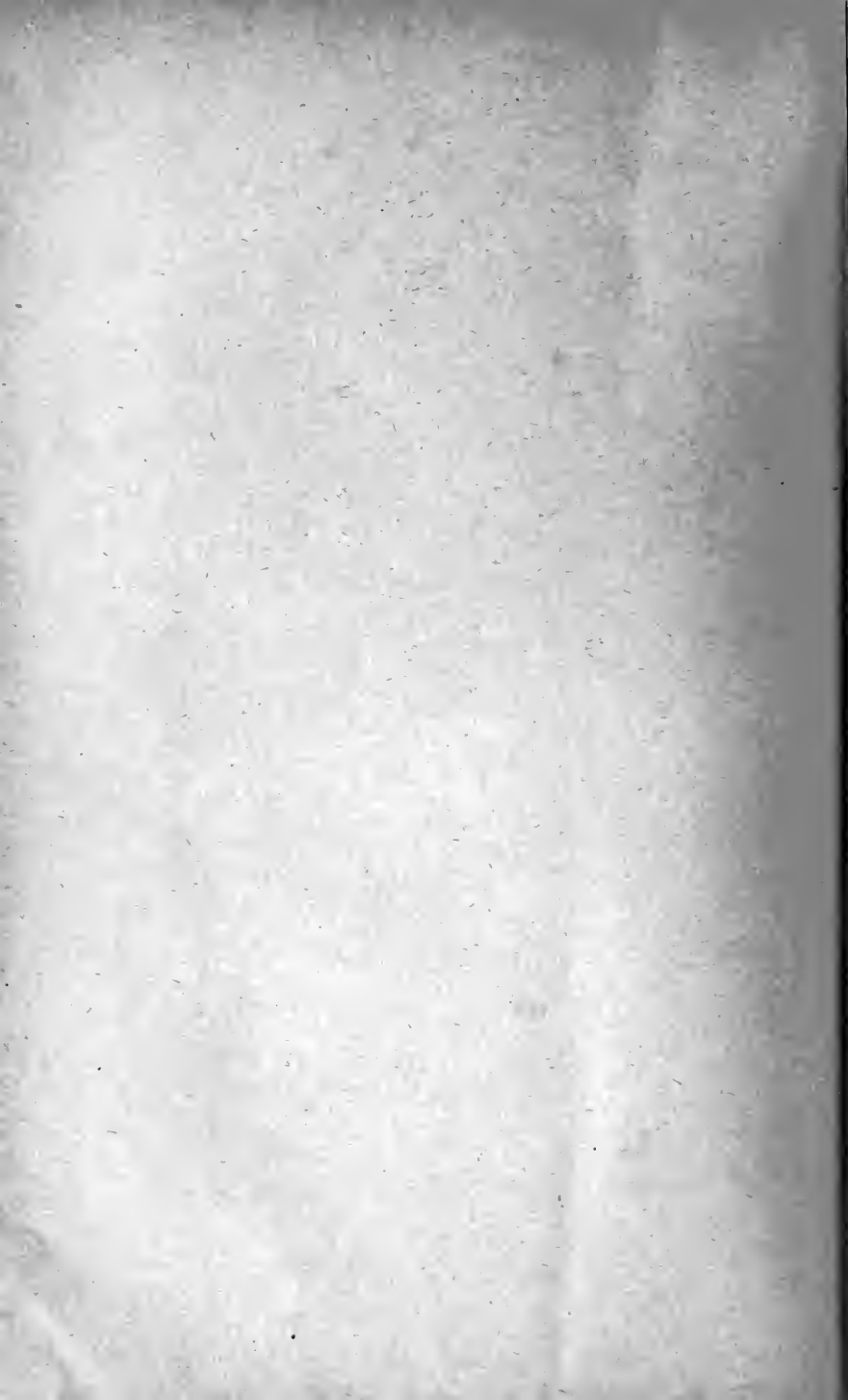




ESQUEMA GENEALÓGICO I (continuação)

Ramo primário d)

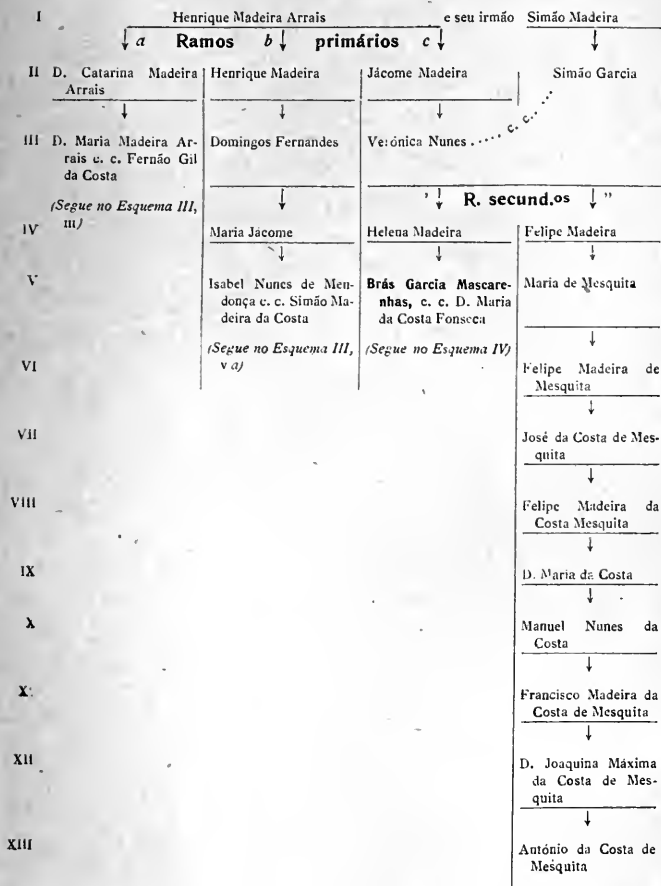


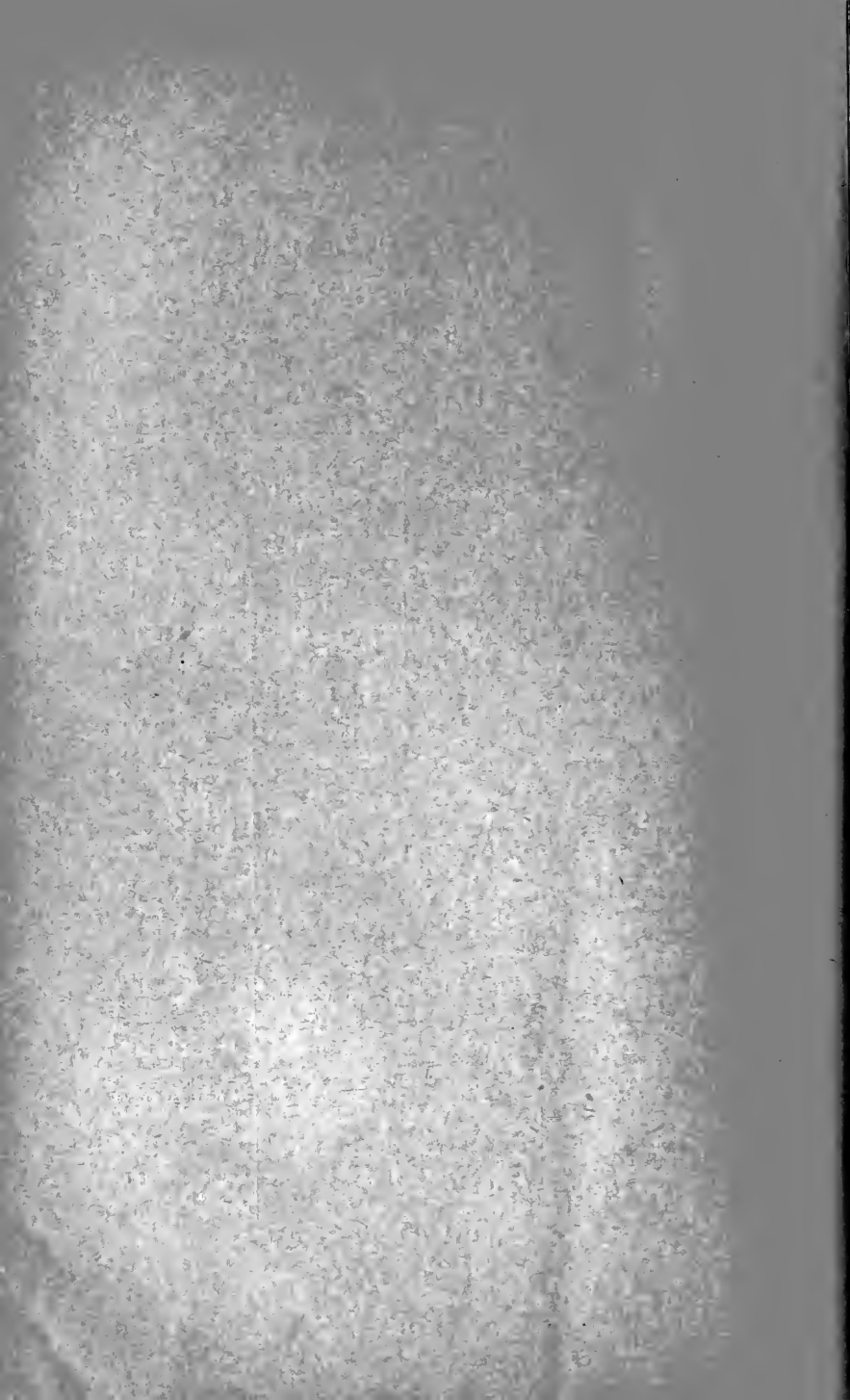


ESQUEMA GENEALÓGICO II

FAMÍLIA MATERNA DO POETA

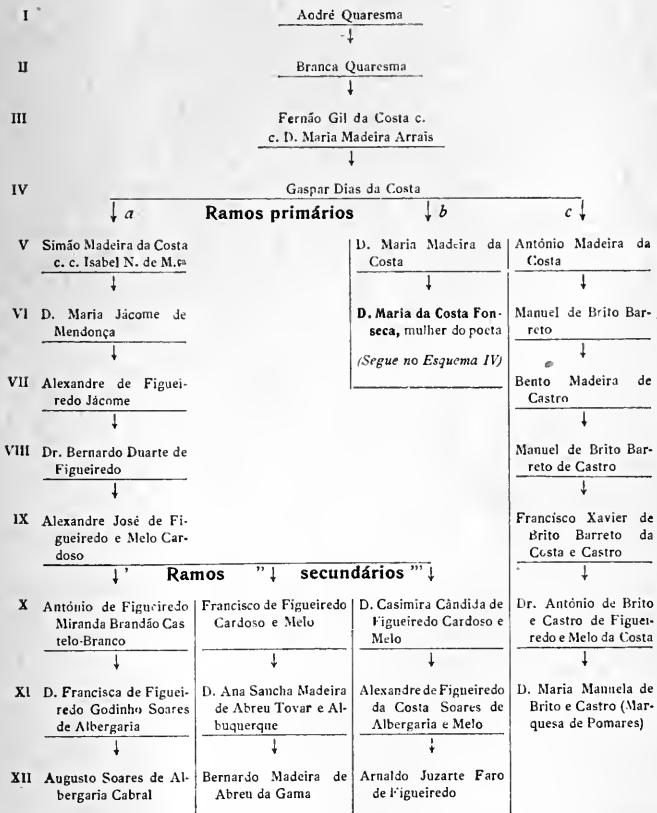
Troncos

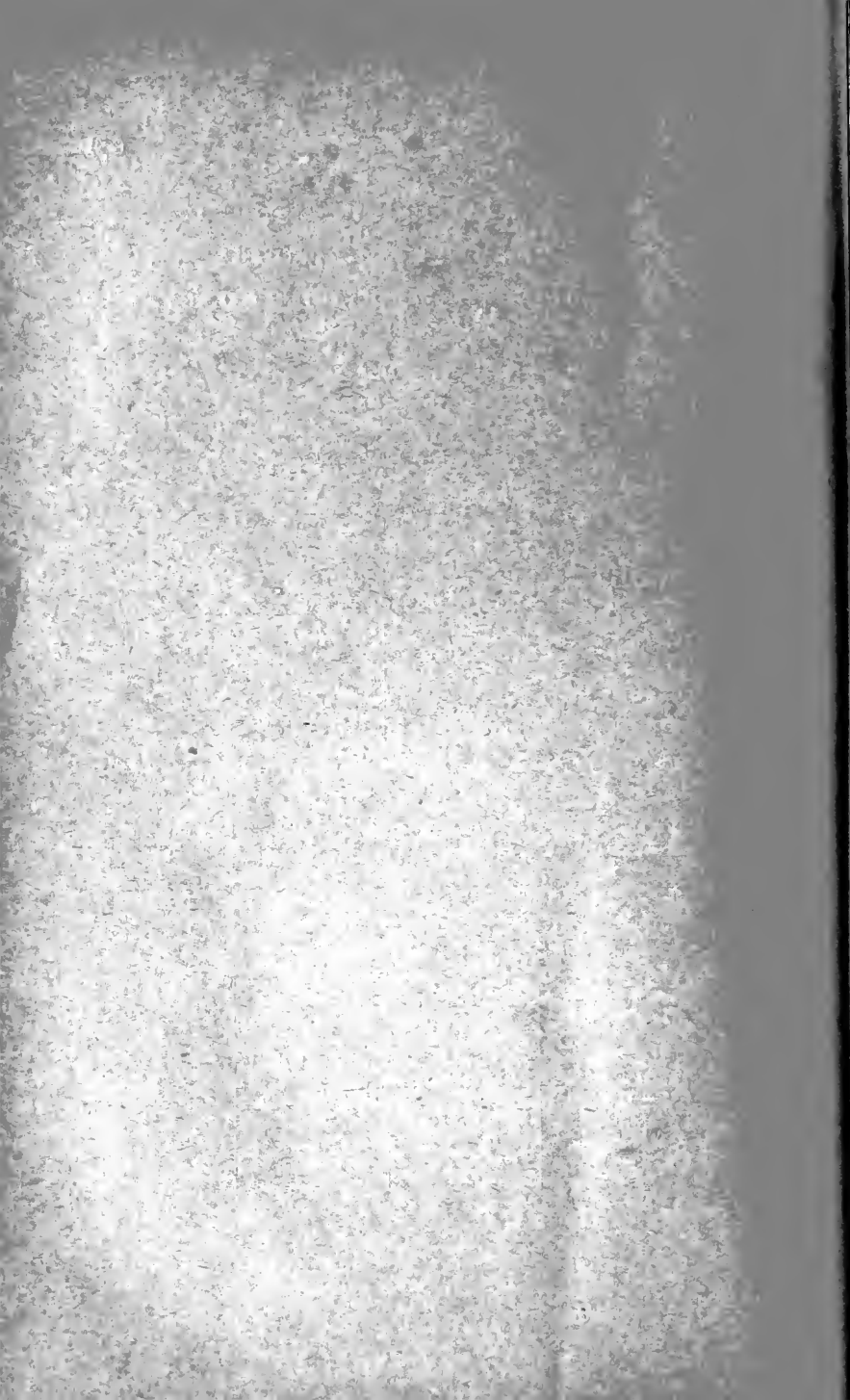




ESQUEMA GENEALÓGICO III
FAMÍLIA DE D. MARIA DA COSTA,
MULHER DO POETA

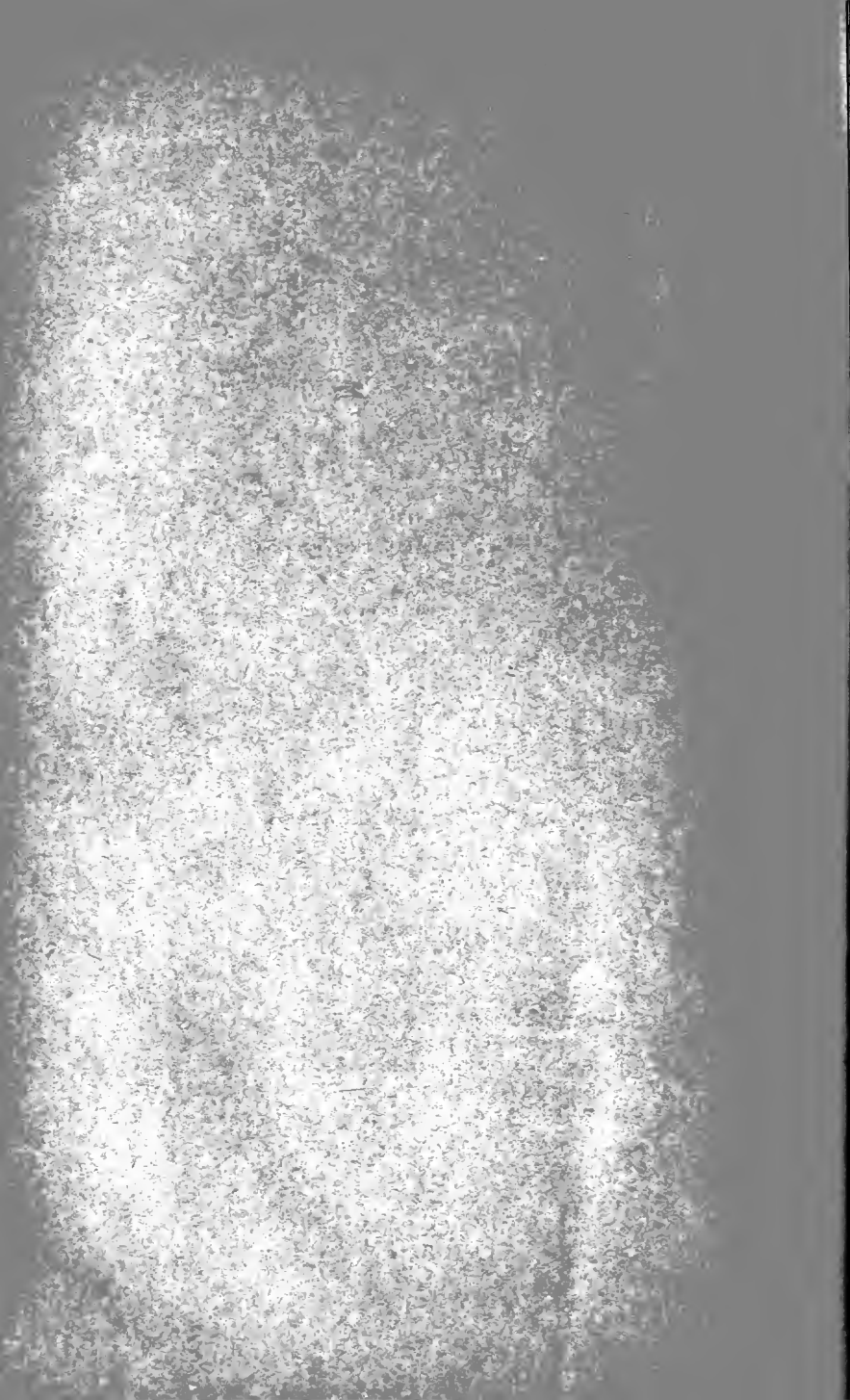
Tronco







ÍNDICES



I — Índice geral dos capítulos, etc.

PRÓLOGO	Pag. 5
-------------------	--------

PRIMEIRA PARTE — Estudo de investigação histórica

CAP. I — Família de Marcos Garcia, de Avô.	9
» II — Nascimento, infância e juventude de Brás Garcia Mascarenhas	20
» III — Prisão e fuga do poeta	35
» IV — Homizio e regresso à pátria	64
» V — O poeta-fidalgo de Avô	104
» VI — Capitão e governador	189
» VII — O poeta-patriota de Avô.	263
» VIII — No declinar da vida	327
» IX — Factos póstumos.	349

SEGUNDA PARTE — Estudo crítico-literário

ADVERTÊNCIA	378
— O «VIRIATO TRAGICO»	379

APÊNDICES

a) — DOCUMENTOS	(1)
b) — NOTAS GENEALÓGICAS	(97)
NOTA I — Família paterna de Brás Garcia Mascarenhas	(99)
» II — Família materna de Brás Garcia Mascarenhas	(161)
» III — Família de D. Maria da Costa Fonseca, mulher do poeta.	(169)
» IV — Descendência do poeta	(183)
c) ESQUEMAS GENEALÓGICOS	(189)

II — Índice das estampas

	Pág.
1 — Brasão de armas dos Garcias-Mascarenhas, de Folhadosa	11
2 — Brasão de armas dos Madeiras-Arraís, de Avô	17
3 — Planta do largo da Portagem (Coimbra) e suas vizinhanças, com indicação da cadeia, e do caminho seguido por Brás Garcia quando se evadiu	47
4 — Lado S.-O. do largo da Portagem, que ficava fronteiro às janelas da cadeia	48
5 — Panorama de Coimbra, desenhado do natural antes de 1837, onde se vê a antiga ponte sobre o Mondego, a torre com o arco que a rematava, e a cadeia da Portagem	49
6 — Parte duma planta topográfica, desenhada em 1845, compreendendo a antiga ponte de Coimbra com o O e respectivas rampas, e as insuas da margem esquerda do Mondego, por onde o poeta se evadiu	54
7 — Primeira página duma carta doutoral, passada em 1794 pela Universidade italiana de Macerata	59
8 — Vista da vila de Avô e cercanias, tirada da encosta do Norte	74
9 — Arco de entrada, único resto que hoje subsiste, do castelo de Avô . .	75
10 — Vista da vila de Avô e cercanias, tirada do arrabalde a O.-S.-O.	77
11 — Ruínas do castelo de Avô em 1871	78
12 — O que resta do castelo de Avô na actualidade (<i>campus ubi Troia fuit!</i>)	79
13 — Pelourinho e casa da Câmara do extinto município de Avô	102
14 — Porta principal da casa de Marcos Garcia, voltada a S.	110
15 — Casa de Marcos Garcia vista de N.-E.	111
16 — Mapa corográfico, abrangendo a maior parte da antiga província da Beira e um canto da Estremadura	130
17 — Cabeça romana de mármore, encontrada na Bobadela	144
18 — Arco romano da Bobadela	•
19 — Inscrição romana da Bobadela	145
20 — Verga duma janela com decoração manuelina, existente na Bobadela . .	146
21 — Vista do lago do Pégo, em Avô (lado S.-E.), destacando à esquerda a ponte sobre o Alva, e à direita a casa dos Garcias-Mascarenhas . . .	156
22 — Vista do lago do Pégo, em Avô (lado S.-O.), notando-se à esquerda a casa dos Garcias-Mascarenhas, ao centro a ponte sobre o Moura, à direita os dois ciprestes do jardim do poeta e as duas capelas contíguas, de Santo António e de S. Brás	158

	Pág.
23 — Recanto formado pelas capelas de Santo António e S. Brás, vendo-se a entrada desta	159
24 — Altar e imagem da capela de S. Brás (em ruínas)	160
25 — Presbitério de Travanca-de-Farinha-Pôdre: — celeiro e adega, e ruínas da casa do cura	181
26 — Presbitério de Travanca-de-Farinha-Pôdre: — ângulo N.-O. da adega e casa do cura, — achando-se o lado ocidental todo coberto de heras . .	181
27 — Retrato de D. João IV	202
28 — Mapa corográfico da região fronteira portuguesa e espanhola, entre Douro e Tejo	208
29 — Castelo do Sabugal, visto da margem esquerda do Côa	217
30 — Planta da fortaleza de Alfaiates	221
31 — Tôrre quinária do castelo do Sabugal	256
32 — Retrato (deturpado) de Brás Garcia Mascarenhas	310
33 — O castelo de Avô (ampliação de um cliché de 1871).	331
34 — Frontispício da edição <i>princeps</i> do VIRIATO TRAGICO	368

III — Índice dos fac-símiles de documentos

	Pág.
1 — Assento do baptismo de Marcos Garcia, pai de Brás (1564)	12
2 — Assento do baptismo de Helena Madeira, mãe do poeta (1568)	13
3 — Assento do casamento de Marcos Garcia com Helena Madeira (1591)	14-15
4 — Assento do óbito de António Alves de Abranches, avô paterno do poeta (1593)	66
5 — Assento do baptismo de Brás Garcia Mascarenhas (1596)	21
6 — Final dum instrumento de posse, lavrado pelo tabelião Felipe Madeira, tio materno do poeta (1605)	120
7 — Assento do baptismo de D. Maria da Costa Fonseca, mulher de Brás (1618)	32
8 — Assento do óbito de Ana Marques, avó paterna do poeta (1619)	66
9 — Princípio de um depoimento de Gaspar Dias da Costa, padrinho do poeta e avô materno da mulher dêste, em que o depoente declara a sua profissão de mercador (1624)	122
10 — Princípio de um requerimento autógrafo de Francisco Garcia, o mais novo dos irmãos de Brás (1635)	116
11 — Único autógrafo conhecido do poeta Brás Garcia Mascarenhas (1640)	268
12 — Assento de matricula, na faculdade de Leis, de André da Silva Mascarenhas, plagiário do VIRIATO TRAGICO (1640)	360
13 — Carta dos Arcebispos, governadores do reino, a comunicar à Universidade de Coimbra a aclamação de D. João IV (1640)	200
14 — Carta de D. João IV à mesma Universidade, agradecendo as festas da aclamação (1640)	203
15 — Assento do casamento de Brás Garcia Mascarenhas (1645)	310

IV — Índice dos fac-símiles de assinaturas autógrafas

	Pág.
1 — António Fernandes, pároco da Bobadela (1564)	12
2-3 — L. ^{do} António Dias, vigário de Avô (1591, 1596)	15, 21
4 — Gaspar Dias da Costa, padrinho de Brás e avô materno da mulher dêste	22
5 — P. ^e Simão Fernandes, cura de Avô (1618)	32
6-7 — Dr. Manuel Garcia, irmão do poeta (1654)	58, 115
8 — P. ^e Manuel da Costa, pároco da Bobadela (1610)	66
9-10 — Marcos Garcia, pai de Brás (1625, 1648)	114
11 — P. ^e Pantaleão Garcia, irmão do mesmo	116
12 — P. ^e Matias Garcia, idem	»
13 — Henrique Madeira, irmão da Avó materna do poeta (1606)	118
14 — João Madeira, primo co-irmão do antecedente (1635)	»
15 — P. ^e Simão Madeira, beneficiado, irmão do precedentê (1620)	119
16 — Felipe Monteiro, 2. ^o primo de Helena, mãe do poeta (1605)	120
17 — Subscrição autógrafa e sinal público do tabelião Felipe Madeira, irmão da referida Helena (1605)	»
18 — João Gomes Botelho, 2. ^o marido de Maria de Mesquita, prima de Brás (1690)	121
19 — Simão Madeira da Costa, irmão da sogra de Brás (1619)	123
20 — João Manuel da Fonseca, sogro de Brás (1650)	»
21 — Francisco Dias da Costa, irmão da sogra do poeta (1625)	124
22 — Miguel Nunes de Matos, sobrinho do L. ^{do} António Dias (1648)	126
23-24 — P. ^e Roque Dias de Matos, idem (1648, 1645)	126, 310
25 — P. ^e António Rodrigues, ecónomo da Colegiada de Avô (1619)	126
26 — P. ^e Inácio Rodrigues, cura de Avô (1624)	127
27 — P. ^e João Caramelo, próximo parente do sôgro do poeta (1619)	»
28 — D. Sebastião de Matos, arcebispo primás de Braga, governador do Reino após a restauração (1640)	200
29 — D. Rodrigo da Cunha, arcebispo de Lisboa, outro governador do Reino (1640)	»
30 — D. João IV (640)	203
31 — Brás Garcia Mascarenhas (1640)	268 c
32 — Bernardo Duarte de Figueiredo, juiz ordinário e tabelião (1664)	338
33 — Tomás Garcia Mascarenhas, filho do poeta (1672)	352

	Pag.
34 — André da Silva Mascarenhas, que veiu a ser desembargador dos agravos da Relação do Pôrto, e que publicou, como obra sua, bõa parte do VIRIATO TRAGICO (1636).	361
35 — José da Costa Mascarenhas, neto do poeta (1701).	371
36 — L. ^{do} Matias Quaresma da Fonseca, cunhado de Brás (1672).	»
37 — Manuel Garcia Mascarenhas, neto do poeta (1701)	372

* FINIS *

FINDOU A IMPRESSÃO DÊSTE LIVRO
NO DIA XXI DE NOVEMBRO
DE M.DCCCC.XXI

H. ingles

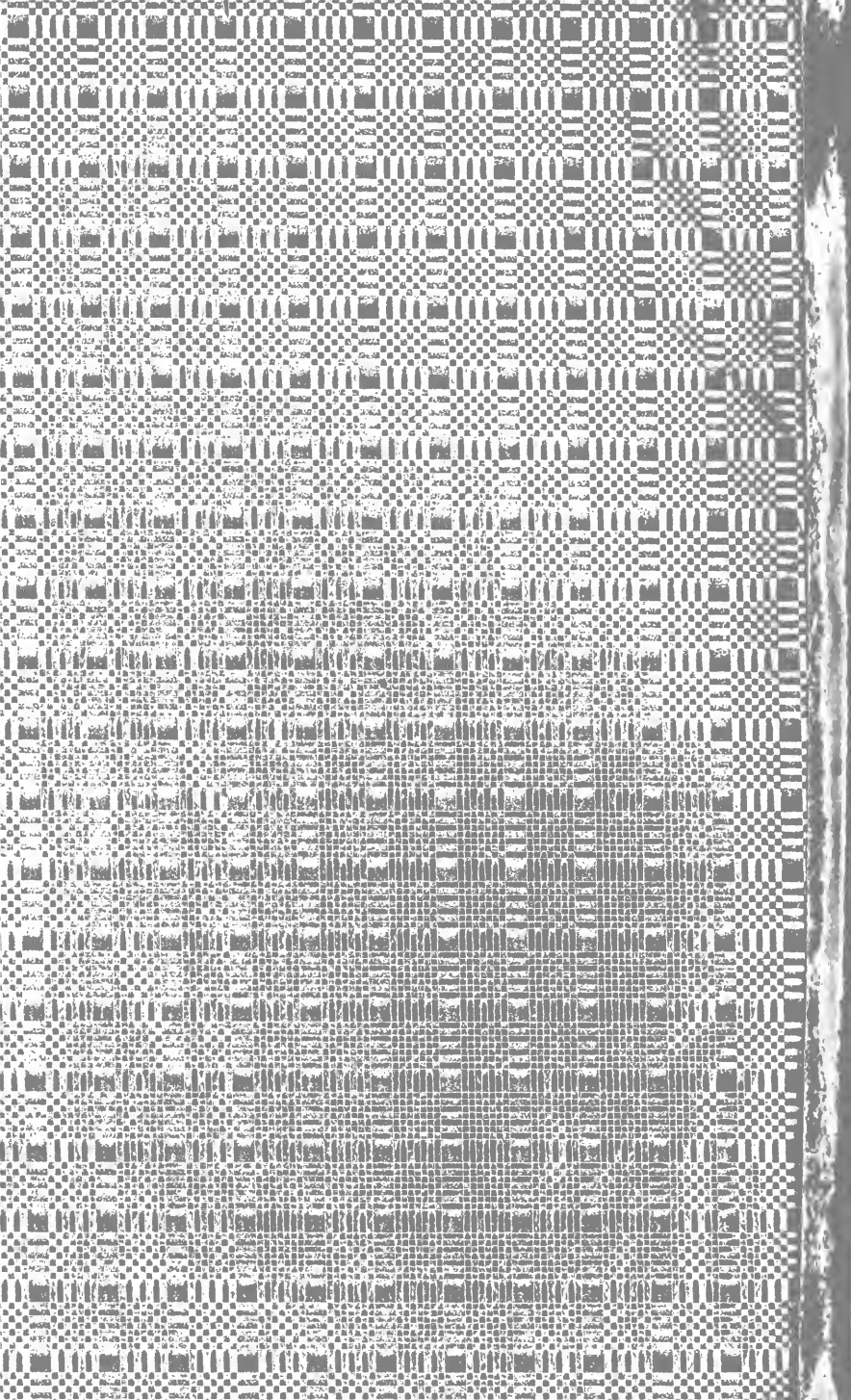












P2
9231
G35Z9

Vasconcellos, Antonio
Garcia Ribeiro de
Brás Garcia Mascarenhas

PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

UTL AT DOWNSVIEW



D RANGE BAY SHLF POS ITEM C
39 10 11 20 10 027 7